

projeto
HISTÓRIA³¹

américas

Nº 31
julho/dezembro/05

**REVISTA DO PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM HISTÓRIA
E DO DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA**

PUC-SP



ISSN 0102-4442

Proj. História	São Paulo	Nº 31	p. 1-449	Dezembro/05
----------------	-----------	-------	----------	-------------

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Reitora Nadir Gouvêa Kfourri / PUC-SP

Projeto História: revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo n. 0 (1981) - . - São Paulo : EDUC, 1981-
Periodicidade: anual até 1997.

Semestral a partir de 1997.

ISSN 0102-4442

1. História - Periódico. I. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

Projeto História propõe-se a levantar problemas historiográficos a partir de temáticas interdisciplinares

CDD 19.905

Indexada em Sumários Correntes Brasileiros - ESALQ; Índice Histórico Español - Bibliografias de História de España; Centro de Información y Documentación Científica - CINDOC; American History and Life ABC - Clio - 130; Historical Abstract - ABC - Clio - 130; Hispanic American Periodical Index; Bibliographies and Indexes in Latin American and Caribbean Studies; Social Sciences Index; Info-Latinoamerica (ILA); Ulrich's International Periodicals Directory.

Coordenador do Programa de Estudos Pós-Graduados em História

Márcia Barbosa M. D'Aléssio

Chefe do Departamento de História

Denise Bernuzzi de Sant'Anna

Projeto História

Editores

Antonio Rago Filho

Vera Lúcia Vieira

Conselho Editorial

Adilson José Gonçalves

Afrânio Garcia (EHESS/Paris)

Alessandro Portelli (La Sapienza/Roma)

Antonio Rago Filho

Cliff Welch

Denise Bernuzzi de Sant'Anna

Estefânia Canguçu Knotz Fraga

Fernando Torres-Londoño

Hermetes Reis de Araújo (UFU)

Idellete Muzart (Paris X, Nanterre)

Jean Hebrard (EHESS/Paris)

Jerusa Pires Ferreira

Márcia Barbosa M. D'Aléssio

Maria Angélica Soler

Maria Odila da Silva Dias

Marcos Antonio da Silva (USP)

Marion Aubrée (EHESS/Paris)

Rosa Kulcsar

Vera Lúcia Vieira

Yvone Dias Avelno

Conselho Consultivo

Angelo Del Vecchio (Unesp)

Antonio Paulo Resende (UFPE)

Beatriz Carolina Crisório (UBA/Argentina)

Christian Castillo (UBA/Argentina)

Elias Thomé Saliba (USP)

Fernando Faria (UFF)

Hernán Veregas Delgado (UH-Cuba)

Irma Aurélio Antognazzi (UNR/Argentina)

Janaina Amado (UnB)

João José Reis (UFBA)

José Carlos Barreira (Unesp/Assis)

Margarida Souza Neves (PUC-RJ)

Maria Clementina Pereira Cunha (Unicamp)

Silvia Regina Ferraz Petersen (UFGRS)

Editora da PUC-SP

Direção

Marcos Cezar de Freitas

Kazumi Munakata

Silvio Y. M. Miyazaki

Coordenação Editorial

Sonia Montone

Revisão

Sonia Rangel

Revisão de Texto em Inglês

Ricardo Iannuzzi

Editoração Eletrônica

Carlos Guzzo

Capa

Imagem: "Fuerza de Trabajo" de Marcelo Pogolotti

(1902 -1988). Cortesia Ania Rodriguez - Curadora

Arte de Cuba (CCBB).

Arte: *Thelma Lunardi*

Divulgação: *Maria Aparecida B. V. Amorim*



Rua Monte Alegre, 971, sala 38CA
05014-001 - São Paulo - SP - Brasil
Tel.: (55) (11) 3670-8558
Fax: (55) (11) 3670-8085



SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	7
--------------------	---

TRADUÇÃO

RAÇA, CULTURA E COMUNICAÇÕES: OLHANDO PARA TRÁS E PARA FRENTE DOS ESTUDOS CULTURAIS	15
<i>Race, culture and communications: looking backward and forward of the cultural studies</i>	
Stuart Hall	

ARTIGOS

EL FANTASMA DE LA REVOLUCIÓN HAITIANA Y LA INDEPENDENCIA DE CUBA (1820-1829)	25
<i>The phantom of the Haitian Revolution and the Independence of Cuba (1820-1829)</i>	
Hernán Venegas Delgado	
MERCOSUR: UNA MIRADA DESDE LA ARGENTINA	55
<i>Mercosur: a view from Argentina</i>	
Carolina Crisorio	
AMÉRICA TIENE NOMBRE DE MUJER: MUJERES INDÍGENAS EN EL PACTISMO DURANTE LA FRONTERA	73
<i>America has feminine name: indigenous women in the pactism during the frontier</i>	
Adelaida Sagarra Gamazo	
SUCESSOS E FRACASSOS DO MERCADO COMUM CENTRO-AMERICANO: DILEMAS DO NEOLIBERALISMO	91
<i>Successes and failures of Central-American Common Market: dilemmas of Neoliberalism</i>	
Emília Viotti da Costa	

POLÍTICA EXTERIOR DO BRASIL – DE FHC A LULA	109
<i>Brazilian Foreign Policy – From FHC to Lula</i>	
Luiz Alberto Moniz Bandeira	
BOLÍVIA, 1964 – OS MILITARES TAMBÉM GOLPEIAM	131
<i>Bolivia, 1964 – Military also strike</i>	
Everaldo de Oliveira Andrade	
A ATUALIDADE DAS PROPOSIÇÕES DE MARIÁTEGUI, UM REVOLUCIONÁRIO LATINO AMERICANO	147
<i>The present validity of the Mariátegui's propositions , a Latin-American revolutionary</i>	
Zilda Márcia Grícoli Iokoi	
AMÉRICA LATINA – INTERPRETAÇÕES DA ORIGEM DO IMPERIALISMO NORTE-AMERICANO	167
<i>Latin-America – Interpretations on the origin of North-American imperialism</i>	
Ricardo Antonio Souza Mendes	
CRIMINALIZAÇÃO DAS LUTAS SOCIAIS EM ESTADOS AUTOCRÁTICOS BURGUESES	189
<i>Criminalization of social struggles in autocratic bourgeois States</i>	
Vera Lucia Vieira	
A CRISE DO SISTEMA OLIGÁRQUICO DE DOMINAÇÃO EM CUBA: A REVOLUÇÃO DE 1933	207
<i>The crisis of the oligarchic system of dominance in Cuba: the Revolution of 1933</i>	
José Mao Junior	
COMÉRCIO LIVRE: POLÍTICA REFORMISTA BOURBÔNICA NA ESTRUTURA DO SISTEMA COLONIAL NA AMÉRICA LATINA	237
<i>Free Commerce: Bourbonic reformist politics in the Colonial System Structure in Latin-America</i>	
Yvone Dias Avelino	
A COMPARAÇÃO NO ESTUDO DA HISTÓRIA DA AMÉRICA LATINA	259
<i>The comparison within the study of Latin-America History</i>	
Lara Mancuso	

CONQUISTA E CULTURA MATERIAL NA NOVA ESPANHA NO SÉCULO XVI	277
<i>Conquest and material culture in New Spain during the XVIth Century</i> Fernando Torres-Londoño	
A PARTICIPAÇÃO DOS INDÍGENAS NA CONSTRUÇÃO DO ESTADO ARGENTINO (1810-1852)	295
<i>The indigenous participation in the construction of the Argentinean State (1810-1852)</i> Heloisa Jochims Reichel	
“ESTADOS DE PAZ” E “ESTADOS DE GUERRA” – NEGOCIAÇÃO E CONFLITO NA AMÉRICA PORTUGUESA (SÉCULOS XVI E XVII)	313
<i>“States of Peace” and “States of war” – Negotiation and conflict in Portuguese America (XVIth and XVIIth Centuries)</i> Eliane Cristina Deckmann Fleck	

ENTREVISTA

LUTAS SOCIAIS NA BOLÍVIA ENTREVISTA COM EVO MORALES	337
<i>Social struggles in Bolivia Interview with Evo Morales</i> Ramon Casas Vilarino	

PESQUISAS

O BONAPARTISMO URUGUAIO NOS EDITORIAIS DO SEMANÁRIO BÚSQUEDA (1973-1985)	349
<i>Uruguayan Bonapartism in editorials of the weekly publication Búsqueda (1973-1985)</i> Antonio Bezerra Nunes	
AGUERRA DO PACÍFICO (1879-1883) E O PENSAMENTO ANTI-RACISTA DE MANUEL GONZÁLEZ PRADA	359
<i>The War of the Pacific (1879-1883) and the anti-racist thinking of Manuel González Prada</i> Ricardo Sequeira Bechelli	
EMPRESA MISSIONÁRIA E ALGUNS ASPECTOS DE SUA HISTÓRIA NA AMÉRICA PORTUGUESA	375
<i>Missionary enterprise and some aspects of history in Portuguese America</i> Juarez Donizete Ambires	

ESCRavidÃO E FUGA NA AMÉRICA PORTUGUESA: A HISTÓRIA DE MARIINHA RODRIGUES E SEUS DESCENDENTES NA BAHIA – SÉCULO XIX E XX	391
<i>Slavery and escape in Portuguese America: history of Mariinha Rodrigues and her descendents in Bahia – XIXth. and XXth. Century</i>	
Carmélia Aparecida Silva Miranda	

DEPOIS DA GUERRA – O COMBATE SILENCIOSO. GETÚLIO VARGAS E O TRABALHISMO EM MEMÓRIAS DE TRABALHADORES DA COMPANHIA SIDERÚRGICA NACIONAL	405
<i>After the war – the silent combat. Getúlio Vargas and Laborism in the Companhia Siderúrgica Nacional workers’ memoirs</i>	
Patrícia da Silva Mueller Dinamarco	

RESENHAS

UMA OBRA GRANDE COM GRANDES LACUNAS	421
<i>A major work with great gaps</i>	
Waldir José Rampinelli	

A PERSISTÊNCIA DA IDEOLOGIA AUTORITÁRIA	429
<i>The persistence of the Authoritarian Ideology</i>	
Valdemar Gomes de Sousa Júnior	

AMBIGÜIDADES DA DESORDEM	435
<i>Ambiguities of the disorder</i>	
Ricardo Salles	

NOTÍCIAS DO PROGRAMA	439
---------------------------------------	------------

TESES E DISSERTAÇÕES DEFENDIDAS NO PRIMEIRO SEMESTRE DE 2005	441
---	------------

NORMAS PARA PUBLICAÇÃO	445
---	------------

FORMULÁRIO PARA ASSINATURA E AQUISIÇÃO DE NÚMEROS AVULSOS . .	447
--	------------

PRÓXIMOS NÚMEROS	449
-----------------------------------	------------

APRESENTAÇÃO

Neste número, *Projeto História* volta-se para questões relativas à América Latina a partir de artigos e pesquisas realizados por especialistas na área, preliminarmente submetidos a um conselho editorial, que conta agora com a colaboração ampliada de investigadores latino-americanos, os quais vieram somar sua competência aos já integrantes advindos de países do continente europeu.

É inquestionável que o interesse e as demandas sociais por maiores conhecimentos sobre formações latino-americanas vêm aumentando substancialmente nos últimos anos. As razões desse interesse são de várias ordens, passando pela intensificação ou retomada de relações econômicas entre o Brasil e outros países da região, em especial do Cone Sul, o incentivo governamental à ampliação dessas interações, até o reconhecimento ou questionamento de nossa “latinidade” no bojo das reflexões sobre identidade nacional, a “brasilidade”.

Esse interesse por conhecimento sobre essas formações, que hoje se manifesta no meio acadêmico, assim como as demandas sociais que chegam a essas instituições, nos dão a medida do grau de desconhecimento sobre estas realidades que nos circundam, tão próximas e, ao mesmo tempo, tão distantes. Apenas recentemente, os meios de comunicação de massa noticiam sobre esses povos, com tradições culturais tão ricas, enquanto ainda permanece essa ausência nos currículos do ensino básico. Ademais, em termos institucionais, nossa integração regional ainda é bastante incipiente, em que pesem as retomadas, diplomáticas ou não, dos últimos anos.

Por sua vez, as universidades demonstram ter ainda pouco acúmulo de subsídios para responder a essa crescente demanda, tanto em termos de pesquisas nacionais ou intercontinentais em desenvolvimento ou em termos de acervos que auxiliem tais reflexões, quanto em termos da intencionalidade ou possibilidades de difusão dos resultados dos estudos.

É nesse sentido que o Conselho Editorial do *Projeto História* optou por divulgar reflexões resultantes de pesquisas de especialistas relativas à América, priorizando, pela primeira vez, desde sua emergência, temas afetos à essa porção da humanidade. Não por acaso, a espinha dorsal que norteia o conjunto das reflexões dos autores e autoras que

colaboram com este número expressa reflexões sobre as tensões, os projetos, acertos e descaminhos da necessária integração regional nas conflitivas circunstâncias internacionais, destacando-se deste universo as diversas máscaras que vêm caracterizando o intervencionismo norte-americano, a que se acresce a mundialização dos interesses imperialistas, sob a égide do que é reconhecido como globalização.

Em um passado não muito distante, a pouca importância econômica da América Latina – e por não se configurar como um foco de tensão presente no centro do cenário internacional – resultava em uma leitura formalista e homogênea da região, o que parece ter sido compartilhado por especialistas das mais diversas ordens, desde estadistas até acadêmicos de renome internacional.

Diversos fatores levam, atualmente, à mudança desse enfoque, a ponto de Abraham F. Lowenthal, um dos especialistas norte-americanos e referência de políticos de diversos países, ressaltar recentemente, em seu artigo “América Latina frente al cambio de siglo”, publicado no *Journal of Democracy* em abril de 2000, que “*los países de América del Sur y especialmente los de la región del Mercosur, en contraste, están mucho más diversificados en materia de relaciones internacionales y regionales, tanto política como económicamente*”, alertando que “*los países del Cono Sur han estado cultivando estrechas relaciones comerciales, financieras y políticas con Europa y Asia*”. No mesmo sentido, o número 147 da *Revista Española de Defensa*, de 2000, ressalta que a

América Latina no existe. Numerosos medios de comunicación, agentes económicos y centros gubernamentales se comportan como si el vasto espacio entre el Río Grande y el cabo de Hornos tuviese suficiente homogeneidad para que esa denominación común demandase una estrategia unificada en términos políticos, económicos y de seguridad.

Ora, essa preocupação em evidenciar a diversidade vigente nesta parte do continente leva a que, do ponto de vista analítico, ressurjam as abordagens sobre a questão dos estudos comparados.

A partir de um enfoque crítico, essa abordagem comparativa é retomada, neste número, pelo estudo de Lara Mancuso, que se pergunta se a história comparativa é uma linha de pesquisa. A partir de uma recopilação crítica dos trabalhos comparativos no campo da História da América Latina produzidos desde o final da década de 60 até aproximadamente 1980 e publicado na revista *Latin American Research Review*, essa historiadora destaca os principais temas, enfoques e omissões que emergem desse balanço e dá continuidade ao estudo, agora enfatizando a historiografia da década de 80. No interior dessa reflexão sobre a comparação enquanto preceito teórico, situa os riscos de se trabalhar com construtos

subjetivos construídos, que podem resultar bastante esquemáticos, mas também identifica as possibilidades de se resgatarem aspectos distintivos das realidades não perceptíveis a não ser no processo de comparação.

Concomitantemente, outros colaboradores deste número do *Projeto História* destacam, no interior das discussões sobre a integração regional, a presença constante das pressões imperialistas, particularmente a norte-americana. Nesse sentido, o estudo do historiador Ricardo Souza Mendes é bastante esclarecedor sobre o pensamento dos analistas. A partir de um apanhado historiográfico sobre a política intervencionista norte-americana, destaca as perspectivas analíticas predominantes, assim como os marcos enunciadores desse imperialismo. Poder imperialista que hoje se evidencia nas relações internacionais lideradas pelos países hegemônicos, cada vez mais sob a tutela norte-americana, ante as quais o Brasil está determinado a se posicionar. E é sobre esses posicionamentos que o historiador Moniz Bandeira centra suas análises, confrontando as estratégias adotadas pelos dois últimos governos brasileiros em relação à agressiva política estadunidense de defesa de seus interesses, demonstrando as diferenças entre os governos de Fernando Henrique Cardoso e Luis Inácio Lula da Silva na condução das políticas do Itamaraty, assim como na lógica das relações internacionais, conforme conduzida, primeiro, por Celso Lafer e, mais recentemente, por Celso Amorin e Samuel Pinheiro Guimarães.

No estudo da historiadora Emília Viotti da Costa, a integração regional constitui a preocupação principal, embora aqui voltado para as condições em que se articula um Mercado Comum Centro-Americano. Após um período de diminuição da dependência desse organismo em relação aos Estados Unidos – com a economia imposta pelas crises do petróleo e a irrupção de movimentos revolucionários que atingiram a região –, essa autora demonstra, com sua crítica marxista rigorosa, como a política econômica neoliberal, retomada sob a influência do “Consenso de Washington”, beneficiou alguns setores, mas aumentou as disparidades sociais, a vulnerabilidade da economia e fortaleceu a subordinação estrutural.

As tensões vigentes entre os parceiros na constituição do Mercosul desde sua gênese, conforme analisadas pela especialista argentina Carolina Crisório, como que dá continuidade às evidências acima apontadas, mas, agora, com ênfase na análise do difícil processo de integração produtiva, em meio à entrada das empresas estrangeiras, que passam a compartilhar com as nacionais os mercados internos e a burlar as barreiras tarifárias. Conforme salienta, é necessário observar que o Mercosul continua sendo um cenário de luta das grandes potências que, tradicionalmente, têm feito sentir sua influência na região: os Estados Unidos, a Alca e o Canadá, os países da União Européia e Japão, como também a remodelada Federação russa, Coreia do Sul e a pujante potência capitalista chinesa.

As lutas de classes que se manifestam nos mais diversos movimentos sociais expõem as contradições decorrentes dessa condição subordinada e induzida de fora, cujo desenvolvimento se configura como forma não clássica, particular de ser e ir sendo capitalismo, todavia incompleto e incompletável, que explicita o caráter restrito até mesmo da vigência dos preceitos liberais democráticos; daí a conotação autocrática que assume o Estado, tanto em tempos de “democracia”, como em tempos de guerra, com seus ciclos ditatoriais. Tal particularidade histórica-social releva sua radicalidade conservadora no texto em que Everardo de Andrade analisa o bonapartismo que se evidencia no golpe de 1964, na Bolívia. Seu texto busca aproximações e relações entre os golpes militares no Brasil e na Bolívia nesse período e, nesse sentido, relaciona os dois movimentos como desdobramentos de uma estratégia comum traçada, desde os EUA, para a América Latina, pós-revolução cubana de 1959 e aos primeiros sinais de crise econômica que se abate sobre o capitalismo nos anos precedentes. No caso da Bolívia, também são examinadas as raízes históricas do militarismo no país desde a Guerra do Chaco (1932-1935) e a Revolução de 1952, assim como a resistência operária popular aos militares.

O tema das revoluções também se faz presente na crítica que o historiador cubano Hernán Venegas faz à historiografia das lutas ocorridas em seu país em fins do século XIX. Esse autor questiona tanto as vertentes que vinculam todo este processo a uma “visão limitada à abordagem capitalista-colonial, em que teria predominado o ‘medo negro’ concernente à revolução haitiana, quanto a historiografia que afirma ter sido o regime escravocrata um obstáculo para que fosse concebida, conspirada e atuada a favor da independência conforme ocorria em outras localidades da região, concluindo, dessa maneira, como tal processo de independização ocorre no interior de um movimento hispano-americano reinante, fortemente arraigado na ideologia liberal”. De qualquer forma, o sistema oligárquico que assume a dominação nesse país diretamente vinculado aos interesses norte-americanos entrará em crise em 1933, mais uma vez, em decorrência da crise internacional de 30. Crise que acirra as políticas protecionistas norte-americanas, o que significou, entre outras medidas, ampliar a exploração sobre a economia cubana. Tal contexto é resgatado por José Mao Jr., ao analisar como as lutas de 1933 ocorridas em Cuba explicitam não apenas a interferência norte-americana, mas também como transformam profundamente aquela sociedade, pela consolidação, não apenas das principais correntes político-ideológicas, mas também das principais formas de luta que se manifestarão na Revolução dirigida por Fidel Castro duas décadas depois.

A crítica à historiografia tradicional sobre essas relações entre brancos e nações nativas encontra-se no artigo de Heloisa Reichel. A autora aborda a interação estabelecida entre índios e brancos no processo de construção do Estado independente, centrado na

província de Buenos Aires na primeira metade do XIX. Criticando a historiografia de caráter liberal e a que se funda no “materialismo histórico”, considera que ambos apresentam uma versão simplificada dessa sociedade nesse período. Sem negar a dominação que os governos exerceram, suas pesquisas evidenciam que a expansão territorial foi realizada a partir de negociações com os indígenas e não apenas através do confisco de terras e extermínio da população que as habitava.

O processo de negociação entre as populações nativas e os espanhóis ganha uma outra conotação, no estudo realizado por Adelaida Sagarra, da Universidade de Burgos. Analisando a atuação das lideranças de ambos os lados, mediadas pela presença feminina, demonstra como o ideal da coroa espanhola daquele início do século XV nem sempre foi alcançado. Segundo seus estudos, a predominância de um “olhar sobre o outro”, a partir dos referenciais próprios de cada cultura, resultou na violência do processo de colonização.

Tal cenário de lutas, recuos e avanços não é primazia do período contemporâneo e, para nos lembrar disso, o texto do professor de Letras, Juarez Ambires, traz o resultado de suas pesquisas sobre os embates entre os colonos escravagistas portugueses e os missionários inacianos, expressos nas disputas pela formulação da legislação sobre a configuração social do indígena. Sua documentação revela como, no fim do século XVII, os inacianos vêm o índio como força de trabalho, embora tenham estabelecido com eles relações mais humanitárias que os colonos. A dimensão mais profunda da subsunção dos nativos à cultura europeia é analisada por Fernando Londoño, em suas pesquisas sobre a cultura dos mexicas. Seu inventário dos incontáveis objetos desses povos extrai das representações fixadas pelos europeus o sentido original que possuíam, revelando assim os fundamentos da complexa forma do ser social dessas sociedades. Lendo através das descrições desqualificadoras, demonizadoras e criminalizadoras registradas pelos europeus, que reduziam a simples mercadoria todo o conhecimento desses povos – acumulado em sua arquitetura, utensílios, artes, roupas, na ciência, educação –, Londoño dá visibilidade à riqueza cultural que passou a ser submetida ao esquecimento e à transfiguração. Concomitantemente, obtém-se a compreensão dos interesses dos colonizadores com a leitura do artigo de Ivone Dias Avelino, cuja pesquisa resgata os avanços e recuos no processo decisório que configurou a Reforma Burbônica, liderada por Carlos III de Espanha. Seu artigo demonstra como esse monarca, pressionado, por um lado, pela dinâmica capitalista internacional e, por outro, pelos ideais da Ilustração – particularmente a espanhola com formação francesa – e ainda pela elite crioula que se fortalecia com as contravenções mercantis, instituiu o “comércio livre”, que, rompendo a ordem da dinastia anterior em todos os setores do tráfico ultramarino, integra este país ao capitalismo europeu com sua forma mercantil.

Ao longo destes últimos séculos, esses nativos se viram transformados gradualmente em camponeses, que, no atual mundo globalizado, adquirem nova visibilidade nas diversas formas de lutas que vêm promovendo e através das quais se denotam suas formas identitárias. Do ideário que resgata essa reafirmação da “condição indígena” nas lutas camponesas, Zilda Iokoy extrai as formulações de José Carlos Mariátequi, demonstrando como este autor manteve presente, em suas propostas políticas e em seu conceito de revolução, os preceitos de coletividade, reciprocidade e circularidade dos tempos, centrais na cultura das comunidades indígenas/camponesas.

Condição indígena que se reafirma e adquire visibilidade neste número da revista, com a entrevista concedida por Evo Morales a Ramon Casas Vilarino, onze meses antes do pleito eleitoral no qual sairia como candidato à presidência. Sua fala revela os principais pontos de sua campanha e o ideário de defesa dos interesses populares que os fundam, na busca de uma inversão nas políticas neoliberais implementadas nos últimos vinte anos. Questionando a democracia política como estrutura orgânica e efetiva das relações societárias constitutivas do povo boliviano, propõe um movimento de refundação da Bolívia baseado em valores componentes da cultura andina, que ele denomina socialismo comunitário, baseado na reciprocidade que permita ao povo usufruir das riquezas naturais, particularmente pela recuperação da propriedade do petróleo e do gás. Embora esse candidato à presidência no próximo pleito eleitoral reconheça que a dinâmica de seu país tenha aspectos distintivos dos demais povos latino-americanos, apresenta-nos sua proposta de integração regional, que ele denomina revolução cultural, ou seja, a constituição de uma grande família latino-americana, além da particular articulação com Hugo Chávez e Fidel Castro.

Observa-se que o substrato conceitual que emerge neste último conjunto de autores é o concernente à cultura, de onde a pertinência da tradução do texto de Stuart Hall, elaborada por Helen Hughes e Yara Houry, o que possibilita ao leitor o acesso a uma precisa reflexão teórica sobre essa temática. Neste artigo, o autor de *Da Diáspora: identidades e mediações culturais* resgata estudos desenvolvidos no Centro de Estudos Culturais (Centre for Cultural Studies), tanto sobre a temática da cultura de forma geral, quanto sobre as formas diversificadas de manifestações sobre raça e etnicidade e seus múltiplos componentes racistas vigentes na cultura inglesa. Após situar o estrangulamento que norteou tais estudos nos meios acadêmicos em um passado recente, aponta as possibilidades de análises que as novas abordagens sobre cultura têm propiciado, não apenas ao meio acadêmico, mas ao público em geral, interessado no entendimento da realidade social contemporânea, pois tal temática integra disciplinas em pesquisas interdisciplinares, provocando mudanças em suas fronteiras.

Com a mesma preocupação, voltada à centralidade da cultura, mas em uma perspectiva distinta e polêmica, a historiadora Eliane Cristina de Fleck, a partir de documentação colonial que revela distintas práticas vivenciadas em contatos interculturais, traz à luz uma reflexão sobre a historiografia que analisa as emoções enquanto partes componentes de um processo social de interação entre os seres humanos e seu ambiente social, e que busca traduzir a subjetividade e os sentimentos em materialidades nas quais se recriam culturas.

Esperamos que a apresentação deste número do *Projeto História* contribua para o avanço do conhecimento acadêmico e sirva para catalizar uma colaboração contínua dos pesquisadores que já participaram de sua elaboração, aos quais agradecemos. Esperamos, ainda, atrair a comunidade mais ampla de intelectuais para um debate aberto, assim como que incentive as discussões entre estudantes e docentes, visando sua melhor compreensão social de nossa realidade histórica.

Antonio Rago Filho
Vera Lúcia Vieira
Editores científicos

TRADUÇÃO

RAÇA, CULTURA E COMUNICAÇÕES: OLHANDO PARA TRÁS E PARA FRENTE DOS ESTUDOS CULTURAIS

Stuart Hall*

*Tradução: Helen Hughes***

*Revisão técnica: Yara Aun Khoury****

Quando entrei na Universidade de Birmingham, em 1964, para ajudar o professor Richard Hoggart a fundar o Centro de Estudos Culturais Contemporâneos (Center for Contemporary Cultural Studies), os estudos culturais nem existiam. Claro que os Departamentos de Letras, Literatura, História e Belas Artes, em nossas Faculdades de Artes, dedicavam-se à preservação da herança cultural, embora se recusassem a nomear e, menos ainda, a teorizar ou conceituar a cultura, preferindo que estes conceitos penetrassem, por assim dizer, através de um processo de osmose acadêmica. As Ciências Sociais, por outro lado, às vezes lidavam com o que chamavam de “sistema cultural”, mas isso era algo bastante abstrato, composto de redes de normas e valores abstratos. Havia pouco da preocupação que Richard Hoggart e eu tínhamos sobre questões de cultura. Nossas indagações sobre cultura – e eu não tentarei oferecer nenhum tipo de definição compreensiva do termo – tinham a ver com as mudanças no modo de vida de sociedades e grupos, e com as redes de significado que indivíduos e grupos usam para dar sentido e para comunicar-se uns com os outros: o que Raymond Williams chamou de modos totais de comunicação – que sempre são modos totais de vida, a obscura encruzilhada onde a cultura popular se cruza com a cultura erudita, aquele lugar onde o poder atravessa o conhecimento ou onde os processos culturais antecipam a mudança social.

Essas eram nossas preocupações. A questão era: onde estudá-las? Naquele período não se ensinava Antropologia na Universidade de Birmingham e, ademais, os ingleses a quem desejávamos dirigir o nosso olhar de indagação etnográfica, ainda não haviam aprendido a se ver como “os nativos”. Lembro ter estado na sala de Richard Hoggart, discutindo como deveríamos nos denominar. “Instituto”, ele havia sugerido. De fato, isso soava convenientemente importante e austero. Mas, para ser honesto, nós dois, que naquela época

constituíamos todo o corpo docente e, de fato, também os alunos do empreendimento, não podíamos, honestamente, nos levar tão a sério. Então, por que não “Centro”? Sim, isso tinha um sentido mais integrador e informal, e decidimos por ele. “Estudos Culturais” não era problema, soava bem. Era tão amplo quanto queríamos que fosse. Assim nos asseguramos que todos os Departamentos, seja nas Ciências Humanas ou nas Ciências Sociais, que achavam que já haviam trabalhado a cultura, não se sentissem afrontados com a nossa presença. Neste último empreendimento, pelo menos, fomos bem-sucedidos.

Hoje, os Programas de Estudos Culturais existem em toda parte, especialmente nos Estados Unidos – não há nem um toque de inveja nesse sentido –, onde eles provêm um ponto focal para os estudos interdisciplinares e pesquisa, e para o desenvolvimento da Teoria Crítica. Cada Programa, em cada lugar, como é apropriado, reúne uma gama diferente de disciplinas adaptando-se ao ambiente acadêmico e intelectual existente. Estudos Culturais, onde quer que existam, refletem a base que muda rapidamente, de pensamento e de conhecimento, de argumento e de debate, de uma sociedade e de sua própria cultura. É uma atividade de auto-reflexão intelectual. Opera dentro e fora da Academia. Representa algo, de fato, do enfraquecimento dos limites tradicionais entre as disciplinas e do crescimento de modos de pesquisa interdisciplinar que não se encaixam facilmente ou que não podem ser contidos dentro dos limites das áreas de conhecimento existentes. Como tal, isso representa, inevitavelmente, um ponto de distúrbio, um lugar de tensão e mudança necessárias, em pelo menos dois sentidos. Primeiro, os estudos culturais constituem um dos pontos de tensão e mudança nas fronteiras da vida intelectual e acadêmica, levando a novas questões, novos modelos e novas formas de estudo, testando as linhas tênues entre o rigor intelectual e a relevância social. É algo que, necessariamente, perturba no âmbito da vida acadêmica, que, esperamos, virá a produzir, futuramente, muita sabedoria.

Mas, em segundo lugar, chamando a atenção da reflexão intelectual e da análise crítica para o tumulto de um mundo discordante e desordenado, ao insistir que acadêmicos observem por vezes a vida prática, onde a mudança social existe no dia-a-dia da sociedade, os estudos culturais tentam, de alguma maneira, insistir no que eu quero chamar de vocação da vida intelectual. Isto é, os Estudos Culturais insistem na necessidade de enfrentar as questões centrais, urgentes e preocupantes de uma sociedade e de uma cultura da forma intelectual mais rigorosa ao nosso alcance. Essa vocação, ao meu ver, é, sobretudo, uma das principais funções de uma Universidade, embora estudiosos universitários nem sempre gostem de ser lembrados disso.

Os Estudos Culturais eram, então, justamente isso, em primeiro lugar. No pós-Segunda Guerra Mundial, a sociedade e a cultura britânicas estavam mudando muito rápida e fundamentalmente. Os Estudos Culturais proporcionavam respostas ao longo processo de declí-

nio da Grã-Bretanha como uma superpotência mundial. Também investigavam o impacto do moderno consumo de massa e da moderna sociedade de massa; a americanização da nossa cultura; a expansão dos novos meios de comunicação de massa no pós-guerra; o nascimento das culturas da juventude; a exposição dos hábitos, das regras e linguagens estabelecidos de uma velha cultura de classe à fluidez preocupante do dinheiro novo e dos novos relacionamentos sociais; a diluição da população social homogênea do Reino Unido, especialmente pelo afluxo de povos da nova Commonwealth, do Caribe e, especialmente, do sub-continente asiático, levando à formação, no próprio coração e centro da vida cultural britânica, e das cidades britânicas, da vida política e social, de novas diásporas britânicas negras que se instalaram de modo permanente. Neste último aspecto, podíamos ver o velho sonho imperial, que havia sido tratado, por assim dizer, de longe e a partir do exterior, retornando, enfim, para perturbar e completando o triângulo que havia conectado por um longo período a África, a metrópole e o Caribe. O paradoxo era que esse retorno perturbador do Antigo Império estava acontecendo no exato momento em que a Grã-Bretanha tentava “cortar o cordão umbilical” e também experimentava o trauma cultural que, no meu ponto de vista, era ainda incompleto e não correspondido, na vida inglesa, da perda de uma antiga identidade e papel imperial, e a dificuldade de descobrir uma nova identidade cultural e nacional.

Agora, todas essas mudanças sócio-históricas que víamos estavam transformando profundamente a cultura inglesa até às raízes: mudando os limites que haviam se tornado os contornos habituais da vida diária das pessoas, causando novos distúrbios e fazendo aflorar as profundas ansiedades que sempre acompanham uma mudança social radical. Em suma, um tipo de revolução cultural estava acontecendo sob nossos próprios olhos. E parecia que ninguém estava estudando seriamente essa revolução. Ninguém pensou que valia a pena ou que fosse correto, ou apropriado, focar a atenção crítica e analítica sobre esse terreno cultural dramaticamente movediço e caleidoscópico. Bom, essa era a vocação dos Estudos Culturais. É disso que os Estudos Culturais tratavam na Grã-Bretanha. Meu propósito não é rever sua história, nem mesmo comentar o papel do Centro de Estudos Culturais (Centre for Cultural Studies), onde trabalhei nesse empreendimento por mais de quatorze anos. Mas eu insistiria nesse ponto de partida: insistiria na tensão característica desse trabalho que marcou meu desenvolvimento intelectual e meu próprio trabalho intelectual desde então. Isto é, a mobilização máxima de todo conhecimento, pensamento, rigor crítico e teorização conceitual que alguém possa evocar transformada em um ato de reflexão crítica que não tem medo de dizer a verdade ao saber instituído e voltada para os mais importantes, delicados e invisíveis objetos: as formas e práticas culturais de uma sociedade – sua vida cultural.

Talvez os leitores possam entender melhor o que estou falando com o seguinte exemplo, do trabalho no qual estou engajado na área de raça, cultura e comunicações. Ora, um inglês tentando falar para um público norte-americano sobre raça é um pouco como vender areia para a Arábia, que os leitores desculpem a comparação. Mas, não obstante, uma das coisas que os Estudos Culturais têm me ensinado é, de fato, a importância da especificidade histórica, da especificidade de cada configuração e modelo cultural. Sem dúvida deve haver, e eu penso que há, mecanismos gerais comuns no mundo inteiro que se associam às práticas do racismo. Mas, em cada sociedade, o racismo tem uma história específica que se apresenta de formas específicas, particulares e únicas, e essas especificidades influenciam sua dinâmica e têm efeitos reais, que diferem entre uma sociedade e outra. Uma coisa que os Estudos Culturais têm me ensinado é, de fato, não falar de racismo no singular e sim de *racismos*, no plural. Embora os leitores, hoje, talvez tenham dificuldade em compreender, no começo dos anos 1960, quando os Estudos Culturais começaram, não havia nenhuma questão sobre raça aparentemente visível nem urgente na cultura contemporânea inglesa. É claro que a questão de raça tem permeado toda a história do imperialismo e os contatos estabelecidos durante cinco séculos entre a Grã-Bretanha e os povos do mundo. A história da ascensão da Grã-Bretanha como poder comercial e global não poderia ser contada sem encarar a realidade de raça. Mas era amplamente relegada ao passado e àqueles que a estudavam: aqueles que estudavam o comércio escravo do Atlântico; aqueles que olhavam as fortunas de famílias que ajudaram a tornar possível a crescente revolução do século 18; e aqueles que estavam envolvidos com o estudo do movimento anti-escravagista, ou que eram especialistas na história e administração coloniais. Parecia não haver nenhuma vantagem, como tema contemporâneo, para entender a cultura britânica do século vinte, à qual já nos referimos como sendo “pós-colonial”. As formas pelas quais a experiência de colonização tinha, de fato, se impregnado na imaginação de toda a cultura, à qual se pode referir como a xícara de chá que permeia toda experiência inglesa, a colher de açúcar não mexida em toda gula da criança inglesa, os fios de algodão que mantinham as fábricas de algodão funcionando, a xícara de chocolate que adoçava os sonhos de toda criança inglesa – estas coisas de alguma maneira haviam sido relegadas ao passado e suprimidas como questões culturais ativas. O espetáculo do Império havia sido quase esquecido pela maneira como a cultura popular da sociedade inglesa – desde a propaganda até os salões de “music halls”, a pompa, a celebração, os jubileus de diamante, a indústria da herança a melodramas teatrais, etc. etc. – havia sido orquestrada em torno desse teatro. A maneira pela qual a própria masculinidade inglesa se afirmou não somente nos campos de esporte de Eton, como também nas colinas de Hyderabad ou confrontando os dervixes berrantes e uivantes do Sudão, ou o próprio drama inglês de corrupção e consciência bem equilibrados entre si,

continuamente retomados diante do “heart of darkness”;¹ bem, essas coisas haviam sido efetivamente suprimidas ativamente da cultura. Havia sido sopradas fora pelos “ventos da mudança”, como o Primeiro Ministro Harold MacMillan orgulhava-se de dizer.

Foram as grandes migrações dos anos 1950 e 60, do Caribe e do continente asiático, e a formação de comunidades negras no coração da experiência inglesa que trouxeram à tona o tema do racismo de uma nova maneira. E quando apareceu, embora assumisse muitas formas que havíamos compreendido como “o passado”, e de outras sociedades, este havia adquirido formas especificamente diferentes. Em termos da maneira pela qual a experiência negra era representada na cultura, na mídia, carregava, claro, todas as conotações que o racismo tem tido em toda parte: como uma cultura e povos estrangeiros que são menos civilizados que os nativos; como povos que ficam abaixo na ordem da cultura porque, de alguma maneira, são inferiores na ordem natural, definida por raça, cor, e, às vezes, por herança genética. Mas, nas novas formas de racismo que apareceram na Grã-Bretanha durante esse período e que hoje definem o campo da cultura inglesa desde então, essas formas anteriores têm sido poderosamente transformadas por aquilo que as pessoas normalmente chamam uma nova forma de “racismo cultural”. Isto é, as diferenças na cultura, nos modos de vida, nos sistemas de crença, identidade e tradição étnica, hoje são mais importantes do que qualquer coisa que tenha a ver com formas especificamente genéticas ou biológicas do racismo. E o que podemos ver aqui é o fato, a existência do racismo contraindo novos relacionamentos de um modo peculiar, um modo defensivo e agressivo, um argumento em torno, não de “quem são os negros?”, mas de “quem são os ingleses?”. Essa questão atingiu o coração e o âmago da cultura inglesa.

Posso dar um exemplo aos leitores do que chamo de racismo cultural. Há dois anos, pais brancos de crianças numa escola em Dewsbury, Yorkshire, tiraram seus filhos de uma escola estadual que era predominantemente negra. Um dos motivos que deram por ter feito isso era que queriam que seus filhos tivessem uma educação cristã. Logo eles acrescentaram que eles mesmos, na verdade, não eram crentes cristãos, mas simplesmente consideravam que o cristianismo era uma parte essencial da herança cultural inglesa. Consideravam a Igreja Anglicana fazendo parte do modo de vida inglês, um pouco como o “roast beef e Yorkshire pudding”.²

Então, como fazer para estudar as formas diversificadas nas quais essas novas manifestações de raça, etnicidade e racismo foram pensadas e representadas na mídia foi um dos problemas com os quais nos confrontamos no Centro para Estudos Culturais: como trazer à tona os traços de raça historicamente mais profundos na cultura inglesa. Os que estavam ao nosso alcance eram, principalmente, os modelos desenvolvidos em estudos de comunicação em outros lugares, emprestados de sociedades que haviam confrontado esses pro-

blemas muito antes do que nós. E os estudos culturais, da forma como nos apropriávamos deles, naquela época e agora, os devoravam. Fomos alertados para a natureza da estereotipia racial, para a imagem negativa de raça e etnicidade na mídia, para a ausência de relatos sobre a experiência negra como parte central da história inglesa, para a repetição na mídia de uma forma simplificada e truncada de representar a história, a vida e a cultura negra. Estas nos proveram com certos métodos de análise e estudo que foram muito importantes para nós na fase inicial. Assim, a questão que quero enfatizar pode ser entendida de uma maneira na qual minha própria compreensão da questão de raça e racismo, e meu trabalho nesse sentido foram subseqüentemente transformados por acontecimentos dentro do campo dos próprios Estudos Culturais. Posso apenas aludir a essa transformação aqui, mas é algo que quero fazer para poder retornar ao meu ponto central mais tarde.

Noto uma mudança, por exemplo, na forma de entendermos como a mídia constrói e representa a raça. Antigamente, fazíamos perguntas sobre a precisão das representações da mídia. Queríamos saber se a mídia estava simplesmente distorcendo, como um espelho que distorce a realidade que existe fora de si mesmo. Mas o que os Estudos Culturais me ajudaram a compreender é que a mídia participa na formação, na constituição das coisas que reflete. Não é que há um mundo fora, “lá fora”, que existe livre dos discursos de representação. O que está “lá fora” é, parcialmente, constituído pela maneira como é representado. A realidade de raça em qualquer sociedade é, para usar um clichê, “mediada pela mídia”. As distorções e as simplificações da experiência, que certamente existem e, acima de tudo, as *ausências* – tivemos que desenvolver uma metodologia que nos ensinasse a ficar atentos não só ao que as pessoas diziam sobre raça, mas ao que as pessoas não podiam dizer sobre raça na Inglaterra, que é a sociedade por excelência das frases subentendidas. Eram os silêncios que nos diziam alguma coisa; era o que não estava lá. O que precisava da nossa atenção era o que estava invisível, o que não se podia enquadrar, o que aparentemente era impossível de ser dito. Se você quer perguntar “o que a análise de conteúdo lhe pode ensinar?”, bem, uma das perguntas que você tem que fazer é: “e aquelas pessoas que aparentam não ter conteúdo nenhum – que são puramente forma, simplesmente, forma puramente invisível?” Você pode apontar itens lexicais, se existem; mas você precisa usar um método diferente se realmente quer, por assim dizer, ler os significados de uma sociedade e de sua cultura.

É isso, de fato, o que tínhamos que tentar começar a aprender a fazer diante das lógicas do racismo, o que funcionou, como descobrimos depois, de forma mais parecida com o trabalho sobre sonhos de Freud do que como qualquer outra coisa. Descobrimos que o racismo se expressa através do deslocamento, através da negação, através da capacidade de dizer duas coisas contraditórias ao mesmo tempo, a imagem de superfície falando de um

conteúdo indizível, o conteúdo reprimido de uma cultura. Cada vez que assisto uma narrativa popular da televisão, como *Hill Street Blues* ou *Miami Vice*, com sua conjunção e união de masculinidades raciais no centro da sua estória, tenho que me beliscar para me lembrar que essas narrativas não são uma reflexão um tanto distorcida do estado real das relações raciais nas cidades americanas. Essas narrativas funcionam muito mais, como nos diz Claude Lévi-Strauss, como funcionam os mitos. São mitos que representam em forma de narrativa a resolução de coisas que não podem ser resolvidas na vida real. O que nos dizem é sobre a “vida de sonhos” de uma cultura. Mas, para conseguir um acesso privilegiado à vida de sonhos de uma cultura, precisamos saber como desconstruir as formas complexas pelas quais a narrativa impregna toda vida real.

Quando olhamos quaisquer dessas narrativas populares que constroem constantemente, na imaginação de uma sociedade, o lugar, as identidades, a experiência e as histórias dos diferentes povos que vivem nela, nos tornamos instantaneamente conscientes da complexidade da natureza do próprio racismo. É claro que um aspecto do racismo é, certamente, que ele ocupa um mundo de opostos maniqueístas: eles e nós, primitivo e civilizado, claro e escuro, um universo simbólico preto e branco. Mas, uma vez que você analisa ou identifica essa simples lógica, parece muito simples. Você pode combatê-la. Mas não pode passar uma vida inteira estudando-a; é quase óbvia demais para gastar mais tempo com ela. É uma perda de tempo acrescentar mais um livro sobre um mundo que, absolutamente, insiste em dividir tudo o que diz entre o bem e o mal. Minha convicção agora seria completamente diferente da conclusão de uma aluna de pós-graduação que veio ao Centro estudar narrativas populares sobre raça. Após dois anos, ela disse: “É supinamente óbvio. Não há mais nada a dizer. Uma vez que eu disse que é um texto racista, o que fazem o Capítulo 5, o Capítulo 6 e o Capítulo 7? Repetem, a mesma coisa, novamente”. Hoje eu daria conselhos muito diferentes daqueles que dei a ela naquela época.

Ao contrário da evidência superficial, não há nada simples na estrutura e nas dinâmicas do racismo. Minha convicção agora é que estamos só no começo de uma verdadeira compreensão de suas estruturas e mecanismos. É por isso que sua aparente simplicidade e rigidez são coisas importantes, sintomaticamente importantes a esse respeito. A própria rigidez do racismo é a chave da sua complexidade. Sua capacidade de acentuar o universo em dois grandes opostos encobre algo mais; encobre as complexidades de sentimentos e atitudes, crenças e conceitos, que sempre se negam a ser fixados e estabilizados tão nitidamente. As grandes divisões do racismo como estrutura de conhecimento e representação são também, a meu ver, um sistema profundo de defesa. São as fortificações externas, as trincheiras, as posições defensivas em torno de algo que se nega a ser domado e contido por esse sistema de representação. Toda essa energia e trabalho simbólico e narrativo

destinam-se a nos segurar “aqui” e a eles “lá”, a fixar cada um no lugar que lhe é designado enquanto espécie. É uma maneira de demarcar como nossas histórias de fato se entrelaçam e se interpenetram profundamente; como é necessário “o Outro” para nosso próprio senso de identidade; como até o poder dominante, colonizador, imperialista só sabe quem e o que é e só pode sentir o prazer do seu poder de dominação na e através da construção do Outro. Os dois são os dois lados da mesma moeda. E o Outro não está *lá fora de nós*, mas *aqui dentro de nós*. Não está fora, mas dentro.

Esse é o muito profundo discernimento de um dos mais surpreendentes, assombrosos e importantes livros nesse campo, *Black Sin, White Masks* de Franz Fanon:

O movimento, as atitudes, os olhares do Outro se fixam em mim aqui, no sentido em que uma solução química é fixada pela tinta (tingimento). Eu estava indignado, demandei uma explicação, não aconteceu nada, eu explodi e agora os fragmentos foram re-colocados por outro eu.

Podemos ver, nessa citação, que, além dos mecanismos de violência e agressão dirigidas, que são características da estereotipia racial, há outras coisas: os mecanismos de ruptura, de projeção, de defesa e de negação. Chegamos a compreender a tentativa de suprimir e controlar, através da economia simbólica de uma cultura, tudo o que é diferente; o perigo, a ameaça que a diferença representa; a tentativa de recusar, de reprimir, de fixar, de saber tudo sobre “o diferente” para que possamos controlá-lo; a tentativa de fazer daquilo que é diferente objeto de exercício de poder; a tentativa de expeli-lo simbolicamente para o outro lado do universo. E, então, compreendemos o retorno sub-reptício quando aquilo que foi expelido torna a voltar para incomodar os sonhos daqueles que pensaram, há pouco, que estavam salvos.

A violência, a agressão e o ódio implícitos na representação racista não podem ser negados. Mas ainda compreendemos muito pouco sua dupla natureza, suas profundas ambivalências. Tal como, tantas vezes nas culturas do Ocidente, a representação das mulheres aparece de maneira dividida – a moça boa/má, a mãe boa e má, madona e prostituta – também as representações dos negros, em diferentes momentos, exibem essa divisão, essa dupla estrutura. Os negros são simultaneamente leais, dependentes, infantis, tanto quanto não confiáveis, imprevisíveis, incertos; capazes de se tornarem vexatórios e de tramarem a traição logo que você vira as costas. Apesar de ser um objeto de infinita benevolência, eles, inexplicavelmente, fogem de nós em busca da liberdade numa sociedade que predica a liberdade. Ou, numa sociedade que se autodenomina cristã, eles gostam de cantar sobre a terra prometida. Eles simplesmente não ficam onde deveriam ficar.

Junto com essas representações, há um discurso que não parece expressar nobreza nem dignidade natural, nem beleza física sem invocar o negro primitivo. Por exemplo, na propaganda moderna, os trópicos, que de fato são brutalizados por dívidas e devastados pela fome e subnutrição, se tornaram os que detêm o privilegiado sentido do erótico, do divertimento, do prazer, da folga ilimitada. O período de nobreza de qualquer chefe ancião ou da força rítmica dos nativos, simultaneamente, expressa a nostalgia, o desejo na sociedade civilizada pela inocência, por um poder erótico do corpo que aparentemente se perdeu nas sociedades ditas civilizadas. Ao mesmo tempo, essas imagens representam o medo no seio da própria civilização, de ser continuamente invadida pela escura selvageria.

Essa dupla sintaxe do racismo – nunca uma coisa sem a outra – é algo que podemos associar com velhas imagens na mídia; mas o problema da mídia é que velhos filmes continuam a ser produzidos. Assim, os velhos tipos, a duplicidade e as velhas ambivalências continuam aparecendo a cada dia na tela da televisão. As multidões nativas inquietas de hoje ainda estão bem e vivas, participando dos exércitos guerrilheiros e dos grupos combatentes pela liberdade nos matos da Angola ou da Namíbia. Os negros ainda são os mais assustadores, e também os mais bem vestidos criminosos e policiais em qualquer série policial de Nova York. Eles são necessariamente os rápidos, bem falantes, astutos agentes secretos que conectam Starsky e Hutch ao gueto saturado de drogas. De que outra maneira saberiam aonde ir? Os vilões astutos e seus enormes capangas das novelas de aventura se espalharam em tudo o que hoje passa pelo que é hoje conhecido como aventura. A escrava mulata, sexualmente disponível, ainda está viva e latente em algum cenário exótico da televisão ou na capa de algum romance, embora seja, sem dúvida, simultaneamente centro de cobiça e de admiração especial, vestida de gala numa roupa de lantejoulas, acompanhada por uma fila de coristas brancos.

O primitivismo, a selvageria, a astúcia, a não confiabilidade sempre estão abaixo da superfície, simplesmente aguardando para abocanhar. Ainda podem ser identificados nos rostos dos líderes políticos negros ou nos “vigilantes”³ do gueto em todo mundo, planejando astutamente derrubar a civilização. A terra natal (versão branca) é muitas vezes tema de documentários nostálgicos na televisão inglesa: a Malásia, o Sri Lanka, a antiga Rodésia, a estepe sul-africana de antes da guerra, que eram até então fiéis servidores, como é de se esperar, planejam a traição no cafundó e fogem para se juntar à Zapu ou à ANC no mato. Homens tribais vestindo uniformes verdes.

Se formos analisar o racismo hoje, em suas estruturas e dinâmicas complexas, uma pergunta, um princípio acima de tudo, emerge como uma lição para nós. É o medo – o medo interno, assustador – de conviver com a *diferença*. Esse medo surge como consequência da fatal junção entre diferença e poder. E, nesse sentido, o trabalho que os estudos cultu-

rais têm que fazer é mobilizar todos os recursos intelectuais que podem encontrar para compreender o que faz com que as vidas que vivemos e as sociedades nas quais vivemos sejam profundamente anti-humanas na sua capacidade de conviver com a diferença. A mensagem dos Estudos Culturais é uma mensagem para os acadêmicos e intelectuais, mas, felizmente, para muitas outras pessoas também. Nesse sentido, tentei manter, por um lado, na minha vida intelectual, a convicção, a paixão pela devoção à interpretação objetiva, à análise, à análise rigorosa que busca compreender, à paixão por descobrir e à produção do conhecimento que não tínhamos antes. Mas, por outro lado, estou convencido de que nenhum intelectual que se gaba de si mesmo e nenhuma Universidade que queira manter a cabeça erguida perante o século vinte e um pode se dar ao luxo de olhar imparcialmente os problemas raciais e étnicos que assolam nosso mundo.

Este artigo é um texto revisado do discurso apresentado pelo autor em fevereiro de 1989, na ocasião em que lhe foi conferido o título de professor Honoris Causa da Universidade de Massachussets, em Amherst. Expressou-se especialmente grato ao Departamento de Comunicação e ao Professor Sut Jhally, por tê-lo convidado, nessa ocasião e anteriormente, a visitar a Universidade.

Recebido em dezembro/2004; aprovado em maio/2005

Notas

* HALL, S. "Race, culture, and communications: looking backward and forward at cultural studies". In: STOREY, J. (ed.). *What is cultural studies?*, London, Arnold, 1996, pp.336-343.

** Professor emérito da Universidade Nacional Australiana.

*** Professora doutora do Departamento de História da PUC-SP.

¹ "Coração da escuridão". O continente africano, em inglês, era conhecido como o continente escuro, por ser desconhecido. O Congo era o coração desse continente escuro. *Heart of Darkness*, de Joseph Conrad, é uma crítica ao colonialismo europeu na África (N.T.).

² Prato típico dos ingleses (N.T.).

³ "Vigilantes" é um termo que vem da época da conquista do oeste nos EUA. Vigilante Committees eram grupos que se organizavam nas fronteiras para fazer com que a lei fosse cumprida, decidiam quem deveria ser linchado, executado, etc. quando não cumpria a lei (N.T.).

ARTIGOS

EL FANTASMA DE LA REVOLUCIÓN HAITIANA Y LA INDEPENDENCIA DE CUBA (1820-1829)

Hernán Venegas Delgado*

Resumo

El artículo presentado forma parte de una investigación mayor sobre el independentismo temprano en Cuba (1820-1830), hasta ahora limitado a una visión capitalina-colonial. Los resultados de la investigación han arrojado una fuerte actividad y acción independentista en las regiones centrales y del centro-este cubano que, al nivel de las conocimientos actuales, se manifiesta como quizás la más importante de la colonia, incluyendo sus ramificaciones continentales americanas y sus relaciones con el rejuogo de las potencias europeas de la época. En tal sentido ese tipo de independentismo aconseja reconsiderar tabúes y prejuicios que aún prevalecen en la historiografía cubana en cuanto al llamado “miedo al negro” en el sentido de la posibilidad de que se reprodujese en Cuba otra revolución independentista del tipo haitiano, que pudiese llevar a la abolición de la esclavitud y a una guerra de razas. Los resultados de nuestra investigación presentan otras estrategias factibles de realización de los independentistas cubanos del centro y centro-este de Cuba en cuanto a la posibilidad de armonizar la relación esclavitud-independencia en la Cuba de ese período.

Palabras-chave

Historiografía cubana; independência; Cuba.

Abstract

The present article is part of a larger investigation about the early independentism in Cuba (1820-1830), until now limited to a “chief city/colonial” vision. Results of the investigation have evidenced a strong activity and independentist action in central and central-east Cuban regions, a feature which is considered, up to the present awareness, the most important manifestation of the colony, including its American continental ramifications and its interactions with the European potencies of the epoch. In this sense, for this kind of independentism it is advisable to reconsider taboos and prejudices still prevailing in Cuban historiography, regarding the so-called “miedo al negro” (fear of black people), in view of the possibility to reproduce in Cuba another independentist Haitian-type revolution, that could lead to the abolition of slavery and to the war among races. Results of our investigation point out other strategies, possible to be achieved by Cuban independentists from center and central-north Cuba, with the possibility of harmonizing the relation slavery-independence in Cuba during that period.

Key-words

Cuban historiography; independence; Cuba.

Consideraciones historiográficas mínimas

La historiografía cubana de todas las épocas ha considerado los impactos de la Revolución Haitiana en Cuba, en particular a fines del siglo XVIII y principios del XIX, en dos manifestaciones fundamentales. Una, aquella que tiene que ver con la emigración franco-haitiana hacia Cuba, en lo básico en cuanto a la macrorregión oriental de la colonia y, dos, aquella que se relaciona con el llamado “miedo al negro” o “miedo a otro Haití” en Cuba.

Esta son realidades que no obstante necesitan matizarse de forma urgente. En primer lugar, no se conoce a fondo el verdadero papel de los inmigrantes de Saint-Domingue ni en el occidente ni en el centro de la Isla, a no ser por referencias generales y un reciente libro de Rolando Álvarez Estévez,¹ pero sólo sobre el occidente, que tampoco profundiza – ni se propone hacerlo – en las estructuras económico-sociales resultantes de tal tipo de inmigración. Para el centro de Cuba, sólo existen referencias ocasionales.² En general, varios historiadores extranjeros se han ocupado de este asunto en Cuba, aunque de forma destacada Alain Yacou.³

Mucha más grave es la situación en cuanto a la archiconocida tesis del “miedo a otro Haití” o “miedo al negro”, que hiperboliza esa amenaza cierta para los hacendados pero que, historiográficamente hablando, los ata fatalmente a ese fenómeno. Sobre esto quiero precisamente extenderme un poco, basándome en un estudio de caso que es el resultado de la investigación que ahora desarrollo.

En realidad, nuestra historiografía no ha profundizado en otras realidades que pudiese haber aportado la investigación regional, por prejuicios ancestralmente concebidos, como tampoco ha arribado grosso modo a los estudios sobre historias de familias, que abren perspectivas para tal tipo de análisis, aunque es justo reconocer que pasos muy serios se han dado en una y otra dirección, pero sin una incorporación visible dentro de los análisis generales sobre la Historia general de Cuba.

En cualquier caso se ha vinculado ese “miedo”, que más bien es una especie de “terror haitiano”, pero historiográfico, con los hacendados, al ver en estos los causantes de que Cuba no accediese a su independencia cuando las otras colonias españolas lo hicieron, como tampoco después. Aquí entra a jugar también la tesis de la supuesta excepcionalidad del proceso histórico de la Cuba de principios del siglo XIX, en cuanto a que el desarrollo de su sistema de plantación impidió toda posibilidad de independencia al negársela sus hacendados.

Un buen ejemplo de ello es el de la historiadora María R. Sevilla, para quien “un factor que hay que tener en cuenta, para entender la permanencia de las Antillas en poder de España hasta finales del siglo, es la falta de conciencia de los isleños de su carácter como

entidad política” puesto que, según esta autora, estos fueron los primeros incorporados a España y “foco de expansión” de expediciones al Continente, a lo que agrega que “todo ello pudo influir considerablemente en el ánimo de los antillanos a la hora de romper sus lazos que duraban ya tres siglos, *durante los cuales se sintieron realmente españoles a pesar de las discrepancias que pudieran surgir con algunos peninsulares*”. Y finaliza Sevilla afirmando que, *además*, hay que considerar que el bienestar económico, en especial de Cuba, implicó que “*los isleños se negaron en general a seguir la vía independentista*”, pero que “*la causa fundamental (de tal actitud era) el espectro de Haití*” – éste y los demás subrayados que aparezcan en adelante son míos. Criterios similares a estos, aunque más matizados y en cuanto a “la experiencia de Saint-Domingue” concretamente, se mantienen en la actualidad en historiadores experimentados como José A. Piqueras,⁴ los cuales, en ambos casos, se vinculan de forma muy estrecha con una visión de la historia cubana centrada en la de las elites habaneras, de la cual – es justo reconocerlo – no ha podido desprenderse la mayoría de los mejores historiadores cubanos.

Algunas precisiones debo realizar de inicio, a reserva de que posteriormente pruebe mis afirmaciones. En primer lugar, si algo no ocurrió fue “la falta de conciencia de los isleños” sobre los asuntos que nos ocupan. En segundo lugar, esas “discrepancias” se tornaron irreconciliables en amplios espectros de la población cubana. En tercer lugar, es muy cuestionable que el factor económico haya sido elemento fundamental absoluto para no alcanzar la independencia. Y, en cuarto lugar, tampoco “el espectro de Haití” fue la causa fundamental de tal actitud. Sobre todo esto me extenderé en los resultados de investigación que más adelante presento.

No obstante, de inicio, llaman la atención afirmaciones contemporáneas que desdican tales criterios actuales. Así, un simple aunque agudo viajero de inicios de la década de 1820, Francis Robert Jameson, anticipaba su desmentida general de la siguiente manera:

El pueblo de Cuba tiene a mi parecer un carácter más individual y separatista, y se siente unido a la madre patria menos firmemente que los habitantes de cualquier otra isla de las Antillas. Son muchos los que expresan abiertamente la opinión de que aunque las raíces estén en Europa, la flor se abra aquí y contiene bastantes semillas para hacer germinar una planta en el mismo suelo.⁵

Otra cuestión, directamente conectada con la anterior y una de mis mayores preocupaciones de siempre es la de que nunca haya podido explicarme coherentemente por qué la gran mayoría de nuestros historiadores y los de otras latitudes que se interesan en el tema cubano, niegan a la Isla la misma posibilidad que tuvieron otras colonias que contaban con fuertes regiones esclavistas en el interior de éstas, ni mucho menos por qué no han podido

siquiera considerar en el sentido comparativo, siquiera de forma tangencial, la independencia de Brasil, esclavos incluidos desde luego. Tampoco nunca he podido hallar una explicación siquiera medianamente racional al hecho que no se considere la posibilidad real de que Cuba alcanzase su independencia mediante una invasión combinada de tropas mexicano-gran colombianas, cuando similar fenómeno ocurrió con el bastión del poder español que significaba el virreinato del Perú con tropas sudamericanas. En verdad no puedo menos que considerar el altísimo nivel de tales prejuicios historiográficos heredados.

Sé que la errónea tesis del insigne presbítero independentista Félix Varela (1824) de que “Es preciso no equivocarse, en la isla de Cuba no hay amor a España, ni a Colombia ni a Méjico, ni a nadie más que a las cajas de azúcar y los sacos de café (...y que a sus propietarios...) las demás provincias de América les han dado lecciones muy amargas”,⁶ no hizo sino echar más leña al fuego, aunque sin proponérselo, desde luego, de las conocidas posiciones de temor ante otro Haití del portavoz de la elite plantacionista y esclavista habanera, el reformista Francisco de Arango y Parreño.⁷ Una centuria después de Varela, otro insigne cubano, en este caso Enrique José Varona, reafirma en 1921: “Cuando el continente se levantó en armas contra España, Cuba permaneció sumisa; hizo más, se preparó a la defensa, fortificó puertos, artilló buques; el negrero se irguió ante Bolívar, ante el Libertador y le cerró el paso”.⁸

Las décadas que siguen del siglo XX no hacen sino repetir esa vieja tesis, manteniéndola incólume, entre otros por historiadores de la talla de Ramiro Guerra, con posiciones que han sido lamentablemente heredadas por la mayoría de mis colegas que hacen historiografía nacional. A fuer de ser justo, es importante mencionar en uno u otro sentido sobre todo las excepciones de Vidal Morales y Morales (*Iniciadores y primeros mártires*, 1901), Emeiterio Santovenia Echaide (*Bolívar y las Antillas Hispanas*, 1935) y Emilio Roig de Leuchsenring (*Bolívar, el Congreso Interamericano de Panamá, en 1826, y la independencia de Cuba y Puerto Rico*, 1956), para la primera mitad de ese siglo, así como las de Francisco Pérez Guzmán (*Bolívar y la independencia de Cuba*, 1988) y Sergio Guerra Vilaboy (*América Latina y la independencia de Cuba*, 1999) para las décadas más recientes que, sin llegar a conclusiones definitivas, desbrozan seriamente el camino para empeños mayores. Curiosamente, los prejuicios historiográficos – y otros seguramente – han sido tales que apenas se les ha tomado en cuenta en relación con el asunto que nos ocupa.

Ahora bien, concretándome a esa época, es decir, la de la década de 1820-1829, cuáles son los problemas fundamentales que explican este increíble error historiográfico. Uno de ellos – y no pretendo agotarlos todos – es el del énfasis punto menos que absoluto que nuestra historiografía hace en la actitud contraria a la independencia en ese entonces de la elite esclavista asentada en La Habana, como representativa de todas las elites coloniales.

Nada más alejado de la realidad. Se trata de un vicio historiográfico que afecta tanto a este problema como, en general, a casi todas las demás visiones que existen sobre la historia de nuestro país. Además de esto, de lo que sí estoy seguro es que al menos esta élite tuvo sus “disidentes” entonces, por emplear un término en boga. Digo esto porque los estudios clásicos, diríamos, al respecto, de los historiadores Roque Garrigó (*Historia documentada de la conspiración de los Soles y Rayos de Bolívar*, 1929) y Adrián del Valle (*Historia documentada de la conspiración de la Gran Legión del Águila Negra*, 1930), citados y recitados hasta la saciedad, no se tomaron la molestia de averiguar, entre los cientos de conspiradores detectados en la capital colonial y sus ramificaciones, sus procedencias sociales, económicas y políticas respectivas, ni mucho menos sus familias y relaciones clientelares. Pero es que además desconfío de estos historiadores “clásicos” por haber desechado, *en los mismos legajos y expedientes* que utilizaron para escribir sus obras respectivas, la información que estos brindan sobre el resto del país. Estoy haciendo referencia concreta a la antigua colección de documentos conocida bajo el nombre de Vilanova, hoy Fondo de Asuntos Políticos del Archivo Nacional de la República.

La otra parte del problema radica en el hecho de que esa absolutización efectuada para toda Cuba desde la capital, elimina graciosamente y de un plumazo (literalmente hablando) alrededor del 80 % del total de la población y del área total de la Colonia de ese entonces. Entonces, concordemos, se está hablando de Historia de La Habana – desde luego, de forma imperfecta –, no de Historia de Cuba.

Por otro lado, como viejo vicio historiográfico, relacionado de forma umbilical con el anterior, se desestiman, de otro plumazo, todas las demás regiones de la Isla, en particular aquellas en que no predomina la plantación, es decir, la inmensa mayoría de todas, pero donde también es posible encontrar enclaves azucareros esclavistas. En la misma dirección, se presupone, de forma totalmente errónea, que la supuesta actitud de todos los hacendados esclavistas habaneros es la misma de sus homólogos de las pocas regiones y enclaves plantacionistas que entonces se desarrollaban, como los de Trinidad, en el centro cubano; Nuevitas, en su centro-este y Santiago de Cuba, en el oriente. Aquí influye casi de forma absoluta el autoproclamado criterio de Francisco de Arango y Parreño de que él hablaba a nombre de toda Cuba⁹, cuando en realidad incluso proyectos regionales similares al habanero, como los antes mencionados, nada tienen que ver con aquel. Nada más alejado de la verdad histórica.

En fin, es en tal sentido que investigo, ya con resultados apreciables, este problema de la relación familiar de la élite-región-independencia temprana, tomando como base el centro (Las Villas y en particular Trinidad) y el centro-este (Puerto Príncipe, hoy Camagüey).

Hacendados esclavistas e independencia

La actividad independentista en Cuba no puede ser borrada y ni siquiera minimizada o marginalizada por decreto historiográfico durante la década de 1820-29, pues los resultados de las investigaciones regionales arrojan otros resultados. Así, el cabildo de Puerto Príncipe es conclusivo al respecto cuando dice el 31 de octubre de 1823:

En La Habana sola no hay conspiradores para la independencia (...) *Toda la isla* abunda en traidores que maquinan su destrucción (...pues...), como se sabe, aquí (en Puerto Príncipe, H. V. D.) debía darse el primer grito de independencia para que corriese desde este centro (de la Isla, hvd) a los extremos, comprometiendo a los (demás) pueblos a repetirlo (...), rebelión que tienen preparados tanto tiempo hace las asociaciones secretas de todos los pueblos ligados con los más estrechos vínculos.¹⁰

De forma paralela, las amenazas exteriores contra la estabilidad colonial en Cuba se correspondían con el polvorín insular. Así, el cabildo de Trinidad, en su sesión del 12 de julio de 1822 exponía con toda claridad al Capitán General que “si hay invasión no se mira lejos el resultado funesto que nos espera”, por lo que indicaba, en otra sesión, de 4 de marzo de ese año, “perseguir los buques de los independentes y de piratas, *de que están plagadas las costas de esta Ysla*”, para concluir, a manera de balance sobre este tópico, en la sesión del 21 de octubre, también de ese año, “*de cuyas resultas estan las carceles llenas (sic)*.”¹¹ No es difícil concordar, al leer con mucho cuidado los velados documentos de la época, que la situación no podía ser más explosiva.

Incluso otros tres elementos deben ser considerados forzosamente: el de las propias fuerzas armadas coloniales, el de las autoridades españolas y el del propio pueblo español en general, en todos los cuales se expresaban con mucho vigor los elementos liberales y constitucionalistas, que los hacía proclive a simpatizar con la independencia de Hispanoamérica. En cuanto a las fuerzas armadas hispanas, un historiador español del siglo XIX, partidario de la permanencia colonial en las Antillas, pero no por esto menos objetivo, Justo Zaragoza, decía al respecto:

Alteraban también (la tranquilidad pública) las tropas y cuerpos sueltos procedentes del ejército de Costa Firme (...), las cuales, afiliadas en todas sus clases hasta la del soldado, *en las menos españolas de aquellas sociedades políticas*, alimentaban sus exageraciones *refiriendo hechos heroicos de Bolívar*, y *glorificando en el nombre de éste a todos los liberales e independientes del pueblo americano* a la vez que desobedecían a sus propias autoridades y fomentaban la indisciplina de los demás cuerpos regulares de la guarnición.¹²

De tal manera, un hecho muy conocido en la historiografía cubana y sobre Cuba es el del papel que tuvieron en La Habana los regimientos de Málaga y Cataluña en la reimplantación de la Constitución de 1812 en el año de 1820,¹³ lo que indica la poderosa cepa liberal que animaba a parte de las fuerzas armadas coloniales hispanas, en este caso en Cuba.

En cuanto a lo segundo, o sea, el comprometimiento y participación de las autoridades gubernamentales españolas en el proceso independentista cubano, la investigación regional aporta jugosos dividendos. Así, tras el desembarco de emisarios colombianos, a inicios de 1826, por las costas de Sancti Spíritus y Trinidad, para contactar con el hacendado José Antonio Iznaga y otros colaboradores, son procesados no sólo este notorio independentista sino también dos civiles españoles que venían en la expedición, más el propio Gobernador de Trinidad, coronel Manuel Junquito Vaquerizo y numerosos funcionarios y militares relacionados con el hecho.¹⁴

Y, por si todo esto fuera poco, hasta el propio Gobernador y Capitán General de la Isla, Francisco Dionisio Vives, había alertado y anticipado, mediante carta reservada fechada probablemente a principios de 1825, al anterior Gobernador trinitario, teniente coronel Antonio Modesto del Valle, de su destitución y procesamiento por infidencia, ordenado por el mismísimo Rey de España, por Real Orden de noviembre de 1824.¹⁵ Como es lógico, muchas interrogantes se abren sobre el complicado, convulso y rico período, que no pueden ser reducidas a las respuestas preconcebidas y al uso.

Un tercer elemento es el del propio pueblo español. Así, este mismo Valle, para evitar las sospechas y acusaciones acumulativas que ya pesaban sobre él por su apoyo efectivo a los independentistas, denunciaba un probable ataque a Trinidad, a fines de 1824, en el cual estaban comprometidos y “teniendo reunidos al efecto en New-York una porción de entes perdidos y deleznable, arrojados por sus crímenes de esta Isla, de algunos otros puntos de América y de la Península.”¹⁶

También, prácticamente ignorado es otro hecho, el del apoyo de los independentistas de la América Española, incluidos los cubanos, a las libertades de la propia Península. Referencias diversas existen en cuanto a numerosas personalidades del Continente Nuestro. En Cuba, una carta de un funcionario cabildario de Remedios, villa del centro cubano, al Gobernador y Capitán General de la Isla, de 9 de noviembre de 1823, dice que los conspiradores independentistas son “hombres que ellos mismos se llaman liberales” y que tal es su liberalismo que estos afirman que si entonces España “se convierte en una provincia de la Francia (reaccionaria) esta dha. (dicha) debe buscar protección *en sus hermanos de América*”.¹⁷ Otros independentistas, en este caso latinoamericanos que radicaban en Cuba y conspiraban activamente a favor de su independencia, como el rioplatense José Antonio Miralla, tenían tan arraigada la ideología liberal, que rechazaban la monarquía reaccionaria

de Agustín de Iturbide en el México recién independizado, pronunciándose siempre a favor de la república liberal. En el mismo sentido, otro de estos conspiradores, el colombiano Fernández Madrid, redactó un “Proyecto de Confederación Patriótica”, que proponía la unión de las repúblicas hispanoamericanas con la propia España, a través de una confederación de estados republicanos liberales a ambos lados del océano.¹⁸ Concordemos entonces, la lucha no es contra España, sino contra el colonialismo español.

Por otro lado, la historiografía al uso por lo general olvida un hecho capital, el sentido de la lucha por la independencia es hispanoamericanista, no nacional, pues la nación como categoría sociológica e histórica aún se está desarrollando en la América Hispana. De tal manera, un miembro destacado de la élite caraqueña, Simón Bolívar, Libertador de media docena de países posteriores, dirá “Una sola debe ser la patria de todos los (hispano)americanos”.¹⁹ El rioplatense de clase acomodada mencionado, Miralla, escribía a la sazón que “es uno el corazón (hispano)americano”.²⁰ Un guayaquileño, también activo conspirador a favor de Cuba, Vicente Rocafuerte, escribiría después, al referirse a aquellos años de conspiración y revolución “En esa época feliz yo consideraba toda la América española como la patria de mi nacimiento”.²¹

Otro decidido partidario y colaborador irreductible de la independencia cubana, el presidente mexicano Guadalupe Victoria, síntesis en su seudónimo de la victoria independentista bajo la advocación de la virgen de Guadalupe, “Reina de México y Emperatriz de América”, no sólo es propugnador de la federación hispanoamericana, si no que, además, dice el propio Bolívar que le ofrece con toda generosidad “que se me nombrase Generalísimo de la Unión Americana”.²²

Incluso otro hispanoamericanista es apenas conocido, el general salvadoreño Dr. Manuel José Arce, después primer presidente de las Provincias Unidas de Centro América, quien se planteó a partir de 1823 un plan conjunto de tropas de su país, Colombia y México para llevar la independencia a Cuba.²³ Es el mismo que, siendo presidente de ese estado, giró instrucciones a sus delegados al Congreso de Panamá de 1826, para que apoyasen de forma total la independencia de Cuba y de Puerto Rico, en los siguientes términos diáfanos y perentorios:

Para resolver respecto de las islas de *Puerto Rico y Cuba*, reuniendo todas las fuerzas a fin de libertarlas de la dominación española, en el concepto de que, libres, deben unidas formar nación independiente (...) para que la América entera, no caiga en el descrédito que le traería la frustración de la empresa.²⁴

En primer lugar es obvio que la empresa liberadora es conjunta, de varios estados hispanoamericanos. En segundo lugar, el documento es explícito al exponer lo que estos

estados se proponen, “formar nación independiente” con ambas Antillas. En tercer lugar, se concibe un solo estado para ambas islas, lo que es el primer anuncio conocido de antillanismo primigenio. Y, en cuarto lugar, la concepción es esencialmente hispanoamericanista.

Y, por si quedaran dudas con dos de los estados restantes no enfrascados entonces en la fraternización hispanoamericana y en concreto con las islas aún españolas, éstas las despejas el propio Bolívar en carta de 21 de febrero de 1826 al vicepresidente de la Gran Colombia, general Francisco de Paula Santander, cuando le dice que, en cuanto a “Chile y Buenos Aires (...) no quieren ir a La Habana (o sea, Cuba), porque tienen que ir a Chiloé que les pertenece” y aún estaba ocupada por España.²⁵ Por su parte, el caso del Paraguay del Dr. Francia es más conocido y previsible, dada su política aislacionista.

Otro estado efímero (1821), el de Santo Domingo, inmediatamente ocupado por Haití, contribuía a ese hispanoamericanismo y solidaridad con la independencia cubana a través sus emigrados en esta última isla. De aquí una representación del cabildo de Puerto Príncipe, en Cuba, de 8 de abril de 1823, en que se denuncia que:

(...) los disturbios y bullicios son los que causa La Cadena (...grupo conspirador...), siendo lo más sensible que *los principales interesados en el incendio público son naturales de la Ysla de Santo Domingo* que han recibido beneficios marcados en esta Ciudad (e incluso que) aquí (en Puerto Príncipe) existe uno de los que firmaron la declaratoria de Independencia que se hizo en la capital de dicha Ysla, después de haberse restablecido la Constitución, (más) otro individuo que era del Ayuntamiento, que continuó después de la Revolución, y existen otros que emigraron cuando los negros (haitianos) ocuparon la ciudad (de Santo Domingo) y se consideraron en peligro.²⁶

Por cierto, se impone una aclaración en esta dirección, no en cuanto a un estado hispanoamericano sino latinoamericano. Si el joven estado haitiano no colaboró más efectivamente durante la década de 1820, como lo había hecho antes con los primeros esfuerzos por la independencia hispanoamericana – incluidas las islas vecinas subyugadas por la metrópoli española –, esto se debió a las continuas agresiones y amenazas de que había sido víctima y el peligro potencial en que vivía. De igual manera, la ocupación haitiana de la efímera República de Santo Domingo, del este de la isla de La Española, requería de todos sus esfuerzos de entonces.

Y finalmente, un cubano, trinitario, hijo de dos de las más ricas familias plantacionistas de toda la Isla, José Aniceto Iznaga y Borrell, le escribe una carta al general José Antonio Páez, después presidente de Venezuela y también decidido partidario de la independencia de Cuba y Puerto Rico, con fecha 3 de enero de 1825, en la que le decía: “Cubano de

nacimiento, y poseído del deseo más vehemente de ver a mi Patria y a toda la América (Hispana) feliz y libre, he procurado apoyar en cuanto ha dependido de mi los esfuerzos que se hacen para emanciparla del dominio español.”²⁷

Obsérvese el énfasis puesto en la búsqueda tanto de la independencia de la América Hispana como de la felicidad, vieja divisa de la Ilustración liberal.

Por todas estas razones es que no puedo aceptar la tesis aislacionista del insigne Félix Varela en cuanto a Cuba en el sentido de que “desearía verla tan Isla en política como lo es en la naturaleza”,²⁸ porque el sentido, las realidades, los sentimientos y las necesidades de la lucha independentista son otros a los que él sustenta. Por lo menos en las regiones que he investigado esas realidades son otras. Por ejemplo, en el puerto por excelencia de la región de Puerto Príncipe, el de Nuevitas, hacia donde se había extendido la conspiración y los planes independentistas, un denunciante decía en febrero de 1823 que le habían propuesto formar parte de un grupo de cien hombres “que, con lo sien fusiles (sic) que tenían listos, quitasen el poder a los españoles de la villa, tomasen su fuerte y esperasen un convoy que debía venir de Colombia para lograr la independencia de la Isla”.²⁹ Y conste que estamos haciendo referencia a una población portuaria recién fundada años antes, en 1819. La pregunta es que si aquí se podían levantar 100 hombres con sus fusiles respectivos, qué no se estaría planificando en el resto de Cuba, como veremos más adelante.

En esa misma región principieña, en su capital, la ciudad de Puerto Príncipe, cuál no sería el sentimiento hispanoamericanista prevaleciente que circulaban décimas independentistas con éste, como la siguiente, que apareció en un pasquín sedicioso en la noche del 3 de febrero de 1826:

Compatriotas principieños
ya que Bolívar, Victoria
nos tienen en su memoria
Y han hecho fuertes empeños
Porque no tengamos dueños
Haced las armas prevenir
Que pronto iréis a recibir
Sus valientes veteranos
Hablo con todos Cubanos
Si apetecéis libres vivir (30)

Mientras, en Trinidad, la otra región estudiada, la situación era muy similar, los pasquines independentistas que circulaban por sus calles, hacían gala *siempre* de esa identificación con Colombia y en general con la América Hispana insurreccionada. En un grupo de estos, distribuidos durante la Semana Santa de 1826, se decía:

Biba la independencia Biba Colombia Muera Muera Muera este Gobierno arrástralo por las
calles Listo Hermanos míos Ser libre
Biba Biba Biba La independencia y muera este Gobierno Esten prontos Hermanos míos Biba
Colombia
Biba la independencia Biba Colombia Muera Muera Muera este Gobierno arrastrarlo por las
calles listos hermanos míos para ser libre (sic).³¹

El plan y la acción independentista trinitario-principeño

Sobre el papel de las logias secretas en los procesos independentistas cubanos se ha escrito mucho, lo que entiendo coherente con la verdad histórica. Ahora bien, no estimo que se haya hecho una diferenciación entre la pertenencia real a esas logias por parte de los conspiradores independentistas y su utilización práctica para las actividades conspirativas, que es otra cuestión. Pero ahora no me detendré en ello. En cualquier caso me parece importante traer de nuevo al texto una opinión de Justo Zaragoza en el sentido de que

Estas logias no eran sólo en La Habana (...) sino en los principales pueblos de la isla, en los que, a pesar de disfrutarse aparentemente de una tranquilidad (...), tenían *los ánimos en agitación perenne y dispuestos a un rompimiento* (...). *Puerto Príncipe, Matanzas, Trinidad, (Santiago de) Cuba y Bayamo teatro eran de grandes discordias.*³²

Entre estas poblaciones, Puerto Príncipe era un hervidero aún en 1829, pese a todas las tesis contrarias de la historiografía sobre el tema. Según un escrito del Gobernador de Santiago de Cuba, dirigido al Gobernador Superior Político de La Habana, existía en el Príncipe un “desagradable estado de división, intranquilidad y efervescencia (sic)” política³³ que, desde inicios de esa década, se había no sólo impuesto sino generalizado entre sus díscolos habitantes. Por esto el Oidor de la Audiencia de Puerto Príncipe, el peruano Dr. Manuel Vidaurre Encalada, uno de los centros de la conspiración independentista de La Cadena Triangular, se permite oponer públicamente, el 17 de noviembre de 1821 al acuartelamiento en esa ciudad de parte de un regimiento español pues, según él argumenta “Esas tropas componen una parte de las que han derramado muchísima sangre de *nuestros hermanos de América* (pues) al amante de su patria le fastidia la presencia del que ejerció sus manos en *destronar a los suyos*”.³⁴

No es pues de extrañar que, acto seguido, se descubriese una vastísima conspiración, en 1823, cuyo centro era La Cadena Triangular, conectada con toda Cuba, como antes se vio. Entre los encausados se hallaban varios sacerdotes,³⁵ así como todo un prontuario de prácticamente todas las más viejas familias de la elite ganadera – y también recientemente azucarera y esclavista –, abiertamente incluidas en las actividades independentistas: los

Agüero, Arango, Betancourt, Agramonte, etc. No está de más añadir que el citado historiador Justo Zaragoza pondría al mismo nivel al “incendiario” Dr. Vidaurre, participante desde luego en la conspiración, con los sacerdotes independentistas, incluyendo a estos últimos en lo que calificó como “turbulenta y poco moralizada curia de Puerto Príncipe”.³⁶ Además, las consabidas familias dominicanas implicadas.

En resumen, muchos dominicanos, un peruano, un venezolano y un colombiano aún en proceso de investigación, el apoyo colombiano y mexicano desde el exterior, más los conspiradores cubanos, ¡que de todo hay en la viña del Señor! Entonces, ¿éste es el supuesto desamor a la independencia temprana de Cuba?, ¿es éste el titulado insuficiente apoyo final de los hermanos del Continente al proceso independentista cubano de la década de 1820-1829 ?

Uno de esos conspiradores de entonces, Alonso Betancourt y Betancourt (que no por casualidad son recurrentes los apellidos familiares), inicia a su primo, Francisco (Frasquito) Agüero Velasco, en la conspiración. Este último es apoyado por su tía materna, Loreto de Velasco, propietaria del ingenio azucarero “Buenavista” y propietaria de esclavos, ubicado cerca de Nuevitas. Es más, exiliado Frasquito por sus actividades independentistas y de regreso clandestinamente a Cuba a fines de enero de 1826, junto al mestizo Andrés Manuel Sánchez, también principense, al ser descubierto, halló asilo y protección tanto en casa de su medio hermana, Angela Agramonte Velasco, como también, después, en el ingenio azucarero “San José de las Cuabas”, propiedad de su sobrino, Francisco Zequeira Agramonte (nótese en ambos casos el apellido Agramonte).³⁷

Entonces, ¿por qué esa insistencia en apartar a todos los hacendados del proceso independentista, si ésta no fue la realidad de esa época concreta? Enseguida me extenderé al respecto y con mayores elementos probatorios. Mientras tanto, en Trinidad, núcleo político y militar de todo el centro cubano, la situación era muy similar a la de Puerto Príncipe y el oriente cubano, este último prácticamente desconocido en la actualidad en cuanto a lo que nos ocupa ahora. Allí, en fecha tan temprana como la de 8 de noviembre de 1819, el Gobernador de Santiago de Cuba se dirige al de Trinidad, dándole cuenta “de la declaración que ha hecho el ciudadano americano Tomas Willock sobre haber comprendido al tiempo de su partida de Jamaica q. se disponía una fuerza pa. obrar hostilmente contra la población al mando de V. (Trinidad)” (sic).³⁸ En 1822 se le atribuyen al hacendado José Aniceto Iznaga Borrell, entonces exiliado en los Estados Unidos, cuantas conspiraciones y actividades independentistas se realizaban desde el exterior, como por ejemplo el haber ordenado la distribución de pasquines incendiarios, como aquel cuya copia en metálico aún lo exhiben orgullosamente los trinitarios en la fachada principal de la iglesia de Paula,

situada en la nueva plaza mayor, donde estaba – y está – el ayuntamiento local. Su texto es evidente en sus propósitos: “Biba La independencia / por La Razon o La fuerza / señor alluntamiento de trinidad / yndependencia o muerte” (sic).

Este Iznaga, junto con sus hermanos José Antonio y Antonio Abad, formados en el Seminario de San Carlos y San Ambrosio, fragua de cubanía y de liberalismo,⁹ forman parte de una de las dos familias más opulentas de Trinidad y una de las primeras de la Isla, constructora de la célebre Torre de Manaca-Iznaga, símbolo hoy del esclavismo cubano y parte integrante de la ciudad y su valle, declarado Patrimonio Cultural de la Humanidad. En 1814 la familia posee, por la vía sólo de la herencia paterna, tres ingenios azucareros con 248 esclavos en estos, propiedades ganaderas diversas con unas 1.500 reses y otros animales, más bienes urbanos diversos. Sólo por herencia materna le corresponde a José Aniceto, líder indiscutible del grupo conspirador, el ingenio “San José Abajo”, a la vez que la esposa de éste, la espirituaña Luisa del Camino, es hija de una familia poseedora de dos cafetales, sus esclavos y otras propiedades.⁴⁰ Desde luego, habría que añadir que los padres de ambos cónyuges y sus mismos hermanos ostentan largas hojas de servicios cabildarios, incluidos los de alcalde, en Trinidad y Sancti Spíritus, respectivamente.

El otro de los hermanos, José Antonio, quien queda de cabeza del movimiento independentista en Trinidad tras el exilio de José Aniceto en 1819, se había casado en 1814 con Francisca del Valle y Castillo, es decir, con una rica heredera de la principal familia de hacendados de Sancti Spíritus, región vecina a la trinitaria. La dote de ésta para el casamiento fue de 400.000 reales, la casa-palacio familiar (hoy museo colonial) y el ingenio “San José de Río Abajo”, con 200 esclavos, a lo que unía José Antonio otros dos ingenios, el “Cabarnao” – habido por herencia familiar – y el “Palmarito”,⁴¹ con sus esclavos correspondientes, desde luego.

De tal manera, José Antonio Iznaga pasaba a ser cuñado del no menos rico hacendado y teniente coronel del ejército español Antonio Modesto del Valle y Castillo, jefe del Batallón de Milicias Disciplinadas de Trinidad en 1823 y casi enseguida Gobernador Político de esa misma jurisdicción que además incluía las llamadas tres “villas anexas” de Sancti Spíritus, Villa Clara y Remedios, todas del centro cubano, más una semi-jurisdicción sobre la recién fundada colonia de Fernandina de Jagua (después Cienfuegos), hasta su destitución por actividades independentistas y manifiesto liberalismo.⁴²

También José Antonio Iznaga pasaba a ser yerno, por la misma vía, del coronel Fernando del Valle Lorente quien, conjuntamente con su hijo Antonio Modesto y demás miembros principales de su familia, eran acusados en 1823 por el alcalde monárquico de Sancti Spíritus como “promotores de un partido de facciosos, desde el año 1.820”, así como de tener “relaciones notorias con los cadenarios de Puerto Príncipe (que tenían por) finalidad acor-

dar el grito de independencia”. Es más, en ese mismo año de 1820 al coronel Fernando del Valle, con antecedentes de desafeción al trono desde el primer período constitucional de 1812-1814, le fue anulada su elección como diputado a Cortes por “haber obtenido votos de hombres de la raza de color”.⁴³ Estos hechos de 1820 resaltan aún más por el hecho de que en 1821 había sido abortada una conspiración de mestizos y negros libres en Sancti Spíritus, presumiblemente independentista y claramente abolicionista,⁴⁴ en la que parece que también estuvo implicado el coronel Fernando del Valle.

Es conveniente destacar que el coronel Fernando del Valle es propietario de 300 esclavos ya en 1785-1786, es decir, del 10 % de total de los esclavos que existían en la región espirituaná en 1792, la mayoría ubicados en el fomento de sus ingenios azucareros “Flor del Valle” y “Río Abajo”, que lo desdoblan en plantador esclavista a partir de sus iniciales propiedades ganaderas,⁴⁵ con particular énfasis durante los primeros lustros del siglo XIX. A partir de entonces Valle continuaría incrementando sus propiedades... y honores en Sancti Spíritus: Regidor Perpetuo, Alcalde de la Santa Hermandad, Comandante de Armas, Diputado del Real Consulado, Coronel Jefe del Batallón de Milicias Provinciales de las Cuatro Villas (1817), Auditor de Guerra y Coronel de Infantería de los Reales Ejércitos (1822).⁴⁶

En el ínterin, el otro hermano conspirador de los Iznagas, el más pequeño de los tres, Antonio Abad, sentaba plaza como comerciante en los Estados Unidos, pretexto ideal para poner en práctica su independentismo militante, asentado en un idealismo a toda prueba, que le valió el cariño especial y la predilección de José Aniceto.⁴⁷

Cuál no sería el grado de la conspiración independentista y su nexo indisoluble con la de Puerto Príncipe que entre 1823 y 1824 el antes citado Oidor Dr. Vidaurre, ante la inminencia de encarcelamiento por sus actividades y negativas a trasladar su plaza a la Península, escapó a través de las propiedades Iznaga-Valle, primero a través de Sancti Spíritus y después de las de Trinidad. Tan protegido se halló en esos meses el abogado peruano que, según Francisco Calcagno, pudo incluso concluir su obra *Derecho Penal y sus Relaciones con la Religión y la Filosofía*.⁴⁸

Pero además, las ramificaciones de la conspiración en Trinidad, como las de Puerto Príncipe, eran cuantiosas. Por una sustanciosa delación de 29 de agosto de 1823, efectuada por Francisco Miguel Valdespino, ex capitán de milicias, se sabe que los dos hermanos Iznaga refugiados en los Estados Unidos (José Aniceto y Antonio Abad) se comunicaban ampliamente con Trinidad y específicamente con el otro hermano conspirador, José Antonio. Dice el delator que el 20 de julio de ese año dos pasajeros, “untal Betancur hijo de puerto príncipe y un sobrino suyo”(sic), desembarcados en el puerto de Casilda, eran conducidos a Trinidad *en una volante del propio Gobernador*, en cuya casa “seallan

bibiendo muy ocuntamente” (sic). Al primero de estos, ya conocido de Puerto Príncipe, se le acusa de agente colombiano para planear la independencia de Cuba y de que “es publico (que) pasó a Santo Domingo en busca de tropa”. Recuérdese similares acusaciones en Puerto Príncipe en cuanto a los nexos de los independentistas cubanos con los dominicanos, aunque llama la atención que en ese momento el país se hallaba ocupado por Haití, lo que abre nuevas interrogantes al respecto.

Es más, en esa misma delación se amplía el nombre conocido de los conspiradores en Trinidad. Entre estos sólo mencionaré a los más conspicuos y poderosos, como el hacendado esclavista y Juez de Letras Dr. Gabriel Suárez del Villar, a quien se le acusa de “capitan de la Rebolusion (y) sometido al Señor de balles” (sic) – es decir, con el teniente coronel Antonio Modesto del Valle – con quien celebra encuentros “todas las mas de las noches”. También se le acusa de haber nombrado como oficial de caballería a un cuñado suyo, el “Tente. del (regimiento de) León Dn. José Antonio Balmaña”, así como de ser hermano de otro conspirador, José Rafael Suárez del Villar.⁴⁹

El mismo miserable individuo, en una nueva delación con fecha 4 de agosto, pero de 1824, cataloga ahora al Dr. Suárez del Villar como “cabeza de la facción” independentista en la región, subrayando la labor de éste *para controlar los cuerpos de las milicias*. En la nueva misiva acusa como conspirador independentista a un cuñado de este mismo Suárez del Villar, el hacendado esclavista Diego Julián Sánchez y Pomares, quien había sido el anterior capitán de la compañía de milicias de caballería que el propio delator había comandado aún antes. A lo que agrega que el Dr. Suárez del Villar:

Por otra parte ha introducido de oficiales de voluntarios realistas de infantería a Dn. Juan Fernández, Dn. Antonio Amat, Dn. Felipe Apestequí, Dn. Vicente de Lara y Dn. José Rafael – su propio hermano –, con otros varios que (...) son los que firmaron el papel de Constitución o muerte.

Así concluye, y no sin razón, que por lo tanto, “en breve tendremos un batallón de enemigos”.⁵⁰ Y aún más en el ámbito de la preparación militar. De paso, este eficiente delator denuncia también a “Dn. Manuel Errasquis (quien) *fue oficial de la república de Colombia* y procesado en el Tribunal de Marina pr. Pirata (corsario insurgente, H. V. D.). Está al lado del Juez de Letras (el Dr. Suárez del Villar) para sus empresas”.⁵¹

De todos estos denunciados, aparte de los hacendados esclavistas, cabildarios, oficiales de tropa miliciano y hasta un ex oficial del ejército colombiano los mencionados Fernández, Amat y Apestequí son comerciantes, después desdoblados en hacendados azucareros.

Además, esa delación del 4 de agosto de 1824 incluye al alcalde Garmendía, al regidor Juan de Armenteros, tío del Dr. Suárez del Villar y al Fiel Ejecutor Diego Julián Sánchez, abuelo de la esposa del Dr. Suárez. Otro de los implicados en la delación, el también hacendado esclavista Juan Bécquer (John Baker), era un norteamericano nacionalizado español en Trinidad, de quien dice el delator que “*los facciosos cuentan con él y con su Caudal pa. sus empresas*”.⁵² A este mismo hacendado, Bécquer, se le acusa, por una nueva delación de 21 de agosto de 1824, de ser protector de otro grupo revolucionario situado en Kingston, Jamaica, integrado por un trinitario y principieños, entre los últimos los apellidos hacendatarios Arango y Betancourt, de nuevo. El trinitario, de familia hacendada también, es Roque Fernández de Lara,⁵³ más adelante reportado como activo promotor independentista en México junto a Antonio Abad Iznaga y quien terminaría casándose, muchos años después, con la viuda de José Antonio Iznaga. Roque, por añadidura, era también hermano de otro conspirador, hacendado desde luego.

Y otro denunciado es el hacendado esclavista y Sub Delegado de Hacienda, José Manuel Irarragorri,⁵⁴ quien sería alcalde y funcionario cabildario en varios períodos y uno de cuyos descendientes inmediatos, José Manuel Irarragorri Muñoz, se casaría precisamente más adelante con una de las hijas de José Aniceto Iznaga.

Ahora bien, quizás lo más interesante de todas estas denuncias desde el punto de vista del objetivo que me propongo en este trabajo, es que el denunciante recalca, espantado, que el Dr. Suárez del Villar tiene unos 150 esclavos, Bécquer como 150 e Irarragorri alrededor de 170, lo que en opinión del delator intranquiliza “al vecindario” (sic). Incluso se incluye al también hacendado esclavista Pío (Fernández) de Lara – el hermano del antes mencionado Roque –, para quien la independencia era un cálculo, como quizás también lo era para Bécquer y algunos otros, que no todos, de estos hacendados. Así, dice dicho delator, que don Pío tuvo en su ingenio “un conbite de aquellos òmbres incautos trabajándolos (para) qe. en viniendo los Colombianos era necesario ponerse Al partido dellos para sacar mejor partido” (sic).⁵⁵

Tampoco el clero local, como en Puerto Príncipe, dejó de estar representado en la conjura y actuación independentistas, como es el caso del presbítero de Trinidad Juan de Dios Sánchez, tan activo que fue catalogado por el Judas local de marras, al que venimos haciendo referencia, de: “oprobio del estado eclesiástico, (...que...) escandaliza a cuantos le oyen ciertos sermones obscenos *que predica con frecuencia: y anda siempre de Pueblo en Pueblo ocupado en asuntos del Partido (de la independencia)*”.⁵⁶

Como vemos, la amalgama a favor de la independencia no podía ser más explosiva y eficaz: familias de la elite, profesionales, negros y mestizos libres, hacendados esclavistas, ex militares colombianos, comerciantes enriquecidos con el comercio negro, sacerdotes,

funcionarios cabildarios y clientelas de todo tipo a favor de la independencia, a reserva de que estas últimas deben ser estudiadas a profundidad, pues incluye aquel sector de la población menos favorecido y a las capas medias de ésta.

Desde luego, las contramedidas oficiales no se hacían esperar. En un escrito reservado de 16 de marzo de 1826, firmado en Trinidad por el conde de O'Reilly, jefe de la Comandancia General del recién creado Departamento Central, con capital en esa ciudad, y dirigido al 1er. Comandante de la 5ta. Sección de ese Departamento, con asiento en Puerto Príncipe, se ordena que, en cuanto a la formación de las milicias,

(...) es menester que solo haya los dos tercios de aquellos (europeos) y uno de los del país (...) sin que se conosca (sic) que es un plan concertado para no herir el amor propio de los últimos, y que en la elección de Oficiales pueda darse más laxitud por la facilidad de *colocar personas bien seguras del país*, que en esa Ciudad más que en otra alguna deben ser conocidas.⁵⁷

Como respuesta, en la sesión capitular, de 22 de mayo de 1826, a dos meses de las instrucciones reservadas del conde de O'Reilly, se abre una colecta pública para la defensa, para lo cual “la Corporación (da) exemplo á los demas vecinos” con contribuciones de sus integrantes. De esta colecta serían los depositarios – y también contribuyentes – el hacendado y Regidor Decano Pedro José Iznaga Borrell y el Sub Delegado de Marina y Comandante del Batallón de Voluntarios Realistas, el rico hacendado, centro del elemento criollo pro peninsular y segunda fortuna de la región, Mariano Borrell.⁵⁸ ¡Ironías de la vida, aunque pacíficos y colaboracionistas con España, el primero era hermano de José Aniceto, José Antonio y Antonio Abad y, el segundo, tío de estos tres! Además de saberse que nunca hicieron nada de peso en realidad contra sus familiares, también se sabe que Pedro José Iznaga participó con sus hermanos Alejo y Félix en el movimiento de capitales y propiedades de los hermanos rebeldes, para protegerlos de embargos y confiscaciones españolas.⁵⁹

Las preocupaciones básicas de España y de sus colaboradores en la región en cuanto a la tropa son tanto la de “preserbarla (sic) de los ataques interiores y exteriores que pudiesen acontecer” como “pa. qe. lo respeten los diez mil ó mas Africanos qe. la rodean”, según dicen los personeros cabildarios en la sesión de 8 de mayo de 1826.⁶⁰ Esto, sin embargo, no fue la preocupación de varios de sus hacendados principales, como hemos visto. Sus planes con los “Africanos” eran otros, como se verá. Entonces, también, otras conclusiones se imponen.

La acción independentista del grupo trinitario-principeño en América hasta el Congreso de Panamá

En el exilio, los hermanos José Aniceto y Antonio Abad Iznaga nucleaban, primero en Filadelfia y después en Nueva York, a un grupo de independentistas principeños: Lic. José Agustín Arango, Gaspar Betancourt Cisneros (después conocido como El Lugareño), Lic. José Ramón Betancourt y Fructuoso del Castillo, es decir, algunos de los más destacados conspiradores de La Cadena principeña. A estos se les unirían otros. También, junto a ellos, los antes citados sudamericanos Vicente Rocafuerte y José Antonio Miralla,⁶¹ de amplísima proyección política los dos últimos durante el segundo período constitucional en la Isla.

El plan fue el de contactar de forma personal con los principales dirigentes de la América Hispana en proceso final de lograr su independencia, para que ayudasen decisivamente a la independencia de Cuba. Entre estos, como era de esperar, están Simón Bolívar, presidente de la Gran Colombia, entonces enfrascado en la campaña del Perú, el vicepresidente de ese estado, Francisco de Paula Santander, así como muchas otras personalidades de la misma república; Guadalupe Victoria, presidente de México, Antonio López de Santa Anna, gobernador de Yucatán, e innumerables personalidades del estado y del gobierno y de las diversas regiones mexicanas; más otros tantos hispanoamericanos que prolongarían esta relación.⁶²

Ahora bien, lo interesante es quién o quiénes iban a financiar la campaña de independencia de Cuba. Desde luego que México y la Gran Colombia, unidas al respecto, pero también las fortunas de los principeños mencionados y, en lo fundamental en cuanto a los cubanos, la de los hacendados esclavistas Iznaga que, astutamente, habían recolocado sus haberes y propiedades de los hermanos conspiradores (José Aniceto, Antonio Abad y José Antonio – en el exilio también a partir de 1826) entre los demás hermanos residentes en Cuba y sus familiares, como antes se dijo y puede colegirse de las numerosas noticias que aparecen en los protocolos notariales de Trinidad

De tal manera, en una carta de recomendación que extiende el general J. Padilla al Libertador Simón Bolívar, con fecha 5 de enero de 1827, presentándole a José Aniceto Iznaga, le afirma:

El señor (José) Aniceto Iznaga (es) muy entusiasta por la libertad de su patria. En esa virtud me atrevo a recomendarlo a V.E. (...) El objeto del señor Iznaga (...) es exponerle a la vez el proyecto que tiene acordado con varios amigos de revolucionar la Isla (...) con una Expedición parcial, costeada por todos los emigrados de aquel lugar y los demás patriotas que quieran contribuir, (...por lo que...) quiere suplicar a V.E. le preste algunos auxilios de buques y elementos de guerra (...) pero correrán por su cuenta los víveres y pago de la tripulación.⁶³

En definitiva, esta carta no hacía sino corroborar el temor de las autoridades colonialistas de Cuba a que los Iznaga pusieran su cuantioso capital a favor de la independencia de la Isla, como en definitiva hicieron. No en balde el jefe de la Comandancia General del Departamento del Centro, conde de O'Reilly, se había dirigido en septiembre de 1826 al Presidente de la Comisión Militar que juzgaba a José Antonio Iznaga, en los siguientes términos: “una persona de *los medios de Iznaga puede hacernos más daños fuera de la Ysla* que a la vista de las autoridades”.⁶⁴ Nada más exacto y veraz, como así fue.

Una primera misión del grupo independentista villareño-principeño partió desde los Estados Unidos, el 23 de octubre de 1823, a entrevistarse con Simón Bolívar, misión que costó – unos 4 000 duros – José Aniceto Iznaga.⁶⁵ Tras innumerables entrevistas con numerosas personalidades y altos militares del joven estado grancolombiano, estos los disuadieron de la imposibilidad inmediata de auxiliar la independencia de Cuba y Puerto Rico, pues las armas colombianas se hallaban en función de la liberación del Perú, con el propio Libertador al frente. Esto determinó el regreso del grupo a Nueva York, el 26 de abril de 1824, mientras uno de sus integrantes, Fructuoso del Castillo, pasó a servir a las armas colombianas, bajo la protección del general Pedro Briceño Méndez, otro de los altos oficiales partidarios de la independencia de las Antillas Españolas.⁶⁶

Desde Nueva York el grupo designó al Lic. José Agustín Arango, ya en Nueva York – pues previamente había sido enviado de forma clandestina a Cuba para contactar con los demás implicados de Trinidad y Puerto Príncipe –, para que pasase a Perú a entrevistarse con Bolívar. Para ello sería auxiliado por un general de los ejércitos mexicano y colombiano, el puertorriqueño Antonio Valero Bernabé, conocido casual de los Iznaga y su compañero en el primer viaje de estos a Sudamérica y decidido partidario de la independencia de su patria y de la cubana.

Arango y Valero, empeñado este último en el sitio del Callao, en Perú, terminaron por entrevistarse en esas tierras con El Libertador, a principios de 1825. Este les reiteró lo que le habían dicho sus más cercanos colaboradores, es decir, que ese no era el momento de liberar las islas debido a la campaña peruana, pero también Bolívar añadió que echaría a los españoles de Cuba y Puerto Rico, pues así lo había ofrecido al coronel habanero José Rafael de las Heras – muy estimado por Bolívar –, antes que falleciese en combate en abril de 1822. Pero el Libertador, estrategia militar y político por naturaleza, nombraría al propio Lic. Arango como Secretario de la Delegación peruana al Congreso de Panamá pues allí, decía Bolívar, debía emanar la acción conjunta de los estados hispanoamericanos liberados para atacar a los españoles en Cuba y Puerto Rico.

A continuación llegaba José Aniceto Iznaga a Perú para conocer los detalles de la entrevista recién efectuada y el 22 de abril de 1.825 se reunía con Arango, permaneciendo en Lima hasta fines de septiembre de ese año. En el ínterin, el Dr. Vidaurre, el mismo que José Antonio Iznaga había ayudado a escapar de Cuba y quien había contactado después en Nueva York con José Aniceto y su grupo, le escribía a Bolívar, recomendándole al trinitario como “de la rica y muy conocida casa de Iznaga, fundada en Trinidad de Cuba (...que...) deja un gran comercio en Nueva York (y) solo viene a conocer a V.E. y darle razón de la Isla”, añadiéndole que el ansia de éste era la de “ver libre a su patria, y de nadie lo espera sino del que dio libertades al resto de América”.⁶⁷

Todos estos se reencontrarían a fines de ese año de 1825 en Panamá, para los preparativos del Congreso que tanto esperaban los cubanos. Allí en el Istmo se reuniría también José Aniceto con el Dr. Vidaurre, quien concurría como representante del Perú, con su secretario, el cubano Arango. Pero además, también concurriría, recuérdese, Fructuoso del Castillo, como secretario privado del general Briceño Méndez, uno de los dos representantes de la Gran Colombia ante el Congreso. También llegarían un poco después el siempre presente y solidario general puertorriqueño Valero – más adelante nombrado como jefe militar del Istmo – y otro principense, Pedro Pascasio Arias, devenido también en colaborador del general Valero y quien había acompañado a José Aniceto en su segundo viaje a Sudamérica.

Lo interesante del caso es que el general Valero había sido nombrado jefe de una división, a la que debía incorporársele el batallón panameño “Girardot” y, unidos, marchar hacia Cartagena de Indias, desde donde se estimaba que saldría la expedición libertadora hacia Cuba y Puerto Rico, como lo indicaba la presencia en ese puerto de varias unidades navales colombianas. Este plan se efectuaba de común acuerdo con el presidente mexicano Guadalupe Victoria, quien a su vez había dado todas las facilidades a la expedición que el general Santa Anna tenía casi lista en Yucatán. Para consolidar este plan, ambos gobiernos firmaban una alianza, el 17 de marzo de 1826, que operaría bajo el nombre de Plan de Operaciones para la Escuadra Combinada de México y Colombia.⁶⁸ Por cierto, no comprendo cómo es posible que uno de los grandes maestros de la historiografía cubana haya podido afirmar en cuanto a México y Colombia que “ambas naciones habían renunciado, realmente, a toda empresa contra la Isla desde 1.825”,⁶⁹ cuando sólo con la consulta de la correspondencia de Simón Bolívar al respecto se puede apreciar, a simple vista, todo lo contrario.

Pero faltaba una pieza clave, el sitio de desembarco y el plan de operaciones inmediato en Cuba de la fuerza expedicionaria de la libertad, que el grupo liderado por José Aniceto Iznaga tenía previsto desde hacía años. Valga entonces la siguiente digresión cronológica.

El desembarco debía efectuarse por la bahía de Jagua, débilmente defendida por un pequeño castillo y exigua tropa, el de “Nuestra Señora de los Ángeles”, situado en la porción más estrecha de la entrada de la bahía de Jagua, en tierras que sólo recientemente se había comenzado a colonizar, a partir de 1819, las de la colonia Fernandina de Jagua. El plan, parece que descubierto prematuramente, había sido denunciado sólo después al Capitán General Vives, por oficio reservado del 21 de noviembre de 1824 de uno de los máximos conspiradores, el antes mencionado teniente coronel Antonio Modesto del Valle, Gobernador Militar interino de Trinidad, cuando ya se conocía de la desafección de este último a España, era público y notorio su apoyo a los independentistas y maniobraba ante las denuncias que en su contra se hacían.⁷⁰ En cualquier caso, Valle denuncia lo que ya es conocido y no se puede detener, y así dice “Tengo algunos antecedentes para presumir que el Plan de aquellos criminales (los hermanos José Aniceto y Antonio Abad, H. V. D.) sea apoderarse del Castillo de Jagua”, a lo que Valle vincula con el hecho de haber embarcado desde Trinidad y con destino a Nueva York (¡lo que el propio Valle había facilitado y autorizado!), días antes de su denuncia, el 4 de ese mismo mes de noviembre de 1824,

Don Antonio Hernández Iznaga, Joven de esta Ciudad, *primo hermano* y *protexido por los dos antedichos Iznagas* que hace 5 o 6 meses estableció un Almacén en la Colonia Fernandina (de Jagua), con cuyo motivo tengo entendido ha estrechado relaciones con el Teniente de Cataluña D. José Vizente Jorro que guarnece aquel Castillo con los piquetes de su cuerpo y del Reximiento de Málaga (sic).⁷¹

Desde luego, lo que Valle no dice es que él mismo había enviado a comandar ese castillo ¡al propio teniente Jorro!⁷² ni que otro de sus denunciados, el abogado principesco y conspirador Dr. José Ramón Betancourt, llegado a Trinidad el 3 de agosto de ese año desde Nueva York con instrucciones y letras por 50 mil pesos enviadas por José Aniceto para sufragar los planes independentistas⁷³, ¡había sido protegido por el mismo Gobernador y alojado en un comercio de la familia Iznaga! Desde luego, como respuesta final a Vives, de 18 de diciembre de 1824, Valle dice, candorosamente, no haber podido averiguar nada sobre este último asunto y que su denunciado en realidad se hallaba punto menos que en un inocente viaje privado.⁷⁴

Finalmente destituido Valle en 1825,⁷⁵ España no había hecho en la práctica absolutamente nada para defender la bahía de Jagua aún a principios de 1826. Tanto es así que en la Junta de Defensa de la Isla de Cuba, de 11 de enero de ese año, en la cual están representadas las máximas autoridades civiles y militares de la colonia, su Comandante General de Marina, Angel Laborde, decía todavía, en cuanto a un posible plan de invasión desde el exterior, vía bahía de Jagua (Cienfuegos), que ésta “les proporcionaba un buen Puerto, fácil

de defender contra una fuerza naval, una vez que se posesionasen del Castillo de la entrada". El otro elemento del plan era el de las fuerzas internas a movilizar para apoyar una invasión colombo-mexicana desde el exterior. Sobre esto los estrategas militares españoles tenían una conciencia meridiana. El mismo Laborde se queja, en la misma sesión de la Junta de Defensa que acabamos de citar que, en cuanto a los planes trazados por ellos, "Jagua y Santiago de Cuba (...), como todos los puertos de nuestra América (... se resumen ...) diciendo: todo esmero contra una agresión de mar y ninguna provisión de otra terrestre de invasión".⁷⁶

Precisamente aquí es donde radica también el éxito de la empresa independentista del grupo villareño-principeño. Sus planes son los de promover una insurrección interna, que en el caso de Fernandina de Jagua se centran seguramente en la tan citada y tan desconocida Conspiración de los Yuquinos, de tan evidentes signos independentistas,⁷⁷ sobre la que ahora no me detendré, pero que un informe de un espía español fechado en Nueva York en noviembre de 1825, muy pendiente de las actividades de los hermanos Iznaga, se encarga de aclarar.

Según este informante, las posibilidades de desembarco se concentraban en dos puntos Santiago de Cuba-¿Guantánamo? o bien Trinidad-Jagua. Para éste, la expedición independentista debía salir en abril de 1826, con "fuerzas de tierra" que no rebasarían los dos mil hombres,

(...) pero pondran mucho buque y (ilegible) y a su abrigo buscarán modo de mover los esclavos. El plan de ellos es el siguiente: atacaran primero á Santiago de Cuba y en caso de resistencia se dirigan á Trinidad, ó á Jagua con la mira de mover los esclavos (...). Movidos los esclavos se (ilegible) al bloqueo en la Habana con las Fragatas y Navíos. Hay comunicación directa con algunos partidarios en la Ysla (sic).

A lo que este informante añade que con Trinidad o Jagua los revolucionarios pondrían en insurrección al campo, pues el resto es el bloqueo de La Habana, a lo que agrega que para esto los expedicionarios "Llevan practicos de Jagua donde dicen qe. ocupando el Castillo los buques estaran sin cuidado (sic)"⁷⁸ (subrayados todos de H. V. D.).

El plan no puede ser más diáfano: desembarco de un expedición colombo-mexicana por Jagua seguramente, contribución de los conspiradores locales de Cienfuegos y Trinidad conectados con el grupo en el extranjero, a través de Antonio Hernández Iznaga y, lo que es más importante aún, se insiste varias veces en que el plan contempla la sublevación de los esclavos de esas regiones y su utilización como soldados de la libertad como tropa de línea para el ataque y toma de La Habana.

Volviendo a Panamá, a los preparativos del Congreso Anfictiónico, es por esto que precisamente, por confesión del propio José Aniceto Iznaga, llega a Panamá, a principios de 1826, su primo hermano Antonio Hernández Iznaga, con noticias frescas de Trinidad, Jagua y de Cuba en general, listo para poner en práctica el tan anhelado plan de liberación de la Isla – y la de Puerto Rico también.

El cuadro del plan de acción no podía estar mejor concebido para las posibilidades reales de su época y circunstancias políticas y militares internacionales. Impuesto José Aniceto de la situación interna de Cuba en ese justo momento mediante su primo y conocedor de los adelantos del Congreso a través de sus bien colocados antiguos colaboradores en las delegaciones sudamericanas, éste salió desde Panamá para Cartagena de Indias, puerto como se recordará de salida de la expedición. Allí se encontró con su hermano, Antonio Abad, activísimo en las actividades independentistas en México. Dice el primero:

Quando Antonio Abad llegó a Cartagena, venía de México, a donde se dirigió de acuerdo con los de Nueva York, que mantenían relaciones con los emigrados de Cuba en México, quienes habían encontrado allí muy buena acogida y abrigaban esperanzas de encontrar protección en el Gobierno y los particulares, lo que comunicaron a los de Nueva York, aconsejándoles concentrasen allí sus gestiones.

Efectivamente, el apoyo de México a la independencia de las Antillas españolas era impresionante. Este país era un ferviente partidario de que una expedición conjunta con Colombia terminase de una vez con el dominio español sobre Cuba y Puerto Rico.⁷⁹ Pero ese esfuerzo común hispanoamericano fue detenido de forma momentánea tanto por razones internas en particular de la Gran Colombia, como de la propia política internacional de las grandes potencias, cuestión esta última bien conocida.

José Aniceto pasa entonces a Jamaica en junio de 1826, donde conoce del fracaso de la expedición del Dr. Alonso Betancourt y del coronel peruano Salas a la costa sur de Puerto Príncipe, en Cuba. También se reúne allí, en Kingston, con su hermano José Antonio, quien había tenido que escapar previamente hacia los Estados Unidos por su participación en la ayuda a esos expedicionarios, amén de su trayectoria política independentista anterior. Con ello se reducía la capacidad de maniobra del grupo en el centro cubano, a lo que hay que añadir la antes comentada destitución y encausamiento del teniente coronel Valle meses antes, por sus actividades proclives al independentismo.

Encima de ello, por si no bastasen las malas noticias, regresa por la misma época a Kingston su otro hermano, Antonio Abad, proveniente de Veracruz, pero en esta oportuni-

dad muy enfermo. Ambos hermanos recién llegados a la isla británica, morirían casi a seguidas en Jamaica, para colmo de los males, Antonio Abad de fiebres y José Antonio dícese que envenenado por agentes españoles.

Sin embargo, un nuevo plan surge allí mismo, auspiciado por los generales colombianos Concha, Padilla y otros más, en particular el segundo, de reconocido prestigio en la marina de guerra de su país, como vencedor en la batalla del Lago Maracaibo. En el centro, una vez más, el infatigable José Aniceto Iznaga. A seguidas, un nuevo intento ante Simón Bolívar, enfrascado ahora en la lucha contra los intentos separatistas de Venezuela, liderados por el general José Antonio Páez.

La segunda misión ante El Libertador

En febrero de 1827, el general Briceño Méndez, aconsejado por su secretario, el príncipe Fructuoso del Castillo, como antes se anotó, así como el general Montilla, le extienden cartas de presentación a José Aniceto para los allegados del Libertador, ahora en Caracas, en particular a su secretario, Revenga. A esta nueva gestión, como era de esperarse, se une una vez más Francisco Javier Yanes, así como otros influyentes miembros del gobierno y del estado en Caracas. Revenga, por su parte, concertó la entrevista entre Bolívar e Iznaga, siendo tratado el trinitario con mucha afabilidad e interés. La entrevista duraría más de una hora, concluyendo con una cena a la que Bolívar invitó a Iznaga, todo lo que se recoge de forma cuidadosa en el relato de este último, tantas veces manejado.

El cubano le presentó sus argumentos militares: la factibilidad de atacar a la Cuba española, entregándole un estado de las defensas de la Isla, con sólo unos 4.500 hombres del ejército regular según él. Por otro lado, desde el punto de vista político, le indicó al Libertador el deseo de los cubanos de imitar y secundar a la América insurreccionada, con el apoyo de la Gran Colombia y, para concluir, le argumentó el plan del grupo villareño-príncipeño liderado por él.

Bolívar, por su parte, le reiteró a Iznaga lo que éste conocía sobradamente, la oposición declarada de Gran Bretaña y los Estados Unidos a que se invadiesen las islas de Cuba y de Puerto Rico, impedimento que el Libertador consideraba prácticamente insuperable entonces. Sin embargo, este último añadió a seguidas que

Libres Cuba y Puerto Rico, Colombia no tendría que temer a las armas españolas y estaría tranquila, reduciría su ejército considerablemente y establecería un plan de economía que disminuyese los gastos, debiendo, además, contar con los auxilios que pudieran prestarle Cuba y Puerto Rico libres,

concluyendo con vehemencia El Libertador:

Si los cubanos proclamasen su independencia, presentando siquiera un simulacro de gobierno, y pidiesen entonces auxilio al Gobierno de Colombia, entonces ni el Gobierno de Inglaterra ni el de los Estados Unidos se opondrían, *ni aunque se opusieran Colombia se detendría.*

A las dos semanas siguientes se embarcó José Aniceto en La Guaira para llegar, una semana después a Cartagena de Indias, donde conferenció con el coronel Salas, como se sabe activo partidario de la independencia cubana, quien tenía noticias frescas de los emigrados cubanos de Nueva York. Estos últimos, le dijo, no participarían en ningún proyecto que no contase con el apoyo directo del gobierno colombiano, criterio que, según él, era compartido por los principales conspiradores dentro de la Isla. Pero también le agregó el coronel Salas que todos ellos tenían más esperanzas en el gobierno mexicano que en ningún otro, incluyendo la opinión del padre Félix Varela, persona respetada entre los cubanos. Este se había llegado a convencer, si atendemos el extenso relato de Iznaga una vez más, que la libertad de Cuba sólo era posible entonces con el auxilio de una fuerza militar numerosa, compuesta la mayor parte de personas blancas e incluso llega a decir el trinitario que Varela se había pronunciado por una independencia sin la abolición de la esclavitud de forma inmediata. En definitiva, la conclusión del coronel Salas era la de que Colombia no podía dar ese apoyo entonces y que, por tanto, todos debían dirigir sus miras hacia México, puesto que otra cosa sería arruinar a la Isla sin resultados prácticos.

Abrumado José Aniceto desde hacía algún tiempo por la conjunción de la pérdida de sus dos hermanos y principales colaboradores con los variados escollos que se presentaban, consultó y evaluó la situación con el mismo coronel Salas, con el principense Dr. Betancourt, con los trinitarios Roque de Lara y coronel José Mena, así como con los generales colombianos Padilla y Montilla, llegando a la conclusión de que las circunstancias eran adversas (incluyendo las personales seguramente), con lo que el grupo de acción y sus nuevos miembros, de más de veinticinco presentes en esa ciudad de Cartagena de Indias, acordó disolverse, aunque sin renunciar al ideal independentista.

Como resultado, José Aniceto Iznaga se dirige por última vez a Simón Bolívar, en carta de 27 de marzo de 1827, fechada en esa misma ciudad colombiana. En ésta le informa que se ha visto “en la necesidad de disolver la reunión de cubanos que aquí se hallaban existiendo *a expensas mías*”, catalogando el hecho como “dura necesidad” por la carencia de fondos, pues “ni los míos en particular bastaban para llenar este objeto”. A ello añade que “ni han concurrido (...), como debían muchas de las personas interesadas en el asunto, y que podían contribuir a darle alma”. Y este hombre, riquísimo de cuna e integrante de una de las

familias más poderosas de la Isla, como bien sabía ya Bolívar, le dice muy humildemente: “Yo, por mi parte, Excmo. Señor, *estoy dispuesto a permanecer aquí por si las circunstancias variaren, o V.E. tiene a bien emplearme en algo*”.⁸⁰

Por tanto, todos estos elementos manejados los juzgo como decisivos en cuanto a las valoraciones que me he propuesto pero, para concluir este trabajo, no puedo menos que insistir, como lo ha demostrado esta exposición documentada, que el proceso de la primera independencia de Cuba sí era viable y factible de realizarse, dentro de la concepción y praxis del hispanoamericanismo reinante, fuertemente arraigadas en la ideología liberal. En segundo lugar, que el fantasma haitiano, si bien utilizado y manejado por España y los españolizantes de diversos grados, no fue un gran obstáculo en la década de 1820-1829 para que al menos en numerosas regiones de la colonia se hiciera caso omiso del mismo ante la posibilidad de alcanzar la independencia. Y, en tercer lugar, que la esclavitud tampoco fue un obstáculo en esas regiones para concebir, conspirar y actuar a favor de la independencia cubana ni mucho menos, ni, en tales casos, impedir la participación de sus hacendados y plantadores esclavistas en el proceso y acción.

Quedan desde luego por despejar otras incógnitas, como son las de la participación del elemento liberal español – incluidas algunas de las autoridades coloniales y de las propias fuerzas armadas en el proceso independentista –, el papel desempeñado por el eje Santiago de Cuba-Bayamo en el proceso de la independencia temprana y las propias causas últimas valederas en verdad por las cuales Cuba no fue independiente finalmente. Pero, desde ahora, auguro que la visión sobre el problema comenzará a cambiar, como una necesidad de rectificación historiográfica y de superación de viejos tabúes y prejuicios heredados, las más de las veces de rancia prosapia y añejos intereses que para nada tenemos por qué seguir arrastrando.

Recebido em dezembro/2004; aprovado em maio/2005

Notas

* Professor doutor do Instituto de História de Cuba.

¹ ESTÉVEZ, R. A. *Huellas francesas en el occidente de Cuba (siglos XVI-XIX)*. La Habana, Ediciones Boloña-Editorial José Martí, 2001.

² DELGADO, H. V. *Aproximaciones y diferencias al desarrollo económico-social de Las Villas (1.750-1.878)*. Tesis de Grado en opción al grado de doctor en Ciencias Históricas, inédita. La Habana, Universidad de La Habana, 1989, capítulo II.

³ YACOU, A. *L'emigration à Cuba des colons français de Saint Domingue au cours de la Révolution*. Tesis de doctorado. Universidad de Burdeos III, s.a., Tomos I a V.

⁴ SOLER, M R. S. *Las Antillas y la independencia de la América Española; 1808-1826*. Madrid-Sevilla. CSIC - Escuela de Estudios Hispanoamericanos de Sevilla, 1986, pp. 7- 9.

⁵ ARENAS, J A. P. "Leales en época de insurrección. La élite criolla cubana entre 1810 y 1.814". In: *Visiones y revisiones de la independencia americana* (separata). Salamanca, Ediciones Universidad; JAMESON, F. R. "La Isla de Cuba en el siglo XIX vista por los extranjeros". In: "1820, Francis Robert Jameson", separata de la *Revista de la Biblioteca Nacional 'José Martí'*. La Habana, Año 57, nos. 2 y 3, 1966 (presentación y notas de Juan Pérez de la Riva).

⁶ MORALES, F. V. Consideraciones sobre el estado actual de la Isla de Cuba. *El Habanero*. Tomo I, no. 1, 1824. In: *Félix Varela. Obras*. La Habana, Casa de Altos Estudios Don Fernando Ortiz-Instituto de Historia de Cuba, 1997, Tomo II, p. 154.

⁷ ARANGO Y PARREÑO, F. de. *Obras*. La Habana, Publicaciones de la Dirección de Cultura del Ministerio de Educación, 1952. Tomos I y II, passim.

⁸ VARONA, E. J. "Prefacio", a José Antonio Fernández de Castro. *Medio siglo de historia colonial cubana. Cartas de José Antonio Saco ordenadas y comentadas (de 1823 a 1879)*. La Habana, Ricardo Veloso Editor, 1923.

⁹ ARANGO, F. *Obra citada*. Tomo I.

¹⁰ Archivo Nacional de Cuba (en adelante ANC), Fondo Asuntos Políticos, legajo 123, expediente 64.

¹¹ En los libros de actas correspondientes del cabildo trinitario, *Archivo Histórico Municipal de Trinidad* (en adelante AHMT).

¹² ZARAGOZA, J. *Las insurrecciones en Cuba. Apuntes para la historia política de esta Isla en el presente siglo*. Madrid, Imprenta de Manuel G. Hernández, 1872, Tomo I, p. 357.

¹³ Instituto de Historia de Cuba. *Historia de Cuba. La Colonia*. La Habana, Editora Política, 1994, p. 335.

¹⁴ ANC, Fondo Asuntos Políticos, legajo 31, expediente 30.

¹⁵ Ibid. Fondo Valle Iznaga. Tomo V y AHMT. Fondo Actas Capitulares, sesión de 14 de marzo de 1825.

¹⁶ Archivo General de Indias (en adelante AGI). Cuba, Legajo 2071, en ANC, Fondo Valle Iznaga, Tomo V, copia.

¹⁷ ANC, Fondo Asuntos Políticos, legajo 125, expediente 60.

¹⁸ VIVANCO, J. *José Antonio Miralla. Precursor de la independencia de Cuba*. La Habana, Editorial El Sol, 1958, Tomo I, pp. 49-50.

¹⁹ BOLÍVAR, S. "Carta de 12 de junio de 1818 al Supremo Director de las Provincias Unidas del Río de la Plata, Juan Martín Pueyrredón". In: Simón Bolívar. *Documentos*. La Habana, Casa de las Américas, 1975, p. 68.

²⁰ VIVANCO, op. cit., Tomo I, p. 12.

²¹ MORALES, V. M. *Iniciadores y Primeros Mártires de la Revolución*. La Habana, Cultural S.A., 1931, Tomo I, cita 1, p. 72.

²² LECUNA, V. *Cartas del Libertador*. Caracas, Litografía y Tipografía del Comercio, 1929, Tomo IV, pp. 323-324.

²³ VIVANCO, op. cit., Tomo II, p. 116.

²⁴ CERNA, J. R. *Centroamérica en el Congreso de Bolívar*. Guatemala, Talleres de la Tipografía Nacional, 1956, p. 92.

²⁵ LECUNA, op. cit., Tomo V, p. 222.

²⁶ ANC. Fondo Asuntos Políticos, leg. 134, expediente 17.

²⁷ VIVANCO, op. cit., Tomo III, p. 130.

²⁸ VARELA, F. “Paralelo entre la revolución que puede formarse en la Isla de Cuba por sus mismos habitantes y la que se formará por la invasión de tropas extranjeras”, op. cit., Tomo II, p. 201.

²⁹ AGI, Ultramar 114, “Certificación del secretario de la Audiencia de Puerto Príncipe, de 9 de julio de 1823” y “Ultramar 113, Puerto Príncipe, 1823, Expediente sobre la conspiración de Nuevitas en 1823”. Ambos citados por María R. Sevilla, op. cit., pp. 104-105.

³⁰ “Archivo Histórico Provincial de Camagüey” (en adelante AHPC). Fondo Tenencia de Gobierno de Puerto Príncipe, legajo 55, tomado de Elda Cento Gómez “Puerto Príncipe en el camino de la rebelión” (manuscrito original), p. 9 y cita 18, p. 10.

³¹ ANC. Fondo Asuntos Políticos, legajo 31, expediente 31.

³² ZARAGOZA, op. cit., Tomo I, p. 379.

³³ ANC. Fondo Asuntos Políticos, legajo 107, expediente 26.

³⁴ En la Protesta publicada en Puerto Príncipe por el magistrado Manuel Vidaurre, de su Audiencia, con fecha 17 de noviembre de 1821. *Boletín del Archivo Nacional*. La Habana, Año IX, no. 5, septiembre-octubre de 1910, pp. 137 a 140.

³⁵ ANC. Fondo Asuntos Políticos, legajos 129 y 35, citados por Francisco Ponte Domínguez en *El Delito de la Francmasonería en Cuba*. México, D.F., Editorial Humanidad, 1951, pp. 91, 92, 99 y 100.

³⁶ ZARAGOZA, op. cit., Tomo I, p. 330.

³⁷ ANC. Fondo Asuntos Políticos, legajo 31, expediente 11 y en Gustavo Sed Nieves “Frasquito Agüero. Independentista y bolivariano”. In: José Castro y Gustavo Sed. *Biografías*. La Habana, Editorial de Arte y Literatura, 1977, passim.

³⁸ ANC. Fondo Asuntos Políticos, legajo 111, expediente 27.

³⁹ Archivo del Arzobispado de La Habana. Sección Seminario de San Carlos, legajo 3, expedientes 5 y 10.

⁴⁰ AHMT. Fondo Escribanías. Blas Dionisio de Piedra, legajo 5, expediente 5 (1813-1814). Folios 228v-230v, 290-291v y 348v-351v; Cipriano de Villafuerte (1834). Folios 316-316v; Domínguez (1834), legajo 7, expediente 1 (1-381), (1833), legajo 6, expediente 1 (1-247); Villafuerte (1837), folios 107v-111v. Y. ALTUNAGA, Rafael Rodríguez. “Prólogo”. In: VILLAFUERTE, F. M. *Historia de Trinidad*. La Habana, Jesús Montero Editor, 1944.

⁴¹ ANC. Fondo Valle Iznaga. Tomo III-H, legajo 1.

⁴² *Ibid.* Tomo V, “Biografía de don Antonio Modesto del Valle y Castillo”.

⁴³ *Ibid.* Fondo Asuntos Políticos, legajo 27, expediente 2.

⁴⁴ GARCÍA, L. N. *La independencia de Cuba*. Madrid, Mapfre, 1992, p. 101.

⁴⁵ A.N.C. Fondo Valle Iznaga. Tomo I-G, legajo 1; MARTÍNEZ MOLES, M. *Epítome de la Historia de Sancti Spiritus*. La Habana, Imprenta “El Siglo XX”, 1936, p. 32; BÉCQUER, M. A. *Estudio de una*

familia de la oligarquía esclavista cubana: los Valle Iznaga (fines del siglo XVIII hasta la Guerra de los Diez Años. 1868-1878). Santa Clara, Universidad Central de Las Villas, Facultad de Letras. Trabajo de Diploma (inédito) tutorado por el Dr. Hernán Venegas Delgado, 1986, pp. 21 a 24.

⁴⁶ A.N.C. Fondo Valle Iznaga. Tomo II-i, legajo 1.

⁴⁷ BORRELL, J. A. I. Peregrinaciones de un insurrecto de antaño. Narración de José Aniceto Iznaga y Borrell. *Cuba y América*. La Habana, 1900-1901.

⁴⁸ *Ibid.*, n. 84, v. IV, 5 de junio de 1900, p. 19; VIVANCO, op. cit., Tomo I, p. 41.

⁴⁹ ANC. Fondo Asuntos Políticos, legajo 28, expediente 28.

⁵⁰ *Ibid.*, legajo 128, expediente 19.

⁵¹ *Ibid.*, legajo 23, expediente 6.

⁵² *Ibid.*.

⁵³ *Ibid.*, legajo 28, expediente 28.

⁵⁴ *Ibid.*

⁵⁵ *Ibid.*

⁵⁶ *Ibid.*, legajo 23, expediente citado.

⁵⁷ *Ibid.*, legajo 27, expediente 15.

⁵⁸ AHMT. Fondo Actas Capitulares. Sesión del 22 de mayo de 1826.

⁵⁹ Al respecto la información es amplísima, aunque debe leerse con cuidado. Esta se haya contenida sobre todo en los protocolos notariales de esa década de 1820-1829 en el AHMT y en numerosos documentos del A. N. C., Fondo Valle Iznaga.

⁶⁰ AHMT. Fondo Actas Capitulares. Sesión del 8 de mayo de 1826.

⁶¹ IZNAGA, op. cit., p. 17.

⁶² *Ibid.*, passim.

⁶³ O'LEARY, D. F. *Memorias del general Daniel F. O'Leary*. Bogotá, 1951. Correspondencia, Tomo VI, pp. 438-439.

⁶⁴ A. N. C. Fondo Asuntos Políticos, legajo 31, expediente 30.

⁶⁵ MORALES, op. cit., Tomo I, cita 1, p. 71.

⁶⁶ Salvo que se indique lo contrario, desde aquí y en lo adelante, toda la información se extrae del propio José Aniceto Iznaga, en su op. cit., passim.

⁶⁷ MORALES, op. cit., Tomo I, nota 2, pp. 67-68.

⁶⁸ VILABOY, S. G. México y Cuba: primeros esfuerzos por la independencia cubana, 1820 -1830. *Sotavento*. Xalapa, Ver., Año 2, no. 4, verano de 1998, pp. 45 a 47.

⁶⁹ SÁNCHEZ, R.G. *Manual de Historia de Cuba. Desde su descubrimiento hasta 1868*. La Habana, Editorial de Ciencias Sociales, 1971, p. 299.

⁷⁰ AGI, Cuba, legajo 2071, copia en ANC. Fondo Valle Iznaga. Tomo V, Documentación, documento 243.

⁷¹ *Ibid.*, copias de documentos.

⁷² Ibid.

⁷³ Ibid.

⁷⁴ Ibid., documento 252.

⁷⁵ AHMT. Fondos Actas Capitulares, 14 de marzo de 1825.

⁷⁶ Ibid. Fondo Asuntos Políticos, legajo 31, expediente 1.

⁷⁷ LLOP, E. E. *Memoria histórica de Cienfuegos y su jurisdicción*. La Habana, Úcar, García y Compañía, 1943, pp. 30-31.

⁷⁸ A. N. C. Fondo Asuntos Políticos, expediente 125, legajo 47.

⁷⁹ La política mexicana hacia Cuba y Puerto Rico puede consultarse de forma resumida y con sus apéndices documentales en la obra coordinada por LÓPEZ PORTILLO, M. *México y Cuba. Dos pueblos unidos en la Historia*. Ciudad México, Centro de Investigaciones Científicas "Jorge Luis Tamayo" A.C., 1982, Tomo I, passim.

⁸⁰ Archivo del Libertador. Sección Juan de Fco. Martín, Volumen IX, tomado de VIVANCO, op. cit., tomo IV, pp. 241-242.

MERCOSUR: UNA MIRADA DESDE LA ARGENTINA

Carolina Crisorio*

Resumo

Los gobiernos argentinos, desde fines de la década de 1980, han buscado profundizar las relaciones económicas con los Estados Unidos del Brasil y se han sentido atraídos por la puesta en marcha del Mercosul con una propuesta que busca trascender la integración económica, dado que también desea la integración en el plano político y sociocultural. Frente a los obstáculos internos y externos, como alternativa, algunos han planteado que la solución es el “regionalismo abierto” porque permite funcionar como bloque, pero también mantener vínculos bilaterales con otros países o regiones. Pero aún no está claro si emprendimientos conjuntos, como las inversiones petroleras de Venezuela, Brasil y la Argentina, revitalizarán el proceso de integración.

Palabras-chave

Mercosur; regionalismo; relaciones internacionales de la Argentina.

Abstract

The Argentinean governments since 1980 have been looking to deepen the economic relationships with the United States of Brazil, and have being attracted to the Common Market of the South (Mercosur), since its proposal transcends the economical integration, and aims to achieve the political and socio-cultural integration as well. To face inside and outside obstacles, some people believe the alternative solution is the “open regionalism”, because it could act as a block and could have bilateral relationships with other countries or regions. However is not yet clear if cooperative undertakings, such as oil investments from Venezuela, Brazil and Argentina would revitalize the integration process.

Key-words

Mercosul; regionalism; Argentina's international relations.

Bajo el signo de la globalización, la regionalización y el regionalismo abierto

Tras la disolución de la Unión Soviética (1991) Estados Unidos se proclamó vencedor de la Guerra Fría. A su vez, los países más industrializados que aplicaban políticas de corte neoliberal aprovecharon para proclamar la superioridad de esa concepción de la economía política y, exportando el modelo principalmente a través de “planes de ajuste”, consideraron que este era un triunfo definitivo y proclamaron el “fin de la Historia”. Por otra parte, ya en 1990, John Williamson había realizado una serie de propuestas conocidas como el Consenso de Washington donde, en estilo sencillo, resumió los diez puntos bajo los cuales deberían implementarse políticas que permitieran estabilizar las economías latinoamericanas.

Al mismo tiempo, dado que los cambios ocurridos en los ochenta habían permitido la emergencia de renovadas energías puestas en la acumulación, la concentración del capital, el fortalecimiento de las empresas transnacionales, el auge del capital financiero y las nuevas formas de organización de la producción – como la maquila o el toyotismo, la nueva vuelta de tuerca del taylorismo-fordismo – obligó a un cambio de perspectiva. Era la hora de la apertura de la economía y de la globalización, pero también de la constitución de bloques protegidos (regionalización), del regionalismo abierto y de la multilateralidad.

Estos espacios protegidos han presentado escenarios complejos. Por un lado, la competencia entre los principales socios por liderar el proceso de integración parcial o total, por el otro, los vínculos con otros países y regiones.

En efecto, en primer lugar la exaltación del nuevo paradigma neoliberal fue acompañada de un discurso que proclamaba la homogeneización de los procesos económicos bajo el auspicio de la globalización. Los *mass media* habían conquistado formas tecnológicas que aceleraban los tiempos de comunicación y eso llevaba al convencimiento de que se estaba frente a una nueva era, la de la “aldea global”. De ello se infería que todos los habitantes de la tierra tenían acceso a la misma información, todos ansiaban consumir lo mismo, y que para mejorar las posibilidades de intercambio era necesario abandonar las barreras arancelarias y permitir que los negocios fluyeran libremente. Por supuesto que la visión homogeneizadora del individuo en su cosmovisión, sus inclinaciones, su identidad y por ende, como hombre consumidor, fue sobre todo un argumento para implantar un modelo que obligaba a replantear las soberanías sustentadas en los Estado-nación tradicionales. En efecto, este discurso aperturista solapaba que:

La globalización es un proceso que entraña especial mas no exclusivamente, la transnacionalización y desregulación crecientes. Ello obedece a los imperativos del sistema capitalista que para poder garantizar su reproducción y expansión requiere operar en mercados cada vez más

amplios... y encuentra en la acción estatal un obstáculo a la “libertad económica”. La desregulación implica privar a la autoridad estatal de márgenes de maniobra y funciones, los cuáles rápidamente son apropiados por los intereses transnacionales que en esencia son promovidos por las grandes corporaciones.

Las acciones de las empresas transnacionales denotan la privatización del proceso de la toma de las decisiones a escala planetaria. Estas corporaciones gobiernan la distribución nacional y global de los recursos, el monto y el carácter de las inversiones, el valor de las monedas, y los lugares y las formas de producción.¹

Es interesante señalar que mientras se entronizaba el discurso globalizador, desregulatorio y aperturista destinado a justificar ideológicamente el nuevo impulso de la concentración de capital, en los hechos los países más industrializados reforzaron tendencias dirigidas a la formación de bloques regionales sustentados en la cooperación económica e, incluso, la integración. La Comunidad Europea dio lugar a la Unión Europea (UE), Estados Unidos promovió el libre comercio con Canadá, lo que desembocó primero en el Nafta o TLCAN junto a México, y luego lanzó su iniciativa hemisférica inspirada en la Doctrina Monroe, el Área de Libre Comercio de las Américas (Alca).

Conviene recordar que si bien la formación de bloques no es una novedad del siglo XX, en la segunda posguerra se promovió el “regionalismo cerrado” propio de asociaciones como el Gatt, la Comunidad Europea, la Alalc (1960), el Mercado Común Centro Americano (1961), el Pacto Andino (1969) u otras asociaciones de África y Asia.

Tras el fin de la Guerra Fría, y con el impulso de la llamada globalización, este proceso sufrió un nuevo impulso. En este sentido hay autores que reconocen tres niveles de regionalismo: 1. “el regionalismo interestatal o intergubernamental”; 2. “el regionalismo transestatal”; 3. “el regionalismo infraestatal”. Por otra parte, la regionalización de la producción

(...) se refiere a la extensión de las redes de producción más allá de las fronteras estatales en un área geográfica determinada. El surgimiento de estas redes regionalizadas ha fomentado la regionalización, es decir, el proceso mediante el cual el comercio y la inversión en el interior de un espacio geográfico dado crecen más rápidamente que el comercio y la inversión de dicha zona con el resto del mundo. El regionalismo, en cambio, se refiere a la manera en que se produce la colaboración política entre los Estados participantes.²

Asimismo, en Australia habría surgido la idea de impulsar el “regionalismo abierto”, la cual fue reformulada por Cepal planteando la necesidad de, en lugar de eliminar paulatinamente las barreras para compatibilizar los intereses del área con la OMS, buscar lograr

(...) la integración latinoamericana ante un proceso de creciente interdependencia económica a nivel regional, promovido tanto por los acuerdos preferenciales de integración y por fortalecimiento de la competitividad de los países de la región, y en la medida de lo posible, construyendo bloques para una economía internacional más abierta y transparente. Sin embargo, si este escenario óptimo no se hiciera realidad, el regionalismo abierto serviría al importante propósito de constituir un mecanismo de defensa contra cualquier eventual presión proteccionista en los mercados externos a la región.³

Por último, siguiendo a Björn Hettne, la investigadora mexicana María Cristina Rosas plantea que en el “nuevo regionalismo”, dado que surge en el mundo multipolar de la posguerra fría, “el nuevo proceso es más espontáneo desde el interior y desde abajo” de los propios países, sin el impulso desde afuera y desde arriba de las superpotencias. Asimismo, los objetivos son más amplios y multidimensionales que los del viejo regionalismo de la Guerra Fría, con mayor acento en el ámbito político del proceso y con mayor participación de la sociedad civil. Sin embargo, para leer el Mercosur, si bien lo enmarca en el nuevo regionalismo, señala que el proceso surgió del estancamiento de la Ronda Uruguay del Gatt y que corresponde a la transición de la Guerra Fría a la posguerra fría. Sin embargo, habría que agregar, a nuestro juicio, algunos otros aspectos.

¿Por qué Mercosur?

Conviene revisar brevemente los mecanismos que impulsaron la creación de Mercosur. La década de 1980 es un período difícil de evaluar porque en el plano económico la bibliografía ha impuesto una evaluación negativa: “la década perdida”, y tal denominación se ha extendido a otros ámbitos. En el caso argentino se puede afirmar que el balance ha sido clarooscuro dado que, a pesar de los obstáculos y condicionamientos heredados de la dictadura, se logró hacer una transición a la democracia. El gobierno de R.R. Alfonsín (1983/1989) intentó crear una alternativa superadora de la vieja disyuntiva peronismo-antiperonismo, fundando un “tercer movimiento histórico”. Asimismo, en la esfera internacional, buscó reinsertar a la Argentina en el escenario mundial, del que había quedado aislada tras la guerra de Malvinas (2 de abril/14 de junio de 1982). ¿Cuáles fueron los logros y los obstáculos de este período?

En el plano interno la Argentina logró una transición a la democracia de carácter titubeante, puesto que comenzó con el juicio a las juntas militares, condenando el terrorismo del Estado y, por presiones militares, culminó con las leyes de Punto Final y Obediencia Debida, exculpatorias de los actos de violación de los derechos humanos. Por otra parte, si bien hubo un acercamiento político importante entre peronistas y radicales, no se logró traducirlo en una sola fuerza política.

En el ámbito económico, tras un débil intento de retorno a la versión criolla del Estado de Bienestar, los condicionamientos del endeudamiento externo hicieron que se pusiera el énfasis en las políticas de estabilización tal como lo imponía el FMI, lo cual, sumado a las dificultades del sector externo, abrió un camino sinuoso que condicionó los años noventa. Conviene mencionar que la crisis de la industria de sustitución de importaciones a principios de los setenta fue aprovechada para dar el golpe de Estado (1976-1983), lo que dio lugar a un mayor endeudamiento externo y al reforzamiento de tendencias desindustrializadoras que se habían manifestado de manera esporádica desde la caída del gobierno del Gral. Juan Domingo Perón (1946-1955). El alfonsinismo puede leerse como una suerte de transición a la democracia, pero también como una transición a la instauración del paradigma neoliberal en la Argentina.

En cuanto a la política internacional, el gobierno radical marcó cuatro ejes principales: mejorar las relaciones con Estados Unidos, al que la dictadura había desafiado estrechando sus vínculos económicos con la Unión Soviética. Por otra parte, si bien intentó profundizar los lazos con Europa Occidental, el conflicto de Malvinas había dejado a la Argentina muy aislada. El otro punto de interés era América Latina con prioridad con relación a los países vecinos. En tal sentido, un interlocutor con el cual se había llegado a un punto crítico – casi al borde de la guerra en 1978 – era Chile.

Los logros del gobierno radical fueron parciales. Con respecto a la Unión Soviética, que se había convertido en el principal destino de los cereales argentinos, el intercambio era notablemente ventajoso para la Argentina, pero la potencia euroasiática había caído en una profunda crisis interna, incumpliendo sus pagos, por lo que el sector externo argentino se vio afectado de manera notable.

En lo atinente a los vínculos con Estados Unidos, y sin dejar de reconocer que hubo un mejoramiento de las relaciones en el plano diplomático, desde el punto de vista económico no se pudo superar el hecho de que los productos primarios argentinos son competitivos con los estadounidenses, razón por la que siempre han encontrado una barrera para penetrar en ese mercado.

Por otra parte, aunque los lazos con Europa Occidental mejoraron y se suscribieron gran cantidad de tratados que condicionarían las relaciones argentino-europeas en los noventa, Europa nunca abandonó su política de subsidios y protección a su propia producción primaria.

En resumen, si bien el balance diplomático fue exitoso, la situación del sector externo se vio cada vez más comprometida, a lo que se sumó el contexto poco propicio de la economía en la región. En este escenario la Argentina buscó profundizar los vínculos con

Brasil. Uno de los sectores de la economía que estuvo más dispuesto a dar ese paso fue el automotriz, aunque previamente hubo un debate acerca de imponer simplemente la apertura económica o bien crear un bloque regional.⁴

Por su parte, Brasil, si bien había llegado a tejer una relación privilegiada con Estados Unidos, poco a poco se había distanciado de Washington. Esto se hizo evidente durante el gobierno militar de Figueiredo que, entre otros puntos de distanciamiento, no “colaboró” con el gobierno de Ronald Reagan en la aventura de Surinam. (L.A. Moniz Bandeira, 2004). En 1985 José Sarney (1985/1990) fue investido presidente luego de fallecer su compañero de fórmula en ejercicio, Tancredo Neves. En el ámbito económico tuvo que enfrentar no sólo el endeudamiento externo sino también el impacto de la crisis mexicana. Esta coyuntura desfavorable creó las condiciones propicias para que también en Brasilia surgiera el interés de acercarse a la Argentina.

Esto se tradujo en el tratado Alfonsín-Sarney en noviembre de 1985, inicio de dos décadas de una relación orientada a la creación de un mercado común, que se ha desarrollado con algunos avances, pero también pletórica de obstáculos y tensiones. Sin embargo, cuando las voces más agoreras anuncian el fin de Mercosur, la construcción del mercado común austral se mantiene en la agenda como uno de los objetivos importantes que se ha de llevar a cabo en la región.

Además, la unión argentino-brasileña generó un polo de atracción en la región, al que se sumaron rápidamente Uruguay y Paraguay, quienes se esforzaron por dejar de lado obstáculos que parecían insalvables.

En primera instancia, si bien se crearon en poco tiempo una cantidad de organismos regulatorios del Mercosur inspirados en la UE, la base política sobre la que se comenzó a construir la asociación ha sido la estructura de partidos políticos de cada uno de los países, base que en cierta forma refleja los mecanismos de participación democrática de cada socio. Sin dudas el país que ha tenido una representación más diversificada en los distintos organismos ha sido Uruguay, pero aún queda un largo camino por recorrer hasta crear instancias que respondan a un proceso de integración más que a una pugna de burocracias nacionales.

Como ya hemos planteado, no sólo los países más industrializados reforzaron sus vínculos económicos merced a las transnacionales y promovieron la formación de bloques regionales, sino que frente a la crisis regional, la Argentina y Brasil buscaron un camino pragmático de acercamiento que les permitiera salir de la crisis económica. Así, buscaron crear un espacio político que les permitiera mejorar su capacidad de negociación en los foros internacionales en temas tan candentes como la deuda externa, los límites al comercio internacional, etc.

La puesta en marcha del MERCOSUR

La difícil situación económica y la pérdida de consenso político debilitaron el gobierno del radical, que se vio aún más comprometido con la disparada de un proceso hiperinflacionario inusual. Esto hizo que debiera entregar el poder de manera anticipada al justicialista Carlos Saúl Menem (1989/1999). En su política internacional, si bien no en toda la línea, Menem continuó los principales lineamientos establecidos por su antecesor: privilegiar una buena relación con Estados Unidos, con Europa – en particular la Occidental, aunque se mantuvieron relaciones fluidas con la ex URSS –, con Chile como puerta al Pacífico y con los países latinoamericanos, en particular los países vecinos. En la primera etapa de su gobierno Menem levantó la doctrina del realismo periférico, que luego se transformó en las “relaciones carnales” con Estados Unidos, aunque no descuidó los negocios con Europa. Sin embargo, las tradicionales dificultades que la producción argentina encontraba en el mercado estadounidense y la política de subsidios europea dieron un nuevo impulso al entendimiento con Brasil.⁵

Con el Tratado de Asunción de 1991 se puso en marcha este mercado común que pronto puso de manifiesto tendencias encontradas. Si bien el Mercosur se planteó como un bloque regional, y cabalgó entre la negociación en bloque y el multilateralismo, en verdad los pasos dados por los principales socios oscilaron entre el pragmatismo y las presiones sectoriales dentro de cada uno de los países, quedando la propuesta del bloque en planteos discursivos.

En primer lugar la disyuntiva argentino-brasileña de avanzar en la integración comercial y enterrar definitivamente la rivalidad para lograr uno de los principales objetivos suscritos en ese tratado, la integración productiva, tuvo varias aristas difíciles de pulir. Mientras que en algunos aspectos podía avanzarse con relativa rapidez, en especial con los productos que no significaban competencia, cada vez que alguno de los productos entraba en competencia las relaciones entre Buenos Aires y Brasilia se tensaban.

El segundo motivo de enojos fue el desvío del comercio, ya que las empresas extranjeras aprovecharon los aranceles diferenciales vigentes entre los socios, para utilizarlos como puerta de entrada para acceder a los mercados nacionales y burlar las barreras tarifarias.

La tercera piedra de la discordia fue la atracción de inversiones. Los dos principales socios, Argentina y Brasil, se embarcaron en una carrera desreguladora del papel del Estado, que se tradujo en las privatizaciones de empresas estatales. La Argentina se puso a la cabeza de América Latina privatizando y desnacionalizando alrededor de 400 empresas, algunas de ellas consideradas por mucho tiempo como puntos irrenunciables de la soberanía nacional, como por ejemplo la explotación del subsuelo – petróleo, gas, minerales –

los transportes, el agua potable, las comunicaciones, etc. Así, la petrolera estatal YPF pasó a manos de la hispana Repsol; la empresa de telecomunicaciones Entel fue repartida entre France Telecom, Telecom Italia y Telefónica de España; el Sistema Eléctrico del Gran Buenos Aires (Segba), también fue dividido entre la española Endesa, la francesa Edef y el grupo chileno Enersis; la compañía de aviación Aerolíneas Argentinas pasó a tener como socio mayoritario a la española Iberia. La fuerte presencia europea, encabezada por España, provocó protestas del representante del gobierno estadounidense, el embajador Terence Todman.

En general, los capitales se destinaron a captar principalmente al sector servicios, aunque también hubo inversión extranjera directa (IED) de empresas transnacionales (ET) destinadas al sector industrial. Los principales destinos fueron el sector automotriz y la industria agroalimentaria. Todo este proceso trajo como resultado una mayor concentración de capital con duras consecuencias sociales para la economía nacional: la quiebra y desaparición de muchos productores y de pequeños y medianos empresarios. Las primeras señales de la crisis que se estaba anunciando se comenzaron a sentir a mediados de los noventa en los grandes conglomerados urbanos como Rosario, con un alto índice de desocupación. Un aspecto que no se descuidó fue el de la conflictividad social, y ello explica por qué se buscó la neutralización de la protesta avanzando sobre la legislación laboral y cooptando la acción sindical.⁶ De todos modos, si bien el proceso de privatizaciones hizo que fluyeran los capitales externos a la Argentina, las inversiones industriales más importantes, como la del sector automotriz, se deslizaron a Brasil, por ser este país considerado un mercado mayor que el argentino, lo cual generó muchos roces entre los dos socios.

Para avalar todos estos cambios estructurales se impulsaron reformas constitucionales en la región, lo que, entre otras cosas, permitió la reelección presidencial, pero también, en el caso argentino, el reconocimiento de los tratados suscritos por R.R. Alfonsín con los países europeos y Estados Unidos.⁷

Esta oleada neoliberal y privatizadora de puertas abiertas se extendió por América Latina y los socios Mercosureños no fueron una excepción. Sin llegar a los extremos de las políticas implementadas en la Argentina, el Brasil de Fernando Henrique Cardoso profundizó las propuestas neoliberales.

Paraguay y Uruguay también sufrieron las consecuencias de esta oleada y buscaron lograr beneficios acercándose a uno u otro socio, o bien – más claramente en el caso Uruguayo – llevando una agenda abierta al multilateralismo, a fin de lograr un margen de maniobra.

A medida que se fueron incorporando nuevos países asociados como Chile y Bolivia, buscando ampliar los intercambios comerciales, también las dificultades de entendimiento se reforzaron.

Otro motivo de presión sobre el Mercosur fue el Alca. En Belo Horizonte el bloque sostuvo que era necesario que la negociación se rigiera

(...) por los principios generales de gradualidad, equilibrio en la distribución de costos y beneficios y simultaneidad en la puesta en vigencia de los acuerdos. La gradualidad remitía a una negociación en tres etapas sucesivas que contemplaba para 1998-1999 el tratamiento de los temas de facilitación de negocios, para 2000-2002 la armonización de normas y procedimientos aduaneros, y, finalmente, para 2003-2005 el análisis del acceso a los mercados. Este formato intenta, por un lado, moderar el impacto que una apertura inmediata podría producir en los sectores menos competitivos y, por otro, asegurar los tiempos necesarios para la profundización del Mercosur.⁸

De todos modos los intercambios entre los socios se incrementaron (ver Cuadro I) a medida que avanzaba la década de 1990. Sin embargo, las sucesivas crisis financieras repercutieron en la economía internacional e hicieron sentir su impacto en el Mercosur. A la “crisis global” iniciada en Tailandia (1997-1998) se sumó la crisis monetaria rusa de 1998.⁹

Cuadro I: Exportaciones intra Mercosur. 1995/2003 (en millones de dólares FOB)

Origen	Destino	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003
Argentina	Brasil	5.510,9	6.619,9	6.619,9	7.924,4	5.689,3	6.991,4	6.311,3	4.838,0	3.818,3
	Paraguay	631,6	581,4	581,4	621,9	563,2	592,2	496,7	341,9	349,6
	Uruguay	654,2	717,1	717,1	843,3	818,6	818,3	768,5	543,0	444,3
	Total	6.796,7	7.918,4	7.918,4	9.389,6	7.071,1	8.401,9	7.576,5	5.722,9	4.612,2
Brasil	Argentina	4.041	5.171	6.767	6.746	5.362	6.233	5.002	2.343	4.561
	Paraguay	1.300	1.325	1.405	1.249	744	829	720	557	707
	Uruguay	812	812	871	881	671	670	641	412	404
	Total	6.153	7.308	9.043	8.876	6.777	7.732	6.363	3.312	5.672
Paraguay	Argentina	s/d	90	101,3	155,7	53,1	93,6	60,8	34,5	66,9
	Brasil	s/d	516,7	460,9	347,6	235	336,6	277,8	353,2	438,3
	Uruguay	s/d	48,7	22,2	20,8	19,1	123	180	165,1	257,2
	Total	s/d	655,4	584,4	524,1	307,2	553,2	518,6	552,8	762,4
Uruguay	Argentina	267,1	271,7	354,3	513,2	368,6	410,7	316,5	113,0	s/d
	Brasil	700,0	831,0	940,2	935,2	557,3	530,1	439,2	433,8	s/d
	Paraguay	24,9	49,4	60,7	83,8	81,0	82,1	82,9	61,9	s/d
	Total	992,0	1.152,1	1.355,2	1.532,2	1.006,9	1.022,9	838,6	608,7	s/d

Fuentes: Banco Central de la República Argentina e Instituto Nacional de Estadística y Censos. Ministerio de Economía, República Argentina.

La reacción de Brasilia fue establecer la libre flotación de la moneda, por lo cual el real se depreció pasando de 1,21 reales por dólar a 2,18 reales por esa unidad de moneda. La consecuencia más directa fue que Brasil comenzó a estancarse: el crecimiento pasó de aproximadamente el 3% en 1997 a casi cero en 1998 repuntando levemente en 1999 sin llegar a un dígito. Esto se tradujo en el comercio argentino-brasileño (Ver Cuadro II).

Cuadro II: Importaciones intra MERCOSUR. 1995/2003 (en millones de dólares FOB)

Destino	Origen	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003
Argentina	Brasil	4.174,4	5.325,2	6.897,5	7.054,7	5.598,9	6.478,5	5.277,6	2.518,4	3.702,7
	Paraguay	139,8	181,3	319,6	347,6	304,1	294,9	303,0	255,5	253,2
	Uruguay	279,3	293,8	371,0	528,0	395,8	425,9	328,4	122,4	131,0
	Total	4.593,5	5.800,3	7.588,1	7.930,3	6.298,8	7.199,3	5.909,0	2.896,3	4.086,9
Brasil	Argentina	5.581	6.784	8.033	8.035	5.815	6.843	6.207	4.745	4.673
	Paraguay	514	551	518	350	260	351	302	383	475
	Uruguay	737	933	966	1043	645	601	500	484	538
	Total	6.832	8.268	9.517	9.428	6.720	7.795	7.009	5.612	5.686
Paraguay	Argentina	s/d	386,6	641,0	460,5	312,0	512,6	478,7	310,5	436,6
	Brasil	s/d	847,7	961,5	785,6	493,4	503,5	563,4	477,6	605,0
	Uruguay	s/d	52,2	62,6	77,2	69,8	75,0	69,3	58,3	59,1
	Total	s/d	1.286,5	1.665,1	1.323,3	875,2	512,6	1.111,4	846,4	1.100,8
Uruguay	Argentina	60,5	690,8	790,8	839,4	795,6	836,1	706,0	540,6	572,6
	Brasil	698,6	745,5	802,1	793,4	651,7	666,6	626,0	389,6	458,8
	Paraguay	13,6	25,3	23,7	16,6	14,4	15,3	18,1	13,6	10,7
	Total	1.320,7	1.461,6	1.616,6	1.649,4	1.461,7	1.518,0	1.350,1	943,8	1.042,1

Fuentes: Banco Central de la República Argentina e Instituto Nacional de Estadística y Censos, Ministerio de Economía, República Argentina.

En este contexto, el clima de entendimiento entre los dos principales socios se fue enrareciendo y hacia el último bienio de la presidencia de C.S. Menem los gestos de distanciamiento fueron haciéndose más frecuentes.

Lo que se comenzaba a poner de manifiesto entre los socios, a poco de echar a andar, era un complejo juego de fuerzas locales, regionales, nacionales y de intereses encontrados, así como se iban desarrollando las batallas que las potencias extrarregionales libraban entre sí en ese escenario del Cono Sur latinoamericano. Por un lado, algunos grupos buscaron impulsar el eje San Pablo, Buenos Aires, Santiago de Chile, que debía imponerse a las estrategias nacionales. Itamaraty y Buenos Aires a ratos rivalizaron en ciertos temas como el azúcar, o el calzado o los electrodomésticos. Por el otro, arreciaron las tensiones imperialis-

tas entre las potencias extrarregionales que buscaban la hegemonía en el control de los mercados, de las inversiones directas, de la especulación financiera, etc. En ese sentido queda claro el rol jugado por los socios de la Unión Europea en la Argentina y en otros países latinoamericanos – España encabeza “el segundo desembarco” –, mientras que en Brasil se sintieron con mayor intensidad los tradicionales vínculos con Alemania.

De cualquier modo, los otros países más industrializados también se mostraban activos: Estados Unidos tanto en el tema del endeudamiento externo de los países latinoamericanos como en el de flujos de capital e inversiones directas no abandonó el escenario y, a pesar del vaivén, no ha renunciado tampoco a la idea de extender el Alca a todo el continente para reforzar su liderazgo. Por su parte, Japón ha mantenido activos sus lazos con la región a través de sus fuertes vínculos con Brasil. Asimismo, un nuevo actor regional también aprovechó las circunstancias de la extrema apertura argentina: Canadá, terminada la Guerra Fría, se mostró dispuesto a construirse un espacio propio como potencia media, y América Latina cobró importancia en su agenda. En el caso específico de la Argentina, llegaron al país inversiones canadienses destinadas principalmente al sector minero.

La crisis del neoliberalismo

Las políticas neoliberales rediseñaron de manera profunda las estructuras de los países latinoamericanos con diversas consecuencias, en general negativas. El caso de los socios y asociados no fue una excepción.

En la Argentina en primer lugar, el estancamiento del crecimiento en la segunda mitad de los noventa produjo una redistribución de la riqueza bajo un modelo altamente polarizado que puso al país al borde de un colapso. El recambio del menemismo por el gobierno de la Alianza llevó a la Casa Rosada argentina al radical Fernando de la Rúa como presidente y al frepasista Carlos “Chacho” Álvarez como vicepresidente. Si bien fue visualizado como una alternativa diferente a su antecesor, pronto la descomposición política interna, con denuncias del vicepresidente acerca de la corrupción en el Senado de la nación y su posterior renuncia, llevó a un creciente aislamiento al gobierno del presidente de la Rúa.

Tras algunas disputas internas, el gobierno llamó al ex Ministro de Economía de Carlos Saúl Menem, Domingo Cavallo, a ocupar otra vez esa cartera.

Por su parte, la prensa analizaba así los tironeos de las negociaciones por la deuda externa y las luchas en el seno del sector bancario y financiero:

Detrás de toda esta melange hay que mirar bajo las aguas. La caída de la deuda argentina fue impulsada por los Fondos especulativos de Wall Street. Se estaría buscando precipitar la

bancarrota [de la Argentina] para obligar al gobierno a renegociar o reestructurar toda la deuda, con elevados beneficios, dada la baja cotización que ya está alcanzando nuestra deuda en el marco de la crisis.

Lo cierto es que hay una guerra oculta a los ojos de la gente entre el grupo de bancos norteamericanos que tratan de apoderarse especialmente de los [bancos] de origen español. El Galicia, y el Francés Credit Agricole, tienen el 30% de sus activos invertidos en la deuda externa, sea nacional o provincial, y el Ciudad llega al 40% de su cartera de títulos públicos. En cambio el Citibank, el Bank Boston, el Morgan Chase y el Bank of America; el Deutsche Bank y el inglés HSBC están menos expuestos que los anteriores y por ello piensan aprovechar la situación de un eventual “default” para absorber a los primeros de los nombrados. Es sabido que el Citibank está detrás del Galicia, para comprar sus activos. Otro tanto ocurre con el Bilbao Vizcaya (dueño del Francés); ya negocia una fusión con el Lloyd de Gran Bretaña, según informó el “Financial Times”.¹⁰

Pocos días después en otro informe se afirmaba:

Los banqueros han logrado en las últimas horas doblarle el brazo al “superministro” que ha debido imponer un duro “ajuste” fiscal que cercena los salarios de los empleados públicos, las jubilaciones y probablemente alcance a todas las áreas estatales.

El golpe de los banqueros y sus operadores intenta condicionar a de la Rúa, al presidente de la UCR, Raúl Alfonsín, y busca el alejamiento del resto de los aliancistas. La idea es la misma que consolidó el menemismo después del fracaso del grupo Bunge y Born al frente del Ministerio de Economía. Se busca una nueva alianza entre el grupo de radicales fieles al Presidente, sectores del peronismo, el cavallismo y el poder financiero.

En cuanto al impacto de la crisis continuaba:

La crisis persiste y el péndulo va de un lado a otro. Repercute en la economía de Brasil y va más allá de la región, llegando hasta la Bolsa de España. Lo cierto es que hay una disgregación no solo del Gobierno sino que hay intereses económicos enfrentados que luchan duramente por sus propios espacios. Industriales, financistas, políticos, funcionarios, tejen sus intrigas mientras el país los mira con decepción, impotencia y pesimismo.

Como vemos la crisis impactaba sobre el principal socio del Mercosur y también se comenzaba a sentir su efecto negativo en España. Paralelamente el FMI mantenía las presiones sobre el gobierno argentino exigiendo mayores ajustes y miró para otro lado cuando la debacle era evidente. El ex Secretario de Hacienda declaró en abril del 2002 que la representante de ese organismo internacional esperaba que Argentina estalle y que pase por una hiperinflación que deprecie los activos, para que los capitales norteamericanos puedan venir a comprar las empresas por dos pesos.¹¹

Frente a este complejo panorama, los fondos financieros especulativos se comenzaron a retirar del país, por lo cual el ministro Cavallo eligió hacer recaer el peso de la crisis en los trabajadores, decretando el “corralito” bancario. Se obligaba a la patronal a pagar los salarios a través de los bancos, mediante “cuentas-sueldo”. Esto llevaba una inyección de liquidez a los bancos y además, les permitía cobrar comisión por estos servicios. Además se impedía que los usuarios retiraran efectivo, por lo cual se hacía obligatorio el uso de los cheques y las transferencias bancarias sobre las cuales también los bancos cobraban comisión.

Esto terminó por quebrar la economía informal, que había funcionado como amortiguadora de la crisis, y se aceleró el corrimiento de cada vez más sectores de la población a quedar sumergidos por debajo de la línea de la pobreza. Las provincias buscaron paliar la falta de efectivo y se lanzaron a emitir sus propios bonos, por lo cual llegaron a convivir varias decenas de monedas. Esta situación hizo que la población atada a la economía informal buscara alguna salida alternativa, por lo cual se extendió el uso del trueque, con intercambio de bienes y servicios en forma directa o través de vales emitidos por algunas asociaciones como el “club del trueque”.

El sistema de jubilaciones, privatizado en la era Menem, y la corruptela, habían puesto al servicio de salud estatal para la tercera edad, el Pami, al borde de colapso. Asimismo, a medida que desapareció el circulante comenzaron a escasear y, por ende a encarecerse, los medicamentos. Tampoco se salvó la educación. Muchas instituciones privadas no aguantaron la crisis y cerraron sus puertas. Conviene decir aquí que bajo la presidencia de Menem se abrieron una cantidad significativa de establecimientos privados en todos los niveles y florecieron las universidades privadas con carreras cortas. Asimismo, los sectores medios empobrecidos pasaron a sus hijos de los institutos privados a las escuelas públicas, mientras que los hijos de los sectores más pobres abandonaban la escuela. En muchos casos la escuela estatal se convirtió en el último fusible de la crisis, a través de los comedores escolares que muchas veces funcionaban con graves problemas. La desnutrición infantil que se venía manifestando desde hacía varios años, se extendió mucho más rápido devorando las provincias más pobres y los sectores más marginales de las grandes urbes.

En diciembre de 1999 el gobierno de la Alianza había perdido todo consenso. Los saqueos operaron como chispazos en un polvorín. Frente al descontento popular, el presidente rodeado de un pequeño grupo de familiares y colaboradores se mostraba ajeno a la tragedia de las calles y reconfirmó en su cargo al ministro Cavallo. La lucha de los sectores de trabajadores recibió entonces el inesperado apoyo de las clases medias perjudicadas por la política económica. El presidente decretó también el estado de sitio y en lugar de calmar los ánimos, esto exacerbó la indignación popular. En una noche ardiente, con los

movimientos barriales, las diferentes expresiones del movimiento piquetero de desocupados, las capas medias empobrecidas y, curiosamente, las capas de clase media alta que se encontraron con el dinero atrapado en los bancos en las principales ciudades, se desarrolló una cruenta batalla frente a las fuerzas represivas, mientras Fernando De la Rúa, tras presentar su renuncia, abandonaba la Casa Rosada en un helicóptero.

Lo que siguió fue una sucesión de presidentes: el senador de la provincia de Misiones, Puerta; el puntano Rodríguez Sáa; el presidente del Senado Caamaño y, finalmente, el senador justicialista Eduardo Duhalde, quien asumió el 1° de enero de 2002. Una de sus primeras medidas fue la devaluación del peso mediante la salida de la Convertibilidad. Esto benefició al sector exportador, pero también a los grupos empresarios que estaban endeudados en dólares y que ahora debían pagar sus deudas en un peso devaluado, pero perjudicó aún más a los trabajadores. El 4 de enero de 2002 la BBC en Internet bajo el título “Argentina: un nuevo pobre cada minuto” registraba el siguiente cuadro:

Es una vuelta cruel del lenguaje: si hace unos años en América Latina se hablaba de los “nuevos ricos”, hoy en Argentina el tema son los “nuevos pobres”. Un estudio de la consultora Equis muestra una realidad desgarradora: cada día en Argentina surgen 2.000 nuevos pobres, es decir, más de uno por minuto, que sobreviven con menos de 4 pesos diarios. Esto ha generado un fenómeno inédito y, desgraciadamente, masivo: el de millones de argentinos deslizándose de la clase media a la pobreza.

Según la investigación de Equis – basada en datos del Instituto Nacional de Estadística y Censos (Indec) –, el 60% de los nuevos pobres de la capital, Buenos Aires, y el conurbano hace un año pertenecía a la clase media. [...] En los años 70 y 80, la pobreza estaba vinculada directamente con un déficit de infraestructura o vivienda. Los nuevos pobres no tienen esa carencia, pero tampoco pueden satisfacer otras necesidades mínimas, debido a su bajo nivel de ingresos.

¿Por qué quedó tan aislada la Argentina y no recibió el apoyo de los organismos financieros internacionales como sí ocurrió con Turquía en esos días?

“El colapso argentino es un revés para Estados Unidos y el FMI, que han invertido mucha de su credibilidad y prestigio en el país, pero que se han negado a ayudar cuando la situación empeoró”, escribió el analista Larry Rohter en el diario The New York Times.

Walter Molano, jefe de investigación de la firma BCP Securities, una consultora financiera basada en Connecticut y especializada en América Latina, fue más allá:

“Quedó claro que el departamento del Tesoro (estadounidense) empujó a Argentina al límite y permitió que se derrumbara”. Y el secretario del Tesoro, Paul O’Neill, pareció confirmarlo con unas controvertidas declaraciones. “Argentina ha estado en problemas por 70 años o más – manifestó O’Neill a la revista británica The Economist –. No posee una industria de exportación y parece conforme con ello. Nadie la obligó estar como está.

Pero según Rohter, de The New York Times, en sus apreciaciones el funcionario olvidó mencionar una realidad fundamental: los aranceles que Estados Unidos impone a las exportaciones argentinas y la resistencia a aliviar esas barreras comerciales, que perjudican al país. Las actitudes del gobierno de Washington y del FMI no parecieron caer bien en América Latina. El ministro de Finanzas de Perú, Pablo Kuczynski, dijo que el Fondo tiene parte de la culpa de lo sucedido en Argentina porque “no hizo sonar la señal de alarma a tiempo y se puso exigente cuando la situación se complicó” (...)

El afán de Argentina por alinearse con la política exterior de Washington (participó en la Guerra de Golfo y logró que la administración de Bill Clinton la considerara aliada fuera de la Otan) parece haber caído en saco roto.¹²

Conviene subrayar también que en los noventa la pulseada entre los intereses estadounidenses y los europeos fue muy intensa y que es probable que sectores influyentes norteamericanos aprovecharan para ver cómo la crisis debilitaba a sus competidores.

Finalmente, Eduardo Duhalde, quien había perdido las elecciones frente a De la Rúa, completó el período presidencial y convocó a nuevas elecciones. El ex presidente Carlos Saúl Menem y Néstor Kirchner fueron los principales contendientes y, aunque el primero quiso crear la certeza de que la realización de un ballottage le daría el triunfo, sus seguidores lo terminaron convenciendo de que no estaba la situación política ni económica como para que se realizara otra elección y reconocía el triunfo de su adversario.

¿Hacia una nueva fase?

¿Cómo se vivió la crisis en los países asociados? No es novedoso sostener que si uno de los países latinoamericanos sufre un golpe de Estado, una crisis política o económica, la estabilidad de sus vecinos es puesta en cuestión. Con más razón si estos países además han avanzado, aunque sea a los tropezones, en metas comerciales comunes. Por ello, en el caso de Mercosur las inestabilidades son vistas con mucha preocupación. Por ejemplo, en el caso de Paraguay, que ha sufrido varios intentos desestabilizadores merced a los enfrentamientos de la élite, la Argentina, Brasil y Uruguay rápidamente reaccionaron a favor de la continuidad institucional.

Con respecto a la crisis argentina, en un primer momento sus socios se mostraron preocupados primordialmente por los aspectos políticos de la crisis. Si el descontento y las luchas populares se profundizaban, existía el peligro de la guerra civil, y ese enojo contra las capas políticas dirigentes expresado en el “que se vayan todos” podía extenderse a sus vecinos. Por ello el flamante gobierno de Luiz Inacio Lula da Silva se mostró libre de las posibles consecuencias económicas de la crisis. Otro tanto intentó hacer el presidente uruguayo Batlle. Sin embargo, los efectos negativos de la crisis argentina finalmente alcan-

zaron a todos los países vecinos de la Argentina. Ya fuera porque la devaluación impulsaba sus exportaciones, o porque el turismo quedaba ahora dentro de las propias fronteras argentinas, o porque hasta las sucursales bancarias se vieron sacudidas por la conmoción, lo cierto es que la crisis se extendió más de lo que lacónicamente habían anunciado los organismos de crédito internacionales.

Por otra parte, esta situación impulsó también la colaboración de los sectores más golpeados por la reciente crisis o que venían soportando una marginación estructural desde hacía mucho tiempo. Pero este acercamiento de los sectores más combativos no fue bien visto por los sectores dominantes.

Estos vientos de cambio fueron registrados por las clases dirigentes que buscaron presentarse con propuestas renovadoras. El gobierno del PT en Brasil llegó a la presidencia con la promesa de garantizar tres comidas diarias para toda la población, pero en los hechos no sólo no significó un quiebre respecto de las propuestas de su antecesor, sino que en algunos aspectos acentuó el modelo neoliberal.

Por su parte, en la Argentina la llegada del justicialista Néstor Kirchner al poder mostraba algunas señales del cambio.

El presidente Kirchner, el día de su ascensión (25 de mayo de 2003), rompiendo con el clima de hostilidad a los políticos que se había vivido hasta pocas horas antes, se atrevió a caminar por las calles y saludar a la gente. A los festejos oficiales asistieron los presidentes Luis Inacio Lula da Silva (Brasil), Hugo Chávez (Venezuela), Fidel Castro Ruz (Cuba) y Álvaro Uribe (Colombia), entre otros. Los más requeridos por la prensa fueron el venezolano y el cubano. Éste último fue el centro de atención durante el día 26 de mayo, puesto que ofrecería una conferencia para un millar de personas en una facultad de la UBA. La presencia de oyentes fue tal que se vieron obligados a armar un palco en la calle y miles de admiradores fueron llegando y lo escucharon por más de dos horas. Hasta el periodismo más anticastrista sintió la fascinación de este “mito viviente” como alguno de ellos lo denominó.

A partir de ese momento se normalizaron las relaciones bilaterales, por lo cual se produjo un encuentro entre el Canciller argentino Rafael Bielsa y su par cubano, Felipe Pérez Roque, en noviembre de 2003, donde se suscribieron una serie de acuerdos tendientes a superar los obstáculos entre ambos países. Un tema de especial interés fue la deuda cubana que, según los trascendidos de la prensa, alcanzaría a unos 1.600 millones de dólares. Asimismo, se rebajaron los aranceles de unos 1.600 productos para facilitar el intercambio comercial bilateral. En tal sentido la Ministra cubana de Inversiones, Marta Lomas, suscribió 15 acuerdos de cooperación científico-técnica que serán financiados por el fondo de cooperación de la Argentina, encontrando un camino no convencional para ir cubriendo la deuda.¹³

Es interesante señalar que si bien se hicieron gestos muy positivos hacia el Mercosur y se buscó su ampliación invitando a México, Venezuela y hasta a la propia Cuba, el panorama no aún no resulta nada sencillo. La crisis y la desaceleración de los intercambios

volcaron tanto a la Argentina como a Brasil a buscar nuevos mercados y nuevas inversiones. Esto pone entre signos de interrogación las declaraciones del embajador argentino en La Habana, quien sostuvo que “Argentina, Cuba, Venezuela y Brasil, [son] una mesa de cuatro patas muy fuerte para charlar en un ámbito continental de los problemas de Latinoamérica [frente a EEUU]”. En efecto, si bien se han visto claros gestos de solidaridad partidaria del gobierno argentino hacia el recientemente electo presidente uruguayo Tabaré Vázquez aún antes de ser elegido, el presidente Kirchner se ausentó de la Cumbre de Rio realizada a comienzos de noviembre de 2004 por la necesidad de negociar un importante contrato con Repsol-YPF, según aseguraron los medios de comunicación. Por otra parte, es necesario subrayar que el Mercosur continúa siendo un escenario de lucha de las grandes potencias que tradicionalmente han hecho sentir su influencia en la región, como Estados Unidos, el Alca y Canadá, los países de la Unión Europea y Japón, y también como la remodelada Federación de Rusia, Corea del Sur y la pujante potencia imperial China.¹⁴

Recebido em dezembro/2004; aprovado em maio/2005

Notas

* Ceila. Iihes. FCE. Universidad de Buenos Aires. Adhilac, Argentina.

¹ ROSAS, M. C. *El regionalismos vs. el multilateralismo y el impacto de la política comercial externa de Estados Unidos en la integración latinoamericana*. Tesis para el Doctorado en Estudios Latinoamericanos. México, Unam, 2000, pp.28-34.

² ROSAS, op. cit., p. 29.

³ ECLAC en ROSAS, op. cit., 2000, p.38

⁴ CRISORIO, B.C. *La Argentina y el MERCOSUR frente a la Unión Europea*. In: RECKZIEGEL, A. L. S. y otros: *Anais do II Simpósio Internacional de Relações Continentais e intercontinentais. Estados Americanos: Relações continentais e intercontinentais*. Universidade de Passo Fundo, Porto Alegre, 1997; *El sector automotriz en la Argentina y el Mercosur. Cambios y perspectivas*. In: ARELLANES JIMÉNEZ, P. E. y DE LA ROSA, J. R. *Inversiones y empresas extranjeras globalizadas*. Colección Pensamiento Científico. Benemérita Universidad Autónoma de Puebla, Pedei, 1997, pp.107-154.

⁵ CRISORIO, B.C. *Una mirada histórica a los nuevos desafíos*. In: ARANA, G.; CRISORIO, R.-B. C. (eds.): *Integración y regionalización en América Latina. Nuevos aportes para el análisis de los procesos latinoamericanos*. Barranquilla, Colombia, Ediciones Uninorte, 2001, pp.139-158.

⁶ El avance sobre los derechos de los trabajadores continuó bajo el gobierno de Fernando De la Rúa. Uno de los casos más sonados fue la sospecha que cayó sobre el gobierno de haber logrado que se aprobase una ley de flexibilización laboral mediante el pago de sobornos a los miembros del Senado de la Nación. Esto

fue oportunamente denunciado por el Vicepresidente Carlos “Chacho” Álvarez quien, finalmente, presentó la renuncia a su cargo. En el curso del 2005 la investigación que está siendo realizada por el Poder Judicial dio veracidad a esas denuncias.

⁷ CRISORIO, op. cit., pp. 158/165.

⁸ PORTA, F.; SZELEPSKI, S. y WANG, L. “Alca y Mercosur. Una evolución”. Comisión Económica para América Latina y el Caribe de las Naciones Unidas.

⁹ STIGLITZ, J. E. *El malestar en la globalización*. Buenos Aires, Taurus, 2002.

¹⁰ ARGENPRESS: “Incertidumbre, protesta social y guerra entre banqueros. De la Rúa y el “Default” tan temido”, 31/07/2001.

¹¹ JOZAMI, Á. *Argentina. La destrucción de una nación*. Buenos Aires, Mondadori, 2003.

¹² SEITZ, M. “Quién es capaz de vencer al FMI”. BBC Mundo. 01/01/2002

¹³ CRISORIO, B. C. “Auge y caída” del neoliberalismo rioplatense. La política internacional argentina y el caso cubano”. In: PAKKASVIRTA, J. y WILSKA, Kent (eds.). *El Caribe centroamericano*. Hakapaino, Helsinki, Publicaciones del Instituto Renvall 18, Universidad de Helsinki, 2005, p.240.

¹⁴ En noviembre de 2004, previa a la visita del primer mandatario chino, se suscribieron acuerdos con ese país en un volumen importante.

AMÉRICA TIENE NOMBRE DE MUJER: MUJERES INDÍGENAS EN EL PACTISMO DURANTE LA FRONTERA

Adelaida Sagarra Gamazo*

Resumo

Juan Rodríguez de Fonseca gestionó los asuntos indianos entre 1493 y 1524. Durante ese tiempo, la política americana fue variando según las circunstancias requirieran. Entre los descubrimientos y la conquista hubo una línea pacífica de actuación impulsada por Fonseca: los pactos políticos con los indios. El objeto de este trabajo es abordar cual fue el papel que correspondió a las mujeres indígenas en estos pactos fronterizos.

Palabras-chave

Frontera; pactismo; Fonseca; mujeres.

Abstract

Juan Rodríguez de Fonseca managed the indigenous matters from 1493 to 1524. During this period the American politics varied according to what the circumstances required. Between the discoveries and the conquest, there was a pacific line of actuation, impelled by Fonseca: the political pacts with the indigenous. The aim of this work is to approach the role performed by the indigenous women in these borderline pacts.

Key-words

Frontier; pactism; Fonseca; women.

América o Américas es un apasionante tema de discusión histórica. Cuando se me propuso escribir este artículo – atención que agradezco muy de veras a la Dra. Yvone Dias Avelino – pensé cómo hacer alguna aportación desde mis temas habituales de investigación acerca de La política indiana de Juan Rodríguez de Fonseca entre 1493 y 1524. Nunca he visto la palabra América escrita por él: nunca la escribió. Don Juan pensaba en las Indias, o las Yslas e Tierra Firme de la Mar Océana, o escribía los nombres de las diversas culturas o territorios: Nueva España, México, la Española, Cuba, Tierra Firme... Trabajó para regionalizar aquellos territorios plantando los elementos básicos de lo que sería una gigantesca región unitaria -que no pudo llegar a ver–, si bien – no podía ser de otro modo – contempló la posibilidad de crear diversas redes o estructuras sociales, políticas, culturales y económicas que acogieran y expresaran las diferencias. Sabía de la existencia de varias Américas Indígenas – tuvo noticias de taínos, caribes, cunas, mayas y aztecas – pero trató de crear una América Española flexible, que en cierto modo respetara una parte de la estructura social y de poder indígena.

Pero don Juan nunca cruzó el vencido Mar Tenebroso. Nunca pudo exclamar admirado, como Cristóbal Colón: “¡La Española es maravilla!”. Ayudó, eso sí, a que muchos navegantes, marinos, profesionales, soldados, hombres de letras, funcionarios, labradores, se lanzaran a la aventura indiana. Aquella mítica y abstracta tierra fabulosa, cargada de tesoros, no resultó – en la mayoría de los casos entre 1493 y 1524 – ser tal. Para algunos la oportunidad del destino sí tuvo nombre de mujer; pero ese nombre no fue América, sino Anayansi, Malinalli o Higüeymota. Cada una de las mujeres indígenas que facilitaron la integración de los españoles o el refuerzo de las alianzas de poder fue en cierto modo una forma diferente de América, una manifestación personal y cercana de aquel abstracto continente poblado de Indios del que hablaban los cientos de reales cédulas que Fonseca firmó. Para Don Quijote el Universo se llamaba Dulcinea.

Descubrimiento-Descubrimientos

Si el concepto Descubrimiento va inseparablemente unido a la figura de Cristóbal Colón, a las Capitulaciones de Santa Fe, al monopolio colombino, y al periodo 1492-1499, el concepto Descubrimientos va unido al plantel de marinos navegantes y descubridores ¡todo el Reino puede descubrir!, a las Capitulaciones y al periodo 1499-1518. En la capitulación con Diego Velásquez – Capitulación (...) para la conquista de ciertas yslas – se manejaron los dos conceptos “descubrimiento y conquista”; esto es interesante porque está claro que el descubridor y el conquistador tienen dos perfiles diferentes: “vos doy

licencia e facultad para que podáis descubrir e descubráis (...) y mando que las tierras que así descubrierdes o abeis descubierto las podáis conquistar como nuestro capitán y poner devaxo de nuestro sennorio e servidumbre”.¹

El concepto “conquista” como proceso armado de establecimiento de la soberanía fue borrado de las estrategias castellanas al menos teóricamente en 1573 por Felipe II en las ordenanzas del Bosque de Segovia, en pro de un nuevo concepto que será el poblamiento. Descubrimiento y población o poblamiento será la nueva secuencia.

La referencia de frontera de los castellanos era concreta: ocho siglos de frontera móvil y bélica hacia el sur; había sido una frontera bastante permeable a veces con espacios de convivencia. Curiosamente, fueron dos culturas enfrentadas pero no desconocidas... En las Partidas del Rey Alfonso se recogieron los principios de integración legítima de tierras o pueblos a la Corona de Castilla: la herencia, la elección por comunidad, el matrimonio con la heredera y la concesión Papal o Imperial. La ocupación militar de tierras de cristianos no era suficiente y debía perfeccionarse por otra vía. Frente al Islam las Monarquías Cristianas adoptaron otra actitud. La reconquista era legítima, al ser tierras ocupadas.

En la historia indiana, la frontera sería el espacio de contacto, violento a partir de un determinado momento, entre españoles e indios, era el territorio potencialmente regionalizable donde las estructuras de soberanía – de poder – eran precarias. La consolidación de estas por la vía del sometimiento efectivo de los indios, la fundación de ciudades que garantizaban la soberanía por la vía de la presencia, la evangelización y la aculturación, con el avance de las instituciones castellanas transplantadas, transterradas a América, constituían un nuevo estadio, el Orden Legal.

El concepto de frontera tenía por tanto un matiz de “provisionalidad”. Los Reyes cedían su actuación con más o menos cautelas explícitas al descubridor o al capitán de la hueste. Algunas de estas actuaciones iban detalladas en Capitulaciones. Otras encajan en la distancia respecto a Castilla, la libre iniciativa de los súbditos, los vacíos legislativos y la capacidad de improvisación ante a la realidad imprevisible y sorprendente: lo que vio Colón en la Española no coincidía evidentemente con las descripciones de Marco Polo.

Para algunos españoles, a miles de kilómetros de su tierra, en un medio desconocido y hostil, la flexibilidad para adaptarse e introducirse pacíficamente en un contexto social y la capacidad de pacto fueron a veces la única posibilidad de sobrevivir. En un sentido amplio, creo que se podría definir una secuencia interesante: descubrimiento – pactismo – conquista - poblamiento. Los tres primeros conceptos se entienden en la frontera; el cuarto señala el comienzo del orden legal. En la ciudad se reparten los solares, se diseña la Plaza Mayor (de Estado) y se instituyen las autoridades.

Me planteé este trabajo como un acercamiento a ese “pactismo”, que es ya una “visión del otro”, al contemplarle como capaz para el diálogo. Habría que distinguir, eso sí, un pactismo de gobierno – la Corona y Fonseca solo se jugaban un estilo político – y un pactismo de supervivencia porque sus súbditos en Indias se jugaban la vida... En este contexto he procurado analizar la intervención, presencia o posible protagonismo de las mujeres en la relación cultural y política entre los indios y los españoles. Los límites cronológicos de este breve trabajo van a coincidir deliberadamente con los años de gestión indiana de Juan de Fonseca (1493-1524), ya que don Juan aunó el descubrimiento y los descubrimientos, y aún presencia el inicio de la conquista.

El Pactismo de gobierno: Juan Rodríguez de Fonseca

El Pactismo implica, como he dicho, una Visión del otro; es esencialmente alteridad: si no hay dos interlocutores no hay posibilidad de diálogo. Los descubrimientos implicaron el conocimiento, el choque de imaginarios muy diversos, y varias “visiones del otro”. ¿Quién es el otro?, fue uno de los grandes interrogantes que el Nuevo Mundo arrojó, como un reto, al Viejo. Desde que en 1500 la conciencia de la humanidad de los indios se hizo evidente, don Juan fue reflexionando acerca de las consecuencias políticas de esta definición. En las instrucciones de 1501 a Ovando, gobernador de la isla Española, se detallan algunas cuestiones relativas a la protección de las mujeres antillanas, después del caos de los caciques blancos: que ningún español dispusiera de las mujeres e hijas de los indios, quienes lo hubieran hecho tendrían que restituir casándose si la india quisiera.

En el memorial de 1503 en el que don Juan propuso a los Reyes la creación de la Casa de la Contratación,² incluyó una primera propuesta de buen tratamiento de los Indios, que creaba una utopía, y se insertará casi textualmente en la instrucción a Ovando de 1503: indios repartidos en Pueblos “cada uno su casa apartada con su mujer e hijos y su tierra apartada para sembrar”,³ un capellán para evangelizar y alguien autorizado para que nadie les hiciera daño. En la Instrucción a Ovando de 28 y 29 de marzo de 1503 se indicaba expresamente que había que “vigilar que los españoles respetasen a las mujeres indias”, además, lograr que los indios se casaran por la Iglesia y fomentar los matrimonios mixtos, también española-indio. En el resto de los aspectos no se mencionaba explícitamente a las mujeres. Meses después, como el proyecto fonssequiano generaba formas de vida excesivamente libres, se creaba la encomienda.

En esos mismos años, hacia 1500, en un entorno bastante distinto pero concebido por Fonseca dentro de la misma macrorregión oceánica, puesto que la Casa de la Contratación incluía Indias, Canarias y Berbería, hombres de la Corona – el Adelantado de Canarias

Alonso de Lugo y el veedor de Berbería Antonio Torres –, a fin de procurar la alianza política y fiscal con los moros y que se incorporaran individual y libremente a la Corona como súbditos tributarios: “con los al-árabes y moros no obedientes que se les atraiga por vía de negociación”,⁴ se acabaron oficialmente las cabalgadas a Berbería, es decir, las expediciones de saqueo para capturar esclavos y obtener botín de guerra como formas rápidas de enriquecimiento. El pactismo era el nuevo estilo político.

En la política indiana no había aún una convocatoria pactista tan explícita como esta, por una razón: la violencia y malos tratos. Para poder pactar como sistema de avance de la soberanía era preciso bien tratar a los indios. Eran dos premisas sucesivas y unidas que se procuran entre 1503-1511. Entonces don Juan presidió la Junta de Burgos que asentó los principios que luego se estructurarán en las leyes de Burgos de 1512. Algunas cuestiones interesantes de tales leyes: cinco meses de trabajo y 40 días libres, alimentación en condiciones incluyendo carne, no cargas excesivas, no trabajo de mujeres encintas, proporcionarles casa, hamacas y vestidos, fomentar la monogamia y el matrimonio.

Además, se establecía la obligatoriedad de hacer a los indios en nuevas entradas el Requerimiento, una propuesta pacífica de incorporarse a la Corona y convertirse al Cristianismo, cuya fórmula redactó López de Palacios Rubios, Enciso se atribuyó y Fonseca firmó, y en la que se les invitaba y requería a la conversión y a aceptar el vasallaje a los Reyes de Castilla. En la Moderación de Valladolid de 1513 (28 de julio) se hicieron algunas especificaciones sobre el trabajo de las indias casadas y solteras. En la Instrucción de gobierno de Pedrarias Dávila impregnada de esos principios de buen tratamiento y pactismo, se detallan algunas cuestiones de relieve: que no se empezara a pelear contra los indios si estos no atacaban; que se les dejasen sus mujeres, que se cumplieran las Leyes de Burgos y que quien maltratara a los indios los perdería.

En el pensamiento de Fonseca, 1518 es un año clave. En primer lugar escribe un memorial al Rey, parece que en respuesta a la petición de Juan Selvaggio, el 1.º de enero sobre cómo ha de ser la política indigenista, “que por lo que yo he sabido de lo que por diversas maneras con los yndios se ha prouado me paresçe que ellos no pueden por alguna vía venir a ser cristianos sino por la comunicación de los cristianos españoles que allá residen”.⁵ Ni en entera libertad, ni apartados en pueblos. Fonseca estudió una forma de inserción que pasaba por sacar a los indios del gobierno de funcionarios corruptos, y de quitar los indios de repartimiento al Rey a los jueces, a él mismo; mantenía el repartimiento, pero sin volver a encomendar más que a los vacos, es decir, a quienes se quedarán sin encomendero, pero no a nadie de nuevo.

En segundo lugar, introdujo una iniciativa magnífica en la Corte, y logró que se apoyara desde la Corona, cuyo fruto será la primera vuelta al mundo. Cuando recupera el poder –

junio de 1518 – Fonseca se encarga de innumerables trámites. En 1519 firmará la Instrucción de Carlos I para Magallanes y Faleiro. Ramos le hace especialmente responsable de las cláusulas 12 y 13 dónde se dice

(...) hareis asiento de paz e trato con el rey o señor de la tierra (...) el asiento que sobriello hicieses con el rey o señor de la tierra traeréis escrito de su letra y así le quedará lo mismo que con él asentardes firmado de vosotros ambos o de cada uno e de nuestro veedor general lo qual guardaremos e mandaremos guardar enteramente.⁶

Esto era lo que trataba de hacer Hernando Magallanes en San Lázaro. En lugar de seguir navegando, se inmiscuye en las rivalidades y querellas de los reyezuelos de las islas próximas a Cebú, tratando de someterles a la autoridad del Rey. Como es sabido, esto le costó la vida en Mactán, el 27 de abril de 1521.

El pactismo era parte de una de las batallas más duras – de hecho le perdió – que don Juan emprendió en su carrera política: su oposición acérrima al régimen de conquista. Conocía los modelos pactistas portugueses, y tras las leyes de Burgos, veía con claridad que la vía era el pactismo con los Indios. Por influencia suya se rechazó la capitulación de Oviedo en 1519, y se incluyó en la capitulación con Lucas Vázquez de Ayllón en 1523 – que don Juan no firmó – la política de pactos:

(...) que todo lo vos (...) asentaredes con los yndios de la dicha tierra o les prometierdes (...) para atraerlos a nuestro seruiçio les será guardado y no se les quebrantará porque demas desto que con razon que lo que se promete y asienta en nuestro nombre se cumpla se ha visto por espirençia que guardar verdad a los yndios es el principal camino para los atraer y conservar en amistad.⁷

Las referencias de Fonseca a las mujeres indias se situaron dentro de las prescripciones para el respeto y el buen tratamiento de los indios. Su idea de pactismo es más bien institucional, política. Es un marco teórico-jurídico, un contexto de relación abstracto de la Corona con la correlativa o similar autoridad indígena constituida. Pero los españoles en Indias pensaron y vivieron de forma bastante diferente.

El pactismo de supervivencia en las Antillas, Tierra Firme, Río de la Plata

El Pactismo de Cristóbal Colón

En su primer y azaroso viaje, Cristóbal Colón llevaba intérpretes: Acordó el Almirante enviar dos hombres españoles: “el uno se llamaba Rodrigo de Jerez que vivía en Ayamonte

y el otro era Luis de Torres que había sido judío y sabía dice que hebraico y caldeo y aun algo de arábigo”⁸ lo que denota una inicial intención de negociación o pacto, si bien lo que se encontró nada tenía que ver con lo que esperaba. Según Casas y Mártir, en 1492 había en Quisqueya cinco cacicazgos. Roberto Cassá piensa que bajo esas cinco grandes confederaciones tribales existía una estructura jerárquica subyacente muy compleja. Cassá distingue cuatro tipos de caciques: cacique de aldea; de varias aldeas; jefe; y en la culminación de la pirámide el Guamiquina, o señor despótico. Según esto, había en Quisqueya cinco Guamiquina. Don Cristóbal percibió rápidamente la estructura de la organización taína, y pretendió la integración de los castellanos en la misma médula. Luis Javier Ramos Gómez, que ha estudiado el pactismo con los taínos,⁹ distingue dos etapas: la política de conversación y familiaridad, y la colonia de conquista. Cristóbal Colón dio el primer paso de esta política de buenas relaciones en Port de Paix. Después de haber comprobado la superioridad militar de los castellanos, los taínos accedieron a someterse a los Reyes Católicos en un acuerdo de beneficios mutuos, es decir, a cambio de ser defendidos de sus enemigos Caribes y aceptar el cristianismo, adorando una cruz en el batey, que era la plaza central – y ceremonial – del poblado o yucayeque.

Después de Navidad, el cacique de Marién, Guacanagari, y Colón, sellaron una alianza imprecisa pero con consecuencias concretas: los españoles pudieron levantar la torre y la fortaleza de La Navidad con los restos de la nao Santa María, destrozada contra la costa. Guacanagari consiguió unos aliados para superar a los caciques rivales y lograr la hegemonía sobre los otros caciques. Colón, una base de operaciones para la explotación aurífera y toda la información necesaria. Francisco de Solano en un interesante trabajo sobre la intercomunicación entre aborígenes y españoles definió varias fases en el proceso comunicativo: durante el tiempo fonsequiano, se dieron solo las dos primeras. A saber, “el lenguaje gestual de los primeros encuentros, la procura de indios y su formación como intérpretes y los acercamientos a la lengua del otro”.¹⁰ Aunque el pacto era entre el Cacique y los Reyes Católicos – los españoles quedaban como naborías, sin saberlo. En realidad, Colón ofreció a Guacanagari los servicios de sus hombres de armas para la defensa frente a los Caribes antropófagos y para hacerse con la hegemonía, al ser más poderoso que los otros cuatro Caciques. A cambio Colón esperaba información en general, y sobre el oro en particular. Los castellanos se sentían protagonistas, cuando en realidad habían quedado como siervos libres. Como transgredieron este *status* que la sociedad taína les había concedido – raptaron a las indias, practicaron la poligamia (exclusiva de los Caciques) y se trasladaron por territorios fuera del cacicazgo de Guacanagarí – se volvieron elementos subversivos y fueron eliminados.

Cuando Colón volvió se encontró con La Navidad destruida y abandonada. Los taínos estaban huidizos y Guacanagarí no se puso en contacto con el Almirante. Los españoles todavía tuvieron por un breve tiempo una relación pacífica aunque desde luego forzada con los taínos: intercambio de alimentos, información sobre los recursos, trabajo de los indios en la construcción de la Isabela. Hacia el 20 de abril de 1494 se produjeron los primeros incidentes violentos y se desencadenó el enfrentamiento armado. La incursión de castigo de Ojeda; las condenas – no todas ejecutadas – del Almirante; y la captura de potenciales esclavos arruinaron las posibilidades de pacto: comenzaba la colonia de conquista.

Política pactista de Bartolomé Colón en la Jaraguá

El Adelantado Bartolomé Colón buscó a Behechío, Cacique de Jaraguá, para establecer contactos y negociaciones. Con él estaba su hermana Anacaona, mujer de Canoabo, cacique Guamiquina de Maguana. El hecho de que la reina Anacaona fuera hermana y mujer de caciques habla sin duda de una alianza sellada por parentesco, relaciones sanguíneas... Ambos, Behechío y Anacaona, salieron al encuentro de Colón, con los señores y principales. Los hombres del Viejo Mundo, sorprendidos, presenciaron los areytos de las treinta mujeres de Behechío y la propia Anacaona.

Don Bartolomé fue al caney, tras los juegos y fiestas, y abordó la cuestión del tributo presentando a ambos la realidad de los Reyes de Castilla, y como ya había otros Caciques tributarios. Fue en cierto modo un Requerimiento sin evangelización. Behechío respondió que en su territorio no había oro; tendría que pagar en cazabe y algodón. Behechío – ¿acaso podían hacer otra cosa? – accedió a ser tributario. Tiempo después Anacaona y Behechío, en un acto de “gobierno conjunto”, comunicaron a Bartolomé Colón que ya tenían los tributos. Colón fue a Jaraguá en su busca. Fue recibido por el Rey Behechío y la Reina Anacaona, y 32 Caciques o principales. La representación del Cacicazgo incluía una mujer, situada en la cúspide política. De hecho a la muerte de Behechío heredará el mandato total. “Ella el Estado gobernaba”¹¹ escribió muy significativamente fray Bartolomé de las Casas: era pues Guamiquina. Otro dato a tener en cuenta en la política pactista “defensiva” o “de supervivencia” vista desde la propia Anacaona, es que la reina intentó el pacto sanguíneo con los españoles, ya que entregó a su hija Higüeymota a Hernando de Guevara como mujer. Muy distinto es que este interpretara las cosas a su manera y la tuviera escaso tiempo, y por concubina.

Los Caciques blancos: 1497-1503

En la tradición historiográfica española suele denominarse “época de los caciques blancos” al tiempo en que se quebró la unión entre Colón y sus partidarios y los castellanos, que capitaneados por Francisco Roldán, se fueron como alzados o rebeldes por toda la isla en busca de la libertad que el genovés les negaba, así como por la diversidad de referencias históricas que inspiraban dos proyectos divergentes de regionalización de las Antillas. Los castellanos o roldanistas, oponiéndose al gobierno de los Colón, optaron por la “independencia natural”. Abandonaron la Isabela, se dispersaron por el Bonaio, la Vega, Santiago y la mayoría en Jaraguá, cacicazgo de Behechío. Lograron lo que querían: el acceso al oro y a la tierra, al poder, la libertad de acción y el dominio. Se insertaron en el tejido social y en las relaciones tribales de los taínos. La vía de acceso y permanencia está clara:

(...) se juntaron con las mujeres indias preferentemente con las hijas, hermanas y parientes próximas de los caciques con las que llegaron a tener hijos. En suma la mayoría de los españoles vivían entre los indígenas (...) y se consideraban señores naturales de los indios (...) la aceptación de la presencia de los españoles entre los indios, indudablemente forzada en muchos casos, llevó no obstante al establecimiento de vínculos de alianza familiar.¹²

Una vez que Colón fue destituido y el nuevo gobernador Francisco de Bobadilla llegó a la isla la situación de caos empeoró. Los 300 españoles que había en la isla gozaron de libertades amplísimas para actuar a su voluntad en conexión o integrados en el mundo indígena.

“Eran pocos y dispersos por la isla pero dominaban a la población taína de su entorno gracias a un doble método: la violencia (...) y las alianzas familiares que les convertían de hecho en herederos del cacique y sus indígenas.”¹³ Sin embargo, siendo, como fueron, imprescindibles en este particular proceso humano, social e histórico que es el primer mestizaje, las mujeres de los caciques blancos no tienen en los relatos históricos ni en las crónicas nombre propio.

Los tres hombres fuertes: Nicolás de Ovando, Vasco Núñez de Balboa y Pedro Arias de Ávila

A Nicolás de Ovando le correspondió en suerte poner en práctica la utopía fonsequiana de 1503, los Pueblos de Indios en la Española. Se trataba de originar una sociedad peculiar, donde el motor de la prosperidad era la economía familiar de los indios, una sociedad idílica

protegida por los Reyes y a salvo de los mercaderes. Pero el paraíso no era tal. Tratando de pacificar la Jaraguá, Ovando fue al encuentro de Anacaona, con 60 caballeros y 300 peones. Parece que a petición del propio gobernador, Anacaona convocó a todos los principales caciques, ya que venía el Guamiquina blanco -la Guamiquina de Jaraguá era ella. Era una conversación bilateral de autoridades: Ovando debía entregarles “ciertos capítulos de 10 que debían de hacer”, es decir, instrucciones para iniciar el asentamiento de los taínos según los planes de don Juan Rodríguez de Fonseca para el buen tratamiento de los Indios, pero constituir los Pueblos de Indios anulaba en buena parte la autoridad de los caciques. Anacaona y sus caciques y nitaínos le recibieron sin duda después de haber trazado alguna estrategia que les permitiera por lo menos la resistencia. El ambiente de fondo debió ser hostil, si bien guardando las apariencias, quizá como una forma de supervivencia. Anacaona y los otros Caciques invitaron a Ovando y su séquito a un banquete. Pero el gobernador, percibiera o no la actitud de los taínos, ya tenía sus planes. Tras una cruel masacre, Anacaona fue ahorcada.

No obstante, en la política ovandina de colonización de las otras Antillas, San Juan (Puerto Rico) y Cuba, también hubo rudimentos pactistas: Juan Ponce de León fue a San Juan (1507) y pudo entablar conversaciones con el cacique Agueybana. Por este sistema, obtuvo cierta cantidad de oro y una acogida amistosa. En 1509, Sebastián de Ocampo fue a Cuba entre otras razones para “tentar si por vía de paz se podía poblar de cristianos”.

La política indígena de Vasco Núñez en Darién y su estilo como Adelantado fueron plenamente pactistas, a partir de un primer enfrentamiento con el cacique Careta a quien venció y capturó. Una vez demostrada la superioridad – los castellanos tenían algo que ofrecer a los naturales, su apoyo armado – se podía pensar en realizar un pacto y establecer una alianza política. Balboa supo ganarse la confianza de Careta que le entregó a su hija Anayansi y le ofreció refuerzos indígenas para derrotar a su rival, el Cacique Ponga. Careta le facilitó contactos con otras tribus y jefes amigos, lo que le permitió irse adentrando en tierras panameñas. Dos caciques, Comagre y su hijo Panquiaco, en conversaciones con Balboa y Pizarro les hablaron del “otro mar”. A él llegaron guiados por tribus amigas y exploradores de Careta. Tras el descubrimiento del Pacífico, el cacique Tumaco les habló del País de Birú, con ciudades de piedra, y dibujó para Balboa unas “ovejas con cabeza de camello” – eran los auquénidos. En ese país había muchas riquezas y oro.

En cambio, desde su llegada Pedrarias Dávila combatió con crueldad a casi todos los nativos del Istmo. Especialmente duras fueron las actuaciones del licenciado Gaspar de Espinosa, bien estudiado como hombre de empresa por Guillermo Lohmann Villena,¹⁴ que se dedicó a arrasar poblados indios y a organizar expediciones de Conquista, destrozando

así con esta actuación paradójica (Pedrarias había sido favorecido en la Corte por Fonseca, partidario del establecimiento de alianzas) la paciente estrategia pactista de Balboa, de tan buenos resultados.

Vasco Núñez escribió al Rey acusando a Espinosa de sus tropelías con las que vulneraba los derechos de unos súbditos leales a la Corona como los indios de Panamá. Curiosamente, en la difícil situación de Núñez, una vez llegado Pedrarias a ocupar el gobierno que en buena ley correspondía al Adelantado Balboa, tras los primeros enfrentamientos entre los dos y la difícil situación de Vasco Núñez, él mismo recurrió al matrimonio con una hija del gobernador, Maria de Peñalosa, para – inútilmente, ya que acabó en el patíbulo – afrontar o tratar de sortear por la vía del entronque familiar una presión adversa. Este mecanismo de identificación con el adversario o el elemento hostil, a través del establecimiento de un punto de unión, como la creación forzada e incluso a veces ficticia de un “nosotros = tú y yo” que resolviera una situación adversativa “tú o yo” ha existido – y pervive – en muchas sociedades.

Iniciativas pactistas de particulares

Sanz Tapia, en su trabajo sobre *La aculturación indígena, los primeros españoles indianizados*, recogiendo las versiones de fray Bartolomé de las Casas y de Gonzalo Fernández de Oviedo, glosó el caso de Miguel Díaz, un aragonés huido de la Isabela junto con cuatro o cinco compañeros. Bojeando la costa sur llegaron a un pueblo de indios “gobernado por una cacica en donde fueron muy bien acogidos. A tal extremo que, por su relación amorosa con la indígena – dice Fernández de Oviedo – tuvo posteriormente dos hijos con ella y se bautizó con el nombre de Catalina. Además de darles información de unas minas de oro próximas al lugar junto al río Haina... incluso les pidió que poblaran aquella zona, que era la ribera del río Ozama”.¹⁵ Díaz regresó con los españoles, y no sólo fue perdonado por Bartolomé Colón sino que además, siguiendo la sugerencia de la cacica Catalina, los pobladores llevaron a cabo la primera fundación de Santo Domingo.

Otro caso es el de Alejo García, hombre de la expedición de Juan Díaz de Solís al Río de la Plata en 1515. Sanz Tapia recoge el testimonio de su adaptación a los Guaraníes, e incluso de cómo logró con mucha habilidad “dirigirles a las fronteras incaicas donde consiguieron un gran botín”.¹⁶ ¿Cómo lo consiguió? Faltan datos para saberlo. Lo que parece claro es que supo introducirse con éxito en el tejido tribal, puesto que pasó de ser un cautivo a ser aceptado como cabeza de una expedición de salteo. Además del carácter de liderazgo

personal que pudiera caracterizarle, o de los servicios beneficiosos que pudiera realizar para los guaraníes, cabe plantearse si Alejo García tuvo su propia familia guaraní, pero es algo que de momento desconocemos.

El pactismo de supervivencia en México

México fue la primera gran empresa de descubrimiento-conquista en tiempo carolino. Por muchas razones, supuso un cambio de envergadura ya que se trataba de una sociedad compleja – no en el sentido general, sino antropológico –, una alta cultura, muy desarrollada en algunos aspectos y un Imperio guerrero y dominador con importantes quiebras internas. Cortés intuyó enseguida esta vulnerabilidad que le ofrecía la posibilidad de encontrar potenciales aliados entre los pueblos injusta y opresivamente dominados por los aztecas. Por otro lado, analizando la conquista desde la perspectiva histórica política castellana, y sin entrar en grandes precisiones, es evidente que hay dos empresas de México: la legal, basada en la capitulación (Juan de Fonseca en la Corte; Diego Velásquez, gobernador de Cuba y capitulante; Pánfilo de Narváez, que intentó recuperar la empresa por la vía de las armas; y Cristóbal de Tapia, gobernador legal de México), que fracasó, y la proscrita (Sociedad formada en Cuba a espaldas de Velásquez por Hernán Cortés y Andrés de Duero, con sus aliados Tlaxcaltecas y Totonacas) que triunfó. Curiosamente, ambas facciones, enfrentadas en algún momento en una difícil guerra civil para Cortés, recurrieron al Pactismo en el complicado tejido político del imperio Mexica como medio para lograr sus fines: Moctezuma Xocoyotzin basculó entre Cortés y Narváez, si bien no en igualdad de condiciones ya que estaba prisionero del primero y con el segundo solo contactó indirectamente.

El propio Imperio Mexica era resultado de una triple política a lo largo de dos siglos, desde la llegada de los chichimecas, una banda nómada, procedentes de Aztlán que al sentarse en Anáhuac se fueron aculturando: los matrimonios de conveniencia, las alianzas políticas y la guerra. El resultado es bien conocido: el liderazgo azteca en la Triple Alianza hasta la consolidación de la estructura dominadora militar y guerrera de su imperio. En el mundo mesoamericano, el entronque con la dinastía Culhúa, los descendientes de los Toltecas de Tula, era garantía de prestigio y legitimación imperial. Por eso el Tlatoani azteca Acamapichtli se casó con la princesa Culhúa Ilancuéitl. Otro Tlatoani, Huitzilihuitl, buscó emparentar con Ayauhcihuátl de Azcapotzalco. En 1433 se estructuraba por la vía de los pactos políticos, los enfrentamientos y las presiones fiscales la Triple Alianza Tenochtitlán – Tezcoco – Tlacopan. Progresivamente, Tenochtitlán liderará la Alianza. Moctezuma Ilhui-

camina, tlatoani entre 1440-69, durante la guerra de Chalco atacó Coixtlahuaca y capturó a la mujer de su Tlatoani, quien se resistió a casarse con el mexica, consciente del significado político que ese gesto podía tener.

Volviendo al conquistador extremeño, cuando Cortés llegó a la costa yucateca, en Catoche, los españoles recogieron a Jerónimo de Aguilar, quien les refirió la historia del otro español, Gonzalo Guerrero, aculturado entre los mayas, y señor principal por su matrimonio con una india con la que tenía varios hijos. Siguieron costeando el litoral; en Tabasco, tras una refriega, recibieron del Cacique veinte mujeres, entre ellas Malinalli o Malitzin (tzin es partícula reverencial). Se completaba así el circuito lingüístico de farautes o lenguas que Cortés utilizaría en su Requerimiento – fórmula obligada desde las Leyes de Burgos, de invitación pacífica a la conversión religiosa y al vasallaje político – y los intentos pactistas con Moctezuma Xocoyotzin. En Ulúa, al desembarcar, Cortés recibió a los primeros emisarios del Tlatoani.

Pero no sólo los mexica pretendían neutralizar, por la negociación, la llegada de los teules o dioses blancos: una embajada del cacique totonaca de Cempoala contribuyó mucho a que Cortés pasara de inmediato hacia el interior. Mediante los emisarios, el jefe de la nación totonaca notificaba al capitán español que él y sus súbditos deseaban sacudir el yugo a que les tenían sometidos los aztecas, y que recibirían con agrado a los soldados hispanos en su capital. Cortés se dirigió enseguida a Cempoala y allí concertó una alianza con los totonacas.

Otro momento importante fue el paso por el señorío de Tlaxcala. Cortés ya conocía la estructura del imperio, y sabía que los tlaxcaltecas habían resistido siempre. La crueldad azteca le proporcionó otros bravos aliados. Los señores de Tlaxcala tras ser derrotados en varias escaramuzas pidieron a Xicotécatl que hiciera las paces. Además de unas trescientas esclavas y prisioneras, algunos caciques y señores principales dieron a sus hijas a los españoles, según Mufíoz Camargo en su *Historia de Tlaxcala*, para

(...) que quedase entre ellos generación de hombres tan valientes y temidos y así fue como el buen Xicotécatl dio una hija suya hermosa y de buen parecer a don Pedro de Alvarado por mujer que se llamó doña Maria Luisa Tecuelhuatzin (...) se dieron muchas hijas de señores a los españoles para que quedase de ellos casta y generación por si fuesen de esta tierra.¹⁷

Tras las fiestas y agasajos de los cuatro señores de Tlaxcala, Cortés celebró una reunión –a la que asistieron Aguilar y dona Marina – con Xicotécatl y Maxixcatzin, quienes dijeron después de preguntarle cuales eran sus intenciones respecto a Tlaxcala “porque ya nosotros aquí estamos y aquí nos tenéis en paz a vuestra voluntad y limpia y segura amistad con fe y palabra inviolable que os tenemos por amigos”,¹⁸ asegurándole que la

alianza no se rompería por dos generaciones. Cortés – a través de Aguilar y Malinalli – respondió haciendo el Requerimiento en sus dos rangos, religioso y político... “y después de esto vengo a ayudaros a dar muy cruda guerra a Moctezuma vuestro capital enemigo y vengar vuestras injurias, en cuya venganza y castigo veréis que mi amistad es firme y duradera”.¹⁹

El ejército español-totonaca-tlaxcalteca continuó su decidida marcha hacia Tenochtitlán. Tras la matanza de Cholula, avistaron y penetraron en la impresionante capital del Imperio, en medio del lago Texcoco. La ciudad, según relató Bernal Díaz del Castillo, causó gran impacto a los españoles. Si hasta entonces Cortés había logrado moverse con bastante habilidad en el entramado complejo de las relaciones de poder entre los pueblos sometidos, comenzaba una etapa más dificultosa. En el mismo corazón de la cultura azteca, la situación era mucho más comprometida y por otra parte, no tenía vuelta atrás.

Precedidos por extraños presagios y vaticinios, y recibidos como dioses, con temor reverencial, el Tlatoani instaló a Cortés y sus capitanes en uno de sus palacios. Se produjeron entonces las conocidas y largas conversaciones entre Moctezuma Xocóyotzin y Cortés. Aquí cabría situar una cuestión sin respuesta: ¿Fue Malinalli la fiel intérprete de las crónicas? ¿En algún momento la lealtad de sangre le hizo maniobrar o planear estrategias personales? Nunca lo sabremos. En ese ambiente de negociación política, Moctezuma utilizó otra vía para afrontar la difícil situación: el ofrecimiento de mujeres mexicanas a los españoles. Durante su estancia en México, el propio Cortés recibió a dona Ana y dona Inés, hijas del Tlatoani muertas en la Noche Triste; otra hija de Moctezuma Tecuihcpo, madre de Leonor Cortés; dona Elvira, sobrina de Moctezuma; y dona Ana y dona Francisca, hijas de Cacama, Tlatoani de Texcoco.

Cortés, al tener noticia de la llegada de Narváez, se ausentó de Tenochtitlán. Poco después, tras los primeros y confusos enfrentamientos entre Alvarado y sus hombres y los nobles aztecas, empezaba la guerra y se estrenaba el régimen de conquista en el continente. Pánfilo de Narváez había desembarcado en Ulúa con un gran ejército, entre 800-1400 hombres. Siguiendo el estilo y los hitos cortesianos, fundó San Salvador, creó un municipio y nombró alcaldes a Bermúdez y Verdugo. Después estableció una alianza con los totonacas – ya aliados de Cortés – y les hizo entender que su misión era liberar a Moctezuma. El aspecto más interesante de la estrategia del segoviano fueron sus negociaciones e intentos pactistas con Moctezuma, a través de emisarios. Si algunos han acusado a Malinalli de no respetar la llamada lealtad de sangre – vínculo que a simple vista puede parecer el más fuerte – Narváez tampoco lo hizo. Desde que el Tlatoani supo de la llegada de los navíos,

“sin sabiduría de Cortés envió un gran presente a Pánfilo de Narváez, ofreciéndosele por amigo, pareciéndole que si entre esta gente había división le estaría bien y que si había de haber unión era mejor engañarles para conseguir su intento”.²⁰

Ambos, Moctezuma Xocoyotzin y Pánfilo de Narváez, vieron en el otro la vía para librarse de Cortés. ¿Hubo mujeres entre los dones mexicanos? Lo ignoro, si bien siguiendo los usos y costumbres es más que probable. Narváez llegó a proponer al Tlatoani que le darían la libertad, le devolverían lo robado y se limitarían a poblar. ¿Realmente pensaba hacerlo? ¿Era Narváez un negociador engañoso? Tampoco esto lo sabremos. La Historia despejó las cosas a su manera: el segoviano Narváez, paisano y cliente del gobernador de Cuba, Diego Velásquez de Cuéllar, fue barrido por la hueste del Capitán Hernán Cortés. Sus propios soldados reforzaron las posibilidades de este último, y las huestes que tiempo después culminarían la conquista.

Reflexiones finales

Si para Fonseca, en el pactismo de gobierno, las mujeres indias no tuvieron nombre propio, eran abstractos sujetos de deberes y derechos a quienes – dentro del buen tratamiento a los indígenas – era esencial hacer respetar, para los españoles que vivieron en la frontera indiana la realidad fue muy diferente. Todas tuvieron nombre propio, si bien no todos han llegado a sobreponerse al olvido: los cronistas solo dieron relevancia y escribieron el nombre indígena y/o castellano de algunas mujeres que por su rango, su posición o su actuación les debió parecer que lo merecían. Por su rango Anayansi, Luisa Xicoténcatl, Higüeymota, Tecuichpo, las hijas de Moctezuma y Cacama; por su posición, las cacicas Catalina y Anacaona; por su actuación, Anacaona de nuevo y Malinalli. Anacaona intentó las dos vías: como Guamiquina el pacto con Ovando; y a través del matrimonio – ella lo entendió así – de Higüeymota con Guevara, la confluencia de parentesco con el ... ¿enemigo? La unión entre los españoles y las indias neutralizaba de algún modo el choque frontal y consolidaba – ha sido así en todas las sociedades de la historia por la vía de los hechos antropológicos – los pactos políticos.

Las mujeres indígenas, dentro del pactismo, protagonizaron a través de su convivencia con los españoles formas de resistencia, formas de adecuación. No hay testimonios personales de lo que aquellas mujeres pensaron al respecto, si bien en Antigua Guatemala te cuentan que dona Beatriz de la Cueva firmaba la “sin Ventura” porque el amor de don Pedro Alvarado, su marido, siempre fue para Tecuelhuatzin Maria Luisa, aunque esta ya había muerto. Por otro lado, en la mayoría de los casos era la mujer india – Anayansi, Malinalli, Tecuelhuatzin – la que adoptaba la posición cultural, religiosa y política del

español, aportando, eso sí, su rango social y las ventajas de una cierta movilidad de los españoles en el nuevo y desconocido tejido social. Se trataba de una aculturación centrípetas, hacia lo español.

Solo hay un caso un tanto diferente: los Caciques Blancos. Como expresión de rebeldía eligieron un orden alternativo al colombino y se aindiaron, insertándose en la confederación taína a través de la unión con las herederas de los cacicazgos. No creo que pensaran excesivamente en Alfonso X y en una aplicación tropical de las Partidas, del principio según el que el matrimonio con la heredera legitimaba incorporación de nuevas tierras. Adoptando la posición de las mujeres – nunca sus usos religiosos – denunciaban su profundo desacuerdo con el almirante a la vez que disfrutaban de una situación digamos que más llevadera. Cuando tuvieron oportunidad de regresar a una vida castellana no colombina enseguida aceptaron, entendiendo que entonces debían ser las mujeres quienes evolucionaran hacia su posición. Cuenta Hernando Colón en su *Historia del Almirante* cómo cuando se les ofreció el retorno a Castilla, los caciques blancos alegaron que tenían mujeres e hijos indios y que si volvían, también ellos debían ser libres. Efectivamente, fue una de las condiciones pactadas entre Colón, Roldán y sus hombres.

Recebido em janeiro /2005; aprovado em maio/2005

Notas

* Professora da Universidad de Burgos (España).

¹ Vid. RAMOS PÉREZ, D. *Audacia, negocios y política en los viajes españoles de descubrimiento y rescate*. Seminario Americanista de la Universidad de Valladolid. Valladolid, 1981, p. 542.

² Vid. SAGARRA GAMAZO, A. *Juan Rodríguez de Fonseca: su imagen y su obra*. Instituto Interuniversitario de Estudios de Iberoamérica. Valladolid, 2005.

³ “Memorial de Fonseca a la Corona”. Archivo General de Simancas. Diversos de Castilla, legajo 6-54. Mi transcripción del Documento en SAGARRA GAMAZO, A. op. cit., pp. 28-30.

⁴ Vid. “Instrucción a Torres”. Archivo General de Simancas. Diversos de Castilla. Legajo 9.

⁵ Vid. “Memorial de Fonseca” (Sin data). 1518. Archivo General de Indias de Sevilla. Patronato. Legajo 173.

⁶ Vid. RAMOS PÉREZ, D. “Magallanes en Valladolid: la capitulación”. In: *Junta de Investigaciones Científicas de Ultramar-Centro de Estudios de Cartografía Antiga. A viagem de Fernao de Magalhães e a questão das Malucas*. Lisboa, 1975, p. 345.

⁷ Vid. RAMOS PÉREZ, D. *Audacia, negocios y política en los viajes españoles de descubrimiento y rescate*. Valladolid, Seminario Americanista de la Universidad de Valladolid, 1981, p. 558-568 e p. 363.

⁸ Vid. COLÓN, C. *Diario de a bordo*. Edición de Luis ARRANZ MÁRQUEZ. Historia 16. Madrid, 1985, p. 113.

⁹ Vid. RAMOS GÓMEZ, L. J. "El papel del indígena en el primer plan colonizador español" en América en *Hombre y Sociedad*. 1988. También "El sometimiento del cacique de Port de Paix (Haití) a los Reyes Católicos en el primer viaje de Cristóbal Colón (diciembre de 1492)", *Revista Española de Antropología Americana*, v. XIX. Madrid, Universidad Complutense, 1989. "Los dos pactos sellados por Guacanagari y Cristóbal Colón en diciembre de 1492", *Revista Española de Antropología Americana*, v. XX. Madrid, Universidad Complutense, 1990. "Cristóbal Colón y la estructura sociopolítica indígena antillana durante el primer viaje: del silenciamiento al pacto", *Revista Española de Antropología Americana*, v. XXI. Madrid, Universidad Complutense, 1991. Y "El Libro Copiador de Cristóbal Colón como fuente para el conocimiento de las relaciones mantenidas entre españoles y tainos en la Navidad entre diciembre de 1492 y noviembre de 1493", *Congreso de Historia del Descubrimiento*. Madrid, Real Academia de la Historia, 1992, Tomo I, pp. 521-67.

¹⁰ Vid. SOLANO PÉREZ-LILA, F. de. "Lengua y relación: la intercomunicación entre aborígenes y españoles", *Congreso de Historia del Descubrimiento*. Madrid, Real Academia de la Historia, 1992, Tomo IV, pp. 113-129, p. 115.

¹¹ CASAS, F. B. de las. *Historia de las Indias*. México, Fondo de Cultura Económica, 1992, Tomo 11, p. 235.

¹² Vid. SANZ TAPIA, Á. "La aculturación indígena: los primeros españoles indianizados", *Congreso de Historia del Descubrimiento*. Madrid, Real Academia de la Historia, 1992, Tomo II, pp. 303-368 e pp. 309-310.

¹³ *Ibid.*, p. 311.

¹⁴ Vid. LOHMANN VILLENA, G. *Les Espinosa, une famille d'hommes d'affaires en Espagne et aux indes a l'époque de la colonización*. Paris, 1968.

¹⁵ Vid. SANZ TAPIA, op. cit, p. 308.

¹⁶ *Ibid.*, p. 347.

¹⁷ Vid. MUNOZ CAMARGO, D. *Historia de Taxcala*. Madrid, Edición de Germán Vázquez. Historia 16, 1986, p. 197.

¹⁸ *Ibid.*,. 198.

¹⁹ *Ibid.*, p. 200.

²⁰ Vid. HERRERA Y TORDESILLAS, A de. *Historia General de los hechos de los Castellanos en las Islas y Tierra Firme del Mar Oceano*. CUESTA DOMINGO, De Mariano (ed.). Madrid, Universidad Complutense de Madrid, 1991, Tomo II, p. 167.

SUCESSOS E FRACASSOS DO MERCADO COMUM CENTRO-AMERICANO: DILEMAS DO NEOLIBERALISMO*

Emília Viotti da Costa**

Resumo

Criado nos anos cinquenta, sob a égide da Cepal e das idéias desenvolvimentistas, o Mercado Comum Centro-Americano floresceu na década seguinte. A região assistiu à diversificação da produção, ao desenvolvimento industrial e ao aumento das exportações. Sua dependência em relação aos Estados Unidos diminuiu. No final dos anos sessenta, o modelo de desenvolvimento adotado apresentava sinais de esgotamento. A economia regional foi abalada pelas crises do petróleo e pelos movimentos revolucionários que varreram a região. Quando a instabilidade política arrefeceu, cogitou-se dar nova vida a mercado comum, sob a influência do Consenso de Washington. A política econômica neoliberal beneficiou alguns setores, mas aumentou as disparidades sociais, a vulnerabilidade da economia e a dependência.

Palavras-chave

Mercado Comum Centro-Americano; desenvolvimentismo e neoliberalismo; polarização social; Alca.

Abstract

Created in the 1950s, under the guidance of Cepal and conceived at a time when developmentalist theories prevailed, the Central American Common Market flourished in the 1960s, producing notable results: the diversification of the regional economy, industrial development, and export increase, leading to a reduction of economic dependence on the United States. But at the end of the decade, the economic model adopted showed signs of collapse. The regional economy was shaken by the oil crisis and by the revolutionary movements that swept the region. With the end of the political agitation in the 1990s, there was a renewed interest in the rehabilitation of the Common Market, under the guidelines of the Washington Consensus. Neoliberal policies adopted benefited a few, but increased social inequality, made the economy more vulnerable, and the region more dependent on the outside.

Key-words

Central American Common Market; developmentalism and neoliberalism; social polarization; Alca.

A posição do governo americano propondo a criação da Área de Livre Comércio nas Américas (Alca) levanta problemas específicos para os mercados regionais da América Latina, como o Mercado Comum Centro-Americano, pois muitas das medidas recomendadas agora entram em conflito com as adotadas quando da sua criação. Uma avaliação histórica do funcionamento do Mercado Comum Centro-Americano, tem, portanto, um especial interesse para nós.¹

As vicissitudes do Mercado Comum Centro-Americano, desde o momento de sua criação, oferecem um guia importante para aqueles que hoje tentam desenvolver experiências análogas em outros lugares. Dado o seu limitado campo geográfico, restringindo-se aos países da América Central, ele possibilita examinar mais facilmente as dificuldades que tentativas semelhantes, em outras regiões, de economia mais complexa da América Latina e do mundo poderão vir a enfrentar.

Fontes, bibliografia e historiografia

Um levantamento bibliográfico preliminar e inevitavelmente incompleto revela uma concentração de estudos em dois períodos: o primeiro cobre os anos que vão da sua fundação, durante a fase desenvolvimentista, sob a orientação da Cepal, até a aparente desintegração do Mercado Comum nos anos setenta. Depois de um hiato de quase dez anos, de 1980 a 1990, quando as tentativas de criar um mercado comum na região pareciam ter sido abandonadas, segue-se um segundo período, a partir dos anos noventa, já sob influência da nova reestruturação econômica, que levou o timbre do chamado Consenso de Washington e do neoliberalismo. Nessa última década, isto é, nos anos noventa, houve uma plethora de investigações, muitas das quais originadas na América Central e provenientes principalmente de Costa Rica.

O declínio da produção acadêmica e do debate intelectual sobre a viabilidade ou inviabilidade do Mercado Comum Centro-Americano nos anos oitenta explica-se pelas tensões políticas na região, perseguições a intelectuais e pelo dismantelamento da vida universitária em vários países. Para esse declínio também contribuiu o impasse enfrentado pelo modelo tradicional de desenvolvimento para dentro (substituição de importações) diante dos ataques das políticas neoliberais, que visavam sobretudo o livre comércio e a intensificação das exportações (desenvolvimento para fora).

Com a pacificação, a partir dos anos noventa, o tema voltou a ser discutido localmente e novas pesquisas foram divulgadas pela Cepal, Flacso (Costa Rica, Guatemala e El Salvador). As demais foram provenientes de entidades financeiras como o Fundo Monetário Internacional ou Banco Mundial (World Bank) ou ainda oriundas de Universidades e Ins-

tituições de Pesquisas como a Friedrich Ebert Foundation (originária da Alemanha) o Social Science Research Council e a Ford Foundation, dos Estados Unidos. A maioria dessas instituições está sediada nos Estados Unidos, Alemanha e Grã-Bretanha, países que, pelo seu envolvimento histórico na região, têm se interessado pelo assunto. Dada a diversidade de interesses que motivam as pesquisas e as diferenças ideológicas que as orientam, os trabalhos publicados oferecem um desafio a quem pretende definir os aspectos mais significativos dos processos de formação e funcionamento do Mercado Comum Centro-Americano.

A análise perfunctória das publicações revela que, apesar das tentativas de formação interdisciplinar dos pesquisadores, existem grandes dificuldades de comunicação entre os especialistas das várias disciplinas: economia, história, política, sociologia e antropologia. A estatística e a demografia, técnicas auxiliares, complicam o quadro. O resultado é que a maioria dos trabalhos continua prisioneira das categorias profissionais tradicionais e poucos são os pesquisadores que conseguem cruzar, de maneira bem-sucedida, as barreiras existentes entre as disciplinas. Os estudos sobre assunto complexo como o Mercado Comum envolvem problemas que interessam aos vários campos de conhecimento e demandam o domínio de técnicas as mais diversas. Para que sejam bem-sucedidos, os estudos dessa natureza requerem a colaboração de vários especialistas. Daí a publicação de obras coletivas, reunindo economistas, cientistas políticos, historiadores, sociólogos e antropólogos. No mais das vezes, no entanto, essas obras apenas conseguem produzir discursos paralelos.

Com algumas notáveis exceções, a maioria dos trabalhos publicados oscila entre três tipos: ou são estudos institucionais que descrevem o funcionamento das várias instituições e apontam os problemas enfrentados do ponto de vista institucional; ou são pesquisas que abordam aspectos diversos: econômicos, políticos, institucionais e sociais, sem relacionar uns e outros. A esses somam-se estudos exclusivamente voltados para a economia, isolando-a de influências consideradas espúrias, como a situação política e social, migrações internas, efeitos ecológicos do processo de desenvolvimento e seu impacto negativo na economia e na sociedade, distribuição da renda, nível de emprego e poder aquisitivo das populações: aspectos que na realidade são fundamentais para a compreensão do que se passa na economia.

A falta de coordenação e integração entre os estudos desses múltiplos aspectos é complicada pelas diferenças regionais e nacionais entre os países que compõem o Mercado Comum Centro-Americano – Guatemala, Honduras, El Salvador, Nicarágua e Costa Rica

– ou ainda pelo uso de dados globais (relativos às nações como um todo) e escassez de informações locais que dizem respeito à situação interna em cada um desses países, o que dificulta a análise do impacto do Mercado Comum no comércio regional.

Some-se a isso as dificuldades de acesso à documentação referente a negociações entre o Mercado-Comum e o mundo exterior e suas repercussões no mercado intra-regional. É difícil avaliar, por exemplo, de que maneira as modificações introduzidas em virtude de pressões dos Estados Unidos ou da Comunidade Européia, ou impostas por crises internacionais, provocadas pela alta do petróleo, em 1973 e novamente em 1979, ou ainda as resultantes das exigências das instituições financeiras internacionais, o FMI ou o World Bank, afetaram o funcionamento do Mercado Comum.

A falta de uniformidade e compatibilidade cronológica dos dados estatísticos constitui outro impedimento à avaliação. Os dados estatísticos freqüentemente foram colhidos nos vários países em anos diferentes e segundo critérios diversos, o que dificulta a interpretação. Assim, também, a utilização de índices nacionais globais, tais como renda *per capita*, gastos públicos sociais (*public social expenditure per capita*, GNP (Produto Nacional Bruto, PNB) ou GDP (Produto Interno Bruto, PIB), porcentagem de pessoas vivendo abaixo do nível de pobreza, dados relativos a emprego e subemprego, é freqüentemente alusiva, não permitindo a avaliação do impacto regional e local do funcionamento do mercado nos diferentes setores que compõem a sociedade.²

Finalmente, mesmo quando há dados mais confiáveis, há inevitavelmente divergências de interpretação resultantes de fatores ideológicos. Por exemplo, os autores estruturalistas, contrários à reestruturação neoliberal, insistem no efeito negativo que esta tem tido sobre os setores mais pobres da população, enquanto seus adeptos, que seguem a ortodoxia neoclássica, apoiando-se em dados que parecem demonstrar o contrário, tendem a negar que esses setores tenham sido prejudicados.³

Criação do Mercado Comum na América Central: do desenvolvimentismo ao neoliberalismo

Em 1974, Jeffrey Nugent, num livro sobre a integração econômica na América Central já registrava a criação de mercados comuns em várias partes do mundo. Além da constituição da Comunidade Européia, ele apontava o mercado comum árabe, reunindo Egito, Síria, Iraque e Jordânia, o da África do Leste abrangendo Kenya, Tanzânia e Uganda, o da África Central, reunindo Camarões, Gabão e Congo, as experiências de integração de países da África do Sul e do sul da Ásia, além de tentativas análogas no Oriente Médio, reunindo Paquistão, Irã e Turquia.⁴

Tentativas de formação de áreas integradas na América Latina foram estimuladas pelas Nações Unidas, desde os primórdios de sua criação. A Latin American Free Trade Association, ou Lafta, envolvendo Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Equador México, Paraguai, Peru e Venezuela foi das primeiras iniciativas, seguida pela constituição do Grupo Andino em 1965.

As discussões sobre a necessidade de promover a integração da América Central com o objetivo de ampliar o mercado e criar condições mais favoráveis à produção e ao comércio, ampliar a autonomia da região e melhorar as condições de vida da população datam dos anos cinquenta. Nessa época, a América Central passou de uma abundância de divisas, acumuladas durante a Segunda Guerra Mundial, para uma crise na balança de pagamentos dada a queda nos termos externos de troca, revelando as limitações do modelo de desenvolvimento até então existente, baseado nas exportações de produtos tradicionais como o café, o algodão e bananas. A crise desencadeou a busca de novos produtos de exportação e estimulou um processo de substituição de importações levando ao desenvolvimento de indústrias. Com esse objetivo, à semelhança do que sucedera em outros países da América, reconheceu-se a necessidade de dar incentivos fiscais à indústria, estimular a iniciativa privada, nacional e estrangeira, e desenvolver uma infra-estrutura de transportes, comunicação e energia elétrica, tudo isso à custa do Estado. Promoveu-se uma reforma tarifária com o fim de proteger as indústrias locais e ao mesmo tempo aumentar a arrecadação. Visava-se a criar uma estrutura tarifária que beneficiasse a importação de insumos, maquinarias e matérias-primas necessárias ao desenvolvimento industrial. Aos trabalhadores da indústria foram estendidos minimamente os benefícios da seguridade social e ampliou-se a rede escolar.

Datam dessa época os primeiros esforços para integração dos estados centro-americanos, com a criação, em 1951, da Organização dos Estados Centro-Americanos (ODECA), uma instituição essencialmente política. Esta foi reforçada por uma série de tratados bilaterais de comércio livre entre as diferentes repúblicas. Estimulado pela Cepal, criou-se em 1952 o Comitê de Cooperação Econômica, integrada, pelos ministros de Economia dos vários países, o qual passou a se reunir regularmente, a partir de agosto de 1952. O tratado multilateral de livre-comércio foi assinado em 1958, estabelecendo uma área aduaneira comum. Na mesma data, fez-se um acordo para a integração das indústrias, provocando forte reação dos Estados Unidos, que via nele o propósito de criar empresas apoiadas pelo Estado com direitos exclusivos ao mercado.⁵

Nos anos que se seguiram estabeleceu-se a uniformização das tarifas de importação. Finalmente, em 1960, deu-se um passo importante para a transformação de uma área, até então, de livre-comércio, em uma comunidade econômica. Guatemala, El Salvador e Hondu-

ras, seguidos posteriormente por Nicarágua e Costa Rica, assinaram um tratado geral de Integração Econômica da América Central, reforçado posteriormente por novo acordo sobre incentivos fiscais à indústria.

Iniciava-se assim o processo de integração regional, sob a égide da Comissão Econômica para América Latina (Cepal). Com esse objetivo, criaram-se várias instituições: o Banco Centro-Americano para Integração Econômica, o Instituto Centro-Americano para Pesquisas Industriais e Tecnológicas, localizado na Guatemala, o Instituto Centro-Americano de Administração Pública, sediado em Costa Rica, o Secretariado Permanente para Integração Econômica (Sieca), o Conselho Executivo, um Conselho Monetário composto pelos diretores do Banco Central, Conselho Econômico Centro-Americano reunindo os ministros de Economia de todos os países, etc.⁶

Resultados positivos do Mercado Comum

Criado em uma época em que prevaleciam as teorias desenvolvimentistas, o Mercado Comum Centro-Americano floresceu nos anos sessenta, produzindo resultados bastante positivos. Segundo Jeffrey Nugent, o comércio inter-regional do Mercado Comum Centro-Americano, que representava 5% do comércio total da região em 1950, já em 1970 correspondia a 25%. A dependência em relação aos Estados Unidos no que diz respeito às importações e exportações, declinou de 1953 a 1971 de 2/3 para 1/3 do total do comércio regional. A dependência em relação à produção bananeira e cafeeira também declinou, de 80% que elas representava nas exportações em 1953, para cerca de 40% em 1968/69. Durante esse mesmo período, a porcentagem de produtos manufaturados cresceu de pouco mais de 10% do GDP para 25%.⁷

Vários tipos de produtos não tradicionais foram incorporados à exportação, como flores, vegetais, camarões, produtos minerais e outros. A porcentagem de produtos agrícolas no GNP passou em 37,9% em 1953 para 28% em 1968, enquanto a participação da indústria cresceu de 11% em 1959 para 16,5% em 1968, e 25% em 1980, empregando 1/5 da força de trabalho. Tudo parecia indicar que as políticas desenvolvimentistas de substituição de importações e o Mercado Comum Centro-Americano estavam beneficiando os países da América Central, a despeito da óbvia desigualdade na distribuição dos benefícios entre os países e entre as diferentes classes sociais em cada país, com a progressiva concentração de renda nas camadas superiores, gerando tensões que levariam à desestabilização da política regional. Essas desigualdades contribuíram para desencadear uma década de tensões, confrontos e revoluções, que abalaram principalmente a Nicarágua, El Salvador e Guatemala, deixando atrás de si um saldo de destruição e milhares de mortos.

Instabilidade política e crise econômica.

A derrubada do presidente reformista Jacob Arbenz, na Guatemala, em 1954, na qual os Estados Unidos desempenharam importante papel, e a guerra civil que a sucedeu, que durou mais de trinta anos nesse país; o confronto militar entre Honduras e El Salvador, em 1969, a luta de guerrilhas neste país; e, finalmente, a Revolução Sandinista na Nicarágua (1979) e a guerra dos *contra*, que acabou por derrubar o governo revolucionário numa eleição que teve lugar em 1990, todos esses confrontos militares afetaram negativamente a economia da região e contribuíram para o desmantelamento do Mercado Comum.

Já nos anos setenta, no entanto, o Mercado Comum Centro-Americano começara a mostrar os primeiros sinais de esgotamento. Entre 1960 e 1978 ele apresentara um crescimento anual de 6% ao ano. Mas em 1982, os dados foram negativos. A inflação, que inicialmente fora negligenciável, crescera paralelamente ao déficit, que passou de 3,8% do PIB em 1977 para 9,3% em 1984. O serviço da dívida chegara a 1,8 bilhões de dólares por ano, parte do qual se destinava a pagar os juros relativos à dívida externa, que na época já montava a 15 bilhões de dólares contra 2,4 bilhões em 1977. O valor do comércio inter-regional declinou. Em 1985, ele correspondia a menos de 40% do que fora em 1981, e o *per capita* regredira aos níveis de 1960.

Entre as várias causas desse fracasso, apontam-se, primeiro a existência de um regime de privilégios e o protecionismo que geraram um ineficiente sistema de produção; segundo, a excessiva dependência na importação de insumos, criando um desequilíbrio na balança comercial; terceiro, a queda dos preços dos produtos exportados, à qual se poderia acrescentar a alta dos produtos importados, tais como matéria-prima, maquinarias, inseticidas e fertilizantes; quarto, as políticas financeiras e o desequilíbrio dos termos do câmbio; quinto, o crescimento da dívida, ao que se poderia adicionar o impacto negativo do conflito militar e da fuga de capitais nos anos oitenta.⁸

A esses fatores deve-se acrescentar que o desenvolvimento econômico anterior só fora possível graças ao estrito controle dos salários e à superexploração da força de trabalho, o que agravou a desigualdade social.

Em um estudo sobre Costa Rica, Andrew Zimbalist observa que o sucesso das exportações foi mais aparente do que real, porque a utilização da terra para produtos exportáveis levou ao abandono dos produtos básicos de alimentação, que passaram a ser importados, onerando as camadas subalternas, que ficaram assim duplamente exploradas. Observa ainda que o sucesso da Costa Rica na exportação de arroz para os Estados Unidos provo-

cou políticas retaliatórias por parte deste país, forçando os produtores daquele país a buscarem outros mercados.⁹ Fenômeno semelhante ocorreu em outros países da América Central em relação a produtos de exportação como o açúcar e a carne.

Durante a chamada década perdida, isto é, os anos oitenta, o relativo *boom* que o incipiente Mercado Comum exibira na década dos sessenta cedeu lugar ao desmantelamento do que até então fora construído. Esse período assistiu também, como vimos anteriormente, a um declínio da produção intelectual sobre o Mercado Comum. As atenções voltaram-se para os acontecimentos políticos, que inevitavelmente passaram a ser avaliados dentro da polarização Leste-Oeste característica dos paradigmas originados pela Guerra Fria.

Emergência das políticas neoliberais e o futuro do Mercado Comum

Com a pacificação regional, houve um renovado interesse por parte dos governantes em recriar o Mercado Comum, mas agora em bases novas. Abandonaram-se os esquemas da primeira fase, que enfatizavam o papel do Estado, a industrialização, a substituição das importações e o mercado interno. Em seu lugar adotaram-se políticas neoliberais, que priorizam as exportações, o livre comércio, a iniciativa privada, reduzindo a interferência do Estado na área econômica e na área social (relações de trabalho, saúde, educação, legislação trabalhista) de acordo com o ideário neoliberal implantado desde os anos oitenta, por Margareth Thatcher na Inglaterra e Ronald Reagan nos Estados Unidos e adotado em vários países desde então.

Essa mudança de orientação econômica criou problemas novos, provocando um grande debate, que se prolonga até hoje, sobre o futuro do Mercado Comum Centro-Americano e suas possibilidades de sobrevivência.¹⁰ Pergunta-se até que ponto as políticas neoliberais são compatíveis com os princípios que regeram a integração econômica da América Central. Discute-se como corrigir as distorções do seu funcionamento resultantes da desigualdade na distribuição dos benefícios e ao mesmo tempo evitar os problemas criados pelos impactos negativos desse novo tipo de desenvolvimento na população e no meio ambiente.¹¹

Inicialmente, o propósito da criação de mercados comuns, como vimos, fora estimular o desenvolvimento, a independência, a autonomia e a soberania das várias nações envolvidas, assim como resolver problemas econômicos e sociais que afetavam países que se conceituavam como subdesenvolvidos. O novo estilo de política econômica favorável ao livre comércio e às exportações baseada em vantagens comparativas ameaça a integração econômica ao nível regional, torna as nações mais dependentes do exterior, põe em risco

sua autonomia e soberania e agrava ao mesmo tempo os problemas sociais, causando ainda sérios danos ecológicos. Isso fica claro quando examinamos o que se passa na América Central hoje.

Medidas de reestruturação e seu impacto na sociedade: índices de pobreza

Medidas de reestruturação adotadas nos últimos anos nos países da América Central têm tido impactos negativos sobre setores da população, como provam estudos sobre o crescimento do desemprego do subemprego e da pobreza.

Os índices de pobreza nos países da América Central são realmente espantosos, se bem que algumas estatísticas demonstrem que o índice de pessoas abaixo do nível da pobreza decresceu um pouco. Entre 1992 e 1996, em Guatemala, ele passou de 79 % a 73% da população, em Honduras, de 79% a 75% , em El Salvador, no entanto, o índice permaneceu o mesmo, por volta de 43% da população, e em Nicarágua aumentou de 43% para 62% da população. Bulmer-Thomas registra uma queda de 5% no PIB *per capita* ao ano entre 1981 e 1989.¹² Os dados revelam uma estreita conexão da pobreza com a dinâmica do mercado de trabalho.¹³ Por outro lado, contrariamente ao que se verifica no passado, os índices de pobreza são mais altos nas zonas urbanas do que nas rurais.¹⁴

Força de trabalho

No seu estudo sobre mercado de trabalho, reestruturação e pobreza na América Central, Edward Funkhouser e Juan Pablo Pérez Sáinz chegaram à conclusão que houve uma dinamização do mercado de trabalho nos países que intensificaram o comércio de exportação, com exceção da Nicarágua, fenômeno atribuído à falta de financiamento neste país.¹⁵ Também foi observada absorção de mão-de-obra no setor exportador e declínio no setor público e outros setores

De fato, na Guatemala, os novos produtos agrícolas de exportação (flores, vegetais de inverno para o mercado americano, por exemplo) absorveram de 50% a 300% mais mão-de-obra do que as atividades agrícolas tradicionais. Em Costa Rica, o número de trabalhadores em “maquiladoras” (fábricas de montagem de peças ou roupas) passou de 5.600 em 1982 para 46.100 em 1990, e, na Guatemala, entre 1986 e 1994, aqueles passaram de 5.689 para 54.274. Nesse sentido a globalização e a reestruturação teriam tido efeitos positivos na geração de empregos no setor exportador. No entanto, esse fenômeno não se reproduziu em outros setores. Contrariando essa tendência, o setor público, como vimos, demonstrou em vários países uma perda bastante notável de trabalhadores, embora o impacto tenha

sido diverso, conforme os países. Na Guatemala e em Honduras, onde não se aplicaram medidas visando a reduzir os gastos públicos e a favorecer a privatização, isso não se deu, enquanto em Salvador, Costa Rica e Nicarágua a redução do setor público foi mais dramática. A situação mais grave, como era previsível, verificou-se em Nicarágua, em virtude do desmantelamento do Estado sandinista e, conseqüentemente, do setor público.

Desemprego. Aumento do setor informal. Migrações internas e participação das mulheres

Por outro lado, uma análise do setor informal, que, em geral, funciona como válvula de escape em momentos de retração do mercado de trabalho, demonstrou que, se na maioria dos países ele tendeu a crescer, na Nicarágua ele atingiu um nível de saturação tal que foi incapaz de absorver mão-de-obra deslocada de outros setores, resultando no aumento das taxas de desemprego ou na migração da mão-de-obra para outras regiões, principalmente Costa Rica. Em El Salvador, o emprego informal foi o fenômeno mais notável em termos da reestruturação do mercado de trabalho nas áreas urbanas.¹⁶ Em Costa Rica, o setor informal teve menor peso. O setor de subsistência apresenta, em geral, perda de trabalhadores.

As pesquisas também revelaram que, com exceção de Guatemala, onde o desemprego parece ter diminuído (o que talvez se explique pelo grande número de pessoas mortas na guerra civil), e na Nicarágua e Costa Rica, onde o desemprego aumentou, ele estacionou nos demais países. O valor desses dados, no entanto, é prejudicado pelas migrações internas e pela informalização.

Registrou-se também em todos os países um aumento notável da participação de mulheres na força de trabalho, bem como um crescimento da escolaridade da força de trabalho. A incorporação de mulheres, entretanto, não resultou na superação das desigualdades estruturais de gênero que caracterizavam a força de trabalho.¹⁷

Salários

Quanto aos salários, houve uma deterioração geral no setor de subsistência e no setor público. Mesmo nos setores mais dinâmicos não parece ter havido melhoria. Num livro publicado em 1998 verificou-se que, na quase totalidade dos países, os (ganhos/salários) continuaram comparáveis aos da década dos oitenta.¹⁸ Os autores concluíram que, apesar de algumas melhorias setoriais, a globalização, contrariamente ao que eles esperavam, não gerou de maneira automática ganhadores entre os trabalhadores. Talvez o resultado mais

dramático tenha sido o aumento dos índices de pobreza, em alguns países, o que põe em questão os esforços de reestruturação regional e as tendências a estimular a exportação em detrimento de políticas anteriormente voltada para o mercado interno.

A deterioração dos ingressos (ganhos/salários) levou à crescente integração de membros da família ao mercado de trabalho, daí a maior participação das mulheres. Simultaneamente, as oportunidades de emprego diminuíram drasticamente. O desemprego e as migrações em busca de emprego em outros mercados de trabalho se intensificaram e representam hoje um dos mecanismos mais significativos do ajuste do mercado de trabalho centro-americano, acarretando desestruturação de famílias e ocasionando outros problemas sociais.

Apesar dos esforços de alguns autores para demonstrar que é possível neutralizar as evidentes tendências à pauperização, desde que as famílias saibam aproveitar as novas oportunidades que estão emergindo, os dados estatísticos parecem lançar dúvidas sobre essa avaliação otimista, quando indicam o aumento do subemprego e do desemprego, e das migrações. Mesmo nos setores mais dinâmicos da economia, os que receberam maior número de trabalhadores, dos quais se esperava melhoria das condições de trabalho, os trabalhadores aparecem como perdedores.¹⁹

As expectativas de que a reestruturação imposta pelo Fundo Monetário Internacional e Banco Mundial, em virtude da enorme dívida acumulada nos países centro-americanos, viesse a beneficiar a população jovem, bastante numerosa na América Central, também não se realizaram. Os dados estatísticos revelam que o ajuste não contribuiu para a maior inserção da população jovem na força de trabalho.

Os salários, como vimos, também exibiram uma tendência à deterioração. Um estudo sobre Costa Rica mostra que a breve recuperação dos salários, entre 1983-1987, não se manteve. O que colocou em dúvida a capacidade de os ajustes estruturais levarem a uma reestruturação do mercado de trabalho sem conduzir à “precarização” do emprego. Os pesquisadores que estudaram o problema consideraram provável que essa tendência venha a se tornar mais aguda em consequência da inexistência de organizações sindicais, no setor privado, e da perda da função reguladora do Estado, principalmente tendo em vista que o processo de flexibilização e as características do novo emprego gerado nos setores de ponta do novo modelo de acumulação capitalista têm sido reiteradamente apontados como precários.²⁰

Uma análise do período 1989-1992 indica que os setores vinculados à exportação foram os mais beneficiados, enquanto os ligados à economia de subsistência foram os mais prejudicados. Como a pobreza está ligada ao funcionamento do mercado de trabalho, as perspectivas não são muito otimistas.

As medidas de reestruturação recomendadas pelo FMI e Banco Mundial são bem conhecidas. Abertura comercial, liberação de preços, eliminação de subsídios, redução do gasto público, enxugamento do Estado, promoção de exportações, privatização de empresas estatais, reforma tributária. A reação dos países a essas sugestões, no entanto, não foi uniforme. Na Guatemala, por exemplo, o governo encontrou dificuldades em implementar a reforma tributária, em virtude da resistência dos setores empresariais. No final da década dos oitenta, o governo foi obrigado a desvalorizar o quetzal (moeda local). O maior êxito logrado foi no setor de exportação. Os incentivos introduzidos com a mudança de legislação propiciaram um crescimento espetacular no setor das maquiladoras.²¹

Já em El Salvador, o processo foi mais lento quanto às privatizações e exportações. Em Honduras também houve resistências à privatização. Na Nicarágua, medidas de estabilização tinham sido implementadas pelo governo sandinista, sem a interferência das organizações financeiras internacionais. No governo de Violeta Chamorro, que substituiu os sandinistas, o ajuste se aprofundou, sob a supervisão do FMI e Banco Mundial, levando ao desmantelamento da economia mista (setor público e setor privado) implantada pelo governo anterior. Nessas condições, a reestruturação fundou-se principalmente no enfraquecimento das estruturas estatais, privatização e redução do gasto público.

A comparação da maneira como o processo de reestruturação foi implementado nos vários países demonstra que, apesar das semelhanças, esse processo se ajustou às especificidades nacionais. Em todos eles, no entanto, os resultados têm sido desastrosos para a maioria da população, enquanto uma pequena parcela usufrui dos benefícios, o que agrava ainda mais a má distribuição de renda.²²

Fenômeno preocupante: os trabalhadores do setor agrícola moderno que, segundo as expectativas deveriam mostrar ganhos, apresentam dados negativos, com exceção talvez de Costa Rica. Também são alistados como perdedores o setor de subsistência, o setor informal e o setor público. Note-se que grande parte da força de trabalho, como já foi mencionado, é perdedora em todos os países componentes do Mercado Comum.

Enfraquecimentos da ação sindical e redução do papel do Estado

Essa tendência foi agravada pela redução das atividades sindicais, a diminuição do número de sindicalizados, a multiplicação de sindicatos solidaristas e a resistência empresarial ao processo de sindicalização. Vários pesquisadores têm analisado como forças globais corporativas e estatais têm afetado negativamente o funcionamento dos sindicatos no México e América do Sul. Alguns apontam os efeitos perniciosos que esse processo

teve no operariado, que vem perdendo direitos conquistados a duras penas no decorrer do século passado. Para essa perda, muito contribuiu o crescimento econômico verificado nos anos noventa, com a reestruturação da economia que criou um grande número de trabalhadores excedentes, muitos dos quais foram empurrados para o setor informal ou sujeitos a procurar trabalho em outros países da América Central e fora dela (México, Estados Unidos). O desemprego e as migrações muito contribuíram para enfraquecimento das organizações operárias.

Além disso, as empresas recorreram a várias táticas para se eximirem de suas obrigações legais, desde impedir o funcionamento de organizações operárias, ameaçando e perseguindo os operários que se envolvem nelas, até patrocinando a criação de organizações alternativas mais acomodadas. Essas estratégias não são novas, mas agora depara-se com um Estado omissivo, quando não explicitamente conivente com os empresários.

A companhia bananeira Chiquita, por exemplo, que operava em Costa Rica, não só substituiu as antigas organizações operárias por organizações solidaristas, como adotou a prática de mudar trabalhadores ilegais, provenientes da Nicarágua, de uma plantação para outra, a cada noventa dias, a fim de evitar as exigências legais que protegiam os trabalhadores. Abusos freqüentes foram denunciados também nas maquiladoras, que se dedicam à produção de roupas, as quais cresceram enormemente nas últimas décadas. As exportações desse setor para os Estados Unidos passaram de 500 milhões de dólares em 1986 para 6,5 bilhões no ano 2000. O número de trabalhadores empregados nessa indústria aumentou proporcionalmente. Eles, no entanto, encontraram sérios obstáculos nas suas tentativas de formar organizações de classe que defendam seus interesses. O sistema de subcontratação ou terceirização dificulta também o processo de trade-unionização. As firmas, embora paguem o salário mínimo exigido, deixam de pagar horas-extras, pensões ou seguridade social.²³

Enquanto os empresários adotaram novas técnicas de controle da força de trabalho, o Estado, que até então servira bem ou mal de mediador em caso de conflitos entre patrões e operários, assumiu uma posição neutra ou passou a tomar partido dos empresários.

As pressões resultantes do processo de globalização e as políticas promovidas pelos organismos internacionais tais como o FMI, Banco Mundial e Banco de Desenvolvimento Interamericano tem erodido a habilidade do Estado de definir benefícios ou implementar controle de preços e salários e, ao mesmo tempo, tem incentivado a privatização de vários setores, levando ao desemprego milhares de trabalhadores, o que enfraquece o movimento sindical, apesar do permanente esforço da parte deste para resistir. Finalmente, as mesmas instituições têm forçado os governos a estandardizar a legislação trabalhista, removendo benefícios até então existentes. Segundo um analista: “as forças externas têm levado os

Estados centro-americanos a substituir a proteção do trabalhador pela promoção do empresário”. Como observa um especialista que trabalha no Centro de Estudios del Trabajo em El Salvador, “o presidente anuncia que temos de melhorar nossa qualidade para competir no mercado internacional. Os empresários aqui estão tentando melhorar a produção e reduzir as despesas. Mas, ao invés de investir em tecnologia procuram baixar os custos do trabalho”.

As leis protetoras dos trabalhadores têm sido sistematicamente desrespeitadas. A implementação das leis trabalhistas em El Salvador é praticamente inexistente, afirma um ex-diretor do American Institute for Free Labor Development (AIFLD). Na Guatemala, pesquisas realizadas pelo Ministério do Trabalho revelam que 78% das companhias estudadas não pagavam sequer o salário mínimo.

Nessas circunstâncias, as organizações operárias divisaram outras alternativas, como a de se associar aos movimentos populares e movimentos em prol dos direitos humanos, e aliar-se a organizações sindicais internacionais, o que tem dado alguns resultados positivos notáveis.²⁴

A partir da queda da União Soviética, no entanto, os recursos que eram encaminhados para as organizações operárias da América Central, quer por parte dos Estados Unidos, quer por parte de organizações Europeias simpáticas ao movimento operário, foram drasticamente reduzidos. Mesmo antes que a AIFLD fosse interrompida em 1999, Dutch, French and Norwegian Labor Federation cortaram seus subsídios. Mas os laços entre sindicatos centro-americanos e organizações internacionais continuaram a crescer, como cresceu também a intervenção de ONGs. Estas, no entanto, têm se afastado das lutas operárias e se orientado principalmente para o nível assistencial. Apesar dos muitos obstáculos, o movimento operário tem adquirido uma dimensão internacional na sua luta contra o projeto neoliberal hegemônico.

Outros aspectos negativos do processo de desenvolvimento econômico da América Central, principalmente seus efeitos ecológicos, têm sido apontados.²⁵ Tem-se notado que a orientação para exportação acarretou o deslocamento da economia de subsistência para terras marginais, resultando em sua baixa produtividade. A produção *per capita* de milho e feijão declinou constantemente. De 1950 a 1979, a proporção *per capita* de terras dedicadas à produção de alimentos declinou de 60 para 30%. O que, combinado com o crescimento da população, tem levado a um aumento das importações de produtos essenciais à alimentação, onerando principalmente as populações mais pobres. Não é surpreendente, portanto, que essa população apresente consumo calórico muito abaixo dos limites recomendáveis. É preciso notar que os índices globais podem ser enganadores, uma vez que ocultam o fato

de que os ricos comem três vezes mais do que os pobres e, portanto, contribuem para elevar os dados estatísticos globais. Só uma análise por grupos de renda permitiria registrar plenamente o grau de subalimentação das camadas mais pobres.

Outro fator que afetou negativamente a população foi o declínio de produtos tradicionais como o algodão, que não resistiu à competição dos sintéticos e sofreu uma baixa de preços notável. O açúcar foi outro produto tradicional de exportação que foi abalado nos anos setenta pela diminuição da demanda dos Estados Unidos, que até então absorvera boa parte da produção centro-americana. Em resposta às pressões de *lobbies* americanos, os Estados Unidos impuseram quotas na importação do açúcar da América Central. Mudanças nos hábitos alimentares em virtude do consumo crescente de adoçantes também contribuíram para a redução da demanda. Por causa da crise que afetou os produtos tradicionais, os plantadores voltaram-se para a criação de gado. Isso levou ao desemprego um grande contingente populacional, uma vez que a criação de gado requer um número menor de trabalhadores. A expansão da criação de gado aumentou o desflorestamento. Em vinte anos, cerca de 40% das florestas desapareceram, causando crescente erosão do solo.

À semelhança do açúcar e do algodão, a carne veio a sofrer as oscilações da demanda internacional. Inicialmente, 99% era exportado para os Estados Unidos, mas, a partir de 1979, *lobbies* levaram o governo americano a impor quotas na importação de carnes. Ao mesmo tempo, ecologistas mostraram-se preocupados com a presença de pesticidas na carne. Tudo isso levou à diminuição da importação de carnes da América Central.

Para neutralizar a queda no valor das exportações, os países da América Central voltaram-se para produtos não tradicionais, como vegetais e flores, que não têm mercado internamente, aumentando, portanto, a vulnerabilidade da economia regional às oscilações do mercado internacional.

Enquanto o valor dos produtos agrícolas diminuiu, o custo de fertilizantes e pesticidas aumentou. Em 1970, uma tonelada de pesticida custava 650 dólares, em 1981, passara a custar 3.150. No mesmo período, fertilizantes passaram de 58 dólares a tonelada para 230, e a maquinaria agrícola aumentou cinco vezes. O resultado foi o aumento da dívida externa. Enquanto os produtores agrícolas sofriam, as firmas estrangeiras que vendiam maquinaria, fertilizantes e pesticidas, e controlavam o comércio de exportação se enriqueciam e os países se endividavam. Claramente, um modelo baseado principalmente na exportação estava criando problemas sérios para a América Central, os quais foram agravados com o custeio da dívida.

Nessas condições o interesse pelo Mercado Comum Centro-Americano ressurgiu, pondo em questão as políticas neoliberais e a Alca.²⁶

Num artigo publicado na *Folha de S. Paulo* em 2003, o economista Gilberto Dupas, do Grupo de Análise da Conjuntura Internacional da USP, e presidente do Instituto de Estudos Econômicos e Internacionais, registrava que a Organização Mundial de Comércio “finalmente reconhece, pela primeira vez, em documento oficial, que a abertura econômica pode ter efeitos negativos nos países em desenvolvimento, inclusive agravando as desigualdades sociais”. Dupas lembrava ainda que Joseph Stiglitz, ex-vice-presidente do Banco Mundial, agora no FMI, finalmente descobrira os efeitos perversos daquela política.²⁷

Alguns livros mais recentes sobre o Mercado Comum Centro-Americano refletem o clima de crise do neoliberalismo aparente nesses comentários. Fala-se agora na possibilidade de associar as políticas de livre comércio orientadas para exportação às que visam o mercado interno. O melhor representante dessa corrente de pensamento e que pretende compatibilizar duas tendências aparentemente incompatíveis é o trabalho de Victor Bulmer Thomas, *Reflexiones sobre la Interación Centro-americana*.²⁸

O autor afirma que o modelo de desenvolvimento adotado foi bem-sucedido em termos de crescimento, mas falhou em termos de distribuição de renda e nefasto impacto ecológico, resultando na destruição das florestas, poluição dos rios e lagos e exaustão do solo. Provocou ainda crescente desemprego e levou à acumulação de uma dívida enorme, que impede que se retome o desenvolvimento. Na Nicarágua, por exemplo, a dívida cresceu de dois bilhões em 1980 para nove bilhões dez anos mais tarde, o que representava na ocasião 27 vezes o valor das exportações naquele ano. Bulmer-Thomas acredita que a estabilização precisa ser conseguida e a inflação controlada, embora reconheça que é necessário manter o crescimento, dada a extrema pobreza na região.

É preciso lembrar, no entanto, como frisa o autor, que entre 1981 e 1989 o PIB decresceu 5% ao ano e que os déficits orçamentários, os altos níveis de inflação, os déficits na balança de pagamentos constituem problemas constantes. A liberalização desejada é um problema adicional, por causa da existência de tarifas externas comuns, estabelecidas pelo Mercado Comum. Outro obstáculo ao desenvolvimento tem sido a fuga de capitais para o exterior. Os investimentos estrangeiros diminuíram em virtude da instabilidade existente por tanto tempo na região. Apesar das tentativas de seguir uma política de estabilização e ajustamento de acordo com o novo modelo, nenhum país mostrou sinais de melhora.

Ao mesmo tempo, o desenvolvimento para fora aumentou a dependência em relação ao mercado internacional, gerou instabilidade, provocou deslocamentos de população, agravou tensões sociais, pondo em questão o modelo econômico vigente. Nessas condi-

ções é pouco provável que as políticas neoliberais de exportação, associadas a políticas voltadas para o mercado interno, sejam capazes de produzir a retomada do desenvolvimento e a redução das desigualdades sociais.

Recebido em março/2005; aprovado em maio/2005

Notas

* Este artigo foi baseado na Conferência proferida na Abertura do V Congresso Brasileiro de História Econômica, realizado concomitante ao VI Congresso Internacional de História das Empresas, Caxambu, 7 de setembro de 2003.

** Professora emérita da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP e da Universidade de Yale nos Estados Unidos

¹ As principais fontes para o estudo do Mercado Comum Centro-Americano encontram-se, principalmente, na Central American Joint Planning Mission, Sieca, Agency for International Development, (AID, Usaid), Institute for Latin American Integration, The Latin American Economic Data Bank, Statistical Year Book of Foreign Trade, World Bank, Unctad, e nos Anuários Estatísticos publicados pela Sieca, aos quais se somam os estudos patrocinados pela Fundação Centro-Americana para a Integração (FCI) ou pela Flacso, bem como trabalhos publicados pela Economic Commission for Latin America, and the Caribbean. Eclac, Cepal.

² Vejam-se, por exemplo, os dados relativos aos progressos na região em COHEN, I. "Import Substitution, Economic Integration and the Development of Central America, 1950-1980". In: CARDENNAS, E.; ACAMPO, J. A. e THORPE, R. (eds.). *An Economic History of Twentieth Century Latin America*, 3, p. 317.

³ Essa tensão nota-se, por exemplo, na resenha "The Ticos Culture and Social Change in Costa Rica", publicado no *Journal of Latin American History*, 32, 2, may 2002.

⁴ NUGENT, J. *Economic Integration in Central America: Empirical Investigations*. Baltimore, John Hopkins University Press, 1974.

⁵ IRWIN, G. e HOLLAND, S. *Central America: The Future of Economic Integration*. Boulder, Colorado, West View Press, 1989.

⁶ FURTADO, C. *Economic Development of Latin America. Historical Background and Contemporary Problems*. Second Edition. Cambridge, Cambridge University Press, 1976.

⁷ COHEN, "Import Substitution, Economic Integration and the Development of Central America", op. cit., p. 316.

⁸ IRWIN e HOLLAND, op. cit.

⁹ IRWIN, A. Z. "Costa Rica". In: PAUS, E. (ed.). *Struggle against Dependence. Non-Traditional Export Crops in Central America and the Caribbean*. Boulder, Colorado, West View Press, 1988, pp. 21-40.

¹⁰ THOMAS, V. B. *Reflexiones Sobre la Integracion Centro-Americana*. Publicaciones del Centroamericano de Integracion Economica, BCIE, 1997.

¹¹ BARRY, T. *Roots of Rebellion, Land and Hunger in Central America*. Boston, Soth End Press, 1987. Ver ainda BULMER-THOMAS, V.; FUNKHOUSER, E. e SÁINZ, J. P. P.

¹² FUNKHOUSER, E. e SÁINZ, J. P. P. (eds.). *Central America en reestructuracion. Mercado Laborales y pobreza en Centro America: Ganadores y Perdedores del ajuste estructural*. Costa Rica, Flacso, 1998; SÁINZ, J. P. P. *Globalizacion Fuerza Laaboral en Centro America*. Costa Rica, 1994.

¹³ BULMER-THOMAS, V., *A Long Run Model of Development for Central America*. Institute of Latin American Studies, London, 1990. Id., *Studies in the Economics of Central America*. St. Anthony's College. Oxford, McMillan Press, 1988. Id., *The Political Economy of Central America since 1920*, Cambridge, Cambridge University Press, 1987. BOLLIN, C. *Centro America: Situacion y Perspectivas del Proceso de Integracion a finales de los 90's*. Guatemala, Instituto Centro Americano de Estudios Politicos, 1999.

¹⁴ FUNKHOUSER e SÁINZ, op. cit, p. 309 e seguintes.

¹⁵ Ibid., p.276.

¹⁶ Ibid., p. 292

¹⁷ Ibid., p. 276.

¹⁸ FUNKHOUSER e SÁINZ, p. 298.

¹⁹ Ibid., p. 299.

²⁰ Ibid., 277.

²¹ Ibid. cit., 284

²² Conseqüências semelhantes aconteceram na Venezuela, onde medidas recomendadas pelo FMI e World Bank tiveram resultados similares e, aparentemente, a polarização criada foi responsável pela ascensão de Chavez. Sobre isso, veja-se o livro de ELLNER, S. e HELLINGER, D. *Venezuelan Politics in the Chávez Era: Class, Polarization and Conflict*. London, Lynne Rienner Publishers, 2003.

²³ FRUNDT, H. Central American Unions in the Era of Globalization. *Latin American Research Review*, 37. 3. 2002, pp. 7-53.

²⁴ FRUNDT, H. J. *Refreshing Pauses: Coca-Cola and Human Rights in Guatemala*. New York, Praeger, 1987; LEVENSON-ESTRADA, D. *Trade Unionism against Terror, Guatemala City, 1954-1985*. Chapel Hill, University of North Carolina Press, 1994; PETERSEN, K. *The Maquiladora Revolution, in Guatemala*. New Haven, Yale Law School, Occasional Papers, Series 4, Orville H. Schell, Jr. Center for International Human Rights at Yale Law School, 1992.

²⁵ BARRY, T. *Roots of Rebellion, Land and Hunger in Central America*, Boston, South End Pres,1987; WILLIAMS, R. G. *Export Agriculture and the Crisis in Central America*, 1986.

²⁶ ESCAITH, H. Los países del Mercado Común Centro Americano frente a los desafíos de una zona de libre comercio hemisférico. El grado de preparacion macroeconômica. *Integracion y Comercio* 1, 1, abril, 1997, pp. 41-64; GUERRA, A. B. "La Integracion Centroamericana en el umbral del siglo". *Nueva Sociedad* 162, julho-agosto, 1999, pp. 136-151.

²⁷ *Folha de S. Paulo*, 28 de ago. 2003, p. 3.

²⁸ BULMER-THOMAS, *Reflexiones sobre la Interacion Centro-americana*, op. cit.

POLÍTICA EXTERIOR DO BRASIL – DE FHC A LULA

Luiz Alberto Moniz Bandeira*

Resumo

Este artigo se propõe a examinar a política exterior do Brasil com relação aos EUA, comparando os governos de FHC e Lula da Silva. A linha diplomática de FHC, mesmo reconhecendo as contendas bilaterais, com o ascenso de George W. Bush, transformou-se em simples acessório dos interesses imperiais dos EUA. Com Lula da Silva, as contendas decorrem, não de uma posição ideológica, mas da contradição entre os interesses reais dos dois países. Além da questão da produção do combustível nuclear, das restrições ao turismo, o embate em torno da Alca/Mercosul pôs os interesses nacionais em rota de colisão com as diretrizes da política exterior de Bush, passando a prevalecer como vetor de nossa diplomacia a autonomia nacional.

Palavras-chave

Política exterior brasileira; imperialismo; Alca; Mercosul; soberania nacional.

Abstract

The aim of this article is to examine the Brazilian foreign policy in relation to the USA, comparing the governments of FHC and Lula da Silva. FHC's diplomatic line, even considering the bilateral contentions, with George W. Bush's ascension, was transformed into a bare accessory of USA's imperial interests. With Lula da Silva, the contentions don't result from an ideological position, but rather from the contradictions of actual interests between the two countries. Besides the matter of nuclear fuel production, and of restrictions to tourism, the dispute around the Alca/Mercosul placed the national interests on a collision course with Bush's foreign political directives, and made the national autonomy become the prevailing vector of our diplomacy.

Key-words

Brazilian foreign policy; imperialism; Alca; Mercosul; national sovereignty.

Após um período de crescentes dificuldades entre o Brasil e os Estados Unidos, no curso nas décadas de 1970 e 1980, Fernando Collor de Melo (1990-1992), o primeiro presidente da República eleito pelo voto direto desde 1960, prometeu que sua visita a Washington, em 1991, marcaria o fim de uma “fase amorística (sic) e romântica” nas relações entre os dois países. Empenhou-se em esvaziar o contencioso que havia e iniciou a desregulamentação e liberalização da economia, fazendo diversas concessões aos Estados Unidos, cedendo e concedendo, sem exigir reciprocidade. Seu sucessor, Itamar Franco (1992-1995), com viés nacionalista, moderou o discurso e a prática liberalizante do governo de Collor de Mello, ao mesmo tempo em que tratou de conter a inflação e estabilizar a moeda, mediante a execução do Plano Real. Fernando Henrique Cardoso, seu sucessor, assumiu a presidência da República em 1995, com a pretensão de revitalizar a agenda Brasil-Estados Unidos, “sem as incompreensões do passado”. Reconheceu as divergências que existiam como “próprias dos relacionamentos caracterizados pela amplitude de interesses recíprocos”¹ e, através do diálogo, procurou sobrepor ao contencioso bilateral cotidiano uma agenda mais abrangente, incluindo a “crescente democratização das relações internacionais”. Ao longo de seus dois mandatos (1995-1999 e 1999-2003), procurou ajustar os objetivos do Brasil aos interesses dos Estados Unidos, ou seja, à nova ordem internacional unipolar, de modo a facilitar-lhe a inserção, harmoniosamente, no processo de globalização econômica e permitir-lhe a obtenção de um lugar permanente no Conselho de Segurança da ONU. A adesão ao TNP, ao Regime de Controle de Tecnologia de Mísseis (MTCR) e a outros tratados assimétricos e discriminatórios, como a Organização Mundial do Comércio (OMC), que sagravam a predominância dos Estados Unidos e das potências ricas e nucleares, constituíram aspectos marcantes de tal esforço.

Entretanto, a adoção de políticas econômicas neoliberais, como consequência da renegociação da dívida externa e das condicionalidades estabelecidas pelo Fundo Monetário Internacional e pelo Banco Mundial, tais como redução do Estado através da privatização, desregulamentação e reforma institucional, bem como a manutenção de um regime de taxas fixas ou semifixas de câmbio, em geral sobrevalorizado, aumentaram enormemente a vulnerabilidade externa do Brasil, sobretudo a partir de 1999. A privatização, ou melhor, a estrangeirização das empresas estatais, dos setores de telefonia e energia elétrica e outros, com a entrega do seu controle aos capitais estrangeiros, foi um dos aspectos mais perversos das políticas neoliberais, pois, nada contribuindo para o aumento das receitas de exportação, essas empresas, desnacionalizadas, passaram a pressionar o balanço de pagamentos, agravando o desequilíbrio, com a transferência de lucros para as suas matrizes no exterior. O déficit na balança de serviços saltou de US\$ 15,3 bilhões, em 1990, quando o processo inflacionário se intensificara no Brasil, para US\$ 28,8 bilhões, em 1998, e o déficit

nas transações correntes pulou de US\$ 3,7 bilhões para US\$ 33,6 bilhões, no mesmo período.² Com um déficit comercial acumulado, entre 1995 e 1999, da ordem de US\$ 24,9 bilhões, após anos consecutivos de saldo positivo, o Brasil defrontou-se com a necessidade de ter de captar, anualmente, cerca de US\$ 40 bilhões a US\$ 50 bilhões, no mercado internacional, para atender aos compromissos com o pagamento de juros e transferência de lucros, fretes e *royalties*, bem como amortizar os empréstimos e fechar as contas externas.

Não obstante o forte apoio dado ao Brasil, diretamente, pelo presidente dos Estados Unidos, Bill Clinton, quando ocorreu a crise financeira de 1999, o projeto da Alca, tal como pretendido por Washington, continuou como o nervo mais sensível das divergências entre o Brasil e os Estados Unidos, na medida em que os objetivos econômicos, políticos e estratégicos dos dois países se contradiziam, encapados pelo conflito de interesses comerciais. O escopo da Alca consistia em revivificar a Doutrina Monroe, em sua dimensão econômica e comercial, e permitir aos Estados Unidos não apenas restabelecer sua hegemonia sobre a América Latina como enfrentar a União Européia, embrião do futuro Estado Europeu (meta do Tratado de Maastricht) do qual a Alemanha, que já incorporava ao seu espaço econômico a Rússia e os demais países do extinto Bloco Socialista, constituía o epicentro. Fernando Henrique Cardoso, depois da aprovação Trade Promotion Authority (TPA), pela Câmara de Representantes, em fins de 2001, afirmou que, “se as condicionantes forem levadas ao pé da letra, isto significa que não haverá Alca”. E acrescentou, enfaticamente, que “a Alca será aceita ou não dependendo do nosso interesse. Tem que ser uma toma lá da cá”.³

Fernando Henrique Cardoso manteve bom relacionamento direto com Bill Clinton, mas as divergências com os Estados Unidos explicitaram-se em várias outras questões de política exterior, com respeito, sobretudo, à América do Sul e à possível intervenção armada na Colômbia, a pretexto de combater a narcoguerrilha, assim denominada porque os negócios da droga se converteram na mais importante fonte de financiamento da insurgência política.⁴ O Brasil proibiu a utilização do seu território para qualquer operação militar na Colômbia, porquanto contrariava os princípios de não-intervenção e autodeterminação, que pautavam tradicionalmente sua política exterior. E continuou a não aceitar que, sob pretexto estratégico-militar ou de combate ao narcotráfico, os Estados Unidos estendessem suas instalações militares à Amazônia brasileira, cuja defesa sempre preocupou as Forças Armadas brasileiras, que passaram a implementar a “estratégia de resistência”, como hipótese de guerra contra uma potência tecnologicamente superior.

A partir da ascensão de George W. Bush à presidência dos Estados Unidos, a política exterior do Brasil afigurou-se deveras contraditória. O chanceler Celso Lafer demitiu o embaixador Samuel Pinheiro Guimarães da diretoria do Ipri porque criticava a Alca e, de-

pois, aceitou que os Estados Unidos destituíssem ilegalmente o embaixador José Maurício Bustani da direção da Opac. Essas iniciativas e atitudes subservientes e servis de Celso Lafer, que se configurou como o pior chanceler na história do Itamaraty, não foram consistentes com os incisivos e altivos pronunciamentos de Fernando Henrique Cardoso, que, talvez, para arrefecer a repercussão altamente negativa que teve a demissão do embaixador Samuel Pinheiro Guimarães, voltou a manifestar-se de maneira mais categórica sobre a Alca. Em discurso na III Cúpula das Américas, em Quebec (22 de abril), ela declarou que a Alca seria “bem-vinda” se sua criação fosse um passo para dar acesso aos mercados mais dinâmicos; se efetivamente fosse o caminho para regras compartilhadas sobre anti-*dumping*; se reduzisse as barreiras não-tarifárias; se evitasse a distorção protecionista das boas regras sanitárias; se, ao proteger a propriedade intelectual, promovesse, ao mesmo tempo, a capacidade tecnológica de povos; e se fosse além da Rodada Uruguia, corrigindo as assimetrias então cristalizadas, sobretudo na área agrícola. “Não sendo assim, seria irrelevante ou, na pior das hipóteses, indesejável” – concluiu.⁵

Após os atentados terroristas que destruíram as torres gêmeas do WTC e parte do Pentágono, com mais de 3.000 mortos, Fernando Henrique Cardoso, na mesma manhã de 11 de setembro, telefonou para Bush, a fim de prestar-lhe integral solidariedade, e Celso Lafer tomou a iniciativa de convocar uma reunião do Órgão de Consulta da OEA, invocando o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (Tiar), conhecido como Tratado do Rio de Janeiro, alegando que “a excepcional gravidade dos ataques e a discussão de seus desdobramentos” justificavam o recurso ao mecanismo de segurança coletiva do hemisfério. Três dias depois, declarou que o Brasil poderia participar da guerra, se viesse a ocorrer, apoiando uma ação militar dos Estados Unidos, desde que o grupo terrorista que atacou as torres do World Trade Center e o Pentágono fossem identificados. E, durante a XXIV Reunião de Consulta dos Chanceleres Americanos, em 21 de setembro, afirmou que “as mais de cinco décadas decorridas desde a assinatura do Tiar⁶ não lhe retiram a validade”.⁷ Seu propósito declarado foi criar uma “moldura jurídica de cooperação, compatível com as resoluções da ONU”, com a “vantagem” de excluir o Brasil do compromisso de emprego da força armada no trato do terrorismo, delimitando juridicamente a manifestação política de solidariedade.⁸ Essa foi a explicação que também ofereceu a Fernando Henrique Cardoso.⁹ Porém, a invocação do Tiar, cujo Art. 3 indicava que “um ataque armado por parte de qualquer Estado a um Estado americano será considerado um ataque contra todos os Estados americanos”, foi evidentemente inepta. O ataque contra o World Trade Center e o Pentágono não partira de nenhum outro Estado nacional, como em Pearl Harbor (1941). Conquanto pudesse ser considerada uma ação bélica, não prevista na normativa internacional de guerra, ela partiu de um inimigo difuso, disperso, que recorreu ao terrorismo, mesmo à

custa de suicídio, porque não dispunha de mísseis e outras armas para atacar os Estados Unidos. A convocação do Órgão de Consulta da OEA, agravada pela declaração de que o Tiar, instrumento da Guerra Fria, não perdera a validade, constituiu, portanto, uma toleima, sobretudo depois que o presidente de México, Vicente Fox, em reunião do Conselho Permanente da OEA, anunciara o propósito de denunciá-lo, dizendo que ele representava não só um “caso grave de obsolescencia e inutilidad”, como a guerra das Malvinas (1982) demonstrara, “*sino que ha impedido, en contra de sus propósitos, la generación de una idea de seguridad adecuada a los alcances y necesidades del hemisferio*”.¹⁰ Segundo Fox explicara, com muita lucidez, a nova arquitetura do sistema internacional punha em evidência que esse instrumento se tornara “*inservible, puesto que surgió de causas y realidades que han desaparecido*”, e a vulnerabilidade das nações, no novo sistema globalizado já não derivava, primordialmente, de considerações militares, razão pela qual os instrumentos desenhados no passado e concebidos para outras condições foram superados pelos fatos. Era, por tanto, “*indispensable reconocer el anacronismo del Tratado de Río, el cual surgió como una emergencia y de acuerdo a las condiciones de la época*”.¹¹

As atitudes de Celso Lafer concorreram, fortemente, para consolidar a percepção de que a política exterior de Fernando Henrique Cardoso, assim como a política econômica, de maneira geral, constituiu simples acessório dos interesses hegemônicos dos Estados Unidos no mundo e, em especial, na América Latina. E contribuíram para desgastar ainda mais o prestígio do governo, ao projetar a imagem de subserviência aos desígnios dos Estados Unidos, em meio de uma gestão turbulenta como nunca houve, a pior na história do Itamaraty. E não se afiguraram consistentes com os pronunciamentos de Fernando Henrique Cardoso, contrários à política exterior de George W. Bush, que se recusara a ratificar o Protocolo de Kyoto – sobre a redução da emissão de gases causador do efeito-estufa –, bloqueara os esforços internacionais para fortalecer a Biological Weapons Convention, denunciara o Tratado ABM (Anti-Balistic Missile Agreement) e retirara a adesão dos Estados Unidos ao tratado que criou a Corte Penal Internacional contra os crimes de guerra, instituída em Haia pela ONU, além de intensificar pressões sobre outros países para isentar os cidadãos americanos de sua jurisdição. Pouco tempo depois de Lafer invocar o inepto Tratado do Rio de Janeiro, em face dos atentados terroristas de 11 de setembro de 2001, Fernando Henrique Cardoso, em discurso na Assembléia Nacional da França, referiu-se aos Estados Unidos ao proclamar que “a barbárie não é somente a covardia do terrorismo, mas também a intolerância ou a imposição de políticas unilaterais em escala planetária”.¹² E, durante a visita ao presidente George W. Bush, em Washington, salientou, diplomaticamente, que havia, “*from time to time, some difference*” entre Brasil e Estados Unidos, e,

lembrando que na véspera “*the President (Bush) said to be American first*”, completou: “*Well, I would say the same, to be Brazil first. That’s normal. But then let’s see how to cooperate*”.¹³

O governo de Fernando Henrique Cardoso, qualquer que fosse seu propósito de cooperar com os Estados Unidos, não podia deixar de atender e responder aos interesses concretos do Brasil – econômicos, sociais e políticos –, gerados e modelados pelo processo produtivo, que o Estado nacional, como instância superior de organização e comando da sociedade, devia articular e representar. E a Alca, em realidade, não convinha ao Brasil, sob vários aspectos. Um estudo divulgado em 2 de maio de 2002 pela Secretaria da Receita Federal demonstrou que os Estados Unidos, México e Canadá seriam os países mais beneficiados com a formação da Alca, cujo comércio estaria concentrado em empresas multinacionais, que sempre distorceram os preços, o mais das vezes, para transferir lucros ou prejuízos de um país para outro. A Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), por sua vez, calculou que o Brasil perderia US\$ 1 bilhão por ano em seu comércio exterior, a partir de 1º de janeiro de 2006, data prevista para a implantação da Alca,¹⁴ posto que suas importações ultrapassariam US\$ 2,254 bilhões, enquanto as exportações somente aumentariam cerca US\$ 1.252 bilhões, o que agravaria a sua vulnerabilidade, com um crescente déficit em suas contas externas. Também a Associação Latino-Americana de Integração (Aladi) concluiu que a Alca trazia mais ameaças que oportunidades para Brasil, levando-o a perder mercado, dentro do hemisfério, para 176 produtos exportados por suas empresas, principalmente nos setores de manufaturados, o seja, máquinas e equipamentos, automóveis, papel e celulose e produtos químicos, em virtude da concorrência dos Estados Unidos e Canadá.¹⁵ E outro estudo, realizado pelos pesquisadores da Universidade de Campinas, a pedido do Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior de Brasil, embaixador Sergio Amaral, chegou à mesma conclusão, de que a implantação da Alca, de um lado, vai incrementar as importações do Brasil e, por outro, inibir suas exportações para os países de América Latina, ademais de afastar os investimentos estrangeiros, promover a “desindustrialização e desnacionalização” da economia, ocasionando o aumento do desemprego e da demanda por dólares, após analisar 18 cadeias produtivas – os setores que produzem 53,1% do faturamento industrial nacional, 57% das exportações e 68,4% das importações totais do país.¹⁶ O Brasil tenderia a regredir à condição de país agro-exportador e produtor de manufaturas leves ou bens de consumo, uma vez que a área de livre-comércio provocaria a destruição de boa parte do seu parque industrial, particularmente nos setores mais sofisticados, em que os Estados Unidos, sem dúvida, predominavam. Não sem razão, Fernando Henrique Cardoso reconheceu que era más fácil, “ideológi-

ca e politicamente”, negociar acordos comerciais com a União Européia do que com os Estados Unidos, para a formação da Alca, pois apresentavam menos riscos para a soberania do Brasil.¹⁷

A política exterior de Lula

Luiz Inácio Lula da Silva, como candidato do Partido dos Trabalhadores (PT) à presidência da República, declarou, durante a campanha eleitoral, que a Alca não constituía uma proposta de integração, “mas uma política de anexação, e nosso país não será anexado”.¹⁸ Como candidato, Lula da Silva podia dizer, livremente, o que pensava. Como chefe do governo, entretanto, tinha de preservar o relacionamento do Brasil com os Estados Unidos. Assim, mais por conveniência política do que propriamente por interesses comerciais, não afastou o Brasil das negociações para a formação da Alca. E a nomeação dos embaixadores Celso Amorim e Samuel Pinheiro Guimarães, que Celso Lafer demitira do Ipri devido aos seus pronunciamentos contra a Alca, para os cargos de ministro das Relações Exteriores e secretário-geral do Itamaraty, respectivamente, demonstrou que o Brasil buscava com os Estados Unidos uma “parceria madura, com base no interesse mútuo”, como Lula da Silva declarou no seu discurso de posse,¹⁹ e não fundada na submissão e subserviência. Essa diretriz produziu certo esfriamento nas relações entre os dois países, após a inauguração do seu governo, em 1º de janeiro de 2003. Algumas tensões surgiram por causa da greve geral na Venezuela, promovida pela oposição, com o discreto beneplácito de Washington, visando à derrubada do presidente Hugo Chávez, cujo governo constitucional o Brasil estava a respaldar, desde, aliás, os últimos dias do mandato de Fernando Henrique Cardoso. Lula da Silva também criticou a guerra contra o Iraque, deflagrada pelos Estados Unidos para atender, entre diversos fatores, aos interesses das indústrias bélicas e companhias petrolíferas americanas. “O presidente Bush (...) desrespeita a ONU, não leva em conta o Conselho de Segurança e o que pensa o restante do mundo.²⁰ Acho que isso é grave. Grave para o futuro da ONU, que é uma referência de comportamento para as nações do mundo inteiro” – disse Lula da Silva.²¹

Tais críticas não impediram que ele, ao visitar Washington, em 20 de junho de 2003, declarasse crer que as relações entre o Brasil e os Estados Unidos poderiam “surpreender o mundo”. Apesar de que existiam diferenças de posições e de percepções, e de profundas divergências também na área comercial, difíceis de resolver, um bom relacionamento entre o Brasil e o Estados Unidos convinha tanto a Lula da Silva quanto a George W. Bush. E os dois presidentes empenharam-se em evitar que essas divergências nas negociações comerciais, tanto na OMC quanto na Alca, contaminassem o restante das relações bilaterais.

Contudo, da mesma forma que Collor de Melo e Fernando Henrique Cardoso, que buscaram estabelecer um bom relacionamento entre os dois países, Lula da Silva não conseguiu evitar as divergências e os atritos, conquanto mantivesse a política de estabilização econômica e financeira, de acordo com o FMI, a fim de evitar a fuga de capitais e o retorno da inflação. A contenda, sobretudo em torno da Alca/Mercosul, recrudescceu, agravada por outros litígios, na medida em que os interesses nacionais do Brasil passaram a prevalecer como vetor da sua política exterior, em contradição com as pretensões imperiais dos Estados Unidos, exacerbadas na administração de George W. Bush. E as negociações entre o Brasil e os Estados Unidos chegaram a um impasse.

O projeto da Alca ia muito além do chamado livre-comércio, em sentido estrito. Incluía aspectos normativos para serviços, investimentos, compras governamentais e propriedade intelectual que incidiam diretamente sobre a capacidade reguladora dos países. Por outro lado, os Estados Unidos não se dispunham a oferecer livre acesso ao seu mercado, o maior do hemisfério, para os produtos em que o Brasil apresentava vantagens comparativas (sobretudo, mas não apenas, agrícolas), e excluía das negociações aspectos de importância prioritária, como os subsídios agrícolas e as medidas anti-*dumping*.²² Além do açúcar, a *commodity* mais protegida nos Estados Unidos, dois dos produtos brasileiros mais competitivos – aço e suco de laranja – sofriam restrições tarifárias e não-tarifárias, que visavam proteger os fabricantes americanos e impediam o aumento das exportações do Brasil. E os Estados Unidos sinalizaram que não eliminariam os subsídios para esses produtos até que a questão não fosse resolvida, no âmbito da OMC, com os países da União Européia. Isso significava, como consequência do acordo entre a França e a Alemanha, que, não haveria qualquer alteração em sua política agrícola até 2007 e que aqueles produtos brasileiros tampouco teriam acesso preferencial ao mercado americano através da Alca. Os Estados Unidos, igualmente, se recusavam a tratar da lei anti-*dumping*, que permitia ao governo de Washington aplicar medidas de salvaguarda a produtos que ele considerasse que estavam sendo importados a preços subvalorizados. Cláusula que nesse sentido constava das provisões do Nafta e o Brasil não a aceitava, na Alca, pois constituía uma das barreiras não tarifárias, levantadas freqüentemente pelos Estados Unidos para proteger as suas indústrias ineficientes.

O governo de Lula da Silva, outrossim, se opôs a acordos que somente resultariam em prejuízo para o Brasil e não aceitou uma redução de tarifas que tivesse como base o percentual aplicado, menor que o consolidado na OMC, como fizera o governo de Fernando Henrique Cardoso. “Em vez de nos prendermos a concepções irrealistas de uma Alca, em torno das quais o consenso se afigura inatingível, preferimos nos concentrar na ‘Alca possível’, que concilie da maneira mais produtiva os objetivos necessariamente diferenciados

dos 34 países participantes” – escreveu Celso Amorim,²³ esclarecendo que foi “a partir desse enfoque consistente e realista” que a declaração conjunta na reunião dos presidentes Lula da Silva e George W. Bush, em Washington, expressou o entendimento de que os dois países cooperariam para que as negociações fossem concluídas, com êxito, nos prazos previamente acordados, os quais, entretanto, não podiam prevalecer sobre o conteúdo. Segundo Celso Amorim, o governo do presidente Lula da Silva não haveria de aderir a acordos que fossem incompatíveis com os interesses brasileiros, embora tratasse de explorar, soberanamente, todas as alternativas para a promoção do comércio e a aceleração do desenvolvimento nacional.

Essa resistência a aceitar acordo incompatíveis com seus interesses nacionais levou o Brasil e os Estados Unidos a um atrito, de profunda repercussão, nas negociações, durante a 5.^a Conferência Ministerial da Organização Mundial do Comércio (OMC), realizada em Cancun (México), em 14 de setembro de 2003. O Brasil coordenou a formação de um bloco chamado G-21, liderando, dentro da OMC, os países emergentes, como Índia, China, México, África do Sul e Indonésia, que não se dispunham a prosseguir com a agenda, que só interessava às potências industriais, depois de já haverem reduzido tarifas de bens manufaturados e adotado regras sobre patentes sem que nada lhes fosse concedido quanto à liberalização do comércio agrícola. Assim, os delegados de 146 países não alcançaram em Cancun nenhum entendimento em relação aos dois principais temas da conferência agendados nas reuniões de Cingapura (1996) e Doha (2001). Os Estados Unidos e a União Européia pretenderam obter um acordo, sujeitando investimentos, concorrência, compras governamentais e facilitação das trocas às regras do comércio internacional, mas não quiseram discutir os subsídios que concediam, anualmente, aos produtos agrícolas e prejudicavam as exportações dos países em desenvolvimento. “A diplomacia brasileira foi a grande vencedora de Cancun ao impedir que o comércio agrícola prosseguisse dando cobertura aos interesses da União Européia e dos Estados Unidos, por efeito de manobras diplomáticas dos países que detêm maior poder mundial” – comentou o professor Amado Cervo, concluindo que “o ministro Celso Amorim ergueu uma obra de gênio da engenharia política”, ao coordenar a formação do G-21 (ou G-mais, como ele preferiu chamar), o grupo de países em desenvolvimento reunindo a China, Índia, África do Sul, Argentina, México, Chile, praticamente toda a América Latina, a Tailândia, Filipinas, Paquistão, Egito e outros. Esses países, que representavam mais de 55% da população mundial,²⁴ quase 69% da produção agrícola e a maioria dos pobres de todos os continentes, não mais aceitaram a diferença de tratamento que se estabeleceu quando o GATT, no início da década de 50 do século XX, aprovou um “*waiver*”, ou seja, uma exceção para a agricultura, a pedido dos Estados Unidos, e pouco tempo depois julgou como produtos agrícolas o *agribusiness*, ou

seja, produtos agroindustriais, tais como óleo e farinha de soja, farinha de trigo, azeite de oliva, etc., permitindo que Estados Unidos, França, Alemanha, Japão e outras potências industriais pudessem conceder-lhes, anualmente, subsídios no valor de mais de US\$ 300 bilhões e exportá-los fora das normas de mercado.²⁵ Segundo informação do Banco Mundial, o governo americano destinava, anualmente, US\$ 3 bilhões às subvenções para o plantio de algodão nos Estados Unidos. E cerca de ¼ dos grandes empresários rurais, nos Estados Unidos e na União Européia, ganharam, durante a década de 90 do século XX, subsídios que lhes possibilitaram produzir muito mais colheitas do que as necessárias para o consumo doméstico e vender o excedente, no mercado mundial, a preços mais baixos do que os países em desenvolvimento da Ásia, África e América Latina.²⁶

O impasse na reunião da OMC representou uma derrota para a União Européia e, especialmente, um fiasco para os Estados Unidos, evidenciando as enormes dificuldades que teriam para avançar nas negociações sobre a Alca. O governo de George W. Bush intensificou então as pressões sobre os países sul-americanos, como a Colômbia, para que se afastassem da posição do Brasil e do Mercosul, com vistas à reunião sobre a Alca, em Miami. Esse comportamento, o chanceler Celso Amorim criticou com dureza, dizendo que era uma “coisa muito lamentável, muito destrutiva”, posto que os Estados Unidos não estavam a convencer os países, que integraram o *G-plus*, liderado pelo Brasil, “mas fazendo ameaças”.²⁷ O embaixador Adhemar Bahadrian, encarregado das negociações pelo Itamaraty, previu, por sua vez, que a Alca poderia não sair do papel.²⁸ De fato, a turbulência continuou a abalar as negociações. O confronto entre o Brasil e os Estados Unidos, explicitado em Cancun, tornara inevitável o colapso da reunião da Comissão de Negociação Comercial (CNC), a instância técnica das negociações sobre a Alca, que se reuniu entre 1º e 3 de outubro, em Porto of Spain, capital de Trinidad e Tobago. Após intensas conversações, devido à resistência do Uruguai, o Brasil, com o apoio da Argentina e dos países do Mercosul, apresentou uma proposta conjunta, a ser debatida na reunião dos ministros, marcada para novembro, em Miami. Essa proposta colocou as negociações em “três trilhos”, prevendo a derrubada de barreiras comerciais para outros países em desenvolvimento em um prazo menor que o que viesse a ser fixado para Canadá e Estados Unidos e deixando os temas sensíveis, como normas de proteção a investimentos e à propriedade intelectual, bem como a abertura de compras governamentais e serviços aos fornecedores estrangeiros, para serem negociados, separadamente, pelos países que quisessem. O que acarretou o fracasso da reunião foi, então, o mesmo impasse que ocorrera em Cancun.

Entrementes, por mais que os governos de Lula da Silva e George W. Bush se esforçassem para que os atritos na área comercial não repercutissem sobre as relações bilaterais, as tensões recresceram. O governo americano, em janeiro de 2004, instituiu o US-VISIT

(United States Visitor and Immigrant Status Indicator Technology), o programa que estabelecia o controle total do ingresso de visitantes, por meio de fotografias e sistemas computadorizados de reconhecimento de face e digitais, nos 115 portos marítimos e aeroportos dos Estados Unidos, de todos os estrangeiros oriundos de países que necessitassem de visto para entrar nos Estados Unidos. A medida, executada pelo Homeland Security Secretary, atingiu os visitantes de todos países, inclusive o Brasil, excetuando, porém, apenas 27, a maioria europeus. Como consequência, o juiz da 1ª Vara Federal de Mato Grosso, Julier Sebastião da Silva, de Mato Grosso, acolheu a Ação Cautelar Inominada, movida pelo procurador da República, José Pedro Taques, concedendo uma liminar,²⁹ e determinou que Polícia Federal impusesse aos turistas americanos o mesmo tratamento a que seriam submetidos os brasileiros em viagem aos Estados Unidos. Na sua decisão, ao acolher o argumento do procurador José Pedro Taques, de que, “se eles (os americanos) podem supor que todo estrangeiro é terrorista, nós também estamos autorizados a fazer o mesmo”, o juiz Julier Sebastião da Silva, observando que, de acordo com a nova determinação do governo americano, “pessoas de várias nacionalidades, consideradas desde logo terroristas em potencial” deveriam ser fotografadas e teriam suas impressões digitais recolhidas pelas autoridades norte-americanas assim que entrassem ou deixassem os Estados Unidos, ressaltou que, obviamente, os cidadãos europeus e de outros países ricos não seriam objeto do “ato ultrajante”, o qual seria reservado aos nacionais de países pobres da América Latina, África, Oriente Médio e Ásia. No entanto, uma vez que, no direito internacional público, vigia o chamado princípio da reciprocidade, de modo que as relações entre Estados não se realizassem de forma desigual, principalmente em se tratando da dignidade da pessoa humana e de proteção e resguardo dos direitos humanos, o juiz Julier Sebastião da Silva deferiu o pedido de concessão de medida liminar e determinou à União Federal que fizesse gestões junto às autoridades norte-americanas no sentido de que os brasileiros fossem excluídos da exigência, que passaria a vigorar a partir do dia 1 de janeiro de 2004 para entrada e saída dos Estados Unidos da América. Enquanto perdurasse a restrição imposta pelas autoridades norte-americanas, a Polícia Federal devia recolher as impressões digitais dos nacionais dos Estados Unidos, nos portos, aeroportos e rodovias, quando entrassem em território brasileiro, “sob pena de ser-lhes negada a entrada devida”.

A medida, determinada pelo juiz federal Julier Sebastião da Silva, afetou, naturalmente, o relacionamento entre o Brasil e os Estados Unidos, ao gerar mais um foco de tensões. A Embaixada Americana, em Brasília, emitiu uma nota, na qual dizia compreender o direito soberano que o Brasil tinha para determinar quais são os requisitos de entrada no país, mas lamentava a forma pela qual os novos procedimentos foram iniciados, repentinamente, discriminando cidadãos dos Estados Unidos, com tratamento excepcional que re-

sultou em longos atrasos no processamento, quando alguns cidadãos norte-americanos tiveram que esperar mais de nove horas em sua chegada no Aeroporto Internacional do Rio de Janeiro.

O fracasso dos Estados Unidos na tentativa de impor seus interesses, tanto em Cancun quanto em Port of Spain, indicou, claramente, que a Aalca, conforme projetada em 1994, se frustrara. E, de fato, frustrou-se. A fim de evitar o impasse e outro fiasco, na 8.^a Reunião Ministerial, realizada em Miami, os Estados Unidos fizeram concessões e aceitaram um acordo, em torno do formato da Alca, proposto pelo Brasil (*Alca light e a la carte*), e desenhado uma semana antes, em reunião prévia, entre Robert B. Zoellick e Celso Amorim. Nem os Estados Unidos insistiriam nos itens rejeitados pelo Brasil, tais como compras governamentais, serviços, etc., nem o Brasil exigiria, em contrapartida, que fosse discutida a questão dos subsídios agrícolas e lei anti-*dumping*, que os Estados Unidos não queriam. O acordo resultou de concessões, com base em uma concepção mais flexível da Alca, a *Alca Light*, fatiada em três trilhos, tal como o Brasil pretendia, restrita aos temas sobre os quais havia consenso e a um conjunto mínimo de obrigações comuns, regras básicas, nas 11 áreas em negociação, mas permitindo que cada país fizesse acordos em separado, nas áreas que lhe conviessem. Esse entendimento somente ocorreu quando o governo dos Estados Unidos, que percebia o chanceler Celso Amorim como inimigo ideológico da ALCA, constatou que a campanha contra o Itamaraty, com o apoio do *lobby* e de alguns órgãos da mídia dentro do Brasil, não alcançara nenhum resultado e que o fiasco de Cancun se poderia reproduzir na 8.^a Reunião Ministerial, em Miami, Flórida, estado governado por Jeb, irmão de George W. Bush.³⁰

O governo de Lula não pretendia confrontar os Estados Unidos. Apenas tratou de conduzir as negociações sobre a Alca de conformidade com os interesses do Brasil. Indagado pelos repórteres Eurípedes Alcântara e Vilma Gryzinski, da revista *Veja*, sobre o que o Brasil aceitaria perder na Alca, o chanceler Celso Amorim, prontamente, respondeu:

Não aceitamos perder a dignidade. Não vamos aceitar modelos que vêm prontos, tudo tem de ser negociado. O que acontecia antes era uma falsa negociação. As coisas vinham vindo e, no máximo, eram postergadas. A principal barreira, os subsídios, os Estados Unidos não discutiam.³¹

Ele explicou que os temas de natureza normativa e sistêmica tinham de ser discutidos na OMC, pois não fazia sentido estabelecer uma regra de propriedade intelectual para os Estados Unidos e outra para a União Européia. Esse princípio era também válido para normas de investimentos e serviços. E, na questão das compras governamentais, o interesse do Brasil consistia, sobretudo, em preservar sua capacidade de seguir com uma política

de desenvolvimento, como no caso da Petrobrás, que priorizava as indústrias brasileiras na aquisição de equipamentos para as plataformas de petróleo, o que não mais poderia fazer, se esse setor fosse aberto à concorrência das corporações americanas. As indústrias brasileiras de máquinas e equipamentos, principal fator de autotransformação e auto-sustentação do capitalismo, seriam, possivelmente, destruídas pelas grandes corporações americanas, levando milhares de trabalhadores ao desemprego.

Ao mesmo tempo em que resistia às fortes pressões para que aceitasse tais itens na Alca, o Brasil sinalizou mais uma vez para a autonomia com que implementava sua política exterior. Em 26 de setembro de 2003, Lula da Silva visitou Havana, onde firmou com Fidel Castro 12 instrumentos de cooperação em matéria financeira, turismo, saúde, agricultura, pesca, meio ambiente, educação e indústria siderúrgica, e acordos comerciais, no montante de US\$ 200 milhões, uma parte com financiamento aprovado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), outra com recursos privados de empresas brasileiras, tais como o Grupo Brasilinvest e a construtora Casa Forma (US\$ 112 milhões), para a construção de quatro *resorts* em Cuba. Entre 2 e 9 de dezembro, acompanhado pelo presidente da Comissão de Representantes Permanentes do Mercosul, Eduardo Duhalde, ele visitou cinco países árabes – Emirados Árabes Unidos (EAU), Síria, Líbano, Egito e Líbia. E, mostrando mais uma vez o intuito de solidificar a integração com a Argentina, no Mercosul, visitou a Índia, em 26 de janeiro de 2004, acompanhado por Eduardo Duhalde. A estratégia de política exterior do governo de Lula da Silva consistiu, assim, em construir, primordialmente, vínculos estreitos de cooperação política e econômica entre Brasil e Argentina, visando forjar, a médio prazo, um pólo de poder na América do Sul e buscar, ao mesmo tempo, estabelecer uma aliança, tanto econômica e comercial quanto política, com a Índia e África do Sul, líderes dos países em vias de desenvolvimento, que articularam o G-21 para obstar que as potências industriais, Estados Unidos e União Européia, impusessem seus interesses durante as negociações da OMC realizadas Cancun. Esse bloco de países em desenvolvimento deveria também abranger a China e a Rússia, países com o quais o Brasil também pretendia aprofundar as relações comerciais e políticas a fim de conquistar novos mercados e diversificar suas exportações. Não se tratava de hostilizar ou afrontar os Estados Unidos, mas de mudar a “geografia da negociação comercial”, como disse o chanceler Celso Amorim, e negociar de forma equilibrada, defendendo os interesses do Brasil.³²

A contenda entre o Brasil e os Estados Unidos decorreu, não de uma posição ideológica do governo de Lula da Silva, mas da contradição entre os interesses reais dos dois países. Por motivos de política doméstica, os Estados Unidos não aceitavam diminuir o subsídio dos produtos que exportavam para o Brasil, e não davam compensações em

acesso a mercados para produtos agrícolas do Mercosul. E seu interesse na formação da Alca não consistia na redução das barreiras tarifárias, mas em forçar basicamente a abertura de setores estratégicos, como as compras governamentais e os serviços, de modo que pudessem continuar a obter superávits nas suas transações com os países do Mercosul. Esses temas, a fim de evitar que se repetisse na reunião de Miami o fiasco de Cancun, foram transferidos para posterior discussão na OMC e se estabeleceu um acordo em torno da Alca *Light*, conforme o Brasil propusera. Entretanto, na reunião de Puebla (México), que se realizou entre 3 e 6 de fevereiro para prosseguir com as negociações, os Estados Unidos, rompendo o acordo de Miami e liderando um grupo de 14 países, entre os quais Canadá, México, Chile e os da América Central e Caribe (G-14), voltaram a insistir em uma Alca “abrangente”, com os itens relativos a compras governamentais, investimentos, serviços e propriedade intelectual, sem que aceitassem eliminar os subsídios e subsídios indiretos às exportações agrícolas – créditos e seguros – bem como nada propuseram para os outros temas que o Mercosul considerava importante: créditos, seguros e ajuda interna. O secretário de Relações Econômicas Internacionais da Argentina, Martín Redrado, advertiu que o êxito ou o fracasso da reunião de Puebla dependia da vontade de negociação dos Estados Unidos, uma vez que o Mercosul já havia cedido bastante, os Estados Unidos não haviam “*movido una sola coma en su posición agrícola*”.³³ E, “*sin agricultura no hay acuerdo*” – disseram Martín Redrado e o co-presidente das negociações, o embaixador brasileiro Adhemar Bahadian, quando mediavam as deliberações.³⁴ Esta era uma condição inamovível. Bem o chanceler Celso Amorim advertira que, se os Estados Unidos quisessem forçar demais, nada iriam conseguir, nem com o Brasil nem com outros países da América do Sul.³⁵ Com efeito, a reunião de Puebla terminou em um fiasco, como a de Cancun, e as negociações sobre a Alca chegaram a um impasse, difícil de superar até 2005, prazo para o seu encerramento, estabelecido em 1994.³⁶

As tensões no relacionamento de Brasília com Washington não se restringiram, no entanto, às negociações sobre a Alca ou à imposição aos turistas americanos do mesmo tratamento a que seriam submetidos os brasileiros em viagem aos Estados Unidos, com a vigência do US-VISIT o programa de identificação dos visitantes por meio de fotografias e sistemas computadorizados de reconhecimento de face e digitais, estabelecido pelo governo de George W. Bush. A medida determinada pelo juiz federal Juvelier Sebastião da Silva causou enorme impacto político e contou com o apoio de 99% da opinião pública brasileira. E, através de Portaria Interministerial 10/01, assinada pelos ministros da Justiça e Relações Exteriores, Márcio Thomaz Bastos e Celso Amorim, respectivamente, e pelo advogado-geral da União, Álvaro Augusto Ribeiro Costa, o governo manteve a identificação dos americanos, em todos os portos marítimos, aeroportos e rodovias. Em seguida, Lula da

Silva viajou para participar da Cúpula Extraordinária das Américas, nos dias 12 e 13 de janeiro, em Monterrey (México), onde conversou com George W. Bush sobre a questão da obrigatoriedade de identificação (fotográfica e datiloscópica) de brasileiros e americanos, e entregou-lhe um documento em que propunha a eliminação da exigência de visto para a entrada de brasileiros nos Estados Unidos, o que eliminaria idêntica exigência para o ingresso dos americanos no Brasil. “Se estamos querendo integração das Américas é natural que tenha que haver não dificuldades, mas facilidades para as pessoas” – comentou Celso Amorim. De fato, a aplicação do programa US-VISIT evidenciara a dubiedade do governo americano, que queria instituir a área de livre-comércio, permitindo a livre circulação de bens, capitais e serviços, mas, ao mesmo tempo, discriminava o Brasil e os países da América Latina.

À mesma época, outra área de conflito com os Estados Unidos configurou-se. O Brasil estava a converter-se no sétimo país a produzir urânio enriquecido,³⁷ em escala industrial, com capacidade para suprir 60% das necessidades de suas usinas nucleares, e exportar até US\$ 12,5 milhões ao ano, a partir de 2014, conforme o presidente da Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN), Oldair Dias Gonçalves, anunciara em outubro de 2003.³⁸ E em dezembro de 2003, a Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA), encorajada pelo Departamento de Estado, começou a pressioná-lo para que firmasse um acordo de salvaguarda, que cobrisse as instalações da empresa estatal Indústrias Nucleares do Brasil (INB), em Resende, estado do Rio de Janeiro. No início do primeiro semestre de 2004, os Estados Unidos intensificaram as pressões para que o Brasil aderisse a um específico Protocolo Adicional ao acordo de salvaguardas do TNP, dando aos inspetores da Aiea maior autoridade para fazer verificações intrusivas no seu programa nuclear. Esse Protocolo Adicional, que estava em negociação desde 1992, seria voluntário, mas a Aiea pretendeu fazê-lo impositivo e ir além da prática regular, que permitia a verificação de todos os aspectos do enriquecimento de urânio, salvo sua tecnologia. Exigia também que o Brasil suspendesse todos os programas de enriquecimento ou de reprocessamento, que já houvesse começado, e permitisse tantas inspeções quanto fossem arbitradas, não apenas nas instalações nucleares, mas em qualquer parte do território considerada suspeita – o que incluía residências particulares, se assim fosse decidido, respondendo a qualquer pergunta relacionada com a questão. De conformidade com a doutrina de George W. Bush, anunciada em 11 de fevereiro de 2004, os países que até então não produziam urânio enriquecido não estariam autorizados a fazê-lo. Apenas o Brasil, entretanto, seria afetado e prejudicado com a adesão ao Protocolo Adicional, porquanto era, entre os signatários do TNP, o único país com uma indústria nuclear capaz de produzir urânio enriquecido.

Esse problema evidenciou ainda mais o enorme erro cometido pelo governo de Fernando Henrique Cardoso, levando o Brasil a aceitar o TNP, ao qual Índia, Paquistão e Israel não aderiram e as grandes potências, notadamente os Estados Unidos, estavam a violar, não cumprindo o programa de desarmamento e produzindo novas armas nucleares. Entretanto, a resistência do Brasil às inspeções intrusivas pretendidas pela Aiea deu origem a intrigas, através de alguns meios de comunicação, difundindo-se a suspeita de que ele estaria pretendendo também fabricar armamentos nucleares. *The Washington Post* publicou um artigo, no qual considerou que a atitude do Brasil, ao não permitir que os inspetores da Aiea examinassem as instalações nucleares em Resende, gerava receio de que “*a new type of nuclear race is underway, marked not by the bold pursuit of atomic weapons but by the quiet and lawful development of sophisticated technology for nuclear energy production, which can be quickly converted into a weapons program*”.³⁹

O articulista, Peter Slevin, assinalou que o projeto do Brasil criava também um dilema para o presidente George W. Bush, que passara a exigir restrições mais rigorosas sobre o enriquecimento de urânio, mesmo para produção de energia elétrica, como parte da nova estratégia de impedir a proliferação de armamentos nucleares.⁴⁰ Por sua vez, *La Nación*, de Buenos Aires, comentou, em editorial que a “*inesperada noticia*” de que o Brasil não autorizaria os inspetores da Aiea a inspecionar a usina de enriquecimento de urânio havia gerado “*compreensible inquietud*”.⁴¹ E ao assinalar a existência de “*temores en relación con las costosas centrífugas brasileñas*”, inclusive, segundo alguns círculos, o perigo de que essas centrífugas pudessem ter alguma conexão “*con la actividad del doctor Abdul Qadeer Khan, a quien se imputa el haber vendido ilegalmente secretos científicos a Irán, Libia y – acaso – a Corea del Norte*”, formulou várias perguntas, nas quais transpareceu o intuito de gerar desconfiança e suspeita.

*¿Conoce la Argentina el programa al que no tendrá acceso la Agencia Internacional de Energía Atómica? ¿Tienen las autoridades argentinas información suficiente sobre las centrífugas brasileñas, con las salvaguardias de confidencialidad que son necesarias?*⁴²

Por trás dessa campanha contra a atitude do governo de Lula da Silva havia, certamente, tanto interesse econômico quanto, igualmente, político e militar-estratégico. O Brasil, com a sexta maior reserva mundial de urânio e tecnologia própria, comercialmente competitiva, demonstrou que podia alcançar a autonomia na produção do combustível nuclear, fonte de energia da maior importância, ante perspectiva de esgotamento das reservas mundiais de petróleo, ainda na primeira metade do século XXI, e não mais necessitava remeter o minério bruto para converter-se em gás no Canadá e, depois, seguir para a Euro-

pa, onde a Urenco o enriquecia e o devolvia em forma de gás para utilização nas usinas Angra I e Angra II. Deixaria de ser exportador do minério e passaria a desempenhar importante papel como global *player*, no bilionário mercado de combustível nuclear, como virtual concorrente dos Estados Unidos. O comando da Marinha, responsável pelas ultracentrífugas para enriquecimento de urânio, e as agências brasileiras do setor advertiram o governo de que por trás das pressões da Aiea, atrás das quais o Departamento de Estado se movia, poderia existir o objetivo de espionagem da tecnologia de ponta desenvolvida pelo Brasil e considerada superior à americana e à francesa. E o vice-almirante Othon L. P. da Silva, na reserva, apontou o motivo estratégico-militar que determinava as pressões desencadeadas pelos Estados Unidos.⁴³ Esclareceu que os artefatos bélicos nucleares podiam ser classificados de duas formas: os de destruição em massa e os inibidores de concentração de forças. Armas de destruição em massa eram as de fusão (bombas de hidrogênio) e as de fissão de maior porte. As de baixa potência eram inibidoras, pois qualquer operação militar para invasão ou ocupação de um território implicava a prévia concentração de forças. A existência de artefatos nucleares de baixa potência no território-alvo, com um vetor adequado de lançamento, funcionaria como poderoso inibidor, e, obviamente, não agradava aos “países que têm como opção política permanente a intervenção militar — independentemente da aprovação da ONU”.⁴⁴ A existência de uma usina de enriquecimento de urânio diminui o tempo entre a denúncia de todos os acordos e tratados já celebrados e a eventual fabricação de artefatos, i. e., *making nuclear weapon on short notice*. Segundo o vice-almirante Othon L. P. da Silva, a intenção do presidente George W. Bush de reiniciar testes nucleares e desenvolver nova geração de pequenos artefatos com o objetivo de usá-los de forma “cirúrgica”, até mesmo contra países não nucleares, era preocupante para o mundo. E tais atitudes, somadas a agressões, sem o respaldo do Conselho de Segurança da ONU, como aconteceu com o Iraque, constituíam forte estímulo à proliferação nuclear, principalmente nos países islâmicos com os quais havia potencial de confrontação. Diversos motivos tinha, portanto, o Brasil para não permitir o tipo de inspeções intrusivas que a Aiea estava a pretender. E a perspectiva era de que questão se reabrisse em 2005, durante a conferência de Exame do Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares, possibilitando que o Brasil denunciasse que as cinco potências nucleares (Estados Unidos, Rússia, Inglaterra, França e China) não estavam a cumprir o “compromisso inequívoco” quanto à eliminação total de seus arsenais atômicos.

Outros acontecimentos, entretantes, concorreram para conturbar ainda mais as relações bilaterais entre o Brasil e os Estados Unidos, para o qual o problema principal constituía a política exterior. O chanceler, embaixador Celso Amorim, obteve outra vitória com a decisão da OMC na questão dos subsídios aos produtores de algodão, que causavam

perdas comerciais ao Brasil da ordem de US\$ 480 milhões. Durante audiência na House of Representatives Agriculture Committee, em 28 de abril de 2004, o USTR Robert Zoellick declarou que iria recorrer da decisão, mas diversos deputados reconheceram que os Estados Unidos teriam de desistir da Alca se o veredicto fosse mantido ao fim da disputa. O deputado Robert Etheridge (Democrata, Carolina do Sul) advertiu que, se a decisão prevalecesse, seria “uma perda de tempo” levar a Alca para a votação no Congresso. E, comentando a decisão a favor do Brasil, o deputado Bob Goodlatte, presidente do Committee on Agriculture, ressaltou que ganhar acesso para os produtos agrícolas dos Estados Unidos era “*the most important objective of the ongoing WTO negotiations*”.⁴⁵

Pouco tempo depois, em 9 de maio, *The New York Times* publicou um longo artigo, assinado pelo jornalista Larry Rohter, no qual atribuía ao presidente Lula da Silva o costume de beber, ressaltando, já no título, que esse costume se convertia em preocupação nacional. O artigo, muito vago e sem qualquer fundamento sério, leviano e infamante, afirmou que a “*president’s predilection for strong drink*” estava a afetar a performance do seu governo.⁴⁶ E ainda acentuou que historicamente os brasileiros tinham razão de ficar preocupados ante qualquer sinal de “*heavy drinking by their presidents*”, pois Jânio Quadros, eleito em 1960, era um notório alcoólatra e renunciara ao cargo, depois de menos de um ano de sua investidura, dando origem a um período de instabilidade política que “*led to a coup in 1964 and 20 years of a harsh military dictatorship*”.⁴⁷ Esse artigo provocou a indignação do governo e a repulsa de todos os líderes políticos, até da oposição, bem como da própria imprensa brasileira, e o próprio presidente Lula da Silva determinou o cancelamento do visto de trabalho de Rohter, implicando a sua expulsão do Brasil, medida esta que recebeu várias críticas nos meios políticos, embora contasse com o apoio de grande maioria da população brasileira.

Como Dora Kramer, colunista política do *Jornal do Brasil*, observou, Rohter fez “um relato a respeito de rumores que, nem de longe, figuram na lista das principais preocupações nacionais em relação ao governo Lula”.⁴⁸ E exatamente por isso, devido à sua falsidade, a publicação do artigo em *The New York Times*, menos de duas semanas após a vitória do Brasil na OMC, em conjugação com o artigo do *Washington Post* sobre a produção de urânio enriquecido nas instalações da INB, em Resende, e outros fatos, avigorou a conjectura de que estava em curso uma campanha para desacreditar Lula da Silva, mostrá-lo como incompetente, e criar uma situação de ingovernabilidade, de modo a permitir a adoção do parlamentarismo, com um chefe de governo mais palatável para Washington. A comparação com Jânio Quadros, além de descabida,⁴⁹ foi capciosa, ao insinuar que o Brasil podia caminhar para uma situação semelhante à criada, com sua renúncia à presidência da República, em 25 de agosto de 1961. Tudo indicou que os artigos publicados em *The Washington*

Post e por *The New York Times* não foram casuais nem eram inocentes. O ministro de Planejamento, Guido Mantega, ressaltou que quando um diário como *The New York Times* passava a publicar esse tipo de difamação, algo por detrás havia. “*Si fuera un diario de la prensa amarilla, que viviera de esto, todo bien. Pero lo que vemos es que con el artículo trataron de desgastar la imagen del presidente Lula*”.⁵⁰ Na sua opinião, esse intento de desgaste era orquestrado por interesses norte-americanos, em virtude de que Lula da Silva havia alentado a formação do G-20 (grupo de 20 países em desenvolvimento), combatia os subsídios agrícolas concedidos pelos Estados Unidos e estava a dificultar criação da Alca. Círculos militares e diplomáticos igualmente suspeitaram de que a CIA estava a desenvolver uma guerra psicológica (*media*), no estilo da *grey* e *black propaganda*, empreendida usualmente pela CIA,⁵¹ e sua razão constituía a política exterior do Brasil, que contrariava os interesses dos Estados Unidos.

Embora mantivesse a política de estabilização monetária, com mais rigor ainda do que Fernando Henrique Cardoso, e promovesse duas reformas estruturais (previdenciária e tributária), descontentando os segmentos mais radicais do PT e da esquerda, mas ganhando o respeito e a simpatia do empresariado e dos investidores estrangeiros, a política exterior do governo de Lula da Silva, ao defender, com firmeza, os interesses nacionais do Brasil, tanto em Cancun quanto em Port of Spain, entrou em rota de colisão com a diretriz da política exterior de George W. Bush. Não foi sem razão, portanto, que a revista americana *Newsweek*, na semana da reunião de Miami, circulou com o retrato de Lula da Silva na capa e o título: *The Two Faces of Lula: Wall Street Loves Him. Washington Loathes Him*.⁵²

Recebido em janeiro/2005; aprovado em maio/2005

Notas

* Cientista político e professor titular de História da Política Exterior do Brasil na Universidade de Brasília.

¹ CARDOSO, F. H. O Brasil e Clinton. *Zero Hora*, Porto Alegre, 28.2.1993, reproduzido in Ministério das Relações Exteriores - Política Externa em tempos de Mudança - A Gestão do Ministro Fernando Henrique Cardoso no Itamaraty. Fundação Alexandre de Gusmão, Brasília, 1994, p. 249.

² Banco Central do Brasil, Secretaria de Comércio Exterior (Secex) e Fundação Centro de Estudos de Comércio Exterior (Funcex).

³ *Gazeta Mercantil*, 11.12.2001

⁴ Mediante a cobrança de um “imposto”, pago pelos traficantes em territórios controlados pelas Farc e pelo ELN, os objetivos políticos da guerrilha entreteceram-se com os interesses do narcotráfico.

⁵ Discurso do Senhor Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, na abertura da III Reunião de Cúpula das Américas - Québec, Canadá, 20 de abril de 2001.

⁶ O Tiar, também conhecido como Tratado do Rio de Janeiro, foi firmado em 1947, no início da Guerra Fria.

⁷ Discurso do Ministro de Estado das Relações Exteriores do Brasil, Celso Lafer, na XXIV Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores da Organização dos Estados Americanos para servir de órgão de consulta para a aplicação do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (Tiar). Washington, 21 de setembro de 2001.

⁸ Carta de Celso Lafer ao Autor, São Paulo, 28.7.2003.

⁹ Entrevista do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, em Washington, ao autor, por telefone, em 20.1.2004.

¹⁰ Versión estenográfica de las palabras del Presidente Vicente Fox Quesada, durante la Sesión del Consejo Permanente de la Organización de Estados Americanos a la que asistió como invitado de honor, realizada esta mañana en el Salón de las Américas de la sede de la OEA, en Washington - Sesión del Consejo Permanente de la Organización de Estados Americanos - 07/09/2001.

¹¹ Ibid. Em 6 de setembro de 2002, um ano após o discurso do presidente Vicente Fox, o México anunciou haver depositado o instrumento de denúncia do TIAR ante a Secretaria Geral da OEA.

¹² Discurso do presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, em sessão solene na Assembléia Nacional da República da França. 30 de outubro de 2001.

¹³ Remarks by President Bush and President Cardoso of Brazil in Photo Opportunity - March 30, 2001 - 2:15 P.M. EST - 2:23 P.M. EST - The Oval Office - The White - Presidente George W. Bush - For Immediate Release Office of the Press Secretary - <http://www.whitehouse.gov/news/releases/2001/03/20010330-5.html>

¹⁴ *Folha de S. Paulo*, S. Paulo, 26.07.2002

¹⁵ *O Estado de S. Paulo*, S. Paulo, 13.08.2002.

¹⁶ Estudo da Competitividade de Cadeias Integradas no Brasil: Impacto das Zonas de Livre Comércio. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 11.12.2002.

¹⁷ *Gazeta Mercantil*, São Paulo, 25/10/2001.

¹⁸ *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 24.09.2002.

¹⁹ Discurso de Lula da Silva no Congresso Nacional, 1.1.2003, *ibid.*, p. 41

²⁰ Pesquisa realizada pela revista *Time*, entre seus leitores, indicara que 67,4 % consideravam os Estados Unidos a maior ameaça à paz mundial, contra apenas 21%, que apontavam o Iraque e 11,6 a Coreia do Norte. "The Biggest Threat To Peace - Which country really poses the greatest danger to world peace in 2003? Time asks for readers' views". *Time* (Europe), 09.01.2003.

²¹ FREIRE, F. Lula critica Bush e diz que norte-americano desrespeitou a ONU. *Folha de S. Paulo*, 18.03.2003.

²² AMORIM, C. A ALCA possível. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 8.7.2003

²³ Ibid.

²⁴ CERVO, A. L. "As lições de Cancun" - Especial para a Agência Brasil.

²⁵ BECKER, E. Western Farmers Fear Third-World Challenge to Subsidies. *The New York Times*, 9.9.2003. Edition - Final , Section A , Page 1 , Column 2.

²⁶ Ibid.

²⁷ ROSSI, C. Estados Unidos fazem ameaças pela ALCA. *Folha de S. Paulo*, 4.10.2003.

²⁸ OLIVEIRA, E. Negociador brasileiro diz que Alca pode não sair do papel. *O Globo*, 21.10.2003.

²⁹ “Trata-se de pedido de medida liminar formulado em sede de Ação Cautelar Inominada atentada pelo Ministério Público Federal, em desfavor da União Federal, no intuito de que seja determinado à Requerida que faça gestões junto às autoridades norte-americanas para excluir os brasileiros da obrigatoriedade de serem fotografados e de deixarem suas impressões digitais ao entrarem e deixarem os Estados Unidos da América — Estados Unidos, bem como que seja exigido dos nacionais norte-americanos, quando entrarem neste país, o mesmo que se está a exigir dos brasileiros que para lá se dirigem, tudo sob o fundamento de que cabe ao Brasil zelar pela aplicação dos princípios constitucionais da dignidade da pessoa humana e da reciprocidade nas suas relações internacionais”. *Revista Consultor Jurídico*, 30 de dezembro de 2003.

³⁰ ROSSI, C. Governo Bush enxerga em Amorim alvo “ideológico”. *Folha de S. Paulo*, 19/11/2003

³¹ “Dá para ser em 2004. O ministro das Relações Exteriores diz que é possível um acordo sobre a Alca ainda neste ano, mas, se os Estados Unidos forcarem demais, as coisas param”. Entrevista do chanceler Celso Amorim. *Veja*, 28.1.2004.

³² Ibid.

³³ *Clarín*, Bs. Aires, 7.2.2004.

³⁴ *La Nación*, 7.2.2004

³⁵ “Dá para ser em 2004. O ministro das Relações Exteriores diz que é possível um acordo sobre a Alca ainda neste ano, mas, se os Estados Unidos forcarem demais, as coisas param”. Entrevista do chanceler Celso Amorim. *Veja*, 28.1.2004

³⁶ ROSSI, C. Reunião de Puebla termina em impasse e deve ser retomada em março para tentar acordo mínimo. *Folha de S. Paulo*, 8.2.2004; SOTERO, P. Estados Unidos acusam Mercosul por fracasso em Puebla. *O Estado de S. Paulo*, 8.2.2004.

³⁷ Apenas seis países dominavam a tecnologia de ultracentrifugação: Rússia, China, Japão, e um consórcio europeu (Urenco) formado por Holanda, Alemanha e Inglaterra – consórcio esse que abastecia as usinas Angra I e Angra II. Em verdade, o Brasil, desde 1987/88, já dominava o processo de enriquecimento de urânio, por meio da ultracentrifugação, tecnologia transferida da Alemanha através dos cientistas e técnicos brasileiros, que lá foram treinar, de conformidade com o Protocolo Industrial, adendo ao Acordo Nuclear Brasil-Alemanha, firmado ao tempo do governo do presidente Ernesto Geisel.

³⁸ A produção de combustível é a etapa mais importante no domínio da tecnologia nuclear. Para obtê-lo, as usinas de enriquecimento de urânio utilizam a técnica da difusão gasosa ou da ultracentrifugação. Ao negociar o acordo com a Alemanha, nos anos 70, o Brasil tentou garantir a transferência da tecnologia de ultracentrifugação, mas a Urenco e os Estados Unidos se opuseram. O Brasil, então, aceitou a alternativa da tecnologia *jet-nozzle*, constante oficialmente do Acordo Nuclear com a Alemanha. Em 1978, o almirante Othon L. P. da Silva propôs e o Ministério da Marinha aceitou desenvolver ultracentrífugas para enriquecimento do urânio existente ao Brasil e a primeira operação realizou-se quatro anos mais tarde, com ultracentrífuga integralmente idealizada, projetada e construída no Brasil. Em 1991, entrou em operação um módulo de cerca de 500 ultracentrífugas, com capacidade para produzir 280 quilos/ano de urânio com enriquecimento inferior de 5%. Esse teor era superior ao necessário para o combustível da usina nucleares de Angra dos Reis e atendia às necessidades de um reator naval, em desenvolvimento, o

qual utilizaria cerca de seis toneladas de urânio a 5% e permitiria a construção de um submarino nuclear, a operar em um prazo de dez anos. A propulsão nuclear não era classificada pela Aiea uma aplicação bélica. Nos anos 80, foi construído o primeiro módulo da Usina Experimental em Aramar, São Paulo, e, durante o governo do presidente José Sarney, o Brasil uniu-se à Argentina e criou uma agência binacional para fazer inspeções nos padrões da Aiea. Depois, Collor de Mello incluiu a Aiea no acordo, permitindo-lhe o controle direto do urânio enriquecido produzido - salvaguardados segredos comerciais e tecnológicos.

³⁹ SLEVIN, P. Brazil shielding uranium facility. *The Washington Post*, 4.4.2004.

⁴⁰ Ibid.

⁴¹ Brasil y la política nuclear. *La Nación*, Buenos Aires, 7.4.2004

⁴² Ibid.

⁴³ SILVA, O. L. P. da. Washington não quer a Usina de Resende. *O Globo*, Rio de Janeiro 10/03/2004.

⁴⁴ Ibid.

⁴⁵ Committee Holds Hearing to Review Agricultural Trade Negotiations – News from the House Agriculture Committee. U. S. House of Representatives – Committee on Agriculture. Bob Goodlatte, Chairman. Disponível em : <http://agriculture.house.gov/press/108/pr040428.htm>

⁴⁶ ROHTER, L. Brazilian Leader's Tippling Becomes National Concern. *The New York Times*, 9.5.2004.

⁴⁷ Ibid.

⁴⁸ KRAMER, D. Reação excede a carência de fatos. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 11.5.2004.

⁴⁹ Quadros não renunciou à Presidência porque tivesse o hábito de consumir bebidas alcoólicas e sim porque pretendeu dar um golpe, criando um impasse institucional para obter a soma dos poderes legislativos. Ele, Quadros, pretendia constituir-se como alternativa para a junta militar que ele próprio sugerira, para evitar a investidura no cargo do vice-presidente João Goulart. Vide BANDEIRA, M., 1961, p. 11.

⁵⁰ Echan de Brasil a un periodista de EEUU. *La Nación*, Buenos Aires, 12.5.2004.

⁵¹ “The CIA role in the US propaganda programme is determined by the official division of propaganda into three general categories: white, grey and black. White propaganda is that which is openly acknowledged as coming from the US government, e.g., from the US Information Agency (USIA); grey propaganda is attributed to people or organization who do not acknowledge the US government as source of their material and who produce the material as if it were their own; black propaganda is unattributed material, or it is attributed to a non-existent source, or it is false material attributed to real source. The CIA is the only US government agency authorized to engage in back propaganda operation, but it shares the responsibility for grey propaganda with other agencies such as USIA. (...) The vehicles for grey and black propaganda may be unaware of their CIA or US government sponsorship. (...) Thus editorialists, politicians, businessmen and others may produce propaganda, even for money, without necessarily knowing who their masters in the case are”. Agee, 1975, pp. 70-71.

⁵² *Newsweek*, 24 de novembro de 2003.

BOLÍVIA, 1964 – OS MILITARES TAMBÉM GOLPEIAM

Everaldo de Oliveira Andrade*

Resumo

O texto busca aproximações e relações entre os golpes militares no Brasil e na Bolívia em 1964. Para isso relaciona os dois momentos com os desdobramentos de uma estratégia comum dos EUA para a América Latina pós-revolução cubana de 1959. No caso da Bolívia, também são examinadas as raízes históricas do militarismo no país desde a Guerra do Chaco (1932-1935) e a Revolução de 1952, e a resistência operário-popular aos militares.

Palavras-chave

Bolívia; militares; golpe de 1964; segurança nacional; Revolução Boliviana de 1952.

Abstract

The text searches for approaches and relations between the military coups in Brazil and Bolivia in 1964. For this purpose it establishes relations between the two moments with unfoldings of a common strategy of U.S.A. for Latin America after-Cuban revolution of 1959. In the case of Bolivia are also examined the historical roots of the militarism in the country since the War of the Chaco (1932-1935) and the Revolution of 1952, and the popular laboring resistance to the military.

Key-words

Bolivia; military; coup of 1964; national security guard; Bolivian Revolution of 1952.

Os Estados Unidos e a segurança nacional

A doutrina de segurança nacional teve um papel importante na condução de grande parte das ditaduras militares da América Latina e na política de intervenção dos Estados Unidos. Uma das características centrais da doutrina de segurança continental norte-americana após a Segunda Guerra e, em particular, após a vitória da Revolução Cubana, em 1959, foi combater não apenas as formas de “antiamericanismo”. A própria neutralidade de países da América Latina passava a ser vista como adversa aos interesses dos EUA. Assim, não apenas o “comunismo”, mas as políticas “nacionalistas” e as teses do nacional-desenvolvimentismo passaram a ser encaradas como contrárias aos interesses ianques. Desenvolve-se a concepção de que a política internacional seria uma questão de “política interna” dos EUA e a região mais próxima – a América Latina – deveria ser objeto de uma preocupação e atenção maiores.¹ Como parte central dessas orientações, o militar latino-americano ganhou destaque na estratégia de defesa continental, como se atesta em um debate no Senado dos Estados Unidos, em 1962, sob a fala de um senador:

Nossos programas deveriam dar maior ênfase ao treinamento, ajuda técnica e educação do pessoal militar. Os Estados Unidos deveriam encorajar a utilização de recursos militares latino-americanos para o apoio de objetivos econômicos e sociais, tanto quanto possível paralelamente ao desempenho de suas missões de segurança.²

Essas ações representavam apenas parte de toda uma reorientação estratégica para a região. O aparelhamento e a doutrinação das Forças Armadas latino-americanas sob supervisão dos Estados Unidos, longe de profissionalizar os militares, tornou-os cada vez mais politizados.³ Isso deu às corporações militares vantagens ante outras instituições políticas nacionais, como coesão, renda relativamente superior às médias nacionais e relações sociais privilegiadas, que preparavam as condições para torná-los em poucos anos forças auxiliares de ocupação militar em seus próprios países. Foram criados programas específicos de doutrinação política anticomunista para os militares latino-americanos, ganhando grande impulso com a administração Kennedy⁴.

O aspecto geopolítico da doutrina de segurança nacional não deve, assim, de nenhuma forma, ser menosprezado. Como destacou Octavio Ianni:

A doutrina de segurança hemisférica implicava interdependência econômica, política e militar. Ou melhor, o caráter da supremacia dos Estados Unidos na América Latina, assim como o caráter dos interesses dos governantes dos países do hemisfério compreendiam a doutrina de segurança nacional. Implicavam os desenvolvimentos políticos, econômicos e militares das relações de dependência destas nações segundo as razões dos governos dos Estados Unidos.⁵

Segundo Guido Vicário, com a doutrina de segurança nacional “passa-se, em essência, do conceito de que a defesa da nação se dá em suas fronteiras para outro conceito, que compromete a totalidade da vida nacional para garantir esta defesa”.⁶ Está ligada aos conceitos da geopolítica que buscam uma síntese entre economia, política e estratégia militar, às idéias de segurança hemisférica defendidas por ideólogos do governo dos Estados Unidos e ao combate às ameaças internas de subversão, principalmente após a vitória da revolução cubana em 1959.

Vicário, todavia, faz uma distinção – que merece ser questionada – entre essas doutrinas, usando como exemplos os casos distintos da ditadura brasileira e o regime peruano de Velasco Alvarado:

A fórmula dos teóricos peruanos diz: “a segurança nacional não é outra coisa senão a garantia que um Estado assegura à coletividade de manter a soberania, manter a liberdade de ação e alcançar os objetivos nacionais”. A dos militares brasileiros é a seguinte: “segurança nacional é o grau relativo de garantia que, através de ações políticas, econômicas, psicossociais e militares, o Estado oferece à nação, numa determinada época, para a obtenção e a salvaguarda dos objetivos nacionais, apesar dos antagonismos internos e externos, existentes ou presumíveis”.⁷

Ainda segundo Vicário, essas doutrinas poderiam estar a serviço de nacionalismos tradicionais e teorias de grandeza ou relacionar-se à crítica marxista e assumirem um aspecto anti-imperialista. Sob esse aspecto, as Forças Armadas deveriam ser vistas como instituições com função autônoma nas sociedades latino-americanas, com rituais e mentalidades próprias. Essa interpretação, entretanto, carrega uma série de equívocos. As doutrinas de segurança nacional foram, de fato, coberturas ideológicas para justificar ditaduras militares. Mas, em última instância, o autor não descarta a viabilidade de uma doutrina progressista de segurança nacional, o que o leva a afirmar que os militares teriam preenchido um “vazio político” da “sociedade”, não expressando assim uma crise política de poder de um grupo social dominante. Dessa forma, não há, para esse autor, classes sociais em conflitos de interesse, o que lhe permite dizer que é possível disputar a ideologia das Forças Armadas, já que “os militares assumem as exigências objetivas da sociedade, mas a interpretam de modo variável”.⁸

Florestan Fernandes nos fornece uma análise mais precisa sobre as características da militarização do Estado nesse período, recolocando o exército entre os dispositivos de dominação política do capitalismo:

A ditadura militar surge ou está surgindo, em sua nova forma, como um mecanismo de autodefesa política de uma complexa situação de interesses, criada pelo capitalismo dependente, num

período de crise e reorganização da América Latina. O exército não é um agente político, que trabalhe para si próprio (como uma categoria social) ou para um setor particular da sociedade (como estrato burocrático das classes médias “tradicionais” ou “modernas”).⁹

Concretamente, a interpretação de Guido Vicário o levaria a afirmar que, no golpe de Pinochet, em 1973, “as intervenções militares e o golpe representaram a expressão de exigências sentidas pelo conjunto da sociedade, chegando a existir o perigo de uma guerra civil”.¹⁰ Pinochet teria expressado um desejo majoritário da sociedade e ainda evitado uma guerra civil? A ideologia da segurança nacional, como toda ideologia, serviu para turvar o lugar do exército, núcleo ou aparelho de repressão central do Estado burguês. A revolução de 1952 foi um raro momento de desmascaramento ideológico e de acerto de contas dos militares com a história do seu povo.

A revolução boliviana de 1952 e o exército

Entre 9 e 11 de abril de 1952, uma insurreição de massas derruba o governo Hugo Ballivian, representante dos grandes magnatas das minas de estanho da Bolívia. O exército é praticamente destruído, em sangrentas batalhas nas principais cidades, por improvisadas milícias de operários e camponeses. O MNR (Movimiento Nacionalista Revolucionario) assume o poder, com Paz Estenssoro. Buscando erguer seus próprios órgãos de poder, o movimento operário funda a COB (Central Obrera Boliviana), a partir da iniciativa de militantes trotskistas. Em agosto, por pressão das massas, as grandes empresas mineradoras são nacionalizadas. Em 1953, multiplicam-se ocupações de fazendas, obrigando o MNR a iniciar a reforma agrária.¹¹

A mobilização revolucionária de abril de 1952 debilitou o exército nacional tão seriamente, a ponto de se terem levantado sérias ameaças a sua existência como instituição. Os dirigentes da COB propuseram a total dissolução do exército regular e a constituição de um exército popular, formado pelas milícias armadas de mineiros e camponeses. A massa de soldados diluiu-se com suas armas entre as milícias improvisadas dos revolucionários, do povo em armas. O militarismo da década de 1940, que tornara o exército uma máquina assassina contra as massas trabalhadoras – de que o exemplo mais eloquente fora o massacre dos mineiros de Catavi em 1942 –, voltava-se agora contra ele mesmo. O exército começou a ser destruído desde o seu interior.¹² A ameaça desestabilizadora das milícias operárias fez os governos do MNR começarem a rearticular e rearmar as Forças Armadas regulares nos primeiros meses de 1953. Buscando inicialmente não se chocar com as expectativas das

massas, desde o governo, foi difundida a idéia de que um novo exército estaria se formando, segundo o MNR, para orientar-se no fortalecimento dos objetivos da revolução, desvinculando-se completamente de suas antigas tradições elitistas e oligárquicas.¹³

Como tentativa de mudar as características do exército, de forma a atender mesmo que limitadamente às pressões da ala esquerda do governo do MNR, estabeleceu-se como um dos objetivos transformar o perfil social da oficialidade para aproximá-la dos setores populares. Partia-se de um pressuposto, que depois revelou-se totalmente falso, de que haveria uma identidade entre a origem social e as atitudes políticas dos militares. Assim, uma das medidas procurava diminuir as barreiras sociais à carreira militar, impondo cotas ao ingresso no Colégio Militar (30% para filhos de operários, 20% filhos de camponeses, 50% filhos das classes médias, base social do MNR).

No período de Siles Suazo na presidência (1956-1960), o MNR introduz modificações sobre a doutrina do papel do exército. Passa-se a dar ênfase ao discurso sobre seu papel como defensor da soberania e dos interesses nacionais. A mudança do discurso preparava um novo lugar para o exército, que logo reassumiria abertamente seu tradicional papel de instrumento a serviço das classes dominantes.¹⁴ Siles passa a utilizar os militares contra os movimentos sociais: esmaga greves de mineiros e ataca milícias camponesas ainda mobilizadas, tornando seu governo cada vez mais dependente dos militares e distante dos setores sociais que apoiaram a revolução e o MNR.¹⁵

No bojo das medidas de reorganização do exército, a partir de 1961, institui-se a “ação civil das Forças Armadas”, destinada a aproximar os militares das populações pauperizadas, a partir da realização de obras e melhorias de infra-estrutura. Essas iniciativas, ao mesmo tempo que buscam criar um contraponto ao crescente distanciamento da cúpula do MNR dos movimentos sociais, tentam criar uma prática despolitizada para os militares. Como já destacamos, o contexto posterior à revolução cubana e à pressões dos Estados Unidos também agiu fortemente na implantação dessas ações. Porém, essa medida provocou um efeito contrário ao que se esperava em relação à despolitização dos militares. A profissionalização das Forças Armadas bolivianas não as afastou da vida política nacional como poderia supor inicialmente. As iniciativas civis dos militares incitaram à sua participação política, permitindo que se criasse uma teia de clientelismo entre os militares e as lideranças camponesas atendidas pela “Ação Cívica”. Esse é o principal fator originário do pacto militar-camponês após o golpe de 1964.

O fortalecimento e a ampliação das atividades a cargo das Forças Armadas se expandiram ainda mais. Uma Lei de 1963 modificava as atribuições das Forças Armadas e passava a permitir que o exército exercesse a função de polícia e segurança interna. Essa medida expressava o grande desgaste dos governos do MNR em relação aos movimentos sociais

operários e populares, que tradicionalmente os apoiavam. O exército tornava-se, de maneira crescente, o suporte político e social que começava a faltar aos governos do MNR.¹⁶ As eleições presidenciais de 1964 representaram, de maneira dramática, essa nova situação. Victor Paz Estensoro candidatou-se à presidência, incorporando como candidato a vice o general René Barrientos, depois de afastar Juan Lechín – mais importante líder sindical do país – da mesma pretensão. Era o sinal de que as bases sociais do regime haviam mudado completamente de posição.

O fortalecimento do exército boliviano ganhou novos contornos com a presença cada vez mais preponderante dos Estados Unidos. A partir desse período, os governos do MNR vão se alinhar de forma crescente às diretrizes do governo dos Estados Unidos. A política norte-americana procurava deter a crescente influência da revolução cubana de 1959 e instalou um novo tipo de profissionalismo no exército, baseado na doutrina de segurança interna.¹⁷ A doutrina de ação cívico-militar era compatível com o papel dado pelo MNR às Forças Armadas, como assinalou Charles Corbett. Isso facilitou o incremento das ajudas militares dos Estados Unidos, que passam de 1 milhão de dólares em 1958 para 3,2 milhões em 1964, além do treinamento de oficiais bolivianos no Fort Bragg.¹⁸ A ajuda aumentou durante todos esses anos, diminuiu substancialmente nos governos dos generais Ovando (1969-1970) e José Torres (1970-1971), defensores de uma política externa mais independente da esfera norte-americana, e continuou a aumentar no governo do general Hugo Banzer (1971-1978).

O exército e o MNR

A identidade política entre a alta oficialidade do “novo exército” e as orientações políticas e ideológicas do governo do MNR eram em grande parte aparentes. De fato, um setor do exército procurou reconstruir a corporação militar – humilhada e desmoralizada pela revolução –, de forma a preservar parte de sua autonomia relativa ante o MNR. As Forças Armadas, embora possam ser analisadas como um corpo quase fechado – uma corporação estatal –, não são, de forma alguma, impermeáveis às mobilizações sociais e às influências políticas nacionais e internacionais. Além disso, como uma corporação, possui filtros às mensagens e iniciativas externas e à situação da luta social. No caso boliviano, como afirmou Jean Pierre Lavaud, grande número de oficiais da época do MNR no poder teriam se filiado apenas taticamente ao partido do governo, como forma de preservar e reforçar a corporação.¹⁹

O elitismo, a disciplina e a lealdade à instituição militar terminaram por favorecer uma identificação dos oficiais, independentemente de sua origem social, com a elite dominante.

Como destacou Pierre Lavaud: “As forças armadas estão atravessadas por correntes políticas civis e seus chefes se encontram vinculados com os líderes dos partidos e das associações párapolíticas.”²⁰ As Forças Armadas são, como instituição, o núcleo central do Estado controlado pela burguesia e, em última instância, é sob o comando direto desta ou de seus interesses materiais que ele age.

O exército boliviano de que falamos possuía algumas particularidades históricas. Uma revolução social colocou em questão sua existência como corporação. A formação da oficialidade que estará no poder nos anos posteriores à revolução de 1952 incorpora de uma forma singular e contraditória a experiência histórica desse período. Falamos de um exército que reflete as debilidades econômicas e sociais do país, um exército profissional, mas que possui dificuldades para elaborar uma doutrina militar própria. Esse fato tem uma grande importância. As correntes ideológicas e políticas do país e do exterior possuem espaço para se amplificarem entre os militares.

Uma corrente nacionalista, cuja origem remonta à Guerra do Chaco, deitará profundas raízes entre os oficiais. Os generais David Toro e German Busch, nos anos da década de 1930, e o coronel Gualberto Villarroel, nos anos 1940, tornaram-se símbolos das oscilações nacionalistas. A revolução de 1952, dirigida pelo MNR, auxiliou, por meio da ideologia nacionalista, a recomposição das armas regulares. Os partidos nacionalistas e socialistas bolivianos ganham simpatizantes nas casernas, embora não com a mesma intensidade e grau que as doutrinas formuladas pela política exterior dos Estados Unidos. Esse fato – aliado principalmente às pressões dos movimentos sociais organizados – está na raiz das oscilações ideológicas que perpassam a oficialidade boliviana e, principalmente, a massa de soldados, sem que seu papel como instituição de defesa do Estado e aparelho de repressão perca sentido.

O golpe militar de 1964

O período de governos do MNR alçados com a revolução de abril de 1952 terminou brutalmente com o golpe de Estado de 4 de novembro de 1964, liderado pelo general René Barrientos, vice-presidente do país e egresso das fileiras do próprio MNR.

O golpe, embora fosse uma operação de controle militar, teve amplo apoio civil, que refletia a desagregação do núcleo original do MNR. Entre muitos setores militares mais conservadores, o golpe foi visto como um acerto de contas entre civis e militares do MNR, como expressaram as palavras de um autor da época:

A luta entre partido e exército foi concluída. Venceram os militares recuperando para sua instituição a independência e a hierarquia esquecidas pela revolução. Os membros do poder armado na Nação não puderam marchar encadeados ao Partido e ainda que submetidos ao mesmo por vários anos, logram em 4 de novembro derrubar seus opressores, seus servilizados e os que pretendiam manter a organização representativa da República como uma manada de carneiros (...).²¹

Barrientos foi apoiado por uma ala do MNR, liderada por Siles Suazo, além de outros partidos como o PRIN, de Juan Lechín, o PRA (Partido Revolucionário Autêntico), o PDC (Partido Demócrata Cristão) e as forças já tradicionalmente contrárias ao regime do MNR, como o partido de extrema direita FSB (Falange Socialista Boliviana) e Partido Liberal, que formaram um “Conselho Democrático do Povo”.²² O volúvel dirigente Juan Lechín chegou a ser levado nos braços de uma multidão ao palácio para saudar os golpistas.

No novo governo, envolveram-se vários partidos, como o PSD (Partido Social Democrata), PDC, PIR e que formam a FRB (Frente de la Revolución Boliviana), em 16 de dezembro de 1965, para preparar a disputa das eleições,²³ todos pequenos agrupamentos em torno de personalidades isoladas, agora agrupados. Barrientos impulsionou ainda um braço civil do regime, o MPC (Movimiento Popular Cristiano), buscando uma base civil própria de articulação política.

As iniciativas da ditadura militar apoiavam-se internamente num pacto, que se estabeleceu entre os militares e as principais organizações camponesas do país nos últimos anos dos governos do MNR, produto da “Ação Cívica” das Forças Armadas. O chamado pacto militar-camponês deu uma sustentação de massas aos militares, o que lhes permitiu enfrentar e neutralizar o sindicalismo mais mobilizado com relativo êxito. O pacto militar-camponês tratava de nivelar os opositores com suborno e perseguições aos dirigentes que insistissem em se manter independentes.²⁴

Externamente, o apoio ao golpe foi ainda mais importante. O governo de Barrientos, além de atacar as limitadas conquistas democráticas do regime iniciado em 1952, estreitou ao máximo os laços de dependência com os Estados Unidos, demonstrando que o principal apoio político do governo militar encontrava-se de fato fora das fronteiras nacionais do país. Esse apoio torna-se explícito nas eleições de 3 de julho de 1966, respaldadas pela OEA²⁵ e que foram destinadas a legitimar a ditadura militar.²⁶

Entre as primeiras medidas tomadas por Barrientos, foi ressuscitada a reacionária Constituição de 1945, escrita sob o domínio das oligarquias do estanho. O governo dá início a um período de reação violenta contra os movimentos sociais organizados. Os decretos de maio de 1965 rebaixam em 40% os salários dos mineiros e reorganizam a Comibol (Corporación Minera de Bolivia).

A resistência ao golpe

A resistência ao novo governo partiu de diversos pólos e foi tratada de maneira selvagem pelos militares. Um efêmero Comitê Revolucionário do Povo foi formado unificando diferentes tendências políticas oposicionistas logo após o golpe de 4 de novembro, sem que conseguisse se consolidar. A COB, quase de imediato, retirou-se desse organismo.²⁷ A ação dos mineiros ganhou força após os brutais ataques aos seus direitos desencadeados por Barrientos. Em maio de 1965, eles saíram às ruas em mobilizações que abriram uma combativa greve geral, que se irradiou dos centros mineiros para La Paz. Como parte desse momento de atividades, os operários das fábricas da região de Pura Pura também se mobilizam e reivindicam liberdade aos dirigentes da COB e melhorias salariais. As lutas sociais começavam a retomar a iniciativa e os dispositivos militares se reorganizam para enfrentá-las.

Novas medidas repressivas são tomadas em junho de 1965. Proíbem-se as reuniões sindicais nos locais de trabalho e o posicionamento dos sindicatos sobre problemas políticos nacionais.²⁸ Mas a resistência dos mineiros se intensifica, demonstrando a ousadia dos trabalhadores para enfrentar o governo militar e defender suas condições de vida. Um dos acontecimentos mais eloqüentes ocorreu em 18 de setembro de 1965, quando cerca de 200 mineiros atacaram a sede da polícia de Llallagua com dinamites para tomar armas. O exército foi obrigado a se deslocar da cidade próxima a Catavi para reprimi-los, porém, outro contingente mineiro atacou o próprio quartel das tropas. Em todos esses combates, morreram 82 pessoas e 200 ficaram feridas, em sua maioria mineiros.²⁹

Como consequência, várias lideranças políticas são perseguidas, presas e exiladas. Juan Lechín, apesar de inicialmente ter apoiado o golpe, é exilado no Paraguai. Milhares de mineiros são demitidos e as tropas militares passam a ocupar, de forma permanente, as minas, até então núcleos principais de resistência e mobilização oposicionista. A COB, os sindicatos e os partidos de oposição são postos na ilegalidade. A sede da COB é ocupada pelo exército e a realização de greves é proibida pelo decreto.

Um grupo de partidos de esquerda articula-se como Codep – Consejo Democrático del Pueblo – e lança um manifesto em 31 de dezembro de 1965 para “lutar contra a opressão militar e com o propósito de conseguir o exercício pleno da democracia”. Composto pelo PRIN, o MNR (setor Alderete), PCML, grupo Espártaco e POR – Vargas – , chamou à abstenção nas eleições de julho de 1966.³⁰ Durante o ano de 1966, a partir da articulação dos trabalhadores em fábricas, se constituirá um “Comitê de Defesa dos Trabalhadores” para

cobrir a ausência da COB, que estava proscria, e o controle governamental sobre os sindicatos.³¹ Nas minas ocupadas, organizavam-se sindicatos clandestinos sob duríssimas condições.³²

Barrientos é proclamado presidente nas eleições de 1966, apoiado pela “Frente da Revolução Boliviana”. No discurso de posse, ele esclarece seu conceito de revolução: “Disse e mantenho que agora o impulso renovador da nação boliviana se fará sob o signo cristão: defendemos a revolução dentro da ordem, ainda que aparentem ser termos antitéticos; a revolução com responsabilidade, a revolução das idéias, dos métodos, das mudanças estruturais...”.³³ O governo tem a audácia de destacar o caráter democrático e livre do pleito, tendo sob os pés exílios, prisões e assassinatos de adversários políticos.³⁴

O massacre de San Juan e a guerrilha de Che

As mobilizações dos mineiros contra as medidas de Barrientos ocorreram no mesmo período que a guerrilha de Che Guevara agia no país. De março a outubro de 1967, a guerrilha agiu isoladamente na região oriental da Bolívia. Che entra no país em novembro de 1966 e a CIA³⁵ alerta o governo boliviano quatro meses depois.³⁶ A guerrilha era uma ação de efeitos políticos internos muito mais perigosos do que propriamente uma ameaça militar. A guerrilha, embora isolada no Oriente, interage politicamente com a mobilização dos mineiros. Os mineiros, por exemplo, aprovam na clandestinidade a doação de um dia de trabalho para ajudar a guerrilha. Na mina Siglo XX, os mineiros declararam “território livre”. O panorama das lutas sindicais e populares mudara completamente de fisionomia.

Esses movimentos colocam em alerta todo o governo militar. Barrientos reage e decreta estado de sítio.³⁷ No dia 3 de junho de 1967, é decretada uma greve de 24 horas em Catavi e Siglo XX, para que se organizasse uma passeata em direção a cidade de Oruro. Um trem é tomado e lotam-se dez vagões. Interceptados no caminho, os mineiros decidem se dirigir para a mina de Huanuni, onde, em assembléia (6 de junho), declaram os distritos mineiros “territórios livres” e arrecadam fundos para a guerrilha. A euforia contagia o movimento, dirigentes clandestinos dos mineiros preparam uma reunião para os dias 25 e 26 de junho, a fim de discutir uma pauta de reivindicações.³⁸ As lutas sociais retomam seu movimento.

O alto comando militar decide, então, preparar um ataque militar minucioso e sigiloso para quebrar o coração da mobilização em andamento. As páginas do boletim da FSTMB (Federación Sindical de los Trabajadores Mineros de Bolivia) nos deram um registro marcante do que ocorreu:

Na sangrenta noite de San Juan deram ordens para que em Siglo XX, Catavi e Huanuni, uma soldadesca – provavelmente estimulada pelo álcool – perdesse até o mínimo da solidariedade humana e procedesse a cumpri-las. Foram massacradas selvagemmente crianças, mulheres, anciãos e operários. Frente à História não existe nenhum atenuante para se ter atuado de forma tão inqualificável. Só na mente de um déspota falecido – e na dos co-autores intelectuais – pôde surgir semelhante absurdo.³⁹

Como narrou Gregorio Iriarte:

A noite de San Juan, com seus tradicionais fogos, abundantes ponches e alegres danças populares, oferecia, segundo os incautos estrategistas militares, “condições táticas privilegiadas”, para que seu plano maquiavélico saísse com perfeição. (...) Siglo XX se converteu, como por arte diabólica, na ante-sala do inferno. Sem que ninguém entendesse, o acampamento estava envolto num espantoso tiroteio e a arma de cada soldado vomitava ráfagas de morte em qualquer direção.⁴⁰

(...) No morgue do hospital de Catavi jaziam, estendidos no solo, os novos heróis anônimos. Desta vez o preço do estanho não havia sido cobrado com o preço do sangue dos aguerridos mineiros; era o povo mesmo, representado por suas classes mais humildes, que havia pago um saldo terrivelmente caro e doloroso (...) um total de 26 vítimas, a lista de feridos passava dos 80.⁴¹

A resposta da empresa e do governo seguiu implacável. Foi fechada a mina e foram demitidos todos os 2000 mineiros.⁴² O governo decretou a Lei de Segurança de Estado. O deputado opositor Marcelo Quiroga Santa Cruz foi preso com outros parlamentares e levado para uma base militar na selva amazônica. Desbaratada a resistência dos mineiros, tudo foi concentrado em esmagar os guerrilheiros de Che Guevara, isolados no Oriente.

As forças da guerrilha contavam com 52 combatentes (ELN – Ejército de Libertación Nacional), dentre os quais poucos lograram sobreviver. Che Guevara foi capturado em 8 de outubro de 1967 e assassinado no dia seguinte. O desmantelamento da guerrilha e a morte de Che Guevara tiveram enorme repercussão interna no país.⁴³ Toda uma geração de jovens da pequena burguesia urbana foi atingida por esse fato. O ELN prosseguiu atuando e em 1968 lançou um documento intitulado “Voltaremos às montanhas”. Mas no ano seguinte, Inti Peredo, principal dirigente, é capturado e morto sob tortura, o que desarticulava por um período a organização.⁴⁴

Os mineiros não negaram apoio e solidariedade aos guerrilheiros, todavia utilizaram essa dura experiência para resgatar uma ação política independente de auto-organização e democracia direta da revolução de 1952, anos depois, na Assembléia Popular de 1971. Mais do que isso, a experiência armada não lhes é estranha, mas vem das milícias organizadas pela COB, e isso os distancia da tática do foco guerrilheiro isolado nas selvas. O drama

peçoal de Che Guevara e a derrota militar de seu grupo de companheiros expõem as feridas profundas e os impasses em que se debatiam certas organizações de esquerda na América Latina para abrir uma via ao socialismo. Entre os setores de juventude das classes médias no entanto, a recepção das guerrilhas será diferente, incidindo sobre a formação de novas organizações políticas.

Ditadura militar e bonapartismo

O exército, como expressão concentrada do débil aparato estatal da classe dominante boliviana, estava permanentemente sob pressão de dois pólos. De um lado, o tradicional e combativo movimento sindical e de esquerda do país, com referências históricas na própria revolução de 1952; de outro, os interesses econômicos e políticos da política exterior dos Estados Unidos, amparados por seus aliados no interior.⁴⁵

Jorge Echazú Alvarado combate a tese de que existiria uma ala progressista, nacionalista e democrática nos exércitos latino-americanos – e em particular no boliviano –, como o “torrismo”, ligado ao general Juan José Torres. Para o autor, os militares “converteram-se em classe hegemônica substitutiva já que (...) nenhum agrupamento burguês tem a suficiente força para constituir-se em autêntica classe hegemônica do bloco dominante”.⁴⁶ As medidas nacionalistas do general Ovando Candía (1969-1970), por exemplo, se explicam pela demagogia – que busca mascarar o golpe com uma linguagem progressista – e pelas contradições no seio da classe dominante. Assim, “não existem dois militarismos: um reacionário e outro progressista, senão, propriamente dois aspectos de um mesmo fenômeno”.⁴⁷ Para sustentar sua tese, afirma corretamente que Ovando fez parte do mesmo governo que, com Barrientos, mandou executar Che Guevara, e depois foi Ovando quem reprimiu a guerrilha de Teoponte em 1970, “onde todos os militares tiveram a mesma reação”.⁴⁸ Dessa forma, a única maneira de abordar as contradições no interior das Forças Armadas é sob o critério das contradições de classe, que permite abordar como se dá a oposição, por exemplo, entre os privilégios dos oficiais e a situação dos praças.⁴⁹

Florestan Fernandes analisou com precisão as características gerais dos regimes militares desse período e fornece subsídios para uma abordagem desses regimes e de suas oscilações políticas:

A impregnação tecnocrático-militar do Estado e o funcionamento do governo militarizado são altamente similares em todos os quatro casos (Brasil, Argentina, Bolívia e Peru). O que varia são as funções históricas dos Estados e as identificações políticas do governo militarizado – pois em um plano se configura, em toda a plenitude, a ditadura militar polarizada através da reação e da contra-revolução burguesas; e, no outro, a ditadura militar pretende configurar-se

como uma espécie de bonapartismo acima das classes, polarizando-se através de um nacionalismo revolucionário oscilante (embora, concretamente, tenha tentado medidas exclusivas de “revolução dentro da ordem”, e de “revolução contra a ordem”).⁵⁰

A repressão aos movimentos sociais torna-se um complemento da política econômica de abertura às grandes multinacionais para exploração dos recursos do país. As propostas de caráter nacionalista e aberturas democráticas correspondem a momentos de rearticulação e ofensiva política do movimento operário e popular. Se Barrientos e, depois, o general Hugo Banzer estão totalmente dispostos para a colaboração com os Estados Unidos e a ampla abertura econômica aos capitais estrangeiros, Ovando e Torres realizam tentativas de diversificação das relações econômicas com outros países fora da esfera de dominação norte-americana, refletindo as pressões do movimento operário e popular do país. É nesse sentido, somente, que se evidenciam diferenças entre as duas alas do exército, tanto quanto à política exterior como em relação às liberdades democráticas. De fato, correspondem a oscilações bonapartistas de um mesmo regime, que responde à capacidade de ação política dos movimentos sociais dirigidos pelos núcleos operários e às reações do imperialismo.

Conclusões

Se podemos traçar uma identidade comum entre as ações golpistas no Brasil e na Bolívia em 1964, ela se encontra em grande parte na estratégia política e econômica traçada desde os Estados Unidos, de reação à revolução cubana de 1959 e aos primeiros sinais de crise econômica.

O regime do general Barrientos e sua política econômica correspondem às perspectivas traçadas desde Washington. O golpe militar em 1964 impôs ao país uma guinada sem limites em favor dos interesses dos Estados Unidos no país. Na Bolívia, a ação do governo militar, a partir de 1964, buscou inicialmente retomar os principais centros de produção mineral, que são postos sob intervenção militar. Os salários dos trabalhadores são brutalmente rebaixados. Ao mesmo tempo, essa política em relação aos trabalhadores correspondia a uma ampla abertura da economia nacional aos capitais norte-americanos. Novas concessões de exploração de jazidas minerais são transferidas para multinacionais dos Estados Unidos. Em 1967, as empresas mineiras privadas já representavam 24% da produção mineral do país. Em 1969, os bancos estrangeiros norte-americanos já controlavam 58% dos depósitos financeiros nacionais. No período entre 1965 e 1968, enquanto os investimentos em capital estrangeiro somavam US\$ 27,7 milhões, o capital repatriado chegou a US\$ 320 milhões. Também em 1968, a empresa norte-americana de petróleo Gulf Oil contro-

lava 187 milhões de barris de petróleo em reservas ante 33 milhões da estatal boliviana.⁵¹ O regime do general Barrientos entregou os setores mais rentáveis da economia nacionalizada para empresas estrangeiras, praticamente retornando à situação anterior à revolução de 1952, de saque sistemático dos recursos naturais e humanos do país.

O reordenamento político e econômico continental implicava retomar conquistas sociais das classes trabalhadoras e elementos de soberania nacional arrancados pelas nações no período pós-Segunda Guerra. Assim, o novo ajuste político, econômico e militar foi imposto nos anos seguintes pelo governo dos EUA, sob o impacto de novos conflitos políticos e sociais. As medidas tomadas sob pressão popular pelos governos do MNR após a revolução de 1952, bem como as iniciativas de Goulart no Brasil, constituem-se em obstáculos. As burguesias latino-americanas, alinhadas à estratégia norte-americana, passam a colocar em questão, sob o peso das pressões imperialistas, os regimes semidemocráticos e as políticas nacionalistas de desenvolvimento econômico. Dessa forma, a desestabilização econômica foi o contexto de fundo das crises sociais e políticas da época.

A inflexão provocada pela crise econômica internacional que estala em 1971 começou assim a ser preparada nos anos anteriores.

Recebido em março/2005; aprovado em maio/2005

Notas

* Doutor em História Econômica pela FFLCH-USP, professor na Universidade de Guarulhos.

¹ IANNI, O. *Imperialismo na América Latina*. 2 ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1988, pp. 84-85.

² Notas apresentadas pelo senador Gruening, em 21 de agosto de 1962, "Congressional Record", p. 14414. Citado por IANNI, op cit, p. 88.

³ IANNI, op cit, pp. 91/93.

⁴ ROUQUIÉ, A. *O Estado militar na América Latina*. São Paulo, Alfa-Ômega, 1984, pp. 156-168.

⁵ IANNI, op. cit, p. 31.

⁶ VICARIO, G. *Militares e política na América Latina*. Rio de Janeiro, Civilização brasileira, 1979, p. 26.

⁷ IDEM, op. cit, pp. 38-39.

⁸ Ibid., p. 33.

⁹ FERNANDES, F. *Circuito Fechado*. 2 ed. São Paulo, Hucitec, 1977, p. 105.

¹⁰ VICARIO, op. cit, p. 33.

¹¹ Cf. ANDRADE, E. de O. *O POR e a revolução boliviana de 1952*. Dissertação de mestrado em História Econômica, apresentada à FFLCH-USP. São Paulo, 1996.

¹² “O militarismo perece pela dialética de seu próprio desenvolvimento (...) toda a organização e o método de combate dos exércitos, e, portanto, a vitória e a derrota, se mostram dependentes das condições materiais, ou seja, econômicas, do material humano e do armamento, portanto, da qualidade e da quantidade da população bem como da técnica.” ENGELS, F. “O papel da violência na História”. In: MARX, K.; ENGELS, F. e LÊNIN, V. *Escritos Militares*. São Paulo, Global, 1981, pp. 151-160.

¹³ CORBETT, C. D. *The Latin America military as a socio-political force: case studies of Bolivia and Argentina*. Miami, Coral Gables, 1972, pp. 26-28.

¹⁴ *Ibid.*, pp 30-32. É de se destacar que, ao lado do papel repressivo que caracterizou o exército, como produto da derrota do exército boliviano na Guerra do Chaco (1932-1935), um setor de militares nacionalistas assumiu o poder entre 1936-1939 (gal. David Toro e gal. German Busch) e depois Gualberto Villarroel nos anos 1940. Esses militares tornaram-se referências para um setor de militares não alinhados diretamente aos interesses dos EUA. Posteriormente, entre 1969 e 1971, os generais Ovando Candia e Juan José Torres retomarão em parte o discurso nacionalista desde o interior do exército.

¹⁵ *Ibid.*, pp. 33-34.

¹⁶ CORBETT, op. cit, pp. 35-39.

¹⁷ Segundo Guillermo Lora, a fragilidade do regime boliviano em forjar uma doutrina militar nacional própria correspondente aos propósitos que orientavam inicialmente o chamado “nacionalismo revolucionário” do MNR, deram ampla margem para que doutrinas militares norte-americanas ganhassem espaço na oficialidade boliviana. As idéias nacionalistas e populares teriam tido uma influência penetrante, porém mais difusa, no interior da corporação militar Cf. LORA, G. *De la Asamblea Popular al golpe de 21 de agosto*. La Paz, Isla, 1978 , pp. 55-252 (Obras Completas, tomo 28).

¹⁸ CORBETT, op cit, p. 35.

¹⁹ LAVAUD, J.-P. *El embrollo boliviano*. La Paz, Cesu-IFEA-Hisbol, 1998, pp. 93-94.

²⁰ *Ibid.*, p. 123.

²¹ RIOS REINAGA, D. *Civis y militares en la revolución boliviana*. La Paz, Difusión, 1967, pp. 141-142.

²² SANDOVAL RODRIGUES, I. *Nacionalismo en Bolivia (ensayo político-histórico)*. La Paz, Burillo, 1970, p. 239.

²³ RIOS REINAGA, op. cit., pp. 172-173.

²⁴ ENCINAS, E. et alii. *Jinapuni – Testimonio de un dirigente campesino*. La Paz, Hisbol, 1989, pp. 91-92.

²⁵ BAPTISTA GUMUCIO, M. *Breve Historia contemporânea de Bolivia (1930-1976)*. La Paz, Gisbert, 1976, p. 263.

²⁶ Em 1967, o regime adere formalmente ao FMI e, em fevereiro de 1968, é permitida a exportação de gás pela Gulf Oil, multinacional norte-americana.

²⁷ BAPTISTA GUMUCIO, op. cit., p. 259.

²⁸ SANDOVAL RODRIGUES, op. cit., pp. 253-254.

²⁹ IRIARTE, G. *Los mineros, sus luchas, frustraciones y esperanzas*. La Paz, Puerta del Sol, 1983, pp. 151-152.

- ³⁰ LORA, G. *Contribución a la Historia Política de Bolívia (Historia del POR)*. La Paz, Isla, 1978, vol. 2, pp. 406-409.
- ³¹ DELGADILLO TERCEROS, W. *Fabriles en la Historia nacional*. La Paz, UMSA-Ilais, 1992, pp. 147-148.
- ³² BARROS FILHO, O. de. *Bolivia: vocação e destino*. São Paulo, Versus, 1980, pp. 102-103.
- ³³ Citado por RIOS REINAGA, op. cit., p. 187.
- ³⁴ RIOS REINAGA, op. cit., p. 181, defende o caráter livre das eleições e faz uma apaixonada defesa da ditadura de Rene Barrientos.
- ³⁵ A ação da CIA durante o governo Barrientos foi determinante. O cel. Fox, adido militar no país, agiu junto com Barrientos no golpe de 1964. Nos anos seguintes, multiplicaram-se missões militares dos Estados Unidos no país e o envolvimento direto no assassinato de Che Guevara. O caso mais notório foi a confissão pública em 1968 do ministro do interior Antônio Arguedas, de que ele era agente da CIA: GALLARDO, J. *La nación postergada*. La Paz, Amigos del Libro, 1984, pp. 440-445.
- ³⁶ BAPTISTA GUMUCIO, op. cit., p. 268.
- ³⁷ PERICÁS, L. *Che Guevara e a luta revolucionária na Bolívia*. Dissertação de Mestrado em História Econômica, apresentada à FFLCH-USP. São Paulo, 1996, pp. 211-221.
- ³⁸ IRIARTE, op. cit., pp. 155-156 e 159.
- ³⁹ FEDMINEROS. La Paz: 3ª semana, junio, 1970.
- ⁴⁰ IRIARTE, op. cit., p. 157.
- ⁴¹ Ibid., p. 161.
- ⁴² IRIARTE, op. cit., pp. 154-55.
- ⁴³ BAPTISTA GUMUCIO, op. cit., p. 270. CORBETT, op. cit., p. 54.
- ⁴⁴ Entrevista com Antônio Peredo. La Paz, 17/7/2001.
- ⁴⁵ LAVAUD, op. cit., pp. 138-139.
- ⁴⁶ ECHAZÚ ALVARADO, J. *El militarismo boliviano*. La Paz, Liberación, 1988, p. 343.
- ⁴⁷ Ibid., pp. 311-319.
- ⁴⁸ Ibid., pp. 311-319.
- ⁴⁹ Ibid., pp. 335-338.
- ⁵⁰ FERNANDES, op. cit., p. 100.
- ⁵¹ DUNKERLEY, J. *Rebellion en las venas – La lucha política en Bolivia (1930/1976)*. La Paz, Quipus, 1987, pp. 114-117.

A ATUALIDADE DAS PROPOSIÇÕES DE MARIÁTEGUI, UM REVOLUCIONÁRIO LATINO AMERICANO

Zilda Márcia Grícoli Iokoi*

Resumo

Os debates sobre a revolução têm se desenvolvido a partir de polaridades, como a da crise de paradigmas e a pertinência da teoria marxiana. José Carlos Mariátegui, em meados da década de 1910 elaborou, a partir de reflexões sobre a problemática indígena e os dilemas do Peru, um conjunto de análises sobre as relações entre as tradições e a contemporaneidade, díades necessárias ao programa revolucionário. Este artigo procura apropriar-se dessas referências teóricas para projetar alguns caminhos de entendimento da revolução nesta fase de elaboração da cidadania globalizada.

Palavras-chave

Mariáteguismo; mística; revolução; contemporaneidade; história; Peru.

Abstract

The debates about the revolution have been developed from polarities, as of the crisis of paradigms and the relevancy of the Marxist theory. In the middle of the 1910 decade, José Carlos Mariátegui elaborated, from reflections on the indigenous problematic and the dilemmas of Peru, a set of analyses on the relations between traditions and contemporaneousness, dyads necessary to the revolutionary program. This article aims to make use of these theoretical references to project some ways of understanding the revolution during this phase, when the globalized citizenship was being elaborated.

Key-words

Mariátegui; mystic; revolution; contemporaneousness; history; Peru.

José Carlos Mariátegui criou um pensamento original apoiado em uma compreensão profunda sobre as singularidades do passado histórico do continente latino-americano e, de certo modo, alterou a concepção unitária da história que se encontrava, tanto em Durkheim e Weber, como na utopia, meta a ser perseguida na proposição marxista da história. O progresso científico, na trama civilização contra a barbárie, ou o comunismo, etapa superior do desenvolvimento humano, os teóricos do século XIX não puderam conceber diferentes vozes, múltiplos lugares e projetos vários no entendimento dos desígnios da história. Estavam imbuídos do sentido de progresso, da técnica e da ciência, apoiados em metodologias para análise sistêmica e assim, dominados pelo eurocentrismo e pelo cientificismo. Defendiam um sentido e um fim para a história e para a humanidade, cujos valores depreendiam de suas certezas dogmáticas: ciência ou filosofia como religião da humanidade. Esse condicionamento intelectual definiu tanto a historiografia sobre a revolução burguesa, como sua superação, nas determinações estruturais da revolução proletária. Mariátegui, ao contrário, ao escrever sua nota autobiográfica afirmou que: “A partir de 1918, nauseado com a política crioula, voltei-me resolutamente ao socialismo, rompendo com minhas primeiras experiências de literato contaminado de decadentismo e bizantinismo finisseculares em pleno apogeu”.¹

Para o jovem poeta, a existência de um diversificado conjunto de tradições, línguas e costumes no território peruano e na América Latina em geral era forte o suficiente para definir que o projeto sequer fosse enunciado, sem provocar um estranhamento profundo em seus conterrâneos. Ele mesmo partilhava, em sua formação, da cultura híbrida – andina e européia –, sentindo nas profundezas de seu frágil ser a necessidade de rememorar os mitos e as tradições incaicas. Em busca do sentido necessário à sua alteridade, procurava respostas nas indagações dos diferentes grupos étnicos e culturais, em lembranças sobre a resistência contínua às imposições do colonizador europeu, que havia projetado um modelo de desenvolvimento e de futuro apoiado nos processos mercantis e do iberismo.

Debruçado sobre os fundamentos dos mitos originários do Império Incaico, Mariátegui procurou, ao longo de sua vida, encontrar as raízes de um pensar centrado nas relações de alteridade entre quéchuas, aimarás e os espanhóis conquistadores. Para ele, a modernidade introduziu um sentido destruidor dos fundamentos socioculturais anteriores e um processo de desagregação de valores, atestados nas práticas discricionárias oriundas dos conflitos religiosos europeus. Impondo a mentira, as delações e a conversão forçada, inúmeros intelectuais destacaram, nesse processo, o papel do Tribunal do Santo Ofício instalado em Lima e a violência de sua prática intolerante. Os deuses foram mortos e, com eles, contingentes de índios foram transformados em *mitayos* para uma fúria insaciável de minérios que alimentavam as conquistas burguesas e a constituição do mercado mundial.

Também foram alterados os elos parentais dos diferentes grupos, eliminando os ritos mágicos e transformando os rituais fúnebres numa entrega do corpo aos padres para que realizassem, a seu modo, a separação entre mortos e vivos, isolando-os e reprimindo os ritos de passagens necessários à alimentação do devir.²

Esses cortes significavam, no imaginário dessas populações, uma ruptura radical entre a comunidade aldeã, com seu modo de vida coletivo, responsável pelo plantio e pelo abastecimento de todos, e a comunidades maior, voltada para a reafirmação do sagrado, elo entre a vida terrena e os deuses. A relação de reciprocidade apoiava-se em bases concretas, uma vez que a oferenda entregue pelos clãs produtores, armazenadas em Sacsayman, servia também para abastecer os próprios doadores quando algum problema atingisse as comunidades, fossem eles terremotos, secas ou guerras. A noção de circularidade dos tempos históricos estava presente em muitos níveis do vivido, legitimando a idéia de pertencimento das partes a um todo diverso. Sua representação apoiava-se no Deus Sol e na mãe terra (Pacha Mama), cuja fertilidade dependia dessa harmonia entre as diferentes circunstâncias e papéis sociais desempenhados por camponeses, sacerdotes e guerreiros. Ela está descrita nos *quipos*, no significado do milho, grandes espigas de grão branco, no brilho do ouro e da prata, nas águas cristalinas das cachoeiras ou no quadriculado marrom e amarelo das encostas do Vale Sagrado cobertas com cevada e trigo.

Essa presença mítica do sol alimentava corpo e espírito. Era a dádiva da produção, cujo trabalho coletivo realizava-se num *continuum*, sem quebra dos ritos e dos significados. Afinal, dos armazéns do Inca chegavam os alimentos que abasteciam os clãs em diferentes momentos de incertezas registrados nos ciclos de 52 anos do calendário solar, assim como os armazéns eram abastecidos com as doações dos diversos clãs ao Inca. Machu Pichu indica a complexidade dessa sociedade, que se preparava para ocupar o maior centro administrativo numa cidadela fortificada contra as invasões dos conquistadores, que estavam em curso em meados do século XV.

Mariátegui percebeu, desde cedo, que essa reciprocidade, esses laços sociais davam sentido ao sagrado e ao profano, simultaneamente. Não poderia haver estranhamento nessa sincronia, pois, cada componente simbólico tinha vigência concreta no modo de vida dos povos andinos pré-conquista. O processo colonial, ao contrário, provocou a destruição dos símbolos e signos dessa relação recíproca, afastando a população dos ritos mágicos. À perda dos elos identitários somaram-se a dos deuses, da terra, da solidariedade. O caminho da civilização procurava eliminar, nas profundezas, as crenças e as vontades. Mas um forte sentimento de resistência pôde ser mantido, especialmente porque os europeus optaram por desvendar as riquezas desse mundo apropriando-se de suas línguas nativas e saberes. O fato de terem mantido sua própria cultura ante o colonizador, garantiu-

lhes memória e pertencimento: o presente histórico conectava-se com o passado. Estilo de vida e demais aparatos culturais foram úteis nas trocas simbólicas realizadas ao longo do tempo.³

Essas preocupações já estavam presentes no imaginário de José Carlos, quando, em 1919, ele viajou para a Europa. Foi isso que lhe permitiu perceber as distâncias profundas entre seu mundo e o que estava ocorrendo no centro da civilização. Na França, pôde sentir todo o estranhamento ante uma cultura apoiada no racionalismo abstrato. Relacionou-se com muitos intelectuais que teciam discursos teóricos bem elaborados sobre democracia, republicanismo e desenvolvimento econômico. Mas verificou que eles não conseguiam explicar as razões que os levavam ao colonialismo e à violência contra outros povos, como ocorria naquele momento com os argelinos, por exemplo.

Na Itália, ligou-se aos socialistas Arturo Labriolla e Enrico Ferri, sentindo a proximidade dos seus argumentos sobre a situação cultural dos trabalhadores. As idéias reformistas do Partido Socialista italiano, nos primeiros anos da década de 1910, abriam possibilidades de debates entre os proletários de Florença, de Milão e os parlamentares que viviam em Roma. Também eram reconhecidas as divergências e as discussões na Régia Emília. Essa diversidade de propostas e de projetos da esquerda italiana, especialmente estimulada pelo fracasso do projeto de Filippo Turati, estimulava a reflexão de Mariátegui sobre as várias necessidades peruanas, seja do ponto de vista da cidade, seja do movimento operário mineiro, explorado por empresas como a Cerro Pasco Corporation, que havia se tornado um Estado dentro do Estado.

Testemunhos relembram esse momento como o da trágica perda de seus valores materiais e culturais, uma vez que nem os familiares podiam se aproximar dos trabalhadores, já que eles não dispunham de direitos civis como o de ir e vir, nem os direitos políticos primários, como o voto universal. Não podiam sequer se organizar para a obtenção dos direitos sociais, por meio de agremiações e sindicatos.

(...) falar especificamente da história de Quiulacocha significa voltar à idade do Inca. Está absolutamente certo que havia fundições nessa comunidade onde o Inca processou a prata. Quiulacocha vem de duas palavras: Quiula, que significa a gaivota, e o cocha, que significa o lago. Como você pode apreciar, o nome da comunidade faz referência a duas coisas que virtualmente não existem mais. Não há nenhuma gaivota na área agora e o lago está inoperante – por causa da contaminação das minas.⁴

(...) estas terras são a herança que nós recebemos de nossos antepassados, nós não queremos perdê-las por qualquer coisa. Nós queremos recuperar essa área da poluição e preservar o que está a salvo, nossos costumes. Nós somos uma comunidade trabalhando, com uma história, e isto é o que nós queremos deixar para nossas crianças.⁵

(...) antes que os gringos aparecessem, soube-se que esta área era rica em minerais, mas não eram extraídos em uma escala grande. Quando os gringos chegaram, as coisas mudaram e sua presença influenciou em muitas coisas: a área foi cercada e passou a ser de mineração profunda e as comunidades inteiras foram afetadas.⁶

(...) você não ouve muito Quéchuá hoje em dia. Meus pais não o falam muito entre eles mesmos, Penso que meus avós falam mais. Eu penso que é porque o espanhol foi imposto. O espanhol é ensinado nas escolas, não o Quéchuá. Hoje nós lutamos por uma escola bilíngüe, pois falamos em casa, mas não escrevemos. Penso que está acontecendo uma perda. Falam o espanhol em toda parte, no país e em outros países, assim todos sabem que é importante falar o espanhol.⁷

As fugas do sistema prisional criado pela companhia fizeram com que muitos, originalmente camponeses sem terras, se organizassem em movimentos para ocupar as áreas férteis do Vale Sagrado.

A descoberta desses episódios da história do Peru fez com que José Carlos sentisse, com maior responsabilidade, as diferenças entre o que via na Europa e as necessidades peruanas. Aderiu às idéias socialistas. Além delas, a Itália deu a Mariátegui mulher e filho. Estes foram impedimentos que se colocaram entre o jovem e a vontade de ir à Rússia. Seu interesse em verificar a nova realidade pós-revolução indicava sua adesão ao socialismo, mas também seu compromisso com o movimento de resistência peruano. Para ele, era necessário um trabalho de investigação sobre a realidade nacional de acordo com o método marxista. A perda da perna e a crescente dificuldade de visão dificultaram seu processo de trabalho, pois, como autodidata, contava com parte dos estudos realizados no curso de Letras em Lima e nos cursos livres freqüentados em seu período de estada na Europa. Afirmava-se antiuniversitário, especialmente devido ao desprezo pelo academicismo. Ao escrever *Siete ensayos de interpretación de la realidad peruana*, procurou sistematizar sua compreensão sobre o Peru.

Empreendeu um amplo debate sobre essa história múltipla de determinações sociopolíticas e culturais, tendo como interlocutor Victor Raul Haya de La Torre, fundador da Aliança Popular Revolucionária Americana. Como líder, Haya agitava as bandeiras da reforma universitária, impulsionando a criação de Universidades Populares Gonzales Prada (para a educação operária). Seu objetivo era comprometer os estudantes com as lutas proletárias. Haya editou a revista *CLARIDAD* tendo José Carlos Mariátegui como parceiro.

Para Haya, os partidos políticos do Peru deveriam ter um programa mínimo e um programa máximo, como os partidos modernos da Europa. Essa era a primeira divergência entre ele e José Carlos. Tratava-se de verificar como os partidos modernos afastavam-se, tanto

dos operários como das populações indígenas, tornando-o reféns de políticas excludentes, sem qualquer tipo de inserção na vida nacional, na lógica dos interesses das elites crioulas, que já dirigiam o país. Haya, por sua vez defendia:

El programa máximo del aprismo tiene un significado continental que no excluye el programa de aplicación nacional. Nosotros, consideramos que el Perú no puede apartarse de los problemas de la América Latina, y que la América Latina no puede apartarse de los problemas del mundo. Si vivimos dentro de un sistema económico internacional y la economía juega rol decisivo en la vida política de los pueblos, sería absurdo pensar que el Perú, que cuenta con una economía, en parte dependiente de ese organismo económico internacional, pudiera vivir aislado contra todo precepto científico y contra toda corriente de relación que es garantía de progreso.

Desse modo, o que Haya pretendia, era tão-somente criar programa regulatório para inserir o país na economia mundial, estabelecendo vantagens comparativas no intercâmbio de minerais e matérias-primas, em contraposição aos manufaturados necessários ao país. Mariátegui, ao contrário, procurava criar um debate mais avançado, ignorando as metáforas fevereiro/outubro, ou seja, as etapas para o processo revolucionário. Não era possível, de seu ponto de vista, romper com a dependência sem ter, nas massas populares, a direção das lutas a serem realizadas. Estas, para abraçar as novas possibilidades do devir teriam que buscar na memória os componentes de um tempo de cooperação e de solidariedade, condição necessária para elevar sua confiança na capacidade própria criadora. Tratava-se de um projeto que não teria apoio no aprismo, pois este pretendia o internacionalismo e o bolivarianismo como integração:

Nosotros no sólo tenemos que prepararnos a ser un pueblo perfectamente contexturado, sino tenemos que, reiterarnos a incorporar a este pueblo dentro del sistema de relaciones internacionales. El Perú, reditó, no puede apartarse de los problemas de América, ni América puede apartarse de los problemas del mundo. Nuestro concepto continental no excluye nuestro concepto nacional; al contrario nosotros, de acuerdo con el clásico autor de La República vamos de las partes al todo. Nosotros tenemos que contemplar previamente el problema nacional; ser nacionalistas integrales para ser continentales de veras. Y, juntos así, poder incorporar a la marcha de la civilización mundial.

De otro lado, nuestro programa máximo continental no es sino la cristalización modernizada del viejo ideal bolivariano. Nosotros hemos sintetizado en un programa de unidad económica y política latinoamericana las frases inmortales de Bolívar: Unión, Unión América adorada, que si no la anarquía te va a devorar;

Mariátegui imaginava um processo que pudesse contrapor uma América Latina índia a uma Europa branca. A proposta americana deveria estimular, com seus processos criativos

e criadores, a cooperação, para criar um socialismo baseado nos valores e nas práticas identitárias apoiadas na rememoração da mística andina. Uma nação no sentido continental, com diferentes grupos étnico-culturais, capazes de extrair da terra as riquezas necessárias para o viver integrado à natureza, desenvolvendo o espírito humano com as artes, a educação, a filosofia e os ritos sagrados. Uma economia baseada nos *obrajes*, com uma classe operária identificada aos valores estéticos de seu passado heróico, ainda presente no modo de vida da maioria da população. Afinal, antes da conquista, esse estado de coisas existia com tal esplendor que os espanhóis utilizaram diferentes formas de violência para expropriar essas riquezas e saberes. Divergiam também no que se refere ao entendimento da economia. No Programa do Apra, estava definido:

En el concepto estrictamente económico, la América Latina constituye una zona; zona productora de materias primas; zona agrícola-minera; zona de influencia extranjera; zona en formación, cuyas variantes nacionales no excluyen la inmensa unidad del problema; zona, pues, que dentro de la geografía económica del mundo está situada y limitada entre las fronteras de América Latina. El Perú forma parte de esta zona; y nosotros tenemos que impulsar su incorporación como zona económica, en el gran todo de la zona económica latinoamericana. ¿Por qué es fundamental en el aprismo la vinculación del concepto político con el concepto económico? En nuestro país no ha prevalecido hasta hoy sino un concepto heroico, pasajero, empírico de la Política. Pero no hemos tenido todavía la forma científica de la política que se basa en la economía; que no inventa una realidad sino la descubre en el propio medio donde actúa el pueblo al cual se pretende organizar y gobernar. Es fundamental en el aprismo la vinculación del concepto economía al concepto política como indispensable para el sabio dominio del Estado. Todos sabemos que en este país la ciencia económica, sobre todo en el gobierno, no se ha incorporado sino en forma elemental. Se ha dicho – y me parece bien – que la mayor parte de nuestros políticos han ignorado la Economía Política aunque hayan sido sabios en Economía Doméstica. Que no ha habido concepto económico en nuestra política, lo voy a demostrar después. Pero quiero, sí, hacer mención de este hecho simple: en el Perú se confunde con frecuencia Economía con Finanzas. Más aún, en el Perú no se ha gobernado económicamente, porque no ha habido nunca Estadística, somos un país donde no sabemos cuántos habitantes hay. No puede haber Economía sin Estadística y nosotros en el Perú, si no sabemos cuántos somos, no podemos determinar qué necesitamos, no podemos saber qué producimos con exactitud. El único censo del Perú es de 1876; hay un cálculo de 1896 y una estimativa al ojo, de 1923. No ha habido, pues, en nuestra política, noción de economía y de allí deriva, sin duda, la forma como hemos sido gobernados.⁸

Percebe-se, claramente, na proposta um sentido autodepreciativo tanto da América Latina como do Peru. Mariátegui considerava, ao contrário, a centralidade do desenvolvimento de um processo revolucionário, que os camponeses percebessem como seu modo de plantar seguia conhecimentos ancestrais, disputados pelos modernos colonizadores,

que não dispunham de meios para produzir com tal qualidade nas *terrassas* andinas. Valorizar o habitat, que dependia do perfeito equilíbrio no manejo da criação das lhamas para a extração da lã e para o transporte ou como os tijolos de adobe resistiam ao tempo.

Mais ainda, percebia que as oligarquias peruanas entregavam ao controle de empresas estrangeiras o direito de exploração dos minérios e o controle dos territórios, e do direito de ir e vir dos operários, obrigados a residir nas empresas. Pretendia demonstrar como o país perdía ao tentar se integrar subordinado à lógica do capital, quando o melhor seria desenvolver um socialismo *sui generis* e integrar-se à revolução mundial pela originalidade e diversidade de sua história.

Haya divergia da compreensão histórica e da idéia da diversidade. Afirmava:

Pero quiero volver, por un instante, a mi punto de partida y hacer una breve síntesis de nuestra interpretación histórica de la realidad nacional. Alberdi ha dicho que la independencia sudamericana careció de concepto pero ha sido fecunda en paradojas. Desde el punto de vista netamente económico, la emancipación de los pueblos indoamericanos estuvo dirigida, conducida, por la clase latifundista criolla que quiso emanciparse del control económico y político de la Corona de España. Esa clase fue la que nos dio nuestros grandes héroes; esa clase, asumiendo su rol histórico, condujo a los pueblos latinoamericanos a la independencia; pero ese movimiento, desde el punto de vista estrictamente económico, constituyó la emancipación del latifundio latinoamericano de la gran presión de la Corona de España. Ningún movimiento más clásico en este sentido, que el de la independencia Argentina, cuando a raíz del desconocimiento que hizo el Virrey del reclamo de los veinte mil propietarios o estancieros encabezados por Moreno, se produjo el movimiento de emancipación.

Pero a nosotros nos faltaron espíritus directores. Nosotros fuimos un pueblo donde los hombres de la independencia vinieron de fuera. Nosotros no tuvimos desde los comienzos de la República el clarividente que indicara la ruta salvadera. Los comienzos de nuestra vida fueron lánguidos. No tuvimos, como ha dicho un escritor, hombres políticos cuya biografía se pueda leer entera.

Si el sistema político no coincide con la realidad económica, no puede haber política económica. La política elemental de las finanzas es el empréstito; es la hipoteca de la riqueza nacional. Una política económica en un pueblo como el nuestro, agrícola y minero, habría tenido que ser, elementalmente, una política de organización de nuestra economía agrícola, por ejemplo. Pero antes de pasar al análisis de la economía nacional, permítaseme una nueva demostración de nuestro problema complicado. Nosotros como pueblo, y esto es preciso que lo repita porque forma parte de la teoría fundamental de nuestro Partido, no constituimos una entidad homogénea; nuestro desenvolvimiento económico y social no ha sido el desenvolvimiento de los pueblos europeos que han pasado, sucesivamente, de un período a otro y que han ido recorriendo una curva perfectamente clara. Nosotros no hemos vivido, como los pueblos de Europa, la sucesión del período de la barbarie por el período feudal, del período feudal por el período mercantil, del período mercantil por el período burgués, y del período burgues por el período industrial. En nuestro país coexisten, conviven todas las etapas del desarrollo económico y social del mundo. Tenemos dentro de nuestras fronteras, desde el caníbal y el bárbaro

hasta el señorito que vive la vida civilizada. Somos conciudadanos del campo y somos compatriotas del señor feudal que está detrás de las montañas. Alguna vez he dicho que quien quiera viajar a través de la historia no tiene sino que viajar de Lima al Oriente. Ante una realidad así, ¿cuál puede ser el carácter del Estado como entidad jurídica? Hemos dicho que la clase que emancipó al Estado del control español fue la clase latifundista, pero esa clase no puede representar ni siquiera la mayoría de la nación; carece de fuerza propia para controlar el Estado, no puede representar auténticamente a la mayoría de la nación. Vemos, pues, que el Estado, como entidad jurídica, no representa a ninguna de las clases propiamente, porque la clase que lo redimió carecía de fuerza propia y entonces nuestras instituciones han estado tambalantes; el Estado ha fluctuado representado por un hombre y por una oligarquía. En el Estado, representativo de una oligarquía, han predominado, a veces, personas que tienen algo del caníbal y de señor civilizado. El Estado, pues, como decía Aristóteles, fue formado para hacer la vida posible y sólo puede existir para hacer la vida buena; pero nuestro Estado no ha contribuido a hacer la vida ni posible ni buena, porque ha carecido de fuerza, porque ha carecido de autenticidad nacional; porque le ha faltado raíz en el problema mismo de la nacionalidad. Entonces aparece, pues, el Estado no como instrumento representativo de una entidad o clase nacional, sino como el instrumento de una oligarquía, y peligra cuando puede ser el instrumento de intereses extraños al país. ¿Por qué? Por una razón también económica, conciudadanos. Así como no tenemos homogeneidad racial, no tenemos homogeneidad económica.

Desse programa, é possível perceber as ambigüidades do discurso aprista e as dificuldades para uma composição com o projeto mariateguista. Ambos expressavam concepções extremamente divergentes, já que para Haya era preciso separar-se do passado indígena, criando uma classe econômica e política modernas. Entendia a história como unitária e evolutiva e exasperava-se por perceber que no Peru o caminho da barbárie à civilização não existira. Descontinuidade era a chave do fracasso existente e, desse modo, a idéia de criar uma simbiose entre os crioulos e índios era o desafio para promover homogeneidade racial e econômica. É evidente que o pensamento de Sarmiento, da raça cósmica, influía fortemente em Haya. Mas Mariátegui encantava-se exatamente com o oposto. Somos ricos e fortes pelo que temos de singular e não pelo que queremos imitar dos outros. Haya seguiu para a Europa em 1923, retornando em 1931, depois da morte de José Carlos.

Mariátegui estava convencido de que o projeto socialista da revolução comunista não poderia ser feito sem levar em conta os valores simbólicos dos trabalhadores. Sabia também que os peruanos não poderiam se separar tanto dos valores cristãos, comungados desde o século XVI, nem da mística andina em sua rememoração sobre o Império Inca. Para ele, o indianismo estabelecia a necessária conexão do presente com o passado, e essa memória projetava o futuro. Foi essa compreensão que fez dele um ativo intelectual socia-

lista. A memória dos tempos idos, do socialismo vivenciado entre os antepassados, dava aos peruanos a razão prática da proposta, não como retorno ao passado heróico, mas como projeções de um vivido a ser reconstruído.

Mística e religiosidade eram partes do capital simbólico que poderia unir o bloco operário e camponês, promovendo um sentido humanista ao fazer revolucionário. Liberdade, poesia, lazer eram palavras necessárias ao sentido moralizante do trabalho que a esquerda proletária veiculava aos quatro ventos. Progresso em lugar de liberdade; ordem e não criatividade; disciplina e não inovação; ódio e não amor. Essas díades respondiam ao maniqueísmo dos programas revolucionários e à consciência da classe. Na dramaturgia dos acontecimentos, Mariátegui percebe o problema a ser vencido. Em 1926, quando fundou a revista *Amauta* (Semeador, em quéchua) assim se referiu a ele:

Todas as pesquisas da inteligência contemporânea sobre a crise mundial deságuam nesta unânime conclusão: a civilização burguesa sofre da ausência de um mito, de uma fé, de uma esperança. Ausência que é a expressão de sua falência material. A experiência racionalista teve a paradoxal eficiência de conduzir a humanidade à triste convicção de que a Razão não lhe pode oferecer nenhum caminho. O racionalismo serviu apenas para desacreditar a razão. Afirmou Mussolini que os demagogos sufocaram a idéia Liberdade. Mais exato é, sem dúvida, que os racionalistas sufocaram a idéia Razão. A Razão extirpou da alma da civilização burguesa os resíduos de seus antigos mitos. O homem ocidental colocou, durante algum tempo, no retábulo dos deuses mortos a Razão e a Ciência. Entretanto, nem a Razão nem a Ciência podem ser um mito. Nem a Razão nem a Ciência podem satisfazer toda a necessidade de infinito que há no homem. A própria Razão encarregou-se de demonstrar aos homens que ela não lhes basta. Que unicamente o Mito possui a preciosa virtude de preencher seu eu profundo⁹.

Para ele, *a Razão e a Ciência corroeram e destruíram o prestígio das antigas religiões, dando ao homem uma sensação nova de sua potencia. O homem, antes intimidado diante do sobrenatural, descobriu logo um exorbitante poder para corrigir e retificar a Natureza. Esta sensação desalojou de sua alma as raízes da velha metafísica.*¹⁰

Recuperando a idéia da morte que mantém o homem como um animal metafísico, ele se move pelo mito em busca de novos caminhos na história. Mas o mito garante à existência do homem o sentido histórico, ou seja, o elo entre o hoje e o ontem para que o amanhã possa existir. Assim, procurando entender as diferenças entre os homens, José Carlos Mariátegui redefinia o sentido da história, abrindo-a para muitas possibilidades e concluía:

(...) história, fazem-na os homens possuídos e iluminados por uma crença superior, por uma esperança sobre-humana; os demais constituem o coro anônimo do drama. A crise da civilização burguesa mostrou-se evidente desde o instante em que esta civilização constatou a carência de um mito.¹¹

Ao apontar que a civilização burguesa caíra no ceticismo, ele pensava que a guerra parecia ter reanimado os mitos da revolução liberal: a Liberdade, a Democracia, a Paz. Mas a burguesia no grupo dos aliados os sacrificou na I Guerra Mundial e, em seguida, os seus interesses e os seus ressentimentos na Conferência de Paz em Versailes. Tornava-se necessário o rejuvenescimento desses mitos. Foram eles, segundo José Carlos, que acabaram servindo para que a revolução liberal se realizasse plenamente na Europa, na década de 1830. Sua invocação condenou à morte os resquícios de feudalismo e do absolutismo que ainda sobreviviam na Europa Central, na Rússia e na Turquia. Para ele, a guerra provou uma vez mais, de forma cabal e trágica, o valor do mito. Os povos responsáveis pela vitória foram os povos capazes de conceber um mito multitudinário.

Amauta significou para ele um desafio:

Esta revista en el campo intelectual, no representa un grupo. Representa, más bien, un movimiento, un espíritu. En el Perú se siente desde hace algún tiempo una corriente, cada día más vigorosa y definida, de renovación. A los fautores de esta renovación se les llama vanguardistas, socialistas, revolucionarios, etc. La historia no los ha bautizado definitivamente todavía. Existen entre ellos algunas discrepancias formales, algunas diferencias psicológicas. Pero por encima de lo que los diferencia, todos estos espíritus ponen lo que los aproxima y mancomuna: su voluntad de crear un Perú nuevo dentro del mundo nuevo. La inteligencia, la coordinación de los más volitivos de estos elementos, progresan gradualmente. El movimiento – intelectual y espiritual – adquiere poco a poco organicidad. Con la aparición de Amauta entra en una fase de definición.

Amauta teve um processo normal de gestação. Não nasceu de súbito por determinação exclusivamente dele. Quando chegou da Europa com o propósito de fundar uma revista, sofreu dolorosas vicissitudes pessoais, que não lhe permitiram cumpri-lo. Mas o tempo não transcorreu em vão. Seus esforços tinham conquistado outros intelectuais e artistas, que pensavam e sentiam como ele.

Hace dos años, esta revista habría sido una voz un tanto personal. Ahora es la voz de un movimiento y de una generación. El primer resultado que los escritores de Amauta nos proponemos obtener es el de acordarnos y conocernos mejor nosotros mismos. El trabajo de la revista nos solidariza más. Al mismo tiempo que atraerá a otros buenos elementos, alejará a algunos fluctuantes y desganaos que por ahora coquetean con el vanguardismo, pero que apenas este les demande un sacrificio, se apresurarán a dejarlo. Amauta cribará a los hombres de la vanguardia – militantes y simpatizantes – hasta separar la paja del grano. Producirá o precipitará un fenómeno de polarización y concentración. No hace falta declarar expresamente que Amauta no es una tribuna libre, abierta a todos los vientos del espíritu. Los que fundamos esta revista no concebimos una cultura y un arte agnósticos. Nos sentimos una fuerza beligerante, polémica. No le hacemos ninguna concesión

al criterio generalmente falaz de la tolerancia de las ideas. Para nosotros hay ideas buenas e ideas malas. En el prólogo de mi libro La escena contemporánea, escribí que soy un hombre con una filiación y una fe. Lo mismo puedo decir de esta revista, que rechaza todo lo que es contrario a su ideología así como todo lo que no traduce ideología alguna.

Para presentar Amauta, están demás las palabras solemnes. Quiero proscribir de esta revista la retórica. Me parecen absolutamente inútiles los programas. El Perú es un país de rótulos y etiquetas. Hagamos al fin alguna cosa con contenido, vale decir con espíritu. Amauta por otra parte no tiene necesidad de un programa; tiene necesidad tan sólo de un destino, de un objeto. El título preocupará probablemente a algunos. Esto se deberá a la importancia excesiva, fundamental, que tiene entre nosotros el rótulo. No se mire en este caso a la acepción estricta de la palabra. El título no traduce sino nuestra adhesión a la raza, no refleja sino nuestro homenaje al incaísmo. Pero específicamente la palabra Amauta adquiere con esta revista una nueva acepción. La vamos a crear otra vez.

El objeto de esta revista es el de plantear, esclarecer y conocer los problemas peruanos desde puntos de vista doctrinarios y científicos. Pero consideraremos siempre al Perú dentro del panorama del mundo. Estudiaremos todos los grandes movimientos de renovación políticos, filosóficos, artísticos, literarios, científicos. Todo lo humano es nuestro. Esta revista vinculará a los hombres nuevos del Perú, primero con los de los otros pueblos de América, enseguida con los de los otros pueblos del mundo. Nada más agregaré. Habrá que ser muy poco perspicaz para no darse cuenta de que al Perú le nace en este momento una revista histórica.

Isso foi possível porque o homem contemporâneo sentia a necessidade premente de combater o ceticismo e os desencantos de um mundo que acabara de viver a I Guerra Mundial. Para essa geração, perplexa com a bestialidade moderna, o reencontro do mito incaico estimulou novas possibilidades de entendimento da história. Tendo que se colocar contra o ceticismo que não permitia o fecundar do novo, os jovens estudantes limenhos tentavam romper a ausência da criação. Sentiam a infecundidade. Mariátegui considerava que uma exasperada e às vezes impotente “vontade de crer”, tão aguda no homem pós-bélico, era já intensa e categórica no homem pré-bélico. Retirava essas reflexões do poema de Henri Frank:

(...) sua profunda “vontade de crer” por ser israelita, tratando, primeiro, de reavivar na sua alma a fé no deus de Israel. A tentativa era vã. As palavras do Deus de seus pais soavam estranhas naquela época. O poeta não as compreendia. Declarava-se surdo ao seu sentido. Homem moderno, o verbo do Sinai não podia captá-lo. A fé morta não era capaz de ressuscitar. Sobre ela pesavam vinte séculos. “Israel morreu por haver dado um Deus ao mundo.” A voz do mundo moderno propõe seu mito fictício e precário: a Razão. Mas Henri Frank não podia aceitá-lo. “A Razão – dizia – a razão não é o universo.”

José Ingenieros, que inspirava esse jovem peruano, era considerado um dos poucos representantes no continente da Inteligência e do Espírito, um exemplo intelectual e moral.

Concordava que a ciência tinha um valor revolucionário, mas não os homens de ciência. Para ele, o academicismo prepotente afastava esses homens do contato com as forças sociais vivas. Os cientistas esgotavam em si mesmos as energias, não lhes sobrando aptidão para outras renovações estranhas ao seu estudo e à sua disciplina. Ingenieros era para Mariátegui um homem livre. Consciente da função revolucionária do pensamento e sensível à sua época. Por não se entregar à política, continuava a ser um homem de idéias e não de interesses. Ele não desprezava a política, mas tratava de estudá-la com rigor crítico e, em especial, suas explicações necessárias ao entendimento do fenômeno revolucionário. Mariátegui o admirava particularmente por sua atitude perante o pós-guerra.¹² Ele entendeu que a reconstrução social não poderia ser obra da burguesia, mas sim do proletariado. Juntamente com Aníbal Ponce, Ingenieros estudou detalhadamente o processo da Revolução Russa, destacando a obra de Lunatcharsky, no Comissariado da Educação Pública dos soviets. Esse frescor do pensamento de Ingenieros levou Mariátegui ao encontro de Ortega y Gasset, transformando seu próprio sentimento em raciocínio. Esse foi um grande estímulo ao seu processo de renovação, de fé nos jovens, em seu entusiasmo e ousadia.

Entendendo que os filósofos nos trazem uma verdade análoga à dos poetas, afirmava que a filosofia contemporânea havia varrido o medíocre edifício positivista demarcando os modestos limites da razão anulando a idéia de uma verdade absoluta. A verdade de hoje não poderia ser a verdade de amanhã. Desse modo se perguntava: onde encontrar o mito capaz de reanimar espiritualmente a ordem que sucumbe?

Para ele, algumas almas lutavam por restaurar a Idade Média e o ideal católico. Outras trabalhavam por um retorno ao Renascimento e ao ideal clássico. O fascismo, na boca de seus teóricos, atribuía-se uma mentalidade medieval e católica; acreditava representar o espírito da Contra-Reforma, embora pretendesse resgatar a idéia da Nação, idéia tipicamente liberal. Dessa análise depreendia que a teorização parecia ressuscitar os mitos passados.

Perguntava-se Ortega y Gasset,

Qual dos dois tem razão? Ambas as almas coexistem. A “alma desencantada” de Ortega y Gasset é a alma da decadente civilização burguesa. A “alma encantada” de Romain Rolland é a alma dos forjadores da nova civilização. Ortega y Gasset vê apenas o acaso, o crepúsculo, Romain Rolland vê a aurora, a alvorada. O que mais nítida e claramente diferencia, nesta época, a burguesia e o proletariado é o mito. A burguesia já não tem mito algum. Tornou-se incrédula, cética e nihilista. O mito liberal renascentista envelheceu demasiadamente. O proletariado tem um mito: a revolução social. Em direção a esse mito move-se com uma fé veemente e ativa. A burguesia nega; o proletariado afirma. A inteligência burguesa entretém-se numa crítica racionalista do método, da teoria e da técnica dos revolucionários. Que incompreensão! A força dos revolucionários não está na sua ciência; está na sua fé, na sua paixão, na sua vontade. É uma

força religiosa, mística, espiritual. É a força do Mito. A emoção revolucionária, como afirmei num artigo sobre Gandhi, é uma emoção religiosa. Os motivos religiosos deslocaram-se do céu para a terra. Não são divinos; são humanos, são sociais.

Esse debate ampliou-se ao longo dos anos que se seguiram. As propostas de José Carlos Mariátegui pulsaram em outros espaços, mesmo depois de sua morte em 1930, e da pouca divulgação de seus ensaios, críticas e poesias, pouco foi incorporado no movimento revolucionário, que seguia seu curso naqueles momentos decisivos. Em 1935, a propósito do tema, Georg Lukács, em *História e consciência de classe*,¹³ arrisca uma solução para o problema da classe, da cultura e da política. Preocupado com a educação revolucionária, Lukács apostava no partido como condutor da consciência para si da classe operária. Henri Lefebvre respondeu com a obra *La conscience mystifiée*.¹⁴ De modo direto, Lefebvre combatia o racionalismo lukácsiano, acusando-o de mistificador. Tratava-se, já nos anos trinta, de apontar os riscos ao se atribuir ao partido a consciência da classe. O sentido único da compreensão do passado e do devir só poderia alimentar o centralismo autoritário, fazendo do mediador da classe sua voz, separando-se representante, representado e representação. Evidentemente, essa postura não permitia a busca do mito enquanto elo de pertencimento, mas como ideologia. A mesma filosofia, que mostrava a necessidade do mito e da fé, tornou-se incapaz de compreender a fé e o mito dos novos tempos, dizia Marx: “miséria da filosofia”.

Mariátegui havia compreendido que era preciso analisar o processo histórico do Peru, de modo a estabelecer pontos de esclarecimento sob o qual dever-se-iam abrir as cabeças para que muitos e diversificados projetos pudessem ser elaborados. Em *7 ensayos de interpretación de la realidad peruana*,¹⁵ retratou com precisão aquilo que deveriam ser as bases de um pensamento crítico sobre o país. Essa foi sua única obra histórica. Dedicou-se, a partir de então, à leitura de diversos textos produzidos por intelectuais como John Maynard Keynes, Jean Jaurès, Leon Trotsky, Maximo Gorki, Sun Yat Sem, Mahatma Gandhi entre inúmeros outros.

Afirmava que os profissionais da inteligência não encontrarão o caminho da fé; o encontrarão as multidões. Aos filósofos caberá, mais tarde, codificar o pensamento que brote da grande gesta multitudinária. Acaso souberam os filósofos da decadência romana compreender a linguagem do cristianismo? A filosofia da decadência burguesa não pode ter melhor destino. Em *La escena contemporânea*, escreveu sobre Trotsky, destacando seu papel crítico da revolução.

Estava muito interessado em entender os riscos de uma arte proletária. Para ele, não seria possível produzir ainda resultados artísticos de um modo de vida que se iniciava. As

representações criadas seriam aportes idealizados de um paradigma teórico e, desse modo, poderiam induzir resultados que ocultariam as reais escolhas dos revolucionários. Mariátegui concordava com a concepção de Trotsky:

(...) uma arte do proletariado portanto, ainda não pode surgir. A arte é o mais elevado testemunho da vitalidade e do valor de uma época. Assim, a arte do proletariado não apresentará os episódios da luta revolucionária: será aquela que descreverá a vida emanada da revolução, de suas criações e de seus frutos. Não seria então o momento de falar de uma nova arte, que, com a nova ordem social deve atravessar um período de experiências e de ensaios. A revolução encontrará na arte sua imagem quando deixar de ser para o artista um fenômeno estranho a ele.¹⁶

Verificam-se inúmeros problemas discutidos pelo jovem pensador peruano, cuja relevância para o pensamento contemporâneo é ainda central. Em primeiro lugar, um original movimento antidogmatismo presente em suas observações sobre os processos históricos em disputa no período entre-guerras. Diferentemente de seus interlocutores, ele vê com orgulho o passado pré-colonial e, de modo crítico, como o olhar europeu sobre a América Latina, a estigmatiza. Percebe com muita acuidade os dilemas de um país cindido, onde a minoria crioula se sobrepunha à maioria quéchua e aimará. Ao analisar a transformação dos indígenas em camponeses, percebeu a quebra no modo de vida anterior. O parcelamento das terras deixou a grande maioria à mercê de interesses dos latifundiários, apoiados na concentração de terras e de poder, e no deslocamento da dependência hispânica para a norte-americana. Essa troca de imperialismo aprofundou, ainda mais, o fosso entre as elites políticas e as camadas populares, compostas por operários, camponeses e índios.

Evidentemente, a crise dos anos 1920 fez ressurgir os ecos do passado. As lutas proletárias e camponesas ocuparam, em diferentes países do continente, espaços nas mídias e repercutiram no plano internacional. Os debates ocorridos no seio da II Internacional Comunista opunham realidades mais polarizadas aos momentos de crescimento europeu. Mesmo sendo visível a impossibilidade de compartilhar interesses tão diversos, os socialistas procuravam criar um sentido unitário para o programa da revolução mundial. Evidentemente, a voz de Mariátegui era uma das poucas dissonantes no quadro internacional. Viviam esses intelectuais dilemas de uma mundialização teórica, uma vez que ainda estavam dialogando com o longo século XIX, que se encerrou com a primeira guerra mundial.¹⁷ Seus desafios estavam centrados na opção pela internacionalização das lutas e pela idéia da revolução mundial, mas para isso abriam mão de considerar as classes em suas realidades históricas. Aparentemente, tratava-se de estabelecer os pólos do conflito entre burguesia e proletariado. Mas essas conceituações poderiam significar pouco no mundo real. Foi esse um dos dilemas que fez Mariátegui voltar-se para o Peru profundo.

Ali encontrou um conjunto de raízes culturais pulsantes, cuja gênese estava no passado incaico. Valores ancestrais, práticas repetidas há milhares de anos, relações e temporalidades desiguais e simultâneas. Esse voltar-se para dentro o fez perceber como a ciência e o racionalismo respondiam a fenômenos europeus, e não aos processos sociais latino-americanos. Muitos dos problemas existentes exigiam soluções particulares, especialmente porque mitos e crenças eram traduzidos de modo específico, segundo valores consolidados nas histórias locais.

Percebeu também as dificuldades dos partidos políticos, cujos substratos ideológicos reduziam-se a generalidades discursivas, mais relacionadas aos interesses e diálogos com as elites intelectuais e os donos do poder. Procurou demonstrar como as alianças se faziam em posições assimétricas, subordinando os trabalhadores à lógica do valor de uso e do valor de troca. Entretanto, via como potencialidade criadora as ocupações de terras, de minas e fábricas como insurgências necessárias e como resíduos irredutíveis à lógica do capital.¹⁸

A informação e o conhecimento eram para Mariátegui um patrimônio fundamental que deveria ser disponibilizado a todos os trabalhadores, especialmente os conhecimentos teóricos e filosóficos, que permitiram um outro sentido à vida prática. Por isso procurou investir nas Universidades Populares Gonzáles Prada, lugares onde o academicismo seria substituído por um espaço de convivência de diferentes sujeitos do conhecimento, unindo trabalho manual e trabalho intelectual, na descoberta do outro e no encaminhamento de soluções para os problemas propostos.

Defendia a livre circulação de idéias e teve no periodismo seu espaço de trabalho permanente. Suas dificuldades motoras e de saúde tornaram-no muito ligado à mãe, de quem recebeu educação religiosa, marca que o acompanhou pela vida afora. Daí decorre sua preocupação com os ritos sagrados e com os mitos. De Anna, sua mulher, dependeu para muitos dos movimentos que teve de empreender no período em que se debruçou sobre o Peru profundo. Essas fragilidades pessoais fizeram dele um intelectual de espírito polêmico. Idéias aguçadas, fervor no debate e persistência na ação.

Ao longo das décadas de 1940 e 1950, suas proposições foram esquecidas, tanto na América Latina como no Peru. Wilfredo Kapsoli¹⁹ recupera seu pensamento ao estudar as lutas camponesas que se realizaram entre La Convención y Lares, nas décadas de 1950 e 1960, quando, sob a liderança de Hugo Blanco, os camponeses atravessaram a serra andina e realizaram a maior ocupação de terras na história do país.²⁰

Essas lutas foram centrais, tanto no reencontro com o passado incaico como numa nova articulação entre cristianismo e revolução. Apoiados na Teologia da Libertação, propugnada por Gustavo Gutierrez,²¹ camponeses sem terras e trabalhadores sem teto se

rebelaram por todo o território. Mística e política passaram a servir de decodificadores para as trocas simbólicas tanto do campo cultural como dos habitus arraigados.²² Criavam-se, a partir desses elementos, novas possibilidades de lutas pela hibridação cultural. Os camponeses aproximaram-se da igreja e esta passou a incorporar, no rito sagrado, a mãe terra, Pacha Mama, homenageada pelo pároco no momento da comunhão. Nos dois campos culturais a consciência da ação transformadora voltava-se para o aqui e o agora. Debulhar o trigo, retomar a terra, conhecer os seus desejos e preservá-la para as gerações futuras tornou-se um valor universal e anticapitalista.

No Peru, esse valor universal foi mantido pela rebeldia da natureza. Impossível tornar o território recortado pela maior cadeia de montanhas em áreas de produção agroindustrial. A economia rural estava articulada na agricultura de abastecimento e no extrativismo mineral. O modo de vida camponês se impôs em toda a área rural, mantendo ritos e tradições antigos. Essa ritualidade também agregou formas de organização com as Federações Agrícolas, as Organizações Departamentais e a reunião desses grêmios regionais na Central Campesina Peruana, que foi fundada em 1947 e se mantém como a grande organização dos que vivem no campo. Foi por sua força que os camponeses puderam questionar a reforma agrária realizada no governo de Juan Velasco Alvarado, em 1968, quando o sistema empresarial tentou se impor sobre o campesinato, que passou a ser superexplorado pelas cooperativas criadas para o gerenciamento agrícola.

Importante destacar que, absorvendo as idéias de Mariátegui, o Sendero Luminoso, de tendência maoísta, procurou articular a estrutura do processo da Revolução Cultural com os princípios da mística andina. Essa apropriação forçada imposta pelos dirigentes do movimento produziu o fenômeno mais violento do processo de conflito social do país, com o massacre de inúmeros camponeses que se recusavam a entregar seus filhos ainda meninos às brigadas senderistas. Desse modo, perdendo a essência da proposta mariatêguista, o que se pôde assistir foi um processo guerrilheiro que produziu violência e morte, acobertando inclusive aquelas praticadas pelas forças militares que responsabilizavam o próprio Sendero.

Dois novos paradigmas poderiam servir de estímulo a um observatório sobre as rebeldias existentes no mundo globalizado: a experiência do Exército Zapatista de Libertação Nacional em Chiapas com suas propostas de *mandar obedecendo e de caminhar como caracoles*, experiência cujas possibilidades de universalização são reduzidas, e a do Equador, onde a busca de alternativas que compreendem o Estado como uma mediação necessária está em discussão. Indígenas e camponeses são uma parte dos desafios das lutas

revolucionárias contemporâneas, a outra refere-se aos pobres das cidades, os velhos *sainz cullots* da Revolução Francesa, ainda não absorvidos pelas muitas formas revolucionárias vivenciadas entre os séculos XIX e XX.

Hoje, ante os novos desafios colocados para o processo de ruptura capitalista, o tema da revolução não pode mais estar separado do tema da democracia. Esta implica ampliar o foco das questões econômicas, garantindo, simultaneamente, liberdades, criatividade e direitos humanos. O homem e o planeta precisam da revolução. Daí a necessidade da defesa do ecossistema como um todo, sem deixar de reconhecer que o homem é simultaneamente natureza e cultura. Separá-las é, no momento presente, colocar em risco milhões de anos de evolução.

Na sociedade contemporânea, as solidariedades ganharam velocidade, utilizando-se da moderna tecnologia para, em tempo real, articular passado e presente num movimento de solidariedade globalizado, onde cada um apresenta o que tem de especial, de singular. Mudou o sentido e a forma da revolução socialista propugnada por Marx no *Manifesto Comunista*, acrescida do projeto mariatéguista que Michel Lövy definiu como *utopia e redenção*.

Recebido em março/2005; aprovado em maio/2005

Notas

* Professora doutora do Departamento de História da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras da USP-SP.

¹ MARIÁTEGUI, J. C. *Do sonho às coisas: Retratos subversivos*. São Paulo, Boitempo, 2005, p. 135.

² MAUSS, M. *Antropologia e Sociologia*. São Paulo, E.P.U./Edusp, 1974.

³ BOURDIEU, P. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo, Perspectiva, 1992.

⁴ Hector, 33 anos, professor, Peru.

⁵ Ibid.

⁶ Juan, M/23, estudante, Peru 15.

⁷ Abel, M/22, footballer/miner, Peru 7.

⁸ HAYA DE LA TORRE, V. R. "Programa do APRISMO". In: *Treinta años de aprismo*. México, Fondo de Cultura Económica, 1956.

⁹ MARIÁTEGUI, J. C. Excerto do prólogo "El Alma Matinal". *AMAUTA*. Lima, Ediciones Aumauta, 1926.

¹⁰ Ibid.

¹¹ Ibid.

¹² INGENIEROS, J. *Los tiempos nuevos*. Buenos Aires, Santiago Rueda. 1953.

¹³ LUKÁCS, G. *História e Consciência de Classe*. Rio de Janeiro, Elfos, 1989.

¹⁴ LEFEBVRE, H e GUTERMAN, N. *La Consciense Mystifiée*. Paris, Syllepse, 1999.

¹⁵ MARIÁTEGUI, J. C. *7 ensayos de interpretación de la realidad peruana*. Lima, Amauta, 1952.

¹⁶ MARIÁTEGUI, J. C. *Trotsky in la escena contemporânea*. Lima, Minerva, 1925.

¹⁷ HOBBSAWM, E. *História do marxismo*. 2 ed, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1984.

¹⁸ LEFEBVRE, H. *De la presencia y la ausencia*. Cidade do México, Fondo de Cultura Económica, 1983. O autor trabalha com a noção de insurgência do uso as práticas de apropriação de espaços, monumentos, terras etc., possíveis pelo potencial de rebeldia presente nos excluídos.

¹⁹ KAPSOLI, W. *Los movimientos campesinos en el Perú*. 3 ed., Lima, Atusparia, 1987.

²⁰ IOKOI, Z. M. G. *Igreja e camponeses: teologia da libertação e movimentos sociais no campo - Brasil e Peru, 1964-1986*. São Paulo, Hucitec, 1996.

²¹ GUTIERREZ, Gustavo. *Teologia da Libertação*. Petrópolis, Vozes, 1987.

²² BOURDIEU, P., op. cit.

AMÉRICA LATINA – INTERPRETAÇÕES DA ORIGEM DO IMPERIALISMO NORTE-AMERICANO

Ricardo Antonio Souza Mendes*

Resumo

O presente artigo aborda algumas interpretações presentes em livros utilizados nos cursos de graduação em História sobre o expansionismo ocorrido fora da América do Norte, praticado pelos Estados Unidos. Partindo dessas análises, assinalo que o aparecimento do *Destino Manifesto*, conjugado a necessidades econômicas, bem como com preocupações de ordem estratégica, apresentaram-se como o conjunto de fatores que colaboraram para que o imperialismo norte-americano fosse desencadeado ainda na década de 1840. Utilizando-me ainda de abordagens relativas às relações entre os EUA com Nicarágua e Cuba, presentes nessa bibliografia, procedo a algumas considerações sobre a validade da idéia de que o imperialismo norte-americano tenha se caracterizado por um redirecionamento na sua política interna e externa anteriores.

Palavras-chave

Imperialismo; América Latina; Estados Unidos.

Abstract

The present article covers certain interpretations presented in books used in History graduation courses about the expansionism, which occurred out of North America, practised by The United States. From these analysis, I point out that the emersion of the Manifest Destiny, together with economic needs, as well as strategic concerns, presented themselves as the group of factors which collaborated for the North American imperialism to break out still in the decade between 1840 to 1850. Making use of approaches regarding the relations among USA, Nicaragua and Cuba presented in this bibliography, I venture to consider the validity of the idea that the North American imperialism had been characterized by a redirecting in its previous internal and external politics.

Key-words

Imperialism; Latin American; United States of America.

O século XIX nos Estados Unidos

O século XIX, para os Estados Unidos, apresenta-se como um momento decisivo na construção do seu poder econômico, militar e político. Foi ao longo desse século que, impulsionado por uma série de fatores, o país ampliou-se inúmeras vezes, alcançando a dimensão continental que o caracteriza até hoje. Também no século XIX, observa-se a ocorrência do conflito que mais ceifou vidas em toda a história norte-americana: a Guerra Civil de 1861/1865. Ocorrida em torno do embate entre projetos de sociedade que se caracterizavam pela distinção quanto à moral do trabalho, da hierarquia social e de propostas diferenciadas de organização econômica, a Guerra de Secessão culminou com o fim de uma estrutura regionalizada.

Por último, assinala-se o processo de industrialização. Por um lado, foi somente com a Guerra de Secessão que se consolidou a hegemonia da burguesia industrial no controle político do país, através do Partido Republicano, viabilizando a implementação de uma política de Estado fundada na industrialização. Contudo, o desenvolvimento desse processo já vinha desde princípios do XIX. O avanço da fronteira em direção ao Pacífico proporcionou o acesso a uma soma indiscutivelmente enorme de matérias-primas. Da mesma forma, a chamada “marcha para o oeste” representou um potencial de atração para inúmeros trabalhadores e camponeses europeus que, magnetizados pela possibilidade do acesso à terra e pela chance de ascensão social, colaboraram para a formação do exército de mão-de-obra que viabilizou a substituição das manufaturas pelas indústrias.

Foi justamente nesse século, marcado por inúmeras transformações sociais, políticas e intelectuais, que o mundo, e particularmente a América Latina, assistiram ao aparecimento do imperialismo externo ao subcontinente norte-americano.

A Doutrina Monroe como marco para o imperialismo norte-americano?

Na década de 1820, o presidente James Monroe proferiu a famosa Doutrina que assumiu seu nome, influenciado em grande medida por seu Secretário de Estado, John Quincy Adams. A mesma baseava-se em dois pressupostos fundamentais. Em primeiro lugar, reconhecia o direito de liberdade e independência dos recém-formados países na América Latina, considerando que os mesmos não deveriam ser objeto de “futuras colonizações por qualquer potência européia”. Complementando essa consideração, assinalava que seriam entendidas como uma ameaça direta aos Estados Unidos da América as tentativas realizadas com objetivos recolonizadores por parte das nações européias.

Parcela significativa daqueles que escrevem sobre as origens do imperialismo norte-americano apresentam essa data como um momento-chave para o processo. Assinala este grupo de historiadores que a Doutrina Monroe, normalmente lembrada pelo lema “A América para os americanos”, marcaria uma proposta já de manifesto desejo de avançar pelo conjunto do continente. Caracterizaria, assim, ainda nesse momento, a vontade de supremacia que os Estados Unidos se reservava o direito de possuir.¹

Essa doutrina, segundo Pierre Melandri, teria “afirmado a supremacia dos interesses dos Estados Unidos sobre o hemisfério ocidental”.² Para alguns, o desejo estaria fundado na existência de um *mind-set* caracterizado pela crença na inferioridade latina que teria marcado a declaração Monroe.³ Apesar de esse desejo manifestar-se no seio da opinião pública tão somente nas três últimas décadas do século XIX, Lars Schoultz considera que o mesmo já estava latente desde os anos 1820. Para outros autores, contudo, a vontade de domínio já se pronunciava clara e objetivamente nas primeiras décadas. Nessa ótica, os Estados Unidos reconheceriam, através da declaração, a existência de “esferas de influência” e estariam reclamando, “para si” a América Latina:

A declaração de *não intervenção* contida na Doutrina Monroe foi inspirada pelo receio de que grandes potências européias pudessem se unir para subjugar as colônias espanholas rebeladas e pelos crescentes interesses comerciais nesses mercados. (...) A doutrina, porém, de fato, deixou bem clara a opinião norte-americana sobre as relações entre o Velho e o Novo Mundo e manifestou a reivindicação de dominação do Hemisfério Ocidental.⁴

Por esses motivos é que podem ser estendidas para este grupo de historiadores as palavras de Mary Junqueira. Segundo afirma, embora os Estados Unidos não tivessem as condições necessárias para fazer valer esse domínio, a Doutrina Monroe apresenta-se como “uma espécie de declaração fundadora do papel norte-americano no hemisfério ocidental”.⁵ Mesmo assinalando que a Doutrina Monroe foi uma peça que assinala o início das pretensões imperialistas, a maior parte desses autores reconhece que somente nas últimas décadas do século XIX a vontade expansionista de caráter imperialista consolidou-se de fato.

Já um segundo grupo de autores desconsidera completamente a Doutrina Monroe como marco nesse expansionismo externo. Avaliam que a Doutrina nada mais foi do que uma manifestação de solidariedade em relação a nações que se tornavam independentes e que poderiam consolidar um comércio livre que crescia cada vez mais. Nesse sentido, enfatizam a idéia de que a mesma foi tão-somente uma reação contra uma ameaça externa. Não apenas diante da possibilidade de uma expedição capitaneada pela França, particular-

mente contra as mais fracas daquelas nações recém-formadas no novo mundo, mas também decorrente da crescente pretensão russa sobre a costa do Pacífico da América do Norte. Dentro, portanto, do território do Oregon, que era pretendido pelos norte-americanos.

A referida declaração teria sido, em grande medida, estimulada pela Grã-Bretanha, desde março de 1823. Ainda em finais de 1822, os britânicos haviam se manifestado contrariamente ao Congresso de Verona, quando dele se retiraram.⁶ Receosa de perder mercados que recentemente haviam ficado livres de qualquer ingerência de relações mercantilistas, propôs, inclusive, uma manifestação conjunta com os Estados Unidos de repulsa a essas intenções. A declaração acabou ocorrendo de forma unilateral por parte dos Estados Unidos, mas em grande medida viabilizou-se em função da garantia inglesa proporcionada pelo seu controle dos mares.

Para esses autores, somente em fins do século XIX observa-se uma releitura da Doutrina Monroe que daria a conotação agressiva que ganhou a partir de então.⁷ Autores como Robert Smith, por exemplo, consideram que a proposta norte-americana para a América Latina, no momento da elaboração da Doutrina, era de um sistema fundado na soberania das nações recém-formadas, “muito mais uma declaração de esperanças futuras do que um plano direto de ação”.⁸

Entre autores que levam em consideração esse período – o final do XIX –, como momento fundante do imperialismo norte-americano, temos uma outra divisão. De um lado, observam-se aqueles que apontam a Guerra Hispano-Americana, não como desdobramento das pretensões manifestadas na Doutrina Monroe, mas como momento-“chave” do movimento imperialista.⁹ A guerra contra a Espanha, ao possibilitar o real avanço sobre áreas do Atlântico – com o controle direto sobre Cuba e Porto Rico –, bem como a viabilização do acesso a importantes áreas estratégicas no Pacífico – tais como Guam e Filipinas –, se apresentaria como esse marco inicial.

De outro, uma série de autores assinala, não esse conflito, mas a necessidade de viabilizar um contato mais ágil e intenso entre os dois extremos da nação, que então já adquirira proporções continentais, como o momento fundamental.¹⁰ Desde essa ótica, o término da Guerra de Secessão e o fechamento da fronteira interna teriam colocado em pauta as necessidades econômicas e estratégicas de viabilizar um intenso fluxo de comunicação entre leste e oeste.

As razões do imperialismo estadunidense

Podem ser indicadas quatro grandes perspectivas explicativas acerca dos fatores motivacionais do imperialismo dessa nação. Assinalo que a pretensão deste artigo não é o de

esgotar esse balanço bibliográfico, mas tão-somente apresentar algumas das questões que marcam o mesmo. Ressalto ainda que as obras analisadas a seguir centram, em sua grande maioria, sua atenção no imperialismo norte-americano.

A explicação cultural

Uma primeira corrente deposita no desenvolvimento de um determinado conjunto de crenças e valores o aspecto mais importante a gerar o imperialismo estadunidense. Gerson Moura e Lars Schoultz são autores representativos dessa perspectiva. Acompanhando a idéia de que o imperialismo norte-americano já se esboçava em princípios do século, Moura assinala que a consolidação do projeto imperialista deu-se de forma gradativa:

Em meio à “corrida para o oeste”, na metade do século XIX, surgiu uma expressão que iria marcar, senão a política da expansão, pelo menos o clima intelectual em que ela se dava. Tratava-se do “Destino Manifesto”, expressão jornalística que se popularizou rapidamente e que via a expansão territorial americana como um processo ilimitado, que não se deteria nas praias da Califórnia, mas avançaria pelo Pacífico afora e acabaria por dar a volta ao mundo! (...) Antes mesmo que se iniciasse a expansão nos oceanos, já começavam a se formar o clima de opinião pública e as justificativas religiosas, culturais, políticas e econômicas da nova expansão.¹¹

Elaborada por John O’ Sullivan e incorporada pelo movimento Jovem América, a noção de Destino Manifesto caracterizaria, na perspectiva do autor, o “clima intelectual” a gerar e propagar o ideário imperialista que acompanhou tanto a expansão interna quanto a expansão externa. Privilegiando em suas análises as relações entre os Estados Unidos e a América Latina, e também enveredando pela perspectiva cultural, a obra de Lars Schoultz nos apresenta uma variação dessa perspectiva. Entende que o autor que:

A crença na inferioridade latino-americana é o núcleo essencial da política dos Estados Unidos em relação à América Latina, porque ela determina os passos precisos que os Estados Unidos assumem para proteger seus interesses na região. (...) Outras crenças não teriam mudado os interesses dos EUA, mas teriam levado a políticas diferentes para proteger esses interesses e, em geral, a uma relação diferente com os vizinhos que vivem abaixo de nós.¹²

Segundo assinala, por detrás de fatores econômicos, sociais e políticos, observa-se o desenvolvimento de uma “estrutura mental” que caracterizaria o conjunto dessas relações. A política externa norte-americana seria impulsionada pelos desejos de atender aos interesses dos Estados Unidos. Contudo, permeando os interesses de sua política doméstica, o desenvolvimento econômico do país e os problemas de segurança norte-americanos, esta-

ria essa estrutura mental, um “poderoso *mind-set* que impediu uma política baseada no respeito mútuo”,¹³ colaborando, dessa forma, para a afirmação das relações imperialistas. Apesar das divergências, ambos os autores privilegiam elementos culturais como fatores explicativos do imperialismo estadunidense.

O político-estratégico

Uma outra perspectiva funda-se na primazia do político-estratégico para explicar o imperialismo norte-americano. Assinalam Sellers, May e McMillan em sua obra coletiva que a “razão final” para a mudança de uma política externa de neutralidade para uma outra calcada em pressupostos imperialistas, foi o “fato de se acharem em estado fluido os padrões tradicionais de influência”.¹⁴ Segundo esses autores, o problema fundamental a colaborar para o imperialismo norte-americano foi o aparecimento de novas nações, também expansionistas, ao longo do século XIX. Japão e Alemanha, nações que se lançavam a pouco no cenário internacional e estariam almejando projeção e reconhecimento enquanto potências mundiais. O primeiro país desafiava diretamente a Rússia, no Extremo Oriente, enquanto o segundo questionava diretamente a liderança inglesa, aspecto ilustrado através de seu programa de construção naval. Nesse sentido,

O expansionismo norte-americano deve ser visto também no contexto mais amplo do equilíbrio de poder e da segunda grande era do imperialismo europeu. Muitas das grandes nações européias, impelidas pelas mesmas forças que condicionavam a América a se expandir, já estavam rivalizando por territórios e influência nas regiões subdesenvolvidas do mundo. Esses exemplos aguçaram o apetite norte-americano por um império.¹⁵

Nesse sentido, a postura dos Estados Unidos teria sido uma posição reativa. Questões como a necessidade de mercados, a idéia de “superioridade anglo-saxônica”, a “missão divina” e a defesa de uma poderosa marinha de guerra ganhavam dimensão apenas a partir da preocupação estratégica defensiva de garantia de uma área de influência.

Outro autor que corrobora essa perspectiva é Robert Freeman Smith. Desenvolvendo mais detalhadamente os fatores que teriam colaborado para o medo com a segurança, Smith assinala as sucessivas intervenções européias na América Latina ao longo do século XIX. Em parte, essas intervenções tiveram o caráter de assegurar a influência na região. Por outro lado, boa parte delas ocorreu sob o signo da “prática internacional do século XIX” que concedia legitimidade na proteção dos interesses dos seus cidadãos no estrangeiro.¹⁶ A presença da França no México (1861-1867), o redespertar dos interesses espanhóis ao

longo da Guerra Civil Americana (Santo Domingos, Ilhas Chinha e os bombardeios de Callao e Valparaíso) e o avanço alemão em direção ao Caribe seriam os elementos desencadeadores desse medo. Foi dentro desse quadro geral que:

O país podia escolher não jogar o jogo da política de poder internacional, mas não podia evitar as conseqüências militares, políticas, econômicas e ideológicas de tal decisão. Parte importante desse jogo era garantir a paz, a ordem e a estabilidade nas chamadas nações atrasadas. Em tais regiões, a potência que realizava o papel de polícia era aquela que exercia maior influência. Na década de 1890, vários norte-americanos importantes haviam adotado essa visão européia das relações internacionais.¹⁷

O medo do isolamento norte-americano diante do expansionismo das “nações mais poderosas do mundo” teria se propagado na opinião pública ao longo desse período. Isso teria levado os Estados Unidos, segundo Smith, a um redirecionamento de sua política externa, de forma a contrapor-se aos “desafios colocados pelas rivalidades imperiais”.¹⁸

A explicação econômica

Uma terceira explicação que versa sobre o surgimento do imperialismo nos Estados Unidos centra-se nos fatores econômicos. Sem sombra de dúvida, é a perspectiva mais propagada no meio acadêmico.¹⁹ Melandri, por exemplo, considera que a política externa norte-americana desenvolvida a partir de fins do século XIX nada mais foi do que uma adequação ao seu novo poderio econômico, adquirido na segunda metade desse século.

Em 1884, os Estados Unidos já assumiam o primeiro lugar em produção industrial no mundo. A conclusão da expansão continental, em 1867, com a compra do Alasca, acabou por levar a “uma viragem sobre si mesmos” colaborando para que a política externa fosse vista como “um mal cada vez menos necessário”. Contudo, segundo o autor, “só a conjunção de uma crise econômica com o desaparecimento da fronteira bastara para transformar a América numa potência colonial”.²⁰ Segundo assinala, a Guerra Hispano-Americana marcou o “estrondoso” aparecimento da nação no cenário internacional, o que “não deixa de ser a conclusão lógica da consciência crescente, num pequeno número de americanos, do afastamento entre o novo poder [econômico] do país e o seu papel limitado à escala mundial”.²¹

Alain Rouquié acompanha essa perspectiva economicista. Afirma que o momento do aparecimento dos “projetos coloniais” foi a Conferência Pan-Americana de 1889. Uma vez encerrada a expansão interna e consolidada a posição de uma potência industrial, e, portanto econômica, o desdobramento natural foi a concretização desses projetos dez anos depois, com os resultados da Guerra Hispano-Americana.²²

Commanger e Nevins, por sua vez, consideram que os Estados Unidos, motivados em “*parte por razones comerciales y estratégicas, em parte por motivos idealistas, y em parte por vangloria del poder, se lanzó una exuberante expansión por ultramar*”.²³ Os fatores políticos estariam relacionados com a rivalidade das nações, que buscavam aumentar o seu poder através da aquisição de novos territórios. Razões estratégicas se encontravam na necessidade de controle de rotas comerciais e, a partir daí, na composição de uma forte marinha de guerra e mercante. Questões religiosas e éticas fundamentavam-se na vontade de propagar o cristianismo. Tudo isso estimulado, ainda, por uma imprensa sensacionalista que “*incitaban a la aventura en tierras exóticas*”.²⁴

Contudo, essa perspectiva, que parece atribuir a um amplo conjunto de fatores as causas do imperialismo norte-americano, na verdade, apresenta como fator fundamental as questões econômicas. Assinalam os autores que, em fins do século XIX, o país já se apresentava como uma grande potência mundial e seus governos já possuíam esta posição. O volume total de exportações contribuía para que os homens de governo passassem a se interessar com maior ênfase pelas relações exteriores, uma vez que nenhuma “*nación podía despachar tantas cosas fuera de sus fronteras sin interesarse vivamente en los asuntos exteriores*”.²⁵ A expansão industrial do país corroborava tal preocupação.

Ao abordar a Guerra Hispano-Americana, os autores ratificam o privilégio dado a questões econômicas em detrimento às demais. Consideram que o conflito marca o reaparecimento do expansionismo nacional, desta vez no ultramar. Ao elencar os fatores desencadeadores da “explêndida guerrinha” Nevins e Commanger assinalam:

*Aunque los gobiernos tanto de Cleveland como de McKinley se esforzaron seriamente por mantenerse neutrales, se hizo patente que, si la guerra se prolongaba, los Estados Unidos tendrían que intervenir. Los efectos económicos en los Estados Unidos eran de consideración.*²⁶

A nova posição adotada a partir do conflito, um “*hito en la historia de los Estados Unidos*”, teria se concretizado a partir de uma clara posição de interferência na América Latina, onde “*ao mismo tiempo los Estados Unidos adoptaron una actitud más severamente protectora hacia la América Latina. Como los artículos manufacturados, lo mismo que las materias primas, exigían salidas, se prestó mayor atención al desarrollo de mercados de ultramar.*”²⁷

As perspectivas combinadas

Um último grupo de analistas sobre o imperialismo estadunidense apresenta o que denomino “explicações” ou “perspectivas combinadas”. Nenhuma delas descarta o importante papel da expansão econômica no país enquanto fator gerador do imperialismo. Contudo, consideram que outros fatores apresentam um peso equivalente nas explicações para o processo que se desencadeou nos Estados Unidos ao longo do XIX.

Barracough, Pamplona e autores como Divine, Breen, Fredrickson, Robert e Willians consideram, ao lado da questão econômica, a primazia de fatores estratégicos. Analisando a expansão imperialista como um todo, Barracough assinala que o processo desencadeado em finais do XIX se distinguiu fundamentalmente do imperialismo de épocas anteriores. E um dos principais fatores a colaborar para essa distinção eram, justamente, as “mudanças sociais e econômicas básicas do período posterior a 1870”.²⁸ Em função do aumento da dependência das nações mais industrializadas do período, não somente por alimentos, mas também por matérias-primas, observa-se o desenvolvimento de doutrinas “neomercantilistas”. Nestas, por sua vez, motivações de prestígio, economia e manobras políticas entrelaçavam-se mutuamente. Dessa forma:

Nos Estados Unidos, talvez seja verdade que a administração estivesse primordialmente interessada em garantir bases navais para fins estratégicos; mas os “expansionistas de 1898” tinham poucas dúvidas ou hesitações sobre as causas econômicas, exigindo as colônias espanholas nos interesses do comércio e dos excedentes de capital.²⁹

Pamplona acompanha essa perspectiva. Situa os aspectos culturais como tentativas de racionalização que justificassem o expansionismo extracontinental. A idéia de povo predestinado a difundir a democracia e o modo de vida americano representaria uma forma de adequar as necessidades norte-americanas de expansão à “tradição democrática” da América WASP. Tratou-se de um ajuste da opinião pública, cuja importância se acentuava na medida em que se consolidava a sociedade de massas no país. Nesse sentido, os principais aspectos a considerar seriam outros: “Na virada do século, o Caribe transformou-se numa espécie de ‘grande lago americano’, destinado a atender à sede de investimento de uma sólida comunidade de negócios e às nascentes necessidades estratégicas e militares norte-americanas”.³⁰

Negócios e segurança estratégica, em suma, seriam os fatores elencados por Pamplona. Por último, dentro ainda dessa perspectiva econômico-estratégica, observa-se a posição de Divine e dos outros autores da obra *América – Passado e Presente*:

O sentido de isolamento dos americanos (...) foi abalado após a década de 1870 por diversos acontecimentos combinados (...). O fim da expansão das fronteiras, anunciado oficialmente com a publicação do censo de 1890 despertou temores sobre a diminuição das oportunidades internas. (...) Os líderes políticos começaram a discutir a importância vital do comércio exterior para a continuidade do crescimento econômico. Alguns deles (...) se deixaram levar pelo entusiasmo da luta mundial pela construção de impérios. (...) A ideia de expansão imperialista pairava no ar, e as grandes potências mediam sua grandeza pelas colônias que adquiriam.³¹

O último subgrupo de pesquisadores a encaminhar-se dentro de uma perspectiva combinada, porém algo diferenciada da anterior, é caracterizado pelas análises de Luis Fernando Ayerbe e Mary Junqueira. Considerando também a importância do econômico, uma vez que em fins do XIX o êxito da industrialização colaborava para que o país buscasse assegurar o comércio que se expandia, Junqueira adiciona dois outros fatores. Segundo afirma, existia ainda o “temor de que o avanço da colonização européia na Ásia e na África se voltasse também para as Américas”.³² Fora isso, o expansionismo apresentava-se como componente básico da mentalidade norte-americana desde o período colonial. A “crença na excepcionalidade norte-americana” foi elemento fundamental na marcha para o oeste. Contudo, “Serviu também de estímulo para que se expandisse uma nova fronteira de comércio para o Oriente (...) e legitimou a ação norte-americana no Caribe no final do século XIX e início do século XX. (...) Não faltou a justificativa missionária para a expansão”.³³

Ayerbe, por sua vez, encaminha-se nessa mesma trajetória de análise:

Ao final do século XIX, os Estados Unidos já ultrapassam em desenvolvimento industrial a Inglaterra e a Alemanha, e apresentam uma estrutura econômica altamente trustificada, com grande potencial de competição no mercado internacional. É coincidentemente nessa época que aparecem importantes formulações teóricas defendendo um lugar de grandeza para os Estados Unidos no concerto das nações, com destaque para o livro do Almirante Alfred Mahan, publicado em 1890 (...). A abordagem de Mahan combina a noção de Destino Manifesto (...) com uma visão estratégica que considera o poderio naval e o controle dos mares como principais atributos do *status* de grande potência.³⁴

Dessa forma, os autores colocam no mesmo patamar os fatores econômicos, estratégicos e culturais que influenciaram no imperialismo. Contudo, a confluência desses fatores teria ocorrido somente ao final do XIX.

A necessidade industrial, com a busca pela garantia de aquisição de mercados, é uma tônica do período. Em fins do XIX, as depressões de 1873 a 1878, 1882 a 1885, e 1893 a 1897 provocaram um debate acalorado entre subconsumistas e superprodutores. Os primeiros a enfatizar a necessidade de ampliação da renda nacional para viabilizar o aumento do consumo e o segundo enfatizando a necessidade de ampliação dos mercados para os produtos

norte-americanos.³⁵ Contudo, necessidades econômicas não diretamente vinculadas ao crescimento da produção industrial, mas ao crescimento econômico dos Estados Unidos, já se manifestavam ao longo de todo esse século.

A preocupação estratégica com a segurança era outro fator fundamental, não apenas das últimas décadas, mas de boa parte do século XIX, acentuando-se na segunda metade. Flórida, Cuba e, a partir da consolidação da continentalização do país, Nicarágua e Panamá estiveram no centro das preocupações dos gestores da segurança nacional. A neutralidade norte-americana durante boa parte desse século, na verdade, foi uma postura defensiva diante de uma ameaça européia na qual, inicialmente, a Inglaterra aparecia como a principal personagem. Posteriormente, Alemanha, Rússia, França substituíram a Inglaterra, que, ao longo desse período, consolidou uma sólida, porém não linear, aliança com os Estados Unidos.

Por último, mas não menos importante, a cultura expansionista. A presença do Destino Manifesto, a existência de uma crença de que eram um povo “escolhido” e, ainda, a perspectiva preconceituosa em relação à América Latina são fatores por demais importantes para serem desconsiderados ou mesmo avaliados como mera construção decorrente da vontade de expansão econômica para garantir mercados para a nascente indústria dos Estados Unidos. O Destino Manifesto surge antes mesmo da Guerra com o México. Schoultz assinala que a perspectiva preconceituosa em relação à América Latina, que nada mais foi do que um desdobramento da cultura expansionista, já se desenhava a partir da década de 1820.

De certa forma, as perspectivas aqui observadas e que se centram no desenvolvimento do imperialismo norte-americano encontram correspondência em uma bibliografia que analisa o imperialismo enquanto processo em grande medida europeu. Hobsbawm assinala que o fator econômico foi o principal aspecto a motivar o imperialismo, embora reconheça que analisar a história humana apenas pela perspectiva materialista seja um equívoco. Avalia que os apelos emocionais, políticos e sociais tenham tido grande importância no processo e que a busca por territórios marcar-se-ia como elemento de *status* entre as nações, aspecto que deve ser avaliado para uma melhor compreensão do processo.³⁶

De Decca e Falcon apresentam a necessidade de uma composição entre os elementos explicativos caracterizados pela vontade de expansão do capital associada a fatores culturais e políticos. Falcon analisa a simultaneidade entre a exportação de capitais e a afirmação do culto ao progresso e de teorias fundamentadas no darwinismo social marcado pelo racismo e pelas teorias geopolíticas.³⁷ De Decca, por sua vez, assinala também a importância da exportação de capitais como “uma política deliberada dos estados europeus de anexação de povos e territórios com vistas à expansão dos mercados capitalistas” em

associação com “determinados elementos da política e da cultura européias que produziram no homem moderno o desejo desenfreado de uma expansão” que teria se consolidado pela via militar.³⁸

Analisando brevemente a relação entre os Estados Unidos e dois países da América Central e Caribenha – Nicarágua e Cuba – poderemos observar como essas três variáveis cruzaram-se ainda em meados do XIX e colaboraram para que o imperialismo norte-americano já iniciasse o seu desenvolvimento. Nesse momento, contudo, o alvo privilegiado ainda eram os seus vizinhos mais próximos: a América Latina.

Estados Unidos e Nicarágua

Seja para aqueles que consideram que o interesse norte-americano pela Nicarágua já se desenvolvia mesmo antes de o país ter alcançado a costa do Pacífico ou ainda na perspectiva daqueles que datam o aparecimento dessa preocupação apenas para o período posterior à aquisição do Oregon e da Califórnia, a década de 1840 apresenta-se como um momento de suma importância na relação entre os dois países. Originada da fragmentação das Províncias Unidas da América Central, em 1839,³⁹ o papel de destaque dessa nação para os Estados Unidos estava associado a diversos fatores.

Em termos estratégicos, a presença inglesa na região (Honduras, Costa dos Mosquitos e Belize), adicionada ao que os norte-americanos consideravam como uma endêmica instabilidade política da área, passaram a ser compreendidos pelos membros dos sucessivos governos norte-americanos, a partir de 1840, como uma séria ameaça ao país.

Preocupada com a efetivação do Tratado Bidlack, entre Estados Unidos e Colômbia,⁴⁰ a Grã-Bretanha ocupou San Juan del Norte, na Nicarágua, buscando uma alternativa na conexão entre Pacífico e Atlântico. A desconfiança mútua, que caracterizou a relação entre Estados Unidos e Inglaterra desde a Segunda Guerra de Independência (1812-14), aprofundou-se ainda mais nesse período, colaborando para que o conflito entre os dois países tivesse como palco a América Central, já que a Inglaterra “estava por toda a parte”.⁴¹

O problema estaria colocado ante a necessidade de uma via de comunicação entre os dois oceanos, “para favorecer sus planes de anexion de Oregon y California”,⁴² pulando para o topo “da agenda de política estrangeira dos EUA” quando a aquisição dessas áreas, respectivamente em 1846 e 1848, foi seguida “quase que imediatamente pela corrida do ouro”.⁴³ Além de provocar uma profunda preocupação estratégica, a criação de uma via de comunicação relacionava-se também a problemas econômicos, aspecto observável pelas primeiras iniciativas de apoio do governo dos Estados Unidos para que empresários dos Estados Unidos se estabelecessem na Nicarágua. A presença da American Accessory

Transit Company, controlada pelo empresário de New Orleans, Cornélio Vanderbilt, e da Pacific Guano Company, empresa fundada ao longo do governo do flibusteiro Walker,⁴⁴ assinalam essa vinculação.

Porém, outros aspectos também despertaram o interesse norte-americano. Em termos políticos, mas também econômicos, alguns sulistas consideravam que a Nicarágua poderia apresentar-se como uma alternativa para reequilibrar a relação entre os estados norte-americanos escravistas e não-escravistas. Garantiria, assim, o “imperialismo sulista” que se desenvolveu a partir da marcha para o oeste nesse período.⁴⁵

Havia também interesses relacionados, que viam a Nicarágua como uma outra oportunidade para acrescentar peso à contenda Norte e Sul, influência dos estados livres no Congresso. O Senador pelo Mississippi Albert Brown era um porta-voz deste interesse e, em 1858, ele queixou-se de que a oposição do governo dos EUA às expedições de Walker demonstrava favorecimento aos nortistas que operavam através da firma de Vanderbilt.⁴⁶

Nesse sentido, o confronto norte-sul encontrou, na Nicarágua, um espaço para sua propagação. A mentalidade expansionista também se manifestou desde fins da década de 1840 na região, através da ação de flibusteiros. Espécie de piratas do século XIX, os flibusteiros norte-americanos, que haviam “nascido um pouco demasiado tarde para participar da expansão para o oeste”,⁴⁷ voltaram-se para a América Central e realizaram incursões em uma série de países da área. Particularmente na Nicarágua, o norte-americano William Walker chegou a ensaiar um período de governo e os flibusteiros “contaram com a tolerância, senão com o apoio, do governo de Washington”.⁴⁸ Walker, em suas empreitadas flibusteiras, conseguiu o apoio mais ostensivo de empresários dos Estados Unidos, que estavam diretamente envolvidos na frenética rivalidade entre as diversas empresas ferroviárias que tinham sua origem naquele país.

Em torno dessas questões, o envolvimento do governo norte-americano, a partir da presidência de Polk (1845-1848), acentuou-se cada vez mais na região. E, apesar de não conseguir, por problemas internos, a ratificação do tratado Hise-Selvas com a Nicarágua – que proporcionaria o controle dos EUA sobre uma via de passagem pelo país –, os Estados Unidos garantiram a assinatura de um contrato para a construção de um canal no país com uma empresa norte-americana. A proposta seria utilizar o caminho que compreenderia o Rio San Juan, e daí a importância estratégica dessa via fluvial, e o lago da Nicarágua. O projeto, contudo, ficou apenas no papel, enquanto que outras negociações se desenvolviam mais ao sul.

Estados Unidos e Cuba

Por volta do mesmo período, quando se iniciou a expansão norte-americana para além do Mississippi, na década de 1840, já existia um projeto de avançar também em direção às ilhas do Atlântico, e Cuba era considerada como alvo privilegiado. Tal qual no caso da Nicarágua, a razão para tal proposta encontrava motivações em diferentes aspectos. Cuba era concebida como área de importância fundamental, tanto em termos estratégicos quanto políticos e econômicos.

No que se refere ao problema estratégico, mais uma vez contava a ameaça da presença estrangeira, inicialmente inglesa e, posteriormente, de França e Alemanha. Na década de 1810, existiam partidários da anexação da ilha, tanto nos Estados Unidos quanto na área que ainda era de domínio colonial espanhol.⁴⁹ O presidente Jefferson já havia considerado essa possibilidade:

A geografia estratégica de Cuba há muito atraía o interesse dos funcionários em Washington. Do mesmo modo que a Flórida espanhola, a ilha era localizada ao longo de rotas de navios cuja importância crescia rapidamente, e era suficientemente próxima das 13 colônias para servir como base para a agressão armada de um inimigo europeu. (...) Com aguda consciência desta combinação única de proximidade geográfica e instabilidade geoestratégica, Thomas Jefferson foi o primeiro presidente a considerar a aquisição da ilha.⁵⁰

Ao longo dos anos 1820, a declaração unilateral da Doutrina Monroe, por parte dos Estados Unidos, teria sido resultado do desejo de adquirir Cuba, aspecto que, temiam os norte-americanos, fosse obstaculizado caso a referida declaração tivesse sido em conjunto com a Inglaterra.⁵¹ Na década de 1840, a preocupação de que a Grã-Bretanha articulasse para adquirir a República da Estrela Solitária (futuro estado do Texas) também esteve viva para as perspectivas que se desenvolviam sobre a ilha. Nesse momento, existia um receio de que a Inglaterra viesse a adquirir o território em função de dívidas espanholas para com esse país. A ilha também era considerada como elemento importante, em termos econômicos, desde princípios do XIX, pois os Estados Unidos apresentava-se como o principal mercado comprador do açúcar cubano e era também a principal origem de boa parte dos produtos importados pela economia da ilha.

Outro aspecto econômico e político de relevo era dado pelos partidários da expansão do escravismo. Vários foram os momentos, entre 1810 e 1821, em que norte-americanos articularam negociações com parcelas da elite *hacendada* – interessada na manutenção da escravidão –, promovendo um envolvimento direto nos assuntos internos de outra nação. Para os escravocratas, tratava-se de uma forma de anexar outra área escravista, em resposta

à possibilidade de 17 novos estados que poderiam surgir a partir da anexação do Oregon. Dentro dessa perspectiva, a vitória sobre o México (1848) era considerada como o momento certo para a anexação, antes que a escravidão fosse abolida de vez em Cuba. As reformas realizadas pela coroa espanhola e que visavam à ampliação da cidadania para os libertos (1853) apresentou-se, para muitos, não como um desestímulo, mas sim como o momento de acelerar as providências para incorporação de Cuba. Dentro ainda dessa perspectiva, a ilha encontrava importância também no que se refere às questões da política interna dos Estados Unidos da América. Isso na medida em que se apresentava como uma área não somente de expansão econômica para o escravismo, mas também como elemento que poderia contribuir para o reequilíbrio na composição congressual entre estados escravistas e não-escravistas, tal como era considerada a possibilidade de incorporação da Nicarágua.

Resultado direto dessa proposta foi o Manifesto Ostend – elaborado pelos representantes diplomáticos dos Estados Unidos na Espanha, Grã-Bretanha, e França –, e considerado como a “quinta-essência do expansionismo ardente da Jovem América”.⁵² O manifesto colocava como questão urgente a ser resolvida a incorporação da ilha, ou pela compra ou pela via das armas. A retomada da discussão em torno da continuidade do expansionismo para a América Central deu-se em torno desse grupo político, que entendia que os Estados Unidos teriam um papel enquanto instrumento de difusão dos valores WASP.

Os interesses de expansão em direção à ilha por parte dos norte-americanos, ao longo de todo o século XIX, é bem retratado a seguir:

*Jefferson había pensado que estaba comprendida propiamente dentro de la esfera de influencia de los Estados Unidos; John Quincy Adams había estado seguro de su posible incorporación a los Estados Unidos; el famoso manifiesto de Ostende, de 1854, había tratado de forzar a España a vender la isla a los Estados Unidos y en vísperas de la Guerra Civil un comité del Senado había anunciado que “la adquisición final de Cuba debe considerarse como un propósito fijo”.*⁵³

Algumas questões sobre o imperialismo norte-americano

Alguns analistas do imperialismo tendem a enfatizar a motivação econômica para o processo geral de expansão que as nações mais industrializadas realizaram por diversas partes do mundo, principalmente a partir da década de 1870. Contudo, uma série de questões é suscitada a partir da análise do imperialismo norte-americano, que teria ocorrido, segundo alguns, tardiamente.

Para Falcon e Moura, em um trabalho ainda marcado por uma perspectiva excessivamente materialista, o novo estágio econômico e social nas “nações capitalistas mais indus-

trializadas gerou novas exigências econômicas e novas políticas estatais que conduziram à competição internacional e à conquista imperialista”.⁵⁴ Outros fatores, denominados “motivações mais imediatas”, mas “ligadas àqueles motivos gerais”, colaboraram para que diversas nações viessem a buscar assegurar áreas estratégicas que garantissem tanto a proteção do território nacional quanto o acesso a áreas economicamente importantes, bem como “protegessem uma área do avanço das rivais”.⁵⁵ O interesse por outros territórios estaria ligado, ainda, à busca pela garantia de usufruto de regiões que “poderiam tornar-se importantes no futuro”.⁵⁶

Ao observarmos a atitude da política externa norte-americana percebe-se que boa parte desses “desejos” se manifestou mesmo antes da Guerra Civil, momento em que, para alguns, os Estados Unidos teriam alcançado o patamar de potência industrial. As preocupações estratégicas dos homens da política externa norte-americana já se manifestavam favoravelmente à incorporação de algumas áreas limítrofes desde fins do século XVIII, quando o país ainda não havia desenvolvido sua potencialidade industrial.

Com vistas a atender a essas necessidades de segurança, áreas como Cuba e Nicarágua se apresentavam, de forma mais sistemática, como alvos privilegiados desde a década de 1840. A procura por satisfazer essa demanda por segurança não estava, nesse sentido, vinculada aos desígnios econômicos de uma nação industrializada. A necessidade de viabilizar um meio de comunicação que possibilitasse unidade territorial colocava-se de forma prioritária para os membros da política externa do país, também em torno desse período. E foi justamente com esse objetivo que membros do governo norte-americano apoiaram e estimularam, não somente ações como a do empresário Vanderbilt na Nicarágua, mas também fizeram vista grossa para a intensa atividade dos flibusteiros norte-americanos.

Cuba também estava incluída nessa perspectiva. As preocupações iniciadas ainda em fins do XVIII, e que permaneceram por todo o século XIX, fundamentavam-se no medo de uma ameaça européia que partisse de Cuba. Demonstrações de um desejo crescente de aquisição da ilha acabaram por ser contidas, não apenas por questões de política interna, mas, principalmente, pela possibilidade de confronto com a Espanha e outras nações, que poderiam acompanhá-la numa atitude de retaliação.

Mesmo diante desse quadro, inúmeros foram os pronunciamentos favoráveis ao expansionismo em direção à América Central e Caribenha. Ainda em 1848, afirmava Jefferson Davis:

Yucatán e Cuba são os pontos que comandam o Golfo do México, que eu considero uma bacia de água pertencente aos Estados Unidos. Sempre que surgir a questão se os Estados Unidos

devem apoderar-se destes portões de entrada do sul e do leste, ou permitir que eles passem a ser posse de qualquer Poder marítimo, quanto a mim, estarei pronto a declarar que meu passo será para diante, e que o cabo de Yucatán e a ilha de Cuba devem ser nossos.⁵⁷

E mesmo aqueles que não eram adeptos tão acirrados do expansionismo, como John Calhoun, também se manifestavam dessa forma, ao indicar que “é indispensável à segurança dos Estados Unidos que esta ilha não esteja em outras mãos. Se estivesse, nosso comércio de cabotagem entre o Golfo e o Atlântico seria, em caso de guerra, cortados, em dois, e efeitos convulsivos se seguiriam”.⁵⁸

Contudo, se ficarmos apenas nas questões relativas às preocupações estratégicas de defesa do país – manifestadas por políticos, funcionários da política externa e mesmo membros da sociedade civil –, pareceria que o expansionismo externo norte-americano deveu-se exclusivamente a uma postura defensiva, e não ofensiva. Isso embora não seja fácil distinguir o imperialismo ofensivo do imperialismo defensivo, uma vez que “a defesa de seu território nacional e de sua zona de influência supõe o controle de um espaço cada vez mais extenso, de onde as testas de ponte e as bases militares no estrangeiro”.⁵⁹

Outros fatores, igualmente importantes, encontravam-se presentes nesse momento. O Destino Manifesto, termo que resume um conjunto de princípios que fundamentou boa parte dos expansionistas norte-americanos nas décadas de 1840 e 1850, já assinalava a intenção de uma parcela considerável da população estadunidense em expandir-se, não somente por todo o continente norte-americano, mas também pela América Central e Caribenha. Cunhado por John O’Sullivan em 1845, o termo servia para designar “o cumprimento do nosso destino manifesto de espalhar pelo continente a nós designado pela providência para o desenvolvimento livre dos nossos milhões multiplicados anualmente”.⁶⁰ As três principais idéias que fundamentavam tal perspectiva eram:

Primeiro, a de que Deus estava do lado do expansionismo americano. A segunda, implícita na frase *desenvolvimento livre*, significava que espalhar o regime americano era prolongar as instituições democráticas. E a terceira era que o crescimento da população exigia uma saída que a aquisição de territórios iria proporcionar.⁶¹

Estimulados em grande medida pelo “ambiente do Destino Manifesto” os flibusteiros que infestaram, tanto Cuba quanto a Nicarágua, nas décadas de 1840 e 1850, apresentaram-se como o resultado mais imediato dessa mentalidade expansionista.

Embora o país já ocupasse a quinta posição em termos de produção manufatureira nesse momento,⁶² existia ainda um imenso mercado interno que poderia abastecer as necessidades de matéria-prima e de mercados que então se formavam. Ao considerarem algumas

áreas do Caribe e da América Central como um “apêndice natural do continente norte-americano”,⁶³ diversos norte-americanos proeminentes consideravam como natural que a expansão se dirigisse para essas áreas.

Na América Central, os Estados Unidos haviam demonstrado que a expansão física da era do *Destino Manifesto* havia combinado com uma expansão correspondente dos horizontes dos funcionários dos EUA, uma nova concepção da esfera de influência da nação. As repúblicas novatas da América Central eram um lugar ideal para esta demonstração; elas próprias eram impotentes, estavam perto de casa, e haviam se tornado uma importante rota de trânsito entre as duas costas da república norte-americana, assegurando uma sempre crescente presença dos EUA no istmo.⁶⁴

Apesar de ainda não despontar como nação eminentemente industrial nesse momento, existiam interesses econômicos vinculados a essas preocupações estratégicas e a esse ímpeto expansionista. Estavam vinculados, em grande medida, à economia escravista. Cuba e Nicarágua representavam áreas por onde a atividade econômica fundada no escravismo poderia se desenvolver. Contudo, outras possibilidades econômicas também eram oferecidas pela região, em associação íntima com o problema da defesa do território e da necessidade estratégica de agilização das comunicações que a região oferecia: açúcar, exportação de bens manufaturados e empresas ferroviárias.

Considerações finais

Ao considerar a Guerra de 1898 entre Estados Unidos e Espanha como marco do imperialismo norte-americano, o que é retratado por uma parte considerável da bibliografia sobre o assunto, uma parcela dos analistas privilegia a caracterização desse processo pela obtenção de áreas através da prática do neocolonialismo. Contudo, o imperialismo não é um processo que se caracteriza apenas por essa via. O estabelecimento de zonas de influência e a obtenção de terras que garantissem o acesso a áreas econômica e estrategicamente importantes, tanto quanto a ação política a viabilizar tais aspectos foram componentes fundamentais do imperialismo.

A intensa atividade política e econômica na Nicarágua e em Cuba asseverou a perspectiva de que, por volta de fins de 1840 e princípios de 1850, os Estados Unidos já iniciavam uma intensa atividade imperialista na região. Apoio e negociação (direto ou indireto) de funcionários norte-americanos a flibusteiros, ingerência armada, presença econômica e política norte-americana nesses países são exemplos práticos de tal atividade.

Em grande medida, os elementos que fundamentaram essas atitudes encontram-se, segundo entendo, não na Doutrina Monroe. Elaborada ainda num momento em que os Estados Unidos apresentavam potencial econômico e militar débil para garanti-la, a Doutrina Monroe foi avalizada pelas pretensões britânicas de impedir a retomada do colonialismo de caráter mercantil. Nesse sentido, o marco para o aparecimento de uma “cultura imperial” norte-americana, mais especificamente sobre a América Central e o Caribe, deve ser buscado em outro tipo de manifestação: o Destino Manifesto. Propunha o avanço não somente por áreas pouco povoadas, mas a primazia dos norte-americanos sobre as áreas adjacentes, bem como a predestinação a uma tarefa a ser desempenhada sobre os povos que nessas regiões habitassem.

Em fins do XIX, afirmava Henry Cabot Lodge, a glória pela conquista de terras e as necessidades econômicas, políticas e estratégicas da nação apresentavam-se e deveriam ser consolidadas.⁶⁵ Contudo, já em meados do século XIX, estes aspectos estavam sendo colocados por boa parte dos responsáveis pela política externa norte-americana. Foram contidos e não chegaram a se efetivar por completo porque a nação ainda se deparava com inimigos potenciais na área. Mesmo assim, já se manifestavam claramente nesse momento.

Dessa forma, a compreensão de que o imperialismo norte-americano tenha se caracterizado por uma viragem na sua política interna e externa parece representar um equívoco. Este se desenvolveu como um prolongamento direto do expansionismo iniciado “internamente” e que propunha claramente a hegemonia da nação, não somente na América do Norte. Sob inspiração do Destino Manifesto – que pregava a fama, a glória e o dever messiânico que cabiam à nação americana – e em função do simultâneo aparecimento de interesses econômicos e político-estratégicos fora desse espaço, iniciaram-se, ao longo da década de 1840, as primeiras ações externas dos Estados Unidos enquanto nação imperialista.

Recebido em novembro/2004; aprovado em maio/2005

Notas

* Doutor e professor da Universidade Veiga de Almeida.

¹ MOURA, G. *Estados Unidos e América Latina*. São Paulo, Contexto, 1990, p. 14. Ver também JUNQUEIRA, M. A. *Estados Unidos - a consolidação da Nação*. São Paulo, Contexto, 2001, p. 99.

² MELANDRI, P. *História dos Estados Unidos desde 1865*. Trad. de Pedro Elói Duarte. 7 ed., Lisboa, Edições 70, 2000, p. 71.

³ SCHOULTZ, L. *Estados Unidos – poder e submissão*. Trad. Paul Filker. Baurú, Edusc, 2000, pp. 14 e 25.

⁴ SELLERS, C.; MAY, H. e MCMILLAN, N. R. *Uma reavaliação da História dos Estados Unidos*. 6 ed., Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1985, p. 113.

⁵ JUNQUEIRA, op. cit., p. 100.

⁶ Reunião encaminhada pelos países que compunham a Santa Aliança e que tinham por objetivo a restauração do controle espanhol na parte da América que esteve sob seu controle até 1810.

⁷ PAMPLONA, M. *Reverendo o sonho americano*. São Paulo, Atual, 1995, p. 52.

⁸ SMITH, R. F. “Estados Unidos e América Latina: 1830-1930”. In: BETHELL, L. *História da América Latina – de 1870 a 1930*. Trad. Geraldo Gerson de Souza. São Paulo/Brasília, Edusp/Fenag, 2001, vol. IV, p. 611.

⁹ Nessa perspectiva, ver: NEVINS, A.; COMMANGER, H. S. e MORRIS, J.. *Breve Historia de los Estados Unidos*. 2 ed. (espanhol), trad. Francisco González Aramburo. México, Fondo de Cultura, 1996. Ver também: ROUQUIÉ, A. *O extremo-ocidente – introdução à América Latina*. São Paulo, Edusp, 1992; BARRACLOUGH, G. *Introdução à História Contemporânea*. 5 ed., Trad. Álvaro Cabral. Rio de Janeiro, Guanabara, 1987.

¹⁰ Dentre esses autores, citamos Robert Smith, Marco Pamplona e a obra conjunta elaborada por Divine, Breen, Fredrickson, Robert e Willians. DIVINE, R.; BREEN, T. H.; FREDRICKSON, G. M. e WILLIAMS, R. H. *América – passado e presente*. Trad. Jaime Bernardese e Carlos Araújo. Rio de Janeiro, Nórdica, 1987.

¹¹ MOURA, op. cit., p. 14.

¹² SCHOULTZ, op. cit., pp. 13-14.

¹³ Ibid..

¹⁴ SELLERS et alii, op. cit., p. 265.

¹⁵ Ibid..

¹⁶ SMITH, op. cit., p. 609.

¹⁷ Ibid., p. 620.

¹⁸ Ibid., p. 616.

¹⁹ Pierre Melandri, Alain Rouquié, bem como Commanger e Nevins fazem parte desse grupo.

²⁰ Ibid., p. 72.

²¹ MELANDRI, op. cit., p. 71.

²² ROUQUIÉ, op. cit., p. 317.

²³ COMMANGER e NEVINS, op. cit., p. 355.

²⁴ Ibid., p. 359.

²⁵ Ibid., p. 356.

²⁶ Ibid., p. 360.

²⁷ Ibid., p. 355.

²⁸ BARRACLOUGH, op. cit., p. 57.

²⁹ Ibid., pp. 59 e ss.

³⁰ PAMPLONA, op. cit., p. 32.

³¹ DIVINE et alii., op. cit., pp. 461 e ss.

³² JUNQUEIRA, op. cit., p. 99.

³³ Ibid., p. 104.

³⁴ AYERBE, L. F. *Estados Unidos e América Latina – a construção da hegemonia*. São Paulo, Unesp, 2002, pp. 52 e 48.

³⁵ SCHOULTZ, op. cit., p. 107.

³⁶ HOBBSAWM, E. *A Era dos Extremos – o breve século XX*. Trad. Sieni M. Campos e Yolanda S. de Toledo. 3 ed. São Paulo, Cia das Letras, 1996, pp. 96 e 109.

³⁷ FALCON, F. J.C.. “O capitalismo unifica o mundo”. In: *O século XX – o tempo das incertezas*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003, p. 50.

³⁸ DECCA, E. de. “O colonialismo como a glória do império”. In: *O século XX – o tempo das incertezas*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003, pp. 158 e 169.

³⁹ Segundo Doratioto, a fragmentação deveu-se a uma tentativa do governo central, localizado na Cidade da Guatemala, de absorver o controle absoluto da arrecadação de impostos alfandegários, o principal instrumento de obtenção de recursos nessa época. DORATIOTO, F. *Espaços nacionais na América Latina: da utopia bolivariana à fragmentação*. São Paulo, Brasiliense, 1994, p. 38.

⁴⁰ Firmado em 1848, por esse tratado, a Colômbia concedia passagem livre para os norte-americanos através do istmo do Panamá.

⁴¹ SCHOULTZ, op. cit., p. 88.

⁴² VAZQUEZ, J. Z. “Uma difícil inserción em el concierto de las naciones”. In: ANNINO, A. e GUERRA, F.-X. (orgs.). *Inventando la nación – Iberoamérica. Siglo XIX*. México, Fondo de Cultura Económica, 2003, p. 278.

⁴³ SCHOULTZ, op. cit., p. 83.

⁴⁴ William Walker iniciou sua atividade flibusteira na Baja Califórnia, quando realizou uma tentativa frustrada de fundar uma República na península. Posteriormente, convidado como mercenário para participar da guerra civil que se desenvolvia na Nicarágua, ao lado dos liberais, conquistou o país e tornou-se presidente durante os anos de 1855 e 1857.

⁴⁵ SELLERS et alii, op. cit., p. 179.

⁴⁶ SCHOULTZ, op. cit., p. 86.

⁴⁷ Ibid., p. 83.

⁴⁸ MONIZ BANDEIRA, L. A. *De Martí a Fidel – a Revolução Cubana e a América Latina*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1998, p. 21. Essa perspectiva encontra-se refutada em Schoultz, que considera que, em determinados momentos, o governo norte-americano tomou severas medidas contra os flibusteiros . SCHOULTZ, op. cit., p. 86 e ss.

⁴⁹ MONIZ BANDEIRA, op. cit., p. 14.

⁵⁰ SCHOULTZ, op. cit., p. 66.

⁵¹ BANDEIRA, op. cit., p. 15.

⁵² Ibid., p. 73.

⁵³ COMMANGER et alii, op. cit., p. 549.

⁵⁴ FALCON, F. J. C. e MOURA, G. *A formação do mundo contemporâneo*. 2 ed. Rio de Janeiro, Americana, 1975, p. 88. Mesmo reconhecendo que essa perspectiva foi relativamente revista em trabalhos posteriores dos dois autores em questão, optei por utilizá-la por considerá-la representativa de uma visão economicista do imperialismo. Sobre a nova perspectiva adotada por esses autores, ver: MOURA, G. *Estados Unidos e América Latina*, op. cit.; e, também, FALCON, F. J. C. “O capitalismo unifica o mundo”. In: *O século XX*, op. cit.

⁵⁵ FALCON e MOURA, op. cit., p. 90.

⁵⁶ Ibid..

⁵⁷ Citado em SCHOULTZ, L. *Estados Unidos: poder e submissão*. Bauru, Edusc, 2000, p. 68. Jefferson Davis foi Secretário de Guerra no Governo do Presidente Franklin Pierce (1853-1857)

⁵⁸ Citado em SCHOULTZ, *ibid.*, p. 62. John Calhoun foi Secretário de Estado ao longo do governo do Presidente John Tyler (1841-1844)

⁵⁹ FICHOU, J. *A civilização Americana*. Trad. Maria Carolina F. de Castilho Pires. São Paulo, Papirus, 1990, p. 114.

⁶⁰ Citado em DIVINE et alii, op. cit., p. 288. O’Sullivan foi editor influente e um dos “proponentes” do Movimento Jovem América, de caráter expansionista.

⁶¹ DIVINE et alii, op. cit., p. 288.

⁶² MONIZ BANDEIRA, op. cit., p. 16.

⁶³ SCHOULTZ, op. cit., p. 66.

⁶⁴ Ibid., p. 92.

⁶⁵ Senador pelo Partido Republicano, foi um dos mais proeminentes *jingoistas* (expansionistas) de fins do século XIX e, juntamente com Theodore Roosevelt, defensor do *Destino Manifesto*.

CRIMINALIZAÇÃO DAS LUTAS SOCIAIS EM ESTADOS AUTOCRÁTICOS BURGUESES*

Vera Lucia Vieira**

Resumo

Neste texto são discutidos os processos de violência policial que perpetuam a autocracia do Estado em países latino-americanos. Reflete-se que integra outros, do mesmo teor, sobre as abordagens analíticas que vêm sendo dadas ao tema, assim como sobre as evidências atuais dessas práticas cometidas contra a população encarcerada por crimes comuns e sobre a demonização dos movimentos sociais organizados. Considera-se que, sendo esse Estado incapaz, por sua própria configuração autocrática e politicista, de atender ou mesmo reconhecer, nessas lutas, demandas sociais, reputa à contravenção e à essas manifestações, a violência e a insegurança vigentes na sociedade, mas decorrentes da exclusão socioeconômica e cultural.

Palavras-chave

Autocracia; violência policial; políticas públicas; América latina.

Abstract

In this text are discussed the processes of police violence that perpetuate the State autocracy in Latin-American countries. This text, which integrates others of the same tenor, reflects about analytic approaches that have been given to this topic, as well as about the present evidences of these practices committed against the population incarcerated for common crimes, and the demonization of organized social movements. It is considered that, since this State is unable – because of its own autocratic and politicist configuration – to meet the needs or even recognize social demands in these struggles, it attributes to the contravention and to these manifestations, the violence and the insecurity present in society, though arising out of the socio-economical and cultural exclusion.

Key-words

Autocracy; police violence; public politics; Latin America.

O tratamento dessa temática nos remete ao universo dos estudos que tratam das relações entre violência e Estado, entendido este, comumente, como o aparato institucional que rege a nação. Tais estudos podem ser tomados em dois âmbitos fundamentais: os que se referem aos períodos ditos democráticos e os que a analisam nos períodos ditatoriais ou “autoritários”.

Nos períodos da ditadura, a violência do Estado contra a população põe a nu a luta de classes e as bases de sustentação do regime que ameaça, coíbe, transgride e mata impunemente. Conforme diz o senso comum, é fácil reconhecer o inimigo e, embora seja muito difícil contrapor às Forças Armadas a reação social, as resistências se manifestam de inúmeras formas e qualquer fragilidade do regime ditatorial viabiliza a reação permanentemente latente nos setores oprimidos, resultando em suas quedas.

No entanto, a violência contra a população, em geral pobre, excluída do acesso às condições de uma vida digna ou marginalizada dos benefícios do estado de direito se mantém nos períodos de distensão ou de democratização. Confundida com a violência que tem aumentado na mesma proporção do crescimento urbano, ela traduz a perpetuação da exclusão socioeconômica e cultural que tem caracterizado o capitalismo.¹

As evidências das violências estampadas nos noticiários do presente² e as comprovações documentais que as relatam no passado,³ perpassando pelas diversas formas como esses Estados vêm se configurando no Brasil e em outros países latino-americanos,⁴ comprovam a relevância e a necessidade do aprofundamento de reflexões sobre o tema, ou seja, o sentido que possuem, a ideologia que veiculam, a gênese da forma específica que adquirem nestas sociedades e a função social que cumprem.

Miriam Abramovay, resgatando os diferentes conceitos que o termo violência tem suscitado, considera que, embora a literatura aponte para uma tendência de conceituar a violência de forma mais abrangente do que relacioná-la apenas com atos que imputam danos físicos a pessoas ou grupos de pessoas, o “referente empírico do núcleo desse conceito é a violência física e que esta concepção encontra amparo nos códigos penais e nas perspectivas profissionais – médicas e policiais, por exemplo – quanto ao fenômeno”. Embora o enfoque de seu trabalho seja o de caracterizar a situação de violência em que vivem jovens em situação de vulnerabilidade social, resgata o debate que busca conceituar as diferentes manifestações de violência, desde a física, até a moral, intelectual, individual ou coletiva.

A intenção de ferir, ofender, deliberadamente atingir negativamente o outro seria um constituinte de violência, mas não o suficiente para sua caracterização, (...) já que situações ou formas coercitivas que gerem danos, dor, morte, particularmente quando perpetradas pelo Estado,

também podem ser qualificadas de violentas. “A violência física é que significaria efetivamente a agressão contra as pessoas, já que ameaça o que elas têm de mais precioso: a vida, a saúde, a liberdade”.⁵

Observa-se, de fato, que estudos recentes têm dado cada vez mais relevância à análises e reflexões que tratam da violência no âmbito da cidadania, ou seja, que abordam a questão da violência buscando caracterizar a situação de grupos ou indivíduos em condições do que denomina “vulnerabilidade social” e, que, nessa condição, ficam submetidos à violência e tendem a se tornar também violentos.

Denuncia-se o “monopólio público da violência legitimada (...) como ameaça ao desenvolvimento da sociedade democrática”, a que se contrapõem as evidências da fragilidade do exercício da cidadania e a necessidade de se incrementar a apropriação dos direitos humanos pela maioria da população,⁶ particularmente o direito e acesso à justiça e o caráter discriminatório das leis vigentes nestes países, o que aumenta a marginalidade e amplia a violência. Constitui-se assim um ciclo vicioso de culpabilização mútua: manutenção de altos índices de violência coibidos por aparatos policiais e governamentais que atuam com violência de que resultam sociedades violentas.⁷ Analisa-se a impotência dos aparatos governamentais para coibir ou controlar a violência reconhecida nos atos caracterizados como atentados à segurança de indivíduos ou à sociedade, denominados crimes comuns e pequenos delitos cometidos por infratores, sendo comuns as referências à sua gênese nas condições de exclusão econômica, social e civil.⁸

Nesses estudos abundam as estatísticas sobre a miserabilidade e as desigualdades sociais, em termos de PIBs e a falta de acesso aos benefícios sociais. Tais dados comprovam a desigualdade socioeconômica que afeta a região e que, no Brasil, atinge seus maiores índices em decorrência do denso contingente populacional e da altíssima concentração de renda, reiterando a falta de acesso ao estado de direito, no interior do que podemos observar que o preceito da igualdade de todos perante a lei se consolida na máxima dantoniana de que a lei garante as condições da desigualdade.⁹

Embora com menor incidência, têm sido abordados também, em geral em termos de denúncia, os atos praticados quotidianamente pelo Estado, inclusive a manutenção de práticas de tortura, cometidas em espaços institucionais pelo aparato policial e, infelizmente, aceitas pela sociedade em geral e banalizadas pelos noticiários.

Não fosse a ação de algumas e poucas entidades a denunciarem tais arbitrariedades, esta impunidade passaria incólume.¹⁰ Também aqui se observa que, para tais autores, a prática de obter confissões mediante tortura e a impunidade dos torturadores decorre de

fatores vinculados ao próprio aparato coercitivo, ou seja, ao aparato prisional, policial e judiciário, associando tais práticas à incapacidade do novo Estado democrático de erradicar os maus-tratos impostos a prisioneiros comuns.¹¹

Preocupados com a defesa do Estado “democrático”, tendem a considerar que há diminuição da gravidade e do escopo da tortura com a diminuição da “oposição política armada”,¹² ou seja, acabam por reputar à luta armada contra a ditadura parcelas da responsabilidade pela utilização das torturas como interrogatório.

É possível ter acesso, portanto, a análises sobre as evidências do distanciamento entre a lei e a prática, comprovadas pelos abusos contra os direitos humanos cometidos pelas autoridades constituídas, que cometem publicamente crimes horrendos.¹³ relatados frequentemente pela mídia e pelos meios de comunicação, embora poucas referências se encontrem relativas à análise da impunidade dos infratores legalmente constituídos, além da constatação das dificuldades em comprovar a autoria desses crimes.¹⁴

Denunciam-se as desumanas condições de encarceramento, em cujas celas apinham-se pessoas, condenadas ou não, de diversas faixas etárias, com vivências distintas em termos de contravenções e por onde circulam quase que livremente drogas e os mais variados tipos de entorpecentes. Aí falta assistência médica e de saúde, falta vigilância sobre o cotidiano da vida dessas pessoas, em princípio sob a guarda do Estado, que submetidas à violência sexual e a abusos de toda ordem.

Os constantes motins e rebeliões são a prova mais cabal de que, mesmo encarceradas em condições degradantes, sob as quais se misturam presos por delitos comuns com assassinos contumazes e traficantes reconhecidos, essas pessoas preferem se expor à morte no confronto desigual com policiais armados com o intuito de chamar a atenção da sociedade para sua condição insustentável.

A reação das forças policiais a esses protestos tem-se traduzido, em vários países da região, em massacres cometidos em nome da restauração da “ordem”. Assim como no Brasil, conforme Rodley, “a prisão na América Latina é o espaço da desordem que vem à tona por breves períodos de tempo como consequência das revoltas nas prisões”.¹⁵

Mas os estudos tendem a buscar a gênese desse estado de violência em dois fundamentos básicos: a fragilidade das instituições democráticas, em particular do sistema judiciário e ao não exercício de práticas cidadãs, propondo, a partir daí, reformas que diminuam a corrupção e aumentem a segurança, assim como desenvolver ações para ampliar a consciência social sobre os direitos humanos e o estado de direito, entre as quais a educação cidadã ganha relevância.

Reputam os autores que os sistemas judiciários, além de sua inoperância, mantêm uma estrutura e um funcionamento nos termos fixados pelos períodos ditatoriais.¹⁶ Assim é, embora por vezes se disponha, em vários dos países que analisamos, de um corpo de leis extremamente progressista em termos de direitos humanos.

Tais estudos estabelecem a relação entre a forma como se compõem os autos processuais e a tortura impingida aos aprisionados pelo Estado, que continua sendo o meio mais cabal de obtenção da confissão das pessoas aprisionadas. Constatam também os elevados salários dos altos escalões do poder judiciário, que contrastam com as condições materiais, administrativas e técnicas das delegacias de bairros e com os valores dos rendimentos dos policiais que atuam nas ruas, corroborando com uma situação que incentiva a corrupção. Tais autores consideram imprescindível que se façam novas reformas no sistema judiciário, embora alertem também que esta não é neutra em nenhuma sociedade, sofrendo a influência de grupos com maiores condições de atuar junto aos poderes decisórios governamentais, ajustando-se ao fim a certos interesses sociais e subordinando-se muito freqüentemente à manipulação dos políticos.

Outros autores abordam essa questão pelo ângulo das evidências de que se manifesta uma cultura preconceituosa contra a população pobre, vigente tanto na polícia civil quanto na militar, associando-a à desigualdade social, à exclusão socioeconômica atávica que assola essas sociedades.

No entanto, ainda são poucos os estudos¹⁷ que resgatam tais evidências em uma perspectiva histórica, buscando entendê-las como expressão de uma particular formação social, na qual a democracia, enquanto valor universal, se inviabiliza e mesmo a democracia civil, apregoada pelos iluministas, se compõe de forma restringida. Observa-se ainda que a maior parte dos autores aqui citados são sociólogos, antropólogos,¹⁸ assistentes sociais, da área de política, e que poucos são os historiadores¹⁹ que vêm se dedicando a analisar essa questão atual na perspectiva acima citada. Pois debruçar-se sobre questões atuais como campo de estudos historiográficos tem levado alguns historiadores a desenvolverem reflexões sobre a pertinência e validade dessa perspectiva do ponto de vista teórico, considerando tratar-se de processos em curso, cuja “análise corre o risco de ser rapidamente superada pelos eventos que se sucedam”, embora essa questão mereça reflexões à parte deste artigo.²⁰

Ângela de Almeida, analisando as arbitrariedades cometidas pela polícia, situa essa perspectiva histórica, particularmente ao falar da prática de torturas e das injustiças judiciárias (pois preso rico não é torturado), bem como das abordagens humilhantes e chantageado-

ras, que facilmente se transformam em execuções sumárias, como frutos, de um lado, da transposição de um histórico preconceito de classe, que se transmuta dos escravos para os pobres (a classe de baixo).

A visão de mundo que governa as relações entre ricos e pobres não pode integrar nem a idéia de igualdade, nem muito menos a de fraternidade dentro da nação. Os pobres, sobretudo os que “não se comportam bem” no seu lugar de excluídos na ordem, não são irmãos, não são nacionais, são quase que uma outra “etnia”, um “outro” a atravancar o “melhor do Brasil que são os brasileiros”, “o Brasil do futuro”. Tortura e morte é o que merecem.²¹

Conforme diz Ângela de Almeida, em seu artigo sobre a mobilização de funcionários de uma instituição de encarceramento de crianças, jovens e adolescentes delinquentes de São Paulo.

Como os defensores de direitos humanos bem sabem, há muita gente, entre jornalistas, políticos, militantes e mesmo autoridades governamentais ou judiciárias, que encaram a tolerância com o flagelo da tortura como “um problema cultural brasileiro”, difícil de erradicar. (...) Ora, sabemos bem que não é isso. (...) O que uma parte considerável da opinião pública brasileira não tolera é o crime dos pobres contra o patrimônio dos ricos. Nestes casos a tortura é ou ignorada como um “não-acontecimento”, ou tolerada, quando não incentivada abertamente. E ela só é empregada contra os infratores pobres.²²

Nessa ótica, os pobres são, em princípio, os perigosos e, por isso, deve-se exercer sobre eles permanente vigilância e controle, colocando-se a salvo os que detêm posses.²³ Caracteriza-se assim, segundo esses estudos, um tratamento discriminatório e desigual por parte da polícia e do sistema judiciário, que vêem a regra da lei como um obstáculo, em vez de uma garantia efetiva, ao controle social; eles acreditam que o seu papel é proteger a sociedade dos “elementos marginais” por qualquer meio disponível. Conforme Chevigny, “a polícia e outras instituições do sistema da justiça criminal tendem a agir como ‘guardas de fronteiras’, protegendo as elites dos pobres”.²⁴

A polícia torna-se uma ameaça à população, pois qualquer pessoa é suspeita a partir, muitas vezes, de sua aparência física. As “abordagens”²⁵ nos bairros mais afastados são freqüentes e, a qualquer movimento que se considere suspeito, atira-se para matar. São comuns as notícias e os depoimentos de familiares relatando assassinatos desse tipo cometidos pelas polícias civis e militares.

Ainda segundo Chevigny, em alguns países, a polícia tem também poderes especiais, que servem para enfatizar sua independência das leis que governam o resto do sistema penal. Na Argentina, por exemplo, até poucos anos atrás, a polícia federal podia deter uma pessoa por até trinta dias por vadiagem, bebedeira ou mesmo travestismo. Na Venezuela, a

polícia pode deter pessoas consideradas como ameaça à sociedade por até cinco anos, confirmando, portanto, a crença de que a polícia, basicamente, tem a função de controlar as pessoas pobres.²⁶ Ao que podemos acrescentar o fato de que, no Brasil, o prisioneiro não pode se expressar publicamente, sendo-lhe cerceado o direito de livre expressão, sob a alegação de que seus relatos sensibilizavam a opinião pública ao expor sua situação.

No Brasil, a constituição de 1988, que fixou os princípios da democracia no país, não mudou a decisão tomada durante a ditadura militar, de que crimes comuns cometidos pela polícia militar deveriam ser julgados por cortes da polícia militar. Essas cortes, constituídas de oficiais militares e fundamentadas por investigações criminais imprecisas, frequentemente sancionam o uso excessivo da força, inclusive o uso desnecessário de força letal, mantendo-se como *enclaves*²⁷ autoritários em regimes pós-ditaduras.²⁸

Tais evidências nos remetem à constatação do quanto as sociedades latino-americanas²⁹ tendem a se apresentar como democracias liberais, mas a igualdade de todos perante a lei é regularmente contestada pela distribuição desigual de poder.³⁰ Resulta daí que, para a maior parte da população, a lei é ameaçadora e um instrumento de opressão.

Em que pesem algumas exceções, tais abordagens têm como pressupostos fundamentais, que se evidenciam particularmente nas observações dos autores sobre as soluções possíveis: de que esses fatos expressam a fragilidade das instituições democráticas ainda em construção e que, portanto, as soluções passam por alterar, no interior da mesma ordem vigente, as políticas que vêm sendo gestadas.³¹

Nesse sentido, é possível constatar como tais análises tendem a ficar circunscritas ao universo das políticas e denotam o *ardil do politicismo*, conforme diria José Chasin.³² Pois, segundo ele, “politicizar é tomar e compreender a totalidade do real exclusivamente pela sua dimensão política e, ao limite mais pobre, apenas do seu lado político-institucional”.³³

Expulsa a economia da política ou, no mínimo, torna o processo econômico meramente paralelo ou derivado do andamento político, sem nunca considerá-los em seus contínuos e indissolúveis entrelaçamentos reais, e jamais admitindo o caráter ontologicamente fundante e matrizador do econômico em relação ao político.³⁴

Politicismo que se evidencia nas análises, mas que traduz, a nosso ver, uma condição inerente à especificidade de nossa formação social. Pois a governabilidade burguesa, reduzida em sua possibilidade de atuar com autonomia e de cumprir sua função de classe nessa particular forma de regime liberal quanto ao atendimento das demandas sociais (imprescindíveis ao próprio desenvolvimento do capitalismo, sob pena de rompimento da sua própria lógica), reduz sua ação à dimensão do político, enquanto a ordem econômica gerencia a subordinação.

As políticas públicas, fundadas na lógica da “integração” da América Latina aos países hegemônicos, significam a permanência dos vínculos sociais, políticos, econômicos, científicos, culturais, diplomáticos e militares na condição de subordinação. Nessa lógica, o Estado – que, classicamente, aparenta ser distinto das forças sociais que o engendram – gesta políticas que não só não atendem às necessidades sociais, mas se contrapõem a elas, atingindo, por vezes, até mesmo os segmentos da burguesia que lhe dão sustentáculo.³⁵

Aos *enclaves* autoritários de toda ordem que se perpetuam, tanto institucionais³⁶ quanto no ideário da população, soma-se a incapacidade das políticas em atender às necessidades sociais em tempos de “democracia”³⁷. Além disso, o não reconhecimento da realidade autoritária do Estado autocrático resulta em que essas inoperâncias passem a ser discutidas enquanto políticas ineficientes, reputando-se à política a determinação do desenvolvimento social. Observa-se, assim, a autonomização do político e sua conseqüente hiperacentuação, embora, de fato, isso expresse “seu esvaziamento numa entidade abstrata, a perda de sua concretude e decorrentemente de sua potência e eficácia”.³⁸

Analisar a violência institucionalizada a partir das ações do aparato policial como expressão de um Estado autocrático nos remete também ao outro lado da questão, isto é, à necessidade de considerar que as ações consideradas contraventoras também expressam tal ordenamento social, raciocínio que se estende aos movimentos e às lutas sociais.

Embora não seja objeto de nosso estudo imediato a análise desses movimentos e lutas na contemporaneidade, uma rápida busca na historiografia que trata do tema nos indica que a mesma tônica pode ser referida aos estudos relativos às lutas sociais ideologicamente configuradas. Tais movimentos ou lutas sociais explicitam suas demandas de forma organizada, através de partidos e organizações diversas, e já se configuram enquanto tradições em toda a América latina, emergindo, submergindo e recrudescendo conforme as circunstâncias e especificidades históricas.³⁹ Essas lutas e organizações, assim como suas ações, embora sendo objeto de estudos de inúmeros historiadores quando se trata de situá-las enquanto resgate no passado, ao se manifestarem no presente, mantêm-se ainda tangenciais no escopo historiográfico.

Apesar da significativa produção historiográfica sobre o período que antecede a década de 80, a produção historiográfica atesta, particularmente no Brasil, que este não tem sido considerado um tema nobre, merecedor de reflexões mais aprofundadas. Tal situação não se observa, por exemplo, no caso da Argentina, onde as reações sociais à crise que afetou aquele país na década de 90 geraram inúmeras reflexões de especialistas de várias áreas, particularmente historiadores.

Além disso, a abordagem que se evidencia em sua ampla divulgação na imprensa expressa em si o antagonismo de classe inerente às circunstâncias que também essas lutas sociais fazem emergir no cenário regional, nacional ou local. Demonizada nas ditaduras, que chegam a elevá-la como fatores determinantes dos golpes militares e objeto de suas doutrinas de segurança nacional, nos períodos de distensão social mantêm a aura de ameaçadores da ordem, mesmo nos casos em que suas demandas sejam apenas por reformas necessárias à viabilização do próprio capitalismo.

Do que podemos deduzir, do que até aqui foi exposto, que são vários os indicadores de que esses movimentos e lutas, assim como os atos registrados como crimes comuns, são expressões de demandas sociais que, não sendo reconhecidas pelo Estado como tais, sofrem suas ações repressivas e arbitrárias, tanto em períodos de ditaduras quanto nas épocas de distensão. E que ambas as dimensões dessa violência expressam o caráter autocrático de nossa forma de ser social, ou seja, o Estado.

Cabe, a partir dessa hipótese, o questionamento que também não é novo na historiografia: sobre a viabilidade da institucionalização da democracia, mesmo nos moldes preconizados pelas burguesias liberais a partir dos fins do século XVIII.

Chasin, analisando essas circunstâncias no caso brasileiro, comprova de que forma se passa, ao longo da história deste país, da forma de dominação autoritária para as ditaduras, o que foi recuperado por Ivan Cotrin, em artigo, no qual analisa a lógica que funda a teoria da dependência.⁴⁰

Nesse contexto e diferentemente do processo de ascensão da burguesia européia e do ordenamento do seu correspondente aparato estatal, a burguesia nacional mostra-se incapaz de promover sua revolução, pois isso demandaria unificar-se internamente e apoiar-se na forças sociais que exclui. Nessa condição, essa classe, no limiar das necessidades de promover reformas impostas pelo próprio desenvolvimento do capitalismo, mantém os enclaves autoritários vigentes nos períodos de ditaduras bonapartistas, consolidando a autocracia. Longe ficamos do preceito de que as leis são a exteriorização das vontades dos indivíduos como um corpo único, isto é, cidadãos fazendo as leis e se reconhecendo nelas e não coagem arbitrariamente os indivíduos, porque impostas de cima para baixo conforme a lógica da dominação de “uma categoria social cuja potência auto-reprodutiva do capital é extremamente restringida, uma burguesia que é incapaz de exercer sua hegemonia e, com isso, incorporar e representar efetivamente os interesses das demais categorias sociais numa dinâmica própria”.⁴¹

Inverte-se, portanto, o sentido da violência nos moldes do que apontava Marx no século XIX, ao analisar a emergência do Estado prussiano e a contraposição entre o corpo de leis que era erigido e as atividades costumeiras do povo comum para garantir sua

sobrevivência. Desse confronto resulta que Estado coloca na ilegalidade o que é tido como direito comum, resultando que: quem faz o bandido é o Estado. E quanto ao seu aparato institucional, reflete o mesmo autor, “*El gobierno del Estado moderno no es más que una junta que administra los negocios comunes de la clase burguesa*”.⁴²

Nas diversas especificidades latino-americanas, apenas recentemente e porque impulsionadas pela lógica do capital internacional, a burguesia passou a reconhecer que a absurda exclusão socioeconômica e cultural a que se chegara era impeditiva da instauração de qualquer democracia, mesmo nos termos assumidos pelos liberais do século XIX. Nesse sentido, a contradição entre o ideal desenvolvimentista liberal e a sociedade dividida em classes – já percebida por Stuart Mill no início do século XIX –, só muito recentemente tem sido reconhecida como uma necessidade imperiosa, embora sem que sejam adotados, de forma concreta, os mecanismos para tanto. Na época, Stuart Mill propunha que as bárbaras condições de exploração haviam se tornado impeditivas da realização da democracia, o que poderia ser eliminado, não apenas pelo processo político democrático, como outros afirmavam, mas pelo desenvolvimento de institutos de integração social como a educação. Com exceção do México e do Chile que, no século XIX assumiram circunscrita às suas condições específicas, apenas recentemente e totalmente subordinada à lógica do mercado, além de desvinculada de outras medidas que visem reduzir a desigualdade social, se discute a questão educacional como “o” fator que reverterá essa situação.⁴³

Nessas circunstâncias, à contradição entre a democracia apregoada pelos iluministas do século XVIII e o liberalismo adotado no século XIX europeu acrescem-se, no caso dos países latino-americanos, os problemas da subordinação e da dependência. Esses países se caracterizam como enclaves na conformação dos Estados nacionais e seus desdobramentos ao longo do século XX, adentrando o XXI.

O permanente aborto das radicalizações, mesmo burguesas, que poderiam romper com o conservadorismo e liberar as forças produtivas capazes de gestar uma nova ordem, interrompe a concretização de uma processualidade que adquire tons semelhantes na região. Nessa lógica, em nossa historicidade, as leis continuam a ser estabelecidas pelo alto, mediante acordos definidos em consensos pós-ditaduras⁴⁴ que têm como preceito básico, não o atendimento das demandas sociais, mas, pelo contrário, a rearticulação do bloco do poder de forma a apaziguar, cooptar e anular as demandas sociais latentes, que advinham fortalecidas pelas recentes mobilizações contra as ditaduras (apesar dos desfalques em suas lideranças cometidos pelas repressões).⁴⁵

Não há em nossa formação o exercício da crítica iluminista, o que incide sobre o objeto criticado, não de forma aleatória, mas fincada em suas raízes sociais no bojo de guerras civis e revoluções, e contestações às verdades dogmáticas, fossem elas religiosas ou políticas.

Os processos de distensão⁴⁶ que reinserem a autocracia após os períodos ditatoriais bonapartistas ocorrem de modo muito semelhante entre os países latino-americanos submetidos a ditaduras ou ao autoritarismos. Nestes, as lideranças no novo poder concordam em manter preceitos autoritários em nome da segurança nacional, da manutenção da ordem, dos compromissos internacionais assumidos (pagamento das dívidas nos mesmos moldes preconizados).

Tais preceitos constitucionais garantiram impunidade aos torturadores, permitindo-lhes se manterem em postos e cargos públicos da polícia civil, entre outros.⁴⁷ Cooptadas as lideranças dos movimentos sociais que passam a integrar os colégios eleitorais, eles corroboram com as candidaturas únicas a serem referendas. São as “*concertaciones chilenas*”, o “colégio eleitoral brasileiro”, o “acordo para a modernização mexicana”.

Não se trata apenas de uma composição, mas da permanente recomposição que se evidencia ao longo da historicidade⁴⁸ de formações que se caracterizam, conforme Chasin, pela via hipertardia que gesta o capital atrofico, no qual a burguesia, por sua incompletude de classe, mostra-se incapaz de liderar as reformas necessárias ao desenvolvimento do próprio capitalismo fazendo alianças com as classes sociais excluídas que lhe garantiriam a força suficiente para atingir a radicalidade necessária à consolidação da democracia, no nível atingido pelas sociedades desenvolvidas.

Pois um Estado em que as decisões políticas, sejam de ordem social, econômica ou cultural, não conseguem atender às demandas sociais, reordenando permanentemente as mesmas forças dominantes no bloco do poder e mantendo os enclaves autoritários caracteriza o que se denomina o “cesarismo militar”.⁴⁹ Não ocorre o rompimento com a institucionalidade autoritária, em que o acesso ao estado de direito fica restrito ao voto, em que os guardiões da constituição legalmente constituídos se locupletam na defesa de interesses individuais em detrimento do interesse público. Nestas circunstâncias, não se gestam as forças sociais capazes de conduzir as ações para a radicalidade.

Nesse sentido, não se trata apenas de uma perspectiva autoritária que – conforme bem aponta Maciel, ao analisar tais permanências no período pós-ditadura brasileira – limita as pressões dentro da ordem e exclui ou pacifica as pressões contra a ordem. O que, ainda segundo ele, “ocorreu tanto na esfera de representação direta de suas diversas frações no interior da sociedade política, quanto na esfera de representação burocrática, com o deslo-

camento dos militares da função cesarista de direção política do Estado e do bloco no poder para a função de tutela, permitindo a composição pelo alto”.⁵⁰ Trata-se, sim, de garantir a institucionalidade autoritária que caracteriza essas formações sociais.

(...) concluso pode contemplar, em sua autonomia estrutural, amplas parcelas das categorias subalternas, elevando-as no plano das condições materiais de vida; nas formas do capital inconcluso, as formações típicas da via colonial de objetivação capitalista, em face de seu retardo histórico, antepõe de modo excludente, permanentemente, evoluer nacional e progresso social. É graças a esta determinação histórica, a sua incompletude de classe, que se constitui o capital atrófico e subordinado, com suas características egoística e exclusivista.⁵¹

Essa composição pelo alto ante a mobilização das classes excluídas, considera uma grande concessão a abertura à representação eleitoral, não transita da ditadura para a democracia, mas sim da autocracia para as ditaduras quando enfrenta a necessidade de proceder às reformas demandadas pelo próprio capitalismo, sob pena do não reordenamento de sua inerente entropia.⁵²

Recebido em maio/2005; aprovado em agosto/2005

Notas

* Texto apresentado no encontro intitulado Xº Jornadas Interescuelas/Departamentos de História, Rosario, 20 a 23 de setembro de 2005, Argentina.

** Professora doutora do Departamento de História da PUC-SP, integrante do Núcleo de Estudos de História, Trabalho, Ideologia e Poder (Tipo) e Coordenadora do Centro de Estudos de História Latino-Americana (Cehal). E-mail: vevi@terra.com.br.

¹ FRANCISCATTI, K. V. S. *Violência, preconceito e propriedade. Um estudo sobre a violência a partir da teoria crítica da sociedade*. São Paulo, sn, 1998.

² *Cadernos Adenauer II*. n.º1. *A violência do cotidiano*. São Paulo, Fundação Konrad Adenauer, março, 2001.

³ Nesse sentido, ver estudos de REZENDE, P. *A harmonia propagada pelo despotismo: as ideologias do governo Vargas sustentadas pelo seu Ministério da Guerra (1935 a 1940)*; PETRINI, L. A. *Contraven-tores e trabalhadores! Uma leitura dos processos sobre homicídio cometidos por trabalhadores pobres em São Paulo nos anos de 1937 a 1945*; SOUZA, A. M. da S. *Um ideal de prática educacional democrática entre a autocracia do Estado e o corporativismo do sindicato*, e ONODERA, I. *Estado e violência: um estudo sobre o massacre do Carandiru*. Integrantes do Cehal (mestrados sob orientação do autor).

⁴ VICÁRIO, G. *Militares e política na América latina*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1979; ROCA, G. *Las dictaduras Militares del cono sur*. Buenos Aires, El Cid, 1984; SADER, E. *Um rumor de botas*. São Paulo, Polis, 1982; AGUIRRE, C. e BUFFINGTON, R. (eds). *Reconstructing Criminality in Latin América*. Scholarly Resources, 2000.

⁵ ABRAMOVAY, M. et alii. *Juventude, Violência e Vulnerabilidade Social na América Latina: desafios para Políticas Públicas*. Brasília, UNESCO/BID, 2002, pp. 28 a 33. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001271/127138por.pdf>;

⁶ ABRAMOVAY, M. op. cit.

⁷ Constatando o aumento da violência cotidiana no Brasil após a década de 80, MESQUITA NETO demonstra que a resposta ao aumento da criminalidade e da violência foi o aumento do número de agentes empregados em serviços públicos e privados de segurança e na quantidade de recursos investidos em serviços de segurança. Apesar de não existirem ameaças ao Brasil, no período de 1985 a 1995, o número de policiais militares e civis e guardas municipais aumentou 45,4%. O número de policiais civis aumentou 126,8% de 1982 a 2000, só no Estado de São Paulo, que é o mais populoso do país. MESQUITA NETO, P. Crime, violência e incerteza política no Brasil. *Cadernos Adenauer II. A violência do cotidiano*, n. 1. São Paulo, Fundação Konrad Adenauer, março, 2001, pp. 31-32. Também observam os autores o aumento dos gastos com militarização, não apenas das forças armadas, mas também da polícia civil. COGGIO-LA, O. *Governos Militares na América latina*. São Paulo, Contexto, 2001, pp. 37-38. Existem inúmeros estudos sobre a violência nos outros países latino-americanos. Mas, apenas a título de exemplo, podemos citar o artigo de SALAMA, Pierre. La violencia lationamericana vista por los economistas. *Revista Ciclos, en la história, la economía y la sociedad*, n. 24, año 2002, Facultad de Ciências Econômicas, Univ. Buenos Ayres.

⁸ PINHEIRO, P. S. (org.). *O Estado de Direito e os Destituídos na América Latina*. CDRoom, Núcleo de Estudos sobre a Violência, USP-SP, 2004; VELHO, G. Violência e Cidadania. *Dados. Revista de Ciências Sociais*, v. 2, 3 n. 3, 1980; CALDEIRA, T. The Paradox of Police Violence in Democratic Brazil. *Ethnography*, v. 3, n. 3, 2002; Observatório de Violências Policiais, São Paulo. Disponível em: <http://www.ovp-sp.org>.

⁹ Refiro-me ao debate mantido entre Danton e Robespierre no período da Convenção, no qual o primeiro questiona o preceito de que a igualdade seria garantida pelos preceitos legais, na ordem liberal.

¹⁰ Muito recentemente e funcionando ainda de forma incipiente podem-se obter informações e documentos e denúncias de torturas, impunidade e arbitrariedades policiais em alguns sites, como é o caso do mantido pela entidade *Observatório de violências policiais*. Apenas a título de ilustração, dentre os inúmeros, citamos alguns: “Moça que tenta roubar xampu é torturada dentro de carceragem sob responsabilidade da Secretaria de Segurança Pública e perde o olho direito; 30 de junho de 2004. Casal é torturado em sua própria casa, na Vila Arriete (zona sul de São Paulo) e depois o marido é assassinado dentro do 99º Distrito Policial, de Campo Grande (zona sul de São Paulo. 24 e 26 de fevereiro de 2004); Cinco jovens são torturados para confessar o roubo inexistente de um carro, em São Bernardo. 18 de fevereiro de 2004; Morte por tortura, como “queima de arquivo”, de Fernando Dutra Pinto no CDP Chácara Belém 11 (zona leste de São Paulo), 2 de janeiro de 2002, *Observatório de violências policiais*. Disponível em: <http://www.ovp-sp.org/index.htm>. Entidades e associações: Centro Santo Dias de Direitos Humanos; Associação de Mães e Amigos da Criança e do Adolescente em Risco – Amar; Núcleo de Estudo da Violência da USP (NEV); Petronella Boonen – Centro de Direitos Humanos e Educação Popular – DHEP; Associação em Nome do Bem Comum.

¹¹ TAVARES DOS SANTOS, J. V. A Violência como Dispositivo de Excesso de Poder. *Sociedade e Estado – Violência*. UNB. v. 10, n.2, jul/dez, 1995.

¹² RODLEY e BOLÍVAR, in PINHEIRO, op. cit., 2004.

¹³ Chacina da Favela Jardim Portinari, Diadema (Grande São Paulo) – Mãe e dois filhos jovens são assassinados por um policial militar diante de cerca de 30 pessoas, com a ajuda e a passividade de mais seis colegas. 4 de julho de 2005. *Observatório de violências policiais*. Disponível em: <http://www.ovp-sp.org/index.htm>.

¹⁴ BENEVIDES, M. V. de M. *Violência, povo e polícia. Violência Urbana no Cotidiano da Imprensa*. São Paulo, 1983; GIDDENS, A. *O Estado-Nação e a violência*. São Paulo, Educ, 2001.

¹⁵ RODLEY, in: PINHEIRO, op. cit.

¹⁶ “Não obstante a passagem do poder aos civis, em 1985, boa parte do sistema repressivo continuou agindo, como o Sistema Nacional de Informações (SNI) que só seria extinto no governo de Fernando Collor de Melo. A Agência que o sucedeu, a Abin, (...) não conta com mecanismos sociais de controle efetivo, através do congresso nacional, de suas atividades, e, de tempos em tempos, temos notícias de atividades escusas de espionagem do país”. FICO, C. “Espionagem, polícia política, censura e propaganda: os pilares básicos da repressão”. In: FERREIRA, J. e NEVES, L. de A. *O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins de do século XX*. Rio de Janeiro, Civ. Brasileira, 2003.

¹⁷ COSTA, A. T. M. *Entre a lei e a ordem*. Editora Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2004.

¹⁸ Dentre os quais se destaca Luis Eduardo Soares, por suas análises e experiências institucionais.

¹⁹ PEDROSO, R. C. *Os Signos da Opressão. História e Violência nas Prisões Brasileiras*. São Paulo, Arquivo do Estado/Imesp, 2003. *Violência e Cidadania no Brasil*. São Paulo, Ática, 1999.

²⁰ CALIL, G. (CD: *Anais do Simpósio Nacional de História (23:2005)*. Londrina, PR. Anphu. Editorial Mídia. 2005). CHAUVEAU, A. e TÉTART, P. (orgs.). *Questões para a história do presente*. Bauru, Edusc, 1999.

²¹ ALMEIDA, A. M. de. Violência e cordialidade no Brasil. *Estudos – Sociedade e Agricultura*, n. 9, out., 1997.

²² Id. Sindicato de trabalhadores a favor da tortura? Equipe GH. Historiadora da Comissão de Luta Contra a Violência Hoje, do Grupo Tortura Nunca Mais – SP, disponível em: OVP-SP. [art_ang_sind_febem](#), 2004.

²³ BENEVIDES, M. V. *Violência, povo e polícia (violência urbana no noticiário de imprensa)*. São Paulo, Brasiliense/Cedec, 1983.

²⁴ CHEVIGNY, in PINHEIRO, op. cit., 2004.

²⁵ Esse termo está sendo utilizado aqui com a conotação policial, isto é, abordagens feitas pela polícia a pessoas, em geral pobres, que, gratuitamente, considera suspeitas. Nos bairros pobres são, em geral, violentas, humilhantes, e intimidatórias.

²⁶ CHEVIGNY, in Pinheiro, op. cit., 2004

²⁷ O termo *enclave* é aqui utilizado para indicar permanências de normas, regimentos, decisões, leis definidas por regimes ditatoriais nos períodos posteriores a estes e com poder de influência significativa na condução do novo governo, mesmo que este seja de cunho democrático. Nesse sentido, ver ZAVERUCHA, J. e TEIXEIRA, H. B.A literatura sobre relações civis-militares no Brasil (1964-2002): uma síntese. *Revista Brasileira de Informações Bibliográficas*, n. 55, 1º semestre, 2003. AGGIO, A. *O Chile de Lagos: o desafio do novo curso democrático*. Disponível em: <http://www.artnet.com.br/~gramsci/arquiv129.htm>; FREDEZ, F. F. *La constitución chilena de 1980: enclaves autoritarios e cerrojos institucionales*. Disponível em: <http://www.bibliojuridica.org/libros>;

²⁸ De acordo com a Comissão da Pastoral da Terra, no Brasil, dos 1730 assassinatos de camponeses, trabalhadores rurais, líderes de sindicatos, trabalhadores religiosos e advogados, cometidos entre 1964 e 1992, apenas trinta casos resultaram em condenações. Muito freqüentemente, os camponeses, os traba-

lhadores rurais e os povos indígenas são colocados nessas categorias e não têm acesso às garantias do Estado de direito. A polícia militar, com a incumbência de policiamento, age como uma extensão da milícia de atiradores dos latifundiários.

²⁹ BACILA, C. R. “O problema histórico da polícia na América latina”. In: CHOUKR, F. H. *Problemas fundamentais na administração policial brasileira*. Disponível em: <http://www.iuscrim.mpg.de/forsch/straf/projekte/Brasilien.pdf>;

³⁰ Começam a se manifestar movimentos contra a manutenção desses enclaves ditatoriais, seja organizando-se em entidades que lutam por direitos humanos, seja através de marchas que começam a ser promovidas em alguns grandes centros urbanos do Brasil (ex: Marcha Contra a Violência do Estado e das Elites no Rio de Janeiro - 16/04/2003), aos gritos de “chega de chacina, polícia assassina”. Conforme um dos coordenadores de um desses movimentos, Maurício Campos, ativista da Frente Popular, “a desigualdade, a concentração de renda, a manutenção do aparato repressivo que foi montado durante em todo esse século e, em particular, durante a ditadura militar, hoje se reflete nessa violência sistemática e na corrupção policial”. A manifestação foi organizada pela Rede de Comunidades e Movimentos Contra a Violência, Movimento Posso Me Identificar. A data foi escolhida em função da proximidade com outros genocídios. Em 16 de abril de 2003, quatro pessoas foram assassinadas pela polícia na comunidade do Borel, no Rio. No dia 17 do mesmo mês, há nove anos atrás, 21 trabalhadores rurais sem terra foram mortos no massacre de Eldorado dos Carajás, no Pará. Além disso, no último dia 31, 30 pessoas foram vítimas de chacina promovida por policiais em Nova Iguaçu e Queimados, na Baixada Fluminense. Fonte: Centro de Mídia Independente. Disponível em: <http://brasil.indymedia.org/>; 20/04/2005.

³¹ Da década de 60 à década de 80, a América latina vivenciou mais um longo período ditatorial em continuidade à lógica autoritária que vem permeando a constituição das nações neste continente desde o século XIX. Tais ditaduras, orquestradas pelo intervencionismo norte-americano, podem ser consideradas abortos revolucionários, dado o caráter das reformas propostas em diferentes países latino americanos, através das intensas mobilizações populares que expressavam as demandas sociais de diferentes teores, como era o caso, por exemplo, das propostas de reformas de base no Brasil.

³² CHASIN, J. *A Miséria Brasileira. 1964-1994: do Golpe Militar à Crise Social*. Santo André, Ad Hominem, 2000.

³³ CHASIN, J. “Hasta Cuando? A Propósito das Eleições de Novembro”. In: RAGO, A. F. “O ardil do politicismo: do bonapartismo à institucionalização da autocracia burguesa”. *Projeto História, O Golpe de 64: 40 anos depois*. PUC-SP, Educ, n. 29, dez. 2004, p. 123.

³⁴ Ibid.

³⁵ VIEIRA, V. L. Educação liberal em estados autocráticos burgueses. *Pro-Posições*, v. I, n. I, mar. Unicamp, Campinas, 2005.

³⁶ *Desarquivando o Brasil*. Disponível em: <http://www.desaparecidospoliticos.org.br/>;

³⁷ O'DONNELL, G. Sobre o Estado, a Democratização e Alguns Problemas Conceituais – Uma visão Latino-americana com uma Rápida Olhada em alguns Países Pós-Comunistas. *Novos Estudos CEBRAP*, n. 36, jul. 1993.

³⁸ CHASIN, op. cit., 2000, p. 8.

³⁹ No século XX, na América Latina e Caribe, pode-se contabilizar desde a revolução no México de 1910-1954; a Revolução Guatemalteca de 1944 a 1954; a Revolução Sandinista 1979; a Revolução Civil com Figueiras de 1948 na Colômbia; a Revolução Boliviana 1952-1964; a Revolução Cubana 1959. Além das guerrilhas urbanas de El Salvador – 1970; na Nicarágua; a Frente Sandinista de Libertação Nacional de 1961 a 1979; o Sendero Luminoso desde 1970 no Peru; guerrilhas de Granada desde 1982; as guerrilhas de 1961-1971 e a do Araguaia no Brasil; os Tupamaros no Uruguai de 1963 a 1984; os Montoneros na

Argentina; até os governos militares (ditadura de Somoza 1934-1979 na Nicarágua; as ditaduras intermitentes no Equador até 1978, na Bolívia de 1964 a 1982, no Suriname desde 1980, no Peru de 1968-1980, no Chile de Pinochet de 1973-1990, no Brasil de 1930-1945 e de 1964 a 1985, no Uruguai de 1973 a 1985 na Argentina de 1976 a 1983).

⁴⁰ Conforme Ivan Cotrin, recuperando Chasin: “de forma sumária, temos que ‘a autocracia burguesa institucionalizada é a forma de dominação burguesa em ‘tempos de paz’, o bonapartismo é a forma da dominação burguesa em ‘tempos de guerra’. E na proporção em que, na guerra de classes, a paz e a guerra sucedem-se continuamente, no caso brasileiro, no caso da objetivação do capitalismo pela via colonial, as formas burguesas de dominação política oscilam e se alternam entre diversos graus do bonapartismo e da autocracia burguesa institucionalizada, como toda a nossa história republicana evidencia”, o que expõe com clareza a impossibilidade democrática dessa burguesia. CHASIN, 2000, p. 128. In: COTRIM, I. Imperialismo e via colonial x ‘teoria’ da dependência. *Revista da Apropuc. Imperialismo*. São Paulo, ano 6, n. 20, abr.-jun, 2004, p. 32.

⁴¹ RAGO, op. cit.

⁴² MARX, K.. *Manifesto del Partido Comunista*. Buenos Aires, Pluma, 1974, p. 65.

⁴³ KRAWCZYK, N. e VIEIRA, V. L. *O estado da arte das pesquisas sobre a reforma educacional na década de 1990 na Argentina, Brasil, Chile e México*. Relatório de pesquisa apresentado à Fapesp, 2005.

⁴⁴ Analisando a “abertura política encetada a partir de 1984”, Maria Helena Moreira Alves constata que ficava “cada vez mais claro que não existe no Brasil um processo de “transição para a democracia”, mas sim uma tentativa de institucionalização de estruturas de Estado visando ampliar o apoio político e ao mesmo tempo manter o controle básico de classe (...) dado que não ocorreu a necessária ruptura fundamental com as estruturas de controle estabelecidas pelo Estado de Segurança Nacional em decomposição. Não é possível formar mecanismos democráticos paralelos de poder superpostos aos mecanismos estruturais de controle social e político de uma sociedade organizada economicamente em termos de exploração”. A autora situa a processualidade dialética que determina as características das estruturas de coerção características da organização do Estado de Segurança Nacional. Para ela, a “primeira é a tendência a perder o controle do crescimento burocrático, em especial do aparato repressivo, que pôde constituir sua própria base de poder, independentemente do Executivo. Em segundo lugar, o Estado de Segurança Nacional é incapaz de eliminar completamente a oposição; cada campanha repressiva contra determinado setor da oposição leva ao embate setores até então não envolvidos, que protestam contra o uso da força. Em terceiro lugar, a tentativa de eliminar a oposição pela força ignora as injustiças reais que estão na raiz do conflito; a dissensão não é, assim, eliminada, mas simplesmente transferida de um para outro setor da sociedade civil. Por essa razão, finalmente, o Estado de Segurança Nacional é intrinsecamente instável, tendendo a um crescente isolamento. Em longo prazo, o Estado tende a tornar-se território exclusivo de uma pequena elite que mantém a sociedade civil (e até seus próprios integrantes) sob controle, mediante o recurso cada vez mais freqüente à força física. (...) Esta condição de permanente crise institucional acaba por minar a estabilidade do Estado”. ALVES, M. H. M. *Estado e oposição no Brasil 1964-1984*. São Paulo, Educ, 2005, pp. 33-390. Nesse sentido ver também O’DONNELL, G. *Análise do autoritarismo burocrático*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1990.

⁴⁵ ANTOGNAZZI, I. Necessidade do enfoque historiográfico para explicar os processos sociais do presente. *Projeto História*, n. 29, Tomo I, São Paulo, Educ, dez. 2004.

⁴⁶ As distensões ditatoriais que se observam nos países latino-americanos ocorrem todas na década de 80: Brasil – movimento diretas já. 1982. Uruguai – plebiscito de 1981 contra o continuísmo da ditadura. Chile – plebiscito de 1981 contra permanência de Pinochet. Argentina – militares cedem lugar ao presidente eleito Raúl Alfonsín.

⁴⁷ “No Brasil, os militares garantiram sua participação orgânica direta no governo, nos ministérios militares; no Chile, a oposição (incluídos o partido comunista e o partido socialista) aceitou governar com base na constituição pinochetista de 1980 e garantir oito anos de mando de tropa para os comandantes designados por Pinochet; no Peru, a constituinte legislou sob o governo militar de Moráles Bermudez; no Uruguai, o governo civil se baseou no Pacto do clube naval, que garantiu impunidade militar, reforçada em plebiscito; na Argentina, as crises militares forma aproveitadas pelos governos civis para inocentar os geneticidas militares por meio das leis de ponto final de obediência devida; no Paraguai, a mudança de regime nem sequer transcendeu os militares familiares da ditadura, pois o general democrata Andrés Rodríguez, que substituiu a ditadura era parente direto do ditador Stroessner”. COGGIOLA, op. cit., p. 95.

⁴⁸ FERNANDES, F. Nova República? Rio de Janeiro, Zahar, 1986. SALVATORE, R.; AGUIRRE, C. e JOSEPH, G. (eds). *Crime and Punishment in Latin America. Law and Society Since Colonial Times*. Durham, Duke University Press, 2001.

⁴⁹ No caso do Brasil, apenas para situarmos a última ditadura, desde 1985, “após 2 anos de distensão, a autocracia manifestava-se não somente pela composição entre os principais setores autocráticos, governistas e opositoristas, realizando politicamente uma verdadeira composição pelo alto, (...) mas também por viabilizar o fim do cesarismo militar sem romper com a institucionalidade autoritária que dava sustentação”. FERNANDES, 1986, p. 22, apud MACIEL D. *A argamassa da ordem. Da ditadura Militar à Nova República (1974-1985)*. São Paulo, Xamã, 2004, p. 319.

⁵⁰ MACIEL, op. cit., p.319.

⁵¹ RAGO, op. cit. Em sua crítica marxista, Chasin especifica esse traço ontológico: “Desprovido de energia econômica e por isso mesmo incapaz de promover a malha societária que aglutine organicamente seus habitantes, pela mediação articulada das classes e segmentos, o quadro brasileiro da dominação proprietária é completado cruel e coerentemente pelo exercício autocrático do poder político. Pelo caráter dinâmica e perspectiva do capital atrofico e de sua (des)ordem social e política, a reiteração da exclusão entre evolução nacional e progresso social é sua única lógica, bem como, em verdade, há muito de eufemismo no que concerne à assim designada *evolução nacional*”. Cf. CHASIN, J. “A sucessão na crise e a crise na esquerda”. In: *A Miséria Brasileira*. Santo André, Ad Hominem, 2000, p. 221 (grifos nossos). Publicado originalmente em *Revista Ensaio*, 17/18. São Paulo, Ensaio, 1989, p. 49.

⁵² MARX, K. *O Capital*. Várias edições.

A CRISE DO SISTEMA OLIGÁRQUICO DE DOMINAÇÃO EM CUBA: A REVOLUÇÃO DE 1933

*José Mao Junior**

Resumo

A intervenção dos EUA na Segunda Guerra de Independência (1895-1898) e a ocupação militar que se seguiu até 1902 consolidaram os mecanismos de dominação neocolonial sobre a Ilha. A partir de então, a história das primeiras décadas da República cubana resume-se a uma sucessão de governos oligárquicos e autoritários, entremeados por constantes intervenções militares dos EUA, o que se agrava com as crises geradas pela queda nos preços do açúcar após a Primeira Guerra Mundial e a crise de 1929.

O movimento de oposição que aglutinou diversos segmentos da sociedade, como estudantes universitários, trabalhadores do campo e das cidades, e dissidentes da oligarquia cubana, derruba o regime machadista e inicia o *Gobierno de los Cien Dias* cujo fracasso se evidencia com a ascensão do coronel Fulgencio Batista. No entanto, durante a Revolução de 1933, emergiram os principais elementos – forças políticas, representações ideológicas e métodos de luta – que foram determinantes, mais tarde, na Revolução Cubana de 1959.

Palavras-chave

Revolução Cubana de 1933; Cuba; Revolução; queda do regime machadista; ascensão de Fulgencio Batista.

Abstract

*The intervention of the United States of America in the Second War of Independence (1895-1898) and the military occupation that followed it up to 1902 had consolidated the mechanisms of neocolonial domination on the Island. From this point on, the history of the first decades of the Cuban Republic can be summarized as a succession of oligarchic and authoritarian Governments. Pervaded by constant military interventions from the United States of America, this scenery is aggravated by the crisis generated by the downfall of the sugar prices after World War I and the crisis of 1929. The movement of opposition that bound together several segments of society, as college students, rural and city workers and dissidents from the Cuban oligarchy, throws down Machado's government and starts the so-called *Gobierno de los Cien Días* (One Hundred Days Government), whose failure is marked by the ascension of Colonel Fulgencio Batista. However, during the Revolution of 1933, the main elements had emerged – such as political forces, ideological representations and methods of fight – that were determinative, later, in the Cuban Revolution of 1959.*

Key-words

The Cuban Revolution of 1933; Cuba; Revolution; fall of Machado's government; ascension of Fulgencio Batista.

ADERRUBADA DE UMA DITADURA: O EPÍLOGO DO MACHADATO

A configuração de uma situação insurrecional em Cuba

O ascenso da oposição ao General Gerardo Machado

A brutal queda dos preços do açúcar, que nos últimos meses de 1920 caíram de 23 centavos para apenas 3 centavos a libra, conduziu a economia cubana a uma profunda crise. Ricos produtores viram suas propriedades passarem para as mãos de empresas estadunidenses, milhares de colonos desapareceram em meio à crônica miséria das zonas rurais de Cuba. Nas zonas urbanas, essa crise arrastou atrás de si, não apenas milhares de comerciantes e artesãos, mas também elementos pertencentes à camada oligárquica. Nas cidades e no campo, a situação de miséria dos trabalhadores assalariados ampliou-se enormemente diante do vertiginoso aumento do desemprego sazonal e permanente.

Diante dessa crise, Cuba viveu agitados anos de instabilidade social. Durante as eleições de 1924, o poder intervencionista estadunidense impôs a candidatura e a consequente eleição do general Gerardo Machado. A folha de serviços desse general comprovava a sua larga experiência na organização de campanhas de repressão contra os movimentos sociais e grevistas. Pretendiam, assim, com Gerardo Machado no poder, frear o avanço do movimento social, que crescia a passos largos em decorrência do descontentamento de diversos setores sociais diante da crise econômica que assolava Cuba.

O movimento sindical cubano, particularmente os trabalhadores da indústria açucareira – o setor mais combativo do movimento –, já havia dado mostras da sua capacidade de organização e radicalidade nos anos que antecederam a chegada de Machado ao poder. Em 1925, o movimento sindical cubano conseguiu organizar-se nacionalmente, através da fundação da Confederación Nacional Obrera de Cuba (CNOOC). Além disso, a Universidade agitava-se, desde o início da década de 20, com a emergência do movimento estudantil vinculado ao Movimento da Reforma Universitária, iniciado na Argentina, em 1918 e difundido por diversos países da América Latina. A fundação da Federación de los Estudiantes Universitarios (FEU), em 1923, dera organicidade a esse movimento que, indubitavelmente, expressava o descontentamento de amplos setores da pequena burguesia urbana.¹

Em agosto de 1925, uma semana após a fundação da CNOOC, foi fundado o Partido Comunista de Cuba. A fundação desse Partido aglutinou os setores mais radicais dos trabalhadores do campo e das cidades e os setores igualmente mais radicais da pequena burguesia urbana. A reação por parte da classe dominante cubana – em perfeita sintonia com

os interesses estadunidenses – logo se fez sentir, através do gradativo estabelecimento de um regime ditatorial. Assim, antes de completar um ano de mandato, o general Gerardo Machado já se revelava um feroz ditador.

Através da divisão dos ilegais e lucrativos benefícios que o exercício do poder podia conferir, Gerardo Machado obteve o irrestrito apoio dos três partidos políticos com existência legal no país: os partidos Liberal, Conservador e o Popular Cubano. O termo *Cooperativismo Político* veio a designar essa estreita aproximação entre os partidos políticos que desfrutavam o direito de participar do processo eleitoral. Se, por um lado, a lógica dessa coalização era, em parte, determinada pela avidez dos políticos profissionais interessados na divisão lucrativa do poder, por outro lado, ela também expressava uma posição defensiva das representações políticas das camadas dominantes de Cuba, temerosas diante do avanço do movimento social, que assumia proporções imprevisíveis.

Em 1927, foi eleita uma Assembléia Constituinte, com o intuito de obter a prorrogação do mandato presidencial do general Gerardo Machado. Para as eleições dessa Assembléia, foi modificado o código eleitoral, no sentido de impedir a participação de outros partidos além daqueles com existência legal – Liberal, Conservador e Popular Cubano – que, coincidentemente, compunham o Cooperativismo Político e davam sustentação política ao governo Machado. Composta dessa forma, a Assembléia Constituinte aprovou a *prórroga de poderes* do general Gerardo Machado por mais seis anos. Assim, à grave crise econômica que assolava Cuba, uniu-se a crise política criada pela prorrogação do mandato de Machado.

Indubitavelmente, o Cooperativismo Político e o processo da *prórroga de poderes* conduziram a uma crescente falta de diferença entre os partidos legalmente constituídos e suas representações efetivas. Isso resultou num conseqüente descrédito e afastamento das massas trabalhadoras da política tradicional. Marcou-se, assim, o fim da hegemonia dos principais partidos que haviam dominado o cenário político cubano. Essa indiferenciada união entre os partidos legais possibilitou, também, o surgimento de um amplo movimento de oposição à ditadura de Gerardo Machado, que abarcava os mais diferentes matizes ideológicos.

Entretanto, a já combatida economia cubana sofreu um novo e duro golpe em decorrência da grande crise econômica que assolou o mundo em 1929. Cuba, totalmente dependente de um único produto – o açúcar – destinado a um único mercado – os Estados Unidos –, sofreu as conseqüências dessa crise de maneira imediata. A economia cubana, que em 1920 havia mergulhado numa profunda crise quando a cotação do açúcar havia despencado de 23 centavos a libra para apenas 3 centavos, após a crise de 1929, teve que suportar uma nova queda na cotação desse produto, que caiu a 1,11 centavos no início de 1930, e, a 1,03 centavos em abril desse mesmo ano. Mas o pior ainda estava por vir.

Em decorrência da Grande Depressão, o governo dos Estados Unidos adotou a tarifa Hawley-Smoot, que estabeleceu um imposto de 2 centavos por cada libra de açúcar cubano exportado ao mercado estadunidense. A adoção dessa tarifa visava proteger os produtores domésticos de açúcar de beterraba ou cana da Louisiana e da Flórida. Diante desta situação, os produtores de Cuba foram obrigados a “vender em seu mercado principal a menos de 0,50 centavos a libra, o que acarretou novas quebras de proprietários cubanos em favor de empresas bancárias norte-americanas”.²

Com a quebra de muitos produtores de açúcar e a conseqüente redução da safra, ocorreu um brutal aumento do desemprego, que, somado aos salários de fome se traduziu numa vertiginosa ascensão da luta de massas e, no início de 1930, numerosas greves parciais ocorreram em todo o país. A crise política decorrente de tal situação levou o regime a incrementar ainda mais o terror, desatando uma brutal repressão contra os trabalhadores em greve. “Muitos dos grevistas, depois de serem brutalmente golpeados e torturados pela polícia, eram encarcerados e acusados de subversão, incitação à rebelião para derrubar o Governo ‘cumprindo ordens da Internacional comunista’ e outros delitos.”³ Apesar da intensificação da repressão, os movimentos grevistas continuaram crescendo. A greve de março de 1930 abarcaria “cerca de 200.000 trabalhadores em todo o país, dos setores do comércio, transporte, portuários, tabaqueiros, metalúrgicos, gráficos, tintureiros, têxteis, chapeleiros, confeitários e outros. Em cidades como Manzanillo, foram à greve, junto com os operários, os alunos dos colégios”.⁴ A formidável intensificação do movimento de massas tendia a formar um ambiente revolucionário em todo o território cubano.

Desde o assassinato de Julio Antonio Mella, em janeiro de 1929, a oposição à ditadura de Gerardo Machado ampliava-se no setor estudantil, num vínculo cada vez mais estreito com o movimento operário. É nesse momento que a pequena-burguesia urbana experimenta a sua primeira fase de radicalização política. Os estudantes envolveram-se na luta e o regime lançou “contra eles a violência policial e o crimes que haviam sido estreados contra os operários e, finalmente, contra os comunistas recém-organizados. O procedimento brutal exacerbava os sentimentos rebeldes da pequena burguesia”.⁵

Em abril de 1931, o *Partido Comunista de Cuba* divulgou um panfleto conclamando os trabalhadores a participar das manifestações do 1º de Maio. Nesse panfleto, a conjuntura econômica e social de Cuba foi descrita da seguinte forma:

Do ano passado para este, o número de desocupados passou de 400.000 para 600.000, aproximadamente. Milhares de famílias camponesas vagam sem trabalho pelos campos e cidades (...) O governo de Machado, laçao do imperialismo yankee, trata de sufocar as lutas dos trabalhadores, implantando e acentuando o terror, encarcerando militantes, assassinando outros...⁶

Diante dessa situação de instabilidade social, o país mergulhou num verdadeiro caos. Faltava, assim, apenas a ação de um detonador para que ocorresse a eclosão de um movimento revolucionário que pudesse estremecer e derrocar o regime do general Gerardo Machado.

O levante de 1931

Até o ano de 1927, o movimento sindical e o Partido Comunista de Cuba constituíam as únicas forças de oposição que representavam alguma ameaça consistente à ditadura. A partir desse ano, à ação de resistência dos comunistas e das organizações sindicais, juntou-se a mobilização de um emergente movimento estudantil. Os estudantes universitários fizeram uma ampla mobilização contra a prorrogação do mandato do general Gerardo Machado e organizaram-se nacionalmente através da fundação do Directorio Estudiantil Universitario (DEU) de 1927. Essa organização estudantil preencheu o vazio político, no que se refere à representação dos estudantes universitários, deixado pelo desaparecimento da *Federación de los Estudiantes Universitarios* (FEU), fundada por Julio Antonio Mella em 1923 e, mais tarde, perseguida e ilegalizada pelo regime de Machado.

Em meio a essa nova safra de lideranças estudantis, começa a se destacar o nome de um jovem estudante do curso de Farmácia, chamado Antonio Guiteras Holmes. Nascido nos Estados Unidos em 1906, seu pai – cubano de nascimento – e sua mãe – estadunidense de origem irlandesa – estabeleceram-se definitivamente em Pinar del Río, em 1913. Aos 17 anos, ingressou na Universidade de Havana, no curso de Farmácia, participando ativamente do movimento estudantil liderado por Julio Antonio Mella. Em 1925, quando, do fundo do cárcere, Mella desafiava a ditadura mediante sua greve de fome, Guiteras destacava-se à frente das mobilizações de solidariedade, que exigiam a libertação desse jovem dirigente estudantil.

Em 1927, Antonio Guiteras, então cursando o último ano do curso de Farmácia, foi um dos fundadores da DEU e membro de sua direção. Participa ativamente do movimento dos estudantes universitários contra a prorrogação do mandato do general Gerardo Machado, sendo um dos signatários do manifesto *Contra la Prórroga de Poderes*. Este documento, de claro viés antiimperialista, critica não apenas as pretensões de Gerardo Machado em prorrogar indefinidamente o seu mandato, mas, principalmente, a postura subalterna e subserviente do governo cubano diante dos EUA. Assim, este documento assinalava: “Cuba é um país mediatizado (...) nossa pátria é, no seio da Liga das Nações, o agente da política norte-americana e, no novo continente, uma avançada incondicional da Diplomacia do Dólar e do Imperialismo”.⁷ Guiteras foi expulso da Universidade, assim como os demais

estudantes comprometidos com esse movimento. Entretanto, no caso de Guiteras, essa expulsão não teve qualquer resultado prático, pois ele já havia finalizado seus estudos.

Durante uma manifestação contra a ditadura, em 30 de setembro de 1930, foi assassinado Rafael Trejo, um jovem dirigente estudantil. Com a morte de Trejo, cristalizou-se, na maior parte dos grupos de oposição à ditadura de Machado, a idéia de que somente através das armas seria possível a derrubada do regime. A esse processo de radicalização política não escaparam nem mesmo os representantes da “política tradicional”. Personalidades como Mário García Menocal, Carlos Mendieta e Miguel Mariano Gómez, dirigentes de partidos tradicionais que se opunham a Machado por terem sido excluídos do Corporativismo Político e portanto das benesses do poder, chegam à mesma conclusão. Como essas lideranças políticas tradicionais dispunham de recursos materiais necessários para realizar o início de um levante armado, iniciou-se uma certa aproximação entre o movimento estudantil ligado ao DEU e os “velhos caudilhos” (como eram chamadas as principais lideranças opositoras ligadas aos partidos tradicionais). Isso representou uma ruptura no movimento estudantil cubano. No início de 1931, os estudantes ligados ao Partido Comunista de Cuba fundam a Ala Izquierda Estudiantil, com o objetivo de se contrapor tanto à aproximação do estudantado com os velhos caudilhos como também ao “influxo reformista do DEU”.⁸

Com a participação dos exilados cubanos nos Estados Unidos, organizou-se um plano para um levante armado que envolveria uma série de insurreições em diversos pontos do país. Com o desembarque de tropas e armamentos em Gibara (na costa norte da Província de Oriente), esperava-se “que as províncias orientais fossem tomadas pelos rebeldes, enquanto que os estudantes ocupariam Havana, com Miguel Mariano Gómez à frente”.⁹

“Antonio Guiteras também vinculou-se aos ‘velhos caudilhos’”,¹⁰ ligando-se diretamente ao grupo de Carlos Mendieta. Dentro do plano geral do levante, coube inicialmente a Guiteras a tarefa de recrutar combatentes entre os jovens da Província de Oriente, com os quais mantinha contatos conspirativos. O fato de Guiteras trabalhar vendendo produtos farmacêuticos através do país e, em particular, na parte oriental da Ilha, facilitava esta tarefa e encobria eventuais suspeitas. Dessa forma, Guiteras criou uma organização ramificada em todo o país.

Em 8 de agosto de 1931, iniciou-se o levante contra a ditadura de Gerardo Machado. Esse movimento insurrecional, executado sem a devida organização, resultou numa série de ações isoladas, que foram emergindo entre os dias 8 e 20 de agosto, sem a necessária coordenação tática entre elas. Isso facilitou a ação por parte das forças repressivas, que foram sufocando os focos rebeldes, um a um, prendendo e, em alguns casos, executando

sumariamente os insurgentes. As principais lideranças desse movimento, os velhos caudilhos, entregaram-se sem disparar um único tiro, enquanto muitos caíram lutando. Juntamente com esses focos insurgentes, ocorreram inúmeros atentados a bomba, principalmente na cidade de Havana, levados a cabo pelos Grupos de Acción da DEU.

Na cidade de Gibara ocorreram os combates que adquiriram o maior grau de dramaticidade. Em 17 de agosto, cerca de 37 combatentes desembarcaram quando a maior parte dos levantes nos outros pontos do país já haviam sido sufocados. Rapidamente, distribuíram as armas à população e, passando a contar com cerca de 200 insurgentes, conseguiram resistir por três dias aos ataques de cerca de 3.000 homens das forças repressivas. Contra a cidade de Gibara, foram empregados os canhões do cruzador *Pátria*, que se somou à ação de bombardeio de todas as aeronaves disponíveis da força aérea cubana. Assim, Gibara foi a primeira cidade da história a sofrer um ataque aéreo sistemático, horror que se repetiu alguns anos mais tarde, contra a cidade de Guernica, durante a Guerra Civil Espanhola. Apesar da disparidade de forças, antes de se dispersarem e serem capturados, em sua maioria, os insurgentes causaram cerca de 300 baixas entre as forças repressivas e abateram, ainda, três aeronaves.

A falta de coordenação e comando no levante de 1931 foi tal que, enquanto em algumas localidades a ação insurreta iniciou-se e terminou ainda no mesmo dia, 8 de agosto; em outras localidades, a ação somente se produziu nove dias depois, como no caso da cidade de Gibara e manteve-se por três dias. Curiosamente, um desses focos insurrecionais, comandado por Juan Blas Hernández, uma liderança camponesa, continuou “operando durante quase dois anos, sem nunca ser vencido na zona compreendida desde Morón, Florida e Ciego de Avila – em Camagüey – até o sul de Las Villas”.¹¹

Guiteras deveria incorporar-se à luta em Santiago de Cuba. Em um sítio conhecido como *La Gallinita*, Guiteras improvisou um depósito de armas e aguardou o momento de entrar em ação. Segundo o plano geral do levante, essa cidade deveria ser tomada pelas forças comandadas pelo antigo coronel do Exército Libertador, Justo Cuza. A Guiteras e ao seu grupo coube a responsabilidade pela tomada da chefatura de polícia da cidade. Em 12 de agosto, as forças militares ocuparam Santiago de Cuba, alertadas pelos inúmeros levantes que ocorreram em diversos pontos do país. Cuza e Guiteras, então, perceberam que os planos da tomada de Santiago de Cuba fracassariam em virtude de a cidade estar militarmente ocupada.

Assim, por iniciativa de Guiteras, os insurgentes dirigiram-se para o sítio *La Gallinita*, onde estavam guardadas as armas, com o intuito de se retirarem e continuarem a luta nas

montanhas. A caminho de La Gallinita, o grupo de Guiteras foi surpreendido pelas forças repressivas, com as quais manteve um breve combate. Guiteras foi preso e enviado ao cárcere em Santiago de Cuba.

A “mediação” estadunidense e a queda do regime machadista

A situação dos grupos políticos de oposição a Machado após o levante de 1931

A crise econômica e política em que mergulhara Cuba enfraquecia continuamente o regime e o grande número de presos durante o levante de 1931, dentre os quais representativos nomes das camadas oligárquicas, ampliava a crise política. Essa situação não pôde perdurar por muito tempo; assim, ainda no início de 1932, a maior parte dos implicados no movimento de 1931 são anistiados.

Libertados da prisão, os velhos caudilhos continuaram atuando politicamente, alguns a partir de um temporário exílio no exterior, outros a partir do próprio território cubano. Entretanto, o fracasso do levante de 1931 enfraquecera esses representantes da “política tradicional” que se opunham a Machado. Assim, os *velhos caudilhos*, desmoralizados, perderam boa parte da influência que desfrutavam no cenário político cubano, dando lugar a novas organizações mais radicalizadas.

Essa desmoralização que sofreram os representantes da “política tradicional” que se opunham ao regime de Machado – os velhos caudilhos – significou, num prazo muito curto, a completa perda de eficácia do sistema oligárquico tradicional de dominação. Novas organizações políticas começaram a protagonizar os cada vez mais violentos enfrentamentos contra o regime, produzindo “uma mudança qualitativa no movimento político anti-machadista, pois não limitavam suas demandas apenas à mudança da figura presidencial, mas reivindicavam uma modificação das estruturas políticas, econômicas e sociais”.¹²

Alguns setores ligados aos Grupos de Acción do DEU, frustrados diante do fracasso do levante de 1931, fundaram uma organização denominada ABC. Estruturados a partir de células, procuraram levar adiante a luta contra o regime através de ações terroristas. A origem do nome “ABC” vinha do fato de que essa organização obedecia uma estrutura celular ternária, onde cada célula era composta por três membros (A, B, C).

Em sua fundação, o ABC expressava a mesma orientação reformista do DEU, diferenciando-se deste através de sua forma de atuação. Possivelmente, sua estrutura orgânica e sua maneira de atuar – que privilegiava, inclusive, o terrorismo individual – tinha, inicialmente, se inspirado nos grupos anarco-terroristas europeus do final do século XIX e do

início do século XX. Entretanto, rapidamente, essa organização transitou ideologicamente para posições políticas cada vez mais direitistas, aproximando-se do então em voga fascismo europeu.

Assim, o ABC acabou consolidando-se como uma versão tropicalizada do fascismo. Passou a defender um Estado totalitário e corporativo, que conquistasse, através da conciliação e da colaboração de classes, a libertação do indivíduo do absolutismo dos trustes e monopólios. Através de um discurso pseudo-revolucionário que “assumia conotações nazis e racistas”¹³, incorporam essencialmente os anseios dos setores reacionários da ala direita da pequena burguesia. Assim, o ABC se consolidou como “uma organização de caráter fascista, que celebrou marchas e concentrações de camisas verdes, seguindo o modelo do fascismo italiano”.¹⁴

Entretanto, é necessário salientar que a ação terrorista desenvolvida pelo ABC, através dos atentados a bomba ou de justicamentos de sicários e homens do regime, exerciam um profundo impacto e atração em amplos setores juvenis, que, sob o ponto de vista político, não poderiam ser classificados como reacionários. Dessa forma, ainda que “a direção do ABC estivesse integrada por elementos reacionários, muitos jovens ingressaram nesta organização em busca de um meio para canalizar a ação contra a tirania”.¹⁵

Outra organização que recorria à política de atentados políticos, colaborando para manter as personalidades que compunham o regime num constante clima de intranqüilidade foi o *Directorio Estudiantil Universitario* (DEU). A partir de sua fundação, o DEU foi paulatinamente aproximando-se dos setores centristas da pequena burguesia urbana, particularmente de sua parcela mais intelectualizada, composta por estudantes, professores, profissionais liberais e demais ocupações que exigiam nível superior de escolaridade. Perseguiam a derrubada da ditadura e a conseqüente instauração de uma democracia burguesa. Seu programa, de nítido caráter reformista, defendia que “a propriedade privada tivesse uma função social; melhoras das condições de vida e de trabalho dos assalariados, através de uma legislação social; a democratização, tecnificação e modernização do ensino”.¹⁶

Apesar do aspecto espetacular que os levantes armados e a ação terrorista exerciam perante a opinião pública, a oposição política mais consistente e ameaçadora à ditadura era exercida pelo movimento sindical, cuja liderança estava vinculada ao *Partido Comunista de Cuba*. Em dezembro de 1932, os trabalhadores da indústria açucareira – o setor mais combativo dos trabalhadores cubanos – organizaram-se em um sindicato nacional, o Sindicato Nacional de Obreros de la Industria Azucarera (Sinoia). A constituição desse sindicato nacional representou um marco na organização sindical dos trabalhadores cubanos, pois o “atraso em que se manteve a produção propriamente industrial condicionou também a composição da classe operária cubana. (...) A enorme massa da classe operária cubana

concentrava-se, conseqüentemente, no setor agrícola”.¹⁷ Além disso, é importante salientar que, em Cuba, as relações fundamentais de produção se realizavam no campo, onde a produção açucareira era a atividade central. Desta forma, o Partido Comunista de Cuba, através de suas “organizações colaterais” – a Confederación Nacional Obrera de Cuba (CNOC), o Sindicato Nacional de Obreros de la Industria Azucarera (Sinoia), e a Ala Izquierda Estudiantil –, contava com instrumentos necessários para desfechar rudes golpes contra o regime. De uma maneira geral, essas organizações foram extremamente hábeis ao combinar as reivindicações de natureza econômica, como aumentos e reajustes salariais, jornada de oito horas, instituição de um salário mínimo, etc., com as reivindicações de natureza política, tais como a libertação de presos políticos, luta contra a Emienda Platt e solidariedade à URSS.

Dentro dos diversos grupos que se opunham à ditadura de Machado, Antonio Guiteras constituía um caso à parte: um singular personagem, ao redor do qual aglutinava-se um grupo de seguidores recrutados durante sua atividade conspirativa. A participação de Guiteras no fracassado levante de 1931 “tem a importância de ser a primeira vez que um representante da nova geração revolucionária vislumbrou a oportunidade de obter o poder mediante a luta num cenário rural”,¹⁸ o que reforçou a sua convicção de que somente através da luta armada seria possível derrotar a ditadura.

Depois de libertado do cárcere com a anistia de 1932, lançou-se, de imediato, novamente, à atividade conspirativa. O Manifiesto al Pueblo de Cuba foi um primeiro documento programático, provavelmente escrito ainda em 1932, no qual Guiteras reivindicava a constituição de um governo provisório, conclamando o povo a “um movimento armado contra os lacaios da mencionada oligarquia. (...) que assegure para Cuba uma vida livre de opressões nacionais e de ingerências estranhas.”¹⁹ Guiteras concebera um audacioso plano de levante em toda a Província de Oriente como forma de derrotar a ditadura de Machado e a esse plano passou a dedicar integralmente todas as suas energias. Recrutou insurgentes e, por todos os meios, procurou obter armas, inclusive, mediante um assalto a um tribunal de Santiago de Cuba. Nos primeiros meses de 1933, Antonio Guiteras e seu grupo estava prestes a entrar em ação.

A intervenção estadunidense na crise: a mediação “Welles-Machado”

Os baixos preços da cotação internacional do açúcar, que se manteve em níveis um pouco superiores a meio centavo a libra, conduziram a economia cubana ao mais completo caos econômico. A perspectiva de que a safra de 1933 fosse menor do que 2.000.000 de toneladas traduziu-se em níveis de desemprego alarmantes. Essa situação econômica, uni-

da à feroz repressão exercida pelo regime do general Gerardo Machado, tornaram a crise ainda mais aguda, levando a oposição a um tal extremo de desespero e violência que resultou num ambiente de extrema instabilidade política. Diante da crescente radicalização do movimento de oposição, a oligarquia cubana e os investidores estadunidenses não ocultavam a sua inquietude perante seus interesses ameaçados. No final de 1932, tornou-se insustentável a manutenção da tirania machadista. Isso causou uma profunda preocupação no Departamento de Estado dos Estados Unidos, que, começou “a duvidar da capacidade de Machado para deter a onda revolucionária e garantir (...) os seus interesses no país”.²⁰

A eleição de Franklyn Delano Roosevelt, em novembro de 1932, serviu para que se “propagasse a idéia de que com a mudança de Administração nos Estados Unidos, mudariam as coisas em Cuba. (...) Machado, passou a constituir-se num estorvo para os interesses yankees na Ilha”.²¹ Entretanto, por mais que os investidores estadunidenses e as classes dominantes cubanas clamassem por uma intervenção militar direta dos EUA, essa hipótese estava descartada pela Administração Roosevelt. Os Estados Unidos, economicamente enfraquecidos pela Grande Depressão decorrente da Crise de 1929, “começavam a amadurecer a ‘política de boa vizinhança’, com a qual os EUA aplainaram o caminho para os apoios latino-americanos na Segunda Guerra Mundial”.²² Dessa forma:

A política demagógica “do bom vizinho” teve com objetivo fazer com que os povos da América Latina esquecessem as agressões cometidas pelos yankees, que desde a primeira metade do século XIX se apoderaram do Texas e da Califórnia, arrebatando-as do México. Os desembarques de “Marines” criaram um forte sentimento antiimperialista nos povos latino-americanos e Franklyn D. Roosevelt, com uma política exterior habilidosa, pretendeu apagar esta repulsa, sem que renunciasse a nenhuma das conquistas dos monopólios, muito pelo contrário, propiciando ainda mais sua penetração no continente.²³

No início de 1933, deflagrou-se uma greve dos trabalhadores da indústria açucareira. Liderados pelo Sindicato Nacional de Obreros de la Industria Azucarera (Sinoia), essa greve alcançou grandes proporções e radicalidade. Inúmeras Centrais Açucareiras foram ocupadas pelos trabalhadores, que, organizados em sovietes, içaram as suas bandeiras vermelhas nas suas chaminés. Diante desses fatos, Roosevelt, preocupado com os investimentos estadunidenses em Cuba, nomeou Benjamin Sumner Welles como embaixador em Cuba no dia 20 de abril de 1933. A folha de serviços desse funcionário de carreira do corpo diplomático dos EUA comprovava a sua larga experiência em atividades intervencionistas: Cuba, em 1919; Santo Domingo, em 1922, e Honduras, em 1924.

Em 29 de abril de 1933, inicia-se um levante armado liderado por Antonio Guiteras, na Província de Oriente. O plano inicial de Guiteras consistia em coordenar uma série de levantes nas principais cidades da província, onde as forças revolucionárias tomariam os principais pontos-chave: quartéis, chefaturas de polícia, correios e telégrafos, etc. Devido a sua importância estratégica, a tomada da capital da província – Santiago de Cuba – ficaria sob a responsabilidade direta de Guiteras. A ação deveria começar após um ataque aéreo contra o Quartel Moncada. Entretanto, o plano fracassou em Santiago, em virtude de o aeroporto e todo o resto da cidade estarem militarmente ocupados no dia em que deveriam iniciar-se as operações (não se sabe se essa ocupação militar foi determinada pela ação de algum delator ou se ela ocorrera simplesmente por questões preventivas, devido à aproximação da data de 1º de Maio).

Frustrados os planos do levante em Santiago, Guiteras incorporou-se à luta em San Luis. Nessa localidade, a população aderiu entusiasticamente às forças insurgentes, derrotando os elementos machadistas que haviam se entrincheirado no quartel e na chefatura de polícia. Entretanto, por poucas horas a cidade permaneceu nas mãos dos insurretos. Atacados por forças militares numericamente superiores, Guiteras e seus homens foram obrigados a se retirar da cidade conquistada, rompendo o cerco e internando-se nas montanhosas paragens das regiões rurais da província oriental.

Diante desses acontecimentos, o general Gerardo Machado passara a significar um estorvo para o governo estadunidense. Dessa forma, quando Benjamin Sumner Welles, o novo embaixador dos Estados Unidos desembarcou em Cuba, em maio de 1933, contava com instruções muito precisas: mediar um acordo entre os grupos de oposição e o regime machadista. As linhas gerais do plano de Welles consistiam em oferecer, para os grupos de oposição, a renúncia do general Gerardo Machado e a constituição de um Governo Provisório encarregado de convocar as eleições para o ano seguinte. Para Machado, a possibilidade da renúncia foi oferecida como uma saída decorosa diante da crise instalada. Assim, Sumner Welles pretendia, a qualquer custo, evitar, em Cuba, a emergência de um movimento insurrecional de conseqüências imprevisíveis.

No dia 13 de maio de 1933, Welles reuniu-se com Machado. Seguindo à risca os tradicionais procedimentos do corpo diplomático estadunidense, Welles nem ao menos dignou-se a cumprir a formal e protocolar apresentação de credenciais: foi logo levando a cabo, de maneira arrogante, uma entrevista na qual comunicou a Machado a sua intenção de reunir-se com os representantes do governo e da oposição, como meio de se buscar uma fórmula que “devolvesse a paz ao país e que viabilizasse a celebração de eleições”.²⁴

A partir de junho de 1933, iniciaram-se as reuniões da Mediação, dirigidas por Sumner Welles. Essas reuniões ocorreram na sede da Embaixada dos Estados Unidos, por ser considerada um lugar “neutro”. Participam das reuniões os grupos opositores ligados aos velhos caudilhos e o ABC. Os demais grupos opositores – o Partido Comunista de Cuba, CNOC, Sinoia, Ala Izquierda Estudiantil e o DEU – recusaram-se a participar da *Mediação*, por considerá-la uma forma de intervenção por parte do governo dos EUA. A partir das montanhas orientais, Antonio Guiteras posicionou-se também contrariamente à *Mediação*. Entretanto, no interior do ABC, instalou-se uma crise política que levou ao seu fracionamento, quando setores contrários à *Mediação* cindiram-se, dando origem ao ABC Radical.

A greve de agosto de 1933 e a queda do regime machadista

Nos primeiros dias de agosto de 1933, ocorreu uma greve dos trabalhadores do serviço de ônibus de Havana. Inicialmente pautada por objetivos limitados de natureza econômica, essa greve, entretanto, acabou se transformando num estopim deflagrador de uma onda de greves que, por demandas próprias ou em solidariedade aos trabalhadores do transporte, estendeu-se “com velocidade tempestuosa a todos os setores da economia de um extremo ao outro da Ilha, transformando-se, de fato, em uma greve geral”.²⁵ A partir do dia 5 de agosto, essa greve abarcaria todos trabalhadores da indústria e do comércio. Paralisaram-se os transportes – ferrovias, transporte marítimo, ônibus e bondes –, não apenas em Havana, como também em todas as cidades do país.

Em 6 de agosto, Sumner Welles teve uma entrevista com Gerardo Machado. Durante a entrevista, Welles deixara implícita a velada ameaça de intervenção militar estadunidense caso continuassem os distúrbios. Sugeriu também a Machado que ele deveria “licenciar-se” do cargo, nomeando um Secretário de Estado “imparcial” que o substituísse. Momentos depois de encerrar-se a entrevista, as massas lançaram-se à rua, após ter sido divulgado, radiofonicamente, a notícia de sua renúncia. Em pouco tempo, uma multidão de populares concentrou-se nos arredores do Malecón, do El Prado e do Capitolio. Circulava a versão de que o Congresso estava reunido para conhecer a carta de renúncia do general Gerardo Machado.

Entretanto, novos e trágicos acontecimentos sucederam-se rapidamente: os senadores e representantes do regime começaram descarregar suas pistolas a partir de automóveis e dos balcões do *Capitolio*, disparando supressivamente contra os populares, que estavam reunidos nos jardins da sede do Congresso. Dezenas de mortos e feridos foi o saldo desse trágico episódio.

A indignação do povo contra o massacre de populares nos jardins do Capitólio deu um novo impulso ao movimento. O que, a princípio, parecia ser apenas “uma soma de um grande número de greves isoladas de solidariedade e por reivindicações econômicas, se converteu objetivamente em uma ação política unida de toda a nação. Sob a palavra de ordem de ‘Abajo Machado’”.²⁶ Assim, a greve logo assumiu características insurrecionais e se estendeu por todo o país, alcançando inesperadas proporções. Não se tratava agora de reivindicações econômicas, a reivindicação dos grevistas passou a ser uma só: “la de que se fuera Machado”.²⁷ A greve fazia tremer o regime e ameaçava levar ao fracasso a Mediação preparada por Welles.

Em 12 de agosto de 1933, o exército, que havia apoiado o regime de Machado sistematicamente, exigiu-lhe a renúncia. Nesse mesmo dia, seguindo rigorosamente as instruções dadas por Welles, o general Gerardo Machado renunciou, depois de ter aceitado a renúncia de todos os seus ministros, exceto a do general Alberto Herrera, que o substituiu interinamente. Na noite desse mesmo dia, protegido por Washington, Gerardo Machado fugiu numa aeronave com destino a Nassau. No dia seguinte, “os navios de guerra yankees arribavam no porto de Havana para recordar aos cubanos a vigência da Emenda Platt”.²⁸

No dia 13 de agosto, o general Alberto Herrera renunciou em favor de Carlos Manuel de Céspedes y Quesada, que estabeleceu um Governo Provisório. Assim, o Governo Provisório de Céspedes “foi, em essência, resultado da mediação do embaixador yankee orientado por Roosevelt”.²⁹ Acreditavam, assim, que os cubanos se conformariam apenas com a queda de Gerardo Machado.

Entretanto, no seio desse amplo movimento, que através da greve geral liquidara a ditadura do general Gerardo Machado, foram despertadas forças sociais cujas demandas políticas iam muito além da simples troca de governo. Nas províncias mais afetadas pela crise açucareira, particularmente nas áreas rurais, o movimento adquiriu um caráter de protesto social de extrema radicalidade, que não se esgotou com a deposição do ditador. Dessa forma, principalmente nas províncias orientais da ilha, a luta social continuou, mesmo após a queda de Machado em 12 de agosto, onde os trabalhadores da indústria açucareira

(...) se apoderaram das Centrais açucareiras, prenderam ou expulsaram os administradores das companhias yankees, e estabeleceram sovietes, ao mesmo tempo que criavam guardas armadas de milícias vermelhas. Em 21 de agosto os operários se apoderaram da primeira central açucareira, em Punta Alegre, Camagüey. Um mês depois, controlavam 36 centrais na zona centro-oriental, representando um terço da produção açucareira nacional.³⁰

O “GOBIERNO DE LOS CIENDÍAS”

O levante de 4 de setembro de 1933

O Governo Provisório encabeçado por Carlos Manuel de Céspedes, constituído através da Mediação do Embaixador Benjamin Sumner Welles, representava a continuidade no poder dos representantes da política tradicional cubana. O grau de subserviência desse governo aos interesses estadunidenses superava, inclusive, o de seus antecessores. Assim, com um certo ar de jactância, Welles referiu-se ao “Presidente” Céspedes em um informe dirigido ao Departamento de Estado dos EUA: “Me pede conselhos diariamente, sobre todas as decisões que afetam ao governo. Essas decisões abarcam dos problemas de política doméstica aos relativos à disciplina do exército e até a nomeação de pessoal em todos os níveis de governo”.³¹

Quando ocorreu a greve geral que determinou a queda do regime de Machado, Antonio Guiteras preparava-se para tomar de assalto o quartel de Bayamo. Das montanhas orientais, Guiteras soube da queda de Machado, da *Mediação* de Welles e da chegada ao poder de Céspedes. Imediatamente, Guiteras coloca-se na oposição a Céspedes, defendendo a continuidade da luta pelo estabelecimento de um governo revolucionário, não abrindo mão das armas como método de luta política.

Denunciando a ingerência de Welles diante da correspondente subserviência de Céspedes, o DEU – através da constante ação fustigadora de críticas de caráter antiimperialista – conduziu esse governo a uma rápida desmoralização. Entretanto, o governo Céspedes não tinha apenas que fazer frente às críticas da DEU e às ameaças de uma oposição armada dirigida por Guiteras no Oriente. Havia ainda uma terceira e mais perigosa ameaça: o movimento operário dos trabalhadores açucareiros, que, nas regiões centro-oriental e oriental da Ilha, havia assumido características claramente insurrecionais, através da ocupação das Centrais Açucareiras e da constituição de soviets.

A situação insurrecional em Cuba, de fato, agravara-se após a nomeação de Céspedes à presidência do Governo Provisório. As massas populares, que haviam derrotado Machado, sentiam-se traídas em suas demandas políticas, econômicas e sociais. Nesta situação, o exército constituía o único aparato do Estado que dispunha de “um dispositivo nacional, que podia atuar coordenadamente sob um comando único e que podia garantir a transferência do poder dentro dos setores oligárquicos, posto que continuava dispondo das armas em caso extremo”.³²

Entretanto, a crise política arrastou com ela a instituição militar, especialmente os setores mais comprometidos com o regime machadista. O aumento da oposição ao regime

deposto havia propiciado o surgimento de contradições internas no próprio exército. A liquidação da ditadura de Machado traduziu-se, ainda, no agravamento dessas contradições, particularmente entre a oficialidade e a base da instituição militar.

Em 1931, o corpo de praças do exército havia criado o Club de Alistados. Inicialmente, esse movimento tinha um caráter reivindicativo circunscrito a demandas mais simples, em geral relacionadas à melhoria salarial ou a outras questões mais específicas, como a dificuldade de ascensão na carreira militar ou a falta de roupas, de sapatos, etc. Com o acirramento da crise, do aumento da oposição e a conseqüente queda do machadato, esse movimento ampliou-se com a da incorporação de demandas de caráter mais profundo, tais como: depuração de oficiais e praças maculados com o regime deposto, rebaixamento dos salários da alta oficialidade, reorganização do exército, etc. Rapidamente, instalou-se um clima de desordem no exército, “onde abundavam partidários de grupos políticos tanto de esquerda como de direita”.³³

O DEU integrou-se ao movimento dos soldados, contribuindo para que esse movimento tivesse uma projeção política que ultrapassasse os limites dos quartéis. O DEU encarregou-se de elaborar um programa no qual os praças do exército reivindicavam a constituição de um novo Governo Provisório. Dessa forma, a unidade entre os soldados e os estudantes deu um programa político ao movimento militar.

Nos primeiros dias de setembro de 1933, o grau de insatisfação entre os praças do exército chegou ao seu nível máximo. Circulavam, em meio à tropa, rumores de que os salários seriam rebaixados e que 2.000 postos seriam suprimidos. Na madrugada do dia 4 de setembro, iniciou-se um motim no principal quartel de Havana, o Quartel Columbia, liderado pelos sargentos Pablo Rodríguez – principal líder do movimento –, Pedraza, López Migoya e Fulgêncio Batista. Os oficiais, acusados de terem sistematicamente apoiado o regime machadista, foram expulsos dos quartéis. Apesar de o sargento Pablo Rodríguez ter sido o principal organizador do movimento, quem acaba se sobressaindo é o sargento taquígrafo Fulgêncio Batista.

Após se autopromover coronel, Fulgêncio Batista tomou para si o comando do exército, reorganizando-o e substituindo a oficialidade deposta através da nomeação de 527 novos oficiais recrutados entre os sargentos, soldados e, inclusive, alguns civis. Ao longo do tempo, essa ação marcaria o ascenso de uma nova oligarquia militar, marcada pelo seu crescente apetite material.

Pouco depois de transcorrerem 24 horas desses acontecimentos, Batista compareceu solicitamente à embaixada dos EUA. Ao despedir-se de Sumner Welles, este, imperativamente recomendou-lhe que “o exército deve conservar a ordem e as garantias para a vida e fazendas” e que “realizando-se esta petição, Cuba continuará conservando sua

independência”.³⁴ Diante da presença dos navios de guerra estadunidenses, a “recomendação” do embaixador consistia numa clara ameaça de intervenção. Welles descreveria ainda, em seu diário, a “boa” impressão que tivera de Fulgêncio Batista nessa sua primeira entrevista:

Disse-lhe que, em minha opinião, ele era o único homem em Cuba que representava a autoridade, em parte, porque parecia contar com o apoio leal das tropas e também pela atitude firme e efetiva do exército contra os comunistas e outros elementos radicais. Com isto, ganhou apoio da grande maioria dos interesses comerciais e financeiros que buscavam proteção e não podiam encontrar em outra pessoa além dele.³⁵

Assim, as cada vez mais freqüentes entrevistas entre o representante dos Estados Unidos em Cuba e o coronel Fulgencio Batista levou a grande burguesia a reconhecer neste “um instrumento dúctil para suas maquinações”.³⁶

A formação do “Gobierno de los Cien Días”

O levante militar de 4 de setembro de 1933 determinou a queda do Governo Provisório de Carlos Manuel de Céspedes. No mesmo dia, foi instaurado um Governo Provisório, através de um órgão colegiado, integrado por cinco membros – Ramón Grau San Martín, Sergio Carbó, Porfirio Franca, José Miguel Irisarri e Guillermo Portela. Esse governo, conhecido como o Governo da Pentarquia, teve curta duração. No dia 10 desse mesmo mês, a Pentarquia foi dissolvida, sendo um dos pentarcas o professor universitário Ramón Grau San Martín, designado como presidente provisório.

Ramón Grau San Martín, ao tomar posse, recusou-se a jurar a Constituição cubana de 1902 “pelo fato de que levava adicionada a Enmienda Platt”.³⁷ Antonio Guiteras, ex-aluno de Grau San Martín na Universidade de Havana, assumiu a Secretaría de Gobernación, Guerra y Marina. Na cerimônia oficial em que Antonio Guiteras recebeu oficialmente o cargo, declarou: “Serei firme defensor deste Governo, enquanto não se converter em fiel laçao de Washington”.³⁸ De uma maneira geral, as três forças políticas que integravam o assim chamado Gobierno de los Cien Días (10 de setembro de 1933 a 15 de janeiro de 1934), eram representadas por Grau, Guiteras e Batista. O primeiro foi levado ao poder pela DEU e apoiado por setores não comunistas, mas que estavam desvinculados da oligarquia tradicional. “A ideologia democrático-reformista-radical-nacionalista deste grupo autodenominou-se logo ‘autêntica’, sendo que se consideravam os autênticos continuadores do Par-

tido Revolucionário Cubano de Martí”.³⁹ Guiteras correspondia à ala esquerda desse governo e Batista, como comandante do exército, logo consolidou-se como representante dos setores direitistas no governo.

Em grande parte devido à influência de Guiteras, o governo Grau adotou uma série de medidas de cunho reformista e nacionalista. Os partidos políticos que cooperaram com o regime machadista foram dissolvidos e os bens do ditador deposto e de seus colaboradores foram desapropriados. Foi iniciada também uma auditoria da dívida externa, com o intuito de não reconhecer os compromissos contraídos durante a ditadura de Machado. O governo decretou, também, a intervenção na Companhia Cubana de Eletricidad. Há de se notar que “as tarifas elétricas em Cuba eram até então as mais altas do mundo”,⁴⁰ e que essa companhia era, na verdade, uma subsidiária da Electric Bond and Share Company, da qual Gerardo Machado era acionista e “testa de ferro”.

Sob o ponto de vista das reformas sociais, foi criada a Secretaría del Trabajo, instituído um sistema de seguros e aposentadorias para os trabalhadores, salário mínimo e a jornada de trabalho de 8 horas. Foi decretada, também, a redução dos preços dos gêneros de primeira necessidade e das tarifas elétricas. Sob o ponto de vista sindical, foi reconhecido o direito a todo trabalhador sindicalizar-se livremente. Essas medidas afetaram diretamente os interesses, não só da oligarquia cubana, mas, principalmente, dos investidores estadunidenses estabelecidos em Cuba. Assim, sob a constante oposição desses setores, Antonio Guiteras defendia que, para libertar-se das “empresas estrangeiras, inimigas do operário”,⁴¹ dever-se-ia conquistar a “independência econômica, que é o embasamento sólido em que pode descansar a independência política”.⁴² Elaboraram-se, também, projetos de redistribuição de terras e projetos de colonização. A respeito desses programas agrários, Antonio Guiteras referiu-se da seguinte forma: “o programa do Governo é redimir Cuba da condição de colônia que vem desde o descobrimento”.⁴³

Para Guiteras, a questão fundamental para o êxito da revolução consistia no controle do aparato estatal pelos elementos revolucionários. Entretanto, de uma maneira geral, o governo Grau assumira o poder em condições extremamente difíceis. A imprensa do período, controlada pela reação, opôs-se de maneira sistemática ao governo, ao mesmo tempo em que as naves de guerra da Marinha estadunidense mantinham-se em posição ameaçadora diante dos principais portos cubanos. Mas a principal ameaça ao governo Grau, viria *de dentro* do próprio governo, corporificada na pessoa de Fulgêncio Batista.

As principais contradições do “Gobierno de los Cien Días”

As medidas reformistas decretadas pelo governo Grau, conjugadas com os aumentos salariais, possibilitaram que os trabalhadores de Havana retornassem ao trabalho. Aproveitando-se dessa conjuntura, o exército, sob o comando de Fulgêncio Batista, reprimiu duramente os trabalhadores do açúcar, que haviam organizado os sovietes nas Centrais açucareiras ocupadas. Em última análise, as matanças e a prisão de centenas de lideranças operárias foram a expressão “da fúria das forças direitistas do Governo de Grau – representadas por Batista”.⁴⁴ Após desarticularem o movimento insurrecional no campo, essas forças direitistas levaram adiante uma poderosa operação repressiva nas cidades, tendo os comunistas e a CNOC como principal alvo. Ainda no final de setembro de 1933, um incidente marcaria o prelúdio de uma feroz perseguição aos comunistas e à CNOC pelas forças lideradas por Fulgêncio Batista.

Em 7 de setembro de 1933, no cemitério de Dolores, Cidade do México, ocorreria um incidente entre grupos comunistas e do ABC, que disputavam a posse dos restos mortais de Julio Antonio Mella, fundador do Partido Comunista de Cuba, que havia sido assassinado por agentes do regime de Gerardo Machado em janeiro de 1929. Em meio à confusão, uma exilada cubana, com a sua pequena filha, apossou-se dos restos mortais, escondendo a urna sob o seu abrigo. Através do Partido Comunista do México, os restos mortais de Julio Antonio Mella foram entregues a uma comissão de cubanos e mexicanos, encarregados de seu traslado. Mais tarde, em uma embarcação procedente do porto de Vera Cruz, os restos mortais de Julio Antonio Mella retornaram a Cuba, desembarcando através de uma passageira de quem as autoridades não suspeitavam. Depois de expostas na sede da Liga Antimperialista de Cuba, em 29 de setembro, as cinzas de Julio Antonio Mella foram seguidas por uma multidão que acompanhava o cortejo fúnebre pela calzada de Reina até um panteão construído em sua homenagem. Contra esse cortejo fúnebre, Fulgencio Batista mobilizou um grande contingente militar nas ruas próximas e abriu fogo contra a multidão. Vários mortos e dezenas de feridos foi o trágico resultado desse episódio. O modesto panteão erigido pelos operários da construção civil em homenagem a Mella foi destruído a coronhadas pela soldadesca batistiana. Nesse mesmo dia, as tropas comandadas por Batista ainda assaltariam e incendiariam a sede da CNOC.

Alguns dias depois, Fulgêncio Batista foi recebido por Sumner Welles na sede da representação diplomática dos Estados Unidos, onde recebeu “ardentes felicitações” pela “demonstração de anticomunismo”.⁴⁵

Se, por um lado, Ramón Grau San Martín procurou reforçar o apoio popular ao seu governo através da implementação de importantes medidas de caráter democrático-nacionalista, por outro lado, foi incapaz de deter o ímpeto repressivo representado pelo exército comandado por Fulgêncio Batista. “Apesar das mudanças efetuadas por Guiteras na Polícia e na Marinha, o Exército permaneceu como edifício absoluto de Batista.”⁴⁶ Naquela época, uma frase muitas vezes repetida refletia essa situação: “a Marinha é de Guiteras”. Assim, com o intuito de contrapor-se ao poder militar de que Batista dispunha, Guiteras planejava criar um Corpo de Fuzileiros Navais, diretamente subordinado à Marinha, com o efetivo inicial de 500 homens. Mesmo que, inicialmente, os atos violentos em relação aos movimentos sociais obedecessem a decisões locais, na maioria dos casos e, mais tarde, a posição de Fulgêncio Batista, oposta à de Guiteras, causava uma confusão inevitável. A evidente ambigüidade do governo de Ramón Grau San Martín provocava ataques da esquerda, que eram oportunamente aproveitados pela direita para combater o governo. “Sua posição era difícil: os radicais e os conservadores o combatiam.”⁴⁷

Dessa forma, o governo reformista-nacionalista de Grau enfrentou, desde o seu início, uma difícil situação ao ser combatido, a partir de distintas posições, pela direita (o ABC, os representantes da oligarquia e os EUA), e pela esquerda (o Partido Comunista de Cuba e o movimento sindical).

Foi combatido a sangue e fogo pela embaixada norte-americana, pelos oficiais depostos, pelo ABC, pela velha política, pelo alto comércio espanhol, pelas corporações econômicas, pelas empresas estrangeiras, pelos monopólios de serviço público, pelo Partido Comunista, pela Confederación Nacional Obrera, pelo estudantado de esquerda e a quase totalidade da imprensa.⁴⁸

Dos antigos oficiais de carreira do exército, apenas 106 conservaram as suas patentes. Dos que foram depostos, boa parte havia se entrincheirado no Hotel Nacional. Alentados pelo ABC e por Sumner Welles, pretendiam, dali, resistir até cair o governo de Grau San Martín. Acreditavam que teriam o apoio das tropas estadunidenses e, além disso, que o Hotel Nacional era um lugar seguro, por ser a residência do embaixador Sumner Welles. Depois de haver conseguido concentrar a maior parte dos ex-oficiais no Hotel Nacional, o embaixador estadunidense abandonou esse local como residência. Logo as tropas do exército cercaram o hotel e, no dia 2 de outubro, o embaixador ordenou o ataque. Depois de várias horas de combate, os ex-oficiais foram obrigados a se render e muitos deles foram assassinados depois de subjugados. Esse episódio fez desaparecer, totalmente, “a autoridade da velha oficialidade do Exército Nacional”,⁴⁹ marcando, assim, o fim dos ex-militares machadistas como fator determinante na política cubana.

Dois dias depois dos combates do Hotel Nacional, Batista foi convidado para uma nova entrevista com Sumner Welles, onde este expressou sua opinião acerca da importância do exército como “força oposta aos comunistas e aos elementos radicais e, portanto, de sua pessoa como defensor dos interesses comerciais e financeiros que necessitam proteção”.⁵⁰

Apesar de Batista ser visto, cada vez mais, como o homem de confiança dos EUA pela embaixada estadunidense, Sumner Welles não descartara outras possibilidades e nem outras forças políticas em seu intuito de desestabilizar e derrubar o governo de Grau San Martín. Assim, no dia 8 de novembro, ocorreu um novo levante contra o governo Grau: instigado por Welles e dirigido pelo ABC: exatamente cinco dias depois de atracar no porto de Havana, o encouraçado USS Wyoming, trouxe a bordo cerca de 1.200 fuzileiros navais prontos para desembarcar. Os golpistas chegaram a apoderar-se o Quartel Columbia, mas foram sufocados pela ação do exército, frustrando-se assim mais um intento levado a cabo pela oposição direita ao governo Grau San Martín.

O golpe de Fulgêncio Batista e o fim do “Gobierno de los Cien Dias”

Não havendo conseguido derrubar o governo Grau, Benjamin Sumner Welles foi substituído por Jefferson Caffery, que, em 18 de dezembro de 1933, assumiu o seu posto na sede da representação diplomática dos EUA em Havana. Imediatamente, Caffery trabalhou no sentido de formar uma coalizão que unisse as forças políticas de direita, que eram partidárias do derrocamento do governo Grau. Dessa forma, Caffery reuniu os representantes políticos tradicionais da oligarquia, juntamente com o ABC e Fulgêncio Batista em uma aberta conspiração, na qual o coronel Carlos Mendieta e Batista constituíam os elementos-chave.

A luta entre Antonio Guiteras e Fulgêncio Batista tornou-se cada vez mais acirrada no interior do governo Grau. No início de janeiro de 1934, Guiteras, ante a possibilidade da queda do governo, praticamente obrigou Grau San Martín a assinar o decreto em que Batista foi destituído do comando do exército, sendo substituído por Pablo Rodríguez. Nessa reunião, Guiteras comunicou também a Grau sua intenção de fuzilar o coronel Fulgêncio Batista.

Porém, àquela altura dos acontecimentos, a decisão de destituir Batista tomada por Grau revelou-se tardia. Quando Pablo Rodríguez chegou ao Quartel Columbia para assumir o comando do exército, foi imediatamente encarcerado por Fulgêncio Batista, frustrando-

se, assim, a execução do decreto. Em 14 de janeiro, Batista fechou um acordo com Carlos Mendieta, visando derrubar o governo Grau. No dia seguinte, em 15 de janeiro, Fulgêncio Batista liderou um golpe militar, forçando a renúncia de Ramón Grau San Martín.

Dois dias depois, sob a intimidação de 30 navios de guerra da Marinha estadunidense, o coronel Carlos Mendieta assumiu a presidência. O governo dos Estados Unidos, que durante cem dias não havia reconhecido o governo de Ramón Grau San Martín, reconheceu, de imediato, o novo governo. Assim, o golpe militar perpetrado por Fulgêncio Batista e a nomeação de Mendieta como presidente, finalmente, fecharam o ciclo da reação dirigida pela Mediação patrocinada pela Embaixada dos Estados Unidos em Cuba.

Estabeleceu-se, assim, um governo no qual, embora Mendieta fosse o presidente, era Batista que governava de fato. Dessa forma, com a entronização desse governo reacionário, Antonio Guiteras foi colocado imediatamente na ilegalidade. Numa de suas últimas declarações antes de submergir no obscuro manto da resistência clandestina, Guiteras afirmou:

(...) sabia que o golpe de estado urdido pelo Coronel Batista, assestava contra a Revolução (...) Ditadura Militar, subjugada pela influência de Washington (...) As frequentes entrevistas do Coronel Batista e o representante do Presidente Roosevelt, o constante protesto do primeiro com respeito a todos os decretos de caráter revolucionário (...) era necessário trabalhar de acordo com Washington e derrubar o governo, que lesionava os interesses dos grandes capitalistas americanos, (...) Atualmente estou na oposição e lutarei pelo restabelecimento de um governo onde os direitos dos operários e camponeses estejam acima dos desejos de lucro dos capitalistas nacionais e estrangeiros.⁵¹

A RESISTÊNCIA DE GUITERAS E O FINAL DO PROCESSO REVOLUCIONÁRIO DOS ANOS 30

Diante do estabelecimento do novo regime, Antonio Guiteras, “odiado e temido por Batista, tinha que passar a maior parte do tempo oculto.”⁵² A sua exemplar conduta à frente da Secretaría de Gobernación, Guerra y Marina durante o Gobierno de los Cien Días e a sua obstinação em continuar a luta contra Batista, conferiam a Guiteras um amplo prestígio entre as massas, que lhe permitiram organizar uma poderosa organização clandestina de resistência, fundada ainda em janeiro de 1933 e denominada TNT (em alusão à sigla do famoso explosivo, Trinitrotolueno).

As audaciosas ações da TNT intranquilizavam o governo Mendieta-Batista, destacando-se os atentados contra as personalidades da ditadura, o apoio armado aos movimentos de greve e o resgate de prisioneiros do regime. Em março de 1934, a CNOC organi-

zou uma greve geral, na qual participaram cerca de 200.000 operários, cuja finalidade era abater o governo Mendieta-Batista. Essa greve foi, assim como inúmeras outras anteriores, reprimida de maneira selvagem pelo exército de Batista. Antonio Guiteras, que na época em que era membro do Gobierno de los Cien Días havia sido duramente combatido pelos comunistas que “não consideravam o jovem dirigente um elemento revolucionário”,⁵³ apesar disso, não poupou esforços para apoiar esse movimento.

Nos últimos meses de 1934, Antonio Guiteras resolve dissolver a TNT e fundar uma nova organização de caráter político-militar, denominada Joven Cuba. Rapidamente, as células dessa organização estenderam-se por toda a Ilha. O objetivo essencial desta organização era o de derrocar a ditadura mediante uma estratégia insurrecional que combinasse “a ação guerrilheira nos campos junto com a luta nas cidades e um forte movimento político de massas, até conquistar uma debilidade defensiva no inimigo, que permitisse coroar o processo com uma greve geral triunfante”.⁵⁴ É necessário destacar ainda que, ao contrário da organização que a antecedeu – a TNT – a Joven Cuba pretendeu ser uma organização de massas, sendo que a sua Comisión de Acción, a estrutura mais conhecida desta organização – encarregada pelas ações armadas –, constituía apenas uma de suas estruturas internas. Assim, desde a sua fundação, a Joven Cuba iniciara os preparativos para o desencadeamento de uma “guerra civil revolucionária. Para isto, recrutou milhares de companheiros, arrecadou fundos através de coletas e de expropriações, adquiriu armas, fustigou o governo mediante a sabotagem e atentados pessoais, adquiriu um sítio no México e instalou nele um campo de treinamento”.⁵⁵

De uma maneira geral, o conteúdo programático da Joven Cuba propugnava a adoção de uma série de medidas de caráter democrático-burguês, ao lado de outras, de claro sentido anticapitalista. Diante dessas díspares e, em parte, contraditórias demandas, era o componente anti-imperialista que conferia consistência a esse programa, dotando-o de coerência. Assim, para Guiteras: “um movimento que não fosse antiimperialista em Cuba, não seria uma revolução. Se servia ao imperialismo yankee, não servia ao povo, pois seus interesses eram incompatíveis”.⁵⁶ Desde 1933, Antonio Guiteras manteve um estreito contato com outros líderes revolucionários da América Latina e, “em conversações com outros dirigentes latino-americanos, chegou a defender que a revolução antiimperialista devia ter um caráter continental”.⁵⁷

Para Guiteras, a solução da Questão Nacional em Cuba somente era possível através da independência econômica em face ao capital estadunidense: “Temos que ter independência econômica. Independência política não significa nada. Nós poderíamos conseguir a

independência política facilmente, porém a perderíamos em seguida”.⁵⁸ Desta forma, pela via do pensamento anti-imperialista, Guiteras concebe o socialismo como a única forma para um possível desenvolvimento econômico em Cuba:

Cuba reúne os elementos indispensáveis para integrar uma nação, porém, não é ainda uma “Nação”. (...) Cuba não é Nação “ainda”, porque carece daquela “unidade funcional” em sua economia, (...) Cuba permanece em “estado colonial”. Submetida ao capital estrangeiro, a estrutura econômica cubana é um aparato que não serve às necessidades coletivas de dentro, mas a rendimentos calculados por e para os de fora. Pois a coordenação das forças produtivas cubanas se oferece como primeira trincheira a conquistar (...) Daí a idéia polar de nossa orientação: para que a ordenação orgânica de Cuba em Nação alcance estabilidade, é preciso que o Estado cubano se estruture conforme os postulados do Socialismo.⁵⁹

Em 1934, o Partido Comunista de Cuba, através de suas organizações sindicais e estudantis, havia protagonizado a maior parte das greves e manifestações de massa contra o regime. Entretanto, a partir desse mesmo ano, o Partido passou a investir ainda mais na organização de grupos armados para o enfrentamento da ditadura (Grupos de Autodefensa, Destacamentos Armados, Unidad de Choque e o Ejército Libertador). A linha política defendida pelo Partido Comunista de Cuba passou a de ser “tentar constituir uma frente única de revolucionários e reformistas contra o regime”.⁶⁰ Assim, a Joven Cuba, com cerca de quinze mil militantes, unida à mobilização sindical e aos comandos dirigidos pelos comunistas, mantiveram o governo num “difícil equilíbrio, e no limiar da crise, durante os primeiros meses do ano de 1935”.⁶¹ A partir do final de 1933, Fulgêncio Batista havia convertido o exército numa força fiel aos seus objetivos, entretanto, no início de 1935, o exército não era plenamente de Batista. Guiteras sente, assim, que o momento propício para o início de uma insurreição armada se aproximava.

Entretanto, os planos insurrecionais de Guiteras foram frustrados por um movimento que ele considerava prematuro: a greve geral de março de 1935, convocada pelo Partido Comunista de Cuba e pelo movimento sindical. Para Guiteras, essa greve geral estava “condenada ao fracasso, por falta de material para sabotagem e armas para fazê-la culminar numa insurreição triunfante”.⁶² Para conseguir derrotar a greve de março de 1935, o exército foi obrigado a desencadear uma ação militar que, em muito, superou sua costumeira selvageria repressiva. Apesar de considerar aquele movimento condenado ao fracasso em virtude de sua prematuridade, Guiteras não se furtou ao combate. Mesmo sabendo que “uma greve pacífica como aquela estava condenada a terminar com ferro e sangue. Lutou valentemente naqueles dias turbulentos para evitar as ondas do desastre”.⁶³

Após a derrota da greve geral de março de 1935, Fulgêncio Batista se fortaleceu no poder. Cada vez mais, passou a ser visto, aos olhos da oligarquia cubana e dos investidores estadunidenses, como o “homem forte capaz de conter a anarquia e o comunismo e assegurar a normalidade da próxima safra”.⁶⁴ Com o objetivo de neutralizar os militantes oposicionistas, acentuou-se a repressão, que adquiriu uma maior virulência. A greve geral de 1935 acabou resultando em centenas de assassinatos e milhares de prisões.

Vivendo clandestinamente em Havana, Guiteras continuou a sua preparação para um movimento armado que, ao seu juízo, não fracassaria. Entretanto, o ascenso da ação repressiva que se seguiu à derrota da greve de março de 1935, estreitou, ainda mais, o cerco ao qual Guiteras estava submetido. Compreendera então que deveria retirar-se do país na primeira oportunidade. Assim, Guiteras pretendia seguir rumo ao México, para, a partir de lá, reorganizar a Joven Cuba e, mais tarde, reiniciar a luta. A esse respeito Guiteras escreveu numa carta dirigida a um de seus companheiros:

(...) elementos que não são nossos e que podemos atrair, creio conveniente, se são valiosos, transladá-los ao México, onde esperamos criar um acampamento. Neste país poderemos nos mover mais livremente e, ademais, creio ser mais conveniente que nossa organização, que é antiimperialista, tenha o seu acampamento fora dos Estados Unidos. Ali só devem ficar os que estão em missão especial.⁶⁵

Na madrugada do dia 7 para o dia 8 de maio de 1935, Guiteras, juntamente com um grupo de cerca de 25 companheiros, armados de fuzis e metralhadoras, bivacaram no velho fortim *El Morrillo*. Encravado na costa norte de Matanzas e a cerca de quatro milhas da cidade, estavam à espera do iate Amália, que os levaria até o México. Através de delação, as forças repressivas descobriram o plano de Guiteras e concentraram sobre a região um efetivo de cerca de dois mil soldados. Na manhã do dia 8 de maio, Guiteras e seus homens perceberam que estavam cercados. Imediatamente, abandonaram o fortim e, procurando romper o cerco, retiraram-se, progredindo pelas margens do rio Canímar. Após quase três horas deste desigual combate, conseguiram alcançar um bote atracado na margem do rio. Alguns permaneceram manejando as metralhadoras, enquanto os demais procuravam retirar-se no interior da pequena embarcação. Assim, dez conseguiram escapar. Entretanto, Guiteras não estava entre esses dez que se salvaram. Ao dar cobertura à retirada de seus companheiros, Antonio Guiteras, com o corpo crivado de balas, caíra sob o fogo da soldadesca batistiana. Contava, em sua morte, com apenas 28 anos.

Com o desaparecimento de Antonio Guiteras, a organização por ele criada – a Joven Cuba – entrou em profunda crise. Ainda em junho de 1935, apenas um mês após sua morte, “começaram as divergências, as renúncias, o nascimento de vários executivos e comitês

centrais, as expulsões da organização por uma e outra das direções”.⁶⁶ Indubitavelmente, era Guiteras quem mantinha a unidade da Joven Cuba. O caráter personalista dessa organização pouco contribuíra para que as concepções ideológicas de seu jovem líder fossem absorvidas pela maioria de seus membros, impedindo, assim, que a organização consolidasse uma ideologia própria que pudesse transcender a morte de seu líder. Rapidamente, a Joven Cuba diminuiu as suas ações até desaparecer nos anos seguintes.

O fracasso da greve de março de 1935 e a morte de Antonio Guiteras representaram o marco final do processo insurrecional dos anos 30. O Partido Comunista de Cuba continuou livrando batalhas no interior do movimento operário, mas Fulgêncio Batista consolidou-se no poder, controlando a vida política cubana nas décadas seguintes.

De uma maneira geral, os diversos grupos de esquerda foram derrotados no decorrer do processo revolucionário. A falta de coesão existente entre esses diversos grupos impediu-os de se fundirem numa frente única que pudesse capitalizar a derrota infringida à reação e fazer frente aos setores direitistas. Por outro lado, “o exército dos sargentos (...) logrou coesionar-se internamente”.⁶⁷ Assim, “ao ficarem invalidadas, a ala revolucionária e a ala reformista do Governo dos Cem Dias, o poder passou às mãos de seu setor mais reacionário, encabeçado por Batista”,⁶⁸ que se tornaria o “homem forte” de Cuba nas décadas seguintes. Anos mais tarde, Raul Roa, importante dirigente do Partido Comunista de Cuba, referindo-se a esses acontecimentos, faria a devida autocrítica:

(...) a responsabilidade do fracasso não corresponde, exclusivamente a Grau San Martín. Cai, por igual, sobre nós que combatemos torpemente o governo a partir da esquerda. O objetivo imediato de organizar uma ampla frente de luta contra a reação e o imperialismo – premissa prévia para a conquista do poder revolucionário pelas massas populares – foi substituído por uma propaganda verborrágica de consignas utópicas e a proposição de uma revolução proletária que transcendia as condições objetivas do país e a disposição subjetiva do povo.⁶⁹

O Partido Comunista de Cuba, que duramente combatera o Gobierno de los Cien Días, somente abandonaria, definitivamente, essa política sectária em 1935, a partir do VII Congresso da Internacional Comunista, que propôs a constituição das frentes populares (ou frentes antiimperialistas, segundo o caso) como estratégia principal para os Partidos comunistas em todos os países. Em Cuba, essa mudança traduziu-se na tentativa, no final de 1934 e início de 1935, de constituição de uma frente popular – na qual Guiteras estava integrado – contra o regime controlado por Fulgêncio Batista. Infelizmente, essa mudança de orientação viera muito tarde para Cuba. Quando esta mudança ocorreu, o Gobierno de los Cien Días já havia sido deposto pelo golpe militar urdido por Batista. A esse respeito, referiu-se Carlos Rafael Rodríguez:

o Partido carecia da experiência necessária para sobrepor-se a uma corrente internacional evidentemente sectária, que só começaria a ser abandonada em 1934, para ser definitivamente erradicada em 1935, com o VII Congresso da Internacional Comunista. Prevalecia então, com efeito, no movimento comunista internacional a tese de “classe contra classe”. Ao invés de trabalhar pela união das forças antiimperialistas e de se esforçar para neutralizar primeiro e conquistar depois, os elementos vacilantes, porém honestos, da pequena burguesia, o partido concentrava seus ataques precisamente sobre estes e desfraldava a consigna de “Soviets de Obreros e Campesinos apoyados por soldados y marinos”.⁷⁰

Embora a Revolução de 1933 não tenha conquistado seus objetivos essenciais, ela transformara profundamente a sociedade cubana. As demandas por democratização tomaram corpo no interior de amplos setores sociais, que foram despertados pela Revolução. A crise do sistema político oligárquico tradicional debilitara, não apenas o poder dos diversos setores da classe dominante cubana, mas também estabelecera uma cunha, que ameaçava – através do despertar da consciência anti-imperialista – o predomínio econômico e político dos EUA. Em linhas gerais, durante a Revolução de 1933, consolidaram-se, não apenas as principais correntes político-ideológicas, como também as principais formas de luta que estiveram presentes na Revolução dirigida por Fidel Castro em 1959.

Recebido em novembro/2004; aprovado em maio/2005

Notas

* Doutor em História Econômica pela USP e Vocalista dos Garotos Podres

¹ É necessário destacar que, dadas as particularidades do desenvolvimento da economia cubana, essa classe social era relativamente numerosa em Cuba e potencialmente predisposta à radicalização política em períodos de crise. Assim, segundo Carlos Rafael Rodríguez: “O estilo de desenvolvimento da economia cubana determinou que essa pequena burguesia urbana tivesse um volume comparativamente superior ao que correspondia à maior parte dos países subdesenvolvidos. O estancamento industrial promoveu a existência de uma ampla camada de produtores artesanais relacionados, sobretudo, com a elaboração de calçado, tabaco e confecções, ainda que abundava, também, o setor de conservas. Formou-se, além disso, uma extensa camada de pequenos comerciantes fixos e ambulantes. Deve-se destacar, ainda, o papel que jogavam os empregados e membros de profissões liberais que (...) proliferavam por ser o único caminho para escapar da proletarianização direta. (...) nos momentos de crise econômica, a sua rápida radicalização. Dessa camada se nutria a maior parte dos estudantes secundários e universitários. Com certa ilustração intelectual e ambições explicáveis de progresso, a pequena burguesia urbana constituía desde os primeiros tempos, uma zona muito sensível”. In: RAFAEL RODRÍGUEZ, C. *Cuba en el Tránsito al Socialismo: 1959-1963*. Havana, Política, 1979, pp. 42-43.

² RAFAEL RODRÍGUEZ, op. cit., p. 19.

³ PADRÓN, P. L. *Qué República era Aquélla!*. Havana, Editorial de Ciencias Sociales, 1986, pp. 198-199.

⁴ PADRÓN, op. cit., p. 197.

⁵ RAFAEL RODRÍGUEZ, op. cit., p.49.

⁶ PADRÓN, op. cit., p. 209.

⁷ DIRECTORIO ESTUDANTIL UNIVERSITARIO. *Contra la Prórroga de Poderes*. Manifiesto do DEU. In: CABRERA, O. (org.). *Antonio Gúteras: Su Pensamiento Revolucionario*. Instituto Cubano del Libro, Havana, 1974, p. 72. A existência de um forte componente antiimperialista na luta contra a ditadura do general Gerardo Machado causou uma destacada preocupação por parte do Governo dos EUA, como podemos observar através de um memorando endereçado ao Departamento de Estado dos Estados Unidos, onde o Embaixador estadunidense em Cuba, Harry F. Guggenheim, que descreveu essa situação da seguinte maneira: “Nosso absoluto domínio sobre o açúcar e outras indústrias resulta necessariamente num sentimento de inimizade para os Estados Unidos em uma época de crise econômica. Disso não podemos escapar, ao que parece. (...) Os sentimentos pouco amistosos que se originam do fato de que o capital americano tem destruído em grande parte a liberdade econômica de Cuba, (...) A opinião mais acentuada parece ser que a propaganda exterior, sob a forma de influxos comunistas emanados da Rússia é um fator contributivo bastante importante. (...) Entre outras causas, pode-se mencionar o sentimento nacionalista, que é especialmente muito vivo entre os estudantes da Universidade Nacional. Desse setor é de onde parte, geralmente, o clamor contra o ‘imperialismo yankee’”. In: PADRÓN, op. cit., p. 208.

⁸ LÓPEZ SEGRERA, F. *Orígenes, Desarrollo y Frustración de la Revolución de 1933*. In: ARMAS, R. de; LÓPEZ SEGRERA, F. e SÁNCHEZ OTERO, G. *Los Partidos Burgueses en Cuba Neocolonial (1899-1952)*. Havana, Editorial de Ciencias Sociales, 1985, pp. 103.

⁹ CABRERA, O. Introducción. In: CABRERA, op. cit., p. 13.

¹⁰ CABRERA, op. cit., p. 14.

¹¹ SOTO, L. *La Revolución Precursora de 1933*. Editorial Si-Mar, Havana, 1995, p. 297.

¹² CHANG, F. *El Ejército Nacional en la Republica Neocolonial: 1899-1933*. Editorial de Ciencias Sociales, Havana, 1981, p. 147.

¹³ RAFAEL RODRÍGUEZ, op. cit., pp. 50-51.

¹⁴ LÓPEZ SEGRERA, op. cit., pp. 95-97.

¹⁵ CABRERA, op. cit., p. 16.

¹⁶ LÓPEZ SEGRERA, op. cit., pp. 101-102.

¹⁷ RAFAEL RODRÍGUEZ, op. cit., pp. 38-39.

¹⁸ CABRERA, op. cit., pp. 14-15.

¹⁹ GUITERAS, A. *Manifiesto al Pueblo de Cuba*. In: CABRERA, op. cit., p. 89.

²⁰ LE RIVEREND, Julio. *Breve Historia de Cuba*. Havana, Editorial de Ciencias Sociales, 1995, pp.87-88.

²¹ PADRÓN, op. cit., p. 220.

²² ALTMANN, W. *México e Cuba: Revolução, Nacionalismo , Política Externa*. São Leopoldo, Ed. Unisinos, 2001, p. 72.

²³ PADRÓN, op. cit., p. 41.

- ²⁴ Ibid., p. 221.
- ²⁵ LÓPEZ SEGRERA, op. cit., pp. 113-114.
- ²⁶ Ibid., pp. 113-114.
- ²⁷ PADRÓN, op. cit., p. 227.
- ²⁸ Ibid., p. 231.
- ²⁹ LÓPEZ SEGRERA, op. cit., p. 116.
- ³⁰ Ibid., pp. 126-127.
- ³¹ Ibid., p. 117.
- ³² CHANG, F., op. cit., p. 167.
- ³³ LÓPEZ SEGRERA, op. cit., p. 118.
- ³⁴ PADRÓN, op. cit., pp. 230, 232 e 233.
- ³⁵ Ibid., p. 234.
- ³⁶ CABRERA, op. cit., p. 30.
- ³⁷ LÓPEZ SEGRERA, op. cit., p. 121.
- ³⁸ GUITERAS, A. Declaraciones de Guiteras, Respecto a su Actitud frente a los Acontecimientos Actuales. *Periódico Luz*, n. 22, 20/ 1/1934, p. 1. In: CABRERA, op. cit., p. 175.
- ³⁹ LÓPEZ SEGRERA, op. cit., p. 120.
- ⁴⁰ BEALS, C. El Alma de Guiteras Sigue Marcando la Ruta. *Revista Common Sense*, Nova York, jul. de 1935. In: CABRERA, op. cit., pp. 247-248.
- ⁴¹ GUITERAS, A. Declaraciones de Guiteras Contra la Campaña Pro-Intervención Extranjera. *El País*, ano XI, edição final, 16/set./ 1933. In: CABRERA, p. 137.
- ⁴² Id. Habla Guiteras Sobre la Libertad de los Presos Políticos. *Ahora*, 23/12/1933. In: CABRERA, op. cit., p. 131.
- ⁴³ Id. Declaraciones de Guiteras Acerca del Problema Agrario. *Ahora*, nº 65, 7/12/1933. In: CABRERA, op. cit., p. 124.
- ⁴⁴ LÓPEZ SEGRERA, op. cit., pp. 128-129.
- ⁴⁵ PADRÓN, op. cit., p. 238
- ⁴⁶ CABRERA, op. cit., p. 29.
- ⁴⁷ LÓPEZ SEGRERA, op. cit., p. 107
- ⁴⁸ Ibid., p. 124.
- ⁴⁹ CHANG, op. cit., p. 181.
- ⁵⁰ Ibid., p. 186.
- ⁵¹ GUITERAS, A. Declaraciones de Guiteras, Respecto a su Actud Frente..., op. cit., pp. 175-176.
- ⁵² BEALS, op. cit., p. 248.
- ⁵³ CABRERA, op. cit., p. 32.

- ⁵⁴ SÁNCHEZ OTERO, G. “La Crisis del Sistema Neocolonial en Cuba: 1934-1952”. In: ARMAS, R. de; LÓPEZ SEGRERA, F. e SÁNCHEZ OTERO, G., op. cit., p. 203.
- ⁵⁵ TABARES DEL REAL, J. A. “La Revolución de 30: Seus Dois Últimos Años”. Havana, 1971. In: SÁNCHEZ OTERO, op cit., p. 203.
- ⁵⁶ GUITERAS, A. Setembrismo. *Bohemia*, v. XXVI, n. II, ano 26, 1/4/1934. In: CABRERA, op. cit., p. 181.
- ⁵⁷ CABRERA, op.cit., p. 52.
- ⁵⁸ GUITERAS, A. in BEALS, op. cit., p. 244.
- ⁵⁹ GUITERAS, A. *Programa de Joven Cuba*. Publicado em forma de folheto e reproduzido pelo periódico *Ahora*, em 24/9/1934. In: CABRERA, op. cit., pp. 183-184.
- ⁶⁰ SÁNCHEZ OTERO, op. cit., p. 204.
- ⁶¹ *Ibid.*, p. 205.
- ⁶² GUITERAS, A. *Carta a Compañeros de la Joven Cuba* (16/3/1935). In: CABRERA, op. cit., p. 218.
- ⁶³ BEALS, op. cit., p. 249.
- ⁶⁴ LÓPEZ SEGRERA, op. cit., pp. 107-108.
- ⁶⁵ GUITERAS, A. *Carta a Pedro Pablo Torrado* (11/4/1935). In: CABRERA, op. cit., p. 230.
- ⁶⁶ CABRERA, op. cit., p. 48.
- ⁶⁷ CHANG, op. cit., p. 183-185.
- ⁶⁸ LÓPEZ SEGRERA, op. cit., p. 139.
- ⁶⁹ ROA GARCÍA, R. *Escaramuza en las Vísperas*. Las Villas, Universidad de Las Villas, 1966, p. 65.
- ⁷⁰ RAFAEL RODRÍGUEZ, op. cit., pp. 51-52.

COMÉRCIO LIVRE: POLÍTICA REFORMISTA BOURBÔNICA NA ESTRUTURA DO SISTEMA COLONIAL NA AMÉRICA LATINA

Yvone Dias Avelino*

Resumo

O presente artigo trata da institucionalização do Comércio Livre na América como política do reino para as suas colônias. É o momento da ilustração e do despotismo esclarecido.

Palavras-chave

Instituição; comércio livre; política; economia; sistema colonial.

Abstract

The present article deals with the institutionalization of the Free Commerce in America as a policy of the kingdom for its colonies. It's the moment of the illustration and the enlightened despotism.

Key-words

Institution; free commerce; policy; economy; colonial system.

No decurso do século XVIII, a Espanha borbônica viveu períodos de experimentações de fórmulas mais adequadas de organização social. Calejada pelas decepções que se sucediam, a Espanha periférica – não obstante o estabelecimento do sistema das Companhias de Caracas e Barcelona – continuou a realçar a expectativa de participação direta no tráfico colonial e a insistir na confirmação. Sem dúvida que a montagem daquelas Companhias, embora beneficiando apenas os portos de San Sebastián e Barcelona, configurou uma política econômica nova, mais aberta e franca; mas, em contrapartida, deixou de dar mais vazão às esperanças dos demais portos alinhados ao longo do Mediterrâneo e do Cantábrico.

A instituição de Companhias, estruturadas no âmbito do direito privado, comprovou que Filipe V e, seguidamente, Fernando VI, tinham o propósito de abordar a problemática do tráfico ultramarino e oferecer oportunidades, a outros portos do reino e de Índias, de participação direta nas correntes do comércio americano. O sistema de Companhias, para o fomento da Catalunha e do País Basco, alterou a estrutura do regime de exploração colonial até então vigente e assente no “porto único”, usufruído pelos mercadores de Sevilha.¹ Tratava-se, no caso, de concretizar providências que propiciassem o desarmamento dos espíritos daquelas duas regiões da Espanha periférica.

Impunha-se, todavia, nova abertura do novo soberano, Carlos III, mais compreensivo e mais acionado pelos políticos “iluminados” assessores do trono.

Com a nova administração, os demais portos marítimos do reino e do ultramar, até então marginalizados da participação direta do tráfico colonial, esperavam pela confirmação de propósitos do despotismo esclarecido. Afinal, todos os anseios confundiam-se no drama de seus problemas comuns e nas mesmas reivindicações: segurança do trono e fomento da economia. Nessa linha de comportamento, a Coroa mostrava-se disposta a diminuir os desníveis regionais, oriundos do mercantilismo dos Áustrias, e acabar com certos estrangulamentos geradores de malefícios nacionais. Havia, realmente, inovação a configurar o revisionismo estrutural do Sistema.

A partir da experiência das Companhias de Caracas e Barcelona, o País Basco e a Catalunha, respectivamente, passaram a fazer parte daquele sistema de exploração colonial. Todavia, a realeza, ao instituir semelhantes entidades mercantilistas, não ab-rogou o monopólio de Cádiz. Apenas estabeleceu outra modalidade de estanque sem, contudo, abolir o exclusivismo gaditano. Assim sendo, passaram, então, a coexistir dois monopólios, cada qual com seu objeto, estrutura e natureza: o de Cádiz e o das Companhias de Comércio e Navegação.

O desejo universal de mais justiça – anseio dos restantes portos da orla marítima ainda marginalizados do processo – era um elemento positivo do homem do século XVIII espanhol. À aspiração dos “iluminados”, o novo monarca, Carlos III (1759-1788), não ficaria insensível.

O anseio vinha dos primeiros Bourbons: Filipe V (1701-1746) e Fernando VI (1746-1759), respectivamente assessorados pelos ministros Patino e Campillo. Mas foi no reinado de Carlos III que a burguesia dos portos marítimos viu concretizar-se aquele desejo, graças ao desempenho de Floridablanca, Aranda, Campomanes, Roda, Jovellanos, Olavide, Saavedra e Gálvez, que compunham a equipe “iluminada” do despotismo esclarecido espanhol. A partir de então é que teve realmente início a fase positiva de renovação das estruturas do Sistema Colonial dos Bourbons de Madri.

A população aumentara no reino. No crepúsculo do século XVIII, era estimada em quase seis milhões de habitantes. No meado da centúria seguinte elevou-se a mais de sete; e, em 1778, conforme apuração realizada pelos oficiais da “Junta de Cadastro”, mandada organizar por Carlos III, já ultrapassava dez milhões de almas.² Nesse tempo, as Províncias de maior densidade demográfica eram Guipúzcoa, com oitenta habitantes; Valência, com 48; Navarra, com 43; Vizcaya, com 42; e Astúrias, com 41 habitantes por quilômetro quadrado.³

A Coroa vinha, ademais, fomentando a colonização interna. Já Jovellanos, em seu *Informe de una ley agraria*, editada em Madri em 1795, lastimava os desníveis existentes entre a densidade demográfica dos centros urbanos e a escassez de população rural, onde os pequenos “pueblos” encontravam-se quase desertos.⁴ Animava-o a idéia de uma Espanha mais uniforme “y razonablemente poblada”; e não “sepultada en los cementerios” das grandes capitais.⁵ A tarefa de afirmação da linha oficial da Corte afigurava-se um processo que se cumpria por etapas, das quais as principais, para o fomento do reino e do império, vinham sendo vencidas desde o advento dos Bourbons ao trono.

Com efeito, já no reinado de Fernando VI, nos anos de 1749 e 1750, o ministro Enseñada encaminhara projetos, elaborados por Dom José Borrás e pelo Marquês del Puerto, concernentes ao repovoamento de determinadas regiões do reino. Os signatários aconselhavam, em suas representações, uma política de valorização econômica da terra peninsular através da imigração de católicos oriundos da Europa Central, notadamente alemães. Graças à justificativa encaminhada e, sobretudo, ao empenho demonstrado por Dom Pedro Rodríguez Campomanes e por conselho de Olavide, a Espanha recebeu diversas famílias alemãs e flamengas para a recolonização de certas circunscrições, especialmente Sierra Morena, Ciudad-Rodrigo e Andalucia.⁶

Posteriormente, já no reinado de Carlos III, o empreendimento colonizador do reino estruturou-se na programação delineada pelo veneziano Jacques Casanova de Seingal.⁷ Daí em diante, o esforço oficial cresceu cada vez mais associado à poupança privada, nacional e estrangeira.

E, com isso, Carlos III principiou a pôr em execução as reformas esquematizadas, completando-as consoante as conveniências do trono e interesses de seus leais vassalos, com a reformulação de abordagens consideradas essenciais para o estabelecimento de nova mecânica de trabalho e instauração de métodos e processos.

Semelhantes reformulações procediam de estudos efetuados na urdidura legislativa dos Ministérios da Coroa, cada vez mais absorventes das antigas atribuições dos velhos “Consejos”. De todos, o “Real Consejo de Castilla” era o mais poderoso. Sua estrutura adiantara-se à Espanha “esclarecida”. Em 1766, no reinado de Carlos III, compunha-se de trinta conselheiros e três fiscais; e era assistido por uma dispendiosa máquina de governo burocrático composta por escrivões, oficiais maiores, relatores, porteiros e outros oficiais do rei. O presidente do “Consejo” era a mais alta figura do Estado Espanhol, depois do monarca, com poder de legislador em nome da Coroa. Redigia as Ordenanças e outras Reais Ordens, consubstanciadas em pragmáticas, decretos, regulamentos, bandos e éditos. O “Real Consejo”, ente moral de direito público, tinha competência e jurisdição sobre todo o território do Império, com faculdades de Supremo Tribunal de Justiça, Ministério da Economia e Instrução Pública.⁸

No “Real Consejo” encontravam-se prelados e elementos da alta aristocracia agrária e militarista, muitos deles com genealogia que recuava à época da Reconquista. Todavia, em seu “Corpo Político”, predominavam fiéis representantes da burguesia intelectual, composta de ilustres letrados, jurisconsultos e catedráticos.⁹

O despotismo esclarecido espanhol, cada vez mais “iluminado”, cuidou de instrumentalizar-se, levando sempre na mais alta conta a segurança do trono e o fomento da economia. Para isso, Carlos III delineou estratégia com vista à elaboração e execução das reformas preconizadas por seus doutos assessores e reclamadas pelo momento histórico que, então, se vivia.

Nesse processo de mudança estrutural acha-se o Intendente de Província, instituto criado por Filipe V para ordenar a administração regional nos setores da agricultura, indústria e comércio. Posteriormente, em 1749, no reinado de Fernando VI, o despotismo espanhol revigorou essa instituição, conferindo aos Intendentes competência e jurisdição nos assuntos de “Justicia, Hacienda, Guerra y Policia”. Com Carlos III, o principal reformista da Espanha bourbônica, o sistema de Intendências consagrou-se com os resultados alcançados no reino e no ultramar.¹⁰

A Coroa realizava a reforma administrativa simultaneamente com a união de esforços para o fomento do tráfico colonial. O reequipamento material do país impunha medidas indispensáveis para que se pudessem pôr em prática novos métodos de atuação legislativa. Os novos anseios espanhóis – oficiais e particulares – reclamavam os meios para que tivessem melhores condições de debater os grandes temas nacionais, e assim pudesse o “Real Consejo” exercer eficazmente suas atribuições legislativas e de fiscalização. Para isso, era necessário que se promovessem as reformas das quais se salientava, em destaque, a do fomento da economia, com a instituição do “Comércio livre”, aspiração dos portos do Cantábrico e do Mediterrâneo, ainda marginalizados, bem como os seus congêneres indianos do Atlântico e do Pacífico.

A convergência de semelhante anseio traduzia, afinal, afirmação. Sem o estabelecimento do “Comércio livre” entre Espanha e suas Índias Ocidentais, não teria sentido reformar. A desejada instituição representaria prova de revitalização e rejuvenescimento do tráfico colonial que, no meado da administração de Carlos III, já apresentava sintomas positivos através dos debates que se travavam nos bastidores da Corte e no aconchego das agremiações dos portos marítimos.

Preocupado com tal realidade, e buscando eliminar certos estrangulamentos, é que Carlos III convocou as expressivas lideranças de seu despotismo, procurando reuni-las num plano de ação conjunta. Daí a convergência de esforços, nesse sentido, de Pedro Rodríguez Campomanes e Gaspar Melchor de Jovellanos com a programação das “Sociedades Económicas de Amigos del País”, entidades de direito privado postas sob a proteção do trono e de natureza altruísta e humanitária.¹¹

Os “Amigos del País” associaram-se aos conselheiros do rei – políticos e economistas teóricos, artífices do reformismo borbônico esclarecido e “iluminado” pela Fisiocracia. Ao valor individual ou mesmo coletivo da representação da burguesia dos portos marítimos e de seus líderes atuantes no plano nacional devia corresponder, no reino, uma sólida base econômica que, conforme a filosofia política apregoada, lhes desse respaldo. Por isso, multiplicaram-se em Espanha as “Sociedades Económicas”. Uma unidade rica de homens e de idéias era fator de sustento dessas entidades, que se multiplicaram em diferentes regiões do reino no decurso da segunda metade do século XVIII.

A primeira “Sociedade Económica” foi a chamada “Vascongada”, instituída em Vila Franca em 1763. Depois disso, outras congêneres foram estabelecidas em Espanha, salientando-se, notadamente, a “Económica de Madrid”, proposta por Campomanes em 1775, data de seu Estatuto, e integrada por “*personas de calidad*” – letrados do trono e empresários do alto comércio.¹²

No processo em curso destacava-se o valor individual de Campomanes, o grande político de Carlos III. Considerava imprescindível um Estado economicamente forte, capaz de garantir eco e conseqüências para a atuação de seus filhos que haveriam de se traduzir em saldo positivo para a Nação. O momento espanhol deveria ser muito mais o do trabalho laborioso para a construção de uma sólida base de bens e serviços, para a ampliação do parque industrial já insuficiente às necessidades nacionais, e para a dinamização do trânsito mercantil ultramarino. Essa era a meta prioritária da administração de Carlos III e em tais limites ele procurou colocar todo o seu reinado.

O reformismo bourbônico da primeira fase – com Filipe V e Fernando VI – já havia revelado bons resultados. Entretanto, caberia a Carlos III modificar a face do tráfico colonial com a instituição do “Comércio livre”. Com efeito, o sucessor de Fernando VI foi levado pela conjuntura a reagir à ordem até então estabelecida, seja procurando sua reformulação e aprimoramento ou apoiando programas em curso.

Esse comportamento da Coroa refletia uma estratégia governamental alicerçada na própria filosofia política do despotismo esclarecido, sob cuja égide operava o nascente mercantilismo “ilustrado”.

A Espanha vivia, então, o grande momento. As reformas que se apregoavam seriam postas em execução, desde que adequadas à salvaguarda do trono. Essa a filosofia reformista da realeza, que consistia na procura de uma conciliação entre o “político” e o “econômico”; equivaleria afirmar, entre as conveniências da monarquia e os interesses do mercantilismo “ilustrado” que se reivindicava através da instituição do “Comércio livre”. Isso tudo na medida do possível da ação de mudança estrutural com a defesa de um despotismo esclarecido do ponto de vista do trono, embora já figurando, de certo modo, no consenso nacional.

Dir-se-ia, na verdade, que as “luzes” espanholas conseguiram associar, num esquema singular, os interesses da monarquia às conveniências da iniciativa privada em moldes empresariais. Momento histórico surgido e superado conforme as conjunturas. No engenho reside a singularidade do reformismo de Carlos III. Semelhante superação da problemática espanhola deve-se, de modo especial, à atuação de Campomanes. Embora adepto do pensamento dos fisiocratas franceses, achava conveniente que se levasse em conta a realidade do reino na aplicação das reformas preconizadas junto ao trono.¹³

Campomanes era partidário do fomento manufatureiro através da instrução popular. O problema da falta de mão-de-obra qualificada era questão a resolver e configurava-se como uma de suas maiores inquietações.

Em seus Discursos relativos ao desenvolvimento da indústria do reino e educação “*de los artesanos*” – onde se encontram estudos de economia e traduções de manuais técnicos – Campomanes indicou a Carlos III as metas prioritárias nos setores da agricultura, comércio e manufatura.¹⁴

O fomento da economia processava-se, então, sob a influência da “Ilustração” francesa. Todavia, o reformismo adequava-se à problemática do reino que se equacionava conforme a realidade espanhola, de modo especial consoante a segurança do trono.

Os políticos e os economistas espanhóis “iluminavam-se” nas “luzes” da Escola de Quesnay. Já no começo do reinado de Filipe V, em 1703, a Coroa havia comissionado Naranjo Romero, discípulo dos políticos franceses, com o firme intento de estudar a montagem de fábricas no reino. Nas províncias de Cuenca, Guadalajara, Soria, Burgos, Palencia, Toledo, Córdoba e Jaén havia manufaturas ligadas aos tecidos de seda e fios de ouro, bem assim “*holandas*” e “*mantelerias*” em Galiza, embora de qualidade inferior às oriundas de França, Holanda e Inglaterra, a ponto de a Corte adquirir no estrangeiro o vestuário e as guarnições com que se enfeitava.¹⁵

Semelhante comportamento gerava malefícios no corpo da economia espanhola. Tendo na devida conta aquelas importações de luxo e com o propósito de impedir a saída de metais preciosos para fora do reino, Filipe V criou e animou as “*Reales fabricas de panos*” em Guadalajara, San Fernando, Chinchón, Segovia e Brihuega. Outrossim, instalou indústrias de cristais em La Granja, de seda em Talavera, e de tapeçarias em Madrid, tomando-se por modelo a manufatura estrangeira, notadamente a de Flandres.¹⁶

Mais tarde, no reinado de Carlos III, a Coroa estabeleceu a indústria dos famosos algodões de Ávila e das preciosas porcelanas “*del retiro*”. E em Rentería, na província de Guipúzcoa, fomentou-se a fundição do ferro superintendida por técnicos alemães. Incentivou-se, ainda, a imigração qualificada de suecos, ingleses e franceses destinada à exploração mineira de Guadalcanal. E, além disso, a realeza não mediu esforços no sentido da melhora do trabalho industrial na Catalunha, especialmente no setor da fiação e da tecelagem do algodão, que já vinha superando a da lã e da seda.¹⁷

Nesse processo de fomento industrial espanhol inseriram-se as “*herrerías*” na região basca, a mineração nas Astúrias, o fabrico do papel em Alicante e do vidro branco em Barcelona.¹⁸

O incitamento do industrialismo procurava acompanhar os ideais econômicos do século XVIII, centúria deveras fértil em engenhos técnicos.

A crescente transformação dos capitais comerciais em capitais industriais era fato gerador do processo de mudança que se realizava no Ocidente europeu, notadamente na Inglaterra e em França, que os teóricos assessores do trono espanhol desejavam seguir de

perto. Ao mesmo tempo, as transações internacionais, dispendo já de uma base geográfica mundial de troca capitalística, fomentavam a exploração intensiva das matérias-primas, alargando mais e mais a especulação na Europa e no ultramar.

Dado esse crescente processo de mudança, o patrimônio espanhol na América passou a ser ainda mais ambicionado pelas grandes potências. Os interesses do capitalismo europeu projetavam-se no Atlântico e no Pacífico em todos os linhões marítimos e insinuavam-se, em conveniências, pelos seus diferentes *hinterlands*. Para Carlos III, o problema consistia em manter a sua soberania em terras e águas de seu “Eldorado” americano. O fomento da economia do reino não se lhe afigurava suficiente, diante da conjuntura internacional. Impunha-se criar condições que possibilitassem as ligações entre os portos de Espanha e os de suas Índias Ocidentais, com suas escáfulas ultramarinas, através da montagem de pólos e eixos inteiramente novos.

Eliminar o trânsito ilícito de nacionais e estrangeiros era, ademais, problema que se equacionava no trono e que precisava ser solucionado, tendo-se em primeiro plano a salvaguarda do despotismo esclarecido e as conveniências que, em Espanha, começavam a pôr-se em termos nacionais. O fomento da economia e a segurança do trono figuravam como uma constante no processo renovador. Os nós dramáticos do tráfico colonial, notadamente representados pelos meandros do Caribe e do Prata, viviam ameaçados pela cobiça internacional; e, por isso e por dependência, todo o patrimônio dos Bourbons espanhóis.

Note-se, portanto, que semelhante questão a resolver conjugava-se com a problemática da Espanha periférica. É certo que os armadores e demais empresários do País Basco e da Catalunha já haviam adentrado no tráfico direto com os empórios americanos. Todavia, os restantes portos do Cantábrico e do Mediterrâneo continuavam marginalizados do giro colonial, por não se beneficiarem com as instituições monopolistas vigentes: o exclusivismo de Cádiz e o estaque das Companhias de Caracas e Barcelona.

Liberalizar o tráfico ultramarino, abrindo a linha dos portos marítimos do reino e da América ao circuito mercantilista, afigurava-se à burguesia espanhola como ato político mais condizente com os interesses nacionais e, portanto, mais adequado à filosofia da Ilustração alienígena que tanto impregnava os assessores de Carlos III. Com efeito, a Fisiocracia nascente gerava em seu ventre um filho dileto – o liberalismo econômico. O movimento das “idéias novas” agitava a opinião pública e, com isso, constituía-se numa permanente ameaça à monarquia centralizada.

A Espanha “afrancesada” não podia, certamente, ignorar semelhante processo oriundo das “luzes” estrangeiras que, então, se projetavam no Ocidente apregoando a liberdade contratual e a livre circulação dos produtos comerciáveis, protestando contra qualquer espécie de regulamentação mercantilista.¹⁹

A Coroa mostrava-se realmente disposta a encontrar um ponto de equilíbrio que atendesse, consoante as circunstâncias do momento conjuntural espanhol, tanto os setores mais preocupados com os aspectos da segurança da monarquia esclarecida, quanto os que reivindicavam, numa só grita, nova estrutura para o tráfico colonial. Em virtude da própria teia de interesses, o patrimônio de Carlos III continuava a figurar como um cobiçado alvo dos capitais europeus, numa partilha política e econômica que não convinha ao Estado Espanhol.

Revelava-se ainda outro fato novo na urdidura das relações internacionais. O surgimento dos Estados Unidos, como nação, em 1776, e o conflito armado que se seguiu com a Grã-Bretanha, pondo em constante perigo os eixos do Caribe e, por prolongamento, outras águas e terras das Índias Ocidentais de Espanha.

Carlos III tinha, deveras, graves questões a resolver. A problemática internacional conjugava-se, de alguma forma, com os anseios da Espanha periférica, desde recuado tempo inconformada, primeiro, com o monopólio de Sevilha, e, seguidamente, com o exclusivismo de Cádiz e a instituição das Companhias, comportamento escamoteador que acirrou ainda mais a grita dos descontentes empresários – armadores que operavam nos portos marítimos do Cantábrico e do Mediterrâneo. O congraçamento empreendido pela Coroa, instituindo, coexistentes, os dois monopólios – o de Cádiz e o das Companhias – não solucionou os entraves que se revelavam, nítidos, na economia do reino e do ultramar.

Liberalizar o tráfico indiano, abrindo-o aos portos de Espanha e América, afigurava-se aos teóricos assessores do trono como ato político mais consoante com a filosofia da Ilustração e, assim sendo, com as aspirações nacionais espanholas.

As discretas articulações que se realizavam junto às áreas da Corte e em círculos da monarquia, com o propósito de se encontrarem fórmulas que pudessem encaminhar a mudança estrutural do regime de exploração do tráfico ultramarino, que possibilitasse à Espanha periférica participar diretamente do giro transoceânico, revelaram-se cada vez mais nítidas no reinado de Carlos III (1759-1788), quando os espíritos sensatos coincidiam nos mesmos cuidados e cautelas, tendo-se sempre de modo prioritário a segurança do trono.

Mas a iniciativa da Coroa, a par de uma aguda percepção da oportunidade da viragem estrutural do Sistema, num momento em que era necessário saber enxergar o fundo da conjuntura toldada pela exacerbação, tinha a viabilizá-la características próprias, como a

projeção de uma personalidade que alcança, no século XVIII espanhol, em particular, uma dimensão de grandeza pela insuspeitada ousadia de acomodação do mercantilismo que vinha do tempo dos Áustrias.

Não admira, em vista disso, que a realeza colocasse a questão do ângulo prioritário das conveniências do trono, partindo daí para buscar as soluções possíveis. Por isso, a problemática do tráfico foi sempre centrada pela Coroa nos interesses superiores da monarquia.

Caberia realmente a Carlos III a escolha das fórmulas às quais o empresariado dos portos marítimos, nos seus diversos escalões e degraus capitalísticos, deveriam aderir por consenso. E assim seria, com efeito, visto a realeza, de poder incontrastável, não admitir a polêmica apregoada pelas “luzes” do século.

O despotismo esclarecido espanhol amadureceu, assim, o ordenamento do “Comércio livre”. Claro que a Coroa não partiu do marco zero, com fórmulas mágicas ou desenlaces preconcebidos, mas também sem que a limpidez de sua proposição dispensasse o suporte de observações triviais, contudo necessárias, alicerçadas no bom senso.

As soluções seriam realísticas, não a tentativa inútil de ressuscitar ou instituir esquemas ultrapassados; ou as meras transposições de fora, apregoadas pelos “iluminados” franceses, sobretudo, que suscitavam no espírito de Carlos III as mais profundas suspeições.

O estabelecimento do “Comércio livre” reclamava um estudo sério da realidade espanhola, especialmente tendo-se em alta conta a segurança do trono. Assim sendo, era necessário um trabalho de sondagem que conduzisse à identificação de pontos de aglutinação, em torno dos quais a imaginação política do despotismo esclarecido espanhol estava desafiada a montar uma saída, sem dúvida singular, para que a mudança estrutural do tráfico indiano se ajustasse às peculiaridades inconfundíveis da Espanha bourbônica. Era indispensável a abordagem da conjuntura, em toda sua realidade, para a exata compreensão do que se pretendia mudar.

Somente assim procedendo é que a Coroa poderia avaliar, no dimensionamento perfeito, a importância e transcendência da instituição do “Comércio livre”, o remédio que, então, se afirmava como o mais conveniente à conjuntura imperial e adequado à teia do relacionamento internacional.

Comerciantes, armadores, prestamistas e marinheiros de Santander, Barcelona, La Coruña, Málaga, Gijón, Alicante e El Ferrol, já há recuado tempo, vinham reivindicando sua participação direta no tráfico americano, inconformados com a estrutura do mercantilismo “tradicional” espanhol, então representado pelo alto comando de Cádiz, herdeiro da matriz sevilhana.

Comprimida, portanto, pela conjuntura, a Coroa foi levada a experimentar um novo regime de exploração do tráfico colonial. Tratava-se de um novo engenho, terceiro ensaio,

que a Carlos III se afigurava como etapa salvadora: o estabelecimento do “Comércio livre” entre Espanha e suas Índias Ocidentais. O reformismo estrutural visava a descentralização do giro mercantilista, em cujo processo se encontravam, entrelaçados numa mesma urdidura, interesses do trono e da burguesia marítima do reino.

Assim procedendo, a Coroa acabou por reconhecer o inconveniente do monopólio de Cádiz. Por isso acabaria com ele ao instituir o “Comércio livre”.

Contudo, Carlos III não liberou inteiramente o tráfico colonial. Em muitos pontos deixou de atender os desejos da “ilustração” alienígena. Se os atendesse, certamente não salvaria o trono das investidas do liberalismo político e econômico. Assim agindo, o Estado Espanhol optou pelo meio-termo: acabou com o mercantilismo “tradicional” e instituiu outro em seu lugar, o mercantilismo “ilustrado”, já revelado por Manuel Nunes Dias²⁰ e confirmado pela historiografia contemporânea espanhola.²¹

Estabelecendo o novo ensaio, a realeza apenas escamoteou a questão sem, contudo, resolvê-la inteiramente. Foi, é exato, a terapêutica encontrada para salvar o organismo doentio do mercantilismo espanhol, singular transição entre o “tradicional” do tempo dos Áustrias e o “ilustrado” recém-nascido em Espanha. O despotismo esclarecido, com efeito, recusou-se a romper com os valores do passado; e, de igual modo, deixou de aceitar o liberalismo que, então, despontava ameaçador ao trono. E do mesclado do “novo” com o “velho”, a realeza instituiu a nova experiência do seu Sistema Colonial – o “Comércio livre”.

Subsistiu, entretanto, o monopólio que caracteriza o regime do tráfico ultramarino, visto a Coroa reservar para si, consoante suas conveniências, determinadas prerrogativas de natureza política e de ordem econômica. Com efeito, a nova modalidade instituída não extinguiu o estaque gaditano, nem o monopólio das Companhias. O alto comércio de Cádiz continuou, prioritário, a figurar no trânsito mercantilista, graças ao prestígio capitalístico alcançado pelo seu Consulado, instituto polarizador do maior percentual do tráfico ultramarino, notadamente das carregações da prata de Veracruz.²²

Além de a realeza manter os privilégios outorgados ao Consulado de Cádiz, de igual modo a Coroa conservou os favores concedidos às Companhias de Caracas e Barcelona, que continuaram a operar dentro de suas competências e jurisdições, de acordo com seus Estatutos delegados pelo monarca, e independentemente do estabelecimento do “Comércio livre”.

Desse modo, a nova modalidade do tráfico colonial espanhol exprimia as contradições do Sistema de exploração ultramarina, que já se mostrava decadente. Embora tratando-se

de uma instituição espanhola, em toda a sua singularidade, o ensaio revelava certos ingredientes estrangeiros oriundos do pensamento fisiocrático, então de alguma forma irmanado com os políticos de Espanha.

O “Comércio livre” solapou todo o ordenamento do mercantilismo espanhol até então vigente. As profundas transformações estruturais realizadas formaram o ambiente propício a uma infiltração da Fisiocracia. As Sociedades Económicas de Amigos del País, que surgiram em toda Espanha e se institucionalizaram na América dos Bourbons, foram organizadas nos moldes da “Ilustração” francesa.²³ E os doutores de Carlos III foram buscar no estrangeiro a inspiração para suas reformas. Políticos e economistas “iluminados” e “populares” – todos fervorosos adeptos da Enciclopédia – procuravam, a cavaleiro do trono, com as “luzes” importadas, descortinar horizontes inteiramente novos que a Espanha jamais compreenderia inteiramente.²⁴

Nenhum dos assessores do trono tinha originalidade. Todos assimilaram idéias importadas. Daí a cautela da Coroa com o ordenamento das mudanças estruturais. Companhias de Comércio, Intendências e Sociedades Econômicas, foram instituídas com ingredientes vindos de fora, notadamente da França. O clima para a “aculturação” do que era alienígena mostrava-se propício ao reformismo desejado. Inúmeros jovens espanhóis eram educados em França. Regressados à Espanha comportavam-se “afrancesados” nas tertúlias, nos cafés, na Corte e, sobretudo, nas “Económicas”. As reuniões eram sempre “ilustradas” e em sutil estilo francês.²⁵

Os Bourbons espanhóis eram, afinal, de procedência francesa. Assim sendo, não admira que os assessores do trono deixassem de apresentar uma linha original de pensamento. O revisionismo estrutural vinha de longe. A mudança datava do advento dos Bourbons ao trono de Espanha, com Filipe V (1701-1746), assessorado por Jerônimo de Ustáriz e José del Campillo.²⁶ Seguidamente, o reformismo acentuou-se no reinado de Fernando VI (1746-1759), com a política de Ensenada e do Conde de Pefiaflorida.²⁷ Mas foi Carlos III (1759-1788) que ativou o processo de mudança estrutural com as “*Luces del siglo*”. Todos, porém, uns mais outros menos, eram adeptos do “enciclopedismo” e, portanto, fiéis vassallos do “*libre pensamiento*”,²⁸ desde que nenhum perigo surgisse para o trono centralizado.

Os vinte e dois últimos anos do reinado de Carlos III, equivale dizer, o decurso de 1766 a 1788, constituiu o período mais “ilustrado” dos Bourbons espanhóis. Reformistas e conservadores questionaram nesses anos buscando, cada uma das agremiações, conquistar os favores da Coroa. O Conde de Aranda e seus partidários compunham, então, a elite aragonesa. Era um “grande” de Espanha, com enorme prestígio junto ao trono. Não obstante suas hesitações, prestou-se à causa dos portos marítimos do reino. Afinal era um reformista.

Sua atuação vinha do tempo em que servira na Embaixada da Espanha em Paris, onde organizou os primeiros ajustes com os “afrancesados” espanhóis. As *lucés* de Aranda, a partir de 1773, diminuíram de brilho. É que nesse ano foi substituído na presidência do “Consejo de Castilla” por Dom Manuel Ventura de Figueroa.

Pouco depois, Campomanes, o veterano fiscal *del Consejo*, foi guindado por Carlos III ao cargo de presidente da entidade, onde se manteve até 1791, já na administração de Carlos IV.²⁹

Em 1777, Floridablanca tomou posse na Secretaria de Estado, e, até 1788, fim do reinado de Carlos III, juntamente com Campomanes, então presidente do “Consejo de Castilla”, constituiu-se no miradouro da política inovadora do século XVIII espanhol.

Outros teóricos “ilustrados” integravam a elite reformadora. Entre muitos destacou-se Miguel de Múzquiz, ministro de “Hacienda” e Conde de Gauna. Faleceu em 1785, sucedendo-lhe no cargo Pedro Lopez de Lerena, indicado por Floridablanca. Outra figura foi José de Gálvez. A morte de Julián de Arriaga, ministro da *Marina y Índias*, em 1775, foi a oportunidade para Gálvez se empossado na Secretaria de Índia, separada neste ano da de “Marina”, para cujo despacho foi, então, nomeado Pedro González de Castejón, cuja atuação à frente da Secretaria das Índias revelou o fervoroso revisionista das estruturas do Estado Espanhol, notadamente no sistema de Intendências e nas criações do “Virreinato del Plata y de La comandancia General de Províncias Externas”, figurando, ademais, como um dos adeptos da fórmula do “Comércio livre” e compondo o rol dos “grandes do tempo” ao lado de Aranda, Campomanes e Floridablanca. Dedicou-se, com afinco, à obra de penetração das *Luces del siglo* na América.³⁰

As tendências da Espanha “ilustrada” manifestavam-se, então, notadamente, nos diferentes setores da vida econômica. As novas instituições, umas de direito público, outras organizadas no âmbito do direito privado, surgiram de conformidade com o pensamento político do despotismo esclarecido espanhol.

Realmente, à realeza não convinha reformar para debilitar o trono. Os Estatutos da “Secretaria del Despacho” e “Ministério de Índias”, ordenados em 1717, no começo do reinado de Filipe V; os seus congêneres dos novos “Virreinos de Nueva Granada” e do “Rio de La Plata”, respectivamente em 1730, ainda na administração de Filipe V, e, em 1776, já no reinado de Carlos III; da “Capitanía General de Venezuela”, em 1777; das Audiências de Buenos Aires, Caracas e Cuzco, em 1783, 1786 e 1787; da “Comandancia General de Las Provincias Internas”, em 1776; dos Intendentes que, a partir de 1776, se estenderam por toda a América Espanhola; da supressão do regime das frotas e feiras; da abolição do sistema do “puerto unico”, 1765; da instituição do comércio intercolonial, em 1774; da extinção da “Casa de la Contratación”, em 1799; da criação do Real Consulado de Caracas

– o primeiro Consulado moderno instituído na América –³¹ e os seus congêneres de Guatemala, Buenos Aires, Havana e Santiago do Chile, no decurso de 1794 a 1795; das referidas “Sociedades Económicas de Amigos del País”, iniciadas no ultramar com a de Quito, em 1791, e a de Havana em 1793, constituem farta comprovação de que os interesses da Coroa, sobretudo de natureza política, em “razão de Estado”,³² condicionaram as conveniências econômicas num contexto, deveras singular, da burguesia dos portos marítimos.³³

Graças a semelhante mudança estrutural, intensificou-se o comércio intercolonial e o tráfico entre Espanha e América. O reformismo possibilitou o alargamento do horizonte político e gerou acumulação capitalística, embora nem sempre em benefício da “Real Hacienda” esboçando-se e estruturando-se o anseio crioulo, admirável germe da cooperação emancipacionista dos “próceres” da Independência da América Espanhola, seguidores fervorosos das doutrinas do século “iluminado”.³⁴

Todavia, a Espanha não exprimia as tendências da Fisiocracia estrangeira. Pela sua imaturidade capitalística e tradição centralista, reveladas na escassez de “espírito de empresa”, o Estado Espanhol, embora “esclarecido”, teimava em manter-se arreado aos anseios da “Ilustração”. Não obstante, pela sua própria evolução particular e tendo na devida conta as suas singularidades, a monarquia espanhola realizaria, a seu modo, os seus desígnios.

A Espanha vivia ainda muito presa ao passado; a maioria da Nação recusava-se a abdicar de determinados valores conquistados. Por isso, a Coroa jamais deixou de se mostrar hesitante em matéria de mudanças de estruturas. A realeza não se integrou no movimento, das “luzes” procedentes do estrangeiro. O próprio Carlos III resistiu às lides do liberalismo que se apregoava. As inovações que se pretendiam implantar constituíam-se, na Corte, numa ameaça ao trono, ainda amarrado, de certo modo, à ordem medieval.³⁵

A iniciativa de se instituir o “Comércio livre” não partiu da Coroa. Ao contrário, os monarcas espanhóis sempre resistiram à inovação. Isso afigura-se-nos fundamental para a melhor compreensão do problema. A realeza simplesmente acabou por aderir, conforme suas conveniências, às súplicas de seus assessores, espécie de medianeiros entre o empresário e a Corte.

Em vista disso encontra-se uma “solução espanhola”, na emergência de pressões vindas de fora, que não desprezou a experiência universal, mas que atendeu às peculiaridades da Espanha e ofereceu à Coroa o que mais lhe importava: os instrumentos para a sua defesa.

O desafio constituiu-se na descoberta da fórmula nova, original e eficiente, na medida em que atendeu aos desígnios do trono e, de algum modo, aos empresários-mercadores dos portos marítimos.

A Coroa condicionou o estabelecimento do “Comércio livre” à identificação das oportunidades, num ordenamento discutido pelas diversas faixas oficiais, notadamente nos diferentes escalões da Secretaria de Estado e do “Consejo de Castilla”, órgãos autárquicos de controle do tráfico colonial.

Tratava-se de implantar uma instituição a assinalar o princípio de articulações mais profundas, tudo urdido na linha do pensamento do século “ilustrado”, consoante a ordem natural e a ordem providencial dos fisiocratas franceses. Mas o Estado Espanhol imprimiu-lhe a sua marca.

A conjuntura internacional condicionou, de igual modo, a mudança estrutural. As relações internacionais impunham inovações – brechas no concretado Sistema Colonial. As alianças entre as grandes potências na Guerra dos Sete Anos (1756-1763), quando a prosperidade do ultramar francês levou a Inglaterra a investir contra o Canadá, revelou a orientação francófila da monarquia espanhola. Ademais, já em 1761, a guerra marítima desencadeada por Jorge II conduziu Luís XV a compor o famoso “Pacto de Família”, que acirrou ainda mais o curso colonial, entremeado pela ação da pirataria, e em cuja trama as Índias Ocidentais de Espanha figuravam como cobiçada presa do capitalismo internacional desejoso de gêneros tropicais comerciáveis e industrializáveis. Substituir a Grã-Bretanha dos Jorges no comércio do Atlântico e Pacífico americanos era uma das aspirações de Choiseul, ministro de Luís XV. A Inglaterra contaria com a conjuntura instituída pelo Tratado de Utrecht, em 1713, que pôs fim à Guerra da Sucessão da Espanha, segundo o qual Filipe V foi reconhecido como legítimo sucessor de Carlos II, com a condição de que nunca as Coroas de França e Espanha viessem a reunir-se. O “equilíbrio europeu”, com suas implicações coloniais, alterou-se, todavia, nos anos subsequentes, notadamente a partir de 1776, com o surgimento dos Estados Unidos como Estado moderno.³⁶

Na Grã-Bretanha, os capitais comerciais vinham sendo transformados em capitais industriais. O capitalismo britânico revelava-se como gigantesco imperialismo de partilha ultramarina, desejoso, ademais, de ter em Espanha um mercado consumidor dos seus tecidos, pagos com vinhos e azeites, e ambicionando concessões no ultramar de Carlos III. Já por ocasião da independência dos Estados Unidos, em 1776, e com o conflito armado subsequente com a Inglaterra, a França e a Espanha envolveram-se na conjuntura atlântica que então se criou. Com isso, o capitalismo franco-britânico, antagônico em terras e águas coloniais, debuxou a partilha do “Eldorado” indiano.

Carlos III hesitava entre as duas grandes potências. A “*desgraciada entrada en las guerras*” era malefício que a Espanha não podia superar. A conjuntura e as circunstâncias interesseiras impediam a monarquia espanhola de manter-se neutra ou distante da nova ordem internacional estabelecida na década de setenta.³⁷

Impunha-se, dada a convergência de múltiplas razões, descativar de alguma forma o tráfico colonial espanhol, desobstruindo-o de certos entraves sem, contudo, extinguir-se o monopólio gaditano e seu congênere das Companhias de Caracas e Barcelona.

O Sistema Colonial, estruturado na concepção estritamente mercantilista, era coisa do passado. O regime de “frotas e feiras”, instituído pela Ordenança de Filipe V, de 5 de abril de 1720, não havia beneficiado a Espanha periférica. Outrossim, o desarranjo do engenho oriundo das irregularidades operacionais das frotas e dos baixos preços alcançados pelas mercadorias nas feiras, demonstrou o malogro da experiência do “porto único”.³⁸

As conveniências do comércio gaditano e dos Consulados de Lima e México conflitavam com os ideais da Espanha periférica. O que se reivindicava era a “ruptura” do sistema de “frotas e feiras” que, desde sua implantação, mostrava-se deficitário. Os próprios “navios de registro”, complemento das frotas de “Nueva España y Panamá”, estabelecidas para as regiões mais distantes e nem sempre atendidas pelos comboios regulares, não contentaram os portos marítimos do reino e os que operavam com as Ilhas de Barlovento, Venezuela, Prata e Chile, onde sobressaía o lucro do contrabando praticado em larga escala por volantes-mercadores nacionais e estrangeiros.

Por isso, à Ordenança de 5 de abril de 1720, seguiu-se a Real Cédula de 21 de janeiro de 1737, que reduziu a frota de “Nueva España” a oito navios e suprimiu a do Panamá, a chamada “*de los Galeones*”, e prescreveu “navios de registro” destinados a aprovisionar as praças de Cartagena e Portobelo.³⁹

Esse ordenamento gerou a grita dos que negociavam nos Consulados de Lima e México. Em contrapartida, foi aplaudido pelos que operavam no Consulado de Cádiz e pelo “Cuerpo de comercio” de Sevilha, seu associado.

Posteriormente, a Coroa concedeu aos comerciantes residentes e domiciliados no Peru e Nova Espanha determinadas franquias, todas articuladas na Real Ordem de 20 de junho de 1740 e que não cabe aqui arrolar.⁴⁰

Todas essas medidas demonstram a disposição da realeza em superar a problemática que se colocava, buscando reestruturar o regime de exploração do tráfico colonial. Dir-se-ia, conforme já o revelamos,⁴¹ que tudo era feito por ensaio e erro, singulares etapas experimentais do mercantilismo espanhol.

A instituição dos “navios de registro” e o sistema das Companhias golpearam fundo o ordenamento que vinha da dinastia anterior.

Guindada ao poder a elite presidida pelo Conde de Aranda, a Coroa aquiesceu, a seu modo e consoante as circunstâncias, ao processo “iluminado”. Uma Junta, reunida em 14 de fevereiro de 1765, decidiu, senão extinguir, abrir alguns rombos no monopólio de Cádiz e das Companhias, concedendo-lhes prazo de dois anos para a liquidação de seus fun-

dos.⁴² Poucos meses depois, o Decreto de 16 de outubro admitiu as Ilhas de Cuba, Santo Domingo, Puerto Rico, Margarita e Trinidad no circuito do tráfico direto com certos portos peninsulares do Mediterrâneo (Málaga, Alicante, Cartagena e Barcelona) e do Cantábrico (La Coruña, Gijón e Santander), além, é claro, dos tradicionais empórios de Sevilha e Cádiz.⁴³ E, já anteriormente datado de San Ildefonso, em 24 de agosto de 1764, figura o estabelecimento do Correio Marítimo de Espanha e Índias⁴⁴, embora só em 1765 inaugurado, que converteu La Coruña no porto oficial de partida e arribada das fragatas-correio do rei,⁴⁵ com a montagem de duas Caixas Postais: uma em Havana e outra em Montevideú⁴⁶, pela vontade, que era imperativa, do trono.⁴⁷

Daí em diante tudo principiou a mudar, realmente, introduzindo-se preceitos moralizadores que passaram a orientar a elaboração e execução do novo regime do tráfico colonial espanhol.

E, afinal, gerado no decurso do processo revisionista, ordenou-se o “*Reglamento y aranceles reales para el Comercio libre de España a Índias*”, publicado em Madrid a 12 de outubro de 1778, em cujo articulado teve relevante papel o contador geral Dom Tomás Ortiz de Landázuri, com seus pareceres e emendas que tanto impressionaram Carlos III.⁴⁸

A instituição do “Comércio livre”, orientada por princípios revolucionários e qualificada para a “liberdade” do tráfico colonial, foi a grande experiência dos Bourbons espanhóis em matéria de direito comercial marítimo. Consubstanciou-se, outrossim, na admirável transição entre o mercantilismo, em seu inverno de vida, e o liberalismo nascente na Europa. Representa, ademais, uma adequada codificação do ordenamento do Sistema Colonial dos Bourbons no setor do trânsito comercial entre Espanha e suas Índias Ocidentais, singular sistematização de princípios destinados a legalizar o tráfico “*libre y protegido entre Españoles Europeos y Americanos*”, mudança estrutural profunda que à Coroa se afigurava como o instrumento adequado para restaurar, em seus domínios, “*la Industria y la Poblacion a su antiguo vigor*”,⁴⁹ estratégia reveladora do mercantilismo “ilustrado” espanhol no ocaso colonial.

Com a codificação de 12 de outubro de 1778, que estabeleceu o “Comércio livre”, identificaram-se os interesses das forças da Espanha periférica – portos marítimos do Cantábrico e Mediterrâneo – com as aspirações dos empresários coloniais, muitos deles *crioulos*, que há recuado tempo reclamavam espaço para crescer. Graças à inovação da estrutura, abriram-se enormes brechas no concretado monopólio gaditano, rompendo-se, assim, a ordem da dinastia anterior em todos os setores do tráfico ultramarino.

O fundamento legal – Reglamento y aranceles reales de 1778 – da participação direta no comércio indiano abriu o ultramar aos seguintes portos marítimos do patrimônio bour-

bônico: Palma, em Mallorca; Santa Cruz de Tenerife, nas Canárias; Málaga, Almería, Cartagena, Alicante, Alfaques de Tortosa e Barcelona, no linhol mediterrâneo; Gijón, El Ferrol, La Coruña e Santander, na orla do Cantábrico.⁵⁰

O admirável descortinar do tráfico, “*libre y protegido entre Españoles Europeos y Americanos*”, completou-se com a entrada dos portos das Índias Ocidentais de Espanha seguidamente especificados: Santo Domingo e Monte-Christi, na “Isla Española”; Santiago, Trinidad, Batabano de Havana, em Cuba; San Juan, na ilha de Puerto Rico; Margarita e Trinidad, nas respectivas ilhas; Campeche, Omoa e Santo Thomás de Castilla, em Guatemala; Chagre, Portobelo, Cartagena, Santa Maria e Rio de la Hacha, em Santa Fé “y Tierra Firme”; Montevidéo e Buenos Aires, no Prata; Concepción e Valparaíso, no Chile; Arica, Callao e Guayaquil, no Peru “y Costas de la Mar del Sur”.⁵¹

No Regulamento de 1778 não figuram os portos que eram, no tempo, da jurisdição do Consulado do México – Veracruz; e da Companhia de Caracas – os da Venezuela, “Cumaná, Guyana y Maracaybo”.⁵²

Graças à instituição do “Comércio livre”, o tráfico entre Espanha e América passou a ter a base geográfica imprescindível para a sua expansão mercantilista, agora “iluminada”. A singular mudança estrutural foi fator de renovadas possibilidades de fomento econômico e multiplicação de riqueza social. A nova experiência que então se implantou passou a exigir meios transoceânicos de operações capitalísticas que a Espanha jamais havia visto.⁵³ A uma economia colonial, até aí restringida às diligências do Consulado de Cádiz, única instituição a amealhar os dividendos oriundos do tráfico ultramarino, naquela época, tendo em conta o insignificante percentual usufruído pelas Companhias de Caracas e Barcelona, e dada a míngua então operada por Sevilha, passou a opor-se uma inteiramente nova assente na base geográfica portuária que se ofereceu ao trânsito entre Espanha e América.

Açúcar e tabaco de Havana; cacau e anil de La Guayra; resinas, ervas medicinais, gomas, madeiras de construção e tintoriais de Chagre, Santo Thomás de Castilla, Trinidad, Margarita, Batabano, Santiago de Cuba e San Juan de Puerto Rico; madeiras tintoriais e sal de Campeche;⁵⁴ couros de Montevidéo e Buenos Aires; e o que mais importa revelar – prata procedente dos *hinterlands* de Nova Espanha e embarcada por Veracruz, valioso empório seguidamente aberto ao “Comércio livre”.⁵⁵

Com isso, o Regulamento de 1778 – terceiro ensaio de exploração do tráfico colonial espanhol – integrou os referidos portos marítimos do reino e do ultramar na urdidura das grandes linhas oceânicas do capitalismo comercial. A profunda mudança estrutural repercutiu em todos os setores da vida – no político, no econômico, no social, no administrativo, no militar, no diplomático e, até, no comportamento religioso. O tráfico colonial deixou de agrupar-se à volta dos eixos tradicionais montados no tempo dos Áustrias para adentrar-

se, vigoroso, na programação do século das “luzes”, como culminância da política e dos políticos de Carlos III, admiráveis obreiros do mercantilismo “ilustrado” espanhol que, só então, se inaugurou para as trocas do capitalismo moderno, numa época em que os capitais comerciais vinham-se transformando, cada vez mais intensamente, em capitais industriais.

A instituição do “Comércio livre” foi a apoteose da administração de Carlos III. Dir-se-ia..., foi a sua estratégia!

Recebido em fevereiro/2005; aprovado em junho/2005

Notas

* Profa. Dra. Titular da Cadeira em História da PUC-SP; coordenadora do Núcleo de Estudos de História Social da Cidade – NEHSC – da PUC-SP.

¹ Cf. PUGLIESI, H. M., em sua Tese de Doutorado, atinente ao regime do “porto único”, entendendo, acertadamente, inserir-se a instituição em “razão de Estado”.

² Cf. BLEYE, P. A. e MOLINA, C. A. *Manual de Historia de Espana*. Madrid, 1956, t. III, pp. 375 e ss.; CASADO, V. R. Política interior de Carlos III. *Simancas*, t. I, pp. 17 e ss., 1950.

³ Ibid.

⁴ Cf. Informe de una ley agraria, pp. 4 e ss. Madrid, 1795.

⁵ Ibid.

⁶ CAMPOMANES, P. R. Conde de. *Tratado de la regalia de amortización*, Madrid, 1765, pp. 10 e ss.; QUINTERO, M. I. P. *Pensamientos politicos y economicos dirigidos a promover la agricultura y demás ramos de industria, a extinguir la ociosidad y dar ocupación honesta y util a todos los brazos*, Madrid, 1798, pp. 3 e ss.; PEREIRA, L. M. *Reflexiones sobre la Ley agraria que se esta tratando en el Consejo*, Madrid, 1788, pp. 11 e ss.

⁷ DÉZERT, G. M. D. du. *L’Espagne de L’Ancien Régime*, t. I, pp. 67 e ss. Paris, 1899.

⁸ ALCAZAR, C. *El Conde de Floridablanca*, Múrcia, 1934, pp. 31 e ss.; DÉZERT, G. M. D. du. *Le Conseil de Castille au XVIII siècle*. *Revue Historique*, Paris, 1902, pp. 67 e ss.; ARRIETA, P. E. de. *Práctica del Consejo Real en el despacho de los negocios consultivos y contenciosos*, Madrid, 1796, v. I, pp. 11 e ss.

⁹ Ibid.

¹⁰ Veja-se o estudo de Morazzani, G. de P. *Enciso - La Intendencia en España en America*. Caracas, 1966.

¹¹ REQUEJO, F. A. *El Conde de Campomanes*, si. obra historica. Oviedo, 1954, pp 13 e pp.; COXE, W. *Memoirs of the Kings of Spain of the House of Bourbon*, Londres, 1815, pp. 91 e ss.; VILLA, A. R. *Cartas politico-economicas escritas por el Conde de Campomanes al Conde de Lorena*. Madrid, 1878; RIO, A. F. del. *Obras originales del Conde de Floridablanca, y escritos referentes a su persona*, in Biblioteca de autores espanoles, t. LIX, Madrid, 1912.

¹² Cf. *Diccionario de Historia de España*, t. II, p. 1193. Madrid, 1952.

¹³ CAMPOMANES, *Tratado de la regalia; Discurso sobre el fomento, de la industria popular*. Madrid, 1774; *Discurso sobre La educación popular de los artesanos y su fomento*. Madrid, 1775.

¹⁴ Ibid.

¹⁵ ORSI, M. P. “L’Espagne et le Portugal. Souverains et ministres reformateurs (1724-1788)”. In: *Histoire Générale de Lavis-Rambaud*, Paris, 1896, t. VII, pp. 982 e ss. DÉZERT, G. M. D. *L’Espagne de l’Ancien Régime*, Paris, 1899 pp. 61 e ss.

¹⁶ Ibid.

¹⁷ CASADO, V. R. *De La monarquía española del Barroco*. Madrid, 1954, pp. 52 e ss.; La revolución burguesa del XVIII español, *Arbor*, 18, pp. 42 e ss, 1951; *La política y los políticos en el reinado de Carlos III*, Madrid, 1962, pp. 92 e ss.; ATARD, V. P. El despotismo ilustrado español, *Arbor*, 8, pp. 11 e ss., 1949.

¹⁸ Ibid.

¹⁹ PEMOUD, R. *As origens da burguesia*. Lisboa, pp. 94 e ss. 1949 (Col. “Saber”); MOREYRA, M. e PAZ, S. *El trafico marítimo en la época colonial*, Lima, 1944, pp. 43 e ss.; BENEYTO, J. *Historia de La Administración española e hispanoamericana*. Madrid, 1958, pp. 427 e ss.

²⁰ DIAS, M. N. *O “Comércio livre” entre Havana e os portos de Espanha (1778-1789)*, São Paulo, 1965, vol. I, pp. 123 e ss.; *Venezuela em las reformas estructurales del Sistema Colonial español*, Memoria del Primer Congreso Venezolano de Historia, Caracas, 1974, t. II, pp. 117 e ss.

²¹ PRADA, V. V. de. Las rutas comerciales entre Espana y America en el Siglo XVIII. *Anuario de Estudios Americanos*, t. XXV, pp. 197 e ss. Sevilla, 1968.

²² Ibid.

²³ Veja-se nossa tese de doutoramento, *A prata de Veracruz na época do “Comércio livre” (1778-1787)*. São Paulo, 1972, bem como a de PUGLIESI, H. M. *A prata mexicana no circuito atlântico (1788-1790)*. São Paulo, 1973; URQUIJO, J. de. *Los Amigos del País*, San Sebastián, 1929, pp. 50 e ss.; NOVOA, E. *Las Sociedades Economicas de Amigos de País*, Madrid, 1955, pp. 66 e ss..

²⁴ DIAS, M. N. op. cit., v. I, pp. 123 e ss.

²⁵ NOVOA, E. op. cit., pp. 82 e ss; HAZARD, P. *El pensamiento europeo en el siglo XVIII*, Madrid, 1960, pp. 60 e ss.

²⁶ USTÁRIZ. *Teoria y Practica del Comercio y de la Marina*, Madrid, 1757; CAMPILLO. *Nuevo sistema de gobierno economico para la America*. Madrid, 1743.

²⁷ HAZARD, op. cit., pp. 77 e ss.

²⁸ DANVILA, M. *Reinado de Carlos III*, Madrid, 1891, v. I, pp. 97 e ss.; MURIEL, A. *Gobierno de Carlos III*, Madrid, 1839, pp. 67 e ss.; HAZARD, op. cit., pp. 78 e ss; SARRAILH, J. *L’Espagne éclairée de la seconde moitié du XVIII siècle*, Paris, 1954, pp. 101 e ss.

²⁹ REQUEJO, A. *El Conde de Campomanes. Su obra histórica*. Oviedo, 1954, pp. 23 e ss.; CASADO, V. R. *La política y los políticos en el reinado de Carlos III*, Madrid, 1962, pp. 217 e ss.; PÉREZ, M. La idea de America en Campomanes. *Anuario de Estudios Americanos*, Sevilla, 1953, pp. 208 e ss., t. X..

³⁰ CASADO, V. R. op. cit., pp. 246 e ss.; PRIESTLEY, H. I. *The reforms of José de Galvez in New Spain*, Nova York, 1917, pp. 91 e ss.

³¹ DIAS, M. N. *El Real Consulado de Caracas (1793-1810)*. Caracas, 1971.

³² Já nos referimos ao estudo que Haidée Marquifave Pugliesi preparou, relativo ao regime do “porto único”, como “razão de Estado”.

³³ CAPDEQUI, J. M. O. *El siglo XVIII español en America. El gobierno político del Nuevo Reino de Granada*. Aporte documental, México, 1945, pp. 142 e ss.

³⁴ DIAS, M. N. *El Real Consulado de Caracas, factor económico de La Independencia de Venezuela*. 4º Congreso Internacional de História da América, Buenos Aires, 1966, t. VI, pp. 287 e ss.

³⁵ ARTOLA, M. *Vida y pensamiento de Don Gaspar Melchor de Jovellanos*. Madrid, 1956, pp. 73 e ss.; PEFIALVER, A. *Modernidad tradicional en el pensamiento de Jovellanos*, Sevilha, 1953, pp. 9 e ss.

³⁶ LINDSAY, J. O. The Old Regime, in *The New Cambridge Modern History*, Cambridge, 1957, v. VII, pp. 212 e ss.; VAST, M. H. “Guerre de Sept Ans en Europe (1756-1763)”. In: *Histoire Générale de Lavisser-Rambaud*, t. VII, pp. 208 e ss. Paris, 1896; PINGAUD, M. L. *Guerre de la Succession d’Autriche (1740-1748)*, pp. 161 e ss.; *La politique européenne a la fin de l’ancien régime*, pp. 569 e ss.

³⁷ Ibid.

³⁸ DIAZ, J. J. R. *Las ferias de Jalapa*. Sevilha, 1959, pp. 87 e ss.

³⁹ Cf. LEVENE, R. *Colección de documentos para la Historia Argentina*. Buenos Aires, 1915, t. V, pp. 115 e ss.

⁴⁰ Ibid.

⁴¹ Veja-se nossa tese de doutoramento, *A prata de Veracruz na época do “Comércio livre” (1778-1787)*.

⁴² Cf. “Decreto y Real Instrucción” de 16 de outubro de 1765, in LEVENE, R. C. *Colección de documentos*, op. cit., p. 197.

⁴³ Ibid.

⁴⁴ Reglamento provisional del correo-marítimo de Espana a sus Indias Occidentales, datado de San Ildefonso a 24 de agosto de 1764, in *Archivo General de Indias*, Sección 5, Indiferente General, legajo 1586.

⁴⁵ Ibid.

⁴⁶ Veja-se a tese de doutoramento de BÉLLOTTO, M. L. *Correio marítimo hispano-americano: a carreira de Buenos Aires (1767-1779)*. Assis, Faculdade de Filosofia, 1971.

⁴⁷ Cf. Reglamento provisional del correo-marítimo..., op. cit.

⁴⁸ Cf. *Reglamento y aranceles reales para el Comercio libre de España a Indias*. Madrid, 1778. Preparamos, juntamente com Haidée Marquifave Pugliesi, uma publicação desse instrutivo Regulamento, que alterou a estrutura do tráfico colonial espanhol. Vejam-se ainda, além dos citados estudos de Manuel Nunes Dias, os trabalhos de VEIGA GARCIA, E. S. da. *Buenos Aires e Cadiz. Contribuição ao estudo do Comércio livre (1789-1791)*. São Paulo, 1968; e de MUFIOZ PÉREZ, J. La publicación del Reglamento de Comercio libre a Indias de 1778. *Anuario de Estudios Americanos*. Sevilha, 1947, t. IV, pp. 615 e ss.

⁴⁹ *Reglamento y aranceles reales para el Comercio libre de España a Indias*, pp. 1 e ss. Madrid, 1778.

⁵⁰ Id., art. 5 p. 9.

⁵¹ Ibid..

⁵² Ibid.

⁵³ Veja-se nossa referida tese e a já citada, de Haidée Marquifave Pugliesi.

⁵⁴ Veja-se o mestrado de CRESPO, S. M. *Exportações pelo porto de Campeche para Veracruz (1801)*. São Paulo, 1975. A mesma autora investigou os anos de 1802 e 1803, a fim de comprovar o relevo do sal nas carregações de Campeche para Veracruz, na sua Tese de Doutorado.

⁵⁵ Vejam-se as citadas teses de doutorado, a nossa e a de Haidée Marquifave Pugliesi. A prata de Veracruz no âmbito do circuito atlântico foi apurada, através de paciente investigação, por Elda Coelho Zan (1792) e Colbert Torres da Silva (1791).

A COMPARAÇÃO NO ESTUDO DA HISTÓRIA DA AMÉRICA LATINA *

Lara Mancuso**

Resumo

Este texto é uma tentativa de definir uma linha de pesquisa que possa ser caracterizada como história comparada. Trata-se, ao mesmo tempo, de um artigo de resenha e de um depoimento, já que comentarei alguns trabalhos sobre América Latina que fazem uso de um enfoque comparativo, e citarei exemplos da minha própria pesquisa sobre irmandades em Ouro Preto, Brasil, e em Zacatecas, México, no século XVIII. Inicialmente, farei um apanhado dos estudos que surgiram nos últimos 20 anos, e depois discutirei algumas questões metodológicas.

Palavras-chave

História comparada; história da América Latina.

Abstract

This article aims to define a research area called comparative history. It is both a review article and a testimony, as I will comment on a few studies about Latin America that use a comparative approach, and I will also refer to cases of my own work on brotherhoods in Ouro Preto, Brazil, and in Zacatecas, Mexico, in the 18th century. I begin with an inventory of comparative studies emerged during the last 20 years, and after that I will discuss some methodological problems.

Key-words

Comparative history; Latin America history.

A comparação no estudo da história da América Latina nos últimos 20 anos

Embora em um primeiro momento pareçam escassos os estudos históricos sobre América Latina que utilizam um enfoque comparativo, quando começamos efetivamente a contabilizá-los, percebemos que não são tão poucos assim. Além disso, o uso da comparação nos estudos históricos não é novo. Em 1928, em uma palestra proferida em Oslo, no Congresso Internacional de Ciências Históricas, ao apregoar as vantagens da história comparada para o estudo das sociedades européias, Marc Bloch mencionou obras que datavam do início do século XX.¹ Porém, o que creio que ainda não existe é uma preocupação sistemática teórico-metodológica para estabelecer formalmente os pressupostos, objetivos e modalidades de uma chamada “história comparada”, tanto em termos gerais quanto no campo dos estudos latino-americanos.

Em 1982, Magnus Mörner, juntamente com dois então alunos, Julia Fawaz de Viñuela e John D. French, publicaram na revista *Latin American Research Review* um artigo intitulado “Comparative approaches to Latin American History”. Os autores trazem uma recopilação crítica dos trabalhos comparativos no campo da História da América Latina produzidos desde o final da década de 60 até, aproximadamente, 1980. Tomam livros, capítulos de livros, artigos e exposições em congressos, e abarcam desde obras clássicas a trabalhos menos conhecidos, os quais exibem uma ampla variabilidade de temas e de critérios para guiar suas comparações. São citadas, entre outras, a análise de Frédéric Mauro sobre as economias coloniais de México e Brasil (1969), os estudos sobre a mineração no México e no Peru, de David Brading e Harry Cross (1972), a pesquisa de Magnus Mörner confrontando a produção de prata na América Espanhola e em Lapland, na Suécia, durante o século XVII (1974), o trabalho de Alistair Henessy sobre fronteiras na América Latina (1978), a comparação de Emilia Viotti entre a Lei da Terra no Brasil de 1850 e a Homestead Act de 1862 nos Estados Unidos (1977), a obra de Herbert Klein sobre o tráfico de escravos no Atlântico entre 1700 e 1830 (1978), os estudos de caso do antropólogo Benjamin Orlove sobre insurreições camponesas na Índia, a revolta de Tupac Amaru nos Andes em 1780 e a Guerra de Castas em Yucatan em 1840 (1978).²

Este artigo sugere algumas tendências a respeito do caminho seguido pelos estudos comparativos sobre história da América Latina até o final da década de 70. Quanto aos temas abordados, determinados assuntos emergiram como objetos preferenciais. São eles: escravidão e relações raciais, fronteiras, propriedade da terra, imigração, urbanização, economias regionais, mineração e história do trabalho. Mörner, Fawaz de Viñuela e French também apontaram que a história social e econômica foram mais privilegiadas que a história política. Quanto ao recorte espacial, metade dos trabalhos analisados realizou uma compa-

ração “interna” à América Latina, ou seja, entre duas ou mais regiões localizadas dentro dessa área. A outra metade comparou países, cidades ou regiões da América Latina com outras, fora dela. Nesse segundo caso, as principais escolhas foram Europa (com destaque para Espanha) e Estados Unidos, sendo que as pesquisas raramente tomaram territórios da África e Ásia. Além disso, México e/ou Brasil foram freqüentes escolhas como unidades de análise.

Como em todo artigo de resenha, há muitas omissões, pois é virtualmente impossível reunir e revisar tudo o que foi produzido a respeito. Não são mencionados, por exemplo, alguns trabalhos bastante conhecidos na academia brasileira, como “O semeador e o ladri-lhador”, texto de Sérgio Buarque de Holanda de 1936, que compara a colonização portuguesa e espanhola na América; a obra de Morse, gerada durante as décadas de 60 e 70, que possui uma preocupação constante em contrastar Ibero-América e Anglo-América, além do estudo sobre as cidades latino-americanas; e *O messianismo no Brasil e no mundo*, de Maria Isaura Pereira de Queiroz, publicado em 1965, que aborda casos de movimentos messiânicos nos Estados Unidos, África, Melanésia, Europa Ocidental e Brasil.

Não tenho a pretensão de complementar o trabalho de Mörner, Fawaz de Viñuela e French. O que quero fazer em seguida é comentar de forma mais ou menos ordenada algumas obras surgidas após 1980, principalmente, mas não exclusivamente no Brasil, que adotaram uma abordagem comparativa para estudar a história latino-americana, relato que com certeza pecará por uma série de omissões, sobretudo no campo da história econômica. Nesse grupo de trabalhos três temas são freqüentemente abordados: cultura política, história da igreja, e escravidão.

Várias pesquisas vêm sendo realizadas sobre instituições, práticas e processos políticos, as quais analisam problemáticas como federalismo/centralismo, populismo, eleições, movimentos de independência e de formação dos Estados nacionais latino-americanos. Várias teses de mestrado e doutorado são desenvolvidas dentro do grupo de pesquisa sobre cultura política coordenado por Maria Ligia Prado e Maria Helena Capelato, na USP, e o de Werner Altmann, na Unisinos. Esses trabalhos declaram explicitamente sua preocupação comparativa, e tomam geralmente dois países da América Latina como unidades de análise. As pesquisas coletivas coordenadas por Marcello Carmagnani e Alicia Hernández Chávez, no El Colegio de México, seguem uma linha temática parecida.³ Também é importante mencionar aqui o livro de Tamar Herzog, que trata do processo de definição de cidadania no princípio do século XIX, abrangendo Espanha, Venezuela, Peru e Argentina.⁴

Assim, a história política é um dos temas para o qual o uso do enfoque comparativo tem sido recorrente. Isso é uma inovação em relação à historiografia latino-americana anterior a 1980, se seguimos Mörner, Fawaz de Viñuela y French. Entretanto, o emprego da

comparação para tratar de assuntos políticos não é novo, e não se restringe ao domínio dos historiadores. Além de que existem departamentos dedicados à chamada “política comparada”, há certa tradição de história institucional, constitucional e administrativa – não necessariamente produzida por historiadores –, que remonta a De Tocqueville e remete a outros clássicos, como as obras de Otto Hintze, Reinhard Bendix, Barrington Moore Jr., Immanuel Wallerstein e Perry Anderson, entre outros.

O segundo tema que está motivando comparações é a história da igreja. Como marco desse tipo de reflexão, está o trabalho da Comisión de Estudios de Historia de la Iglesia en Latino América, a Cehila, organização fundada em 1973, que se propunha a constituir um grupo de historiadores com representantes de todos os países da América Latina e Caribe para escrever uma História Geral da Igreja, o que gerou até agora uma obra coletiva de mais de cem títulos em quatro idiomas. Esse projeto editorial almejava realizar um trabalho não apologético, crítico do positivismo, de caráter analítico e interpretativo, que renunciasse à centralidade do catolicismo no estudo do cristianismo latino-americano e que tivesse como interesse central os pobres. A obra da Cehila foi concebida como um trabalho em grupo, fruto de constantes discussões entre os participantes. O caráter comparativo do trabalho expressa exatamente esse intercâmbio, na medida em que, no princípio, buscou-se formular uma periodização comum e algumas hipóteses seriais, e depois os pesquisadores das várias regiões latino-americanas elaboraram hipóteses particulares.⁵

A Cehila abriu um leque temático dentro do campo da história da igreja que fomentou, dentro da academia latino-americana, o interesse pela religiosidade popular e pelas matrizes culturais indígenas e africanas. Tal interesse também correspondeu à influência da história das mentalidades e da história cultural, sobretudo após 1980. Esse processo teve reflexos nos trabalhos de cunho comparativo, originando estudos que exploram múltiplos aspectos ligados à evangelização, crenças e práticas religiosas. Destaca o conjunto da obra de Serge Gruzinski, que prima por um rigor em diferenciar localismos de traços mais genéricos, e busca constantemente destacar a organicidade, as interligações e os processos paralelos de sincretismo na América Latina, principalmente durante o período colonial. Parece surgir aqui uma linha temática bastante frutífera para a comparação, a qual poderá se beneficiar do que já foi feito no campo das religiões comparadas.

A valorização do universo cultural pelo viés da aculturação, hibridismos e circularidade também contribuiu para explicar a renovação do interesse pela escravidão e pelas relações raciais, o terceiro tema a ser destacado. Vale lembrar que essa problemática já era objeto preferencial de estudos comparativos anteriores a 1980. Assim, a vigência do tema remete não apenas às tendências temáticas da historiografia contemporânea, mas também a uma trajetória comparativa de décadas anteriores, gerada sobretudo na academia estadu-

nidense, e que toma como referencial espacial o continente americano. Fazem parte dessa trajetória as pesquisas de Frank Tannenbaum, Stanley Elkins, Herbert Klein, David Brion Davis, Carl Degler e Eugene Genovese.

No Brasil, recentemente, cresce o número de estudos sobre a escravidão, o tráfico e a construção de identidades na diáspora que tomam o contexto transatlântico. O oceano é visto como um espaço histórico, onde se buscam as relações e as influências recíprocas entre suas duas margens, no Brasil e na África. *O trato dos viventes*, de Luís Felipe de Alencastro, e *Em costas negras*, de Manolo Florentino, servem como emblemas de uma série de projetos de pesquisa, teses e dissertações recém-concluídas e em andamento, sobretudo na UFRJ, UFF e Unicamp. Isso tende a aumentar cada vez mais, devido à introdução dos cursos de história da África, o que seguramente também motivará estudos que adotem um recorte cronológico posterior ao século XIX.

Este breve comentário sobre alguns estudos comparativos produzidos nos últimos vinte anos sugere duas tendências, que, obviamente, devem ser confirmadas ou refutadas a partir de um levantamento mais abrangente. Primeiro, em relação ao recorte espacial. Antes de 1980, aproximadamente metade dos trabalhos escolhiam países ou localidades interiores à América Latina. Meu levantamento não permite conclusões quantitativas sobre a eleição das unidades de análise nos trabalhos posteriores a 1980, mas percebe-se que os estudos que tomam regiões ou países internos à América Latina se encontram sobretudo nas áreas de história política e história da igreja, enquanto aqueles que elegem áreas externas à América Latina tratam principalmente de temas ligados à escravidão e às relações raciais. Aqui, a África, raramente considerada antes de 1980, cada vez mais passa a constituir um referencial importante. A Ásia, entretanto, parece que continua sem chamar muito a atenção dos pesquisadores.

Com respeito à eleição ao interior da América Latina, Brasil e México continuam sendo um *hit*, assim como o eram antes de 1980. No entanto esse estrelato passou a ser dividido com a Argentina. Aqui sopraram os ventos do Mercosul, e aumentou o interesse pelas chamadas histórias transnacionais ou nova história diplomática, o que também teve reflexos na proliferação dos cursos de relações internacionais, e, em última instância, na consolidação do Rio Grande do Sul como um pólo importante de produção de conhecimento histórico no Brasil.

A segunda tendência que este breve levantamento indica corresponde aos propósitos das “*connected histories*”, conforme sugerido por Sanjay Subrahmanyam, que apontou a necessidade de restabelecer conexões internacionais e intercontinentais que as historiografias nacionais e os “*area studies*” geralmente obscurecem.⁶ Isso está presente, por

exemplo, nos trabalhos sobre escravidão que adotam a perspectiva transatlântica, e na proposta de Serge Gruzinski de analisar as “monarquias católicas”, entendendo-as como o conjunto territorial submetido a Felipe II a partir de 1580, por ocasião da União Ibérica.⁷

Em termos de uma metodologia comparativa propriamente dita, o conjunto de trabalhos aqui citados revela uma multiplicidade de abordagens. Isso levanta uma série de dúvidas. Existem problemas que se prestam mais que outros à comparação? O que pode ser comparado? Como proceder durante o exercício comparativo? Como interpretar os resultados obtidos? Em seguida, vou lucubrar um pouco sobre essas questões.

Em busca de uma comparação eficiente

Marc Bloch oferece um bom ponto de partida para discutir as questões teórico-metodológicas associadas aos trabalhos comparativos. Ele viu duas possibilidades para essas pesquisas.⁸ A primeira corresponde a escolher sociedades separadas temporal e espacialmente, de tal modo que as analogias encontradas não possam ser explicadas nem por influências mútuas nem por origens comuns. Citando como exemplo o *Ramo de ouro*, de James Frazer, Bloch entende que tal escolha apresenta as seguintes vantagens: é possível preencher certas lacunas da documentação na medida em que algumas hipóteses podem ser elaboradas por meio de analogias; o exame simultâneo de vários casos pode ajudar a explicar algumas sobrevivências, aparentemente ininteligíveis, e pode sugerir novos temas a ser pesquisados.

Entendo que esse procedimento aponta para a construção de uma teoria ou um modelo, por meio do exame do maior número de casos possíveis e do apontamento de similaridades entre eles. Esse é o caminho usado, por exemplo, por Maria Isaura Pereira de Queiróz para analisar os movimentos socioreligiosos. Seguidora da sociologia religiosa weberiana, a autora tomou casos dispersos no espaço e no tempo, identificou uma série de características constantes, e a partir daí elaborou uma tipologia geral desses movimentos, a qual destacava a ação de uma coletividade organizada e estruturada sob a liderança de um messias, com o objetivo de transformar a realidade por meio da fundação de um reino perfeito.⁹

Essa opção analítica tem a vantagem de proporcionar um melhor entendimento de determinados conceitos e variáveis em diferentes contextos, brinda uma compreensão teórica global e facilita a formulação de hipóteses mais amplas. Seu limite consiste em que não é factível criar uma teoria com a capacidade de prever ou explicar todas as realidades,

e por isso os modelos construídos podem resultar bastante esquemáticos, o que incomoda mais aos historiadores – geralmente preocupados em afirmar o excepcional de seu objeto de estudo – que aos cientistas sociais.

A segunda opção que destaca Bloch é estudar sociedades contemporâneas com influências mútuas, geograficamente próximas, que estejam submetidas a um contexto macro relativamente parecido em virtude dessa proximidade e sincronismo, e que de alguma forma remontem a uma origem comum. Para Bloch, essa opção é vantajosa por permitir tecer conclusões menos hipotéticas e mais precisas, como ele procurou fazer em sua própria pesquisa, tomando diversas sociedades da Europa ocidental e central. Essa opção está representada nos trabalhos que tomam uma instituição ou um problema comum a duas ou mais localidades, como, por exemplo, escravidão ou populismo.

Nesse caso, o pesquisador pergunta a mesma coisa a duas realidades, e analisa as respostas divergentes. Assim, buscam-se contrastes referentes a um tema amplo, que serve como um marco dentro do qual se apontam as diferenças entre os lugares analisados. O enfoque está, pois, sobre o que é único em cada unidade de estudo. Um exemplo desse tipo de trabalho é “O semeador e o ladrilhador”. Sérgio Buarque de Holanda evoca o caráter normativo, centralizador e uniformizador dos ladrilhadores – os colonizadores espanhóis –, o que se exprimiu na construção de cidades com traçado retilíneo para assegurar o domínio militar, econômico e político sobre as terras conquistadas, para explicar a herança rural deixada pelos semeadores – os colonizadores portugueses –, quem, interessados em benefícios imediatos, se empenharam na exploração comercial e na colonização litorânea. Aqui a comparação é utilizada como um recurso de argumentação com o objetivo de fixar e confirmar certas características da sociedade brasileira.¹⁰

Esse tipo de abordagem respeita a unicidade de cada lugar e evita anacronismos e generalizações. Os contrastes tornam as particularidades mais evidentes, na medida em que um caso atua como uma espécie de comentário das idiosincrasias do outro. Esse procedimento também submete à prova certas explicações cristalizadas. Mas como o enfoque central está sobre os casos em si, isso pode dar margem a certa tendência descritiva, já que a preocupação central é detalhar as diferenças, e não explicar de onde elas vêm. Além disso, estabelecer um marco comum como ponto de partida pode induzir à reprodução automática de conceitos e cronologias preconcebidos e questionáveis.

As duas opções apresentadas por Marc Bloch – acima exemplificadas com o trabalho de Maria Isaura Pereira de Queiróz e o de Sérgio Buarque de Holanda –, e as múltiplas combinações entre elas, sintetizam os caminhos percorridos pelos estudos comparativos em História. Por isso, as questões levantadas por Bloch ajudam a identificar os problemas metodológicos caros a essas pesquisas, e a pensar maneiras de, simultaneamente, aprovei-

tar as vantagens de cada abordagem e limitar suas desvantagens. Creio que três pontos merecem cuidado especial, e, por isso, serão examinados em seguida com certo detalhe: como tratar da tensão entre semelhanças e diferenças, como escolher as unidades de análise e como superar certos obstáculos de ordem prática. Longe de tentar estabelecer uma lógica única, o esforço por buscar certa formalização para o uso da comparação ajuda tanto a evidenciar o potencial desse tipo de investigações como a sugerir vias para sua exploração.

A dicotomia entre semelhanças e diferenças

Durante a investigação propriamente dita, deve-se dar mais peso às semelhanças ou às diferenças? Começemos pelas semelhanças. De que serve encontrar semelhanças entre nossas unidades de análise, e em que medida elas são representativas de algo?

No caso da minha pesquisa, encontrei algumas coincidências significativas entre o funcionamento das irmandades em Zacatecas e em Ouro Preto – cidades localizadas em regiões mineiras no Brasil e no México, respectivamente –, durante o século XVIII. Em ambas as cidades a ingerência das autoridades civis e eclesiásticas era relativamente fraca, a população instável e o cotidiano estava marcado pela violência e pela impunidade. Nesse contexto, as confrarias lograram impor certas regras de conduta e estabelecer algumas pautas que guiavam a interação social de seus membros. Além disso, essas organizações fixavam a população ante a circunstância de migrações contínuas, na medida em que davam coesão e consistência ao conjunto conformado por seus integrantes, defendiam suas prerrogativas, davam legitimidade religiosa a seus interesses e potencializavam as vantagens e a solidariedade que as pessoas ganhavam por pertencer a um grupo. O conjunto de confrades servia, assim, como uma âncora: ao fornecer apoio material, religioso, social e emocional a seus integrantes, de certa forma os arraigava a uma determinada região. Além disso, no caso de uma população constituída por forasteiros, as associações de leigos atuavam como instâncias em certa medida capazes de homogeneizar costumes e comportamentos trazidos por africanos, índios, europeus, e imigrantes provenientes de diversas partes dos territórios brasileiro e novo-hispano. Por último, como grande parte das atividades promovidas pelas irmandades se desenvolvia em espaços públicos, a suntuosidade característica às solenidades articulava a dimensão corporativa das irmandades com o imaginário de exuberância presente nos centros mineiros. Em resumo, as confrarias dotavam a vida nessas localidades de certa estabilidade espacial e institucional, de alguma uniformidade cultural e

de símbolos emblemáticos de um ideário de riqueza. Ao constatar tal conjunto de semelhanças, sugeri uma espécie de “modelo preliminar” para as confrarias localizadas em regiões de mineração.¹¹

Apesar de esse “modelo” de confrarias mineiras ajudar a entender o específico do processo de constituição e do funcionamento dessas associações de leigos, isso não significa que represente uma regra imperativa. Ele pode sim servir como uma referência ou guia para pesquisas posteriores, as quais devem clarificá-lo, ilustrá-lo com mais detalhes e refiná-lo. Mas não importa a quantidade de casos que venham a ser analisados e que se encaixem dentro desse “modelo”, ele nunca poderá ser encarado ou validado como uma teoria ou conceito. Talvez mais que um modelo propriamente dito, a caracterização das confrarias mineiras reflita até aonde a pesquisa chegou a respeito do tema.

A constatação de semelhanças também serve para desmistificar supostas particularidades. Quer dizer, de haver estudado somente o caso de Ouro Preto, talvez minhas conclusões me levassem a ressaltar certas idiosincrasias das irmandades ouro-pretanas. Mas, ao contrastá-las com as confrarias de Zacatecas, dei-me conta que realidades diferentes podem engendrar soluções parecidas, o que também ajuda a testar hipóteses causais. Um exemplo simplista: parte dos estudos sobre Minas Gerais repete automaticamente a afirmação que lá o número de confrarias era grande devido à ausência de ordens religiosas na região. Uma rápida olhada para fora, no Rio de Janeiro, Salvador ou Zacatecas, permite constatar que em muitas cidades onde os regulares estavam presentes as confrarias também eram numerosas. Em casos como esse, a comparação permite verificar em que medida uma singularidade é de fato tão singular. Ou, ainda, nas palavras de Marc Bloch, é benéfica por inspirar certa prudência aos historiadores mais inclinados a buscar causas exclusivamente locais para as transformações sociais.¹²

Claro que, ao lidar com coincidências, existe o perigo da tentação de buscar paralelismos forçados por todos os lados. Nessas situações, a identificação de semelhanças pode ser sinônimo de tecer generalizações inúteis ou de uma mera repetição do óbvio. Vigilância perpétua!

Outra dificuldade em atribuir um peso correto às coincidências encontradas é que, quando as exploramos a fundo, elas geralmente se dissipam. Ou seja, o que antes era semelhança se transforma em diferença. Aí entendo que estamos no caminho certo de desvendar as “falsas similitudes” – para usar a expressão cunhada por March Bloch –, de reconhecer que cenários até certo ponto análogos propiciam respostas diferenciadas e de perseguir as implicações dessas disparidades.

Para ilustrar esse ponto, vamos a outro exemplo de irmandades no Brasil e no México durante o período colonial. Ambos os conjuntos de associações estavam inseridos no

mundo católico ibero-americano, marcados pelo Real Patronato, e funcionavam em sociedades fundadas a partir do intenso intercâmbio de pessoas, mercadorias, idéias, costumes, práticas e expressões religiosas detonado pela conquista. As trajetórias de Portugal e Espanha estiveram fortemente ligadas desde a Idade Média, a evolução dos reinos ibéricos foi imbricada, e isso teve reflexos importantes na administração dos territórios coloniais. Em paralelo à existência de semelhanças e elementos de conexão, Brasil e Nova Espanha experimentaram diferenças qualitativas centrais com respeito ao processo de colonização, evangelização e ocidentalização pretendidos pelas monarquias católicas, as quais se refletem também no funcionamento das irmandades. Por exemplo, nas áreas mineiras novo-hispanas, a principal mão-de-obra utilizada na exploração de prata era a de índios e castas, por meio de diferentes formas de recrutamento que se sobrepunham e variavam regionalmente. No século XVIII, predominava o trabalho pago por jornais diários e por uma comissão do mineral extraído, e havia uma série de leis que o regulamentavam. Ainda na Nova Espanha, as ordens religiosas realizaram um trabalho missionário extensivo sobre a população indígena, de caráter eminentemente doutrinário. Nesse processo, as confrarias tomaram um papel central, sob os auspícios do clero regular. No Brasil, encontramos uma evangelização relativamente similar, restrita às missões do Norte e do Sul do país ou no litoral, com a atuação dos jesuítas no século XVI. Por outro lado, não se elaborou uma política evangelizadora sistemática para os escravos, mão-de-obra predominante na região mineira brasileira. Imperou uma cristianização baseada na vivência, com ênfase nos rituais, e fortemente marcada pela atuação dos leigos. Nesse contexto, as confrarias lograram atingir uma autonomia considerável em relação às autoridades eclesiásticas. Nesse caso, seguir o fio da meada das diferenças entre mão-de-obra adotada e o papel da igreja em cada localidade possibilitou especular um pouco sobre algumas razões que explicam o desempenho das irmandades nos dois lugares. Essa operação pode ser sintetizada na frase de John Elliott, quando afirma que a comparação é um “método útil para descobrir se o particular tem uma ressonância mais ampla, e se o geral possui variações individuais importantes”.¹³

Sigamos com a questão de como lidar com as diferenças em um trabalho comparativo. Elas também podem ajudar a identificar alguns aspectos que não são tão óbvios de perceber por meio de um enfoque não comparativo. Um exemplo. Os estudos sobre associações de leigos no Brasil, geralmente, tomam as irmandades e as ordens terceiras dentro de um conjunto único. O estudo da Nova Espanha evidencia que esse não é um traço universal, pois lá esses dois tipos de organizações apresentavam variações significativas. Tal constatação me levou a pensar em que medida isso estaria relacionado com o diferente papel evangelizador do clero regular no Brasil e no México, e a explorar mais a fundo tanto as diferenças entre confrarias e ordens terceiras no Brasil, como as semelhanças entre ambas

no México. Assim, tal operação introduziu novas problematizações à análise, permitiu desconfiar de coisas que poderiam, inadvertidamente, ser tomadas como “naturais”, e chamou a atenção para algo que poderia ter passado despercebido.

A tensão permanente entre semelhanças e diferenças implícita a qualquer trabalho comparativo também pode ser abordada a partir da percepção das interações entre as unidades de análise tomadas ou da existência de uma certa matriz comum que, efetivamente, as unifica e conecta, a qual, inclusive, poderia ser anteriormente desconhecida. Esta é uma tendência que vem se intensificando. Não se trata de uma proposta inédita, mas que já havia sido sugerida por Marc Bloch, que de certa forma resgata o caminho percorrido por Fernand Braudel, Charles Boxer e Immanuel Wallerstein.

Em conclusão, ao levar a cabo qualquer comparação, sempre se enfrentará o problema de como analisar as semelhanças e as diferenças encontradas, e de como transitar permanentemente entre contrastes e coincidências. A idéia é tirar o máximo proveito e tentar se sentir confortável com esse ir e vir constante entre os paralelos e os contrastes. Penso que buscar somente semelhanças, sem atentar para as diferenças, ou sublinhar as diferenças sem estar aberto às eventuais semelhanças que possam existir, limita os resultados da comparação.

Essas questões estão presentes, não apenas durante o processo analítico propriamente dito, mas desde a eleição das unidades de análise, durante a etapa de coleta de dados e na leitura da bibliografia secundária. Assim, pensando no princípio de uma pesquisa, como, em um primeiro momento, eleger o que vamos comparar? Como guiar a escolha dos objetos de comparação simultaneamente pelo seu parecido e pelo seu diferente?

A eleição das unidades de análise

Não existem regras fixas para determinar as unidades de análise a serem comparadas, porque a escolha depende estritamente dos objetivos da pesquisa, da hipótese que se pretende demonstrar ou das perguntas que esperamos responder. O que se pode é dar algumas dicas para essa eleição.

No caso da minha pesquisa, busquei construir um conjunto de semelhanças como ponto de partida, com a idéia de formar uma base sólida sobre a qual me mover e de onde sair para explorar as diferenças. Minhas semelhanças se encontravam sobretudo no nível macro, decorrentes do marco instituído pela colonização ibérica nos territórios americanos, das pretensões cristianizadoras e do papel das confrarias em tal conjuntura. Depois disso,

saí em busca das especificidades regionais, averiguando sobretudo as conseqüências da adoção do trabalho escravo de africanos e descendentes, no Brasil, e do trabalho livre indígena, no México, para o desempenho das associações de leigos.

Em um primeiro momento, procedi assim de forma intuitiva. Escolher as unidades de análise a partir de um conjunto de macro-semelhanças era reconfortante, porque sentia que pisava em um terreno relativamente conhecido e harmônico, para, a partir daí, me jogar à dissonância dos contrastes. Também por isso escolhi regiões que se dedicavam à mesma atividade econômica – a mineração –, e optei por um recorte temporal sincrônico, ou seja, o século XVIII. Nesse caso, a mineração no Brasil, concentrada nos setecentos, determinou o recorte temporal da pesquisa.

Feito isso, ainda restavam muitas opções. Como decidir entre Ouro Preto, Sabará e o Distrito Diamantino, ou entre Zacatecas, Guanajuato e Sombrerete? Nesse segundo momento, minha eleição foi guiada pela disponibilidade de fontes primárias, de bibliografia, de recursos para viajar e por certo pragmatismo. Tive que escolher o caso brasileiro enquanto vivia no México, e, desde lá, pareceu-me que Ouro Preto representava a opção mais vantajosa em termos de facilidade de acesso aos acervos documentais e de compilação de literatura secundária. No caso do México, quando cheguei a Guanajuato, o arquivo estava mudando de sede. Quando vi a documentação ser acondicionada em caixas sem uma ordem mais ou menos lógica, e ao saber que não havia uma previsão para a data de abertura do novo arquivo, agarrei o primeiro ônibus em busca de uma unidade de análise mais conveniente. Depois, ao constatar que lugares como Sombrerete ou Mazapil, que haviam ocupado posições proeminentes na produção argentífera novo-hispana, estavam reduzidos a micropovoados fantasma, isolados de outras cidades, com transporte intermunicipal intermitente, e eu era provavelmente a primeira mulher estrangeira a aparecer por lá desde o século XVIII, decidi optar pela capital do estado. Assim, a escolha das unidades de análise em um trabalho comparativo enfrenta os mesmos problemas que qualquer estudo, mas alguns tipos de problemas podem adquirir maior magnitude.

Acho que tomar qualquer dessas cidades teria servido para analisar a relação entre confrarias e estratificação social em áreas mineiras, ainda que, obviamente, os resultados alcançados viessem a variar. Assim, creio que o cuidado básico para a seleção das unidades de análise consiste em que ela deve ser guiada pela pergunta central da investigação. Será essa mesma pergunta que determinará, em última instância, as limitações das conclusões que se venham a obter, e imporá os motivos ou a necessidade de abordar mais de uma trajetória ou realidade. Que fique claro que não são todas as perguntas que podem ser respondidas por meio de um enfoque comparativo.

Problemas práticos, soluções pragmáticas

Além das questões comentadas anteriormente, sobre a escolha do que vai ser comparado e a tensão permanente entre semelhanças e diferenças, é preciso ter em mente outros desafios e algumas dificuldades, que são peculiares aos trabalhos comparativos.

O pesquisador, provavelmente, se deparará com um desequilíbrio de fontes primárias e de literatura secundária disponível entre as realidades selecionadas, tanto em quantidade como em qualidade. A documentação encontrada para cada caso pode ter caráter totalmente distinto, e as historiografias sobre determinados países ou regiões não tomam caminhos paralelos, ou seja, não priorizam os mesmos temas e enfoques. Assim, é factível que a informação reunida sobre um determinado lugar seja muito mais sólida que a do outro. Para poder dar conta de tal material, muitas vezes será necessário dominar dois ou mais idiomas. Além disso, temos que enfrentar nosso próprio desconhecimento sobre outras realidades, o que inclui superar uma série de estereótipos e lidar com uma visão deturpada sobre determinados processos e contextos históricos.¹⁴

No caso da minha pesquisa, o arquivo paroquial de Zacatecas, acervo que reúne a documentação sobre as confrarias da cidade, apresenta mais “buracos” documentais do que aqueles que guardam a informação correspondente para o caso ouro-pretano, o arquivo da paróquia de Nossa Senhora da Conceição de Antônio Dias e o da paróquia de Nossa Senhora do Pilar. Por outro lado, as irmandades novo-hispanas foram mais estudadas que as brasileiras, o que significa que há mais literatura produzida sobre elas. Mas, dentro do Brasil, Ouro Preto é um caso bastante conhecido, ao passo que as confrarias zacatecanas ainda não haviam sido objeto de uma investigação, porque o arquivo paroquial de Zacatecas não estava aberto ao público.

Como historiadora brasileira que estuda o México, em um primeiro momento, era notória minha maior familiaridade com a evidência e a bibliografia sobre Brasil. Tive que aceitar com resignação que cada dia de leitura sobre Brasil correspondia a semanas de leitura sobre México, e que, passadas essas semanas, era necessário rever e buscar mais informação sobre o caso brasileiro, porque muitas dúvidas haviam surgido.

A solução que encontrei para superar ou pelo menos minimizar essas dificuldades foi recorrer a uma série de mecanismos de compensação. Assim, o menor conhecimento sobre México foi compensado com muita leitura, e as lacunas da documentação zacatecana foram remediadas por buscas em outros acervos. Por outro lado, a maior abundância de documentação sobre Ouro Preto e as certezas propagadas pela bibliografia que lida com ela

foram postas à prova pelas dúvidas que o caso mexicano suscitava. Nas palavras que John Elliot usa para descrever seu próprio trabalho comparativo, trata-se de “equilibrar ignorância com informação, e informação com ignorância”.¹⁵

Assim, o ir e vir entre os casos tomados permeia as etapas de compilação de fontes e de leitura bibliográfica, e impõe o desafio de buscar que ambas as unidades de análise estejam suficiente e satisfatoriamente representadas. Nesse ponto, é fundamental a franqueza do pesquisador para indicar aquilo que, apesar de desejável, não foi factível, e evidenciar, assim, os limites do seu exercício comparativo.

Agregue-se a tudo isso o problema do financiamento. Uma pesquisa comparativa geralmente requer viagens, estadias custosas longe de casa e tempo, muito tempo.

Existem outros caminhos para amenizar o conjunto de obstáculos aqui apresentados. O trabalho em grupo é uma alternativa. Os livros coordenados por Marcello Carmagnani e Alicia Hernández constituem bons exemplos. Eles reuniram especialistas de vários países, realizaram encontros, discussões e congressos, e a partir daí organizaram um volume coletivo, no qual cada autor tratou de um único país, mas tendo em mente o exercício comparativo feito nessas reuniões prévias. Em ambos os casos, a sistematização por escrito da comparação entre os países tratados no volume ficou a cargo do coordenador, que escreveu a introdução e a conclusão.¹⁶ Outro exemplo de trabalho em grupo é o projeto da Cehila para escrever a História Geral da Igreja da América Latina. Trata-se de uma obra coletiva, redigida a partir de um debate permanente entre os historiadores do grupo, organizados por regiões. Esses casos demonstram que formar uma equipe de pesquisadores pode ser bastante frutífero para o trabalho comparativo, com o cuidado de que o resultado não corresponda a uma mera reunião de vários estudos de caso.

A história comparativa é uma linha de pesquisa?

Neste artigo mencionei trabalhos nas áreas de Ciências Sociais e Humanidades que lidam com a comparação de diferentes formas. Alguns se declaram comparativos de forma explícita; outros recorrem à comparação para destacar problemas e características específicas da realidade tratada ou elaborar generalizações. Também existem estudos de caso sobre múltiplas áreas geográficas que deixam a cargo do leitor um exercício de comparação mais sistemático, e ainda estudos que tratam das inter-relações entre diversas regiões, enfatizando intercâmbios e influências mútuas. Tratei indistintamente de estudos que usam da comparação para testar uma hipótese, outros que recorrem a ela de forma pontual, e outros que a utilizam sistematicamente para identificar semelhanças e diferenças. Uma boa amos-

tra dessa variedade está registrada na revista *Comparative Studies of Society and History*, que começou a circular em 1958 e constitui um fórum de discussão para aqueles interessados em comparar.

Embora a comparação esteja presente nos mais variados tipos de estudos, tomando diversas formas e perseguindo objetivos diversificados, nem tudo o que compara é uma pesquisa comparativa propriamente dita. Além disso, ainda não existe realmente algo como o campo da “história comparada” ou uma metodologia estabelecida para o emprego da comparação nos estudos históricos. Talvez contribua para isso a precaução por não saber o suficiente sobre muitas coisas, o cuidado do historiador em esgotar todas as fontes primárias disponíveis antes de proceder à mais mínima generalização, o fato de que a formação do profissional se dá dentro de certas delimitações espaciais que correspondem a um país ou região, e que o mercado de trabalho universitário estabeleceu áreas que geralmente não contemplam a comparação. Além, é claro, de todas as dificuldades de ordem prática comentadas anteriormente.

Essa paisagem está mudando nos últimos anos no Brasil. Michael Hall ministra uma disciplina de história comparada na pós-graduação do departamento de História da Unicamp, e em maio de 2004 a Capes credenciou o mestrado em História Comparada do IFCS, na UFRJ. Além disso, é possível apontar um grupo de trabalhos, que não utiliza a comparação somente com o mero propósito de ilustrar ou fazer analogias, mas que de fato constrói, explica e analisa o objeto de pesquisa de forma comparativa.

Mesmo assim, ainda são poucos os que discutem a opção metodológica que adotaram ou se preocupam por aclarar porque, quando e com que objetivos fizeram uso da comparação.¹⁷ Sobre dizer que tal reflexão é benéfica para qualquer pesquisador, independentemente do grau de comparação utilizado. Mesmo porque se trata de uma habilidade mental empregada sempre, ainda que implicitamente, e usá-la de maneira consciente permite aproveitá-la ao máximo como ferramenta de pesquisa.

Creio que são três os pontos fortes dos trabalhos comparativos na área de História: contribuem para a construção do conhecimento histórico sobre os casos estudados e levantam questões inovadoras para cada um deles; dão margem à elaboração de modelos explicativos; e resgatam relações anteriormente invisíveis, ajudando a entender a composição de unidades que extrapolam as fronteiras espaço-temporais tradicionalmente estabelecidas. A ênfase em cada um desses três pontos – que talvez possam ser identificados como três modalidades de história comparada – depende dos objetivos da pesquisa e dos interesses de cada historiador. O que tentei fazer aqui foi começar a definir as pautas de uma linha de pesquisa que possa ser caracterizada como história comparada. Entendo que o crescimento do interesse por esse tipo de trabalho demonstra certo amadurecimento da

historiografia nacional, que busca abordagens originais, tenta aumentar o diálogo com outras correntes e tradições de pensamento, e procura superar seu às vezes excessivo caráter provinciano.

Recebido em março/2005; aprovado em junho/2005

Notas

* A primeira versão deste texto foi escrita para uma palestra no departamento de História da Unicamp em 20 de outubro de 2004. Agradeço a bibliografia fornecida por Maria Lígia Prado e a leitura cuidadosa de Fernando Torres-Londoño.

** Doutora em História por El Colegio de México. Desde novembro de 2004, faz pós-doutorado no Centro de Estudos Afro-Orientais da Universidade Federal da Bahia, e atua como coordenadora do Centro Regional de Recursos Sephis. E-mail: mancuso@ufba.br

¹ BLOCH, M. Pour une histoire comparée des sociétés européennes. *Mélanges historiques*. Paris, S.E.V.P.E.N, 1963.

² MÖRNER, M.; FAWAZ DE VIÑUELA, J. e FRENCH, J. D. Comparative approaches to Latin American History. *Latin American Research Review*, v. XVII, n. 3, 1982.

³ CARMAGNANI, M. (coord.). *Federalismos latinoamericanos: México, Brasil y Argentina*. México, El Colegio de México, 1993; HERNÁNDEZ, A. (org.). *Presidencialismo y sistema político: México y Estados Unidos*. México, Fondo de Cultura Económica, 1994.

⁴ HERZOG, T. *Defining Nations. Immigrants and citizens in early modern Spain and Spanish America*. New Haven/London, Yale University Press, 2003.

⁵ MANCUSO, L. e TORRES-LONDOÑO, F. Los estudios sobre lo religioso en Brasil: un balance historiográfico. *ISTOR – Revista de Historia Internacional*, México, Cide, ano II, n. 9, p. 63, 2002.

⁶ SUBRAHMANYAN, S. Connected histories: notes towards a reconfiguration of Early Modern Eurasia. *Modern Asian Studies*, v. 31, n. 3, julho, 1997.

⁷ GRUZINSKI, S. Les mondes mêlés de la monarchie catholique et autres connected histories. *Annales HSS*, n. 1, jan.-fev., 2001.

⁸ BLOCH, op. cit., pp. 18-19.

⁹ MANCUSO e TORRES-LONDOÑO, op. cit., pp. 60-61.

¹⁰ HOLANDA, S. B. de. “O sementeiro e o ladrilhador”. In: *Raízes do Brasil*. São Paulo, Companhia das Letras, 1998.

¹¹ MANCUSO, L. *Cofradías, minería y estratificación social: Zacatecas y Ouro Preto en la segunda mitad del siglo XVIII*. México (tese de doutorado), Centro de Estudios Históricos, El Colegio de México, 2004.

¹² BLOCH, op. cit., p. 27.

¹³ ELLIOT, J. H. La Historia Comparativa. *Relaciones*. Zamora, Michoacán, El Colegio de Michoacán, n. 77, 1999, p. 237.

¹⁴ Essas são questões que freqüentemente aparecem em trabalhos comparativos. BLOCH, 1963, pp. 38-40; MÖRNER, F. de V. e FRENCH, 1982, p. 58; ELLIOTT, 1999, pp. 241-243; MANCUSO, 2004, pp. 255-258.

¹⁵ ELLIOT, op. cit., p. 243.

¹⁶ CARMAGNANI, op. cit.; HERNÁNDEZ, op. cit.

¹⁷ As principais discussões sobre a metodologia comparativa estão em BLOCH, 1963; ELLIOTT, 1999; MÖRNER, F. de V. e FRENCH, 1982; BENDIX, 1963; EISENSTADT, 1968; WOODWARD, 1972; FREDRICKSON, 1980; SKOCPOL e SOMERS 1980.

CONQUISTA E CULTURA MATERIAL NA NOVA ESPANHA NO SÉCULO XVI*

*Fernando Torres-Londoño***

Resumo

Este texto examina como a cultura material dos povos indígenas foi vista e tratada no século XVI. Privilegia a forma como diversos objetos aparecem nas crônicas e aponta para uma série de operações que esteve presente na atitude geral que a sociedade colonial teve ante o mundo indígena.

Palavras-chave

Cultura material; civilização indígena; sociedades pré-colombianas.

Abstract

This text examines how the material culture of the indigenous people was seen and treated in the XVIth Century. It privileges the way as several objects appear in the chronicles and it points out a series of operations that were present in the general attitude, that the colonial society had in face of the indigenous world.

Key-words

Material culture; indigenous civilization; pre-Columbian societies.

Levando em consideração os registros escritos dos primeiros contatos entre os europeus e o Novo Mundo, os olhares dos recém-chegados foram lançados mais sobre a natureza, sobre os corpos de homens e mulheres ou mesmo sobre atitudes e práticas, como as religiosas, do que sobre os objetos. Sabemos, pelas lembranças de Colombo, de suas primeiras impressões a respeito das árvores da ilha batizada de São Salvador, das águas, dos pássaros. Também diz o almirante que os índios estavam nus, que eram morenos e de boa estatura. Ainda, Colombo acredita que os índios serão bons serviçais e, quando cristianizados, bons cristãos. Segundo o almirante, no dia 13 de outubro, quando alguns deles vieram ao navio em suas pirogas ele viu que,

(...) traziam novelos de fio de algodão, papagaios, lanças e outras coisinhas que seria tedioso descrever e davam tudo por qualquer coisa que lhes fosse dada. E eu estava atento e me esforçava por saber se havia ouro e vi que alguns deles traziam um pedacinho pendurado num furo que tinham no nariz.¹

Desde o primeiro contato, lá nas pequenas ilhas do mar do Caribe, Colombo acreditou estar próximo à China. Houve uma seleção no olhar e na consideração da tecnologia e dos objetos produzidos no variado leque das culturas indígenas. Colombo só “estava atento” para o ouro. Essa seleção estará entre as atitudes que definirão desde o início esse complexo processo cultural da conquista do continente e de seus habitantes por parte de Ocidente. Por mais admiração que a arquitetura de Tenochtitlan, os tecidos dos incas, a escrita em papel dos maias suscitasse em alguns espanhóis, ela foi deixada de lado pela procura pragmática das representações de valor da Europa do século XVI: os metais preciosos, as pérolas, as pedras preciosas, os objetos de ouro e prata que, rastreados na sua produção e origem, poderiam conduzir à sua fonte: às minas e lavras dos rios. Tais atitudes se configuraram e desenvolveram no esforço redutor que o colonialismo e a expansão ocidental representaram para América.

Será proposto, aqui, que para que essas atitudes se arraigassem na sociedade colonial que nascia, uma série de operações discursivas, físicas e de representações foi realizada desde 1492 e durante o século XVI, por parte dos europeus e seus descendentes em relação ao continente, a seus habitantes e às culturas aqui existentes. São essas operações as que me têm interessado em minha investigação a respeito da invenção desse “novo mundo” por parte dos europeus.

Acredito que a relação com os objetos de cultura material indígena foi mais um espaço, no século XVI, para que espanhóis, índios e seus descendentes se enfrentassem em embates culturais, nos quais se cruzavam perseguições, proibições e abandonos, substituições, preservações e adaptações.² Objetos que para os índios eram sagrados, como representa-

ções de seus deuses em cerâmica e metal, tigelas e vasos cerimoniais, para os espanhóis eram idolátricos. Práticas que para os índios determinavam suas vidas, como os rituais dos mortos, a necromancia, para os espanhóis eram indícios demoníacos. Assim, durante o século XVI e início do XVII, ocorreram diversas operações simultâneas para produzir o esquecimento, e, de outro lado, manter a memória na lembrança e no uso da cultura material indígena.

Dirijo minha indagação a respeito da recuperação desses olhares e operações cruzadas em relação à cultura material, sirvo-me de uma série de textos, que aparecem aqui escolhidos por proximidade, mas que remetem a muitos outros, que de algum forma se referem a esse momento crítico de nossa história cultural.

Seleção, desqualificação, destruição e redução da cultura material dos povos indígenas

Frei Ramon Pane, primeiro religioso a chegar ao Caribe na segunda viagem de Colombo, fez, em 1496, por ordem de Colombo, um relato do “que pude aprender e saber das crenças e idolatrias dos índios”.³ Preocupado com a incorporação dos nativos ao cristianismo, recolheu principalmente suas práticas supersticiosas e idolátricas. Assim, descreveu os *cemís*, na sua opinião, ídolos feitos de pedra, raízes e tocos de madeira, reverenciados pelos nativos e utilizados pelos curandeiros para a localização dos males e doenças.

Um processo de desqualificação começava ali, a partir da associação de objetos de culto e representações dos deuses à idolatria.

Na Conquista do México, tanto Cortés como Bernal Dias Del Castillo, jovem soldado que de velho virou cronista, privilegiaram, por sua parte, a narrativa intensa dos eventos de sua intrincada jornada e as impressões produzidas pelo relacionamento com Montezuma e sua corte. Porém, nas cartas de Cortés ao imperador Carlos V, algumas das descrições de Tenochtitlan se mantiveram na memória de seus leitores. Na sua conhecida passagem sobre o mercado, diz que

*(...) hay cotidianamente arriba de sesenta mil animas comprando e vendiendo, donde hay todos los géneros de mercaderia que en todas las tierras se hallan, asi de mantenimientos como de vituallas, joyas de oro y de plata, de plomo de laton de cobre, de estaño, de piedras, de huesos, de conhas, de caracoles, y de plumas. Véndese cal, piedra labrada e por labrar, adobes, ladrillos, madera labrada y por labrar de diversas maneras.*⁴

Falando também que:

Hay a vender muchas maneras de hilados de algodón, de todos los colores, em sus madejicas, que parece propriamente alcaicería de Granada, en las sedas aunque esto otro es en mucha

*más cantidad. Venden colores para pintores, cuantos se pueden hallar en España y de tan diferentes matices cuanto pueden ser. Venden mucha loza en gran manera muy buena, venden muchas vasijas de tinajas grandes y pequeñas, jarros, ollas, ladrillos y otras infinitas maneras de vasijas, todas de singular barro, todas o las mas, vidriadas e pintadas.*⁵

Preocupado em transmitir para o imperador uma imagem grandiosa do México-Tenochtitlan, que estava conquistando para Castela, Cortés seleciona o que assinala a qualidade do reino dos Astecas, e assim aponta, tanto para a variedade de artigos à venda no mercado como para a sua qualidade e ainda o requinte de alguns, como o algodão, que compara à seda crua de Granada. Também não deixa Cortés de manifestar sua estranheza da convivência da ordem com a barbárie. Assim, desculpando-se, diz

*Y por no ser más prolijo en la relación de las cosas de esta gran ciudad, aunque no acabaría tan aína, no quiero decir mas que en su servicio y trato de la gente de ella hay la manera casi de vivir que en España; y con tanto concierto y orden como alla, y que considerando esta gente ser bárbara y tan apartada del conocimiento de Dios y de la comunicación de otras naciones de razón, es cosa admirable ver la que tienen en todas las cosas.*⁶

Entre os astecas impera a ordem e o concerto, e para Cortés ali “quase” se vive como na Espanha. Porém, como anotou Todorov, a admiração pelas produções dos astecas e a constatação de uma civilização onde reinava a ordem, não faz com que Cortés reconheça “seus autores como individualidades humanas equiparáveis a ele”.⁷ Assim mesmo, admirando-a, Cortés destruiu Tenochtitlan e com ela as praças, ruas e palácios que descreveu.

Dias del Castillo, outro admirador da capital dos méxicas traz, seu olhar seletivo, como quando descreve a descoberta de uma câmara com o suposto tesouro do pai de Montezuma. Falando do grande número de lâminas de ouro e de pedras preciosas, sem se deter em nenhuma, preferiu descrever o impacto que tanta riqueza produziu nele mesmo “e assim que os vi digo que me admire e como naquele tempo era mancebo e não tinha visto em minha vida riquezas como aquelas, tive certeza que o mundo não deveria haver outras tantas”.⁸

Por sua parte, o franciscano Diego de Landa, que viveu no Iucatã de 1549 a 1563, e chegou a ser provincial de sua ordem e bispo, descreve, na relação a respeito da região, os numerosos templos e magníficos palácios, que seriam “*la mas señalada cosa de cuantas hasta hoy em las Índias se han descubierto, porque son tantos y tantas las partes donde los hay y tan bien edificados de canteria, a su modo, que espanta, y porque esta tierra no es tal al presente*”.⁹ Landa escreve que o número de prédios é tanto “*Que si no es a quienes los han visto, parecerá burla hablar de ellos*”.¹⁰

Indo além de Cortés e Días del Castillo, em seu deslumbramento ante a monumentalidade e número dos templos e palácios da arquitetura maia, Landa lembra que ele descreve o que viu para que não seja entendido como burla na Espanha e na Europa. Ele está convicto, pois, que muito do que visitou é praticamente inacreditável para o velho mundo. Daí seu esforço em produzir uma descrição digna de crédito.

A respeito do grande templo que existia em Izamal (pirâmide Popul Chac), Landa diz que era “*de tanta altura y hermosura que espanta*”¹¹ e, passando a descrevê-lo, diz que “*encima esta uma hermosa capilla de canteria bien labrada*”.¹² Landa diz, ainda, que num desses prédios os franciscanos construiriam o convento São Antônio de Pádua, que impressiona até hoje.¹³

Em vários parágrafos, Landa descreve com detalhes o fantástico conjunto de pátios e habitações que existiriam em T-hol, dizendo que um desses conjuntos foi dado pelo conquistador Montejo aos franciscanos para construir, com a mesma pedra, um mosteiro e uma igreja dizendo que “*Hubo tanta piedra de los cuartos, que (aún) esta entero el del mediodía y em parte los de los lados, y dimos mucha piedra a los españoles para sus casas en especial para sus puertas y ventanas; tanta era sua abundancia*”.¹⁴

No lugar da cidade de T-hol, cujos palácios encantaram a Landa, que chegou a desenhar sua planta, Montejo, o conquistador de Yucatã, fez construir Mérida, com as mesmas pedras, e, em alguns casos, utilizando as bases para lembrar a cidade homônima na Espanha, que aludia à presença de Roma na península Ibérica. Assim, cidades sem similar no velho continente foram destruídas para serem substituídas no novo continente por réplicas de cidades da Europa, que remetiam a antigas civilizações.

Num caso a mais dessa operação de destruição, que era antecipada pela admiração, diz o franciscano que

*Usaba también esta gente ciertos caracteres o letras con las cuales escribían en sus libros sus cosas antiguas y sus ciencias y con estas figuras y algunas seales de las mismas, entendian sus cosas y las daban a entender y enseñaban. Hallámosles gran número de libros de estas sus letras, y porque no tenían cosa en que no hubiese superstición y falsedades del demonio, se los quemamos todos, lo cual sintieron de maravilla y les dio mucha pena.*¹⁵

Admirados, primeiro, templos e livros eram relacionados com a idolatria, pecado-mor do novo mundo, e não tinham como permanecer: deveriam, ser destruídos, pois Landa, mais que Cortés, realiza na sua vida esse embate. Decidido a extirpar a idolatria que persistia, Landa, sendo provincial dos franciscanos, desencadeia em 1562 uma perseguição contra qualquer vestígio das antigas práticas, que leva inúmeros índios à prisão, à tortura e à fogueira, chegando até provocar a reação das autoridades e um longo processo que o leva

a sair de Iucatã. Ao mesmo tempo, devemos a Landa, através de sua relação, as primeiras referências ao calendário maia, com a lista dos meses e seus dias, com seus respectivos signos, que ele copiou dos textos que mandou queimar, num gesto revelador do que foi essa dupla atitude dos conquistadores no século XVI, em relação à cultura material americana.

A despeito das passagens de Landa e do próprio Cortés a respeito da cultura material de México e Iucatã, no imaginário que circulou na Europa do XVI sobre os índios, se consagrou a referência obrigatória ao trio: arco e a flecha ou lança; os enfeites de penas nas cabeças e nos membros e os colares sobre o peito, invariavelmente nu, como aparece nas inúmeras gravuras das oficinas Da família De Bry no final do XVI e início do XVII.¹⁶ Os eventos coletivos, como os combates e as festas, atraíram os gravadores de Francfortesobre-o-Meno. Dezenas de figuras nuas se reproduziam numa clonagem da barbárie, que não exigia muita imaginação do gravador.

As tecnologias americanas foram sendo reduzidas às armas e aos enfeites corporais. Imaginar o índio foi, pois, pensar em nudez, arcos, flechas e penas. Componentes esses de um ícone que já atravessa cinco séculos. A condição original da nudez, a guerra, sua barbárie e o uso de penas que ligava os indígenas ao exotismo e aves, foram as matrizes que se difundiram pela Europa do XVI dos povos da América. Com a redução ao ícone da barbárie, fortaleceu-se o processo de desqualificação, que havia começado com a seleção e continuado com a destruição acompanhada da substituição.

Foi, pois, difícil para os que escreveram sobre o Novo Mundo, ou tentaram representar a América, fugir de referências que colocavam as nações indígenas, e sua cultura, próximas da barbárie. Em parte, primeiro, porque o grande debate que se deu no final da primeira metade do século XVI, sobre a liberdade dos índios, que teve Frei Bartolomeu de Las Casas como um dos protagonistas principais, polarizou as opiniões a respeito da condição bárbara ou não dos habitantes da América. O próprio Las Casas, ao descrever os índios como seres “de inata sinceridade, simples, modestos, mansos, bondosos”,¹⁷ passa uma imagem que Hector Bruit qualifica de servil, “em sua intenção de convencer que os indígenas eram seres desarmados e anódinos, chegando ao extremo de pintá-los como imbecis”.¹⁸ Por sua parte, Gines de Sepúlveda, o mais conhecido adversário de Las Casas, acredita que os índios são “homúnculos nos quais mal encontrarás vestígios de humanidade, que não só não possuem doutrina alguma, mas também não usam letras, nem conheceram, não têm nenhum monumento de grandes feitos”.¹⁹

Também não se incentivou a construção de uma outra imagem, porque, para a coroa espanhola e para os funcionários coloniais, os missionários, os conquistadores e seus descendentes, era perigoso conservar referenciais do passado indígena, que, segundo eles, podiam estimular rebeliões e manter a idolatria. Assim, a obra de Frei Bernardino de

Sahagún, a ser comentada a seguir, teve seus originais recolhidos em 1577, por decisão de Felipe II em cédula real onde se instrui o vice-rei da Nova Espanha para “estar atento de não consentir que de modo algum pessoa nenhuma escreva coisas que se refiram a superstições e a maneira de viver que esses índios tinham”.²⁰ Produzir o esquecimento em relação às realizações do passado indígena era algo estratégico para a consolidação da conquista e do projeto colonial. Nas últimas duas décadas finais do XVI e nos anos seguintes, considerar a chegada dos europeus e do cristianismo como marco zero da história do continente passou a ser um traço cultural colonial, do qual poucos cronistas espanhóis escaparam.

Só os que chegaram a dominar as línguas nativas e que se interessaram por conhecer de forma sistemática a vida dos índios puderam chegar a ter uma visão da complexidade cultural e tecnológica deles. Um deles foi Frei Bernardino de Sahagún.

A inquirição dos indígenas e o olhar da suspeita

Sahagún tinha chegado à Nova Espanha, provavelmente, em 1529, numa das levas de franciscanos que nessa década chegaram a Nova Espanha, e participou junto com seus irmãos de ordem, na implantação da Igreja no México, que foi vista por alguns como a fundação de uma nova Igreja.²¹ Os franciscanos daquela época valorizaram o aprendizado das línguas indígenas, fazendo a catequese com instrumentos adaptados, como catecismos, doutrinas cristãs, orações, sermões e autos de história sagrada, escritos e impressos em náhuatl, a língua dos astecas, que também era ensinada em sua forma culta.²² Entre os instrumentos, estava também a formação de um clero indígena, a partir da educação religiosa de jovens provenientes da nobreza e aristocracia indígena do centro do México. Esse esforço franciscano conseguiu ser levado adiante durante alguns anos por uma geração de grandes missionários, entre os quais figuras como frei Toribio de Benevente, conhecido entre os índios como Motolinía, frei Jerônimo de Mendieta, que além de seu trabalho pastoral deixaram crônicas notáveis, e o próprio frei Bernardino de Sahagún. Também, mesmo esforço, conseguiu formar, no colégio de Santa Cruz de Tlatelolco (1533), um par de gerações de leigos letrados bilíngües e trilingües (escrevendo e falando em nahuatl, espanhol e latim), que formariam a primeira intelectualidade pós-colonial que se esforçou em afirmar sua identidade cultural.²³

Foi a esses jovens que Sahagún recorreu, para, junto a “principais e antigos” de “pueblos” como Tetepulco e Santiago de Tlatelolco, conhecer, no contato direto e profundo, a vida dos “naturais” antes da chegada dos espanhóis.²⁴ Sahagún pretendia, assim,

chegar a desvelar o que, na sua opinião, era o grande obstáculo para a afirmação do catolicismo no México: a profunda raiz (o amplo arraigo), na vida de seus habitantes, da idolatria. Isso porque, segundo Sahagún,

(...) para predicar contra estas cosas, y aún para saber si las hay, menester es de saber como las usaban en tiempo de su idolatria, que por falta de no saber esto en nuestra presencia hacen muchas cosas idolátricas sin que las entendamos; y dicen algunos, excusándolos, que son boberías o niñerías, por ignorar la raíz de donde salen que es mera idolatria.²⁵

Conhecendo os missionários as crenças e as práticas da idolatria no passado, quando reinava soberana, acreditava o franciscano que seria possível detectar sua presença e erradicá-las. Assim, instruiu os jovens para ir falar com “os antigos” e perguntar pelos seus deuses, suas festas, cerimônias e ritos anuais, o calendário, as oferendas, jejuns, disciplinas e sacrifícios de animais e seres humanos; também deveriam averiguar suas crenças, agouros e superstições; e se informar sobre os diversos tipos de pessoas, reis, sacerdotes, governantes, senhores, mordomos, mestres artesãos, comerciantes, nobres e lavradores e sua vida familiar em suas relações. Os estudantes de Santa Cruz de Tlatelolco foram os olhos indígenas de Sahagún. Seus olhares sobre um mundo ao qual pertenciam, mas que em muitos aspectos desaparecia na sua frente; investigavam para Sahagún e registravam em textos em nahuátl, o que era desprezado pelo olhar da colonização que se afirmava.²⁶ Desde 1550, durante vários períodos, sendo que alguns se estenderam por dois anos, os estudantes foram aos “pueblos” e entrevistavam os anciões e voltavam com cadernos e textos em nahuátl, que Sahagún foi organizando para produzir uma obra monumental em 12 livros, *A História General de la Nueva España*, que a contragosto dá por concluída em 1575, conforme afirma no seu prólogo.²⁷

É ali, entre páginas e páginas sobre a crença e culto de dezenas de divindades dos mexícas, que encontramos inúmeras referências à vida material, aos objetos e à tecnologia que se fazia presente no dia-a-dia dos habitantes do antigo México. Como a preocupação de Sahagún é “*con el bosque de la idolatria que no esta talado*”,²⁸ assim, suas referências e opiniões sobre a vida material aparecem sempre associadas ao conhecimento dos cerimoniais, abusos e superstições dos mexícas. As descrições da roupa vestida pelas imagens e representações dos deuses,²⁹ pelas vítimas dos sacrifícios³⁰ e pelos reis,³¹ sacerdotes e senhores,³² é pois abundante e detalhada. Por essas descrições, sabemos da importância que Sahagún dá à roupa. Também dos diversos significados hierárquicos e religiosos a elas atribuídos e dos mais variados tipos de adornos na sociedade mexíca, que, em muitos casos, remetiam a atributos ou papéis dos deuses e das pessoas. Conhecem-se assim, na

obra do franciscano, os adereços, coroas, borlas, brincos, pingentes, colares, cetros, báculos, mantas, saiotes e sandálias que os homens de maior destaque ou em ocasião de festa vestiam e calçavam.

O mesmo acontece com as roupas das deusas e suas representações. Falando assim, de uma festa aos deuses de Amantla, dizia que “*dos mujeres la que se llamaba Xiuhlati iba ataviada con un huipil azul y la otra que se llama Xilo, que era la menor, iba vestida con un huipil colorado teñido con grana; estas ambas tenían los huipiles sembrados de plumas ricas, de todo género de aves que crían plumas ricas*”.³³ Também descreve as roupas das mulheres de linhagem. Diz: “*usaban la señoras vestirse de huipiles labrados y tejidos de muy muchas maneras de labores . Usaban también la señoras de poner mudas en la cara con color colorado o amarillo, o prieto hecho de incienso quemado con tinta*”.³⁴

Fala, pois, dos diversos penteados: “*y los tocaban a la cabeza, y así lo usan hasta ahora, haciendo de ellos como cornezuelos sobre la frente*”.³⁵ Acrescentando que tingiam os cabelos, pintavam as unhas e tomavam banho com sabonete.

Na preocupação de Sahagún por decifrar um sistema, a roupa apontava para distinções de condição social e papéis, fazendo emergir uma sociedade que fazia sentido, ordenada pelo seu erro idolátrico. Nessas descrições de vestimentas, confere-se uma atenção especial às penas na confecção dos adereços e das roupas. Descrevendo os escudos dos reis diz: “*nada era vulgar: todo era una capa de plumas empastadas con engrudo; de plumas de loro amarillo, de plumas tornasoles; un revestimiento de plumas de azulejos, de colibri, de pechirrojo, pintados, decorados, teñidos de varios colores*”.³⁶

Escreve sobre Amantla e seus habitantes, que se dedicariam à arte plumária, onde filhos e filhas eram educados para arte

*(...) pero si era mujer, pedian para ella que aprendiera a bordar, que pudiera pintar, que matizara bien todo lo que se lê ponía delante: el variado color de los pelos de conejo o de las plumas. Que todo eso lo pintara, lo tiñera de rojo, de amarillo, de matices multicolores, de azul oscuro, de azul claro, de morado...*³⁷

Sahagún transmite com preciosismo o encantamento produzido pela mais alta arte plumária aos olhos dos estrangeiros. Produzindo aqui um raro instante de fascinação, que restituiu ao objeto sua originalidade e beleza, independentemente de associações idolátricas.

Com um destaque um pouco menor, mas com inúmeras menções, os tecidos, em particular os das mantas e dos *huipiles*, ocupam também Sahagún. Assim, ao falar do mercado de escravos em Azcapotzalco, diz que o preço de um deles estaria entre 30 e 40 mantas.³⁸ As mantas eram também o principal presente que os comerciantes davam aos convidados nos seus banquetes de sacrifícios.³⁹ A constante presença de mantas em cerimônias aponta

para outros significados, distintos do de vestuário ou representação de valor de troca, com o qual se podiam pagar tributos ou adquirir variados objetos e mesmo cativos. Elaboradas, talvez cumprindo certas prescrições, elas se tornavam sagradas depois de serem utilizadas em rituais onde a fumaça de incenso era lançada sobre elas.⁴⁰

Símbolos de distinção e condição social, as mantas revelam a Sahagún os favores, as alianças e homenagens que regiam as relações entre diversas camadas e comunidades do centro do México.

Por estarem associados diretamente com as mais diversas cerimônias, a música, o canto e a dança compunham, segundo Sahagún uma tríade que ele chamou de *areito*. Palavra de origem caribenha, *areito* designava o canto dos indígenas, invariavelmente acompanhado de dança. Descrita inúmeras vezes como “*um mismo meneo con el cuerpo y con los pies; diversísimos meneos y diversísimos tonos al cantar; pero todo muy agraciado y aum muy místico*”.⁴¹ Assim, os caracóis, tambores de couro e madeira, pandeiros presentes nesses *areitos* foram seguidamente enumerados.⁴² Falando da casa dos cantores diz: “*y tenían a la mano aparejados todos los atavíos del areito, atambor y atamboril, con sus instrumentos para tañer el tambor y una sonajas que se llaman ayacachtli y flautas con todos los maestros tañadores, cantores y bailadores*”.⁴³ Bem a seu estilo, os músicos dialogam os instrumentos e Sahagún descreve tambores e flautas.

De forma parecida à presença dos instrumentos musicais, os objetos de cerâmica aparecem associados ao cotidiano. Falando dos comerciantes e produtos que comercializavam diz que

*Tratan también en vasos preciosos, hechos de diversas maneras y pintados con diversas figuras, según que en diversas terras se usan, unos con tapaderos hechos de conchas de tortugas y cucharas de lo mismo para revolver el cacao; otros con tapaderos muy pintados de diversos colores y figuras hechas a manera de una hoja de arbol y otros palos preciosos para revolver el cacao.*⁴⁴

Mencionada de passagem em referências à vida cotidiana, a cerâmica ganha importância quando associada a rituais. Falando sobre as cerimônias feitas ao deus da chuva e da preparação do cativo que iria ser sacrificado na sua festa, diz que “*poníanle en la mano un vaso verde lleno de agua y con un ramo de salce rociaba a todos como quien echa agua bendita*”.⁴⁵ A cerâmica também está presente nas oferendas feitas com imagens propiciatórias, com figuras humanas ou mesmo do vulcão Popocatepetl e a imagem da Serra Nevada. “*Despues de hechas estas imágenes ofrecíanles papel de lo que ellos hacían, y era que*

*um pliego de papel le hechaban muchas gotas de goma que se llama ulli derretido; hecho esto colgaban al cuello de la imagen el papel, de manera que lê cubria desde los pechos abajo, y con el remate de abajo arpaban el papel”.*⁴⁶

Presentes nos cultos idolátricos e nas mais diversas cerimônias, as cerâmicas, para Sahagún, são símbolos a examinar e decifrar.

Outros recipientes também são mencionados nessas oferendas, sendo eles mesmos representações de objetos preciosos de difícil circulação, como o jade. Assim, diz que

(...) ofrecian asimismo a esta impagenes vino, u octli o pulcre, que es el vino de la tierra; y los vasos en que lo ofrecian eran de esta manera. Hay unas calabazas lisas, redondas, pecosas, entre verde y blanco o manchadas que las llaman tzilacayotli, que son tan grandes como un gran melon, a cada una de estar partianla por la mitad y sacabanle lo que tenia dentro y quedaba hecha como una taza y hechianla del vino dicho y ponianlas delante de aquella imagen o imágenes y decian que aquellos era vasos de piedras preciosas que llaman chalchihuitl (jade).⁴⁷

Petates, bancos de junco,⁴⁸ bandeiras de papel, mantas,⁴⁹ se faziam presentes ainda em oratórios e altares familiares, quase sempre acompanhados da queima do incenso dos índios, o copal.⁵⁰ Objetos do cotidiano que, em um uso cerimonial, apontavam para Sahagún a onipresença da idolatria.

Ainda, e sem esquecer os diversos tipos de armas e instrumentos de cozinha, traz o franciscano uma menção que “*Los de México, o los de esta Nueva España, en su infedilidad solian contar los años por cierta rueda con cuatro señales o figuras, conforme a las cuatro partes del mundo.*”⁵¹ Também se refere à tinta⁵² e ao papel,⁵³ presentes nos *tonalámatl* ou livros de adivinhação.⁵⁴

Uma variedade de objetos desfila, nas páginas de sua *História da Nova Espanha*. Eles se multiplicam a cada descrição de uma ou outra atividade ou festa, cerimônia, função ou arte. No seu uso, eles apontam para os mais diversos significados, incluídos os idolátricos.

Todos esses objetos remetiam às pessoas que os confeccionavam. No caso das roupas e tecidos, associados às tecelãs e costureiras, o franciscano delas se ocupa quando trata das ocupações das mulheres, pois, “*las señoras usan tener muy muchas maneras de alhajas e instrumentos para seus oficios de hilar y urdir y tejer y labrar y cardar algodones y tener otras cosas necesarias, tocantes a los ejercicios de sus labores.*”⁵⁵ Em outra, parte diz que “*la tejedora de labores tiene por oficio tejer mantas labradas, o galanas y pintadas (...) sabe matizar los colores y ordenar las bandas en las mantas, al fin hacerlas labradas y galanas de divers colores.*”⁵⁶

Para as outras artes e ofícios, como os que lavram ouro e prata,⁵⁷ os que “*labrabam chalchihuites y entalladores*”,⁵⁸ os oficiais de pluma, os ferreiros e fabricantes de panelas,

Sahagún julgou que seria suficiente deixar sua descrição para o texto em nahuátl, em grande parte de autoria dos estudantes. O que revela, de alguma forma, sua visão do destino de assimilação das técnicas indígenas na sociedade colonial que se afirmava. “*De la manera de labrar de los plateros, no importa mucho ni para la fe ni para las virtudes, porque es práctica meramente geométrica*”.⁵⁹ O mesmo diz da técnica dos que lavram a pedra, que “*no se pone en romance, porque como es cosa muy usada y siempre se usa en los pueblos principales de esta Nueva España*”, concluindo que “*asi el que quiera saber se informe con los propios oficiales*”.⁶⁰ Repetindo isto para os ofícios em plumas, “*y también ahora los usan donde quiera que estan, por eso no se declara en la lengua española, quien quisiere verlos y saber sus nombres, de los mismos oficiales lo podra saber y verlos con sus ojos ...*”⁶¹

Devemos a Angel Garibay, o resgate no texto nahuátl de preciosidades como a descrição detalhada das técnicas para a produção de objetos em ouro desde o molde em carvão, a aplicação da cera e depois do ouro líquido fervendo, informação que consome quatro páginas do texto.⁶² Também na parte dos joalheiros diz que “*Los artífices lapidários cortan el cristal, blanco o rojo y el jade y la esmeralda com arena de sílice y com um metal duro. Y los pulen com pedernal y los perforan y horadan com um punzon de metal*”.⁶³ Ainda na arte plumária, já mencionada chama atenção para a descrição dos instrumentos “*la paletilla de metal, cuchillo de metal, com que se cortaba la pluma, y la plegadera de hueso com que se pega y el pincel y la cazoletas de pintura com que pintan y delinear un modelo y el cortador de palo*”.⁶⁴

Uma sociedade complexa emerge do texto de Sahagún. De acordo com seu proceder, de apresentar o que se opunha à fé cristã e condená-lo, mas também apontar para a presença de elementos de moral, educação e polícia entre os índios, e revelar o “quilate da gente mexicana”, o franciscano apresentou que aqueles objetos estavam no cotidiano e que sua produção era dominada por tantos e pública, que acreditou não ser necessário descrevê-la.

As técnicas pré-hispânicas e os instrumentos permaneciam, pois, mimetizados na nova sociedade, tão evidentes em toda parte que não deveriam ser destacados, negando-lhes sua memória. Ao mesmo tempo, a habilidade dos artesãos indígenas anunciava a possibilidade de seu aprendizado na produção de outros objetos. Já Bernal Dias del Castillo tinha observado que

(...) todos os índios naturais destas terras aprenderam muito bem todos os ofícios que há em Castela, entre nós, e têm suas oficinas e operários, e ganham de comer com isso, e ourives de ouro e de prata, tanto malhado como fundido, são extremamente peritos, e também os joalheiros e pintores, os entalhadores fazem obras-primas com suas delicadas sovelas de ferro... Além disto, a maioria dos filhos dos chefes principais costumavam ser gramáticos, e aprendiam

muito bem, mas no santo sínodo que o reverendíssimo arcebispo de México mandou fazer mandaram acabar com isso; muitos filhos de principais sabem ler, escrever e compor livros de cantochão... Há oficiais em tecer seda, cetim, tafetá, e fazer panos de lã, frisas e burel, e mantas e cobertores felpudos, e há cardadores e tecelões, segundo da maneira que se faz em Segóvia e em Cuenca.⁶⁵

Finalmente, mesmo destacando, Sahagún não seleciona como outros cronistas. Tudo merece sua atenção. Para ele a sociedade mexíca representa um desafio a sua capacidade de entender e explicar o que à primeira vista parece incompreensível. Ele faz emergir um universo cultural que pode encontrar correspondências no Ocidente. Assim, Sahagún não despreza, não desqualifica o que não esteja relacionado à idolatria. Mas desconfia. Uma manta, um tambor, um copo, um petate, numa cerimônia ou num lugar particular deveria gerar suspeita. A idolatria não descansa, e há segredos e mistérios que devem ser desvelados, para que os erros ocultos possam ser erradicados.

Concluindo, parti de Colombo no Caribe e cheguei até Sahagún na Nova Espanha, para recuperar seu detido exame da cultura material dos mexícas e inventariar os numerosos objetos mencionados na sua obra. Desde o início, os europeus, olhando para o Novo Mundo, selecionaram, como Colombo, o que referia a valores conhecidos como o ouro ou desqualificaram os comportamentos ou objetos que remetiam à idolatria. Nos mais de oitenta anos entre o almirante e um dos maiores cronistas das Índias, no antigo território asteca, milhões de homens e mulheres, adultos e crianças, desaparecerão ceifados pelas epidemias ou vítimas da violência da conquista. Também, dezenas de antigos sacerdotes e especialistas religiosos mexícas foram perseguidos. Ao mesmo tempo, milhares de objetos e construções foram destruídos, muitas vezes consumidos no mesmo furor com que se perseguiram os depositários daqueles saberes expostos na obra de Sahagún. A produção de muitos desses objetos foi proibida e seu uso clandestino reprimido por diversas visitas religiosas.

No furacão de fúria cristã que varria o novo mundo, visto como império do diabo, uma nova cultura material foi sobreposta a outras. Como no Iucatã de Diego de Landa, onde se construirão mosteiros com as mesmas pedras dos templos maias, os artesãos e artistas indígenas aprenderam, muitas vezes nas oficinas dos frades, a ser pintores e joalheiros à maneira da Espanha, como o tinha percebido Bernal Dias del Castillo. Seguindo caminhos parecidos aos “gramáticos de Sahagún”, que de membros da elite mexíca viraram escritores em latim e espanhol. Mantendo nas suas produções utilitárias, estéticas ou literárias, no segredo de suas formas, o conteúdo das tradições de seus antigos.

Assim, houve na conquista, a respeito da cultura material, seleção, desqualificação, destruição, substituição e foi provocado um suposto abandono. Também todas essas operações foram marcando, por parte da cultura colonial que surgia, distâncias, desconfianças, desprezo, esquecimento, silêncio.

Ainda mesmo os que se esforçaram por conhecer a fundo algumas das culturas em interdito, como foi o caso de Frei Bernardino de Sahagún, olharam-nas com suspeita. Muitos dos objetos que o franciscano nos descreveu apareciam num contexto de idolatria, como os instrumentos que tocavam nos seus *areitos*. Identificada a idolatria com o diabo pelos missionários, o tratamento dado a seus sinais não deveria ser outro senão a destruição e sua proibição. Eles eram perigosos, assim como para o rei Felipe II era perigosa a memória sobre o passado indígena.

Recebido em junho/2005; aprovado em agosto/2005

Notas

* Versão parcial da conferência “Olhares e reações sobre a América Pré-colombiana na América Pós-colombiana”, pronunciada no ciclo de debates Idéias, no marco da exposição de Arte pré-colombiana, Por ti América, organizada pelo centro Cultural Banco do Brasil, no Rio de Janeiro, em outubro de 2005. Agradeço à curadora da exposição, Dra. Márcia Arcuri, o convite para o debate, e ao Dr. Eduardo Natalino dos Santos, os comentários ao texto.

** Professor do Departamento de História e do Programa de Ciências da Religião da PUC-SP.

¹ COLOMBO, “Diário”. In: SUESS, P. *A conquista espiritual da América espanhola*. Petrópolis, Vozes, 1992, p. 99.

² Esse complexo processo de desqualificação da América e de seus habitantes, por parte do Ocidente, foi recuperado desde os Diários de Colombo até a obra de Gonzalo Fernández de Oiviedo, em obra notável e pioneira. A respeito, ver GERBI, A. *La naturaleza de las Indias Nuevas*. México, Fondo de Cultura Económica, 1992.

³ PANÉ, R. “A Relação”. In: SUESS, op. cit., p. 99 .

⁴ CORTES, H. *Cartas de relación*. Madrid, Historia 16, 1985, p. 132.

⁵ Ibid., p. 133.

⁶ Ibid., p. 137.

⁷ TODOROV, T. *A conquista da América*. São Paulo, Martins Fontes, p. 125.

⁸ DÍAZ DEL CASTILLO, B.. “História verdadeira”. In: SUESS, op. cit., p. 118.

⁹ LANDA, D. *Relación de las Cosas de Yucatan*. México, Porrúa, 1982, p. 106.

¹⁰ Ibid., p. 107.

¹¹ Ibid..

¹² Ibid., p. 108.

¹³ Ibid., p. 109.

¹⁴ Ibid., p.112.

¹⁵ Ibid., p. 105. Sobre os episódios protagonizados por Landa. na sua perseguição às idolatrias, ver a introdução de Angel M Graribay, p. IX.

¹⁶ Theodor de Bry foi um gravador belga que, a partir de 1590, começou a editar uma coleção de gravuras sobre as grandes viagens, onde se destacavam gravuras sobre América. Seus descendentes seguiram a tradição do fundador até a segunda metade de século XVII. As gravuras aqui referidas foram consultadas de ANDRA, H. e FALCÃO, E. de C. *América Pretérita Eventa*. São Paulo, USP, 1966.

¹⁷ LAS CASAS, B. “Réplica final de las Casas contra Sepúlveda”. In: SUESS, op. cit., p.543.

¹⁸ BRUIT, H. *Bartolomé de las Casas e a simulação dos vencidos*. São Paulo/Campinas, Iluminuras/ Editora da Unicamp, 1995, p. 144.

¹⁹ SEPÚLVEDA, G. de, “As justas causas da guerra contra os índios..”. In: SUESS, op. cit., p. 532.

²⁰ “Real Cédula a Martín Enríquez, vice-rei da Nova Espanha”. In: SUESS, op. cit., p, 765. A respeito, ver também SANTOS, E. N. dos. *Deuses do México Indígena*. São Paulo, Palas Athena, 2002, p.131.

²¹ Desde o final do século XIX, em particular nas últimas décadas do XX, a obra de Frei Bernardino tem inspirado rigorosos estudos, aqui, para referir a sua vida e obra, trabalho com um artigo que faz referência a alguns deles: BERNAL, I. “La obra de Sahagún, outra carta inédita de Francisco del paso y Troncoso”. In: HERNÁNDEZ DE LEÓN-PORTILLA, A. *Bernardino de Sahagún diez estudios acerca de su obra*. México, FC E, 1990, p. 59.

²² Entre 1524 e 1572, dos 109 títulos impressos na Nova Espanha, 66 o foram em nahuátl, fazendo dessa língua, por um tempo, um meio literário, ao qual aderiu com competência a elite indígena; a respeito ver BRADING, D. *Orbe indiano*, México, FCE, 1991, p. 136.

²³ Ibid., p. 138.

²⁴ No prólogo do livro II, deu crédito Sahagún aos quatro “latinos” que tinha sido seus estudantes de gramática e que ajudaram no seu trabalho: Antonio Valeriano de Azcopotzalco, Alfonso Vegerano de Cuauhtitlan, Martín Jacovita de Tlatelolco, Pedro de San Buenaventura de Cuauhtitlan, “*todos expertos en tres lenguas latina, española e indiana*”, SAHAGÚN, B. Fr. *Historia General de las Cosas en Nueva Espana*. México, Porrúa, 1989, p. 74. Sobre as edições da obra de Sahagún e a edição aqui utilizada, ver SANTOS, E. N. dos, op. cit., p. 134. Sobre os gramáticos, ver o mesmo autor, p. 120.

²⁵ SAHAGÚN, op. cit., p. 17.

²⁶ As informações básicas da obra de Sahagún foram feitas em nahuátl, pelos estudantes, transcritas por escrivães também indígenas e revisadas pelo frei durante anos. Uma versão desses textos dos “colegiales” permaneceu em uma recopilação posterior, a duas colunas, uma em nahuátl e outra em espanhol, que ficou conhecida como o Códice de Florência. A obra definitiva seria uma tradução do nahuátl ao espanhol, que o frade teria começado em 1565, o que tem feito que seus auxiliares possam ser vistos como autores e não simples ajudantes, a respeito ver BRADING, op. cit. p. 140.

²⁷ Sobre os transtornos políticos e religiosos, incluída a censura, que cercaram a realização e posterior situação da obra de Sahagún, ver SANTOS, op. cit., p. 128

²⁸ SAHAGÚN, op. cit., p. 43. Para uma interpretação da visão providencialista e teleológica de Sahagún, ver SANTOS, op. cit., p. 137.

²⁹ SAHAGÚN, op. cit., p. 32.

³⁰ Ibid., p. 511.

³¹ Ibid., p. 473.

³² Ibid., p. 461.

³³ Ibid., p. 518.

³⁴ Ibid., p. 468.

³⁵ Ibid., p. 469.

³⁶ Ibid., p. 529.

³⁷ Ibid., p. 528.

³⁸ Ibid., p. 507.

³⁹ Ibid.

⁴⁰ Ibid., p. 165.

⁴¹ Ibid., p. 43.

⁴² Ibid., p. 39.

⁴³ Ibid., p. 468.

⁴⁴ Ibid., p. 46.

⁴⁵ Ibid., p. 48.

⁴⁶ Ibid., p. 49.

⁴⁷ Ibid., p. 50.

⁴⁸ Ibid., p. 58.

⁴⁹ Ibid., p. 242.

⁵⁰ Ibid., p. 164.

⁵¹ Ibid., p. 437.

⁵² Ibid., p. 699.

⁵³ Ibid., p. 49.

⁵⁴ Ibid., p. 36.

⁵⁵ Ibid., p. 469.

⁵⁶ Ibid., p. 561.

⁵⁷ Ibid., p. 515.

⁵⁸ Ibid., p. 468.

⁵⁹ Ibid., p. 516.

⁶⁰ Ibid., p. 519.

⁶¹ Ibid.

⁶² Ibid., pp. 521-524.

⁶³ Ibid., p. 525.

⁶⁴ Ibid., p. 529.

⁶⁵ DÍAZ DEL CASTILLO, B. "História verdadeira". In: SUESS, op. cit., p. 421.

A PARTICIPAÇÃO DOS INDÍGENAS NA CONSTRUÇÃO DO ESTADO ARGENTINO (1810-1852)

Heloisa Jochims Reichel*

Resumo

O artigo contesta as representações que têm sido apresentadas acerca da sociedade latino-americana da primeira metade do século XIX, mais especificamente aquelas que induzem a pensar que houve uma quase total ausência dos grupos indígenas no processo de construção dos respectivos Estados após a independência. Perseguindo o objetivo a que se propõe, identifica e analisa as políticas adotadas pelos governos da Província de Buenos Aires ao longo da primeira metade do século XIX, no que diz respeito à população nativa e ao território que ela ocupava. Ao mesmo tempo, contempla a reação dos indígenas a essas medidas. Conclui, reiterando a participação desses – através de alianças ou de resistência – no redirecionamento da importância política e econômica da província de Buenos Aires, ocorrido no período proto-independente, principalmente a dos grupos denominados *índios amigos* e *índios aliados*.

Palavras-chave

Província de Buenos Aires; século XIX; participação e resistência indígena.

Abstract

The article contests the representations that had been proposed concerning the Latin American society of the first half of the XIXth century, more specifically those that induce to think that there has been almost none participation of the native indigenous groups in the process of construction of the independent states. Pursuing this objective, it identifies and analyzes the policies adopted by the Provincia de Buenos Aires governments, throughout the first half of the XIXth century regarding the native populations and the territory by them occupied. At the same time, it contemplates the indigenous reactions to such measures. It concludes, reiterating the native groups participation -- through alliances or resistance -- in the growth of political and economic importance of Provincia de Buenos Aires, after independence movement, mainly that of the groups so-called "índios amigos" and "índios aliados" (indigenous friends and allied indigenous).

Key-words

Province of Buenos Aires; XIXth Century; indigenous participation and resistance.

A historiografia recente vem contribuindo para rever análises e representações construídas acerca da sociedade latino-americana nos anos que se seguiram aos movimentos de independência. Tanto a corrente historiográfica de inspiração positivista quanto a de orientação marxista se aproximam, quando nos apresentam um ambiente social pouco complexo no que diz respeito à composição e, principalmente, à atuação de alguns grupos sociais no período em que os Estados independentes se formaram.

Neste artigo, pretendemos relativizar as representações¹ que nos foram apresentadas acerca da sociedade latino-americana da primeira metade do século XIX, mais especificamente aquelas que nos induzem a pensar que houve uma quase total ausência de participação dos grupos subalternos, especialmente da população indígena, no processo de construção dos Estados independentes.

Os historiadores tradicionais, tanto os da corrente liberal quanto os da revisionista, influenciados pelo romantismo e/ou pelo positivismo do século XIX, narraram uma história que privilegiou o feito de heróis e que delegou, a certos personagens da elite crioula, o papel de mitos fundadores das nacionalidades. Destacaram o individualismo e o livre-arbítrio dos dirigentes, principalmente daqueles que se inspiraram no pensamento ilustrado, para explicar os projetos políticos levados a cabo pelos governos que buscavam implantar os Estados em formação. Àqueles estudiosos, não interessou perguntar como um caudilho, ou mesmo um líder local, envolvido nas inúmeras batalhas que ocorriam na época, conseguia arregimentar, tão fácil e rapidamente, tantos homens simples e sem maiores ambições para lutar e colocar suas vidas em risco. Ou quais motivos e esperanças levaram as pessoas do povo a apoiar e a participar de conflitos cujas razões, na maioria das vezes, não conheciam ou nem sabiam quem eram os inimigos. Nessa ótica, os grupos dominantes consideravam as camadas populares como incapacitadas à participação política.

A corrente historiográfica que se inspirou no materialismo histórico e que teve larga aceitação na América Latina, por quase toda a segunda metade do século passado, também simplificou a dinâmica sociopolítica relativa ao período que se segue aos movimentos de independência. Numa avaliação da representação construída por historiadores dessa orientação teórica, Bárbara Weinstein escreveu:

Só para resumir rapidamente, essa linha de crítica geralmente viu a independência como um projeto das elites que excluiu as classes populares, e fechou os pequenos espaços de atuação política que existiram na época colonial. Por isso, os índios ficaram inteiramente fora da nação, ou incorporados somente como não-índios.²

No caso da Argentina, a invisibilidade dos nativos no período pós-independência é ainda mais enfática em todas as correntes historiográficas. Uma das razões que contribuiu

para a propagação dessa imagem consiste na pequena população indígena que habitava o território do Vice-Reinado do Rio da Prata nos anos que antecederam a emancipação política. Outra se refere à presença, desde os inícios da colonização, de uma linha de fronteira que dividia os territórios ocupados pelos colonizadores brancos dos que eram habitados por nações e tribos indígenas que mantinham suas organizações sociais, políticas e culturais autônomas e respeitadas pelas duas Coroas. Essa fronteira vigorou até 1869, abstraindo, do controle do Estado nacional, boa parte do atual território da Argentina.

Os historiadores, ainda, relacionaram o incremento da exploração do gado ocorrido na fase proto-independente com a ocupação de terras ainda inexploradas, as quais denominaram *deserto* ou *vazias*. Essa interpretação induz à formulação de uma idéia de que o processo de ocupação das mesmas ocorreu sem conflito.

Nesse sentido, os da corrente liberal, ao criticarem os rumos que a emancipação assumiu durante o governo de Rosas, foram os primeiros a destacar a pequena população presente nas áreas dedicadas à pecuária e a continuidade do modelo colonial de sociedade e de economia após a independência. Porém, não apenas esses, considerados tradicionais, apresentaram essa versão simplificada da sociedade da primeira metade do século XIX. Mesmo os que se fundamentaram no materialismo histórico, descreveram o espaço platino como *vazio* de população e as terras como *novas* do ponto de vista da exploração econômica. Sarmiento, com a obra *Facundo ou Civilización y barbárie en las pampas argentinas* (1848), inspirou os liberais, enquanto que Ciro Flamarion Cardoso, autor de *História econômica da América Latina* (1983), serve de exemplo de historiador de tendência marxista que corrobora a tese das terras vazias.

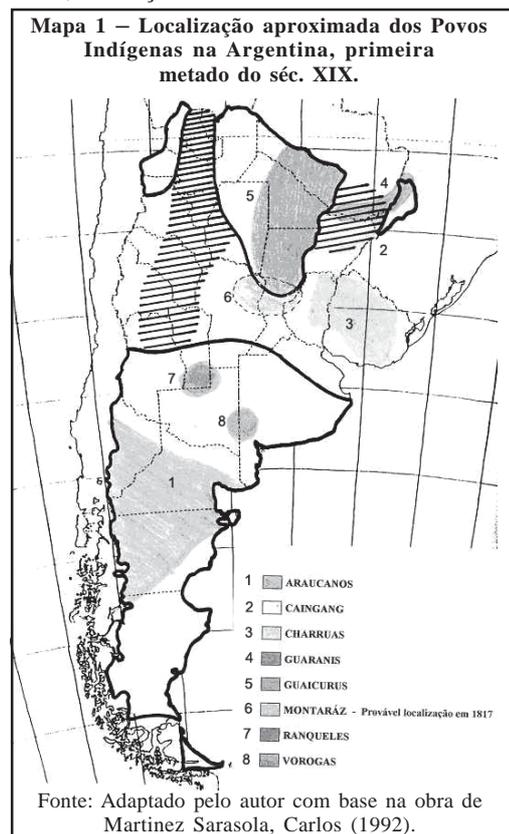
Seguindo o objetivo proposto para este artigo, analisaremos as políticas adotadas pelos governos da Província de Buenos Aires ao longo da primeira metade do século XIX, no que diz respeito à população indígena e ao território que ela ocupava. Com isso, pretendemos demonstrar que as terras não estavam *vazias* de população como o termo induz a pensar e que o processo de exploração das mesmas, seja pelos governos, seja pelas sociedades nacionais que se organizavam, foi realizado em meio a conflitos e acordos entre brancos e grupos indígenas.

Cabe esclarecer o porquê de focalizar exclusivamente a Província de Buenos Aires. Dois são os motivos. O primeiro relaciona-se com a impossibilidade de analisar a Argentina como uma totalidade no período delimitado, pois, após 1820, a nação organizou-se político-administrativamente como uma república federalizada e, conseqüentemente, até 1852, quando da queda de Juan Manuel de Rosas, Buenos Aires foi autônoma em relação às demais províncias. O outro diz respeito ao papel decisivo que a fronteira com os índios desempenhou na história da Província. Cabe lembrar que, relativamente à possibilidade de ampliar

sua zona rural, Buenos Aires gozava de uma posição privilegiada, se comparada às demais províncias que se dedicavam à criação de gado. Enquanto que Santa Fé, Entre Rios e Corrientes tinham seus territórios delimitados e com poucas chances de expansão para o interior, Buenos Aires soube reverter, a um dado positivo, aquilo que, aparentemente, poderia ser considerado como um problema, ou seja, a sua localização fronteiriça ao território indígena. Como veremos a seguir, a possibilidade de ocupação desse espaço, aliada a uma ação racional e agressiva por parte dos portenhos, tornou-se o elemento básico para a expansão econômica da província e sua posterior hegemonia sobre as demais.

A expansão da fronteira e a expulsão dos indígenas de seu território

Nos anos que antecederam o movimento de independência, no Vice-Reinado do Rio da Prata, as relações entre brancos e índios atravessavam um período de relativa tranqüilidade



e podiam ser consideradas, de certa forma, amistosas. À época, o comércio inter-étnico, que vinha crescendo desde o século XVIII, já constituía uma extensa rede de circulação mercantil, integrando distintos grupos e regiões do território indígena e este, com as áreas controladas pelos europeus e crioulos. Os grupos e nações indígenas, que ocupavam ainda uma grande parcela do território argentino atual e especialmente da província de Buenos Aires (ver Mapa 1), dependiam cada vez mais de produtos agrícolas, armas e têxteis de algodão, comercializados pelos brancos. Por sua parte, abasteciam as estâncias que se formavam junto à linha da fronteira de cabeças de gado, bem como forneciam couros e artefatos de lã e madeira aos comerciantes.

Essas relações de amizade e intercâmbio geraram seus frutos no momento da formação da nação independente.

Em 22 de dezembro de 1806, por exemplo, o Cabildo de Buenos Aires recebeu uma delegação de dez caciques pampas que vinha oferecer os serviços de um exército de 20 mil guerreiros, na eventualidade de ocorrer uma nova invasão dos ingleses à cidade. Outras ofertas semelhantes a esta se sucederam até o momento da independência e sempre foram bem vistas pelo Cabildo, que se encontrava motivado a manter boas relações com os nativos. Essas se faziam necessárias porque muitos dos membros ou dos representados naquele órgão vinham realizando um avanço gradual e lento na linha da fronteira, invadindo, assim, progressivamente o território indígena.

Quando da emancipação, alguns dos primeiros atos do governo, inspirados nos princípios liberais que defendiam a supremacia do indivíduo e a liberdade e igualdade entre os homens, trataram de reafirmar esse tipo de convívio. Sendo assim, em 8 de junho de 1810, a Junta de Governo integrou as unidades de milícias indígenas aos batalhões de soldados brancos, estabelecendo a igualdade entre as duas etnias. Em setembro de 1811, o tributo pago pelos indígenas foi suprimido e, em março de 1813, a Assembléia Constituinte decidiu pela reafirmação dessa abolição e pela igualdade dos índios com os outros habitantes nos demais assuntos. Essa medida provocou a extinção da mita e de todas as formas de “serviços pessoais” prestados pelos índios.

É necessário destacar, porém, que a adoção de uma política orientada pelo individualismo liberal, na qual os povos indígenas deixavam de estar submetidos a uma legislação específica, vinha ao encontro do anseio dos pecuaristas, que era a liberação de terras para a expansão pecuária. Esse avanço da linha de fronteira, porém, gerava conflitos e resistência por parte de algumas tribos, fazendo com que se desenhasse, no cenário das relações interétnicas da época, aquilo que, mais tarde, foi identificado e capitalizado por Rosas em seu governo: a existência de tribos amigas e tribos inimigas ao Estado que se formava.

As relações amistosas desenvolvidas durante a conjuntura emancipacionista tenderam a se deteriorar irremediavelmente a partir de 1820, especialmente aquelas que se realizavam na fronteira sul de Buenos Aires. Como a federalização das províncias argentinas aumentara a necessidade de a cidade-porto expandir sua produção pecuária a fim de continuar desempenhando sua vocação comercial, o governo de Martin Rodrigues (1820-1824) assistiu ao acirramento das relações entre brancos e índios. A fundação do forte Independência (em Tandil), com a conseqüente expulsão das tribos que habitavam a região serrana em abril de 1823, foi o acontecimento que desencadeou essa situação. Em outras palavras, provocou o rompimento do tratado de Miraflores,³ que o governador assinara com os caciques radicados próximo à fronteira, em 1820.

Esses conflitos, que passaram a sobrepujar as relações pacíficas, já vinham se fazendo sentir desde o século anterior, quando a diminuição dos rebanhos de gado *cimarron* e o

aumento da demanda de couro e de carne salgada levavam índios e brancos a disputar as terras da campanha ao sul da província. Acompanhando a movimentação dos pecuaristas, o governo colonial instalara fortes, deslocara milícias, formando corpos regulares (*blendengues*) junto à linha de fronteira que, por sua vez, ganhava grande mobilidade. Os índios, por outro lado, respondiam com *malones*, isto é, invasões rápidas às estâncias, acompanhadas de roubo de mulheres, de artefatos de metal, de trigo, de aguardente, etc.

A intensidade dos conflitos era contornada, todavia, com uma política de relações pacíficas que se constituía, além das medidas de governo já mencionadas, da distribuição de presentes aos índios e, principalmente, da prestação de homenagens e reconhecimento de autoridade aos caciques que se mostravam mais amistosos.

Ante a necessidade crescente de ampliar a sua zona de campanha, o governo de Buenos Aires fundou Dolores, em 1817. Começava, assim, o alargamento da área colonizada ao sul de Buenos Aires, o qual prosseguiu intensamente na década seguinte e se consolidou com a expedição ao deserto de Juan Manuel de Rosas, em 1833.⁴

Até 1820, era muito grande a extensão das terras públicas e havia grandes vazios na zona da fronteira. Com isso, era difícil a delimitação do território sul da província e os indígenas freqüentavam com facilidade a área fronteira, provocando instabilidade e insegurança aos pecuaristas.

Ainda durante o governo nacional,⁵ o Congresso autorizou a distribuição de campos aos militares que haviam participado das guerras de independência ou a novos povoadores que os quisessem colonizar. Segundo as regras prescritas pelo Congresso, na época, a doação de terrenos baldios deveria ser feita sob o compromisso dos novos proprietários de medi-los e povoá-los até quatro meses após o seu recebimento. Com isso, evitava-se as investidas periódicas dos indígenas às terras da província.⁶

Essa medida incentivou a colonização de terras por gente simples, sem capital, pois previa um auxílio governamental aos novos proprietários em termos de recursos e de milícias para os proteger das investidas dos índios e isenção de impostos. Entretanto, ao mesmo tempo em que a instalação de pequenas propriedades nas distantes e perigosas fronteiras era favorecida, outras, de maior porte, também surgiam no coração da campanha, envolvendo maiores recursos, capitais e, portanto, possibilitando uma produção mais significativa.

Um exemplo dessas novas propriedades que se formavam podemos subtrair dos relatos de Alfredo Montoya (1956) sobre a aplicação que a sociedade Dorrego, Rosas e Terreno fez dos lucros obtidos durante os primeiros 20 meses de atividade do saladeiro de carnes que possuía em Quilmes. Segundo o autor, a sociedade adquiriu, em julho de 1817, duas estâncias de três léguas de frente por três de fundos, situadas na costa do Salado, na

jurisdição de Guardia Del Monte, pagando \$16.000, sendo que uma das estâncias foi transferida com quatro escravos, currais, ranchos e todos os animais, que consistiam em 3.600 vacuns de distintas idades, 200 mulas, 150 cavalos e 100 potros e éguas.

Retornando à conjuntura de hostilidades que se instalara após a expansão da fronteira até Tandil, em 1823, e à premente necessidade de defender as propriedades que se instalavam aquém e além fronteira, temos que o governo da província, ao estabelecer uma nova linha divisória, situada mais ao sul, designou como comandante da expedição militar que realizaria a demarcação o então coronel don Juan Manuel de Rosas.

Para a demarcação dessa nova linha, foram enviados 60 peões e 3 carretas carregadas de utensílios e víveres de Buenos Aires. Como força militar, dois esquadrões de soldados de cavalaria, 1 comandante, 1 sargento maior, 1 sargento maior agregado, 4 capitães, 1 ajudante, 4 tenentes, 1 subtenente e 248 praças, mais 4 carretas de víveres, 140 novilhos e 800 cavalos e mulas para transporte e alimentação deles. Demonstrando haver combinação dos interesses públicos com os privados, e que não era interessante separá-los, juntamente com o coronel Rosas, foram funcionários pessoais, no total de 85 pessoas, que levavam gado, carretas de alimentos, cavalos e peões de sua propriedade. Por outro lado, como o objetivo era ocupar oficialmente as terras que eram disputadas por pecuaristas e índios, a comissão foi acompanhada por um engenheiro do Departamento Topográfico,⁷ um secretário do mesmo departamento e mais uma equipe que levava todo o material necessário para fazer o levantamento e a medição dos terrenos da região.⁸

Segundo relato do próprio Rosas, a expedição saiu das terras dos Anchorena, situadas próximo aos Montes Grandes, as quais serviram como base e ponto de partida para a formação da nova linha. Em alguns dias, alcançaram Vacalongo e, em seguida, Talitas e Durazno, lá se reunindo toda a comitiva. Após dez dias de viagem, alcançaram o Mar Chiquita e as antigas possessões jesuíticas, sempre tendo a Sierra del Vulcán como ponto de referência. Próximo à Lagoa dos Padres, foi constatado que deveria ser construído um forte.

Durante os dias de Ano Novo, permaneceram no Forte Independência, onde o coronel Rosas recebeu as respostas às correspondências que enviara aos índios pampas e tehuelches sobre as negociações de paz.⁹ Após dialogar com os caciques sobre seus interesses, conversando em língua pampa, que Rosas aprendera em seus muitos contatos com os autóctones, obteve um acordo que estabelecia a paz entre as partes. Utilizando-se do conhecimento que tinha do idioma, o que impossibilitava aos índios esconder qualquer plano contrário, e da promessa de envio de alguns produtos, Rosas passou a contar com a cooperação de algumas tribos pampas e tehuelches. Depois de mais de quinze dias de viagem, retornaram a Buenos Aires com a nova linha de fronteira demarcada e com o aproveitamento dos fortes e fortalezas já existentes.

Rosas tomara para si a responsabilidade de apaziguar os índios por possuir propriedades nas áreas fronteiriças. Essas haviam aumentado pouco a pouco, através da amizade que fez com os índios pampeanos. Mas, principalmente, seu interesse se devia ao fato de saber que, caso fosse bem-sucedido nessas novas negociações, teria como recompensa o reconhecimento de toda a população da província, podendo, assim, ascender ao poder que almejava. Isso explica o empenho com que negociava com os índios, cumprindo suas promessas para com os dois lados e proporcionando um aumento do território e do comércio para os buenaienses e os índios, respectivamente.

Após essa bem-sucedida expedição militar, que conquistou terras ao sul, o governo de Buenos Aires iniciou um processo de povoamento e organização da Nova Fronteira, sendo que, em 1825, fundou vários fortes militares desde Santa Fé até o Atlântico. Esses tinham por finalidade assegurar uma paz relativa entre os pecuaristas que se instalavam na região e os grupos indígenas que dali eram expulsos.

Entretanto, a política de Rivadavia, que buscava recuperar para as Províncias Unidas o território da antiga Banda Oriental, fez com que Buenos Aires entrasse em guerra contra o Brasil em 1826. A partir desse conflito, o aparato militar da fronteira foi desmobilizado e o governo se descuidou da segurança rural. Sentindo-se, então, ameaçados na preservação dos seus bens econômicos, os pecuaristas passaram a não apoiar o projeto político de Rivadavia, inclusive o de elaborar e fazer vigorar uma nova Constituição unitária para as províncias. A falta de segurança na zona da fronteira ao sul do rio Salado e o recrudescimento das invasões das tribos indígenas fez, inclusive, com que Rosas se posicionasse contra o governo central e, na segunda metade do ano de 1826, se filiasse ao partido federal. Sobre a insegurança que passou a ameaçar a vida nas terras da fronteira, ele afirmou:

Entraram os índios pelo sul, dispersaram nossas poucas forças, fizeram uma terrível mortandade de homens por todo o campo que pisaram e levaram quantos cativos e gados que quiseram levar. Ofereci-me ao governo, para sair ao seu alcance com gente armada e batê-los (...), porém, minha oferta não foi considerada.¹⁰

A retirada de apoio dos pecuaristas e a crise financeira gerada pela continuidade da guerra contra o Brasil provocaram a demissão de Rivadavia e a ascensão ao poder, novamente, dos partidários do federalismo.

Logo após a eleição de Dorrego, em 1827, este nomeou Juan Manuel de Rosas como Comandante Geral das Milícias da Campanha da Província de Buenos Aires, dando-lhe uma tripla missão: conseguir e preservar a paz com os índios, preparar um plano para expandir a fronteira e estabelecer uma colônia em Bahia Blanca. Naquele ano, Rosas chefiou a campa-

nha militar que estendeu a fronteira para além de Volcán e Tandil, instalando uma linha de novos fortes: Federación, 25 de Mayo e Bahia Blanca, este último fundado em 1828, atuando como porto que ligava por mar, diretamente, Buenos Aires com as novas terras conquistadas pela província (Mapa 2). O viajante e naturalista Charles Darwin, que esteve na região nos inícios dos anos trinta, assim falou desse povoado:

Bahia Blanca quase nem merece o nome de aldeia. Compõe-se de algumas casas e quartel das tropas, que se encontram circundados por uma profunda vala e por uma parede fortificada. Sua instalação é de data recente (1828) e o seu desenvolvimento foi eivado de dificuldades. O governo de Buenos Aires, menosprezando os sábios conselhos dos vice-reis espanhóis, que compraram dos índios as terras próximas ao antigo posto do rio Negro, ocupou a posição pela violência, e, deste modo, explicam-se as fortificações existentes e a escassez de casas, bem como a pouca terra cultivada que se vê fora das muralhas. Nem mesmo o gado está coberto do ataque dos índios, além dos limites da planície onde se acha a fortaleza. (...) ¹¹

Durante esse período, Rosas ganhou prestígio entre os proprietários rurais, popularidade entre os gaúchos e amigos entre os índios. Em relação a estes, costumava atraí-los com presentes e boa hospitalidade. Permitia que realizassem comércio nas *pulperias*¹² e até oferecia emprego para alguns, transformando-os em peões. Somente quando reagiam à penetração dos brancos e à ocupação das suas terras, provocando insegurança e morte a seus homens ou ao gado, é que usava do poder das armas contra eles.

No final de 1832, o setor pecuarista sentia que necessitava de mais terras para expandir a produção. A pressão sobre novos campos se fizera constante desde os inícios da década anterior e aumentara consideravelmente com a grande seca e com a queda dos preços no mercado internacional que marcaram os inícios da década de 1830.

Mapa 2 – Expansão territorial da Província de Buenos Aires (1817-1833).



Dentre os fatores conjunturais que mais afetaram a produção pecuária de Buenos Aires, até 1840, merece especial destaque a grande seca que ocorreu na região a partir de 1829 e que atingiu seu ponto culminante em 1832.¹³ Ela desarticulou a produção, mesmo nas terras mais antigas da província e afetou, principalmente, a população pobre, fazendo com que, cada vez mais, a alternativa de expansão para a produção pecuária fosse a de ocupar as terras indígenas. A diminuição dos rebanhos, nessa ocasião, foi tão significativa que as estâncias dos grandes pecuaristas passaram a contar apenas com 200 a 300 cabeças de gado, no norte, e, ao sul, onde estavam localizadas as mais extensas, mal ultrapassavam o número de 500.

Com o objetivo de atender à demanda de terras por parte da pecuária portenha, em 28 de janeiro de 1833, Rosas foi nomeado Comandante Geral da Campanha e Chefe da Divisão Esquerda do Exército Nacional para operações contra os inimigos índios. Iniciava, assim, uma de suas mais importantes realizações: a conquista das terras ao sul do Salado, denominada Campanha do Deserto.¹⁴ Segundo Carlos Lemée,¹⁵ essa investida militar, denominada pelos periodistas parisienses, apropriadamente, “*conspiración del silencio*”, durou um ano, destruiu as indiadas de 14 caciques maiores, pôs fora de combate mais de 10.000 índios e resgatou cerca de 4.000 cativos.

O novo extremo sul não era na realidade um deserto. Ainda que as terras fossem áridas e as chuvas escassas, tinha três rios importantes: o Salado, o Colorado e o Negro, capazes de transformar uma região de vinte mil léguas quadradas em férteis pastos que se estendiam até o norte da Patagônia. Em carta pública, Rosas defendeu a expedição, dizendo:

Pecuaristas: vós sabeis que a campanha e a fronteira se encontram hoje inteiramente livres dos índios inimigos, que aterrados pelos repetidos golpes de morte que têm sofrido em seus mesmos lugares e tendas, se refugiaram no outro lado do rio Negro da Patagônia e na base das cordilheiras dos Andes. Um esforço mais e ficarão livres para sempre nossas dilatadas campanhas e haveremos de estabelecer a base de todos os cálculos de nossa riqueza pública.¹⁶

Essa etapa da ofensiva dos pecuaristas sobre o território indígena estendeu-se até 1833, quando Rosas, que governara a província de 1829 a 1832, comandou a Campanha do Deserto, consolidando, assim, a fronteira de Buenos Aires junto ao rio Colorado.¹⁷ A relação com os nativos, nesse período, já vinha sofrendo algumas modificações. Durante a primeira administração de Rosas na Província de Buenos Aires (1829-1832), as guerras contra a Liga do Interior¹⁸ haviam esgotado os recursos financeiros que possibilitavam manter os acordos acertados com os nativos e exigiram o deslocamento de tropas para os campos de batalha. Somando-se a isso, a invasão dos araucanos, vindos de áreas junto aos

Andes, ocasionou a total desproteção dos pecuaristas ante os indígenas. Woodbine Parish, financista, viajante e cônsul inglês em Buenos Aires, assim descreveu as difíceis relações que se estabeleceram entre índios e brancos durante os anos de 1829-1833:

Porém, voltando aos índios: entre outras lamentáveis conseqüências produzidas por estas dissensões civis, não apenas os índios amigos se apartaram de novo de suas úteis e pacíficas ocupações, como as tribos hostis, que nunca haviam se submetido ao governo de Buenos Aires, descobrindo que se retiravam as guarnições dos novos fortes, e que deixavam as fronteiras sem forças suficientes para protegê-las, lançaram-se sobre o novo estabelecimento e cometeram as mais espantosas atrocidades. A devastação e a ruína que fizeram foi aterrorizante, porém receberam um marcante castigo em 1832 e 1833 do General Rosas, que saiu pessoalmente à campanha, comandando a força mais imponente que até então havia entrado em seus territórios. Marchando ao Sul até os rios Colorado e Negro, desocupou todo o campo intermediário, matando centenas deles. Algumas tribos foram exterminadas; outras fugiram para a cordilheira do Chile onde, unicamente em suas entranhas, podiam considerar-se salvos da perseguição das exasperadas e vitoriosas tropas.¹⁹

Na primeira Campanha do Deserto, muitas foram as pessoas aprisionadas pelos índios, demonstrando que os nativos nem sempre concordavam em perder suas terras. A imagem que nos foi apresentada por contemporâneos do período, no entanto, foi a de que agiam como bárbaros e malfeitores sem causa. Afinal, o que temos é o registro dos invasores. Assim, conforme Busaniche (1983), houve mais de 6 mil cativos, seqüestrados nos assaltos aos povoados ou às caravanas. E, segundo Parish, mulheres de todas as idades foram aprisionadas em grande número, dando continuidade a uma prática comum durante os malones: “*Muchas de estas pobres mujeres hacia muchos años estaban em sus manos; otras robadas en la infancia, no podian dar razón ni indicio de a quien pertenecian; y otras, finalmente, eran las infelices madres de unos hijos nacidos para seguir la vida brutal de estos salvages*”.²⁰

Mas, afora a destruição e o confronto direto com as tribos inimigas, Rosas buscou a paz, o acordo e a contribuição das tribos amigas para exterminar a todos que dificultavam a expansão do território e da pecuária de mercado. Com base nesse objetivo, adotou uma política indígena específica que denominou “negócio pacífico com os índios”.

O negócio pacífico com os índios

Rosas, durante o período em que atuou como chefe do governo de Buenos Aires (1829-1852), adotou uma política em relação à população nativa que chamou “negócio pacífico com os índios”.²¹ Ele instalou um sistema regular de relações pacíficas com algumas tribos e, pela primeira vez, destinou verbas do orçamento da província para sua execu-

ção. Essa política conheceu três etapas. A primeira, que corresponde ao período do primeiro governo de Rosas (1829-1832), caracterizou-se por manter a política de relações amistosas com as tribos amigas, distribuindo presentes e reconhecendo a autoridade dos seus caciques. A segunda, adotada desde o início da segunda investidura de Rosas até a tentativa de golpe para derrubá-lo do poder, em 1839, consistiu na instalação de tribos amigas sobre a zona fronteira, com o propósito de que atuassem como barreira de contenção aos ataques das tribos inimigas. A última, empregada durante o período do “terror” e militarização que Rosas impôs à sociedade após a tentativa de golpe para retirá-lo do poder, caracterizou-se por integrar vários grupos indígenas ao exército nacional.

Durante o governo de Rosas, Buenos Aires manteve relações de amizade com duas categorias de tribos, denominadas amigas e aliadas, e considerou as que rejeitavam qualquer acordo como inimigas ou infiéis. As tribos amigas e as aliadas diferenciavam-se entre si pelo sistema de racionamento a que estavam sujeitas, pela localização geográfica e pelas funções que desempenhavam.

Na primeira fase do negócio pacífico com os índios, as tribos aliadas se concentravam fundamentalmente nas proximidades da Fortaleza Argentina (Baía Blanca) e do Forte Independência (Tandil), havendo entre elas e o governo o compromisso tácito de não realizar qualquer ataque às estâncias fronteiriças. Os índios dessas tribos mantinham contatos comerciais permanentes com os fortes, vendendo gado vacum e informações sobre qualquer novidade de importância em relação aos movimentos de tribos hostis. Esses serviços eram pagos mediante a entrega de produtos classificados como “vícios”.²² As tribos amigas, por sua vez, localizavam-se mais distantes dos fortes, mas ainda no interior da região fronteira. Para elas, o governo entregava ovelhas e cavalos, destinados à alimentação e ao transporte. Os “vícios”, ao contrário, provinham da atividade comercial desses índios, que não tinham o mesmo compromisso de fidelidade para com os brancos.

O intercâmbio com os índios aliados ou amigos era efetuado através de visitas que estes realizavam aos fortes, momento em que os comerciantes ali sediados entregavam-lhes os produtos para, depois, com a apresentação da fatura, serem ressarcidos pelo governo. Exemplo dessa transação, temos no documento:

Relación del numero de índios que hay en el chacarita de los colegiales y de los artículos que se les pueden dar a su regreso:

Dos capitanejos

Seis índios

Una índia

Para los índios:

Seis camisas

Seis calsoncillos
Seis chaquetas ordinárias
Seis chiripá de Bajeta
Seis ombreiros ordinaris
Seis paunchos idem
Para la índia
Una manta de paño
Un atadito cuentes
A la propartida siempre se les há dado hierba y tabaco
Buenos Aires, Julio 3, 1833.²³

Se considerarmos os comentários publicados pelo jornal *El Grito Argentino* – que fazia oposição a Rosas – sobre o “negócio pacífico com os índios”, constatamos que essa política se constituiu numa estratégia que tinha, por uma das finalidades, manter mobilizado o homem da campanha. Com isso, impedia-se que as novas terras anexadas ao território da província fossem ocupadas livremente e, dessa maneira, prejudicassem os interesses dos grandes pecuaristas e proprietários rurais.

Nesse sentido, um artigo publicado pelo mesmo periódico nos fala que o chefe do governo e os pecuaristas provocavam a renovação constante das invasões indígenas, mantendo mobilizada parcela importante da população ativa. Com isso, pareciam estar conscientes de que, numa sociedade como a de Buenos Aires, onde predominavam os homens livres e a terra era abundante, era necessário ocupar a mão-de-obra ali presente. Diz o referido artigo:

Rosas disse que, em sua destacada expedição ao sul, haviam morto 20 mil índios. Rosas gasta cada ano centenas de milhares no que chama negócio pacífico dos índios. Apesar de tudo, os índios seguem assaltando a campanha: umas vezes são os índios amigos que se têm sublevado; e outras são, sem dúvida, os índios mortos, que ressuscitaram. O certo é que quase todos os levantamentos de índios amigos, e todas as entradas que fazem os índios inimigos, são feitos de acordo com Rosas. A razão disto é que, além de querer ter sempre sujeita a campanha com o temor dos índios, não podem os índios viver quietos sem roubar: Rosas quer tê-los sempre contentes e o modo é consentir que roubem: e para que a campanha não conheça que ele o consente, fez o aparato de ter forças na fronteira; os pobres soldados e oficiais vão lutar com boa-fé, quando há invasão de índios; e, na maioria das vezes, não os alcançam. Se Rosas não tivesse de acordo com os índios, ele teria sempre notícia de quando os índios pensam em invadir, daria com tempo suas ordens e os índios não poderiam escapar. Muito fácil lhe seria adquirir estas notícias, uma vez que gasta tanto no “negócio pacífico”, e uma vez que tem tantos índios amigos, que poderiam estar de espões entre os índios inimigos e avisar-lhe tudo. Porém, ele nada sabe: entram os índios quanto lhes imagina: se encontram um

chefe valente, são perseguidos e, se não, fazem o que querem e se retiram: e logo publica Rosas uma parte mentirosa ou fingida de Antonio Ramirez, dizendo haver derrotado aos índios, tirando-lhe tudo e morto centenas deles. E entretanto, estes índios nunca se acabam.²⁴

Conclusão

Ao contrário do que a historiografia costuma relatar sobre as relações sociais e étnicas que se estabeleceram no período proto-independente na Argentina, podemos afirmar que a participação dos grupos subalternos, no caso específico que tratamos, dos indígenas, no processo de construção do Estado independente resultou, se dúvida da correlação de forças, dos embates e das alianças que se estabeleceram entre brancos e índios naquele momento, naquela sociedade.

Em outras palavras, o resultado alcançado ou as transformações que surgiram foram, em grande parte, provenientes das relações, conflituosas ou amistosas, que se estabeleceram entre brancos e índios. Cada um dos grupos, com suas aspirações, suas reivindicações participou do campo de forças que compunha a realidade histórica.

As diversas tribos e nações indígenas atuaram de forma decisiva na configuração da economia agropecuária da província de Buenos Aires. Não foram, assim, apenas manipuladas como objeto dos interesses da elite branca. Como vimos, as tribos amigas e aliadas negociaram com os brancos para obter alimentos, roupas, cavalos, além de manterem o direito de permanecer em parte de seu território. Quando foi interessante, usaram de táticas agressivas como a invasão, o roubo e até o rapto de mulheres brancas. Em troca, foram importantes para conter o avanço das tribos inimigas.

Elas fizeram, muitas vezes, o papel que caberia aos brancos na luta pela expansão e segurança territoriais. Seja aliada, amiga ou infiel, a população nativa foi importante para manter as milícias, compostas de homens livres, mobilizadas. Com isso, afastavam o perigo de esse contingente de brancos pobres e de mestiços pressionar por terras e nelas se instalar para garantir sua sobrevivência. Auxiliaram, assim, na liberação de terras aos estancieros e à produção pecuária voltada para o mercado exportador.

No confronto que se estabeleceu entre grupos da elite branca, também tiveram um papel a exercer. Exemplo dessa participação encontramos na integração dos índios aliados e amigos ao exército formado por Rosas durante a fase do “terror”, quando passou a exercer plenamente a “suma de poderes”. Por um lado, o aumento do número de soldados e o apoio das camadas populares que essa medida ocasionou fortaleceram a política conservadora e protecionista adotada pelo governo. Por outro, essa aliança entre Rosas e parte da população nativa colocou os que se opunham à ditadura cada vez mais na oposi-

ção, chegando a inspirar, na dinâmica dos conflitos políticos, Sarmiento a redigir, no exílio forçado a que se impusera, sua obra *Facundo ou Civilización y barbárie en las pampas argentinas*. Nela, como sabemos, o nativo é representado como a barbárie.

Ainda, a necessidade de praticar uma política de alianças e amizade com os indígenas, por parte do governo, demonstra que as terras não estavam vazias, como são geralmente representadas pelos historiadores e que a expansão territorial foi realizada a partir de negociações com os indígenas e não apenas através do confisco de terras e extermínio da população que as habitava.

Por fim, é forçoso reconhecer que os índios foram, sem dúvida, os perdedores no Estado independente que se formou ao longo de três quartéis do século XIX. Perdedores sim, mas ausentes não. Participaram de uma luta cujo resultado final foi produto, também, das ações que praticaram, das aspirações e das reivindicações que apresentaram ao longo do desenvolvimento da mesma.

Recebido em dezembro/2004; aprovado em maio/2005

Notas

** Doutora em História Social, USP. Professora do Programa de Pós-Graduação em História da Unisinos.

¹ A utilização do conceito teórico-metodológico “representações” orienta-se na forma como foi analisado por Baczko (1985) e Chartier (1990)

² WEINSTEIN, B. *As novas tendências historiográficas nos Estados Unidos sobre a América Latina*. Texto 4, São Paulo, CEDHAL, 1997, p. 2.

³ O Tratado de Miraflores estabelecia, entre outros pontos, a linha divisória entre o território ocupado pelos brancos e o pertencente às tribos indígenas. O decreto do governo especificava que uma comissão mediria os terrenos dos estancieros do sul da província e os localizados na Sierra de Volcán, área em que seriam instalados imigrantes para povoar a fronteira. Segundo o tratado, ainda, após a definição dos terrenos ocupados pelos fazendeiros, ficava proibido qualquer habitante de Província de Buenos Aires ocupar terras que ficassem em território dos índios. Como se pode imaginar, o Tratado não foi bem aceito pelos pecuaristas, sendo constantemente violado.

⁴ Rosas foi um dos muitos estancieros que se projetaram na sociedade portenha após a independência. Foi também um dos pioneiros na expansão territorial e na formação das grandes estâncias. Quando, em 1817, o então comandante geral da campanha, Gen. Balcarce, cruzou a linha do rio Salado, Rosas foi dos primeiros a ali se estabelecer, comprando terras e ocupando outras no território dos índios. Em Guardia del Monte, sobre o Salado, construiu a mais importante de suas estâncias, a de Los Cerrillos.

⁵ Refere-se ao período anterior à derrota de Buenos Aires em Cepeda, no ano de 1820, quando se adotou a federalização das províncias, extinguindo-se o governo central.

⁶ Essa autorização baseou-se na lei da Assembléia de 15 de março de 1813, que, apesar de não propor nenhum sistema sobre a colocação da terra pública, autorizava o Poder Executivo a dispor “francamente” das terras que pertenciam ao Estado, para incremento do erário.

⁷ A criação do Departamento Topográfico pelo governo da província de Buenos Aires em 1823 é um indicativo da intenção e participação do Estado no processo de expansão do território da província, bem como no de crescimento da pecuária baseada na criação de gado.

⁸ Dados extraídos de ROSAS, J. M. “Establecimiento de la Nueva Frontera”. In: ANGELIS, P. de. *Colección de Obras y Documentos*. Buenos Aires, Plus Ultra, tomo VIII, v. A, 1972, pp. 185-238.

⁹ Os tehuelches e os araucanos, vindos do Chile, eram geralmente inimigos e dificilmente estabeleciam negociações. Os pampas, ao contrário, eram mais amistosos e, geralmente, aceitavam uniões momentâneas e circunstanciais ao longo de um único objetivo: a obtenção de gado. Após isso, cada tribo tomava o seu próprio rumo.

¹⁰ SALDIAS, A. In: LINCH, J. *Ruan Manoel de Rosas, 1829-1852*. 2 ed. Buenos Aires, Emecé, 1984, p. 36

¹¹ DARWIN, C. *Viaje de un naturalista alrededor del Mundo – 1834*. Buenos Aires, El Ateneo, 1942.

¹² *Pulperia*: casa de comércio rural, denominada “vendá” em português. Nela vendiam-se alimentos, bebida, roupas, dentre outros produtos. Atuava também como local de convívio social.

¹³ Outros fatores conjunturais da década de 1830-1840 foram: os ataques indígenas, o bloqueio francês (1837-1838) e a guerra civil entre federalistas e unitários (1839-1852).

¹⁴ A campanha do Deserto teve outros objetivos, além do de ampliar a base para a expansão da pecuária. Através dela, Rosas procurou consolidar seu prestígio político, preparando o terreno para assumir novamente o governo da província sob a forma que sempre desejou: com poderes absolutos. Muito importante também foi a possibilidade que a Campanha oferecia para redirecionar a atividade militar. Em vez de manter suas tropas mobilizadas, lutando numa guerra que só trazia prejuízos às finanças da província, usava sua milícia para ampliar os recursos econômicos da mesma, além de manter sob seu comando e orientação as camadas populares da campanha. Isso era de extrema relevância, como veremos mais adiante, na medida em que a mobilização militar da gente da campanha foi utilizada como estratégia para deixar as terras livres para serem ocupadas pelos proprietários de terras.

¹⁵ In ROSAS, op. cit., p. 13.

¹⁶ LINCH, op. cit., p. 57.

¹⁷ Na história argentina, há uma segunda e talvez mais conhecida e importante investida sobre o território indígena através de campanha militar. Foi a denominada Segunda campanha do deserto, chefiada pelo General Roca de 1878 a 1883, quando todo o pampa ao sul do Colorado foi anexado ao território nacional.

¹⁸ Associação das províncias do interior que exportavam gado e se reuniram para lutar pelo direito de usar o porto de Buenos Aires sem pagar taxas alfandegárias à província de Buenos Aires. Era formada por Corrientes, Santa Fé e Entre Rios.

¹⁹ WOODBINE, Parish. *Buenos Aires y las Provincias del Plata*. Buenos Aires, Imprenta de Mayo, 1853, p. 313.

²⁰ *Ibid.*, p. 314.

²¹ A expressão “negócio pacífico” era utilizada por Rosas para designar sua política de paz com os índios mediante a entrega de alimentos e presentes. Inspirou-se na política borbônica, instalada por Carlos III,

que buscava “instaurar um sistema regular de presentes e agasalhos com o fim de criar laços de dependência e lealdade” entre os índios. A partir de 1833, o termo designou a verba orçamentária do Departamento de Fazenda que designava todos os gastos realizados para a manutenção da paz com os “índios amigos”.

²² Os “vícios” normalmente correspondiam à aguardente, ao tabaco e à erva.

²³ Arquivo de la Provincia de Buenos Aires. Ministerio de la Educacion – Secretaria de Cultura. Gobierno Particulares. Decretos, 1833 (SX- 16-2-4).

²⁴ *El Grito Argentino*, Montevideú, 25 mar., 1839, p. 2 .

“ESTADOS DE PAZ” E “ESTADOS DE GUERRA” – NEGOCIAÇÃO E CONFLITO NA AMÉRICA PORTUGUESA (SÉCULOS XVI E XVII)

*Eliane Cristina Deckmann Fleck**

Resumo

As narrativas dos cronistas coloniais alternam referências a “estados de paz e quietação” e “estados de guerra e inquietação”, descrevendo os indígenas ora como “folgazões e muito alegres”, ora como agressivos e belicosos. Apesar de a tensão e a violência terem sido constantes durante os longos anos de implantação dos modelos catequéticos e de colonização, as relações que se estabeleceram entre indígenas, missionários e colonizadores foram também significativamente determinadas pelos seus interesses na aproximação, no aprofundamento das relações de troca e no estabelecimento de acordos de guerra e paz. Ao procedermos a uma releitura das narrativas produzidas pelo jesuíta José de Anchieta, pelo calvinista Jean de Léry e pelo capuchinho Claude D’Abbeville, consideramos o contexto e a época em que foram observados e relatados os “estados de paz” e os “estados de guerra”, bem como a natureza e a intenção dos registros feitos por esses três cronistas.

Palavras-chave

Narrativas coloniais; negociação; conflito; conversão; colonização.

Abstract

The narratives of the colonial chroniclers alternate references to “states of peace and quietness” and “states of war and disquietness”, describing the Indians sometimes as “cheerful and very happy” and sometimes as aggressive and bellicose. In spite of the tension and violence that had been constant during the long implantation years of the catechetic and colonization models, the relations established among Indians, missionaries and European settlers were, furthermore, significantly determined by their interests in the approach, in the deepening of the relations of exchange, and in the establishment of war and peace agreements. Proceeding a new reading of the narratives wrought by the Jesuit José de Anchieta, by the Calvinist Jean of Léry and by the Capuchin Claude D’Abbeville, we took into consideration the epoch and the context at which the “states of peace” and the “states of war” were observed and related, as well the nature and the intentions of the registers made by these three chroniclers.

Key-words

Colonial narratives; negotiation; conflict; conversion; colonization.

Este artigo propõe um deslocamento da perspectiva sob a qual tem sido abordado o tema dos contatos interculturais, buscando uma nova interpretação, a partir de uma abordagem histórico-antropológica dos relatos coloniais. Como adverte Gruzinski, os enfoques dualistas e maniqueístas – que opõem radicalmente conquistadores e colonizadores aos indígenas – seduzem pela simplicidade, mas imobilizam e empobrecem a realidade, ao ignorar as trocas entre um mundo e outro. O interesse que hoje suscita a questão da fronteira corresponde em parte a essas preocupações – em detectar a permeabilidade e a flexibilidade que marcaram os contatos interculturais. O historiador francês, empenhado em desvendar “por intermédio de qual alquimia as culturas se misturam”,¹ constatou que “longe das visões dualistas – que costumam opor o Ocidente aos outros, os espanhóis aos índios, os vencedores aos vencidos –, as fontes nos revelam paisagens misturadas, muitas vezes surpreendentes e sempre imprevisíveis”.²

Na verdade, as reflexões aqui propostas se aproximam dessa perspectiva, quando consideram a possibilidade de que as narrativas que descrevem cenas de contato ou de interação cotidiana entre europeus e indígenas, não apenas revelam o clássico embate entre “civilização” e “barbárie” para definir a fronteira colonial, mas apontam para processos combinados de resistência, adaptação, transformação e criação que conferiram peculiaridades e originalidade ao processo por eles vivenciado.

Não desconhecemos, no entanto, que os saberes etnológicos, geográficos e científicos, de que os europeus eram detentores, foram poderosos instrumentos de ordenação do mundo indígena para incorporá-lo progressivamente à civilização cristã-ocidental. Reconhecemos, igualmente, que os europeus – viajantes, colonos e missionários – desenvolveram constantemente mecanismos de controle das interpretações possíveis e aceitáveis. Os missionários, por exemplo, pelo domínio sistemático e intencionado das línguas nativas, introduziram uma forma específica e, certamente, mais eficaz do ponto de vista de seu poder de persuasão, de dizer o Outro e inscrevê-lo. Por outro lado, para que se torne convincente e verossímil, todo sentido depende de um acordo sobre os signos utilizados e, portanto, ele é necessariamente intersubjetivo, expressando-se na experiência comum compartilhada e no exercício comum da linguagem.

O universo da comunicação humana não-verbal constitui um rico e apaixonante campo de investigação. Gestos, expressões faciais, movimentos e posturas corporais, tons de voz comportam mensagens sobre estados emocionais reativos, em sua grande maioria. O estudo desses códigos e sinais tem, na obra de Charles Darwin, *A expressão das emoções no homem e nos animais*, de 1872, a sua abordagem clássica, ao examinar a evolução das expressões emocionais humanas a partir dos ancestrais animais. Outra importante contribuição foi dada pela Etologia e pela Psicologia experimental, nas décadas de 50 e 60 do século XX.

Os sentimentos e as emoções, de forma geral, foram tratados de forma periférica nos trabalhos clássicos da Antropologia. Entre estes, talvez o texto mais elucidativo para uma reflexão acerca do lugar das emoções como objeto de estudo seja o texto “A expressão obrigatória dos sentimentos”, de Marcel Mauss,³ no qual – após concluir a análise dos dados etnográficos – afirmou que a expressão dos sentimentos apresenta uma dimensão de linguagem, na medida em que tem caráter ritualizado e sincronizado. A Antropologia e a Sociologia das emoções têm se proposto a investigar os fatores psicossociais que encontram expressão em sentimentos e emoções particulares e a evidenciar que emoções fazem parte de um processo social e devem ser vistas dentro de contextos mais amplos e como aspectos importantes das interações entre os seres humanos e seu ambiente social e natural.

Se, em um primeiro momento, os estudos priorizavam a relativização das categorias de emoções entre as culturas, verifica-se, mais recentemente, um movimento no sentido de tomar os discursos emotivos como práticas situadas em jogos de relações sociais e negociações de poder. Com isso, as emoções que mobilizam a hostilidade e a cordialidade, por exemplo, deixam de ser vistas como experiências internas, subjetivas, para serem analisadas como práticas discursivas com efeitos externos, extrapolando o chamado domínio do privado. A dimensão do mundo sensível não se rege por leis, regras ou razões, mas pelos sentimentos e emoções que se traduzem externamente e se materializam em registros que permitem a apreensão dos seus significáveis, logo, passíveis de serem resgatados. O historiador precisa, pois, encontrar a tradução das subjetividades e dos sentimentos em materialidades, objetividades palpáveis que operem como a manifestação exterior de uma experiência íntima, individual ou coletiva. Tais marcas de historicidade – imagens, palavras, textos, sons, práticas – podem ser nomeadas como evidências do sensível, da experiência sensível de viver e enfrentar o real e o não-real.

Talvez, a única forma de medir sensibilidades se dê por uma avaliação de sua capacidade mobilizadora, isso porque demonstram sua presença ou eficácia pela reação que são capazes de provocar, através das nuances e formas de exteriorizar ou esconder os sentimentos. É oportuno lembrar que o “território do sensível” constitui-se em território “do não dito ou mesmo do não provado”, só havendo indícios ou traços de sentimento “que se insinuam em discursos, práticas e imagens”.⁴

Para a canadense Mary Louise Pratt, “se os povos subjugados não podem controlar facilmente aquilo que emana da cultura dominante, eles efetivamente determinam, em graus variáveis, o que absorvem em sua própria cultura e no que o utilizam”, daí considerar transculturação como “um fenômeno da zona de contato”,⁵ ou, ainda, como “espaços sociais onde culturas díspares se encontram, (...) e se entrelaçam uma com a outra, freqüentemente em relações extremamente assimétricas de dominação e subordinação”.⁶

A perspectiva dada pela expressão leva-nos a considerar “como os sujeitos são constituídos nas e pelas suas relações uns com os outros” e, sobretudo, tratá-las “não em termos de separação ou segregação, mas em termos da presença comum, interação, entendimentos e práticas interligadas”.⁷

Nesse espaço do encontro colonial denominado “zona de contato” se produz uma “cultura de contato”, uma cultura da mediação que se desenvolve no marco de relações de coerção, desigualdades e conflito, mas também implica a colaboração ajustada a interesses, alianças e cumplicidades.

Do ponto de vista do pesquisador, as análises de situações de convívio intercultural podem oferecer explicações sobre as normas culturais que regem determinadas sociedades, sobre as práticas de infração dessas normas e sobre o tratamento dispensado às pessoas estranhas ao grupo. Podem, sobretudo, apontar para o valor atribuído por muitas culturas indígenas à autonomia individual e à aversão a qualquer forma de submissão.

É nessa perspectiva que acreditamos que as “dimensões interativas e improvisadas dos encontros culturais”, usualmente ignoradas ou suprimidas nos relatos referentes à conquista e à colonização, permitem a valorização desses processos de “interação, entendimentos e práticas interligadas” entre culturas que se encontram, se chocam e se entrelaçam. Cabe aqui regatar a constatação feita por Carlos Fausto: “A primeira é que a colonização, apesar de toda a violência e ruptura, não excluiu processos de reconstrução e recriação cultural conduzidos pelos povos indígenas. É um erro comum crer que a história da conquista representa, para os índios, uma sucessão linear de perdas em vidas, terras e distintividade cultural”.⁸ As relações que estabeleceram com os conquistadores e colonizadores foram significativamente determinadas pelos seus interesses na aproximação, no aprofundamento das relações de troca e no estabelecimento de acordos de guerra e paz.

A tensão e a violência constituíram uma constante durante os longos anos de implantação dos modelos de colonização, não sendo possível “negar que as sociedades nativas de fato sofreram reveses monumentais diante do impacto do encontro”. John Monteiro, contudo, adverte-nos sobre as implicações de “reduzir essa experiência à simples caracterização das sociedades indígenas como vítimas das iniquidades dos brancos é cometer mais uma injustiça” já que “essa perspectiva oculta os múltiplos processos históricos de questionamento, negação e reelaboração de identidades indígenas”.⁹ Estudos que têm se pautado por essa perspectiva vêm contribuindo significativamente para repensarmos a inserção dos indígenas nas histórias coloniais e nacionais da América, na medida em que os tomam, não como vítimas passivas do processo colonial, mas como agentes de sua própria história. Nesse sentido, vale a observação – feita por Tânia Stolze Lima – de que

devemos adotar um tratamento cauteloso em relação às chamadas “teorias da agência” que pautam os trabalhos mais recentes de Etno-história e que vêm buscando fazer uma história sensível à agência humana, o que implica “estudar como os coletivos indígenas, em determinado contexto sócio-histórico, constituem o mundo ao seu redor de maneira que são intrinsecamente significativas para eles”.¹⁰

Carlos Fausto lega-nos uma contribuição relevante para o estudo da guerra ameríndia em sua obra *Inimigos fiéis: história, guerra e xamanismo na Amazônia*,¹¹ na qual constrói uma crítica consistente às teorias que, de uma forma ou outra, acabam por negar às sociedades ameríndias o estatuto de sujeito, descrevendo-as ora como selvagens violentos e descontrolados, ora como vítimas passivas da conquista e da colonização européias. A comparação entre diferentes grupos ameríndios, tupi, sobretudo, ganha importância na formulação de uma teoria geral sobre a guerra indígena como forma de sociabilidade voltada ao exterior, entendendo-a como resgate da subjetividade do inimigo “para que se possa consumir sua diferença”.¹² Em artigo recente, o antropólogo se filia à compreensão da dinâmica das relações interétnicas esboçada por Guillaume Boccard, ao reafirmar que os indivíduos e grupos não misturam as coisas pelo prazer de misturá-las, mas fazem-no por razões de sobrevivência física e social.¹³ Fausto aponta para a dificuldade de se pensar essas formas “no terreno pantanoso da relação interétnica, seja no presente, seja no passado”, pois, segundo ele, há “um paradoxo no processo de apropriação dos recursos (simbólicos, materiais) dos outros com o objetivo de confrontá-los. Não se faz isso sem transformar-se e, em certo sentido, tornar-se outro”.¹⁴

Em relação aos tupinambá, vale lembrar a noção de “abertura estrutural dos ameríndios ao Outro”, de Lévi-Strauss,¹⁵ e que se configura como um movimento fundamental e ativo dos indígenas para a possibilidade de convivência entre diferentes grupos, quer sejam eles indígenas, quer sejam eles europeus. Celestino de Almeida¹⁶ reforça essa percepção, ao afirmar que, para os tupi, grupo dominante na costa brasileira do século XVI, as relações com o outro constituíam elemento básico em sua tradição cultural, daí a extrema abertura ao contato que tanto surpreendeu os europeus. Na condição de aliados ou de inimigos, os europeus inseriram-se nas relações intertribais já existentes entre os vários grupos tupis, dando continuidade a suas tradições.

Esta noção de “abertura ao outro” foi também observada por Perrone-Moisés, que identificou, em registros feitos pelos cronistas coloniais, a aplicação do conceito aristotélico de reconhecimento pelos conquistadores e colonizadores. Os encontros com os caríjós foram apresentados como um reconhecimento feliz, enquanto os com os tupiniquins, um reconhecimento infeliz. Essas primeiras impressões, decorrentes do contato inicial entre europeus e americanos – índios dóceis, bondosos e bonitos –, viriam a determinar uma

opinião favorável a respeito do indígena que “ainda não é, então, o inimigo a vencer, o escravo a subjugar, o empecilho a eliminar”. A impressão favorável que estes cronistas terão dos índios os levará a ter boa opinião sobre si mesmos, “europeus abertos e generosos, que em nenhum momento usam de violência contra os nativos e, pelo contrário, convivem cordialmente com eles”.¹⁷

É interessante observar a existência de uma dissimetria e de um contraste entre as avaliações que indígenas e europeus fizeram sobre o modo de vida uns dos outros em situações de extenso e efetivo contato e conhecimento mútuo. Todos os testemunhos que informam sobre a etapa inicial da conquista-colonização atestam a rejeição e o desdém dos indígenas pelos costumes, bens e religião dos civilizados, bem como o contrário, a poderosa sedução que exerciam sobre o europeu os modos de viver e os usos dos índios americanos.

A documentação colonial, sobretudo, ao descrever as manifestações de sensibilidade dos indígenas e as práticas rituais que os missionários, em especial, pretendiam eliminar, põe em relevo a dificuldade do “civilizado” em compreender “o que fazia o prazer e o contentamento do indígena”.¹⁸ Nesse sentido, os relatos, alternando descrições de “estados de paz e quietação” com “estados de guerra e inquietação”, atestam que cronistas e missionários descreveram os indígenas como “folgazões e muito alegres”, ao mesmo tempo em que enfatizaram sua pronta agressividade e belicosidade.

O mais denso e famoso estudo de Florestan Fernandes, *A função social da guerra na sociedade tupinambá*, nos traz uma abordagem sobre a função da belicosidade e sobre o que tem sido reconhecido simbolicamente como a “diáspora” dos grupos tupi-guaranis. Segundo ele, a guerra ocorreu sempre por uma espécie de necessidade vital de conquista de novos espaços ecológicos, reconhecidos como mais bem dotados em recursos naturais, relacionados à caça, à coleta, à pesca e à presença de água potável. Estudos recentes feitos por antropólogos têm reforçado os estudos pioneiros de Florestan Fernandes.

Para Viveiros de Castro,¹⁹ no entanto, o que movia os indígenas para a guerra contra seus inimigos era o imperativo da vingança, que lhes proporcionava prisioneiros a serem abatidos na praça da aldeia, com aquisição de nomes e renome ou, em caso de derrota, colocando-os nas mãos de seus contrários, os únicos capazes de lhes dar a mais digna das mortes e o mais adequado dos ritos funerários, a antropofagia. Ao examinar as reações dos indígenas litorâneos às imposições através das quais o colonizador alterava significativamente seu mundo, Viveiros de Castro afirma que para eles era mais fácil abandonar o canibalismo do que a vingança. Nessa perspectiva, a principal característica da cultura dos

tupis litorâneos seria a necessidade do outro para se realizarem plenamente, fosse pela guerra aos inimigos nativos, fosse pelas relações conflitivas ou de aliança com os conquistadores europeus.

Se considerarmos como válida a máxima de Lévi-Strauss²⁰ de que, na troca, há algo “mais do que coisas trocadas”, contatos amistosos e guerras devem ser entendidos como formas de relação social que integram um mesmo sistema de comunicação, ao se constituírem em “expressões diferenciadas, mas no limite equivalentes, do princípio de reciprocidade”, apesar de a guerra produzir “fenômenos políticos de ordem diversa daqueles que são instaurados pelo fluxo pacífico de bens e pessoas”.²¹ Para Carlos Fausto, a “guerra indígena” respeita uma lógica qualitativa, na medida em que as “sociedades indígenas parecem ter posto menor esforço intelectual no aumento da eficiência bélica do que na expansão de sua eficácia simbólica; o trabalho da guerra voltou-se menos para a multiplicação das vítimas do que para a multiplicação dos seus efeitos simbólicos”.²²

Outro aspecto que deve ser considerado em relação às guerras indígenas é sua variabilidade no tempo e no espaço: “atentar para o contexto e a época em que foi observada e relatada, bem como para a natureza e a qualidade das fontes”, o que implica reconhecer que “a guerra indígena tal qual a conhecemos historicamente está imersa em um processo de conquista e colonização de proporções monumentais”, tanto pela “extensão das terras envolvidas”, quanto pelos seus “efeitos sociodemográficos”.²³ Vale então acompanhar Carlos Fausto nas perguntas: “Sobre que guerras, portanto, estaremos falando? É possível conceituá-las como um mesmo fenômeno? Há algo de específico que nos permite subsumi-las a uma mesma categoria?”²⁴ Afinal, houve guerras de resistência, motivadas pela captura de inimigos, e, ainda, aquelas que resultaram de movimentos de fuga ou motivadas por valores tradicionais em contextos alterados pelo processo colonial.

Enquanto, nas trocas amistosas, a reciprocidade é desejada e as boas relações entre os envolvidos são reforçadas, o mesmo não ocorre quando está em jogo a vingança: o matador não quer ser pago nem está obrigado a receber o pagamento, que é sua própria morte. Diferentemente do que ocorre nas transações pacíficas, não há reciprocidade de perspectivas entre os movidos pela vingança, o que produz conseqüências políticas relevantes, na medida em que os conflitos constituem espaços de afirmação de legitimidade dos envolvidos.

Os textos clássicos de Radcliffe-Brown²⁵ enfatizam a importância da cordialidade para o estabelecimento – de forma relativamente estável – de uma combinação de relações de associação dos grupos distintos que, todavia mantêm relações de aliança entre si. Ele distingue relações de “amizade” de relações de “solidariedade”, que são estabelecidas por parentesco ou pertencimento a uma linhagem ou clã. As relações de “amizade” seriam marcadas por certa “dose de oposição”, um “antagonismo controlado”, numa relação que

ênfatisa tanto a separação como a união. Para o antropólogo Marcel Mauss,²⁶ a brincadeira, fundamental nos rituais marcados pela cordialidade, é vista como “fato social total”, uma forma efetiva de canalizar e de gerar energia social; logo, o domínio sobre a “brincadeira” e suas modulações torna-se algo importante para aqueles que, como as lideranças, têm interesse em mobilizar e transformar energia social.

Dentre os rituais coletivos que põem em funcionamento essas trocas amistosas destacam-se aqueles comumente marcados pelo consumo em excesso de bebidas fermentadas, pela dança e pela música e que congregam indivíduos de proveniências diversas, cujas relações tendem a oscilar entre códigos de hostilidade e de cordialidade. De forma geral, as festas são responsáveis pela abertura de um campo de sociabilidade, muitas vezes reduzido no cotidiano, e que expõe uma humanidade passível de ser compartilhada. As festas podem selar alianças, mas também podem inaugurar ou desencadear hostilidades, pois nelas bebe-se tanto para comemorar quanto para se vingar.

As narrativas que descrevem o encontro e a convivência entre europeus e indígenas podem – de acordo com Massimi – ser organizadas pela seguinte classificação: aquelas elaboradas por testemunhas diretas, que vivenciaram em primeira pessoa tal processo, e aquelas elaboradas por testemunhas indiretas que tiveram conhecimento indireto da realidade brasileira pela informação fornecida por outrem.²⁷ Os cronistas de que nos valemos para este artigo – Anchieta, Léry e D’Abbeville – inserem-se na categoria de testemunha direta, apresentando um alto grau de interpretação das pautas culturais indígenas e do processo de fixação e de construção de uma nova sociedade no Novo Mundo.

A reflexão sobre a face dupla dos contatos interculturais se concentrará, portanto, nas percepções sobre a cordialidade e a hostilidade expressas nas narrativas do jesuíta, do calvinista e do capuchinho, razão pela qual as narrativas selecionadas foram agrupadas em categorias de análise que passam a ser denominadas “o olhar que ressignifica a cordialidade” (Anchieta), “o olhar que inventa a cordialidade” (Léry) e “o olhar que manipula a hostilidade” (D’Abbeville).

O olhar que ressignifica a cordialidade

O padre José de Anchieta deixou Portugal aos dezenove anos de idade, numa expedição que partiu para o Brasil em 1553. Doente, o jesuíta seguiu a recomendação de buscar os ares saudáveis da América, onde permaneceu por mais de quarenta e quatro anos. Em seus escritos figuram descrições sobre a natureza americana, sobre seus habitantes e, especialmente, sobre as condições adversas impostas por um território que urgia ser povoado, cristianizado e incorporado ao projeto expansionista português.

Durante sua vida missionária, Anchieta dedicou-se à reflexão sobre vários aspectos da cultura indígena, dentre os quais se destacam suas apreciações condenatórias da “inconstância da alma selvagem”, relacionando-as à liberdade sexual, à poligamia, à guerra, à antropofagia e à bebedeira. Definidoras do discurso anchietano, suas impressões acerca dessas práticas nos revelam não só sua visão sobre os nativos, como também sobre as práticas que envolviam cordialidade, cumplicidade, sociabilidade e reciprocidade.

Não descuidou, contudo, de registrar as demonstrações usuais de alegria entre os indígenas – com destaque para a “saudação lacrimosa” –, cuja ocorrência se dava em situações nas quais eram recebidos visitantes:

Têm certo modo de chorar quando chega algum parente seu de fora e é que a parenta se lança a seus pés e as mãos postas nele ou os braços no pescoço do parente, choram em voz alta, de maneira que parece que lhe morreu o marido ou filho, e isto fazem de contentamento por festa ou regalo. Acabado o pranto, limpa logo as lágrimas e se põe alegre a falar, comer e beber como se não houvera chorado.²⁸

Anchieta registrou também que “as mulheres andam nuas e não sabem negarem-se a ninguém, mas até elas mesmas cometem e inoportunam os homens, jogando-se com eles nas redes, porque têm honra dormirem com os cristãos”²⁹ e que os nativos são “gente que põe nisto (sexo) uma das essenciais partes de sua felicidade, cujos pensamentos, palavras e obras, que quase necessariamente há de ouvir-se, e ainda ver-se, todos finalmente vêm parar nisto”.³⁰ A essa avaliação depreciativa do costume indígena de “bem receber os visitantes”, somou-se a constatação de que eram “gente tão indômita e bestial, que toda a sua felicidade tem posta em matar e comer carne humana, da qual pela bondade de Deus temos apartados estes”.³¹

Ao descreverem os Tupinambá da costa brasileira no século XVI, os cronistas enfatizaram a prática de uma “guerra endêmica de vingança”, o que foi também observado por Anchieta:

(...) o litoral é povoado por índios que usam todos comer em seus banquetes carne humana, no que mostram achar tanto prazer e doçura, de modo que comumente caminham mais de trezentas milhas para a guerra; se reduzem ao cativoiro quatro ou cinco dos inimigos, voltam sem mais outro motivo e os comem com grande festa de cantares, e copiosíssima libação de vinhos.³²

Alegando que os colonos portugueses precisavam defender-se contra o perigo de extermínio que os índios lhes infligiam, Anchieta defendeu a guerra justa, uma guerra de vingança: “Sua mão vingadora (Deus) sobre o inimigo desumano descerá justiceira. Vingando as ofensas sacrílegas sua cólera santa dizimarará com a morte as alcatéias ferozes”.³³

Embora a guerra e a antropofagia fossem consideradas traços da barbárie indígena por Anchieta, a vingança dos portugueses contra os índios é apresentada como uma “cólera santa”; ou seja, o mesmo aspecto que é considerado traço de selvageria quando praticado pelos índios, é encarado como traço de civilidade, revestido de legitimidade, quando empreendido pelos portugueses.

Ao identificar o sexo como “uma das essenciais partes” da felicidade indígena e ressaltar que “toda a sua felicidade está posta em matar e comer carne humana”, Anchieta acaba por determinar uma associação entre as pautas tradicionais que envolvem a comensalidade, a sociabilidade e a reciprocidade a práticas condenáveis, por estarem as “festas e cantares” identificados com os costumes da poligamia e da antropofagia. É em razão disso que Anchieta os descreve como “uma gente tão má, bestial e carniceira, que só por tomar nome novo ou vingar-se de alguma cousa passada (...) sendo aquela gente a mais subtil que ainda houve no mundo para inventar mentiras” e que se comprazem em matar e em realizar “suas festas costumadas”.³⁴

Por outro lado, a documentação jesuítica revela a apropriação pelos missionários de elementos próprios da cordialidade, da “alegria de viver” indígena, como as festas, as danças, os cantos e a saudação lacrimosa e sua ressignificação, na medida em que foram percebidos como facilitadores da introdução da ritualística e da devoção cristã. A ressignificação da *cordialidade* indígena pode ser percebida nestas passagens, que descrevem a participação dos indígenas nas festas religiosas:

Em uma (das igrejas) lhes ensinam a cantar e têm seu coro de canto e flauta para suas festas, e fazem suas danças à portuguesa com tambores e violas; com muita graça, como se fossem meninos portugueses, e quando fazem essas danças põem uns diademas na cabeça de penas de pássaros de várias cores, e desta sorte fazem também os arcos, empenam e pintam o corpo, e assim pintados e muito galantes a seu modo fazem suas festas muito aprazíveis, que dão contento e causam devoção.³⁵

O mesmo fica evidenciado no cerimonial de recebimento de visitantes, como no Recebimento do padre Marcos da Costa, de 1596:

Pois tal pai nos vem a ver, bem será que o festejemos. Por certo que lho devemos, se filhos queremos ser.
Pois vem com grande fadiga da praia que lhe faremos?
Todos juntos lhe diremos uma solene cantiga.
Eis pois, sem dilação, nossas frautas entoemos. E depois lhe pediremos de joelhos a bênção.³⁶

Nas duas situações descritas por Anchieta, procedimentos que envolvem cordialidade e reciprocidade aparecem nitidamente ressignificados. Os diademas de penas de pássaros de várias cores, os arcos com flores e frutas nativas, as pinturas corporais e a saudação lacrimosa apontam para o atendimento das práticas e representações simbólicas indígenas tradicionais, bem como para a apropriação seletiva e criativa das expressões da cultura cristã-ocidental.

No entanto, a participação alegre e ativa dos indígenas na recepção solene, nas “danças acompanhadas por tambores e violas com muita graça”, será associada, no discurso jesuítico, à piedade e à devoção cristãs. Apesar de terem sido recorrentemente descritas nas Cartas e Informações, as manifestações de cordialidade, da “alegria de viver” dos tupis, esvaziadas de sua expressão indígena, foram apresentadas como indicativos de sua conversão. As festas, convívios e cantares, anteriormente associados às práticas rituais bárbaras, à licenciosidade sexual e à “inconstância da alma selvagem” passam a ocupar, no discurso jesuítico, um novo significado, que revela não só a consciência de sua utilidade estratégica, como o reconhecimento das especificidades da nova situação, a colonial.

O missionário jesuíta, empenhado na civilização e na conversão dos indígenas, registrou expressões da sensibilidade dos indígenas, não as considerando e reconhecendo como adequadas, apresentou-as como demonstrações emocionais excessivamente espontâneas e não civilizadas, na medida em que não se pautavam pelo autocontrole das paixões e dos impulsos afetivos que o projeto missionário previa. Em suas considerações acerca da cordialidade e da hostilidade indígena, Anchieta as relacionou à liberdade sexual, à poligamia, à guerra, à antropofagia e à bebedeira. Se, inicialmente, suas descrições nos apresentam uma visão condenatória dos nativos, posteriormente, revelam a ressignificação dessas expressões – em especial, as de cordialidade –, como fica demonstrado nas estratégias cênicas e musicais empregadas para assegurar a conversão, bem como desvelam as táticas, os “modos de fazer com” empregados pelos indígenas na busca de sentido para as mudanças contingentes.

As descrições se baseiam fundamentalmente na diferença em relação ao homem europeu, “diferença essa que geralmente era interpretada em termo de privação”.³⁷ A violência, a licenciosidade, o desregramento associado aos cantos, aos bailes e às bebedeiras são tão vivamente descritos – a partir dessa percepção – que acabam por deturpar ou por encobrir o simbolismo de que se revestiam o acolhimento através da saudação lacrimosa e da antropofagia como resultante das guerras intertribais.

O olhar que inventa a cordialidade

A obra *Viagem à Terra do Brasil*, de 1577, de Jean de Léry, narra a relação que vai se estabelecer entre os índios e os franceses que o acompanhavam na instalação da França Antártica e que esteve baseada, fundamentalmente e em diferentes momentos, na aliança que se estabeleceu entre eles. Considerando-se a necessidade de sobrevivência que os franceses tiveram ao serem expulsos por Villegaignon, a busca por uma acolhida cordial do “gentio” tornara-se imperativa. Essa necessidade de sobrevivência, associada à receptividade e à cordialidade dos índios, contribuiu em muito para uma caracterização que enfatiza elementos de “humanidade” nos “selvagens”. Assim, a aceitação do “outro”, em face das limitações, pode ser relacionada à necessidade de convivência e ao estabelecimento de uma espécie de “acordo” social entre as duas culturas.

Jean de Léry escreve que, na companhia dos índios, foram “tratados com mais humanidade”,³⁸ o que facilitou uma espécie de aproximação e possibilitou o reconhecimento do cotidiano indígena. Esses franceses exilados, segundo o cronista calvinista, sentiram-se à vontade entre os nativos americanos, por terem atendido suas necessidades trazendo “víveres e o mais”³⁹ de que careciam, como “farinha e outros gêneros necessários”.⁴⁰

Os índios, desde então, passaram a ser considerados “aliados dos franceses”,⁴¹ por receberem “com muita cordialidade os estrangeiros que os vão visitar”:⁴² “Éramos amigos e aliados dos tupinambás e gozávamos portanto de plena segurança entre eles. Fiava-me neles e me considerava mais seguro no meio desse povo, a que apelidamos de selvagem, do que em França entre muitos franceses desleais e degenerados”.⁴³

Os franceses do grupo de Léry conviveram “durante quase um ano” com esses “selvagens do Brasil, habitantes da América, chamados tupinambás”, desfrutando de uma relação pacífica que permitiu que fossem tratados “familiarmente”.⁴⁴

O estabelecimento de um “laço de confiança” entre as duas culturas favoreceu a aproximação entre os europeus e os indígenas. Deve-se, contudo, levar em consideração o nível de tensão e de inimizade existentes entre portugueses e indígenas, decorrente da escravização do índio e da posse da terra, para melhor compreendermos os fatores que levaram os franceses a estabelecer contatos mais cordiais com o “gentio” da terra.

Apesar da descrição de contatos cordiais entre o grupo de Léry e os índios, não podemos desconsiderar as observações do cronista a respeito de sua “bestialidade” ou mesmo da periculosidade que, muitas vezes, representavam. Também se deve levar em conta que, entre portugueses e indígenas, freqüentemente, ocorreram alianças que para estes significavam uma superioridade bélica capaz de levá-los à vitória contra tribos inimigas. Jean de Léry destaca que havia tribos que se mostravam muito hostis à presença

estrangeira, como na referência que faz à “inimizade entre margaiás e franceses, muito bem dissimulada de parte a parte”.⁴⁵ Na citação a seguir, Léry menciona as dificuldades que enfrentaram quando da necessidade de contato com os margaiá:

Nenhum de nossos marinheiros, já viajados, reconheceu bem o sítio; entretanto os selvagens eram da nação dos margaiá, aliada dos portugueses e por conseqüência tão inimiga dos franceses que se nos apanhassem em condições favoráveis, não só nos teriam pagado resgate algum mas ainda nos teriam trucidado e devorado.⁴⁶

Outra tribo inimiga dos franceses eram os uetacá, “índios tão ferozes que não podem viver em paz com os outros e se acham sempre em guerra aberta não só contra vizinhos mas ainda contra os estrangeiros”.⁴⁷ Em *Viagem à Terra do Brasil*, Léry descreve os cuidados que os viajantes deveriam ter com esses índios, considerados, então, como inimigos. Chama a atenção do leitor sobre sua astúcia, pois “têm muita lábia e são, como sabemos, facetos e ágeis”⁴⁸ para se tornarem dissimulados e enganar os estrangeiros.

Esses índios teriam uma forte inclinação ao comportamento violento, pois, além dos seus costumes condenáveis, como a antropofagia, teriam uma natureza não pacífica. O cronista ressalta que esses “selvagens” eram “muito vingativos e se enfurecem contra tudo o que os ofende”, confundindo-se muitas vezes, ao invés de seres humanos, com “cães enraivecidos”.⁴⁹ Portanto, se, por um lado, o cronista identifica como positivas algumas pautas culturais dos tupinambá, por outro, trata de forma muito mais severa o comportamento de alguns dos demais grupos indígenas.

Mas esses bárbaros não só se deleitam no extermínio de seus inimigos, mas ainda exultam vendo os seus aliados europeus fazerem o mesmo. Por isso, quando nos convidavam a compartilhar de seus banquetes [antropofágicos], duvidavam de nossa lealdade se o recusássemos, o que sempre nos aconteceu.⁵⁰

A maior parte dos relatos de Léry concentra-se nos seus contatos com os índios tupinambás, que, segundo ele, viviam praticamente para “dançar, beber e *cauinar*”, pois isto se “constitui sua ocupação ordinária” e, ainda, estavam sempre à procura de “algo que os animasse”,⁵¹ além do canto e das danças. Valendo-se dos seus preceitos religiosos, Léry observa que, dada a sua natureza violenta, estariam fadados à infelicidade, por estarem muito distante da felicidade desfrutada por aqueles que conheciam o Criador de todas as coisas.

Homem de origem burguesa, Jean de Léry conviveu com alguns dos grandes representantes da tendência calvinista ligados à política na França seiscentista. Na sua obra, demonstrou o quanto se deixou encantar pelas belezas e, ao mesmo tempo, pelos horrores da,

então, Nova Terra, revelando a presença do imaginário popular europeu a respeito dos índios e da América. Ele “concebeu os tupinambás como o elo perdido entre o homem civilizado e a natureza”, destacando aspectos de sua educação natural “em contraposição aos artificialismos da criação européia” e apontando que entre europeus cristãos “existiam criaturas mais abomináveis e desprezíveis do que entre os índios”.⁵² Este aspecto fica plenamente evidenciado no tratamento que deu à antropofagia, negando sua identificação com o canibalismo, na medida em que se constituía em ritual movido pela vingança.

A experiência vivida pelo huguenote e artesão francês de 1557 é relatada por alguém livre de preconceitos, feliz e aventureiro. Ao voltar à Europa, retomou os estudos de teologia em Genebra e, anos depois, escreveu sobre a viagem. A perda de seu primeiro manuscrito levou-o a escrever um segundo, baseado, em grande parte, em memórias e recordações, devido à ausência das anotações originais.

Ao localizar, mais tarde, o primeiro manuscrito, provavelmente incorporou as duas produções no texto final da *Viagem à Terra do Brasil*, publicado em 1578, inspirado na “lembrança de uma viagem feita expressamente à América”, com a principal missão de “estabelecer o verdadeiro serviço de Deus”⁵³ ou seja, a evangelização. O livro seria, então, marcado pela nova condição de Léry, um pastor pessimista, marcado pelos horrores das guerras civis e que concebia os indígenas como idólatras, antropófagos e atormentados por demônios. Como já observado por Raminelli

(...) ao reescrever a narrativa de viagem, Léry teria sido influenciado pelos conflitos religiosos e pela demonologia de Jean Bodin. Assim, ao remeter-se à experiência da juventude, Jean de Léry reescreveu a narrativa de viagem com a preocupação de um teólogo em meio às querelas religiosas do quinhentos.⁵⁴

Essa ambigüidade não o impediu, no entanto, como observou Certeau (1982), que os relatos feitos pelo calvinista francês introduzissem “a dimensão da subjetividade”, inaugurando o tema da alteridade nas crônicas coloniais, já que Léry assume “que ele é tão estranho para o índio, quanto o índio o é para ele. Deste modo, estabelece uma simetria, que funciona como condição de produção de um discurso não-reducionista”.⁵⁵

As situações descritas na *Viagem à Terra do Brasil* apontam para a valorização das manifestações emotivas – de medo ou de alegria – entendidas como jogos de relações sociais e negociações de poder entre ambos. Isso diferencia significativamente os relatos do calvinista dos relatos dos missionários e leigos católicos que, apesar de vivenciarem experiências similares de convívio, mostraram-se empenhados existencialmente na conversão e na “civilização da conduta e dos afetos” dos indígenas.

O olhar que manipula a hostilidade

Na obra *História da Missão dos Padres Capuchinhos na Ilha do Maranhão e Terras Circunvizinhas* (1610), do padre capuchinho francês Claude D'Abbeville, podemos perceber aversão e temor aos portugueses, já que estes constituíam uma ameaça à segurança dos franceses instalados no Maranhão. Segundo o capuchinho, os portugueses seriam responsáveis pelo grande mal causado aos “pobres índios tupinambás”. Os lusitanos são descritos como uma “maldita raça” que estaria “esgotando esta grande e antiga nação e reduzindo-a em pequeno número, como deves saber que é atualmente”.⁵⁶

Para uma melhor compreensão dos costumes uns dos outros, europeus e indígenas procuraram adaptar-se à situação colonial, utilizando uma série de procedimentos facilitadores do contato. O conhecimento do outro, a princípio, se tornou imprescindível. Para atingir seus objetivos, os franceses procuraram, além de se tornarem “conhecidos dos índios”, conhecer previamente “seus costumes e modos de viver, a fim de com maior proveito lhes fazermos compreender o objetivo de nossa vinda”.⁵⁷ Os índios, por sua vez, também observaram os costumes europeus, pois, segundo a percepção do capuchinho, queriam imitá-los por admirarem sua cultura.

Devem ser lembradas aqui as motivações dos indígenas para o estabelecimento de alianças com os franceses. Além dos benefícios decorrentes do escambo, havia o interesse de proteção, o que fazia dos franceses indivíduos de “boa índole”, “boa gente”,⁵⁸ dotados das melhores intenções humanistas em relação aos nativos. Eles próprios se atribuíam adjetivos como “protetores dos índios”, o que permitiria que se tornassem “nação tão grande quanto outrora”.⁵⁹

Na percepção do capuchinho, os “pobres índios tupinambás” seriam indivíduos “banidos e exilados”⁶⁰ pelos portugueses. Praticavam o nomadismo devido “à crueldade e à tirania de seus inimigos”, visto que “se viram forçados a deixar sua pátria e as regiões em que nasceram para refugiar-se nessas ilhas marítimas e plagas próximas do mar em que se encontram agora”.⁶¹ Aos franceses, portanto, caberia a missão de proteger os desamparados nativos e de praticar a justiça divina no novo continente. Daí analisarmos as narrativas do capuchinho na perspectiva de um “olhar que manipula a hostilidade”.

Para D'Abbeville, os lusitanos eram os responsáveis pela infelicidade dos índios, os quais haviam se “refugiado na Ilha do Maranhão e regiões circunvizinhas para escapar ao domínio dos portugueses”.⁶² Os franceses, ao contrário, como doutrinadores e incentivadores dos bons costumes, logo que se fixaram no Maranhão, estabeleceram um conjunto de leis que buscava assegurar o bem-estar dos índios e reforçar as práticas de cordialidade

tradicionais. Buscando uma boa referência para as “relações mútuas, proteção de suas vidas e honra, como à segurança de seus bens”, os clérigos franceses declararam a si próprios como os “protetores dos índios”, ordenando que nenhum português “espanque, injurie, ultraje, ou mate sob pena de sofrer castigo idêntico à ofensa”⁶³ em represália. Todavia, em relação aos índios, esta decisão também possuía a intenção de “atraí-los pela doçura ao conhecimento de nossas leis humanas e divinas”,⁶⁴ a fim de convertê-los à fé cristã.

Para D’Abbeville, os costumes dos índios, em geral, consistiam em algo abominável, principalmente a organização de grupos familiares poligâmicos e os atos de antropofagia. Sobre este último, o missionário chegou a indagar se haveria, “com efeito, maior crueldade do que matar e massacrar os homens a sangue-frio, com alegria até, e ainda (o que é horrível e todas as demais nações bárbaras aborrecem), aspergir de sangue humano os convivas nos festins?”⁶⁵

D’Abbeville acompanhou com espanto a realização de alguns rituais antropofágicos. Em determinada ocasião, percebeu que nos cerimoniais de antropofagia havia o acolhimento de um inimigo, feito prisioneiro numa guerra. Ele observa que “para não serem julgados cruéis, dão-lhe então comida e bebida à vontade. Passeiam-no em seguida pelas casas, choram-no e fazem-no dançar e saltar até fartar-se”,⁶⁶ para posteriormente matá-lo cruelmente, conforme o relato do capuchinho. Foi ao narrar esses rituais que o capuchinho demonstrou de forma mais evidente sua decepção em relação aos indígenas. Percebeu que, “embora sejam todos da mesma nação e todos tupinambá, atíça-os o diabo uns contra os outros, a ponto de se entrecomerem”.⁶⁷

Os registros de contatos amistosos e cordiais estão presentes em boa parte da obra de D’Abbeville. Os índios contatados são, em sua maioria, descritos como pacíficos, comportando-se com ira somente com aqueles que lhes queriam ou faziam o mal – como os portugueses. Sempre que se encontravam com os índios, conta D’Abbeville, franceses e indígenas trocavam “cumprimentos costumeiros, feitos por todos uns após outros”.⁶⁸ Por onde passavam, “todos os principais das aldeias” nativas “faziam o mesmo; consideravam grande honra hospedar-nos em sua casa e tomavam por afronta a recusa ou a escolha de outro aposento”.⁶⁹

D’Abbeville expressa seu contentamento, afirmando que “não é possível dizer a que ponto esse povo é bom e acolhedor”,⁷⁰ ressaltando as boas relações que ocorreriam entre franceses e indígenas. A predisposição ao contato era tamanha que eles se demonstravam prontos para satisfazer as solicitações ou suprir as necessidades dos franceses, como, por exemplo, a execução de trabalhos:

Desejando os índios mostrar sua alegria e contentando pela nossa chegada, logo pela manhã muitos se encaminharam para junto do Sr. Rasily e de nós quatro, pondo-se a construir choupanas e cabanas de ramos de palmeiras, para nossa moradia, enquanto se preparava o lugar escolhido para o forte.⁷¹

Em retribuição, os franceses tinham o cuidado de não “ofendê-los e surpreendê-los”,⁷² evitando tornar-se desagradáveis aos nativos. Os índios, por sua vez, procuravam sempre “trazer os seus agrados”,⁷³ em especial para os religiosos:

Também os índios, sabendo de nossa chegada, por nos terem visto da praia, e não querendo aguardar o nosso desembarcar que lhes parecia demorado, cheios de dedicação e curiosidade embarcaram em suas canoas e vieram visitar-nos. E logo a primeira vista trataram-nos como se estivessem acostumados a ver-nos, conversando conosco familiarmente.⁷⁴

A obra de Claude D’Abbeville foi publicada em 1610, na cidade de Paris e relata a passagem do clérigo francês pelo Brasil, enfatizando os perigos da terra e a ameaça de alguns dos seus nativos, bem como o grande obstáculo que representavam os lusos para a sua empreitada no Maranhão. Essa questão foi, sem dúvida, uma preocupação central na narrativa do capuchinho, empenhado em “justificar por que a missão dos índios do Maranhão podia funcionar somente com os franceses e não com os portugueses, os quais já tinham estabelecido missões, sobretudo dos jesuítas, em quase toda parte de seus domínios”. D’Abbeville ressalta, em razão disso, “a livre submissão dos índios à aliança com os franceses e a política da doçura, de bom tratamento dos índios”.⁷⁵

Quanto à avaliação da conduta dos indígenas e de sua prontidão para a conversão, as percepções do capuchinho, no entanto, se aproximam das percepções presentes na documentação jesuítica, ao se apoiarem no referencial bíblico e nas pautas comportamentais civilizadas para aproximar os indígenas dos bárbaros, privados de sentimentos adequados e apropriados à vida em comunidade.

A conversão do índio à fé cristã se constituía em motivo para fazer o coração de D’Abbeville “bater de alegria”.⁷⁶ Devemos, contudo, observar que na narrativa do capuchinho sobre os tupinambá do Maranhão “a solicitude em atirar-se nos braços dos europeus é ainda mais sublinhada, e pintada em cores temerariamente apologéticas”.⁷⁷ Esse fato nos obriga a relativizar o alcance da atuação missionária e a disposição dos indígenas que, segundo o capuchinho, buscavam “sempre imitar-nos”.⁷⁸

Mais do que ressaltar a cordialidade que caracterizava os contatos entre os franceses e os indígenas, D’Abbeville nos oferece uma ampla visão sobre a política de alianças e sobre os conflitos tradicionais existentes entre determinados grupos indígenas e as rivali-

dades entre franceses e portugueses e seus respectivos aliados, razão pela qual sobressai de sua narrativa um “olhar que manipula a hostilidade”, manipulação estrategicamente empregada para implementar a evangelização.

Considerações finais

Em sua obra *A invenção do cotidiano*, De Certeau nos fala da capacidade que existe na ação do homem ordinário que recria, no cotidiano, práticas de vida, entendidas como modo de fazer que implicam estratégias e táticas de pessoas e grupos em determinados contextos.⁷⁹ A isto chamou de reinvenção do cotidiano que “é astuciosa, é dispersa, mas ao mesmo tempo (...) se insinua ubiquamente, silenciosa e quase invisível, pois não se faz notar com produtos próprios, mas na maneira de empregar os produtos impostos por uma ordem dominante”.⁸⁰ Ao analisar aspectos da história construída no cotidiano por indivíduos desprezados como protagonistas desses relatos históricos, De Certeau resgata-os como personagens que – através de táticas – organizam as “maneiras de jogar em campo alheio”, das quais deixam vestígios que apontam para marcas de subjetividade nas ações que desenvolvem.

Referindo-se aos usos e consumos de “bens culturais”, o jesuíta francês observa que “os conhecimentos e as simbólicas impostas são objeto de manipulação pelos praticantes que não são seus fabricantes”, das quais resultam “procedimentos de consumo combinatórios e utilitários”, caracterizados por uma criatividade tática e bricoladora.⁸¹ A etapa colonial pode ser compreendida – numa perspectiva interrelacional – como um processo de articulação e de negociação, no qual os sujeitos atuaram com suas experiências e, de forma fundamentalmente criativa, se apropriaram do espaço colonial organizado e reinterpretaram um discurso recebido, produzindo um novo.

É em decorrência disso que se torna fundamental, na análise dos registros feitos por cronistas religiosos e leigos dessa época, considerar a que período/etapa da colonização se referem e qual a intenção de sua descrição, mesmo porque a seleção ou a omissão de determinados elementos apontam para aquilo que De Certeau denominou “construção utilitária do relato”.⁸²

Pierre Bourdieu, por sua vez, já demonstrou que a prática não pode ser deduzida exclusivamente das regras; ela deve ser tomada, ao contrário, como uma improvisação, como um aprendizado do uso de determinadas regras, no qual as “maneiras de ver e o contexto estão associados e se implicam mutuamente”.⁸³

Deve-se ressaltar, mais uma vez, que, de forma alguma, estamos negligenciando ou minimizando os resultados que a implementação do projeto de colonização ocasionou.

Nossas reflexões estão orientadas para aquelas situações de convívio intercultural que ocorreram, a despeito das normatizações e determinações administrativas e eclesiásticas, e que, em razão disso, tiveram suma importância para a compreensão da “integração da novidade no tradicional”⁸⁴ e da criação de “um espaço de jogo para maneiras de utilizar a ordem imposta”.⁸⁵

Além de exporem cenas de contato, conflito ou de interação cotidiana, as narrativas feitas pelos cronistas descrevem processos combinados de resistência, adaptação, transformação e criação que conferiram peculiaridades e originalidade ao processo vivenciado por europeus e indígenas. Elas narram, sobretudo, sobre um tempo de convivência, no qual afloraram afinidades e inimizades, se esboçaram novas formas de relacionamento e laços foram tecidos, desfeitos e refeitos, na medida em que novas situações eram enfrentadas e novos papéis sociais eram exigidos.

Essas experiências de convívio intercultural foram, portanto, marcadas por relações que oscilaram entre os códigos de hostilidade e de cordialidade que ora restringiam, ora estimulavam espaços e situações de sociabilidade que acenavam para uma humanidade passível de ser compartilhada. A perspectiva interacional deve ser vista como um processo de relação, de articulação, de negociação, no qual os sujeitos atuaram com suas experiências e de forma fundamentalmente criativa. Em sua dimensão antropológica, a cultura se produz através da interação social dos indivíduos que elaboram seus modos de pensar e sentir, constroem e manejam suas identidades e estabelecem suas rotinas. Desse modo, a cultura fornece aos indivíduos aquilo que Michel de Certeau chama de “equilíbrios simbólicos, contratos de compatibilidade e compromissos mais ou menos temporários”.⁸⁶

Recebido em dezembro/2004; aprovado em maio/2005

Notas

* Doutora em História pela PUC-RS, de Porto Alegre. Professora da Graduação e da Pós-Graduação em História da Unisinos, São Leopoldo, RS. Desenvolve investigações vinculadas às linhas de pesquisa “Populações Indígenas e Missões Religiosas na América Latina” e “Idéias e Movimentos Sociais na América Latina”.

¹ GRUZINSKI, S. *O Pensamento Mestiço*. São Paulo, Companhia das Letras, 2001, p. 28.

² GRUZINSKI, op. cit., p. 50.

³ MAUSS, M. A Expressão Obrigatória dos Sentimentos. *Ensaio de Sociologia*. São Paulo, Perspectiva, 1981.

- ⁴ PESAVENTO, S. J. “Ressentimentos e Ufanismo: sensibilidades do Sul profundo”. In: BRESCIANI, S. e NAXARA, M. *Memória (res)sentimento. Indagações sobre uma questão sensível*. Campinas, Ed. da Unicamp, 2001.
- ⁵ PRATT, M. L. *Os Olhos do Império: Relatos de Viagem e Transculturização*. Bauru, SP, Edusc, 1999, p. 30.
- ⁶ *Ibid.*, p. 27.
- ⁷ *Ibid.*, p. 32.
- ⁸ FAUSTO, C. *Os Índios antes do Brasil*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2000, pp. 56-57.
- ⁹ MONTEIRO, J. “Armas e Armadilhas”. In: *A Outra Margem do Ocidente*. São Paulo, Companhia das Letras, 1999, p. 238.
- ¹⁰ LIMA, T. S. *Transformações indígenas – os regimes de subjetivação ameríndios à prova da história*. Disponível em: <www.nuti.scire.coope.ufrj.br/arquivos/projeto_nuti.pdf>. Acesso em 15/06/2005.
- ¹¹ FAUSTO, C. *Inimigos Fiéis: história, guerra e xamanismo na Amazônia*. São Paulo, Edusp, 2001.
- ¹² *Ibid.*, p. 329.
- ¹³ *Id.* Comentários de Carlos Fausto. *Nuevo Mundo Mundos Nuevos*, n. 1, 2001. Disponível em: <http://nuevomundo.revues.org/document_517.html>. Acesso em 10/05/2005.
- ¹⁴ *Ibid.*
- ¹⁵ LÉVI-STRAUSS, C. *A História do lince*. São Paulo, Companhia das Letras, 1991, p.16.
- ¹⁶ ALMEIDA, M. R. C. de. “O nativo torna-se índio”. *Jornal do Brasil*. Disponível em: <<http://jbonline.terra.com.br/destaques/500anos/id2ms2.html>>. Acesso em 05/09/2003.
- ¹⁷ PERRONE-MOISÉS, L. *Vinte Luas*. São Paulo, Companhia das Letras, 1996, pp. 94-95.
- ¹⁸ CARDOSO, S. “Variações em torno da felicidade dos selvagens”. In: NOVAES, A. *A Outra margem do Ocidente*. São Paulo, Companhia das Letras, 1999, p. 363.
- ¹⁹ VIVEIROS DE CASTRO, E. *Araweté: os deuses canibais*. Rio de Janeiro, Zahar/Anpocs, 1986.
- ²⁰ LÉVI-STRAUSS, C. *As estruturas elementares do parentesco*. Petrópolis, Vozes, 1982, p. 99.
- ²¹ FAUSTO, C. “Da inimizade – forma e simbolismo da guerra indígena”. In: NOVAES, A. (org.). *A outra margem do Ocidente*. São Paulo, Companhia das Letras, 1999, p. 265.
- ²² *Ibid.*, p. 274.
- ²³ *Ibid.*, p. 252.
- ²⁴ *Ibid.*, p. 252.
- ²⁵ RADCLIFFE-BROWN, A. R. *Sobre las relaciones burlescas. Estructura y función en la sociedad primitiva*. Barcelona, Ediciones Península, 1974.
- ²⁶ MAUSS, M. Essai sur le Don. Forme et Raison de l’Echange dans les Sociétés Archaïques. *Sociologie et Anthropologie*. Paris, PUF, 1991, pp. 145-171.
- ²⁷ Ver MASSIMI, M. “Visões do homem e aspectos psicológicos no encontro entre a cultura portuguesa e as culturas indígenas do Brasil, no século XIV”. In: ALFONSO-GOLDFARB, A. e MAIA, C.A. *História da ciência: o mapa do conhecimento*. Rio de Janeiro/São Paulo, Expressão e Cultura/Educ, 1995, pp. 143-154.

- ²⁸ ANCHIETA, J. de. 1933, pp. 435-436.
- ²⁹ Id. *Correspondência ativa e passiva*. São Paulo, Loyola, 1984, p. 80.
- ³⁰ Id. *Informações, Fragmentos Históricos e Sermões*. Belo Horizonte/São Paulo, Itatiaia/Edusp, 1988, p. 212.
- ³¹ Id., 1984, p. 313.
- ³² Id., 1988, p. 55.
- ³³ Ibid., p. 105.
- ³⁴ Id. *Cartas, Informações, Fragmentos Históricos e Sermões do Pe. José de Anchieta (1554-1594)*. Rio de Janeiro, Academia Brasileira de Letras/Civilização Brasileira, 1933, p. 214-226.
- ³⁵ Id., 1988, p. 424.
- ³⁶ Id., 1977, p. 270-271.
- ³⁷ AUGRAS, 1991, p. 33
- ³⁸ LÉRY, J. de. *Viagem à Terra do Brasil*. São Paulo, Martins/Edusp, 1972, p. 66.
- ³⁹ Ibid., p. 66.
- ⁴⁰ Ibid., p. 70.
- ⁴¹ Ibid., p. 70.
- ⁴² Ibid., p. 73.
- ⁴³ Ibid., p. 189.
- ⁴⁴ Ibid., p. 73.
- ⁴⁵ Ibid., p. 43.
- ⁴⁶ Ibid., p. 43.
- ⁴⁷ Ibid., p. 46.
- ⁴⁸ Ibid., p. 47.
- ⁴⁹ Ibid., p. 115.
- ⁵⁰ Ibid., p. 53.
- ⁵¹ Ibid., p. 78.
- ⁵² RAMINELLI, 2000, p. 41-42.
- ⁵³ LÉRY, op. cit., p. 1.
- ⁵⁴ RAMINELLI, 2000, p. 42-43.
- ⁵⁵ AUGRAS, 1991, p. 34.
- ⁵⁶ D'ABBEVILLE, C. *História da Missão dos Padres Capuchinhos na Ilha do Maranhão e terras circunvizinhas*. Belo Horizonte, Itatiaia/Edusp, 1975, p. 61.
- ⁵⁷ Ibid., p. 77.
- ⁵⁸ Ibid., p. 61.

⁵⁹ Ibid., p. 61.

⁶⁰ Ibid., p. 16.

⁶¹ Ibid., p. 16.

⁶² Ibid., p. 65.

⁶³ Ibid., p. 128.

⁶⁴ Ibid., p. 128.

⁶⁵ Ibid., p. 229.

⁶⁶ Ibid., p. 231.

⁶⁷ Ibid., p. 209.

⁶⁸ Ibid., p. 78.

⁶⁹ Ibid., p. 78.

⁷⁰ Ibid., p. 78.

⁷¹ Ibid., p. 56.

⁷² Ibid., p. 51.

⁷³ Ibid., p. 55.

⁷⁴ Ibid., p. 55.

⁷⁵ OBERMEIER, F. “Documentos sobre a Colônia do Maranhão (1612-1615)”. In: COSTA, W. C. da. (org.). *História do Maranhão: novos estudos*. São Luís, Edufina, 2004, p. 44.

⁷⁶ D’ABBEVILLE, op. cit., p. 101.

⁷⁷ CASTRO, E. V. *A inconstância da alma selvagem e outros ensaios de antropologia*. São Paulo, Cosac & Naify, 2002, p. 197.

⁷⁸ D’ABBEVILLE, op. cit., p. 81.

⁷⁹ Segundo Michel de Foucault, a diferença entre estratégias e táticas é que a lógica de ação das estratégias está ligada à estrutura, ao poder, a um espaço e tipo de conhecimento definidos. Já as táticas orientam ações no campo de visão do outro de forma não subordinada a sua estrutura de origem. As estratégias têm a ver com um saber que é poder. Postulam um lugar próprio, com espaços delimitados, dominados pela de quem observa, mede, controla e absorve tudo o que pode se considerar estranho (DE CERTEAU, 1994, p. 100). E o receptor, quando opera por táticas, realiza margens de manobra sobre os pactos ofertados, sobre o lugar que lhe é proposto. Mas, em suas operações, como qualquer operação tática, “o fim é a vitória”. CLAUSEWITZ, C.I von. *Da Guerra*. São Paulo, Martins Fontes, 1996, p. 15.

⁸⁰ DE CERTEAU, MI. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Petrópolis, Vozes, 1994, p. 39.

⁸¹ Ibid., p. 95.

⁸² Ibid., p. 42.

⁸³ BOURDIEU, P. *Coisas Ditas*. São Paulo, Brasiliense, 1990, p. 21.

⁸⁴ CUNHA, M. C. da. *Antropologia do Brasil: mito, história, etnicidade*. São Paulo, Brasiliense, 1987, p. 101.

⁸⁵ DE CERTEAU, op. cit., pp. 93-94.

⁸⁶ Ibid., pp. 46-47.

ENTREVISTA

LUTAS SOCIAIS NA BOLÍVIA* Entrevista com Evo Morales**

Ramon Casas Vilarino***

Em outubro de 2003, o povo boliviano conseguiu expulsar o presidente da República, e, na última semana, a empresa Águas Del Illimani,¹ recorrendo a manifestações de rua. O povo não confia nas instituições?

Evo Morales: Não. Quer dizer, o povo confia nas instituições, porém não confia nos representantes das instituições. Lutamos pela democracia, porém, lamento muito que os representantes de qualquer instituição democrática, como do poder executivo, do legislativo, não respondam às aspirações do povo. Esse é o tema de fundo, porque uma coisa se diz nas campanhas eleitorais e outra coisa se faz. Prometem uma coisa ao povo e não cumprem as promessas, fazendo o que interessa ao grupo do poder. Essa é a diferença, e por isso começam as transformações profundas, pacíficas na democracia, e nós decidimos passar dos protestos às propostas. Porém, se nossas propostas não são atendidas nem entendidas, então vêm os protestos. E nessa conjuntura política é importante que as propostas venham acompanhadas de protestos, para que haja transformações na democracia, e, sobretudo, por meio do diálogo.

O senhor, como deputado, crê que o povo possa ter conquistas substanciais por meio das instituições, como, por exemplo, o Congresso Nacional?

Evo Morales: Queremos isso, porém, lamentavelmente isso não ocorre. Na Bolívia, penso que até na América Latina, o interlocutor válido da sociedade civil são os sindicatos, as organizações sociais e não o parlamento. Nos EUA, os representantes são os poderes executivo e o parlamento, enquanto que na Europa são as ONG's, como também o parla-

mento, segundo o que sei da minha pequena experiência, porém o que conheço são as ONG's. Mas, na América Latina e, especialmente na Bolívia, os interlocutores válidos do povo perante o Estado são as organizações sindicais e sociais do país.

Por que, apesar da democracia, as instituições parecem tão distantes da vontade popular?

Evo Morales: Uma coisa é a democracia ocidental e outra coisa é a democracia andina. Porque a democracia ocidental funciona através de prebendas, maiorias e minorias, interesses e imposições, e não razões. Na democracia andina há consensos e não maiorias e minorias, há os interesses do povo, baseados em relações de reciprocidade, solidariedade e, fundamentalmente, o livre uso de nossas riquezas. Essa é a grande diferença, e neste momento estamos em processo de como, através da Assembléia Constituinte, refundar a Bolívia e incorporar essas formas de democracia. Na democracia ocidental, pode-se viver da política, enquanto na democracia indígena original vive-se para o povo, vive-se para a democracia. Na democracia ocidental, a política é uma forma de projeção, um negócio, enquanto na democracia indígena é tudo serviço, vive-se para o povo e não da política. Essa é a democracia andina original indígena. A outra é o contrário.

*Por que o senhor, neste momento, declara guerra ao Presidente Carlos Mesa, quando há pouco o apoiava?*²

Evo Morales: Estou com armas para declarar guerra? O que pedimos publicamente e com muito respeito ao presidente, é que ele venha somar à luta do povo, que, com sofrimento e sentimento por esta terra, está pedindo transformações profundas neste modelo econômico, este sim contrário à democracia. O presidente está a serviço mais das transnacionais, esse é o tema central, e nós vamos apoiar coisas boas, e não coisas más para o povo, junto ao presidente. O aumento da gasolina é bom? É ruim. Defender imunidade ou chantagear para que a Câmara dos Deputados aprove a imunidade para os soldados norte-americanos (em território boliviano) é bom? É ruim. As transnacionais de petróleo explorando nosso território, isso é bom?³ É ruim. O projeto para que as forças armadas empunhem armas contra o povo, é bom? É ruim. É isso que estamos rechaçando. E se amanhã nos dizem: “Vamos recuperar as minas?” Estamos nessa.

O seu partido parece dividido em relação a isso. Há disputas internas e incômodo com a sua liderança?

Evo Morales: Não há disputas, jamais vão me disputar a liderança. O que há é como aproveitar esta conjuntura para viver da política, como negociar cargos, e não são muitos, são alguns senadores que querem entrar nesse jogo. Esse jogo de buscar cargos, embaixadas, prefeituras, ministérios. Falo de Filemón Escobar.⁴ Ele falou de ética. Qual ética? Veja como se apresenta a salvação das coisas. Filemón Escobar, em 1980, apoiou Victor Paz

Estenssoro, do MNR, isso está nos jornais. Esse governo massacrou os trabalhadores. Filemón Escobar é responsável também por dizer sim a ministros corruptos, quando a bancada parlamentar dizia não. É um oportunista que vive da política. Jornalistas e dirigentes da COB⁵ me disseram que Escobar é agente da CIA. Nunca acreditei. Pensei que fosse para criar uma intriga. Porém, agora, tudo é contra Evo Morales, contra o MAS, dizem os agentes da CIA. Por exemplo, depois das eleições de 2002, quando recebemos um milhão de dólares do Estado legalmente, e menos de meio milhão de dólares foram gastos, sobraram mais de meio milhão de dólares e eu decidi, como presidente do MAS devolver, e Escobar me pediu para comprar algumas notas fiscais frias para não devolver esse dinheiro. Isso é corrupção. E eu não fui com ele.

Eu posso publicar isso?

Evo Morales: Sim, por isso que estou dizendo, por isso estamos gravando. Senão eu não gravaria. Não é uma disputa de liderança, mas são os interesses econômicos, a ambição de Escobar. Seguramente, é a sua única oportunidade para viver e ganhar dinheiro e isso está claro.

O MAS (Movimento ao Socialismo),⁶ em sua denominação, indica o socialismo como proposta. Como pretende construir o socialismo na Bolívia?

Evo Morales: É um processo. Há que começar a recuperar a forma de vida andina original. No campo temos o *ayllu*.⁷ É um Estado, tem a sua autoridade, sua própria estrutura, porém não há propriedade privada. A propriedade é coletiva. Há uma área para criação de gado, outra agrícola, e assim se vive. É uma forma melhor de viver em coletividade, em comunidade. O comunismo vem da comunidade. O socialismo é parte, digamos, dessa forma de viver em sociedade, em igualdade e, sobretudo com base na solidariedade. É um processo: como recuperar essas formas de vida, que nossos avós, nossos antepassados, nossas famílias, nossos povos viveram mais de quinhentos anos, e sobreviveram, ainda que nos tenham condenado ao extermínio, graças a essa solidariedade, à comunidade e à coletividade. Quando conseguimos ajuda externa, dívida externa? Nunca. Capitalização? Que capitalização? Ajuda externa, nos tirando os recursos naturais? Isso tem que terminar. Então, nós queremos começar esse processo de construção da nova sociedade, da nova Bolívia, sem discriminadores e sem discriminados, sem opressores nem oprimidos, sem exploradores nem explorados. Isso é um processo. Há que se educar o povo. O modelo tem que ser alheio à corrupção, às prebendas. Eu digo que na Bolívia, começando este novo milênio, este tem que ser de consciência e não de prebendas. Em 2002 e 2004, nas eleições nacionais e municipais, apostaram no equilíbrio de poderes, o poder da consciência e o poder do dinheiro. O poder da prebenda. Nós somos a primeira força política a realçar o poder da consciência.

Nos marcos da democracia burguesa, o senhor entende que se possa ter um governo do povo?

Evo Morales: Nesse processo, é importante a diversidade econômica e a heterogeneidade produtiva que existem em nosso país. Há que se relevar isso. Acabamos de dizer: “fora este empresário!” ou “fora esta burguesia!”, e eu conheci empresários solidários com os pobres, que compartilham seus ganhos, enquanto há a burguesia saqueadora, parasitária, faminta, então é muito diferente. Eu creio no processo de construção do socialismo comunitário, baseado na comunidade e na coletividade e, fundamentalmente, baseado na reciprocidade. É possível passar, digamos, etapas, para chegar aos princípios de equilíbrio econômico, equidade e justiça.

Não havia condições objetivas para, em outubro de 2003, o movimento popular encaminhar-se a uma revolução?

Evo Morales: Em outubro de 2003 o objetivo fundamental era recuperar a propriedade. Se o governo Sánchez de Lozada permitisse recuperar a propriedade do petróleo e do gás, assim como Carlos Mesa decidiu rescindir o contrato e estamos recuperando a água potável, duvido que ele tivesse caído. No entanto, Sánchez de Lozada provocou um massacre. O movimento popular quer entrar no poder pela “porta ampla”, pela via democrática, não por um golpe. É um processo, e vamos continuá-lo, pois aqui não aceitam que um índio, ainda que seja maioria, possa ser presidente do país. Estou convencido desses passos, passos firmes e seguros, esperando com paciência, porém nos organizando, porque cedo ou tarde os índios vão governar este país.

O senhor não crê na possibilidade da revolução ou não concorda com a via revolucionária?

Evo Morales: Estamos na revolução. Este é um processo de transformações. Isso pode ser através dos movimentos sociais, e também pelas eleições, e não creio que devemos levantar armas contra o Império, porque agora estamos na época de levantar armas e fazer guerrilhas contra o império das transnacionais. Ademais, o movimento indígena respeita muito a vida, e não vamos atirar, mas estamos vendo que o Império levanta armas para matar a humanidade. Se a revolução não levantar as armas contra o Império, ela ganha consciência e, com consciência, derrota o Império. Veja Hugo Chávez, por exemplo. Quando Chávez fez guerrilhas contra o Império, contra a oligarquia racista e fascista da Venezuela, Chávez derrotou o golpe de Estado fascista, um golpe econômico fascista, a direita dos bancos privados, ele derrotou um golpe constitucional que queriam fazer através do referendun, que de revogatório acabou ratificando o mandato, e isso graças à consciência do povo, e se a revolução foi feita o foi com consciência. E então a direita do Império levanta as armas, e o faz com que pretexto? É uma guerra preventiva. O que é uma guerra preventi-

va? São interesses em relação aos recursos naturais. O Iraque tem armas de destruição em massa? Se o tivesse não teria havido intervenção tão sangrenta, desumana e selvagem de Bush no Iraque. Na Bolívia, nas décadas de 50 e 60, os dirigentes sindicais eram acusados de vermelhos, de comunistas, perseguidos, havia massacres a mineiros, assassinatos de dirigentes; nos anos 80 e 90 fomos acusados de narcotráfico e dos massacres nas zonas cocaleiras, e a folha de coca não é cocaína. O produtor de folha de coca não é traficante. O consumidor da folha de coca não é narcodependente. A folha de coca é um produto que faz bem à saúde humana. Porém, depois do 11 de setembro de 2001, nós somos narcotraficantes, os dirigentes sindicais são terroristas para os EUA. Ante essa provocação, não vamos fazer uma revolução armada. A revolução, agora, se faz com consciência e democracia, e, fundamentalmente, com propostas que permitam equilíbrios econômicos para a sociedade, para as maiorias do país.

Mas a democracia tem limites que restringem as conquistas ...

Evo Morales: Depende. Depende do líder, depende do presidente. Podem limitar o presidente, como estão limitando aqui na Bolívia, por exemplo. Não sei em outros países, porém, na Bolívia, lamentavelmente... A melhor forma é permitir que o povo decida o destino do país pelo referendun. Essa é a nossa conquista na Bolívia. Antes da democracia, até 1952,⁸ nós índios não tínhamos direito ao voto, diziam-nos que éramos analfabetos, não pagávamos impostos, portanto não tínhamos direito de votar. Quem se elegia? Elegiam-se oligarcas. O voto universal custou o sangue aos bolivianos nos acontecimentos de 1952. Em 2003 conquistamos o referendun, onde também decidimos o futuro do país com o nosso voto, e, agora, nós, quéchuas e aimarás podemos ser parlamentares, e isso nos custou sangue, luta, e agora estamos a um passo do palácio,⁹ e, antes, não podíamos entrar aqui, não podíamos dormir nesta praça, éramos considerados animais, essa transformação é uma revolução, porém, pacífica, sem matar ninguém. Ao contrário, nos mataram.

A Bolívia é um país com pelo menos dois terços de sua população vivendo na pobreza.¹⁰ Quais são os obstáculos e as medidas necessárias para superar esse estado?

Evo Morales: O sistema, o modelo, o colonialismo interno, a corrupção, e também os organismos internacionais que impõem políticas econômicas.

E como superar isso?

Evo Morales: Estudar, criar consciência, mais consciência, muito mais consciência dos povos, entender nossa realidade socioeconômica e, principalmente, nossa identidade, e, na Bolívia, tem que haver uma revolução cultural.

O MNR (Movimento Nacionalista Revolucionário), um dos principais partidos políticos, esteve à frente de um processo revolucionário, em 1952, porém, é o partido do ex-presidente Lozada e defende posições neoliberais. Como evitar que o mesmo ocorra com o MAS?

Evo Morales: O MAS não é um partido, ele se assenta nos movimentos sociais. Se o MAS tivesse uma estrutura própria como partido, talvez isso que você apontou pudesse ocorrer. Porém, o MAS tem como estrutura os movimentos sociais, especialmente do campo.

O senhor está preparado para enfrentar as pressões de transnacionais, organismos e governos estrangeiros caso se torne presidente?

Evo Morales: Sim, estou preparado. Só não estou preparado para roubar, para enganar e mentir ao povo. Estamos dispostos, os irmãos índios, com dignidade, autoridade, personalidade, a conversar com a comunidade internacional. Não devemos nada a ninguém, e sim nos devem. Eles devem ressarcir os danos feitos às maiorias nacionais, não só com políticas impostas, mas também com saques aos nossos recursos naturais.

Tendo em vista que outros países possuem situação semelhante à da Bolívia, uma união entre países da América Latina e, talvez, de outros continentes, facilitaria ou não o enfrentamento da pobreza?

Evo Morales: Há que ter uma unidade latino-americana para começar. Uma unidade nacional de todos os pobres e povos. Destacar essa grande família, o que chamamos *tama*, uma família grande, a comunidade, a grande família latino-americana com base nos seus recursos naturais, e, assim, estou convencido de que viveríamos melhor, ao invés da mendicidade que nos oferecem os EUA e a comunidade internacional. Assim, temos como recuperar o território, e, por isso, nós, indígenas, na Bolívia, dizemos “primeiro recuperar o poder, e do poder o território”, que são todos os recursos naturais, do solo, do subsolo e da superfície.

Como se daria essa união?

Evo Morales: A partir dos movimentos sociais, com líderes políticos como Hugo Chávez, Fidel Castro e outros, que permitam e facilitem a unidade dos povos organizados.

A Alca, nesse contexto, seria um retrocesso?

Evo Morales: A Alca é um ponto de vista ideológico, político, econômico que, para nós, é um Acordo de Livre Colonização das Américas. Ou melhor, Acordo da Legalização da Colonização das Américas. Isto do ponto de vista político, ideológico. Ou então Alga, Acordo de Livre Ganho nas Américas pelas transnacionais, é o aprofundamento do modelo econômico. Então, é um instrumento do Império para submeter os povos, para ter suas terras, seus mercados, e, em outras palavras, condenar os pobres à inanição na América Latina.

Porém, os governos latino-americanos, com exceção de Cuba e Venezuela, têm defendido maior abertura econômica e cooperação com os EUA. É necessário que o povo saia às ruas para impedir esse processo?

Evo Morales: Essas manifestações de rua são importantes para a unidade. É importante dizer a verdade sobre a Alca. Esse plano fracassou na América do Norte. No México, se comem tortas dos EUA, que são de Chiapas, e a livre importação no país é alta, eliminando os pequenos e médios produtores. Na Bolívia, por exemplo, isso destrói os agroindustriais de Santa Cruz de La Sierra. Somos ambos vítimas da livre importação. Estamos falando da Área de Livre Comércio das Américas. Então, não temos só que sair às ruas para protestar, mas também provocar uma maior consciência nos pequenos produtores, nos movimentos sociais, camponeses, artesãos; e também nos setores agroindustriais, que vão ser vítimas, porque não vão receber tantos subsídios de seus governos como se recebe nos EUA.

Como o senhor vê a política estadunidense contra o terrorismo e o Plano Colômbia?

Evo Morales: Trata-se de uma política intervencionista. É uma política de dominação, de colonização. Por exemplo, a luta contra o narcotráfico é um instrumento para que os EUA fortaleçam o poder e o controle sobre outros países. Não há nenhuma luta contra o narcotráfico. Criam mais instrumentos como o Plano Colômbia, a Alca, a dívida externa, e agora, por exemplo, estão falando das “Olimpíadas Antiterroristas”. Trata-se de treinamento das forças armadas latino-americanas sob a condução dos norte-americanos para enfrentar os movimentos sociais. Antes era o Plano Condor, depois o Plano Colômbia, agora se chamam “Olimpíadas Antiterroristas”. Já imaginou? São instrumentos que o Império criou para nos dominar.

Na próxima semana, realiza-se o Fórum Social Mundial, em Porto Alegre. O senhor pretende participar?

Evo Morales: Eu fui convidado, mas, por razões de política, conjuntura interna e responsabilidade com o momento da Bolívia, não vou viajar. Espero que me desculpem. Mando uma saudação especial, e espero que desse evento possam sair conclusões importantes para direcionar os debates nacionais e internacionais.

Como o Fórum Social Mundial pode contribuir para diminuir a exploração sobre os povos?

Evo Morales: De um fórum saem propostas, iniciativas e formas de interação e coordenação para ações conjuntas, em níveis nacional e internacional, e, se falamos de América, há que se falar de América Latina, onde políticas sólidas poderão acompanhar essas propostas.

O senhor já afirmou que será o próximo presidente. Como evitar que um projeto pessoal se sobreponha a um projeto social?

Evo Morales: Isso depende dos movimentos sociais, não depende de mim. O que eu disse é que a Bolívia deve ser governada por um índio. Seja eu ou quem for, isso depende dos movimentos sociais. Se os movimentos sociais me levarem novamente a ser candidato, ficarei encantado. Temos que, primeiro, escutar o povo. Chego à conclusão que em nossas organizações existem conhecimentos em defesa da humanidade. As organizações sociais são o reservatório de conhecimentos científicos em defesa da vida. Não é preciso importar políticas do Banco Mundial, do FMI nem de ninguém, só das organizações. Se estou convencido de que há que se estar com o povo e atender ao povo, por que me afastar dele? E se você tem sua origem no povo, por que tem que se afastar como presidente se for presidente? Jamais.

O senhor já foi comparado a Luís Inácio Lula da Silva. Como analisa o seu governo?

Evo Morales: Somos como irmãos. Irmão mais velho e irmão mais novo, por que ele veio das lutas sindicais, do meio operário e num partido, o PT, chegou a presidente. Eu venho das lutas sindicais também, do movimento indígena camponês, fizemos um instrumento político para o povo, o Movimento ao Socialismo (MAS), e quase ganhamos na primeira participação. Eu gostaria de conhecer o Lula, não tive ainda oportunidade, porém, ouvi que seus pais eram analfabetos. Meus pais também eram analfabetos, e eu nunca conheci empregada doméstica, e, segundo a imprensa, o Lula também não, até ser presidente. Então essas são coincidências tão naturais de dois representantes: um que sai do movimento operário, outro que sai do movimento indígena, que fazem de mim um irmão menor de Lula. Agora, não sei como está sendo seu governo no Brasil. Tenho ouvido suas mobilizações internacionais pela unidade com árabes, creio que também com a África, aqui na América Latina, e me parece interessante, e, tomara, o presidente que vem dos operários resolva os problemas das maiorias. Não conheço o Programa Fome Zero, que parece excelente, porém não sei como pôr tal política em prática.

O Presidente Lula desenvolve, no Brasil, um governo neoliberal, com cooperação com organismos como FMI, governos como dos EUA, apoio a transnacionais, reformas neoliberais que prejudicam o povo, os trabalhadores dos setores público e privado...

Evo Morales: Veja, o que posso dizer é que deve ser muito difícil governar o Brasil, com tamanha indústria. É o sexto maior país em indústria, não dá para comparar o Brasil com a Bolívia, então eu o respeito, porém, o que interessa é que em qualquer modelo, em qualquer sistema, se resolva a injustiça no Brasil. Creio que essa é a tarefa fundamental para começar essas transições profundas, e quando o povo, que é maioria despossuída, marginalizada, discriminada, é atendido regularmente, esse povo defende e começa a transformar

a política. Isso, eu creio, são as forças sociais. O povo unido, organizado, mobilizado é a força motriz que faz a história. O povo até muda presidentes, os expulsa; na América Latina somos campeões em expulsar presidentes, porém ruins para colocá-los.

Por outro lado, há uma identificação entre o senhor e o presidente Hugo Chávez. Há diferenças substanciais entre ambos, Chávez e Lula?

Evo Morales: Eu não posso opinar. Tenho que, antes, conhecer a situação ideológica, programática, de liderança, de identidade. Eu respeito muito o Lula, porque, num programa como o Fome Zero, será preciso ver os resultados, e como um governo num país tão grande possa resolver a situação econômica. E Chávez, junto ao seu povo, rechaçou a intromissão estrangeira, e, como Fidel, nos ensina a viver com dignidade e com soberania. A Venezuela tem uma situação diferente do Brasil. Ali há o petróleo. No Brasil também, mas são dois países muito diferentes. É preciso viver nos dois países para entender perfeitamente a situação para depois opinar. Porém, tenho admirado Chávez, porque derrotou o Império com consciência, sem usar armas contra os inimigos, que são fundamentalmente os oligarcas.

Como presidente, o senhor se aproximaria de Cuba e Venezuela?

Evo Morales: Temos que nos desquitar de Cuba. Em Cuba, Fidel fez a revolução com armas, porém, a situação era totalmente diferente. Em Cuba, por exemplo, apesar do bloqueio econômico, se vive com dignidade, com soberania. É o único país que dá bolsas de estudos aos pobres da América Latina e do mundo. No Brasil, não se dá nada. Nos EUA, se dão bolsas para que aprendam a nos matar, para militares. Em Cuba se dão bolsas para a área da saúde, e isso não se vê em nenhum país. Na Europa há bolsas para mestrados. Estou impressionado com Cuba. Quem vai ser bacharel? Os pobres, poucas vezes conseguem. Os temas saúde e educação estão resolvidos em Cuba, apesar do bloqueio econômico. Há que se lutar contra o bloqueio econômico e contra o neoliberalismo. Há décadas é o que se fazia, junto ao povo mobilizado, por causa do Império. Fidel, em sua época, o derrotou com armas, porém ele mesmo me disse “Não folgo de tê-lo feito”, pois é uma coisa muito dura. Agora há que fazê-lo, porém não com armas, mas com a consciência e o poder do povo. Eu tenho sido chamado de narcotraficante, de tudo. Esta semana, disseram que sou incapaz. Sou incapaz de roubar, porém capaz para governar junto ao povo. Mas seguimos firmes, apesar das acusações, como de receber dinheiro de Fidel, de Chávez, de Lula, me acusaram até de receber dinheiro de Kadhafi. Quero esclarecer, e é público, que recebi cinquenta mil dólares como prêmio pela defesa dos direitos humanos.

De qual organismo?

Evo Morales: Do Estado Líbio, em 2002. Esse mesmo prêmio receberam Mandela, Fidel, e tantas outras personalidades. Ultimamente, quem o recebeu foi Hugo Chávez. É um prêmio reconhecido mundialmente. E me orgulho de tê-lo recebido quando esses nomes

também o receberam. Tenho sido tão acusado, no entanto tenho o poder das minhas bases, e por isso me mantenho. Cheguei à conclusão que quando o líder escolhe o povo, e o povo, igualmente, escolhe seu dirigente, essa é a reciprocidade que existe entre o dirigente e as bases.

E como se daria essa aproximação entre Bolívia, Cuba e Venezuela?

Evo Morales: São as lutas dos povos que vão nos unir. Há unidade de dirigentes, porém, há somente que tratar da unidade dos povos e começar as transformações e buscar os resultados dessas lutas.

No Brasil, apesar de um governo composto por muitos ex-comunistas, alguns, inclusive, pegaram em armas para mudar o país, os movimentos sociais são reprimidos violentamente. Como o senhor, sendo presidente, lidaria com eles?

Evo Morales: É importante buscar transformações estruturais nesses temas. No tema da terra, no Brasil, estamos falando também dos movimentos indígenas, não é isso?

Sim, dos movimentos sociais em geral (indígenas, operários, estudantes, trabalhadores rurais). Pois, o Brasil, apesar de presidido por um ex-operário, originário dos movimentos sociais, esses mesmos movimentos são duramente reprimidos. Como o senhor lidaria com os movimentos sociais?

Evo Morales: Ouvi nos meios de comunicação, sobre massacres, mortes, enfim, mas, como não conheço suficientemente, teria que constatar melhor para opinar.

Mas, como presidente da Bolívia, como o senhor lidaria com os movimentos. Por exemplo, numa situação de pressão como esta por que passa o governo boliviano?

Evo Morales: Estamos prestando toda nossa solidariedade. E há fóruns, como o Fórum Social Mundial, que é um encontro próprio para debater esses temas e expressar nossa solidariedade.

Há alguma identificação entre a luta dos camponeses bolivianos com a dos camponeses brasileiros?

Evo Morales: Somos aliados do MST. Não só os camponeses, mas também o Movimento ao Socialismo. Estamos sempre em contato, através dos convites que tive para viajar e conhecer o movimento Sem Terra do Brasil. Temos a mesma luta, sobretudo contra os proprietários de terra. Não se podem ter muitas terras em poucas mãos, para que muitas mãos não fiquem sem terra. Na Bolívia, por exemplo, o latifúndio é inconstitucional, porém ele existe através de interesses de poder e para o núcleo do poder. Temos que acabar com o minifúndio e com o latifúndio.

O Brasil, pelo tamanho de seu território, população e economia, naturalmente tem influência nos rumos da América Latina. Como fazer para que o país contribua para a edificação de uma sociedade sem exploradores e explorados?

Evo Morales: É a meta para os trabalhadores dos movimentos populares no conjunto da América Latina, especialmente do Brasil. É um processo que tem que avançar para ter sucesso, buscando transformações profundas, porém de forma pacífica, através do diálogo e sem governos que não se preocupem em atingir essas metas.

Recebido em março/2005; aprovado em maio/2005

Notas

* Entrevista concedida a Ramon Casas Vilarino, no gabinete do deputado Evo Morales Ayma, na Câmara dos Deputados, em La Paz, no dia 19 de janeiro de 2005. A tradução, a transcrição e as notas explicativas são do entrevistador.

** Evo Morales, líder cocaleiro, é o principal nome da oposição boliviana. Eleito deputado pelo Departamento de Cochabamba, pelo MAS (Movimiento al Socialismo), ficou em segundo lugar na penúltima eleição presidencial, e, em dezembro de 2005, foi eleito presidente da República no primeiro turno.

*** Ramon Casas Vilarino é doutorando em Ciências Sociais pela PUC-SP e membro do Neils (Núcleo de Estudos de Ideologias e Lutas Sociais).

¹ Essa empresa, de origem francesa, explorava os serviços de água e esgotos na cidade de El Alto, vizinha à capital do país, no Departamento de La Paz. Uma paralisação na cidade, onde se situa o principal aeroporto da região, e barricadas nas ruas levaram o presidente Carlos Mesa a anunciar a revogação do contrato e a substituição da empresa francesa por uma estatal.

² Por ocasião da renúncia de Gonzalo Sánchez de Lozada, em outubro de 2003, os partidos políticos, incluindo o MAS, de Evo Morales, fizeram um pacto pela governabilidade, dando posse ao então vice-presidente, o historiador e empresário Carlos Mesa, sem partido. Em março de 2005, Mesa renunciou à Presidência, um ato calculado visando obter maior apoio no Congresso Nacional e junto à população. Sua estratégia, no entanto, deu-lhe pouco fôlego, uma vez que os movimentos sociais e os trabalhadores mais pobres continuaram pressionando, levando ao seu segundo pedido de renúncia, em junho, desta vez aceito pelo congresso. Até a posse de Evo Morales, o país foi presidido por Eduardo Rodríguez Veltzé, presidente da Suprema Corte.

³ A principal empresa em território boliviano, responsável por quase 15% do PIB do país é a Petrobrás, instalada desde 1996.

⁴ Senador pelo MAS, crítico declarado de Evo Morales e defensor do Presidente Carlos Mesa.

⁵ Central Obrera Boliviana.

⁶ O MAS completou recentemente dez anos. Tornou-se a segunda força política do país nas eleições gerais de 2002, polarizando a disputa com o MNR (Movimiento Nacionalista Revolucionário).

⁷ Os *ayllus* são comunidades formadas por laços de parentesco que foram a base do Império Inca.

⁸ Em 1952, a Bolívia teve um movimento revolucionário, liderado pelo MNR (Movimento Nacionalista Revolucionário), um dos principais partidos políticos desde então, quando, entre outras medidas, foram nacionalizadas as minas de estanho e as jazidas de petróleo, e estendido o direito de voto aos índios.

⁹ Evo Morales se refere ao sucesso na penúltima eleição, onde ele próprio ficou em segundo lugar para a Presidência da República, mas, também, ao fato de o Congresso Nacional, de onde ele fala, se situar ao lado do Palácio Presidencial, ambos na Plaza Murillo.

¹⁰ Para se ter uma idéia, segundo o informe “Crescimento, competitividade e emprego” da OIT (Organização Internacional do Trabalho), a Bolívia tem 65% de desempregados entre a população economicamente ativa. Cf. *El Diario*, Bolívia, 25/1/2005, matéria de capa.

PESQUISAS

O BONAPARTISMO URUGUAIO NOS EDITORIAIS DO *SEMÁNARIO BÚSQUEDA* (1973-1985)

Antonio Bezerra Nunes*

Este texto tem como objetivo explicitar os caminhos que vêm sendo tomados para a compreensão dos embates travados entre trabalhadores e o “partido da ordem”, em solo uruguaio, nos anos de 1973 a 1985. Além de uma bibliografia específica que nos proporcione entender, em seus aspectos internos e externos, o Uruguaio daquela época, temos como documentação essencial para o desenvolvimento deste estudo os editoriais do *Semanário Búsqueda*. Entretanto, quando ainda dávamos os primeiros passos para a realização desta pesquisa, fomos assolados por várias dificuldades, pois há uma grande ausência de trabalhos, em solo paulistano, sobre a história uruguaia, principalmente em relação ao recorte aqui proposto, ou seja, o período de sua última ditadura militar.

Antes de abordarmos tal recorte, vamos traçar uma linha histórica e sucinta dos principais acontecimentos uruguaiois a partir de sua independência. Nesse sentido, desde 1828, o Uruguaio tinha suas decisões políticas centradas em apenas dois partidos: *blancos* e *colorados*. Ambos com origens fincadas já nas lutas de independência, o primeiro teve como seu representante maior o caudilho Manuel Oribe; defensor da causa dos fazendeiros, da autoridade e da tradição, o *Partido Blanco* sempre se vangloriou de sua resistência às intervenções estrangeiras. Em relação ao segundo, seu maior expoente foi Fructuoso Rivera e, ao contrário do primeiro, era receptivo às idéias liberais e exteriores ao país – inclusive prestou apoio às invasões de brasileiros e argentinos durante o século XIX. Esse período é assinalado por vários conflitos, traduzidos em guerras civis entre partidários *blancos* e *colorados*. O último grande conflito entre os defensores de tais partidos foi a chamada Guerra Grande, em 1865. A partir daí, houve uma hegemonia ininterrupta por quase 100 anos (1865-1959) dos *colorados* na direção do Estado uruguaio. Esse rodízio entre os partidos tradicionais sofreu, aparentemente, uma mudança radical ano passado, pois, na-

quela ocasião, a Frente Ampla, organização fundada em 1971 que comunga da participação de *colorados* e *blancos* progressistas, *ex-tupamaros*, “socialistas”, “comunistas”, etc., chegou à presidência da República com o seu candidato “socialista” Tabaré Vázquez.

Após a década de 1870, ou seja, depois da participação uruguaia na Tríplice Aliança, – na qual a Argentina, o Brasil e o Uruguai lutaram contra o Paraguai nos anos de 1865-1870 –, o fenômeno de militares na presidência do país permitiu colocar em prática uma ideologia sustentada pela Asociación Rural. Fundada em 1871, essa organização sofreu uma ruptura nos anos 40, após sofrer ferrenhas críticas de Benito Nardone, apadrinhado no mundo da política por Domingo Bordaberry, pai do ditador J. M. Bordaberry. A partir dessa separação, a organização passou a ser denominada Liga Nacional de Acción Rural, com participação bastante relevante na instauração do bonapartismo uruguaio na década de 70, que agrupava os grandes produtores agroexportadores. Sinteticamente, é importante apontar que esses *empresarios-ganaderos*, como são chamados em território uruguaio, exigiam do governo a garantia de seus esforços para a produção e exportação de suas mercadorias, fundamentalmente a carne e a lã, revelados no respeito absoluto à propriedade privada, no cercamento dos campos e na existência de uma polícia eficaz que não coibisse somente o roubo de gado, bastante comum na fronteira com o Brasil, mas também que reprimisse violentamente qualquer ação que lhes parecesse contrária aos seus objetivos. É dessa forma que, ao retornar da guerra, os soldados são aproveitados, dando início, portanto, a uma profissionalização do exército.

Porém, é somente no começo do século XX que tais objetivos realmente se efetivaram, pois, a partir de um segundo impulso para a unificação da nação uruguaia, durante a presidência de José Batlle y Ordóñez, é que se tem um Estado centralizado, graças, fundamentalmente, à formação compacta do exército. Tal governo é apontado como seguidor de uma “*política de conciliación*” entre as classes urbanas, talvez daí a explicação para que o *batllismo*, através de uma alternância no poder entre seus partidários, tenha permanecido de 1903 a 1930 no comando do Estado uruguaio. Foi barrado somente pelo “*terrismo*” do general Gabriel Terra que, ao se eleger presidente da república em 1931, desferiu um golpe de Estado contra os uruguaios em 1933; a tragédia se repete em 1942, mas agora encabeçada por Alfredo Baldomir.

Durante o período de José Batlle y Ordóñez, observa-se uma virtual aliança entre *empresarios-ganaderos* e trabalhadores, proporcionando, assim, o assentamento de um terreno socioeconômico relativamente tranquilo, demonstrado em um crescimento acelerado das exportações dos principais produtos uruguaios. Entretanto, a partir de 1935, até

mais ou menos 1945, esse florescimento sofre uma aguda estagnação, ocasionado, principalmente, pela substituição de importações, financiada, em sua maioria, pelo excedente agropecuário e pelos rumos do cenário mundial, a saber: a II Guerra Mundial.

Embora os efeitos mais terríveis em momentos de crise econômica recaiam sobre os trabalhadores, o Uruguai teve, a partir do final da II Guerra, seu crescimento novamente retomado, conseguindo mantê-lo até a metade dos anos 50, quando, por um lado, os grupos agroexportadores exigiram uma política redistributiva favorável aos seus interesses, por meio da eliminação de impostos, diminuição da cota de divisas que repassavam ao Estado, desvalorização da moeda para obtenção de mais pesos uruguaios na troca com o dólar, e, por outro, com as pressões da incipiente burguesia industrial, que defendia maiores medidas protecionistas para suas mercadorias no mercado mundial, porque, segundo ela, a política econômica vigente não favorecia condições adequadas para os gastos com os salários e os impostos cobrados pelo Estado. No entanto, ainda que buscando atender às frações burguesas que se digladiavam em sua ânsia por maiores lucros, na segunda metade dos anos 50 o Estado uruguaio apresenta-se envolvido em um quadro de crise.

Praticando políticas que “buscavam” inserir a classe trabalhadora na divisão do “bolo social” e garantir o aumento de lucro da burguesia industrial, sem perder, obviamente, o apoio dos agroexportadores, o país chega ao importante ano de 1959, data na qual ocorre o primeiro empréstimo uruguaio junto ao Fundo Monetário Internacional (FMI).

Os esforços do governo, mesmo contando com os recursos do Fundo, não conseguem encontrar uma saída plausível para as questões que se apresentam, empurrando o país para um campo marcado por grandes manifestações sociais que fazem surgir, já no começo dos anos 60, sua primeira organização guerrilheira, os *tupamaros*. O MLN – Movimento de Liberación Nacional começa a atuar no Uruguai a partir de 1963. De caráter foquista e audacioso em suas ações – como, por exemplo, o seqüestro e assassinato, em 1970, do agente da CIA Phillip Michael Santori, vulgo Dan Mitrioni –, os *tupamaros* se transformaram, naquele período, em um dos grupos guerrilheiros mais conhecidos e temidos da América Latina. A intensa repressão da classe trabalhadora por parte do governo de Pacheco Areco, principalmente em relação ao emergente MLN-T, e o acirramento dos conflitos que se tornavam cada vez mais violentos culminam com a entrada em cena do efetivo das Forças Armadas, por meio do Acuerdo de Boiso Lanza, como tentativa de frear o “caos” que se instalara socialmente. Assinado em fevereiro de 1973 pelas Forças Armadas e pelo então presidente J. M. Bordaberry, o acordo permitiu que militares, pela primeira vez na história uruguaia, assumissem postos administrativos no Estado, antes somente preenchidos por civis. É nessa ocasião que as Forças Armadas divulgam os comunicados 4 e 7,

nos quais explicitavam as bases para a implementação da Doutrina de Segurança Nacional e, conseqüentemente, a defesa do ideário comum às ditaduras no cone sul, ou seja, o *desarrollo en seguridad*.

Assim como em toda a América Latina, também no Uruguai esse aguçamento das lutas sociais decorreu das conseqüências dos problemas entre russos e norte-americanos, que disputavam, sem confronto direto, a hegemonia mundial. Decorreu ainda dos acontecimentos que efetivaram a Revolução Cubana, porque se, por um lado, a burguesia temia o crescimento do “marxismo internacional”, por outro, os trabalhadores viram, naquela experiência, a possibilidade real de transformação do mundo miserável em que se encontravam.

A soma desses fatores internos, de ordem política, social e econômica, a que se acrescem os de ordem internacional, fez ruir a aliança de classes que se vinha implantando no Uruguai, colocando fim ao modelo de sociedade que se costumou designar de “Suíza de América”, fazendo emergir o poder militar que incorpora este país à similaridade com outros da América Latina, cujas especificidades podem ser analisadas por seu caráter bonapartista.

Como demonstração dessas relações conturbadas entre seus representantes de classes, não podemos deixar de apontar a tentativa de resistência da CNT (Confederación Nacional de Trabajadores). A CNT surgiu em 1964, a partir da CTU (Central de Trabajadores Uruguayos), fundada em 1961. Posta na ilegalidade ainda durante a greve, ela ressurgiu em 1983, com a sigla PIT (Plenario Intersindical de Trabajadores). Entretanto, é novamente cassada pelo bonapartismo, reaparecendo, em 1984, com a junção dos dois nomes: PIT/CNT – sigla que conserva atualmente. Em 1984, ao perceber a ameaça de golpe de Estado, deu um ultimato aos militares, afirmando que, caso se instaurasse a ditadura, os trabalhadores iriam, por meio de uma greve geral, parar o país. Com a efetivação do golpe, em 27 de junho de 1973, um dia depois a central sindical cumpriu a sua promessa. Entretanto, como era de se esperar, as sementes malignas já haviam sido germinadas pelo terrorismo de Estado aberto e o resultado foi uma violenta repressão à classe trabalhadora durante os 15 dias em que ela permaneceu paralisada.

O aumento dos combates militares e guerrilheiros durante os anos que precederam ao golpe ocasionou uma grande baixa nos quadros do MLN-T, e a CNT, naquele momento, apresentou-se como a maior representante dos trabalhadores em oposição ao regime que agora se disseminava pelo cenário uruguaio.

Por outro lado, a ditadura, através de seu representante, o Consejo de la Nación, – órgão pelo qual passavam todas as decisões bonapartistas e que comportava 25 civis e 21 militares –, decidia os rumos que o país deveria tomar e editava seus atos institucionais, determinando liberalmente cassações de políticos, torturas, fechamento de jornais opositores, etc., e, principalmente, o encerramento da própria CNT.

As ditaduras militares na América Latina, durante a bipolarização do mundo, além de certos elementos característicos diferenciadores, são inspiradas em um conjunto de postulações comuns que se convencionou designar, corretamente, como Doutrina da Segurança Nacional (DSN). O primeiro país latino-americano a adotar tal media foi o Brasil, em 1971; em se tratando do Uruguai, a instauração ocorre em 1973, no Acuerdo de Boiso Lanza e sobre essa questão é muito esclarecedor o estudo do padre belga Joseph Comblin, intitulado *A Ideologia da Segurança Nacional: o poder militar na América Latina*, publicado pela Civilização Brasileira em 1978. São doutrinas que expressam o ideário das Forças Armadas, convertidas em atores preponderantes dos processos históricos que ocorrem em diferentes países do continente, em decorrência da agudização de seus problemas socioeconômicos e da incapacidade dos grupos hegemônicos em encaminharem soluções pertinentes que contemplassem o conjunto das demandas sociais.

Nesse sentido, revela-se evidente que, embora tenham existido diferenças de formas e estilos na implantação da DSN, é possível estabelecer certas feições notoriamente identificadoras, no terreno ideológico, tanto no processo brasileiro, a partir de 1964, no Chile e Uruguai, em 1973, como também na Argentina, em 1976. Tais fatores identificatórios constituem a base fundamental dessa ideologia, sobressaindo-se, dentre eles, a identificação do inimigo, não mais além das fronteiras, porém, ao contrário, agora percebido internamente; a necessidade ideológica de uma “guerra permanente” contra a influência do “comunismo internacional” transformando-se, assim, no alicerce fundamental para a implementação de um “desenvolvimento com segurança” que coloca os militares como “salvaguarda” dos anseios nacionais no terreno das políticas socioeconômicas e, portanto, como o “único corpo social” capaz de transformar “o caos” instalado pela “anarquia subversiva” em “paz duradoura”. Assim, o Estado se fortalece em sua “legalidade” ilegal, detendo as normas e regras para identificar e sentenciar qualquer organização que a ele pareça ligada ao “perigo vermelho”.

As reflexões sobre tais ditaduras, apoiadas nessa Doutrina, fazem convergir o pensamento de autores que, como José Chasin, apontam para o caráter bonapartista que revelam possuir, à semelhança de Marx, quando analisou o golpe militar na França de Luís Bonaparte, em 1851.¹ Assim como lá, observa Chasin que a incapacidade da burguesia de assegurar sua dominação em relação aos trabalhadores no terreno democrático a impele a alianças com as Forças Armadas, colocando em prática formas de violência que se traduzem, principalmente, no terrorismo de Estado aberto, instituído como novas condições de existência para o metabolismo social.

A ditadura uruguaia, embora tenha suas especificidades, pois não se verifica a derrubada violenta do presidente J. M. Bordaberry ou qualquer outra ação que o levasse a renunciar e posteriormente a fugir de seu país, ou até mesmo ao suicídio, como foi o caso de Jango e Salvador Allende, respectivamente, em muito se assemelha, por exemplo, à brasileira, particularmente no que diz respeito à institucionalidade do regime. Assim, em ambas, os civis integram o governo de forma “legal”: no Uruguai, com vários civis ocupando o posto de “presidente” e apenas um militar em tal cargo, porém já na fase final da ditadura, isto é, nos anos de 1981-85; no Brasil, com os militares sendo “eleitos” presidentes com o apoio de civis com representação no legislativo, executivo e judiciário, assim como de partidos organizados pelos próprios militares.

Essa presente “institucionalidade” tem levado alguns autores a refutarem a tese de ditadura, argumentando tratar-se de “Estados Autoritários” ou “Estados de Exceção”, sendo que, para o primeiro, a explicação reside na presença de um contraponto a todos os regimes nos quais há a ausência da democracia, abrindo-se o espaço para uma concentração do poder político nas mãos de uma só pessoa ou de um só órgão, relegando as outras formas de representação a um segundo plano. Em defesa do conceito de “Estado Autoritário” temos Maria Aparecida de Aquino, que em seu artigo “Estado autoritário brasileiro pós-64: conceituação, abordagem historiográfica, ambigüidades, especificidades”, publicado na *Revista Comunicare* da Faculdade Cásper Líbero, v. 4, n. 2, no segundo semestre de 2004. Já o conceito de “Estado de Exceção” é defendido por Cristina Torres e Françóis Lerrin em *Historia Política de la Dictadura Uruguaya (1973-1980)*, publicado em Montevideú pela Ediciones del Nuevo Mundo em 1987.

Como parte desse raciocínio, seus defensores explicitam que em tal sistema há uma “linha divisória muito clara entre Estado e sociedade”. Em relação ao segundo, sua base explicativa se refere originariamente ao período da II Guerra Mundial, especificamente na Alemanha nazista, explicitando um conceito que está alicerçado na implementação de poderes ilimitados, ou seja, algo que se configura na ampliação dos poderes governamentais, mais precisamente na atribuição, ao executivo, de promulgar decretos com força de lei.

Tais similaridades não são casuais ou pontuais, mas decorrem da forma particular da entificação capitalista na América Latina. São tais similaridades que nos possibilitam tomar as assertivas analíticas que José Chasin faz para o Brasil e estendê-las a outras especificidades locais latino-americanas e, em particular, identificar o bonapartismo na processualidade uruguaia.

Esse autor, a partir de referenciais da concretude social, somados às reflexões sobre a categoria de *via prussiana*, elabora a de *via colonial*, donde extrai que a burguesia brasileira, originária de relações comerciais entre colônia e metrópole e inserida nas trocas

capitalistas somente a partir da segunda metade do século XX, tem sua formação *disforme* e *incompleta*, porque tais relações se dão através de um alto grau de *dependência* e *subordinação* às burguesias imperialistas, configurando-se, portanto, como capitalismo hiper-tardio. Nesse sentido, incapaz de cumprir o seu papel histórico, ou seja, implementação de uma revolução burguesa própria das burguesias objetivadas pela *via clássica*, a burguesia brasileira sempre oscila entre práticas que apontam para as formas *mais abrangidas de dominação*, isto é, a democracia ou o terrorismo de Estado aberto, ou seja, a *autocracia burguesa bonapartista*. Isso explica, portanto, a necessidade de se resolverem as contradições sociais sempre *pelo alto*, não permitindo qualquer participação popular nas decisões do país. Embora as burguesias *dependentes* e *subordinadas* demonstrem certo progresso em suas ações, o caminho tomado para sua modernização sempre se dá no campo da exclusão, sem a presença efetiva dos trabalhadores e, portanto, como produtor de suas miserabilidades.

Tal condição hipertardia resulta em que os segmentos da burguesia não se configuram em sua completude de classe, ficando assim impedidos de cumprir a função histórica de garantir a democracia, mesmo que nos preceitos da ordem liberal institucionalizada após a Revolução Francesa. Dessa maneira, mantém a ordem social a partir da configuração de Estados de caráter autocrático, pelo qual a burguesia se apresenta como liberal no campo econômico e não democrática nas outras esferas do social. Tal fragilidade se revela de forma mais profunda quando o próprio desenvolvimento do capitalismo impõe a esse Estado tomar medidas que garantam renovações qualitativas visando assegurar o equilíbrio do sistema, não só internamente, mas também na ordem internacional, sob pena de provocar refluxos nessa dinâmica. Essas medidas, em geral, referem-se à renovação do parque tecnológico ou a novas configurações nas relações entre capital e trabalho ou reorganização das funções do Estado. Todas elas afetam sobremaneira os trabalhadores, já em condições de superexploração e exclusão, resultando em que reagem acirrando suas lutas em prol de suas demandas. Essa situação confronta-se com a fragilidade da burguesia em compor com eses mandatários, mesmo que seja para atender minimamente suas reivindicações, pois sentem que as concessões podem pôr em risco suas possibilidades de lucro, que, para alguns segmentos da própria burguesia, é exíguo em decorrência da subordinação ao capital internacional. Daí a configuração do bonapartismo, isto é, a articulação da burguesia com as forças armadas para viabilizar as “medidas renovadoras” e todo o ideário que o configura, seja através das Doutrinas de Segurança Nacional, seja através da divulgação de “filosofias” que as justificam e reafirmam.² É a função social que cumpre, no Uruguai, o jornal intitulado *Semanario Búsqueda*.

Para chegarmos à compreensão dos agentes que fazem mover todas essas ações, dando-lhes racionalidade em sua operacionalidade e buscando resgatar os antecedentes que levaram a sua efetivação, decidimos analisar, a partir dos editoriais do *Semanario Búsqueda*, a construção liberal colocada em prática durante a ditadura militar uruguaia, que vai de 1973 a 1985. Pois a imprensa tem se tornado importante objeto de estudo para os historiadores, e, como fonte valiosa, aponta valores, conceitos e sujeitos de uma determinada época. Enquanto veículo de comunicação, não só expressa a realidade social, como é seu produto, e, nessa condição, um agente divulgador das representações que seus agentes formulam sobre essa realidade, configurando-se como importante veículo formador de opinião pública. No caso desse semanário, buscamos identificar, resgatando sua ideologia, a sua função histórica na pré-consubstanciação do Estado ditatorial naquele país.

O *Semanario Búsqueda*, de forte influência em território uruguaio, surgiu da necessidade do Centro Uruguay de Estudios Económicos y Sociales (CUEES), pensado e fundado por um grupo de intelectuais liberais, em 1971, em divulgar suas idéias e defender seu ideário. O jornal tem o seu primeiro número trimestral publicado em janeiro de 1972, período de efervescência político-social, em formato de pequenos cadernos, nos quais havia, além dos editoriais, somente artigos relacionados à sua visão de mundo. A partir de 1976, tem seu formato mensal aumentado e se publicam, como tentativa de sobrevivência econômica, algumas propagandas comerciais. Porém, sua grande transformação acontece em 1981, quando, além de novo aumento nas dimensões (configuração atual), passa a circular semanalmente, com incremento de mais propagandas e, principalmente, com reportagens que versam sobre vários outros assuntos, como, por exemplo, futebol, música, literatura, etc., acompanhando a modernização dos meios de comunicação. É importante ressaltar que, desde o primeiro número e apesar dessas transformações, o jornal não abandona, em sua linha editorial, o seu projeto e defesa de uma hegemonia liberal – deixando claro, no período correspondente, as suas relações com os militares.

O que chama a atenção de um leitor estrangeiro, como é o nosso caso, é a clareza e objetividade com que esse ideário e essas vinculações são defendidos, diversamente do que ocorre, por exemplo, com a imprensa no Brasil, cujos vínculos com a ditadura demandam análises ontológicas bastante sofisticadas.

Ao longo de seus editoriais, observamos, com frequência, o uso de categorias conceituais, tais como *consenso*, *nuevo Estado*, *libertad*, *democracia*, *subversivos*, *marxismo*, *orientalidad*, etc., que trazem consigo uma proposta para criação de uma outra sociedade, fundamentada em outras formas de relações socioeconômicas. Deduz-se dessas evidências que os intelectuais que escrevem tais editoriais são detentores de uma análise crítica e acurada da sociedade uruguaia, que lhes possibilita a postulação de um projeto que se

expressa como uma nova ideologia, isto é, um projeto hegemônico que visa reformas econômicas, como prefere o formulador do conceito de “intelectuais orgânicos” o pensador italiano Antonio Gramsci.³

Assim, percebemos que o *Semanario Búsqueda*, em sua leitura da particularidade uruguaia, é detentor de uma crítica intelectual e moral das relações existentes. Essa crítica traz consigo, de forma obrigatória para sua efetivação, um programa que já contém postulações para uma reforma econômica, perspectivando, assim, uma saída para a crise que está instalada e abrindo caminhos para uma outra sociedade, outra coletividade, ou seja, novas formas de existência social.

Observa-se também como essa ideologia consubstanciada nos editoriais expressa suas necessidades práticas e suas relações humanas, configuradas a partir de sua relação de classe, reafirmando, como alertaram Marx e Engels, que

(...) mesmo as formulações mais nebulosas no cérebro dos homens são sublimações necessárias do seu processo de vida material, empiricamente constatável e ligado a pressupostos materiais. (...) Estes pressupostos são os homens não em qualquer fixação ou isolamentos fantásticos, mas em seu processo de desenvolvimento real, em condições determinadas, empiricamente visíveis.⁴

Portanto, a partir da análise do conjunto de editoriais do *Semanario Búsqueda*, resgataremos os aspectos de sua ideologia de classe que se explicitam na defesa do Estado ditatorial (1973-1985), configurado na lógica bonapartista. Uma ideologia que se coloca como liberal e cujos preceitos coincidem com o ideário preconizado pelas Forças Armadas, isto é, o *desarrollo en seguridad*.

Dessa forma, acreditamos que a análise desses editoriais, além de nos revelar a construção de uma hegemonia liberal naquele período, também nos proporcionará elementos fundamentais para entendermos as tomadas de posições, tanto da direita como da esquerda, naqueles tempos de obscuridade, bem como as crises no próprio cerne do poder militar.

Além disso, é importante ressaltar que esse estudo nos oferecerá subsídios para identificar as especificidades da ditadura uruguaia, traduzidas na ausência de derrubada violenta do presidente eleito democraticamente e no uso do dispositivo da “Fé Pública”, espécie de “carteirinha” que proporcionava salvo-conduto a todo funcionário público que a portasse consigo. Esse mesmo dispositivo, com o nome de “Fé Democrática”, mas com os mesmos objetivos da “Fé Pública” também foi usado, após o golpe de Estado de 2 dezembro de 1851, na França de Luís Bonaparte, como aponta Victor Hugo em seu livro *Napoleão, o pequeno*, editado pela Ensaio, em 1996, à página 11. A especificidade da ditadura uruguaia também se traduz na ausência de militares na “presidência” durante quase todo o

regime, como forma que, embora ausente em outras ditaduras latino-americanas, revela apenas a capacidade e a necessidade que a autocracia burguesa bonapartista detém para implementar sua dominação sobre a classe trabalhadora.

Portanto, como essa análise ainda não foi realizada, propusemos fazê-la acreditando em sua importante contribuição para o entendimento desse conjunto de fatos históricos que se reflete, ainda hoje, no próprio processo político-institucional do Uruguai.

Recebido em maio/2005; aprovado em junho/2005

Notas

* Mestrando do Programa de Estudos Pós-Graduados em História da PUC-SP.

¹ MARX, K. *O 18 Brumário e Catas a Kuglemann*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1997.

² CHASIN, J. “A Via Colonial de Entificação do Capitalismo”. In: *A Miséria Brasileira (1964-1994): do golpe militar à crise brasileira*. Santo André, Ad Hominem, 2000.

³ GRAMSCI, A. *Cartas do Cárcere*. São Paulo, Brasiliense, 2000, v. 2, p. 15.

⁴ MARX, K. e ENGELS, F. *A Ideologia Alemã*. São Paulo, Martins Fontes, 1998, pp. 37-38.

A GUERRA DO PACÍFICO (1879/1883). E O PENSAMENTO ANTI-RACISTA DE MANUEL GONZALEZ PRADA

Ricardo Sequeira Bechelli*

A Guerra do Pacífico (1879/1883) foi um dos conflitos armados mais importantes da América do Sul na segunda metade do século XIX e provocou grandes mudanças em todos os países envolvidos (Chile, Peru e Bolívia). As origens do conflito remontam ao comércio e à exploração do guano na região do Deserto do Atacama. Esse produto era composto de excrementos de aves marinhas que se acumularam por milhares de anos na região. O guano era usado como um excelente adubo natural e sua exploração gerou interesse na Europa (e, em particular, na Inglaterra), onde, em razão da crescente urbanização, acentuou-se a necessidade de produtos agrícolas em escalas cada vez maiores e diversificadas, associadas ao capital internacional.

Para o Peru, a exploração do guano foi fundamental na recuperação econômica. O país, desde a independência, passava por crises econômicas e políticas, uma vez que se desvinculara de um sistema colonial sem mudar suas estruturas sociais; a própria independência foi imposta por líderes estrangeiros, como San Martín e Simón Bolívar, uma vez que a elite local não apoiou o movimento.

Se o aparecimento do guano e do salitre, por um lado, representou um novo alento na economia, por outro, não se traduziu na melhoria das condições sociais. Os índios e os mestiços continuaram sendo marginalizados do progresso econômico pela elite. Nessa situação também se encontravam os imigrantes chineses, os *coolies*, que viviam em regime de semi-escravidão. Não foi modificada a situação de exploração, que remontava ao sistema colonial. O crescimento econômico pouco representou em ganho para a maioria da população peruana e, de fato, conseguiu ampliar o fosso que separava a aristocracia das camadas mais pobres da população, contribuindo para o agravamento das tensões sociais. Uma das poucas conquistas da população pobre foi o fim do tributo indígena, em 1854.

Além disso, a economia peruana começava a se reinserir no comércio europeu em razão da exportação daqueles produtos. A elite passou a consumir produtos europeus, procurando imitar o modo de vida do Velho Mundo. Mariategui lembra que o guano e o salitre se tornaram a principal força econômica do país, o qual passou a sentir-se rico e com o direito de usar créditos internacionais sem limites, em benefício das finanças inglesas.¹ Esse crescimento, porém, começou a mostrar os seus limites na década de 1860, em particular pela crise econômica européia, em 1873, e pelo acordo com a companhia francesa Dreyfuss.

A riqueza derivada do guano proporcionou, não só o crescimento econômico do país, mas também uma maior urbanização. Em conjunto com esse crescimento, uma burguesia florescia, sem, no entanto, estar dissociada da aristocracia rural ou mesmo do passado colonial, perpetuando-se as desigualdades sociais.

Essa burguesia desejava modificar o panorama político do país, exigindo um papel político maior, e assim criou o partido *civilista*, que tinha como propósito eleger um presidente civil, o que aconteceu em 1872, com Manuel Pardo. Este representou a figura do estadista, do homem com um projeto para o país e que procurava conduzir o Peru por uma “modernização conservadora”, isto é, modernizar o país, mas garantindo os privilégios da elite. As resistências enfrentadas pelas mudanças, e em particular a Guerra do Pacífico – que estourou em seguida –, acabaram com suas tentativas de reformas.

As riquezas trazidas pelo guano e pelo salitre, significavam prosperidade e desenvolvimento, também acirravam as disputas fronteiriças entre os países envolvidos em sua produção: Chile, Bolívia e Peru. Essa região, desde o final do período colonial, sofria problemas com as fronteiras, uma vez que estas não haviam sido claramente definidas. O controle das jazidas acirrou tal problema, servindo de pretexto para a guerra.

A Guerra do Pacífico – seu palco foi o Deserto do Atacama, próximo da costa do Pacífico – foi desencadeada quando o governo da Bolívia decidiu aumentar o controle sobre o salitre explorado em seu território. A produção boliviana era controlada por empresas chilenas, que mantinham acordos com as européias, em especial as inglesas. O Chile, para manter seu controle sobre o salitre, decidiu fazer uma invasão do território boliviano e tomou o porto de Antofagasta, cortando o acesso da Bolívia ao mar.

Nesse sentido, como lembra Halperin Donghi, a guerra do Pacífico foi a primeira na qual capitalistas estrangeiros tomaram partido, ao apoiar o Chile contra uma aliança com o Peru e a Bolívia.² Além de servir aos interesses das companhias inglesas, a conquista das regiões representou um grande ganho para a elite chilena.

O Peru se envolveu no conflito quando tentou, em vão, mediar uma saída diplomática para a crise. O país tinha um tratado de cooperação militar com a Bolívia e, por essa razão,

temia um controle maior das jazidas de salitre e do guano pelo Chile. Diante da impossibilidade de chegarem a um acordo, o Chile declarou guerra ao Peru. A invasão chilena mostrou as fraquezas existentes, tanto na sociedade peruana quanto na boliviana. O Chile ocupou todo o litoral da Bolívia, tomando as jazidas de guano e salitre do país. A perda dessas jazidas e principalmente de sua única saída para o mar contribuiu para transformar a Bolívia em um dos países mais pobres e instáveis, politicamente, da América do Sul.

As conseqüências da guerra, para o Peru, foram igualmente desastrosas. O exército peruano mostrou uma grande fragilidade na condução do conflito e sofreu reveses, tanto na guerra terrestre quanto na guerra no mar. Em 1880, o exército chileno invadiu a costa peruana e ocupou Lima, sendo que o presidente Mariano Ignacio Prado, temendo essa invasão, abandonou o país e fugiu para a Europa. A guerra terminou com o Tratado de Paz de Ancón, no qual o Peru cedeu o território de Tarapacá e a administração das províncias de Tacna e Arica por dez anos, sendo a última posteriormente anexada pelo Chile.

Com a fuga do presidente, o país foi governado pelo caudilho Miguel Iglesias, que fez o acordo de paz com o Chile. Seu governo se mostrou instável e, como resultado do conflito, estourou uma guerra civil, que levou Cácares ao poder em 1885.

A derrota na guerra foi extremamente marcante para o Peru. A perda dos territórios, a humilhação da ocupação de Lima pelo exército chileno e, mais ainda, a perda de sua principal fonte econômica – o salitre e o guano – contribuíram para maior instabilidade política, econômica e social.

Somente o Chile saiu fortalecido da guerra. O país ganhou um acréscimo substancial de território e se apoderou das jazidas de guano e salitre, o que impulsionaria sua economia por 40 anos.

A guerra do Pacífico expôs as dificuldades do Peru em superar seu legado colonial. A elite do país não tinha interesse em promover mudanças estruturais que possibilitassem modificar o país. Essa classe dominante peruana, passando por um período de frustração e pessimismo, e para não assumir sua responsabilidade pela derrota, acusava a população, particularmente os índios e mestiços, de serem responsáveis pela derrota, qualificando-os de “ingovernáveis” e de “povo enfermo”. Como lembra Julio Cortier, a mistura de medo e temor e o desprezo que os grandes proprietários sentiam pelos índios e mestiços era idêntica aos dos conquistadores espanhóis.³

O foco da discussão era que o índio não fazia parte e nem se identificava com o Estado peruano. A natureza segregacionista com que se formou esse Estado voltava-se contra si mesma: o Estado deveria incorporar tal população.

Segundo Cortier, essa discussão levava à idéia de que o litoral (a costa) representava a civilização ocidental e moderna, ao passo que a serra significava o atraso, a civilização

primitiva. Era importante, então, fundir as duas regiões, dentro da ótica da elite. Assim, começou a surgir a necessidade de se “peruanizar” a população peruana, a fim de evitar o surgimento de levantes populares, e ao mesmo tempo, legitimar a dominação exercida pela classe proprietária, ao construir uma “nação peruana” que correspondesse aos seus interesses e ao do Estado.

Surgiram assim grandes discussões sobre o Estado peruano e sobre como se configuraria aquela nação. Tal discussão acabou sendo o foco de debate da maioria dos intelectuais peruanos, e em particular, de Manuel Gonzalez Prada.

Esse autor nasceu em Lima, em 1844, e era originário de uma família rica, aristocrática e de descendência européia. Ele teve uma educação esmerada, na qual, além de estudar a língua alemã, entrou em contato com as idéias de intelectuais como Nietzsche, Schopenhauer, Spencer e Hegel. Gonzalez Prada nutriu um sentimento anti-religioso e ateu, resultado de seu tempo como estudante em um seminário religioso.

O escritor peruano Chang-Rodriguez comenta que Gonzalez Prada vivia numa tensão permanente e insuportável, por conviver com uma família religiosa e conservadora ao extremo, gerando um conflito em sua personalidade, que era contestadora e rebelde, o que redundou na sua necessidade de escrever criticamente sobre as questões sociais.⁴

Gonzalez Prada viveu em sua fazenda, Tutumo, no Vale de Mala, até 1879, quando do início da guerra contra o Chile. Nesse ano, ele voltou a Lima, onde chegou a se alistar como oficial no Exército peruano. Nesse momento, ele não se dedicava em especial aos estudos sobre a situação política social do Peru; dava uma atenção maior à poesia (Como visto em seu livro *Baladas Peruanas*) e mesmo à ciência, chegando até a querer estudar química.

Mas foi a derrota e a ocupação de Lima pelo exército invasor – que durou até 1883 – um choque que lhe provocou uma mudança de pensamento. Gonzalez Prada viveu em Lima durante toda a ocupação chilena, sem sair de casa, para não ver a “figura do inimigo”.

Assim esta “tomada de consciência” é de fundamental importância em sua vida e na consciência peruana. Não é à toa que Mariátegui diz que Gonzalez Prada representava o primeiro instante de lucidez na consciência do Peru.⁵

Mas o que foi essa tomada de consciência? Gonzalez Prada, sendo testemunha de um país vencido e humilhado pela guerra com o Chile, via nas causas da derrota o próprio país: a sociedade, a mentalidade, a formação do Peru e, principalmente, a exclusão de elementos da população, tais como os índios, da realidade da nação.

A partir daí, ele se dedicou a escrever obras políticas e de contestação às relações de poder na sociedade peruana. Assim, em conjunto com outros intelectuais, participou do Circulo Literário, que fazia uma franca oposição ao grupo Club literário, liderado por Ricardo Palma, com quem Gonzalez Prada tinha muitas desavenças, principalmente em decorrên-

cia de diferentes perfis intelectuais: enquanto este último adotou uma postura radical e via a Literatura como instrumento político, o outro assumiu uma posição conservadora e tinha uma visão da Literatura desinteressada da política e dos problemas sociais.

Essa mudança é perceptível nos artigos que Gonzalez Prada escreveu no período posterior à Guerra do Pacífico, e que mais tarde foram publicados em sua coletânea *Páginas libres*. Nesses artigos, pode-se perceber o rancor em relação ao Chile – em razão da derrota na Guerra – e sua crítica à elite peruana, que Gonzalez Prada via como responsável pela crise.

Gonzalez Prada se dedicou primeiramente a criticar as instituições peruanas, vistas como arcaicas e responsáveis pela guerra e pela derrota ante o Chile, tal como pode ser observado em seu discurso no Teatro Olimpo, em 1888, quando atacou o conservadorismo da intelectualidade de seu país, ainda presa ao passado colonial. Ele inicia, neste ponto, o seu radicalismo contra a sociedade peruana; os efeitos da sua indignação contra o Chile vêm à tona. Um exemplo disso é o seu ataque à intelectualidade peruana, no qual é notória a denúncia de um traço característico da mentalidade do país: a prática da imitação, pura e simples, do que se via e se lia na Europa. De fato, afirmava que o conservadorismo se manifestava a ponto de impedir um desenvolvimento intelectual do país, caracterizado por um abuso de textos e palavras, que não produziam, no entanto, idéias novas.

Em “Propaganda y ataque” (escrito em 1888), Gonzalez Prada chama os intelectuais peruanos de “lacaio do mundo ocidental”, e os acusa de serem submissos e de estarem mais interessados em um reconhecimento externo (da Espanha) do que articulados aos problemas do país, denunciando, assim, um “servilismo internacional”. Esse servilismo era caracterizado através da aceitação pura e simples de certas idéias, vindas do estrangeiro, pelos intelectuais do país. Todavia, não aceitavam todas as idéias: somente as que interessavam à elite e não pudessem desestabilizar o *status quo* da sociedade peruana.

Assim, os intelectuais peruanos não produziam uma consciência nem davam consistência ao pensamento peruano. Dessa forma, o Peru se tornava uma nação sem força ou vigor, dependente da importação de idéias para a compreensão de sua própria realidade.

Mas o escritor lembra bem um ponto fundamental: mesmo após a derrota ante o Chile, quase nada se percebia de mudanças significativas. O país estava tão agarrado a uma mentalidade conservadora que era como se estivesse vivendo um eterno “continuismo”, isto é, nada mudava de fato e o Peru continuava a ser, sob novas formas, o que sempre fora. O Peru era um país onde as instituições eram tão frágeis, tão mal definidas – assim como o Estado Nacional – e tão envolvidas em corrupção, que Gonzalez Prada afirmou: “*hoy el Peru es organismo enfermo: donde se aplica el dedo brota pus*”.⁶

Na sua crítica contra o *civilismo*, ele mostrava o caráter conservador do movimento: de nada adiantaria um governo civil se ele não representasse os direitos de toda a população do país.

Uma das maiores críticas feitas por ele é justamente contra a Igreja católica, que era um dos pilares do conservadorismo que reinava no Peru, totalmente vinculada ao poder. Para Gonzalez Prada, a educação católica era uma negação da razão e, ao mesmo tempo, um ponto do conservadorismo, que mantinha a população peruana alienada em relação a sua própria realidade, analisando-a como um instrumento de dominação.⁷

O Estado peruano, assim, não garantia nem se propunha a garantir direitos a toda a população peruana. Os direitos da maioria da população eram facilmente violados; eram a parte menos favorecida de uma sociedade extremamente conservadora, chamada por ele de “regime feudal”. Assim, não existiam cidadãos plenos; a sociedade era segregacionista, não permitindo que toda a população – por questões econômicas, sociais e raciais – participasse do processo político.

O Peru era, portanto, um país segregado, dividido, visto por seus habitantes como uma realidade à qual só pertenciam alguns. Gonzalez Prada, ao pensar nessa idéia, diz que, no momento do conflito (com o Chile), o país não representou uma pátria unida e forte e sim uma série de indivíduos atraídos por interesses particulares.⁸

Essa passagem é muito importante: ele concebia o Chile como um país “formado”, com uma nacionalidade desenvolvida. Na realidade, isso tinha uma grande dose de exagero, mas com uma finalidade prática: fazer um esquema comparativo entre o Peru e o Chile, com a finalidade de ilustrar que se o “outro” venceu, ele o conseguiu porque possuía um sentimento “nacional” mais desenvolvido, que fazia com que toda a nação se agregasse em prol da guerra.

O nacionalismo de Gonzalez Prada surgiu, portanto, agressivo e revanchista, vindo na derrota para o Chile uma amostra das fragilidades do Peru: “*el amor a la patria y el odio a Chile!*”.⁹ O ensaísta fez uma comparação entre Chile e Peru, por um lado, e França e Alemanha, por outro: esse é um dos paradigmas usados para ilustrar o seu nacionalismo.

Sobre a guerra, Gonzalez Prada declarou que “*no solo derramamos lo sangre, exhibimos la lepra*”.¹⁰ O que o pensador peruano declarava é que a guerra mostrou as fragilidades e os problemas do Peru, que diziam respeito à nação e à forma como foi concebido seu Estado.

O impacto da guerra nesse pensador foi imenso e sua reação ao Chile e à elite peruana – da qual fazia parte – corresponderam a esse sentimento. É nesse contexto que suas críticas

ao Chile se dirigem também à elite peruana e as suas reformas políticas e econômicas: “*la historia nacional se resume en pocas líneas: muchas reformas políticas en ciería, adelantos sociales casi ninguno, es decir, estancamiento*”.¹¹

O discurso de Gonzalez Prada ganhava um sentido de defesa da população excluída pelo Estado peruano. Ele via nesse contingente o verdadeiro país, que devia ser “resgatado”, uma vez que essa era a nação: “*no forman el verdadero Perú las agrupaciones de criollos y extranjeros que habitan la faja de tierra situada entre el Pacífico y los Andes; la nación está formada por las muchedumbres de indios diseminadas en la banda oriental de la cordillera*”.¹²

Nessa passagem, o escritor chamou a atenção para a população indígena do Peru, que via como a base do povo peruano. Seu discurso nacionalista ganhou, nesse ponto, um tom anti-racista, vendo os índios não apenas como parte da nação, mas como sua própria essência, que traduzia o que de fato era o Peru.

Mas, ao mesmo tempo em que eram considerados como a base social do país, por outro lado, os índios foram vistos como ignorantes, quase primitivos, que tinham recebido como elementos da cultura ocidental apenas o álcool e o fanatismo. Assim, o Peru estava corrompido e possuía uma elite conservadora – a par de um “povo” vigoroso e saudável, como afirmava. A resposta a essa contradição estava na compreensão que Gonzalez Prada fazia da situação indígena. O índio não se encontrava “corrompido”; ele estava “brutalizado” em razão da miséria e do descaso em que se encontrava. Portanto, o “mal maior”, estava na elite “corrompida”, vista por Prada como uma extensão da colonização espanhola.

Em 1891, ele foi para a Europa, estudando na França (onde teve aulas com Renan) e voltando ao Peru somente em 1898. Essa passagem pela Europa é de fundamental importância na ampliação do seu pensamento, uma vez que, ao voltar, havia aprofundado o conhecimento sobre a natureza da realidade peruana e tinha estudado outras tradições políticas, principalmente, o anarquismo.

A partir desse ponto, o nacionalismo desse autor ganhou um novo aspecto, atenuando o sentimento revanchista em relação ao Chile – que marcou os seus discursos nos anos 1880 – e aprofundando a questão interna do país, enfatizando, nesse caso, o problema indígena, principalmente em *Nuestros Índios*, publicado em 1904.

No discurso que fez em 1898, quando de sua volta da Europa, denominado *Los Partidos y a Union Nacional* e que gerou muita polêmica dentro da Unión Nacional, dadas as suas críticas a essa organização quando estava naquele país, Gonzalez Prada enfatizou a questão do índio, que viu brutalizado pela ação do europeu enquanto colonizador e, pos-

teriormente, através de seus descendentes, enquanto elite do país: “*aqui tenemos por base nacional una masa de índios ignorantes, de casi primitivos que hasta hoy recibirón por únicos elementos de cultura las revoluciones, el alcohol y el fanatismo*”.¹³

É importante frisar um ponto: quando falava em “revolução”, ele se referia a uma revolução causada por uma instabilidade da população quanto a sua situação; se o povo se revoltava, ele o fazia em decorrência da exploração extrema à qual estava submetido. A sua luta não possuía um sentido de buscar uma resposta para a crise do país (um elemento estranho ao índio) e sim por respostas imediatas a situações extremas, caso das reivindicações camponesas.

Gonzalez Prada denunciou um ponto importante, que via atrelado à questão de o índio estar condenado a ser um “ignorante”: a questão de que o ameríndio sofria uma decadência biológica, que fazia com que ele se situasse numa posição de inferioridade “perpétua”; e se a sua decadência era de origem biológica, o índio seria sempre um decadente. Ele refutou essa idéia ao indagar: “*Decadência! Si estamos hoy de caídos cuándo brilló nuestra via de ascensión y llegarda a la cumbre? Puede rodar a lo bajo quien no subió a lo alto?*”.¹⁴

O ensaísta explorou aqui a contradição entre a ideologia dominante nos meios intelectuais peruanos e a realidade do país: a ideologia acusava os índios de serem algo que, na realidade, não eram. Ele afirmava, inclusive, que a elite – ou como ele muitas a vezes a designava, a Oligarquia – visava apenas a seu bem-estar, como um parasita sugando o sangue de toda a nação.¹⁵

Nessa perspectiva, o Estado peruano era dominado por uma elite que procurava manter a maior parte da população à margem do progresso e de sua “nação”. Um dos recursos mais usados para segregar a população foi o racismo. A questão racial ajudava a fortalecer essa idéia: como uma “nação” poderia se basear em indivíduos que possuíam, não só características físicas distintas do imaginário da elite – o branco –, mas que, na concepção dessa elite, impediam que tivessem o mesmo grau de desenvolvimento?

Esse é o ponto-chave da crítica de Gonzalez Prada: não existia uma diferença racial marcante o suficiente para determinar que o índio fosse inferior ao branco. O escritor sustentou que essa teoria nada mais era que uma forma de “mascarar” a realidade.

Nuestros índios, ensaio escrito por Gonzalez Prada em 1904, foi a obra fundamental desse pensador, onde ele explorou com muita clareza a questão racial e a questão indígena; o ensaísta expôs a necessidade de se revisar a questão do índio como elemento necessário às mudanças estruturais no país. *Nuestros índios* pode ser definido também como uma obra de maturidade, uma vez que, em suas páginas, o pensamento de Gonzalez Prada atingiu um nível mais elevado de elaboração sobre as necessidades de mudança social no país.

Nesse escrito, ele começou abordando o ponto fundamental da sua crítica, a questão racial, considerando-a tema dos mais polêmicos da Sociologia, que via como uma ciência em formação, carregada de elementos e teses contraditórias, geradores de polêmicas e conflitos.

No pensamento de Gonzalez Prada, a tal “inferioridade” racial, manifestada nos índios e mestiços, nada mais era do que o resultado da situação em que viviam. Isto é, a sua “inferioridade” era resultado da opressão em viviam, não resultado de sua constituição biológica.

O ensaísta criticou, a partir daí, o uso da Etnologia por muitos cientistas, que admitiam a divisão da humanidade em raças superiores e inferiores, desdobrada na “superioridade” dos brancos e em seu “direito” de monopolizar o governo do planeta, justificando o tratamento dado aos negros na África, aos índios “peles vermelhas” nos EUA, ao povo autóctone das Filipinas e aos índios no Peru. Essas idéias, segundo o pensador peruano, traduziam a natureza da seleção “natural”: a eliminação dos supostamente débeis e inaptos. Assim, os europeus pretendiam, de fato, acelerá-la ao dominar e conquistar os povos do mundo inteiro: “*Donde se lee barbarie humana tradúzcase hombre sin pellejo blanco*”.¹⁶

O escritor é bastante irônico sobre essa perspectiva: na visão européia, todos os povos do mundo eram inferiores e, portanto, passíveis de serem conquistados e dominados. A Europa, em sua visão, usava a Etnologia como forma de justificar a dominação e exploração sobre os outros povos – vivia-se o auge do imperialismo. Ao tratar da manipulação da Etnologia pelo imperialismo, Gonzalez Prada demonstrava ter um pensamento moderno: a ciência não era mais vista como uma “verdade absoluta”, ela podia ser usada conforme os interesses de grupos ou nações.

Desse ângulo, tais teorias raciais não se aplicavam somente aos negros e índios, mas também aos brancos, uma vez que existia uma “moda” de denegrir os latinos, mostrando-os como inferiores e degenerados em relação aos anglo-saxões.

A leitura que Gonzalez Prada fez de Gustave Le Bon (notório pelo seu pensamento racista) mostrava que, segundo esse autor, não existiam mais raças no sentido antropológico, uma vez que, desde há muito, extinguiu-se as raças puras (com exceção dos povos selvagens), e que, dentre os povos civilizados, sobreviveram apenas “raças históricas”, criadas pelos acontecimentos da história. De acordo com o escritor peruano, no dogmatismo “leboniano”, as nações hispano-americanas constituíam uma dessas raças, tão singulares que teriam passado do seu nascimento à decadência de forma vertiginosa. Assim, mesmo localizados num dos lugares mais ricos do globo, os latino-americanos eram julgados incapazes de aproveitar os seus próprios recursos.

Gonzalez Prada criticou ferozmente Le Bon, quando esse autor afirmou que as constantes revoluções latino-americanas são como um anúncio da decadência e da morte. Respondeu, em seu tom tipicamente irônico:

*(...) desde cuándo las revoluciones anuncian decrepitud y muerte? Ninguna de las naciones hispanoamericanas ofrece hoy la miseria política y social que reinaba en la Europa del feudalismo; pero a la época feudal se la considera como una etapa de la evolución, en tanto que a la era de los revoluciones hispano-americanas se la mira como un estado irremediable y definitivo.*¹⁷

Na visão desse pensador crítico, o conceito de “revolução” era muito mais amplo do que se costumava usar na América Latina: ele entendia por revolução um processo amplo, no qual as estruturas sociais seriam transformadas; não as que convenientemente usavam do nome de “revolução” e se tratavam de disputas pelo poder dentro da elite dominante. É por essa razão que ironizou, com muita propriedade, a própria avaliação da Europa sobre si mesma e sua perspectiva sobre a América Latina: o que é considerado como parte de um processo histórico lá, é visto na América Latina como um sinal de “degeneração” ou de “decadência”, sugerindo de forma irônica, que existem leis sociológicas para os latinos da América e outras para os latinos da Europa.¹⁸

Gonzalez Prada fez uma crítica à postura européia de avaliar sempre a Europa de uma forma e a América Latina de outra forma. Além disso, ele percebeu o quanto a visão européia era parcial, procurando encontrar elementos para desqualificar a América Latina.

O escritor falava, não só como peruano, mas também como um “latino-americano”. Ele criticou Le Bon e a postura européia em confronto, não apenas com o Peru, mas com toda a América Latina. Aqui, sua crítica teria, depois, semelhanças nos escritos de Manoel Bomfim: embora mantivesse o foco no seu país, conseguia perceber que os problemas eram similares aos dos outros países latino-americanos.¹⁹

Buscando encontrar uma base teórica maior para justificar seu ponto de vista, o autor citou Louis Gumplowicz, para quem todo grupo étnico buscava manter o domínio sobre um outro grupo – conquistado em uma guerra ou considerado “débil” ou “inferior”. Assim, afirmou que, na América, tanto os conquistadores quanto os seus descendentes formavam um elemento étnico grande o suficiente para subjugar e explorar os indígenas.

É por isso que, mesmo qualificando como exageradas muitas afirmações de Las Casas, não negava a crueldade dos exploradores, que levaram muitos povos americanos à debilidade e à extinção. Fazendo uma comparação com a natureza, Gonzalez Prada disse que “*las hormigas que domesticam pulgones para ordeñalas, no imitam la imprevisión del blanco, no destruyen a su animal productivo*”.²⁰

O autor peruano atribuiu, nessa passagem, aos males cometidos pelos próprios europeus sobre os demais povos o papel de causadores da miséria dos últimos, males dotados de uma origem *externa e uma repercussão interna*, que não eram produto desses povos, vítimas de um sistema mais complexo, engendrado com a conquista e a colonização.

Esse pensador mostrava que a questão racial nada mais era do que uma conveniência política e social. Em sua ascensão social e econômica, os índios, negros, zambos ou mulattos desprezavam os membros da classe ou da “raça” à qual pertenciam. A ascensão social, portanto, passava também por uma ascensão “racial”. O índio deixava de se sentir índio, e buscava encontrar traços ou ligações com os brancos. Sua violência para com os demais companheiros de etnia era uma forma de o índio encontrar um modo de se identificar com o branco conquistador.

Ele dividiu a sociedade peruana em duas parcelas: uma composta por brancos e os *encastados* ou dominadores, e outra, a dos indígenas ou dominados. Gonzalez Prada fez menção a uma aliança, ou melhor, a uma relação de troca de serviços entre os “dominadores da capital” (aqueles instalados em Lima) e os da província: enquanto os proprietários de terras serviam de agentes políticos aos senhores de Lima, estes os defendiam quando abusavam do índio. As revoluções, segundo Prada, não se comparavam às atrocidades cometidas contra os índios.

Gonzalez Prada lembra que mesmo a condenação, por vice-reis, pela Coroa ou pela Igreja, das crueldades feitas aos índios, ao estabelecer leis humanitárias com o intuito de defendê-los, não funcionara, uma vez que, para isso, seria necessária a eliminação dos *repartimientos* e das *mitas*. Oficialmente, ordenava-se a exploração do vencido e pedia-se humanidade e justiça aos executores.

A República seguira as mesmas tradições da época colonial: os presidentes se chamavam de “*protetores de raza indígena*” e outras autoridades criaram uma série de leis com o propósito de assegurar garantias aos índios, mas isso se reduzia a palavras sem eco, a leis sem condições de serem obedecidas, criadas justamente para isso, uma vez que a República, por assim dizer, não representava a realidade do país ao excluir a população indígena.

É central, portanto, a crítica que esse ensaísta fez dos “indófilos”, que, através de iniciativas particulares ou coletivas procuravam lutar pela causa do índio, mas, na realidade, estavam usando o índio com o objetivo de manipulá-los e manter o seu poder sobre eles.

Para Gonzalez Prada, a forma como o índio era tratado se caracterizava, não apenas pela indiferença, mas principalmente por seu valor enquanto “objeto” de uso. O índio servia para determinados interesses, como nas insurreições, na condição de “soldado”, mas seu

valor enquanto ser humano era negado. E ao negar ao índio sua humanidade, a elite podia manipulá-lo da forma mais conveniente. É por isso que Gonzalez Prada argumentou: “*nada tan fácil como hacer de un ignorante una bestia feroz*”.²¹

Nessa visão, a República não proporcionou nenhuma mudança significativa, uma vez que, se não existiam mais os *corregimientos*, nem *encomiendas*, funcionavam os trabalhos forçados e o recrutamento “*le conservamos en la ignorância y la servidumbre, le envilecemos en el cuartel, le embrutecemos com el alcohol, le lanzamos a destrozarse en las guerras civiles y de tiempo en tiempo organizamos cacerías y matanzas como las de Amantani, Ilave y Huanta*.”²²

O pensador peruano fala de um *nós* contra *eles*, do usurpador sobre o usurpado, de um aristocrata sobre o índio, tomando a responsabilidade sobre o índio não apenas para si, mas para toda a elite peruana: ela era a responsável pela situação do índio, por sua pobreza e miséria, por sua ignorância. Nessa passagem, ele se assume como membro da elite, mas, reconhecendo os erros dessa elite, critica-a e toma para ela a responsabilidade pela situação indígena.

Sem o ameríndio possuir direitos e sendo manipulado pelos interesses da elite, era fácil compreender a denúncia que Prada fez da ocupação das terras indígenas, da autoridade exercida pelos fazendeiros e os maus-tratos dirigidos aos indígenas. Nesse sentido, ele procura mostrar que mesmo os filhos desses fazendeiros, instruídos na Europa, e portadores de um “verniz” europeu tratavam o índio com o mesmo descaso que os demais fazendeiros.

Se ao índio era negada a *humanidade*, toda violência dirigida a sua pessoa se tornava justificável; se lhe roubavam as terras, assassinavam ou violavam as mulheres, isso era exatamente o reflexo daquela sociedade, não apenas marcada pelo descaso social dirigido ao índio, mas também pelo descaso ao direito a sua *humanidade*.

É por isso que o discurso de Gonzalez Prada teve exatamente um tom de denúncia ao negar a “desumanização” do indígena. E agindo com muita ironia, inverteu o jogo: quando acusavam o índio de ser refratário à civilização e de não ser (ou não estar) apto a ela, o ensaísta respondia que “*El índio recibió lo que le dieron: fanatismo y aguardiente*”.²³

Assim, o escritor concebeu o Peru exatamente como o *oposto* da civilização: “*Donde no hay justicia, misericordia ni benevolencia, no hay civilización; donde se proclama ley social la struggle for life, reina la barbarie*”.²⁴

Nessa perspectiva, o índio tinha todas as condições de se “civilizar”. A decadência de que o acusavam era de ordem moral, e não biológica. Como ele diz: “*Moralmente hablan-*

*do, el indígena de la República se muestra inferior al indígena hallado por los conquistadores; mas depresión moral a causa de servidumbre política no equivale a imposibilidad absoluta para civilizarse por constitución orgánica”.*²⁵

O autor sustentava que o índio poderia desenvolver as mesmas atividades de um dos descendentes de espanhóis: “*Índios vemos en Cámaras, municipios, magistraturas, universidades y ateneos, donde se manifiestan ni más venales ni más ignorantes que los de otras razas*”.²⁶

Se a avaliação que fazia do índio era no sentido de defendê-lo das acusações de inferioridade racial, posição semelhante teve em relação aos negros e “*amarillos*” (japoneses e chineses, principalmente). Gonzalez Prada relacionava os defeitos dos quais os índios e negros eram acusados aos males causados por sua condição de vida e à exploração à qual estavam submetidos: “*efectivamente, no hay acción generosa que no pueda ser realizada por algún negro ni por algún amarillo, como no hay acto infame que no pueda ser cometido por algún blanco*”.²⁷

É importante destacar aqui a comparação que o ensaísta fez entre a ação exercida pelos brancos na África e as deficiências atribuídas aos negros: “*veremos que en medio de la civilización blanca abundan cafres y pieles rojas por dentro*”; e, ainda, que o rei inglês Eduardo VII e o imperador alemão Guilherme II “*llevan lo blanco de la piel mas esconden lo negro en la alma*”,²⁸ em razão de suas ações imperialistas na África.

Essas afirmações traduzem uma idéia fundamental: todas as pessoas, não importa a raça à qual pertençam, são portadoras de defeitos e virtudes – todos são capazes de progredir e se desenvolver. A situação dos negros e dos chineses se deve mais ao sofrimento por que passaram na escravidão. Quem realmente estava contaminada era a sociedade: a tal “inferioridade” era resultado de um problema social, gerado pela situação de miséria e segregação, à qual os discriminados estavam submetidos. O problema maior estava no próprio âmago da sociedade.

Da mesma forma, Gonzalez Prada chegou à idéia do que poderíamos chamar de “imagem projetada do outro”: ao dizer que os brancos possuíam os mesmos defeitos atribuídos aos negros e índios, abriu uma questão – de que os defeitos identificados em negros, índios e mestiços eram, na realidade, um reflexo daquilo que os brancos sentiam em si mesmos.

Um ponto alto do discurso anti-racista de Prada foi fazer uma separação entre as idéias de “raça” e “grupo social”. Se o índio que ascendia social e economicamente se tornava como um branco, a própria definição de “raça” ganhava um novo aspecto, transformando-

se numa definição de “grupo social”. Foi com esse sentido que diz que “*todo blanco es, más o menos, un Pizarro, un Valverde o un Areche*”.²⁹ O branco não era visto como pertencente a uma “raça”, mas adquiria um sentido simbólico de conquistador, dominador.

Podemos concluir que o discurso anti-racista de Gonzalez Prada se identificava com a idéia de um nacionalismo e, principalmente, com a construção de um novo país, assentado em sua realidade – ou seja, na população indígena peruana. Dentro desse contexto, o autor defendia a idéia de que, para o índio se libertar, era necessário mais do que apenas o acesso à educação, uma vez que esta, sendo mal conduzida, poderia levar à alienação e à servidão. Assim, defendeu, com tom de ironia, “*la escuela, respondase-le: la escuela y el pan*”.³⁰

Gonzalez Prada defendia a necessidade de uma revolução para resolver a questão indígena “*El índio se redimirá merced a su esfuerzo propio, no por la humanización de sus opresores*”.³¹ Ele não entendia que a vida do índio pudesse melhorar através da ação da elite, porque nada se poderia esperar dela. Assim, afirmava que o índio deveria partir para a ação como forma de buscar os seus direitos, fazendo um alerta ao dizer que, se o índio aproveitasse os recursos, que dispensava com álcool e festas, em armas poderia mudar a sua condição e respeitar a sua propriedade e a sua vida.³²

Defendia a violência como uma forma de ação, mas esta estaria vinculada à forma de luta do indígena, não como um modo de ação contínua. Como relata em *Nuestros tigres*, demonstrava que tinha horror à violência gratuita.

Assim, essa violência seria uma maneira de as massas devolverem à elite aquilo que ela lhes deu. Seria lutando contra a elite que o espoliava e maltratava que o índio conseguiria ascender. Para entender a razão da defesa do uso da violência por Gonzalez Prada, temos que repensar a forma como ele concebeu a situação do Peru – uma relação de dominante *versus* dominado. Portanto, ao entender sua realidade dessa forma, ele abria caminho para que a violência fosse a única alternativa ao índio, uma vez que somente através dela este conseguiria vencer a oligarquia dominante.

A Guerra do Pacífico provocou, na sociedade peruana, uma série de mudanças. O trauma da derrota, da perda dos territórios, da economia, tudo isso contribuiu decisivamente para que o país pudesse refletir sobre si mesmo e a natureza de sua sociedade.

É nesse contexto que o pensamento de Gonzalez Prada ganha relevo e se torna importante. A Guerra do Pacífico mostrou, como ele disse, que o país estava doente, e que a causa dessa doença residia na própria elite do país, por demais comprometida com o conservadorismo, a ordem colonial, a exploração da população e o racismo.

É preciso pensar na Guerra do Pacífico, não apenas em razão da perda territorial. Ela também contribuiu para que o Peru refletisse sobre sua própria história e sobre si mesmo.

Gonzalez Prada foi o mais importante crítico da sociedade peruana em seu tempo. Ele soube agregar a angústia da perda e da humilhação sofrida na guerra a sua crítica social. O Peru não fracassou porque o Chile era melhor; o fracasso deveu-se ao próprio país derrotado. É nesse sentido que a sua crítica se dirige à classe dominante – da qual fazia parte –, e não à população pobre do país.

Um aspecto do pioneirismo desse autor pode ser visto na reação que o seu pensamento causou no Peru. Na virada para o século XX, uma nova geração de intelectuais, como Riva Agüero, Francisco Garcia Calderón e Andrés Belaunde, procurou rebater o pensamento de Gonzalez Prada. Eles pretendiam modernizar o Peru, mas sem o radicalismo ou a crítica do ensaísta. A eles, interessava o conservadorismo, não a mudança radical.

Mas o pensamento de Gonzalez Prada continuou vivo. Mesmo após sua morte, autores como Mariátegui mantiveram o legado crítico daquele pioneiro em suas análises sociais. Aliás, a influência da obra de Prada sobre Mariátegui é imensa, como pode ser visto no livro *Sete Ensaios da realidade peruana*. Sem contar que Prada provocou o início do movimento indigenista, que possui grandes repercussões ainda nos dias de hoje.

A Guerra do Pacífico pode ter-se encerrado há muito tempo, mas as mudanças na mentalidade peruana, que resultaram do conflito, ainda fazem parte do dia-a-dia dessa sociedade, graças a autores como Manuel Gonzalez Prada.

Recebido em dezembro/2004; aprovado em maio/2005

Notas

* Mestre em História Social pela FFLCH-USP.

¹ MARIÁTEGUI, J. C. *Sete ensaios de interpretação da realidade peruana*. São Paulo, Alfa-Ômega, 1975, p. 9.

² HALPERIN DONGHI, T. *História da América Latina*. 2 ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1989, p. 159.

³ CORTIER, J. *Clases, Estado y nación en el Peru*. México, Universidad Nacional Autónoma de México, 1982, p. 98.

⁴ CHANG RODRIGUEZ, E. El ensaio de Manuel Gonzalez Prada. *Revista Iberoamericana*. Pittsburg, Instituto Internacional de Literatura Ibero Americana, 1976, p. 95.

⁵ MARIÁTEGUI, op. cit., p. 182.

⁶ GONZALEZ PRADA, M. *Paginas libres/Horas de Lucha*. Venezuela, Biblioteca Ayacucho, p. 106.

⁷ Id. "Instrucción Católica", in: op. cit, p. 88.

- ⁸ Id. “Discurso en el Politeama”, in: op. cit, p. 45.
- ⁹ Ibid., p. 47.
- ¹⁰ Id. “Grau”, in: op. cit, p. 41.
- ¹¹ Id. “Propaganda y ataque”, in: op. cit, p. 108.
- ¹² Ibid., pp. 45-46.
- ¹³ Id. “Los partidos y la Union Nacional”, in: op. cit, p. 209.
- ¹⁴ Ibid., p. 209.
- ¹⁵ Id. “Nuestros ventrales”, in: op. cit, p. 304.
- ¹⁶ Id., “Nuestros índios”, in: op. cit, p. 333.
- ¹⁷ Ibid., p. 335.
- ¹⁸ Ibid..
- ¹⁹ BOMFIM, M. *A América Latina – Males de Origem*. Rio de Janeiro, Topbooks, 1998 (1 ed. 1905).
- ²⁰ GONZALEZ PRADA. “Nuestros índios”, in: op. cit, p. 336.
- ²¹ Id. “Los Partidos y a Union Nacional”, in: op. cit, p 206.
- ²² Id. “Nuestros índios”, in: op. cit, p. 338.
- ²³ Ibid., p. 340.
- ²⁴ Ibid., p. 340.
- ²⁵ Ibid., p. 341.
- ²⁶ Ibid., p. 341.
- ²⁷ Ibid., p. 341.
- ²⁸ Ibid., p. 341.
- ²⁹ Ibid., p. 343.
- ³⁰ Ibid., p. 342.
- ³¹ Ibid., p. 343.
- ³² Ibid., p. 343.

EMPRESA MISSIONÁRIA E ALGUNS ASPECTOS DE SUA HISTÓRIA NA AMÉRICA PORTUGUESA

Juarez Donizete Ambires*

O presente texto é resultado parcial de pesquisa em andamento, que abrimos com nossa dissertação de mestrado, já defendida, que versou sobre trabalho missionário e alguns de seus dilemas na América Portuguesa em fins do século XVII.

Desse modo, já um pouco mais sensíveis quanto às lacunas da mesma investigação, optamos por uma volta a ela, buscando estabelecer diálogo com perguntas às quais ficamos devendo respostas, difícil proposição de pesquisa, devido à distância entre o tempo presente e a cronologia de nosso interesse, e certa carência de material sobre o assunto nos arquivos e bibliotecas.

I

Os embates entre a Companhia de Jesus e os colonos foram intensos na América Portuguesa e, ao que tudo indica, desde os primeiros tempos da convivência. A causa dos desentendimentos, em concomitância, sempre foi uma e mesma: a administração do índio, o elemento-chave de todo o processo, pois, na estrutura mercantil de exploração da terra, foi avaliado como a mão-de-obra disponível e, por conseguinte, aquela a ser usada. A esse viés, vem ligado o fato de que o colono, cedo, viu o jesuíta como um concorrente e, em quase todas as avaliações, um privilegiado, uma vez que, por legislação, coube ao inaciano a tutela do indígena.¹ Assim é que, desde os primeiros embates, concorrente é, em verdade, termo abrandado – eufemismo –, pois o jesuíta é o inimigo, e seu aldeamento, valhacouto, esconderijo onde se refugia o índio descido dos sertões e que está sendo aculturado pelo inaciano, fato que o torna ainda mais cobiçado, porque, sob a influência dos padres, o silvícola tende a se converter em agricultor e de alguma qualidade.

Por todas essas vicissitudes, já na segunda metade do século XVI, expressam-se as preocupações com uma legislação indigenista, tendo ela por articulador o inaciano que busca a defesa do índio, não sendo possível, contudo, apontá-lo como o peremptório defensor da liberdade do silvícola. Na circunstância, o sentido do termo “liberdade” é, na esfera jesuítica, o da tutela.

Parece indubitável, contudo, que as atitudes inacianas para com o índio foram mais humanitárias que as do colono, mas não se pode negar que, para o religioso, o índio é também força de trabalho.

O estado de vassalo, o jesuíta também o atribuiu a ele. A maior defesa de que o índio é vassalo e não escravo, pensamos encontrá-la no *Voto sobre as dúvidas dos moradores de São Paulo acerca da administração dos índios*, escrito por Antônio Vieira, em 1694.²

É preciso, entretanto, que também se diga que, na situação, o termo muito se confundia com o de prestador de serviços e, de fato, o índio expressava, por sua vez, muito de sua razão de ser para o inaciano. Os embates do jesuíta com o lavrador se deram para que houvesse um maior controle no uso dessa força de trabalho, pretendendo-se uma sua maior preservação com o gesto. A atitude, no entanto, quase nunca foi compreendida pelos colonos que, na expressão de sua rivalidade contra a Ordem, desobedeceram a acordos e fizeram das leis de proteção ao índio letra-morta, segundo informações constantes na coletânea organizada por Manuela Carneiro da Cunha.³

Do século XVI ao XVII, esta é, no caso, a expressão da verdade e, apesar da articulação jesuíta e dos momentos de vitória que obteve com a contundência das leis de proteção que fez aprovar – mormente as do período filipino, as mais sérias na avaliação de Vieira –, a Ordem e, na extensão, o projeto missionário, são os perdedores, já havendo, desde os primeiros difundidores do Evangelho mais enfaticamente ligados a este trabalho – Nóbrega e Anchieta, para exemplo –, a consciência ou idéia de que o aldeamento nos moldes jesuíticos só pode ocorrer se distante das vilas incipientes e da propriedade agrícola. Com isso, segundo Cristina Pompa, ainda na mesma segunda metade do XVI, começam as peregrinações inacianas por áreas da colônia mais distantes do litoral e de acesso mais interdito, querendo-se, com a atitude, garantir o sucesso na organização dos aldeamentos e sua perpetuidade.⁴

No mesmo episódio iniciam-se também as mortandades em massa de povos índios, vítimas dos trabalhos forçados e das epidemias oriundas de Europa e África.⁵

A vinda do escravo africano ou, como se diz à época, etíope, não minimizará a triste ocorrência, pois em muitas áreas deram-se, até o século XVIII, o consumo e presença do escravo índio. Já quanto ao negro, as preocupações com sua preservação sempre foram maiores, porque seu preço de mercado anunciou-se bem cedo fortemente superior ao do

índigena, devido aos investimentos sobre ele até sua chegada à América Portuguesa.⁶ Nas áreas alheias ao circuito da cana-de-açúcar, a mão-de-obra é a índia e esta ocorre mesmo em espaços do litoral nordestino onde o engenho não se instituiu. O indígena, contudo, também esteve ligado aos princípios da indústria açucareira. Foi de sua responsabilidade a chamada formação de terras de lavoura e a edificação das estruturas depois (muitas delas) utilizadas por escravos negros e a parca mão-de-obra especializada e livre.

II

Pelo século XVII, intensificam-se as atribuições da empresa missionária. A prática dos aldeamentos, no entanto, perpetua-se e o ideal missionário é atitude com a qual a juventude jesuítica se conagra. Vieira é exemplo desse congraçamento e também testemunha da alta consideração de que gozam os missionários no seio da Ordem. Na biografia mais renomada do jesuíta – a de João Lúcio de Azevedo – encontramos menções do apego de Vieira à atividade missionária, no sertão, desde a sua juventude.⁷

Pelo que se sabe, Cardin, ao fim da vida, depois de anos de entrega à evangelização dos índios no sertão, recolhe-se ao Real Colégio da Bahia, casa jesuítica, para descanso e tratamento de saúde, sendo lá assistido por noviços inacianos que o veneram. Salvo engano, Antônio Vieira é um deles e um dos que presenciam a criação administrativa do Estado do Maranhão e Grão-Pará, espaço também almejado pelos missionários jesuítas e região que constituirá forte exemplo da aversão do colonato ao projeto das missões inacianas.⁸

Na cronologia de século XVII, outro exemplo de mesma envergadura será o da capitania de São Paulo, onde as ações jesuíticas exteriores a seus colégios serão sempre coibidas e com ira, embora haja exceções. Nesse sentido, lembramos aqui do apoio civil dos Camargo, dado, em São Paulo, aos jesuítas em um dos mais graves momentos de desavença – o de 1640 – entre paulistas e a Ordem.

Em nossa inferência, esses dois exemplos de ação refratária serão imagem mais que fidedigna dos entraves à empresa missionária e, por seu poder de expressão, pedem desdobramento, o que ocorrerá adiante.

Cabe ainda dizer, contudo, que, quanto ao fracasso da mesma empresa, ela, por si e em essência, pode ter gerado elementos que contribuíram para a sua derrocada. O isolamento pretendido pelo jesuíta será, no caso e em algumas interpretações, uma das prováveis razões desse malogro, na hipótese do revés autogerado, e, já à época, é causa de preocupação para autoridades as mais diversas que questionam tal prática, querendo saber de sua vinculação com a realeza e o quanto ela pode estar comprometendo a conversão.

Ao que tudo indica, mesmo Roma partilhará de muitas dessas preocupações, buscando certificar-se dos riscos (que ela acredita serem de mais diversa natureza) que corre o missionário no retiro em meio às matas e brenhas.⁹ Tal fato, aliado às pressões do meio, gera, por sua vez, dúvidas e suspeitas mesmo em espíritos partidários da missão, e tal preocupação é mais uma das polêmicas a envolver a empresa e seus destinos na segunda metade do XVII. O missionário Jacob Roland é exemplo da indagação que assumiu algum vulto na América Portuguesa daquele momento. O seu questionamento está contido em uma de suas cartas – a de 15 de janeiro de 1667, cujo título é *Quaestio: ultrum tapuiaie et mediterraeis propius littora adducendi sunt ut christianis iniciantur sacris, an non?* – escrito no qual, em verdade, o missionário, pergunta sobre os modos da evangelização, buscando saber se o lugar da catequese é o sertão ou o litoral, se, noutros termos, o missionário deve ser o de aldeia ou o de colégio.¹⁰

Na circunstância, em paralelo ao sentido primeiro que essas indagações carregam, temos todo o projeto missionário sendo questionado quanto à sua validade e o pilar dessas dúvidas é, em senso prático, a ação deletéria do colono que não se intimida, apesar do aparente apoio da coroa ao religioso e seus valores.

III

O colonato de São Paulo e o do Maranhão e Grão-Pará constituíram, em nossa leitura, as mais fortes e estruturadas oposições que a empresa missionária jesuítica conheceu, em sua rede de articulações por toda a América Portuguesa. Tanto um caso como o outro assumirão linhas de conduta muito próximas (para não dizermos idênticas) no trato com o indígena e o princípio básico de suas ações foi tratar os padres da Companhia como concorrentes à posse do índio – para o colono sempre e exclusivamente mão-de-obra –, fato a que já se aludiu e para o qual o texto, a partir de agora, minimamente se abre, na exploração dos casos específicos, sendo o primeiro deles o do Estado Setentrional.

IV

Os interesses da coroa portuguesa voltam-se intensamente para o norte da colônia, com a instalação, nas paragens, em 1612, da França Equinocial, cuja presença é a responsável pela fundação da cidade de São Luís e é também o argumento para que o governo luso perceba sua vulnerabilidade na região e, em geografia mais extrema, conscientize-se de sua fragilidade na foz do Amazonas, porta fluvial de vastíssima e desconhecida região que, para segurança da colônia, é preciso controlar.

Assim é que, com a expulsão francesa em 1615, pensam-se projetos para a vasta área, e uma das atitudes foi a fundação do Estado do Maranhão e Grão-Pará (1621) – fato que divide a colônia em duas esferas – e o empreendimento da colonização pela catequese, destacando-se nesse trabalho o jesuíta, apesar do empenho e da presença de outras ordens no local.

Com o crescimento da malha agrícola e pecuária, surgem, então, os desentendimentos entre inacianos e colonos pela posse do índio e a força desses embates é um dos fatos, pelo o que nos consta, que levará Vieira à região na década de 50 e com específicas incumbências.¹¹ Uma delas é a retomada do empenho missionário com os descimentos de povos índios das florestas e sua locação em aldeamentos; já outra (e de peso) é a implantação de um sistema de uso mais racional da mão-de-obra, buscando-se com isso sua maior preservação, pois a Amazônia tornara-se, nas indicações do próprio Vieira, palco do mais desbragado morticínio de índios. Sua atuação, à época, o faz, assim, herdeiro de muitas inimizades e os revides desses desafetos levam-no a retornar duas vezes à metrópole, ainda nesses anos 50, em busca do auxílio de D. João IV, a quem o jesuíta empenhadamente servira na década precedente, na condição de confessor, sermonista, conselheiro, estadista, diplomata e mesmo preceptor de príncipe.

A viagem de 1655 (a primeira) garante-lhe vários privilégios. A força de que vem imbuído em seu retorno é a de um governador que conta com o apoio e a proteção do oficial, que é André Vidal de Negreiros. A prerrogativa, contudo, não lhe proporciona o resultado almejado e sua expulsão do Estado, no início da década seguinte, nada mais é que o fruto da acirrada oposição que ele enfrenta, mas não consegue controlar.

Essa intensa oposição criará o mito de que o trabalho missioneiro no Maranhão é de todas as frentes, com essa atividade, o mais penoso, gozando de prestígio no meio missionário o padre que o escolher para realização. Outro aspecto que se liga ao fato, agora segundo Cohen, é o de que os colonos não perceberam o verdadeiro papel que Vieira tentou desempenhar nas circunstâncias, que foi, na visão do estudioso, o de conciliador de interesses.¹²

À época, muitas das atitudes do jesuíta levaram a uma idéia divergente desta e, mesmo para os tempos atuais, sobreviveu, na região, a imagem do Vieira inimigo do colono.

Em paralelo a todos esses acontecimentos, o período do Maranhão e Grão-Pará é cronologia de grandes textos, alguns dos quais a veicular a mensagem de importância do trabalho missionário e o protótipo do evangelizador que acaba por ser, em verdade, o próprio Vieira, em suas práticas e representações, imagem que o grande sermonista veicu-

lará mais tarde (fins da década de 80), concitando os jovens que procuram a Companhia a abraçar o projeto missionário, cuja verve para ele, Vieira, foi, por força dos embates, esmorecendo, não havendo, entretanto, maior e mais digna ocupação.¹³

A esse episódio também se ligam, segundo Antônio José Saraiva, as pretensões do jesuíta de estender um cordão de aldeamento pelos rios da Amazônia, criando por essa rota uma linha de fronteira que garantiria para Portugal a definitiva posse da região que, em conformidade com o mesmo estudioso, Vieira pretendia em comunicação, por sua vez e por via fluvial, com as missões paraguaias e mesmo as mais ao sul.¹⁴ Fato (se viável) que talvez referendasse a hipótese apregoada por alguns, do projeto de um Estado teológico paralelo à administração portuguesa, sintonia que, entretanto, refutamos, devido à ligação da Ordem (das ordens) pelo padroado à coroa, ao rei.

Hipóteses à parte, o que sempre fica, contudo, é, parece-nos, a impossibilidade de convivência pacífica entre o projeto missionário e o colonato. Em um mundo que em tudo depende do escravo, a avidez pela mão-de-obra servil leva ao rompimento com todos os preceitos que regulam o seu uso e aquisição. O princípio primeiro da possibilidade de escravidão somente por *guerra justa*, este desapareceu rapidamente, para não dizermos que ficou apenas no papel, e o Maranhão (que é “maranha”, na expressão de Vieira) é, no exemplo, caso notório.

V

Em São Paulo, a contenda entre inacianos e paulistas é antiga. Certamente, ela se remonta ao século XVI, mas é no posterior, ao que tudo indica, que os ânimos se acirram e o colono das paragens mais ao sul vai, no paulatino de seu cotidiano, fazendo-se vencedor.

Já para os inícios do XVII, o piratiningano tem estabelecida a idéia do jesuíta-concorrente e o tratamento ao missionário é o que se dispensa a inimigos. Todas as ações de proteção ao índio são vistas como ato de afronta e os jesuítas, em seu colégio na Vila de São Paulo, sofrem o revide. De todos, o mais exacerbado parece-nos o de 1640, episódio em que o jesuíta foi literalmente expulso do planalto, pagando por via direta pelo ato do inaciano espanhol que, em 1639, fizera promulgar o Breve de Urbano VIII que concedia liberdade a todos os índios e era resposta às ações rapinosas do bandeirante paulista sobre as missões do Tape e Guairá.¹⁵

Em ação de combate e compensatória, vem em seguida o gesto de acuartelamento do jesuíta da capitania de São Paulo, que se vê na contingência (momento o da Vila de São Paulo) de alojar-se no Rio de Janeiro, sob a proteção do governador Salvador de Sá.

O retorno ao planalto, este se dá somente treze anos após, mas sob condições e com assinatura de documento público que obriga o inaciano a submissão.¹⁶ Esse controle, assim, da força contestatória jesuíta por vias legais foi o fator que possibilitou ao paulista, na década de 80, o pedido à coroa da administração direta do índio, gesto que revela sua articulação e defesa de interesses, escudado por um poder que se estruturou economicamente ao longo da centúria em questão. Desse modo, ao nos pronunciarmos, lembramos do sucesso da agricultura paulista do século XVII, que abasteceu boa parte do mercado interno da colônia com seus gêneros de subsistência.¹⁷ Recorremos também ao exemplo do seu trabalho de saneador com as execuções da empresa apreadora (em grande atividade, mormente no Nordeste da colônia, pela segunda metade do século).¹⁸

Destacamos ainda o achamento dos veios auríferos do Sabarabuçu (aos fins do XVII – 1693) que abrem à Europa o eldorado das Minas Gerais.¹⁹

Noutra instância, parece-nos também digno de nota o fato de que o minimamente elaborado nível de articulação fez o piratiningano aproximar-se de uma ala jesuítica dissidente do projeto missionário, que está chegando, como se percebe, ao fim do século, combatido. Ações do paulista são, muitas delas, responsáveis por isso.

O grupo inaciano que com ele se articula auxilia-o em diversos aspectos, particularmente, para o que nos consta, nos argumentos de natureza jurídico-teológica relacionados a seu intuito. Permite também, nesse favorecimento, contatos diretos, deslocando-se para o planalto em datas estratégicas, para negociações com a comunidade de Piratininga, representada à época por sua câmara.

Esses momentos (que se resumem a dois) são 1685 e 1694, representando o primeiro deles a ocasião do acerto entre as partes, que concedia ao paulista a ansiada administração direta de seus índios, acontecimento que significa autonomia ou independência definitiva em relação à ala jesuítica partidária da tutela adstrita à Companhia.

Já a segunda das datas, esta significa a ratificação do decidido quase dez anos antes e representa também a vitória, no seio da Ordem, da ala de aberta oposição ao projeto missionário, ao menos em proposição mais radicalizada, como parece ser aquela defendida por Vieira e alguns acólitos em fins deste século XVII. Com certeza, é também tal radicalidade a encampada por padres espanhóis que conseguem formar o complexo missioneiro dos Sete Povos, ao sul, reduto de aldeamentos que mais tempo perdurou, obediente, ao que tudo indica, a um ideal de projeto missionário que, nas instâncias centro-sul e norte da América Portuguesa, foi cerceado, inibido de acontecer em sua plenitude e pela ação do colono que, no caso paulista, consegue adeptos os mais inusitados.

VI

Antônio Vieira, em meio a toda essa circunstância, é o defensor de uma opção em agonia. Sua morte, para Serafim Leite, é o encerramento de um ciclo na história da Ordem.²⁰ É o adeus à figura dos grandes missionários ou, na contrapartida, a vitória dos padres de colégio, envolvidos com a educação nas vilas e cidades maiores, dos padres adstritos a um perímetro de natureza mais urbana, onde vicejam os templos de talha barroca e arquitetura que simboliza o poder senhorial.

Outros autores amarram-se às mesmas proposições e, com isso, em nossa leitura, contribuem para a difusão da idéia de que o aldeamento seria, em linguagem presente, o espaço do sonho, da realização dos desejos utópicos, pensamento articulado, por sua vez, a um anseio que não encontrou possibilidades duradouras no espaço e tempo que o forjaram ou, ainda, num espaço e tempo que o geraram e, simultaneamente, o tornaram anacrônico, desprezando a tópica da missão em que o Vieira retornado (o Vieira de 1681 em diante) aqui tanto investiu, tentando, no Real Colégio da Bahia, reavivar um ideal que, em fins do século XVII, está a se despedir, juntamente com toda a escolástica que o respalda, pois a proposição do reino espiritual fundido ao terreno está a se dissolver na cedência de espaço a um projeto de império que mais busca as vias deste mundo.²¹

Recebido em dezembro/2004; aprovado em maio/2005

Notas

* Professor de Língua e Literatura Portuguesas no Centro Universitário Fundação Santo André e Doutorando em Literatura Brasileira na Universidade de São Paulo. E-mail: fafil.cursos@fsa.br / juarez.ambires@bol.com.br

¹ MONTEIRO, J. M. *Negros da terra. Índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo, Companhia das Letras, 1995, pp. 36-42.

² Cf. CIDADE, H. e SÉRGIO, A. (org.). *Pe. Antônio Vieira. Obras escolhidas* (vol. V). Lisboa, Sá da Costa, 1951, pp. 34-58.

³ CARNEIRO DA CUNHA, M. *História dos índios no Brasil*. São Paulo, Companhia das letras, 1998, p. 115.

⁴ POMPA, C. O lugar da utopia: os jesuítas e a catequese indígena. *Revista Novos Estudos Cebrap*. São Paulo, n. 64, nov., 2002, pp. 83-95.

⁵ ALENCASTRO, L. F. *O trato dos viventes. A formação do Brasil no Atlântico Sul*. São Paulo, Companhia das Letras, 2000, p. 39.

⁶ GORENDER, J. *O escravismo colonial*. São Paulo, Ática, 1992, p. 123.

⁷ AZEVEDO, J. L. *História de Antônio Vieira* (vol. 1). Lisboa, Clássica, 1992, pp. 13-52.

⁸ A ligação de Vieira a Cardin, encontramos-la mencionada em NIZZA DA SILVA, M. B. *Vieira e a questão indígena: estratégias e conflitos*. Terceiro centenário da morte do pe. Antônio Vieira, Congresso internacional. *Actas*, 3 v., v. I., Braga, Universidade Católica Portuguesa/Província Portuguesa da Companhia de Jesus, 1999, p. 193.

⁹ POMPA, op. cit, pp. 83-95.

¹⁰ POMPA, op. cit, pp. 83-95.

¹¹ AMBIRES, J. D. *Os jesuítas e a administração dos índios por particulares em São Paulo, no último quartel do século XVII*. Dissertação (Mestrado). São Paulo, FFLCH-USP, 2000, pp. 38-67.

¹² COHEN, T. *The fire of tongues. Antonio Vieira and the missionary church in Brazil and Portugal*. Califórnia, Stanford University Press, 1998 (cap. 3 – “The lessons of epifany”).

¹³ AMBIRES, op. cit., pp. 112-15.

¹⁴ SARAIVA, A. J. *História e utopia – estudos sobre Vieira*. Lisboa, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1992, p. 22.

¹⁵ AMBIRES, op. cit, pp. 92-94.

¹⁶ *Ibid.*, p. 94.

¹⁷ MONTEIRO, J. M. *Negros da terra. Índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo, Companhia das Letras, 1995.

¹⁸ PUNTONI, P. *A guerra dos bárbaros: povos indígenas e a colonização do sertão nordeste do Brasil, 1650 – 1720*. São Paulo, Hucitec, 2002.

¹⁹ AMBIRES, op. cit, p. 130.

²⁰ LEITE, S. *História da Companhia de Jesus no Brasil* (vol. VI). Rio de Janeiro, Imprensa Nacional/INL, 1945, p. 345.

²¹ MELO E SOUZA, L. de. *1680 -1720. O império deste mundo*. São Paulo, Companhia das Letras, 2000.

ESCRAVIDÃO E FUGA NA AMÉRICA PORTUGUESA: A HISTÓRIA DE MARIINHA RODRIGUES E SEUS DESCENDENTES NA BAHIA – SÉCULOS XIX E XX*

Carmélia Aparecida Silva Miranda*

*A memória é também uma construção do passado, mas pautada em emoções e vivências:
ela é flexível, e os eventos são lembrados à luz da experiência subsequente
e das necessidades do presente.*

Pierre Nora

Este texto tem como objetivo discutir as experiências históricas da comunidade negra rural de Tijuacu, BA, que em fevereiro de 2000 foi reconhecida como território remanescente de quilombo pela Fundação Cultural Palmares. O perímetro quilombola é composto pelo distrito de Tijuacu e outros povoados e fazendas que se localizam nos municípios de Senhor do Bonfim, Filadélfia e Antônio Gonçalves. Utilizamos como fonte principal os relatos orais e a documentação escrita, sendo a oralidade nossa fonte principal, pois entendemos que a memória é um celeiro de lembranças e reminiscências, um fenômeno sempre atual, “um cabedal infinito do qual só registramos um fragmento”.¹ Esses fragmentos constituem parte das lembranças que estão inseridas na memória daqueles que vivem no distrito de Tijuacu.

Nos depoimentos colhidos, principalmente nos dos mais velhos, quando se reportam a um tempo anterior, fazem comparação com o hoje, lembram que o ontem foi marcado por muito sofrimento e o presente constitui um como desafio, cuja natureza envolve luta, dor, mas também vivências, tradições, festas e religiosidades – memória e história. “Cada grupo social tem, assim, em seu seio, algo irredutível, só seu, que consiste num investimento inicial de sua existência e de seu mundo, que nem sempre é ditado por fatores reais, mas que dá a estes sua importância e lugar”.²

Esse seu pertencimento, essas características específicas permitem que esses diferentes grupos se reconheçam, pois são estilos de vida, formas de ver o mundo imbricados nas experiências vivenciadas por eles e seus ancestrais. Assim, “a história de cada grupo rural

negro é só sua, e assemelha-se à história de muitos outros grupos pelo Brasil afora, que lutam por direitos, em particular, pelo direito à terra em que habitam, trabalham e constroem suas vidas”.³

Na comunidade negra rural de Tijuacu, cada membro das diferentes famílias que lá habita possui uma posse de terra. A estratégia de casar-se entre os familiares é utilizada por esses habitantes para que a terra permaneça dentro da família, para que pessoas estranhas não sejam possuidores delas.

A história de Tijuacu – povoamento cuja população vem decrescendo nos últimos anos (segundo o IBGE de 1991, ali residiam 8.749 pessoas, enquanto em 1996, apenas 6.424) – tem como foco principal a figura de Mariinha Rodrigues, considerada a fundadora dessa comunidade. Segundo depoimentos, seus antepassados eram os proprietários de suas terras, sistema que prevalece entre os descendentes até hoje. Sua população, predominantemente negra, vive da agricultura de subsistência, plantando pequenas roças para o consumo. O que sobra dessa produção, vendem na feira de Senhor do Bonfim.

Outra característica observada nessa investigação faz referência aos laços familiares. A família significa a própria reprodução dessa memória e dessa existência, representa a célula mãe da permanência dos moradores na localidade; por sua vez, a terra concretiza as relações de trabalho e de sobrevivência dessa população e a tradição sintetiza o prazer, os laços culturais e a identidade.

Fragmentos lembrados e contados – a história de Tijuacu

“Mariinha Rodrigue moradeira do Lagarto a dona do Lagarto, eu conheci assim”.⁴

“Bisavó Mariinha, foi a minha vó legítima, ela era a mãe da minha vó”.⁵

Dista Maria de Jesus, moradora da localidade de Barreiras (povoado pertencente à Vila de Tijuacu), na data da entrevista tinha 90 anos de idade e desapareceu em 2003, aos 92 anos. Ouvir a voz, filtrar os resíduos é caminhar em busca das reminiscências evocadas pelos depoentes sobre o seu território, suas vivências e a de seus ancestrais. Ouvir as vozes dos narradores tem possibilitado aos historiadores enriquecer suas pesquisas por intermédio das lembranças dessas testemunhas, permitindo identificar novas percepções a respeito de tempo, espaço e memória. Nessa direção, ao ouvir a voz dos depoentes, o território vai se delineando conjuntamente com as imagens que se constroem a partir das memórias que vão sendo articuladas sobre o mesmo.

Os depoentes relatam e tentam separar as teias da memória na tênue sobrevivência da própria linguagem literária que a memória permite falar. Conforme Homi Bhabha, “O entretempo mantém viva a feitura do passado”. Dessa forma, buscam suas reminiscências:

Os mais velhos contam que no início de 1800, Mariinha Rodrigues passou a viver em Tijuacu e veio de muito longe.⁶

Papai falava pra gente que chegou essa Maria Rodrigues, pobrezinha num aflagelamento de gente, com os pés rachado, de preta diz que o cabelo era aquelas bolotinha. Foram agazaiá por lá; agazaiaram e daí não sei como foi que, que foi gerando gente dessa famia nossa todinha (risos). Nós somo da raça dessa Maria Rodrigue. Dizem que veio de Salvador ou da África, desceram em Salvador e aqui ficaram, e daí surgiu esse povo todo. Os nossos pais é descendente dela. Eles arrumaram esses dessa origem de negros. Esses negros vieram da África.⁷

Essas falas constituem uma síntese da trajetória de muitos negros que, ao fugirem da escravidão, buscaram, nas diferentes matas do interior do Brasil, o seu refúgio. A depoente conta com veemência as histórias ouvidas sobre Mariinha Rodrigues e sobre sua chegada em Tijuacu.

A mão-de-obra escrava, principalmente na Bahia, bem como em outras partes do país, durante a escravidão, foi absorvida em diferentes setores de produção: nas fazendas, nas casas e no comércio. Escravos e libertos, crioulos e negros africanos desempenhavam quase todas as funções da economia urbana e rural, das mais especializadas às menos qualificadas, eram carregadores, artesãos, lavradores, trabalhadores nos portos e nas oficinas, lavadeiras, quitadeiras e domésticas. Escravos e negros livres transitavam com grande habilidade pelas ruas das cidades, chamando a atenção por seus trejeitos, cores e sons, contrastando com a reclusão e os hábitos disciplinados das famílias senhoriais. Em diferentes espaços, o escravo fez-se presente com o seu trabalho, seus costumes e sua religiosidade, desempenhando desde os primeiros momentos da colonização papel fundamental na formação étnico-cultural.

Dona Maria Dista de Jesus (falecida em 2002) e dona Anísia Rodrigues, ambas na faixa de 80 anos, primas em primeiro grau, contaram com grande veemência sobre história Tijuacu. Quando perguntadas sobre os primeiros moradores da localidade responderam que foi Mariinha Rodrigues “uma negra fugida”, a desbravadora do território, que residia no Alto do Bonito (povoado próximo ao distrito) e que, estrategicamente, povoou essas terras, pondo em cada localidade um filho, com o objetivo de tomar posse dessas terras pelo uso de ocupação. A história das descendentes de D. Mariinha é ratificada pelo depoimento do senhor Antônio Marcos, morador da localidade:

Mariinha Rodrigues quando foi construindo família, ela fez uma estratégia colocar um de seus filhos em cada ponto distante um do outro, para que aqui fosse povoado e ela tomasse o domínio da grande área de terra, ou seja, ela formasse um pedaço grande de terra. Foi de forma que ficou mais ou menos. Hoje tem as comunidades: Macacos, tem Barreira. Então ela saiu circulando, Macacos, Barreiras, tem Quebra-Facão, Água Branca. Então cada local desse foi

colocado uma pessoa, um dos filho, um descendente dela, para que esses lugares fosse crescendo e ficasse interligados um ao outro, é como se demarcasse um perímetro, e na verdade nós usamos hoje essa estratégia dela, nós temos essas marcas aqui e nós usamos como perímetro quilombola. É, é por exemplo: Água Branca, fica numa posição; Macacos fica na outra, então nós fazemos esse círculo aí, que já foi medido aproximadamente 2.700 e mais alguns m², então mais ou menos esse o perímetro quilombola que nós temos. Devido ao relato contado por pessoas idosas da comunidade, a exemplo de Dona Anísia que é minha vó, tem 88 anos e é uma das pessoas mais lúcidas dessa comunidade, conta histórias de muitos anos, lucidez até hoje, várias outras pessoas como Dona (esqueceu o nome), que já faleceu há pouco tempo, mas antes de falecer ela contou muitas coisas que ajudaram muito também na questão do reconhecimento, e outras pessoas mais né?⁸

A documentação sobre a movimentação de negros fugidos, na segunda metade do século XIX, permite acreditar que Mariinha Rodrigues pode ter vindo nessa época para a região de Tijuacu, juntamente com outros escravos livres e libertos, possivelmente oriundos das minas de ouro de Jacobina, espaço de grande movimentação nos séculos XVIII e XIX, principalmente depois da descoberta do ouro, naquela localidade. A história de Tijuacu e de seus habitantes negros remete aos primeiros momentos de ocupação do território de Jacobina e região. Primeiro, o território passou a ser habitado como passagem de gado e, posteriormente, com a descoberta do ouro, atraiu diferentes pessoas. A região de Jacobina, nos referidos séculos, ocupou uma posição de destaque na Capitania da Bahia, sendo o africano a principal figura e o motor propulsor dessa estrutura.

Do que se pode inferir dos relatos de alguns depoentes, Mariinha Rodrigues era uma mulher astuta, desbravadora e estrategista, que conseguiu prosperar e ser proprietária das terras de Tijuacu, via a ocupação das mesmas. Conseguiu assim manter as terras sob o seu domínio, criando laços familiares, que permanecem com seus descendentes até a contemporaneidade. Compõem o distrito os seguintes povoados: Fazenda Alto, Olaria, Quebra Facão, Água Branca, Lajinha, Conceição, Macaco, Barreira, Queimada Grande e Fazenda Capim, que, segundo os depoentes, tem sua divisão oriunda da estratégia utilizada por Maria Rodrigues, para ocupação do território. A maior parte dessa comunidade negra rural está localizada no município de Senhor do Bonfim, enquanto uma parte menor encontra-se nos municípios de Filadélfia e de Antônio Gonçalves (territórios que até o início do século XIX pertenciam à cidade de Campo Formoso).

Esta geração é todo mundo parente de Maria Rodrigues... Então, ela teve vários filhos. Essas terras eram todas abandonadas. Então, ela para ter posse das terras, pegava um filho e colocava, como no caso colocou em Quebra Facão, colocou em Barreira, um aqui, um em Lajinha para ter posse da terra.⁹

A família, nesse contexto, é predominantemente fator de integração social. Segundo alguns estudiosos do Brasil escravista, ter muitos filhos significava uma segurança na velhice. Sobre essa questão Maria Inês Cortês de Oliveira¹⁰ sinaliza:

Dentro dessa mesma perspectiva situavam-se os filhos, não importando que fossem naturais ou legítimos. Desde que livres ou libertos, representavam para os pais, quando sobreviviam, um apoio seguro na velhice. Afora os motivos de ordem afetiva que sem dúvida atuavam de forma incontestável, não podemos deixar de lado a motivação de ordem econômica que levava os libertos, homens e mulheres, a comprar a alforria para os filhos concebidos durante o período de cativo da mãe. Livres, esses iriam com seu trabalho auxiliar na manutenção dos pais e na formação de um pecúlio comum que permitiria uma vida melhor para todos.

Os netos e bisnetos de Mariinha Rodrigues contam a sua história e das localidades fundadas por ela. Essas terras, hoje, se transformaram em vilas e pequenos povoados que têm como centro Tijuacu. As vozes são unânimes no que se refere à origem dessa comunidade, conforme se observa na fala de Dalva Odilon de Santana: “é uma família só, tendo como matriarca Mariinha Rodrigues”.¹¹ Esboçando uma linha genealógica das famílias do presente, essas falas traçam laços familiares, justificando as interligações de parentesco entre a população de Tijuacu e localidades vizinhas. Segundo Eurípedes A. Funes: “Nasci nas matas, nunca tive senhor: história e memória dos mocambos do Baixo Amazonas”.¹² Ainda segundo esse autor, a constituição de família foi a primeira forma encontrada pelo escravo, em seu universo social, de amenizar as adversidades, pois, dentro do precário acordo que o escravo extraía dos seus senhores, o casamento significava ganhar mais controle sobre o espaço de moradia. Os laços matrimoniais davam certo tom de “autonomia” e “liberdade” para o escravo. A família constituía o lugar onde a autoridade independia, em grande parte, da presença do senhor.

Para outros depoentes, Tijuacu teve início com três mulheres, que chegaram a esse território fugindo da escravidão e vindo de Salvador. Assim, eles narram sua história:

Tijuacu surgiu quando três escravas fugiram da escravidão em Salvador. Aqui chegaram, quer dizer elas fugiram de lá, passaram determinado tempo a pé e aqui ficaram. Enfrentaram a mata, pois aqui era uma mata fechada. Duas dessas escravas voltaram, ninguém sabe para onde, só ficou uma e essa uma, o nome dela era Maria Rodrigues, mais conhecida por Mariinha Rodrigues.¹³

Alguns dizem que apenas Mariinha Rodrigues chegou ao território, enquanto outros afirmam que foram três mulheres. Certamente, Mariinha Rodrigues não fugiu sozinha para Tijuacu, deveria estar acompanhada, mas na memória de alguns depoentes ficou apenas a figura da matriarca.

De acordo com o que ficou na memória local, essas três mulheres vieram da África para serem escravas em Salvador, outros falam ainda que vieram do Recôncavo Baiano e que, posteriormente, fugiram para Tijuáçu. Segundo Valmir (filho de Tijuáçu e ex-presidente da Associação Quilombola), os mais velhos contavam-lhe que duas dessas mulheres desapareceram, não se tendo notícias delas, permanecendo na memória dos depoentes apenas a figura de Mariinha Rodrigues. Abílio Fagundes da Silva (81 anos, morador de Tijuáçu), relata que ele sempre ouviu falar que “Mariinha Rodrigues era uma negra nagô que veio da África” e que ao chegar em Salvador “fugiu da escravidão”. Sobre a terminologia nagô como designativo de nação africana, Artur Ramos declara:¹⁴

Desde os tempos coloniais até os nossos dias houve designações populares de Nagô, Mina, Angola, Moçambique. O que indicava vagamente os pontos do continente africano de onde vieram os negros. Mais comuns eram as designações gerais: “peça da Índia”, “preto da Guiné”, “negro da Costa”. Para o branco senhor, não havia povos negros diversos, mas apenas o negro escravo.

Ainda sobre essa questão, Artur Ramos apresenta um quadro dos padrões de culturas negras sobreviventes no Brasil: a) Culturas sudanesas, representadas principalmente pelos povos yoruba, da Nigéria (nagô; ijechá, eubá ou egbá, ketu, ibadan, yebu ou ijebu e grupos menores); pelos daomeanos (grupo gêge: ewe, fon ou efan, e grupos menores), entre outros. João José Reis,¹⁵ chama a atenção sobre o século XIX, e diz que no início do referido século a população escrava da Bahia caracterizava-se pelo reduzido número de mulheres. Essa população renovava-se e ampliava-se principalmente através da importação de africanos. Na virada do século XVIII para o XIX, quando um surto de prosperidade tomou conta do Recôncavo Baiano, a importação de escravos foi intensificada para atender à demanda dos canaviais e das atividades urbanas, ambos em expansão acelerada. O já considerável número de africanos cresceu ainda mais e os escravos novos originaram-se de novas “nações” – como aqui se denominavam os grupos étnicos da África.

Os documentos sobre escravidão têm demonstrado que um escravo podia buscar liberdade, sozinho ou acompanhado de um ou mais parceiros. Porém, a fuga empreendida, quer por membros de uma mesma família escrava (pai, mãe, filhos, irmãos, parentes), quer casais de escravos casados legalmente ou que mantinham relação consensual, parceiros afetivos – freqüentemente denominados nos anúncios “amásios”, “camaradas”, que juntos decidiam conquistar a liberdade – tem um sentido muito especial. Ainda conforme Reis, representavam o desejo de viver em liberdade, e esta incluía a companhia dos seus, sendo que a fuga freqüentemente se dava para promover a reunião de famílias e amizades escravas separadas pela venda ou mudança de domicílio senhorial e outras circunstâncias.

Entretanto, considera-se que a fuga representava a liberdade, viver livremente e poder expressar sua cultura, sua religião, viver sua vida longe dos olhares do senhor e do capataz. O autor cita casos relacionados com fugas, parentesco e acoitamento no quilombo do Oitizeiro (Bahia, 1806), um quilombo que não correspondia ao aguerrilhamento padronizado do imaginário.

Consultado o Arquivo Histórico Ultramarino da Capitania da Bahia, também se encontram indícios de fuga de negros para o sertão de Jacobina, comarca que englobava, até a segunda metade do século XIX, o território de Tijuaçu, conforme se lê no documento de 5 de junho de 1799, de número 19.401. Em outro documento, este de 5 de junho de 1799, o Governador D. Fernando José de Portugal enviou um ofício para D. Rodrigo de Souza Coutinho, no qual se refere à prisão de um grupo de homens capitaneado por João Nunes G. Pereira, refugiado no sertão de Carinhanha e a necessidade da criação do cargo de Juízes de Fora nos sertões do São Francisco e a criação de um esquadrão de cavalaria paga, devido ao mal estado em que se encontrava a cadeia da Vila de Jacobina. Foram presos no Arraial de Carinhanha vários pretos forros e cativos que já estavam nas mãos de terceiros, e que tinham sido vendidos por Manoel de Jesus.

Em 20 de abril de 1799, o Governador D. Fernando José de Portugal enviou outro ofício a D. Rodrigo de Souza Coutinho, no qual se referiu à destruição dos mocambos ou quilombos, formados por escravos que fugiam dos seus senhores e que se agrupavam e praticavam violências.

Estes ajuntamentos que na frase do Juiz se chamam de Mocambos ou Quilombos de que trata aquela petição, que me fizera Gaspar de Araújo, e outros para se lhes necessitar auxílio militar, existiam há muitos anos nos Sítios de Orobó e Andaraí, constantemente distantes da Vila de Cachoeira, e por conseqüência não perto desta cidade, os quais mandei destruir no ano de 1797, encarregando esta diligência ao Capitão mor de Assaltos Severino Pereira, e outros acompanhados de alguns índios da Pedra Branca, e do mesmo Gaspar de Araújo que não (...) pouco para a sua extinção em que tinha interesse por ter fazenda de gado próxima aqueles lugares.¹⁶

No mesmo ofício, o Governador comunica que enviou uma carta em 6 de abril do mesmo ano, comunicando sobre as ordens que deu aos seus subalternos para que atacassem outro quilombo, chamado de Topim, na Comarca de Jacobina. Pois havia notícias de que para ali se refugiaram alguns dos que estavam aquilombados no Orobó e Andaraí, que também foram extintos, encontrando-se nele 42 pessoas, entre grandes e pequenas, que foram entregues aos seus respectivos senhores. No mesmo ofício, o Governador faz uma referência a outro quilombo, também na Comarca de Jacobina, em um lugar denominado Ilha, onde foram encontrados vários negros refugiados.

(...) Autorizei para destruir este Quilombo, expedindo-lhe ordem para convocar a este fim alguns Capitães do Mato, ou de Assaltos, e para se lhe prestar algum socorro de Índios da Pedra Branca, o qual pretende fazer esta diligência no mês de julho próximo futuro.

A documentação analisada aponta, ainda, que ao final do século XVIII e início do século XIX, vários ajuntamentos de negros surgiram formando mocambos, não somente no sertão da Bahia, mas em outros lugares da Capitania da Bahia, inclusive em Salvador. Segundo João José Reis, na região do Recôncavo Baiano no Brasil colonial, localizavam-se os engenhos de açúcar e nessas terras havia uma grande quantidade de mão-de-obra escrava. Santo Amaro, no Oitocentos, era uma das vilas mais populosas do Recôncavo Baiano, região onde se localizavam os engenhos de açúcar. No início do século XIX, “corriam anos de prosperidade no campo de cana, o que significava mais escravos importados, que então chegava a Bahia numa média de oito mil anualmente”.¹⁷

Da Cidade da Baía (atual Salvador) e do Recôncavo, muitos negros fugiam para o sertão. Era uma preocupação constante para as autoridades da época o combate à fuga de negros fugidos e a destruição dos mocambos. Nesse intuito foram criadas várias leis para combater esta situação. O Alvará de 6 de março de 1741,¹⁸ determinou que os negros que se achassem em Quilombos, estando neles voluntariamente, “se lhe ponha com fogo uma marca em uma espádua com a *Letra F* e quando for executar esta pena, for achado já com a mesma marca se lhe *cortará uma orelha*”. Eram atitudes extremas que as autoridades recorriam para dar conta desse movimento de fugas de escravos na América portuguesa.

Outra atitude dos governantes da época, com o objetivo de combater a fuga de escravos, era a concessão de patentes a Capitão de Entradas e Assaltos. D. João VI, em 7 de março de 1804, concede patente a Antônio Afonso de Carvalho no posto de Capitão de Entrada e Assaltos do distrito da Vila de Jacobina, com o intuito de capturar negros fugidos e destruir os mocambos lá existentes.¹⁹

A fuga constante de negros para o sertão de Jacobina, e também a destruição de mocambos na referida região, leva a considerar que os primeiros habitantes de Tijuacu sejam descendentes desses negros fugidos, embora as fontes disponíveis não permitam afirmar com segurança. A referida questão também é sintonizada pela memória social.

Em Tijuacu, habitam as seguintes famílias: os Rodrigues, os Santanas, os Damascenos, os Fagundes, os Santos, que, em suma, são uma mesma família, uma vez que casam entre si. “Termina todos sendo parentes aí em Tijuacu. É tudo parente, esse parentesco veio de longe. Então, todo mundo termina sendo parente de Mariinha Rodrigues”.²⁰ Quando os depoentes fazem referências a Mariinha Rodrigues, lembram de sua casa e dão risada.

Riem, porque para eles é difícil imaginar a prosperidade da matriarca que continuava, entretanto, morando numa casa de palha. Na memória destes ainda se faz presente a figura de Mariinha junto ao curral, ao gado e à casa de palha. “O pessoal falava que Mariinha Rodrigues vivia numa casa de paia e tinha um currá de gado na porta, o povo falava muito dessa história”.²¹

Assim, no confronto entre o ontem e o hoje, ter gado, ser fazendeiro, implica ter dinheiro e viver numa situação privilegiada, possuir certo conforto.

Segundo o olhar dos depoentes, como fazendeira, Mariinha Rodrigues deveria residir em outro tipo de propriedade. Por isso, quando o referido assunto é discutido, os moradores de Tijuçu dão risadas, “casa de paia, currá na porta (risos)”. Sobre essa questão, é importante relativizar: Salomão Vasconcelos diz que nos primeiros anos do século XVIII, as vilas eram simples aldeias, com casas de sapé, capelinhas de palha. A palha continuou bastante empregada em ranchos na zona rural, como acontece ainda hoje em algumas regiões do Brasil. Em outro aspecto, sobre a prosperidade de Mariinha Rodrigues vale considerar alguns estudos sobre mulheres negras que tinham “espírito empreendedor”:

As mulheres nagôs e suas descendentes na Bahia tinham o mesmo espírito empreendedor que as caracterizavam na África. Vendiam no mercado e, boas comerciantes, ganhavam dinheiro e mesmo enriqueciam, tornando-se proprietárias de pequenas casas que chegavam a alugar a seus compatriotas.²²

Esse espírito dinâmico e empreendedor da mulher africana e de seus descendentes trouxeram uma significativa contribuição para a cultura brasileira. Priore, afirma que, durante o período colonial, no Brasil não houve trabalho que a mulher escrava não executasse:

Na faina agrícola, labutavam com a foice e a enxada, desde pequenas, semeavam, catavam ervas daninhas, enfeixavam as canas. Nos engenhos, eram encarregadas de moer as canas e cozer o melado, agrupadas em torno de infernais panelões de cobre. Manufaturavam o açúcar, descascavam algodão e descascavam mandioca, base de sua alimentação. Ocupavam-se das tarefas domésticas na casa-grande, onde cozinhavam, lavavam, coziam e arrumavam, assim como na senzala, onde se responsabilizavam pela manutenção de maridos, companheiros e filhos. Também na senzala algumas delas, graças aos inúmeros conhecimentos transmitidos oralmente – o chamado “saber fazer” – tornavam-se parteiras, benzedoras e temidas feiticeiras.²³

Em todos os setores da atividade produtiva no Brasil escravista, as mulheres escravas estavam presentes, e algumas pesquisas têm mostrado que muitas conseguiram fazer fortuna adquirindo objetos de valor. Paiva cita Bárbara Gomes de Abreu e Lima, uma crioula que

saiu escrava de Sergipe Del-Rei, em direção às Minas e experimentou dessa mobilidade com muita perspicácia. Ela protagonizou um caso exemplar, parcialmente registrado em seu testamento.

Corria o ano de 1735, quando Bárbara decidiu registrar em cartório seus legados testamentais. Nesses papéis declarava que se havia forrado nas Minas, aludindo à sua autocompra – por meio, possivelmente da coação – e que também havia comprado a casa onde morava, localizada no largo da Igreja matriz da vila de Sabará, endereço nada modesto. Sua rede de amizades era também notável: além de ampla, espalhava-se por várias regiões das Gerais e pela Bahia. Ela tinha negócios distribuídos por toda essa área, embora nenhuma palavra tenha sido dedicada a explicá-los. Para cuidar dos seus negócios indicou doze homens de sua confiança como testamenteiros. Mas o conjunto, pequenos bens materiais listados pela testadora é o que chamava a atenção.²⁴

A coação foi prática recorrente em Minas e, resumidamente, significava o pagamento parcelado da alforria, efetuado pelo próprio escravo. Tratava-se de acordo estabelecido diretamente entre senhores e escravos, conforme o já citado Paiva.²⁵

Outro estudo sobre a prosperidade dos escravos e de libertos é o que discute Mattoso:

Desde o início do século temos antigos escravos que realmente se tornaram homens abastados. Este é o caso, por exemplo, do barbeiro e músico Francisco Nunes de Moraes, falecido em 1811. Quando, em 1790, Francisco fez seu testamento, possuía dois escravos que o ajudavam na sua arte de músico. Em 1810, no codicilo que acrescentou, declara possuir uma verdadeira orquestra, composta de cerca de doze escravos, o que prova certo enriquecimento e, bastante rápido.²⁶

Segundo a mesma autora, bastaria, então, que os libertos pudessem viver por muito tempo, que possuíssem uma ocupação lucrativa e que tivessem casado com mulheres remediadas ou usufruído boas ajudas, para ascender economicamente. Em Tijuacu, segundo os depoentes, Maria Rodrigues empenhou-se no seu trabalho e conseguiu criar estratégias para tornar-se fazendeira e uma mulher próspera.

A partir daí, toda história de Tijuacu relatada pelos depoentes tem como protagonista essa escrava fugida, que constituiu família criando laços de parentesco e solidariedade no referido território. A produção histórica sobre os quilombos aponta que a base da organização social era a família, que garantia a produção de diferentes produtos. Segundo Munanga, o sistema de parentesco era a referência fundamental do africano. Não é a profissão, a nacionalidade ou a classe social. Assim, a instituição familiar era a base da organização

social dos quilombos e uma garantia da continuação da família. Essa tradição familiar é fortalecida na América portuguesa por esses descendentes de escravos africanos, e perpetua-se até os dias de hoje em Tijuacu.²⁷

Recebido em dezembro/2004; aprovado em maio/2005

Notas

* Texto parcial da tese em andamento, *Vestígios recuperados: experiências da comunidade negra rural de Tijuacu - BA*, desenvolvida no Programa de Estudos Pós-Graduados em História da PUC-SP, sob a orientação da Profa. Dra. Yvone Dias Avelino.

** Doutoranda no Programa de Estudos Pós-Graduados em História da PUC-SP e professora assistente no Departamento de Ciências Humanas – Campus IV – Uneb.

¹ BOSI, A., 1994, p. 39.

² Cf. GUSMÃO, N. In: MOURA, C. (org.). *Os quilombos na dinâmica social do Brasil*. Maceió, Edufal, 358 p.

³ GUSMÃO, op. cit., p. 358.

⁴ Maria Dista de Jesus, entrevistada em 24/4/2001.

⁵ Anísia Rodrigues, entrevistada em 19/11/2003.

⁶ Valmir dos Santos, entrevistado em 20/4/2001.

⁷ Odilon de Santana, entrevistado em 23/1/2001.

⁸ Antônio Marcos, entrevistado em 5/3/2005.

⁹ Valmir dos Santos, entrevistado em 23/1/2001.

¹⁰ OLIVEIRA, M. I. C. de. O liberto: o seu mundo e os outros. Salvador, 1790-1890. Corrupio, 1988, p. 61.

¹¹ Dalva Odilon de Santana, entrevistada em 23/1/2001.

¹² FUNES, E. A., in REIS, J. J. e GOMES, F. (orgs.). *Liberdades por um fio: história dos quilombos no Brasil*. São Paulo, Companhia das Letras, 1996, p. 471.

¹³ Valmir dos Santos, entrevistado em 22/1/2000.

¹⁴ RAMOS, A. *As culturas negras no Novo Mundo*. São Paulo, Companhia Nacional, 1979, pp. 183-199.

¹⁵ REIS E GOMES, op. cit., p. 366.

¹⁶ Arquivo Histórico Ultramarino da Bahia, 20.4.1799, doc. n. 19.362.

¹⁷ JANCSÓ, I. e KANTOR, I. (orgs.). “Batuque negro: repressão e permissão na Bahia Oitocentista”. In: *Cultura e sociabilidades na América Portuguesa*. São Paulo, Hucite/Edusp/Fapesp/Umprensa Oficial, 2001, p. 341.

¹⁸ Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, Códice n. 707, fls. 33 v).

¹⁹ Informações sobre as funções que exerciam os capitães de Entrada e Assalyos podem ser encontradas em documentação do Arquivo Histórico Ultramarino, em Lisboa.

²⁰ Dalva Odilon de Santana, entrevistada em 23/1/2001.

²¹ Ibis.

²² Ver MOTT, M. L. de B. *Submissão e resistência: a mulher na luta contra a escravidão*. São Paulo, Contexto, 1991, p. 38.

²³ PRIORE, M. Del. *Mulheres: o Brasil colonial*. São Paulo, Contexto, 2000, p. 18.

²⁴ PAIVA, in: JANCÓS e KANTOR, op. cit., p. 507.

²⁵ Id., *Revista de História*, 1995, p. 133.

²⁶ MATTOSO, 1979, P. 35.

²⁷ KABENGUELE, M. *Negritude, usos e sentidos*. São Paulo, Ática, 1986, p. 60.

DEPOIS DA GUERRA – O COMBATE SILENCIOSO. GETÚLIO VARGAS E O TRABALHISMO EM MEMÓRIAS DE TRABALHADORES DA COMPANHIA SIDERÚRGICA NACIONAL

Patrícia da Silva Mueller Dinamarco*

Entrevistei trabalhadores da CSN, alguns dos quais começaram a exercer seus ofícios na República Velha, em tecelagens, pequenos serviços burocráticos, Exército e – a maioria – no campo, no cabo da enxada, e depois se inseriram no projeto industrial do Estado Novo.

Pretendia, inicialmente, demarcar a influência da propaganda do governo na decisão de irem trabalhar na CSN. Para minha surpresa, as respostas à minha pergunta: “Por que veio para Volta Redonda?”, começavam com justificativas inesperadas.

As respostas me mostravam que aquilo que os movia não era somente a propaganda, eram suas Histórias de Vida, mais do que o caráter persuasivo e repressivo do Estado Novo. Eu precisava compreender a construção política desses homens, dos trabalhadores do Brasil.

Escolhi entrevistar os trabalhadores da CSN, pois meus avós maternos foram para Volta Redonda na época da construção da siderúrgica. Meu avô não se adaptou ao dia-a-dia da usina, trabalhou até seus últimos dias como pedreiro, morava no bairro do Eucaliptal, onde residiam os operários mais inferiores da hierarquia da CSN. Da casa deles, via a siderúrgica da janela da sala, acordava com o cheiro de café, meus tios com o uniforme da Escola Pandiá Calógeras, os trabalhadores da usina descendo o morro para irem trabalhar.

Presenciei a greve de 1988, meu avô estava perplexo, os filhos dentro da usina, cercados pelo Exército, os tiros, as bombas, as mortes, a cidade vazia, ninguém transitava, tudo deserto, as casas fechadas, o silêncio.

Veio a propaganda da privatização, as pessoas diziam que ia melhorar a vida dos trabalhadores, a CSN foi privatizada em 1993. Num ônibus em Volta Redonda, vi um senhor, dizendo para o trocador: “eles nos enganaram, falaram que a gente ia ficar rico com a privatização, que a CSN ia ser nossa, e olha o que que deu”.

Convivi durante três anos e meio com meus colaboradores, entre julho de 2000 e o primeiro semestre de 2004, a CSN privatizada e o então presidente da República do Brasil, Fernando Henrique Cardoso, “despejava” discursos neoliberais nos trabalhadores.

Na experiência com História Oral, aprendi que não se pode desassociar o trabalho de campo das entrevistas, nossas impressões, o significado dos gestos, do ambiente, das expressões faciais, que dão e trazem o sentido da palavra. É preciso, em História Oral, apresentar as emoções, sentimentos que acompanham as palavras, os gestos, os momentos.

No convívio com os colaboradores, houve tempo de descobertas, esperas, expectativas, ansiedades, revelações. Em História Oral, temos que revelar o que apreendemos nos olhares, nas vozes, nas expressões, além da pura narrativa.

Registrei mentalmente (e no caderno de campo) as imagens que presenciei, nelas está embutido o *punctum*.¹ Imagem que me punziu, suscitou-me, na memória, as recordações, as sensações, o que me fez reagir ao ver e rever as imagens mentais, que remetem a um passado, não por mim vivido, mas transmitido com sentimentos e emoções que se fazem presentes quando recrio mentalmente os momentos experimentados durante as narrativas.

Registrei a imagem de pessoas ávidas por um mundo melhor, inconformadas com a situação do país, a pobreza, o desemprego, a violência, os governantes. O tempo não as couvou diante dos fatos; vi esperança nos seus olhos quando falavam do passado.

O que me surpreendeu foi descobrir o trabalhador do início da CSN; fui apreendida por narrativas inesperadas, ao ver desvendadas, diante de mim, vidas completamente diferentes das que eu esperava encontrar.

A pesquisa em História Oral nos revela que o que parece familiar pode ser e estar muito distante, pode divergir do senso comum, estar em desacordo com teorias preconcebidas, por isso é necessário e preciso deixar nos “desconstruir”, termos a humildade de consentir as novas estruturas que se apresentam, que se revelam.

Minha vivência com os entrevistados foi delineada pela Pedagogia da Autonomia, de Paulo Freire; transferi esse saber para a relação pesquisador/colaborador, o respeito aos saberes do outro, a seus limites, às diferenças, à autonomia de ser; não me permiti qualquer forma de discriminação, reconheci e respeitei a identidade cultural de cada um, jamais perdi de vista que entrevistar é saber ouvir, conviver com o inacabado, com o infinito do tempo, das palavras, da vida, que temos a ilusão de apreender em algumas horas, com poucas palavras, tudo o que foi vivido e está por viver dessas pessoas. Não me permiti o determinismo, me comprometi a escutar, observar, a apreender a realidade.

É preciso que o colaborador creia na prudência, sensatez e lealdade do pesquisador. Estabeleci essa confiança quando deixei claros os termos éticos da pesquisa, que a opinião deles não precisaria ser aprovada por mim, nem suas vidas, atos e sentimentos, que o que

era dito ali só seria divulgado caso o entrevistado concedesse autorização, os prazos seriam respeitados, a palavra final sobre a apresentação da entrevista seria do entrevistado, se ele realmente se reconhecesse no texto; nessa relação, eles perceberam que a ética estava sendo respeitada; foi-se estabelecendo o respeito que permitia um lugar para as confidências.

A confiança no pesquisador transforma o respeito em amizade, colaboração, admiração, companheirismo, por isso o historiador oral não pode trair seus princípios éticos, para que ele nem o colaborador percam o ânimo de chegar ao fim do trabalho.

Sem empatia, não se faz História Oral, é preciso registrar os sentidos das palavras, se inserir no “mundo”, íntimo do colaborador, incorporar suas ações e reações, seus motivos, não julgar, achar que poderia ser ou ter sido diferente, é preciso compreender nessa dimensão, aceitar o que foi e como foi, jamais supor que poderia ter sido diferente.

A empatia nos traz revelações, desvenda os significados dos enunciados, o silêncio, o não-dito, o suspiro, a falta de ar, o choro, nos declaram, nos expõem o que querem dizer.

(...) por mais banal que seja, por menos importante que o imaginemos em suas conseqüências, por mais facilmente esquecido que possa ser após sua aparição, por pouco entendido ou mal decifrado que o suponhamos, um enunciado é sempre um acontecimento que nem a língua nem o sentido podem esgotar inteiramente. Acontecimento estranho, por certo: inicialmente porque está ligado de um lado a um gesto de escritura ou à articulação de uma palavra, mas que, por outro lado, se abre a si mesmo uma existência remanescente no campo de uma memória, ou na materialidade dos manuscritos, dos livros e de qualquer forma de registro; em seguida, porque é único como todo acontecimento, mas que está aberto à repetição, à transformação, à reativação; finalmente, porque está ligado não apenas a situações que o provocam, e a conseqüências que incita, mas, ao mesmo tempo, e segundo uma modalidade inteiramente diferente, a enunciados que o precedem e o seguem.²

É preciso apreender o que precede e segue os enunciados, para captarmos seus significados não-ditos, temos que acolher cada momento seu, em sua invasão súbita como acontecimento, é a interpretação de um já-dito que seria ao mesmo tempo não-dito. Para compreendermos as narrativas, precisamos conhecer a vida que as declara. Meus entrevistados transformaram suas vidas, ao buscarem novos tratos nas relações de trabalho, econômicas e sociais. Não suportavam mais viver sem perspectivas, criaram a esperança de uma vida melhor e foram buscá-la.

O senhor Nelson narrou-me o momento da decisão de mudar sua vida: “tinha pena daquelas crianças descalças..., trabalhando debaixo do sol, na enxada... eu fiquei com muita pena de tudo aquilo... eu fiz um pedido a Deus... que eu não tinha a menor idéia de vir aqui”.³

O senhor Henrique contou-me do momento em que decidiu largar a cooperativa e procurar melhores condições econômicas para poder casar: “em 1942, eu saí de lá... eu pedi ela em casamento, fiquei noivo... sem emprego, sem nada, marcar o casamento pra 43 é muita coisa, né? Eu sozinho...”⁴

Esse homem não era uma página em branco, a ser preenchida pelo Estado Novo, ele tinha uma História de Vida e continuava a escrevê-la, tinha capacidade de discernir entre o real, o concreto, que se materializava num projeto do Estado Novo, a CSN, e o abstrato, que permanecia no mundo ideal, a propaganda.

Contudo, a repressão policial e judiciária, a propaganda e a doutrinação políticas, por mais avassaladoras que sejam não garantem o sucesso dos governantes. Ainda que a propaganda no primeiro governo Vargas tenha sido sistemática e coordenadora, é muito difícil admitir que uma campanha publicitária, por si mesma, pudesse elevar seu nome à categoria de “homem providencial”. Não há propaganda que transforme um personagem em líder político, em figura legendária, sem realizações que afetem a vida material e simbólica dos homens e mulheres que o reverenciam. O reconhecimento político e a valorização simbólica que os trabalhadores dedicaram a Getúlio Vargas, bem como a permanência de seus feitos e realizações na memória popular por tanto tempo, não podem ser apenas reduzidos a uma eficiente máquina de fabricar mitos.⁵

Não pretendo dissociar os trabalhadores da autoridade persuasiva do DIP, nem dos mecanismos repressivos, mas não podem ser entendidos unicamente pelo controle político.

Repressão, propaganda, doutrinação, manipulação, demagogia, falta de consciência de classe, cálculos utilitários, entre outras situações, eis a história dos trabalhadores e da própria política brasileira entre 1930 e 1945. (...) O indivíduo se identifica com o poder total da organização e seu desejo de onipotência vai ser realizado através da criação de um objeto comum que todos devem amar, com o qual devem se identificar e em seu nome se submeterem – objeto este que, no nosso caso em estudo, é a pátria. Afinal, o ideal do ego possui, como afirma Freud (1974b, p.119), um aspecto social além do individual. Ele constitui também o ideal do ego por um objeto. Nessa relação entre o ego e o ideal do ego, estará posta a qualidade emocional comum dos laços dos grupos com um líder, uma idéia, etc. (Freud, 1976b, p.136). Se a pátria é o objeto comum do desejo, o trabalho será o ideal comum, o valor dominante para o qual, vão concorrer todas as condutas individuais. O acabamento final desses recalcamientos (pois é disso que se trata com a canalização dos desejos) se dá através da moral. Os valores impostos são para o bem, para a felicidade, para o bem-viver e isso justifica o fim da regulação espontânea, a interdição da paixão, e a centralização e uniformização das atitudes sociais. Em nome da fantasia de segurança e de proteção, institucionaliza-se a relação de submissão.⁶

Remeter o trabalhador do Brasil e todo seu sentimento nacionalista, que se destacou na Era Vargas, a um fruto da repressão, da propaganda, da doutrinação, da demagogia, falta de consciência de classe, é tentar associar o nacionalismo varguista ao fascismo.

Os trabalhadores da era Vargas me revelaram crenças, valores, idéias, dores, dramas, percepções, o dia-a-dia antes e após 1930 e a inserção num projeto nacionalista. Não os espertei para poder desvendar sua “verdade”, o que seria quimérico, mas para descobrir suas razões, seus motivos, esse homem político no seu cotidiano.

O “trabalhador da Era Vargas” não foi apenas um trabalhador, foi criança, adolescente, sonhou e continua sonhando, foi marido, mulher, companheiro, pai, mãe, avô, avó. Ou seja, não pode ser medido, classificado, combinado, ser limitado a um objeto de estudo: é um ser humano, que tem História para contar, sentimentos para compartilhar.

Esses narradores, ao decidirem abandonar a vida que tinham e irem ao encontro de um projeto do Estado Novo, estavam executando a “Revolução Individual (...) no simples movimento do indivíduo de uma situação ecológica para outra está à possibilidade da ampliação de seu consumo, através da conquista de um emprego urbano, e a possibilidade da conquista de sua cidadania social e política”,⁷ transformando suas vidas, suas realidades, insatisfeitos com as condições em que se encontravam. Não tinham ideais, (aqui entendido como o que existe somente na idéia, um conceito imaginário de alguma ciência, esse saber que se adquire pela leitura, pela instrução. Lembremo-nos de que o trabalhador de que eu falo é desprovido de formação escolar, a maioria é analfabeta, ele discerne e escolhe pelas idéias, a representação de algo concreto), mas se esforçavam por achar novas habilidades no trato das relações humanas, de trabalho e econômicas.

Paulo Freire serve-se de elementos do dia-a-dia para compreender a presença do homem no mundo, e como ele se defronta com este, e constrói suas habilidades.

(...) a posição normal do homem no mundo, como um ser da ação e da reflexão, é a de “admirador” do mundo. Como um ser da atividade que é capaz de refletir sobre si e sobre a própria atividade que dele se desliga, o homem é capaz de “afastar-se” do mundo para ficar nele e com ele (...) que resulta sua inserção crítica na realidade. “Ad-mirar” a realidade significa objetivá-la, apreendê-la como campo de sua ação a reflexão. Significa penetrá-la, cada vez mais lucidamente, para descobrir as inter-relações verdadeiras dos fatos percebidos.⁸

Podemos apreender a construção do homem político utilizando a sucessão de seus dias, no decurso de suas experiências, nas relações de família, amorosas, de trabalho, para a formação da sua habilidade no trato das relações humanas e de trabalho; para a concepção de suas idéias em relação ao mundo concreto, em que viveu, vive e espera viver, através da apreensão da sua realidade, constantemente interagindo com ela.

Conquistando suas idéias e percebendo suas necessidades, tornou-se um homem político por meio das experiências do seu cotidiano.

Esse homem que veio da roça, do campo, das fábricas de tecido, do Exército, dos pequenos trabalhos burocráticos, que não tinha muita escolaridade ou era analfabeto (a maioria dos narradores é analfabeta); esse homem é um ser político, que constrói suas idéias no dia-a-dia, compara, discerne e escolhe. Ele se move por sua História de Vida, por seus conhecimentos e sentimentos, escolhe o caminho que irá seguir.

No caso estudado, meus narradores conheceram na “prática” o que é denominada República Velha, suas micro-relações, num dos degraus mais baixos da subsistência humana:

NERO MOURA: Vocês não sabem, não atentam para isso, mas antes de 30 o operário era um pária, era um desgraçado. Trabalhava de sol a sol, no interior até mesmo aos domingos. Não tinha garantia nenhuma de emprego, não tinha férias, não tinha descanso. Quer dizer, o operário, era um escravo (...) lá nos estados tavam trabalhando pra fazendeiro, no cabo da enxada né, engraçado, não tinha salário, praticamente a época era trabalhá só a conta da comida...⁹

Meus colaboradores classificaram o trabalho no campo como escravo, de onde se tirava o suficiente para se alimentar. A descrição deste trabalho foi narrada com muita angústia, indignação, as relações de trabalho com o dono da terra, tendo que dividir a terça ou a meia parte da produção, o que não garantia melhora nas condições de vida.

Penichi nos lembra que antes de estar na CSN: “eu não tinha nem carteira de trabalho...”¹⁰ porque “lá nos estados, ‘tavam trabalhando pra fazendeiro, no cabo da enxada, né?...’”;¹¹ dona Sebastiana nos relata sua angústia, uma criança que só estudava e trabalhava: “a cabeça ‘tava funcionando pra sair pra brincar...”¹²

Eles não falaram dos presidentes antes do Estado Novo, ficou um vazio. Esse “silêncio” me leva a inferir sobre o descaso destes com o trabalhador, “porque antes... a gente ainda não era empregado”.¹³

Esses trabalhadores realizaram a revolução individual, saíram à procura de melhores condições nas relações humanas e de trabalho. Ao realizarem a Revolução individual e se inserirem num projeto do Estado Novo, a CSN, descobriram uma nova identidade: trabalhista, descobriram um caminho para suas vidas, para o Brasil, passaram a valorizar os produtos que vinham das minas brasileiras, começaram a amar as riquezas da terra, o nacionalismo desabrochou junto com o trabalhismo, que era o grande e perigoso inimigo do império.

Os trabalhadores avaliam as relações de trabalho antes e após a Consolidação das Leis Trabalhistas, associam-se às idéias trabalhistas de Vargas, que passa a ser a corporificação

do Trabalhismo, sempre lembrado e festejado. Chamado de “pai”, mais por carinho do que sob a personificação da proteção e provisão, essa idéia imperial de que o nacionalismo é fruto da propaganda e, não do sentimento espontâneo dos brasileiros. Os meus colaboradores desmistificam essa idéia de Vargas pai-provedor: “a CSN cobrava aluguel pelas casas... não teve desconto pra comprá a casa”.¹⁴

Jouvaci desfaz o engano do pensamento que atribuía à “mãe CSN” dada pelo “Pai Vargas”, de que os trabalhadores se inseriam na Vila Operária e consideravam suas casas como um bem dado, “um agrado do pai”, e não adquirido pelo esforço da força de trabalho.

Nos entrevistados, percebi uma grande empatia com Vargas, relacionada às suas Histórias de Vida, essa empatia não pode ser remetida unicamente à alusão de que Vargas era o protetor e o provedor dessas pessoas, pois são corajosas, capazes de transformar suas realidades, não têm medo do imprevisto. Pessoas com tais qualidades não esperam o “dado”, nem a “proteção”: trabalham para conquistarem seus proventos, brigam pelos direitos que conheceram, identificam, em Vargas e na CLT, a vitória da Revolução Individual.

Apreenderam o que de real aconteceu, o que de sólido se estabeleceu. Podemos avaliar como foi o impacto da criação das Leis Trabalhistas, que de imediato alguns conheceram nos discursos de Vargas, e depois se concretizaram quando foram inseridos na CSN.

Pela formação desse homem político em seu dia-a-dia, é necessário que nos livremos do conceito de um homem somente construído e subordinado às intenções de um governo, é essencial conhecer a sua História de Vida. Quem é esse sujeito? Por que adere a essas idéias? O que o faz aceitá-las? Nesta análise, não estou libertando esse “homem” de todo o sistema do poder, mas o estou desvinculando da “verdade” que foi construída sobre ele, que o próprio seria fruto de um poder. “(...) tratava-se de criar um novo conceito de trabalho e trabalhador, uma contrapartida do que já se praticava no setor urbano-industrial; o forjamento do trabalhador despolitizado, disciplinado e produtivo”.¹⁵

E que esse poder se assemelharia com um autoritarismo fascista, através dos sinais sacralizados do corpo que trabalha.

Foi através da exploração desses sinais de sacralização do “corpo que trabalha” que pensamos haver contribuído para desvendar recônditos sombrios da máquina de poder político, uma face pouco ou quase nada visualizada pelos críticos dos projetos totalitários no país. Numa época histórica em que as experiências totalitárias demonstravam um forte apego à sacralização do político como instrumento de dominação, interessou-nos, particularmente, perscrutar esse tratamento religioso e o aparato litúrgico assumido cada vez com maior intensidade, isso num momento em que o Estado se laicizara e estabelecera formalmente fronteiras definitivas com o chamado poder religioso. Os projetos totalitários e fascistas utilizavam, em diferentes graduações, conteúdos teológicos com vistas à sua instrumentalização para solucionar os problemas sociais e políticos existentes. A própria configuração do corporativismo fascista bebe nas

águas do catolicismo, cuja doutrina do Corpo Místico de Cristo o antecede e o alimenta. A sacralização da política visava dotar o Estado de uma legitimidade escorada em pressupostos mais nobres que os tirados da ordem política, funcionando como escudo religioso contra as oposições não debeladas. Da mesma forma, os canais convencionais, alimentados pela religiosidade, podiam ser utilizados como condutores mais eficientes dos novos dispositivos de dominação que o poder engendrava.¹⁶

É preciso espreitar esse “homem” onde menos se o esperava e naquilo que é tido como não possuindo História – os sentimentos, o amor, a consciência, os desejos, as paixões, não para traçar a linha de uma evolução, mas para reencontrar as diferentes cenas onde eles desempenharam papéis distintos nas escolhas políticas.

Evito cair no vazio no “não-dito”, da presença repressiva do que é dito apenas pelos documentos oficiais. Não pretendo definir onde nasceram os discursos de meus colaboradores, estou encontrando-o na instância do dia-a-dia, na formação do homem político, estou tratando-o no jogo do seu momento, do seu encontro com o discurso oficial e com o cotidiano desses trabalhadores, em como eles aderem a esse discurso.

Através da apreciação das Leis Trabalhistas, esses narradores começaram a inferir sobre a realidade, classificaram a labuta no campo como “trabalho escravo”, passaram a valorizar as horas destinadas ao labor, e a moradia adquirida junto à CSN, a consideraram um direito obtido pelo trabalho realizado, como tudo o que conquistaram após se inserirem na usina.

Pai dos pobres?

Quase desde a primeira aparição pública de Vargas, milhões desses homens e mulheres o reverenciaram como uma figura paterna. Um motivo para essa veneração era a importância do parentesco fictício na sociedade brasileira. Os descendentes de escravos tornam-se parentes de seus antepassados tribais africanos mediante iniciação em cultos espíritas. Camponeses sem-terra tradicionalmente escolhiam figuras importantes como padrinhos para seus filhos recém-nascidos – no interior do Nordeste, no final do século XIX, por exemplo, consta do registro de batismos das paróquias que a virgem Maria era madrinha de milhares de meninas pequenas, que tinham por padrinhos as figuras nordestinas carismáticas de Antônio Conselheiro e Padre Cícero(...) Do mesmo modo, Getúlio Vargas, o primeiro político do país a chegar a todos os brasileiros, tornar-se o “padrinho” do país. Para as pessoas do povo, Getúlio era acessível, todo-poderoso, alguém a quem deviam lealdade e que intercederia por elas...¹⁷

O paternalismo atribuído a Vargas pelos narradores não é a condição submissa dos trabalhadores manipulados por uma propaganda governista, nem referência a uma passividade que não lhes cabe. Vargas, como o primeiro chefe político brasileiro a chegar ao poder e se dirigir diretamente à população, a ela prestar contas e transmitir lealdade, ganha o

respeito principalmente dos que sempre estiveram alijados do poder: os pobres. Meus colaboradores, aderem às idéias trabalhistas, a Getúlio concedem carinhosamente o título de “pai”.

As idéias trabalhistas e nacionalistas expressas por eles nasceram das associações de idéias construídas na realidade que conheceram após a Revolução individual. O trabalhismo representa a conquista da liberdade, a vitória da Revolução Individual, a reverência à pátria. “gostava (de Getúlio)..., porque tirei carteira profissional...”¹⁸

Os trabalhadores reinventam o trabalhismo e reivindicam o nacionalismo com a morte de Vargas.

A celebração de Getúlio significava a vitória do trabalhismo/nacionalismo aliado ao sucesso da Revolução individual. Sua morte é revista como o início do fim do trabalhismo, não um trabalhismo pronto, acabado, mas que estava se construindo, crescendo junto com o nacionalismo, e com um grande espaço vazio por preencher. Havia ainda muito por fazer, e o que não foi feito, o inacabado, foi deixado como o legado, e a carta o justificou. “aquela carta... foi um legado que ele deixou pro povo, que ele morreu pelo povo, ele queria fazer, nessa época ele já queria ser um governo popular... eles não deixavam... o político não deixa não, eles querem pra eles só”¹⁹

Sentiram-se “órfãos” com a morte de Getúlio, não pelo “falso” paternalismo, mas pelo desrespeito com os seus representantes sociais escolhidos legitimamente.

Assim todo aquele que briga pelo país... quem trabalha pelo pobre é sempre perseguido, em todo lugar do mundo, igual Chico Mendes e outros aí... na morte de Getúlio, todo mundo ficou desesperado...”²⁰

O que vem contra o pobre não tem jeito né, não vê o Juarez aí, ocê não ouviu falá do Juarez?... tudo o que vem a favor do pobre morre ué, cadê Tancredo?...²¹

Os trabalhadores escolhem seus representantes; elegeram Vargas porque:

Getúlio olhava muito pelo povo, pelos aposentados... a gente humilde que precisava... um estadista formidável... foi obrigado a morrer... deixou uma carta... a carta da pobre miséria globalizada do povo que não tinha compreensão... era um idealizador... um organizador completo.²²

Não porque era visto como “pai”, provedor de bens, mas um homem que concretizava suas idéias, um idealizador, um organizador, reconhecido e legitimado popularmente. Suas idéias aderiam às da população, que se sentiu traída com sua morte, não por Vargas, mas

pelas circunstâncias que a causaram, era o velho e grande poder voltando... Era, para esses trabalhadores, o eco da República Velha, e toda a miséria que ela representava. Ele se matou forjado... foi política, ele era amigo dos pobre”.²³

(...) Getúlio foi assassinado, num sentido figurado, porque ele foi induzido ao desespero... tinha um jornal me parece que era o Brasil-Portugal, que tinha uma entrevista dele em que ele dizia... “eu volto pelos braços do povo e tratarei de consertar erros do passado, serei atacado, não de frente, mas através dos operários – e termina a entrevista assim – uma coisa eu lhes digo, não tolerarei humilhações”, então eu acredito que ele já tinha uma pré idéia do que ele poderia fazer caso a pressão fosse demais.²⁴

A morte de Vargas abalou os trabalhadores, pelo que ele e essa morte significavam: ele, o trabalhismo aliado ao nacionalismo; sua morte: a certeza de que estes tinham muitos inimigos, que a população corria o risco de perder seus direitos e de seus representantes não serem respeitados. A agonia, a tristeza, o choro das pessoas na morte de Vargas eram o anúncio do medo, o desespero de verem seus desejos representados na figura do chefe de Estado não serem respeitados; a ameaça de abalo da democracia, do trabalhismo, do nacionalismo e seus representantes. O medo e o desespero, com certeza, não eram frutos de filhos que perdem o protetor, o provedor, mas de pessoas que perdem seus representantes, sua legitimidade, que vêm o risco de perderem a identidade trabalhista, a cidadania, a democracia.

Para os trabalhadores, estava clara a pressão que Vargas sofreu dos ministros militares, a tentativa de golpe, pois, na noite em que se matou, ele sabia que teria que depor no dia seguinte no Galeão, e que não sairia de lá, os militares planejavam um golpe.

FRANCISCO TEIXEIRA: é uma coisa interessante você observar a importância que o Clube Militar tem no problema do exército. O Clube foi fundado exatamente para que fosse uma tribuna onde o militar, independente do peso da hierarquia e da disciplina, se pronunciasse. Você se recorda, ele foi criado no auge da chamada Questão Militar, em 1887. Agora, toda vez que à facção dominante não interessa a participação militar, ela fecha o Clube. Então, o Clube tem altos e baixos. Teve o seu auge na fundação, inclusive da República, e no tenentismo revigorou-se. Com a derrota do tenentismo no governo Bernardes e no governo Washington Luís, foi relegado à uma posição inferior, quase silenciado.

Nós tivemos o mérito, depois de 45, de retomar a tradição do Clube Militar de tribuna de debates dos problemas nacionais. A preocupação do nosso grupo no começo era política, era democrática, de prestigiar a FEB. Em 46, elegemos o general César Obino, que era do EME, se não me engano, na época. Era o mais graduado do exército, um nome bom. Nesse momento foi que entramos com o problema nacionalista. Aí sim, começou o divisor de águas...”²⁵

Os militares desejavam o poder, como o Francisco Teixeira disse, era para fazer uma política entreguista, porque o nacionalismo de Vargas ameaçava intenções imperiais de domínio político/econômico/cultural, era preciso detê-lo:

FRANCISCO TEIXEIRA: nós entramos na luta nacionalista porque este seja o chamamento mais fácil para o militar patriota. Começamos a campanha do petróleo, e o que é que encontramos pela frente? A hierarquia militar contra nós. E o que é que ela era? Entreguista, golpista, antidemocrática. Porque ela queria dominar, como dominou no período do Estado Novo. Mas o Estado esgotou-se com a derrota na guerra. Caiu de moda aquele sistema fascista de governo. Eles tiveram que redemocratizar o país e queriam redemocratizar mantendo uma intervenção...²⁶

Para darem o golpe, associaram o governo varguista ao fascismo, como se Vargas estivesse ao lado de Mussolini na guerra, Vargas que não queria entrar na guerra:

NERO MOURA: logo que começou a guerra, numa conversa entre amigos, Getúlio disse: “O Brasil só pode tirar vantagens de uma guerra se não se meter, se ficar neutro. Em briga de cachorro grande, cusco não entra.” Cusco é cachorrinho pequeno, no Sul a gente chama assim. Isso foi logo no princípio.²⁷

Para acabar com o nacionalismo, era preciso retirar Vargas, em 1954; para o horror do império, a Petrobrás já havia sido criada, o petróleo continuou sendo nosso; a CSN era um grande e mau exemplo de que as estatais dariam certo, só foi permitido o empréstimo internacional de um banco norte-americano pelo presidente Roosevelt para construí-la porque precisavam do nosso litoral nordestino e sua base aérea, durante a segunda Guerra Mundial; mas agora a guerra havia acabado, o combate silencioso precisava se consolidar.

ANTONIO CARLOS MURICI: Nessa hora, o problema era como fazer para tirar Getúlio, que não tinha mais condições de mando. Se ele quisesse mandar, seria derrubado. E o que viria? Então, surge a idéia de afastá-lo e sai aquele documento assinado pelos generais, pedindo a saída do Getúlio. Esse documento foi redigido na Escola Superior de guerra, e cada um de nós foi procurar um general amigo para assiná-la. Vem o momento em que os generais vão levar ao Zenóbio a declaração de que julgam que o presidente não tem mais condições de governar o país, quando seu irmão está sendo acusado de um crime pelo qual, certamente, o seu cão de guarda é um dos responsáveis. Cria-se um impasse.²⁸

Vargas não tolera a pressão e se mata. Mas as idéias trabalhistas permanecem nesses narradores, até hoje. Outros representantes foram escolhidos, houve uma época em que as escolhas não eram permitidas, mas a democracia voltou; hoje, essas pessoas continuam escolhendo, discernindo através das idéias, confrontando o ontem com o hoje, seus repre-

sentantes e suas ações, o trabalhismo e nacionalismo, nessa comparação, se fazem presentes, o sonho de realizarem o *legado*, de consolidarem e expandirem os direitos trabalhistas e o amor à pátria ainda é declarado, reinventam o trabalhismo num momento em que examinam as intenções e declarações do então presidente da República do Brasil no período em que foram realizadas as entrevistas – Fernando Henrique Cardoso.

Por que Fernando Henrique Cardoso, depois de ter sido eleito em 1994, anunciou que sua administração representaria “o fim da Era Vargas” na história brasileira? O que ele quis dizer foi que esperava pôr fim à natureza intervencionista do governo e à estrutura corporativista que a acompanhava.²⁹

Na época de Getúlio nós ganhava um salário mínimo, dava pra gente andar bem vestido, comer à vontade... hoje, o salário mínimo não dá pra comê, cê vê que situação...³⁰

(*Na época de Vargas*), era melhor, a gente tinha dinheiro no bolso, o dinheiro não fazia falta no fim do mês, né?... hoje, se bobear, o dinheiro não dá pra fazer compra.³¹

O poder aquisitivo do salário mínimo da época de Vargas é, para os trabalhadores, o símbolo da vitória do trabalhismo, hoje é a representação do descaso com o trabalhador, com o brasileiro, do não reconhecimento deste como cidadão.

Outra grande preocupação desses narradores é com o desemprego.

(...) o desemprego é o maior desastre que tem na vida do homem... é a parte mais indigna... Vargas..., cuidou da nação, né?...³²

Na época de Vargas... nunca existiu essa pobreza... criava serviço pra todo mundo... nunca imaginei que um dia ficaria assim...³³

Os entrevistados associam uma empresa estatal com a junção entre os interesses da produção e do lucro com os benefícios sociais, em prol da nação. O desemprego, para eles, é impróprio para o homem, pois o emprego lhe confere respeito e reconhece sua honra, uma homenagem a sua virtude. Na voz desses trabalhadores, o desemprego é como um desastre, onde morre o trabalhador, a honra da pátria.

A reforma da Previdência, anunciada pelo então presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, e algumas de suas declarações exaltaram os ânimos dessas pessoas.

O Fernando Henrique... chamou os aposentados de vagabundo, inclusive eu até ouvi muitos ministros dizer essa frase... ele ‘tá tirando o direito do trabalhador... não é cabível tirar o direito depois de adquirido, se você adquire o direito, ele te pertence... Ele não ‘tá agindo na altura que é necessária... ele tem que ter valor ao trabalhador. Por que, uai? Porque Deus deixou pra cada um de nós, aqui, na superfície da terra, na nossa formação do corpo... Deus é que deixou o trabalho, pra poder nós adquirir os direitos; então, ele ‘tá tirando os direitos do trabalhador, ele

‘tá indo contra o trabalhador... o que que ele pensa? O que que esse homem pensa que ele é?...ele ‘tá pensando que ele é o rei Herodes, né? Ele ‘tá massacrando os trabalhadores, ‘tá tirando os direito, né?... essa imensidão de família brasileira, que eu acharia que ele deveria ter mais um pouco de conhecimento, dar valor aos trabalhadores... Getúlio era correto, cuidou da nação brasileira.³⁴

Para Pennichi, designar os aposentados de vagabundos significava o descaso com a nação, a morte do trabalhismo e tudo o que ele representa – os direitos, a vitória da Revolução individual, a valorização da mão-de-obra, a realização dos sonhos de melhores tratos nas relações humanas e de trabalho, era dizer que todo o caminho que percorreram foi errante, ao acaso, sem destino, um passear ocioso, uma vida de erros... Um engano de nação.

Os direitos trabalhistas adquiridos por esses narradores não são representação do paternalismo varguista, mas por eles entendido como um direito natural, que devia e foi conquistado, e não pode ser perdido, pois desvalorizar os trabalhadores que sustentam a nação é o mesmo que enganá-la, fraudá-la.

Os entrevistados declaram que as empresas privadas não têm compromisso com a comunidade produtora, que seus os ganhos não se reverterem para o bem-estar social. Voltou o imperialismo, ganhou a guerra, nossas empresas foram privatizadas, o lucro não mais nos pertence, nossas riquezas se esvaem, nosso povo é explorado e desrespeitado, é o fim do trabalhismo, um golpe no nacionalismo.

Meus colaboradores estão como no início de suas vidas, procurando novas habilidades no trato das relações humanas, de trabalho e econômicas. No embate entre o presente e o passado, reinventam o trabalhismo, reivindicam seus direitos, querem-nos para seus descendentes, e as idéias varguistas são mais uma vez legitimadas.

Ainda buscam a liberdade, a independência, esse sonho não morreu, e mesmo na tentativa de destruírem o trabalhismo e o nacionalismo, com o desemprego e as privatizações, para meus colaboradores ainda resta o *legado*, a *carta*.

Falam do medo que os trabalhadores têm na empresa privada, de perderem o emprego: é a ditadura do desemprego.

Que, segundo Raimundo Reis: “tá na mão de magnata, minha filha você já viu coisa na mão de gente que tem dinheiro tê valor? Eles faz o que quer, eles têm um dinheirão... eu fico pensando, a gente viu montá essas coisa aí tudo, com tanto sacrifício...”³⁵

Para os meus entrevistados, a ditadura do desemprego fez com que acabasse dentro da CSN a confiança e a amizade entre os funcionários, o medo de falar, de reivindicar, de ser repreendido com a demissão. Colocaram o medo na população brasileira, que devora, pro-

voca a desunião, que os destrói aos poucos, e não os deixa se sentirem irmãos, são competidores, brasileiros contra brasileiros. A distância entre os trabalhadores é um dos elementos da desconstrução do trabalhismo, um povo dividido, uma pátria fragmentada.

Guardam o nacionalismo como se escondessem o fascismo, como se fosse um erro amar a pátria. Foram desconstruídos, despatriados, num combate silencioso, mortal.

Recebido em dezembro/2004; aprovado em maio/2005

Notas

* Mestre em História Social pela FFLCH-USP.

¹ BARTHES, R. *A câmara clara*. Trad. Júlio Castañon Guimarães. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1997.

² FOUCAULT, M. *Arqueologia do Saber*. Petrópolis, Vozes, 1972.

³ DINAMARCO, p. 77.

⁴ *Ibid.*, p. 101.

⁵ FERREIRA, J. *Trabalhadores do Brasil*. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1997, p. 16.

⁶ DUTRA, E. F. *O ardil totalitário. Imaginário político no Brasil dos anos 30*. Rio de Janeiro, UFRJ, 1997, p. 23.

⁷ WEFFORT, F. *O Populismo na política brasileira*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1980, p. 75.

⁸ FREIRE, P. *Extensão ou comunicação*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1997.

⁹ Nelson Penichi, apud DINAMARCO, p. 92.

¹⁰ Apud DINAMARCO, p. 83.

¹¹ Apud DINAMARCO, p. 92.

¹² Apud DINAMARCO, p. 139.

¹³ Joaquim Sargento, apud DINAMARCO, p. 179.

¹⁴ Jouvaci Milheiro, apud DINAMARCO, p. 130.

¹⁵ LENHARO, A. *Sacralização da política*. Campinas, Paipirus, 1986, p. 15.

¹⁶ *Ibid.*, p. 18.

¹⁷ LEVINE, R. *Pai dos pobres?* São Paulo, Companhia das Letras, 2001, pp. 149-150.

¹⁸ Raimundo Reis, apud DINAMARCO, p. 160.

¹⁹ Maria Sebastiana, apud DINAMARCO, p. 140.

²⁰ Jouvani Milheiro, apud DINAMARCO, p. 134.

²¹ Geraldo Urso, apud DINAMARCO, p. 62.

- ²² Henrique Alves, apud DINAMARCO, p. 109.
- ²³ Ibid., p. 108.
- ²⁴ Dona Noêmia, apud DINAMARCO, pp. 117-118.
- ²⁵ Apud LIMA, op. cit., pp. 222-223.
- ²⁶ Ibid., pp. 222-223.
- ²⁷ Ibid., p. 212.
- ²⁸ Ibid., p. 239.
- ²⁹ LEVINE, op. cit., p. 187.
- ³⁰ Geraldo Urso, apud DINAMARCO, p. 61.
- ³¹ Jouvaci Milheiro, apud DINAMARCO, p. 129.
- ³² Nelson Penichi, apud DINAMARCO, p. 93.
- ³³ Henrique Alves, apud DINAMARCO, p. 110.
- ³⁴ Nelson Penichi, apud DINAMARCO, pp. 93-95.
- ³⁵ Apud DINAMARCO, p. 149.

RESENHAS

UMA OBRA GRANDE COM GRANDES LACUNAS

Waldir José Rampinelli*

GASPARI, Elio. *A ditadura envergonhada: as ilusões armadas*. São Paulo, Companhia das Letras, 2002, 417 p.; *A ditadura escancarada: as ilusões armadas*. São Paulo, Companhia das Letras, 2002, 507 p.; e, *A ditadura derrotada: o sacerdote e o feiticeiro*. São Paulo, Companhia das Letras, 2003, 538 p.

O trabalho desenvolvido pelo jornalista Elio Gaspari¹ analisa um período importante da história do Brasil, já que medidas tomadas lá são sentidas amargamente ainda hoje. Uma delas foi a política de extermínio de grupos armados que se opuseram ao fim do Estado de direito; outra, o endividamento externo imposto ao país pelos banqueiros internacionais e o conseqüente aprofundamento do grau de dependência. Ambas, tratadas longamente nessa obra.

Quanto à estratégia para derrotar os oponentes, os generais-presidentes utilizaram a tortura e o terror estatal, descritos em detalhes pelo autor. No entanto, ele esquece de dizer que tais métodos visavam não apenas a destruir os opositores ideológicos, mas também preparar o caminho para uma acumulação capitalista internacional sem precedentes na história. A própria *redemocratização*, apoiada até pelo governo Ronald Reagan, buscou consolidar, dentro de um Estado de direito, o objetivo que a ditadura perseguia por meio da tortura: a transferência de nosso excedente econômico para o centro hegemônico de poder mundial. As duas últimas décadas² de desenvolvimento capitalista na América Latina – afirmam Petras e Veltmeyer – configuraram um período de prosperidade jamais igualado para os bancos e as corporações multinacionais estadunidenses, bem como de um poder político quase incontestado exercido por Washington.³

No que toca ao crescimento da dívida externa, o autor faz uma análise da conjuntura internacional e de como os *petrodólares* foram encaminhados ao país. Porém, não comenta que toda essa operação foi possível graças à liquidação física, quando não moral, dos oponentes.

Jango: um provocador?

A Política Externa Independente (PEI), criada por Jânio Quadros e seguida por João Goulart, causava muitos problemas aos interesses estadunidenses, já que ela defendia a preservação da paz por meio da prática da coexistência e do apoio ao desarmamento geral e progressivo; reafirmava o fortalecimento dos princípios de não-intervenção e autodeterminação dos povos; buscava a ampliação do mercado externo brasileiro mediante o desarmamento tarifário da América Latina e a intensificação das relações comerciais com todos os países, inclusive os socialistas; apoiava a emancipação dos territórios não-autônomos, fosse qual fosse a forma jurídica utilizada para a sua sujeição à metrópole; e tentava uma política própria dos planos de desenvolvimento econômico e de prestação e aceitação da ajuda internacional⁴.

Esses princípios fizeram da PEI a mais avançada e a mais progressista política de toda a história do país. Tal política, mesmo quando sob a chancela de Afonso Arinos,⁵ sofreu duras críticas do seu próprio partido, a União Democrática Nacional (UDN). Pedia-se, então, o regresso às normas do Itamaraty, para a política externa deixar de ser instrumento de decisões alheias; exigia-se cuidado com o avanço do comunismo, sendo os udenistas contrários a uma aproximação com a África e o Leste Europeu e favoráveis a uma intervenção militar em Cuba; enfim, solicitava-se o retorno a um alinhamento com os Estados Unidos.⁶

A PEI, embora o embaixador Lincoln Gordon afirmasse ser mais amistosa em relação a Washington que ao bloco socialista, deixou alguns governantes estadunidenses “alarmados por certa falta de flexibilidade das políticas brasileiras”,⁷ o que foi, com certeza, uma das causas do apoio da Casa Branca ao golpe de Estado de 1964.

Uma vez deposto o presidente Goulart, o novo ministro das Relações Exteriores – Vasco Leitão da Cunha – rechaçou a PEI, invocando razões geopolíticas que vinculariam estreitamente o Brasil ao mundo ocidental e de modo especial aos Estados Unidos. Vasco Leitão declarou que o conceito básico da diplomacia brasileira passava a ser o da interdependência continental.⁸

Dois pronunciamentos oficiais marcam essa grande mudança na política externa brasileira: o primeiro foi um discurso de Vasco Leitão, em 19 de maio de 1965, saudando seu homólogo equatoriano, quando se referiu a “um conceito imanente à natureza da aliança interamericana, o da interdependência entre as decisões de política internacional dos países do continente”; o segundo pronunciamento, do próprio Castello Branco, ocorreu em 28

de maio de 1965, quando, referindo-se à invasão da República Dominicana por tropas estadunidenses com o apoio das brasileiras, defendeu a necessidade de substituir o conceito de fronteiras físicas por *ideológicas*.⁹

Castello Branco adotou uma política internacional intervencionista, comandada pelos interesses do Departamento de Estado, substituindo o enfoque antagonista Norte-Sul pelo conflito Leste-Oeste. A ruptura de relações diplomáticas com Cuba; o apoio à invasão da República Dominicana; o aplauso à decisão de Washington de encaminhar parte de sua ajuda militar à América Latina por meio da Organização dos Estados Americanos (OEA); a reivindicação de que se reativassem o dito “protocolo adicional”, vinculando a ajuda militar à econômica; por fim, a defesa da tese da integração militar do continente com a criação de um exército interamericano permanente são políticas internacionais de Castello Branco em clara oposição ao governo de João Goulart.¹⁰

Elio Gaspari, na sua *Ditadura envergonhada*, não se refere em nenhum momento à *Política Externa Independente* quando analisa a queda de João Goulart, e tampouco à *Política de Interdependência Continental* ao falar da ascensão de Castello Branco ao poder. Sem dúvida, uma grande lacuna nessa grande obra.

Quando começa a ditadura?

O golpe de 1964 violentou o Estado de direito, e o Ato Institucional n. 5 (AI-5) foi apenas uma consequência do seu aprofundamento. Considerar que a *ditadura escancarada* começou com a edição do AI-5, em 13 de dezembro de 1968, significa relativizar o período anterior, que derrubou um presidente constitucional, desrespeitou as liberdades individuais e coletivas e submeteu o país aos interesses do capital internacional. Essa ditadura, inclusive, não estaria *envergonhada*, mas muito bem assumida. Daí que, se *o exército dormiu janguista*, acordou golpista e não *revolucionário*. Portanto, o AI-5 não é o resultado do crescimento do *terror de esquerda*, mas sim da necessidade de institucionalização do terror de Estado.

A periodização da ditadura militar de segurança nacional, segundo Gaspari, é a seguinte:

(...) de 1964 a 1967 o presidente Castello Branco procurou exercer uma ditadura temporária. De 1967 a 1968 o marechal Costa e Silva tentou governar dentro de um sistema constitucional, e de 1968 a 1974 o país esteve sob um regime escancaradamente ditatorial. De 1974 a 1979, debaixo da mesma ditadura, dela começou-se a sair. Em todas essas fases o melhor termômetro da situação foi a medida da prática da tortura pelo Estado.¹¹

Para Gaspari, embora todo o período seja denominado ditadura, ele reforça o termo com a qualificação *escancarada* para os anos de 1968 a 1974 devido à intensificação do mecanismo da tortura. Com isso, ameniza o trabalho dos ditadores Castello Branco, Costa e Silva, Geisel e da junta militar. Se Médici foi quem mais baniou, exilou, torturou e matou, coube aos demais preparar as forças repressoras para atuar nos porões do regime e inocentá-las posteriormente. Por isso, não há mais ou menos ditador nessa longa noite sem luar de nossa história.

“A esquerda se arma, a direita se arma” – diz o autor –, como se uma guerra estivesse em marcha. Na realidade, são pequenos grupos com armas – e muito mal equipados – que enfrentam as Forças Armadas, que chegaram ao poder e à Presidência por meio de um golpe de Estado. Não há uma guerra, já que não há dois Estados em litígio, muito menos dois exércitos em confronto. A falta de liberdade e a supressão dos elementos básicos da democracia burguesa levaram as pessoas a se organizarem clandestinamente na luta contra uma feroz ditadura, cujos pilares fundamentais estavam fincados no grande capital internacional.¹² Tampouco Cuba dispunha de tanto poder e tamanha influência, como quer fazer crer o autor dos livros, para ser responsabilizada pelas guerrilhas que atuavam no Brasil e na América Latina. Treinar pessoas, sim; ser responsável por tudo o que acontecia, não. “Pode-se divulgar idéias”, dizia Fidel Castro, “mas não se pode exportar revoluções. As crises é que geram idéias e não as idéias que geram crises. Portanto, é uma prova de ignorância falar em exportar revolução”.¹³

Gaspari diz, em vários trechos, que a ditadura e o terrorismo de Estado originaram-se da anarquia militar. Penso que não, pois a matriz ideológica do regime foi a Escola Superior de Guerra (ESG), que, por sua vez, reproduzia no Brasil o pensamento de duas escolas estadunidenses: o National War College e o Industrial College of the Armed Forces. Enquanto a primeira estudava e aperfeiçoava a estratégia global dos Estados Unidos, com base na doutrina de segurança nacional, a segunda divulgava a sua respectiva teoria. A ESG do Rio de Janeiro foi um reflexo daquelas instituições de Washington, como fora também a Escola das Américas, do Panamá.¹⁴ Portanto, nada de anarquia e tudo de planejamento.

O “sacerdote” e o “feiticeiro”: ambos macabros

O autor das ditaduras *envergonhada*, *escancarada* e *derrotada* teve acesso direto aos arquivos pessoais do grande mentor intelectual do golpe de Estado de 1964: Golbery do Couto e Silva. No entanto, é preciso tomar muito cuidado com o documento, já que ele pode mostrar tão-somente um aspecto da história: o daquele que está no poder. As cartas,

telegramas e memorandos do Ministério de Relações Exteriores, por exemplo, expressarão sempre a visão do governo. O pesquisador terá de fazer o documento falar, interrogando-o sistematicamente. “Não há pior conselho a dar a um iniciante” – afirma Marc Bloch – “do que [dizer para ele] esperar, numa atitude de aparente submissão, a inspiração do documento. Com isso, mais de uma investigação de boa vontade destinou-se ao fracasso ou à insignificância”.¹⁵

O sacerdote (Geisel) e o feiticeiro (Golbery) são apresentados como os desmontadores de uma longa ditadura militar, tendo para com eles uma atitude de simpatia, quando não de admiração, embora discordando de suas posturas em relação aos direitos humanos. Na verdade, ambos arquitetaram e executaram uma ditadura implacável para com seus opositores políticos, benevolente para com seus apoiadores empresários e toda submissa a seus mentores e admiradores capitalistas nacionais e internacionais. Tanto Geisel quanto Golbery se tornaram, em um dado momento, empregados de corporações multinacionais, não por suas qualidades técnicas, mas em recompensa por favores concedidos e pelas informações privilegiadas que traziam de seus cargos na República.

O sacerdote e o feiticeiro foram dois permanentes *fora-da-lei*. Não apenas trabalharam pelo fim do Estado de direito, golpeando um governo constitucional, como também apoiaram a criação de um ordenamento jurídico autoritário e espúrio. Dizer que um desmontou a ditadura e que o outro chegava às lágrimas quando ouvia relatos do martírio imposto a jovens estudantes é ser benévolo para com um regime autoritário que, por mais de 20 anos, desrespeitou os direitos fundamentais das pessoas, já proclamados no século XVIII pela Revolução Francesa. Gaspari não apenas dedica um espaço desmedido a Geisel nessa sua obra, como também passa a idéia de o general-presidente ter sido um estadista pelo trabalho de desarticulação do regime.

Geisel, na verdade, foi um homem autoritário na caserna, para mais tarde tornar-se um presidente ditador na República. Conspirou contra vários mandatários eleitos, sempre dentro de uma perspectiva reacionária. Procurou eximir-se da responsabilidade da tortura exonerando o general Ednardo D’Ávila Mello do comando do II Exército, em São Paulo, não pelo desrespeito aos direitos fundamentais do homem e da mulher, mas sim pelos *acidentes* ocorridos com Manoel Fiel Filho e Vladimir Herzog. Vendeu a imagem de um soldado não envolvido com a política, mas dela se utilizou para dirigir o país autoritariamente. Mostrou ser um desenvolvimentista, sem quebrar os laços da dependência com o capitalismo internacional. Eurocêntrico, com críticas aos Estados Unidos, era preconceituoso em relação à índole do brasileiro.

Golbery trabalhou sempre nos bastidores do poder. Indicou muitos de seus companheiros da ESG para ocupar cargos importantes no governo. A *res publica*, com ele, tor-

nou-se uma *res privada*, atendendo prestimosamente aos interesses do capital internacional. Seus representantes eram sempre bem-vindos ao Palácio do Planalto. Alguns deles, como Mr. Ludwig, do Projeto Jari, eram tão íntimos que entravam pela porta dos fundos. Arquetou a criação de um partido político – o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) – para apoiar a ditadura, com lideranças confiáveis e manipuláveis, em substituição aos nacionalistas-desenvolvimentistas. Trabalhou, como Salazar, o *saber durar*. Deixou o governo por discordar da condução da apuração do caso Riocentro. Na verdade, o aumento da luta dos povos em várias partes do mundo contra as ditaduras, como a ocorrida no Irã com a queda do Xá Reza Pahlevi; a pressão dos governos dos países centrais em favor de democracias burguesas, confiáveis e submissas; as sucessivas crises na economia com o fim de *milagres econômicos*; e a perda constante e sucessiva de legitimidade foram alguns dos fatores que ajudaram o velho golpista a abandonar o barco. Comparando as jogadas políticas com os movimentos de sístole e diástole do coração, viu que chegara o momento de entregar os anéis para não perder os dedos.

Agora, denominar esses dois senhores “sacerdote” e “feiticeiro” é ser leniente com todo um período de arbítrio e de ruptura do Estado de direito.

Algumas imprecisões

1. O autor analisa o Brasil *grande-potência* do governo Médici, referindo-se à alegria trazida pela Copa do Mundo de 1970, bem como pela “temporada de patriotismo no ano do Sesquicentenário da Independência”. Nesse contexto, “D. Pedro I regressaria ao Brasil, deixando a cripta do mosteiro dos Jerônimos, em Portugal, onde descansava desde 1834”.¹⁶ Na verdade, D. Pedro I – que em terras lusitanas leva o nome de D. Pedro IV – não estava nos Jerônimos, mas no mosteiro de São Vicente de Fora, em Lisboa. Na igreja dos Jerônimos estão somente os grandes nomes da história portuguesa, como Vasco da Gama, que achou o caminho para as Índias; a estátua de Luís de Camões, que descobriu o caminho para chegar a Portugal;¹⁷ D. Sebastião e seu messianismo e outros. Já a família Orleans e Bragança, de somenos importância, tem seu panteão no São Vicente de Fora.

2. O autor, quando trata das relações políticas da ditadura brasileira com a portuguesa cita Angola, Moçambique, Guiné-Bissau e Cabo Verde como as colônias lusitanas existentes em março de 1974.¹⁸ Esqueceu-se de outras três: as ilhas de São Tomé e Príncipe, na África, Timor-Leste, na Oceania, e Macau, na Ásia.

3. Ainda sobre o colonialismo português, o autor diz que “todos os governos brasileiros apoiaram Portugal na sua guerra contra os africanos”.¹⁹ A guerra colonial começou em novembro de 1961, com um grande massacre de angolanos, no norte do país. Jânio Qua-

dros, com a sua PEI, já se distanciara do colonialismo português, no que fora seguido por João Goulart. O primeiro voto contra esse colonialismo se deu em 31 de julho de 1963, quando o Brasil, no Conselho de Segurança da ONU, disse sim a um projeto de resolução que convidava Portugal a reconhecer imediatamente o direito à autodeterminação e à independência de seus territórios ultramarinos.²⁰ Isso preocupou profundamente o governo português, tanto que Salazar ficou esperançoso quando do golpe de Estado de 1964, pois vislumbrava a instalação de um regime autoritário, anticomunista e de apoio à manutenção do império ultramarino português. Acertou nas duas primeiras previsões, não na terceira. Castello Branco não apoiou integralmente o colonialismo português e sugeriu “a formação gradual de uma Comunidade Afro-Luso-Brasileira, em que a presença brasileira fortificasse economicamente o sistema”.²¹ A ditadura militar, de 1964 a 1974, não hostilizou Portugal, já que este era um aliado estratégico dos Estados Unidos no contexto da Guerra Fria,²² mas se distanciou do apoio dado a Lisboa pelo governo Kubitschek (1956-1961). Adotou, então, com alguma ambigüidade, uma posição de abstenção. Portanto, é um equívoco dizer que “os governos brasileiros apoiaram Portugal na sua guerra contra os africanos”.

A obra de Elio Gaspari – as ditaduras *envergonhada*, *escancarada* e *derrotada* – é muito importante para a historiografia brasileira, que tem se dedicado parcimoniosamente a esse período. O trabalho, muito mais de um jornalista do que de um historiador, embora tenha recebido muitos elogios, apresenta grandes lacunas e alguns equívocos.

Apenas duas curiosidades: o autor não falou da morte de Costa e Silva e demonstrou ter grande amizade com Golbery, Geisel e Heitor Ferreira, tornando-se o depositário de todo um acervo que, por certo, interessa ao país. Não deveriam esses documentos estar sob a guarda de um arquivo público para que todos tivessem acesso a eles?

Recebido em dezembro/2004; aprovado em maio/2005

Notas

* Professor do Departamento de História da Universidade Federal de Santa Catarina. Doutor em Ciências Sociais pela PUC-SP.

¹ Refiro-me aos livros *A ditadura envergonhada: as ilusões armadas*. São Paulo, Companhia das Letras, 2002, 417 p.; *A ditadura escancarada: as ilusões armadas*. São Paulo, Companhia das Letras, 2002, 507 p.; e *A ditadura derrotada: o sacerdote e o feiticeiro*. São Paulo, Companhia das Letras, 2003, 538 p.

² Os anos 1980 e 1990.

- ³ PETRAS, J. e VEITMEYER, H. *Hegemonia dos Estados Unidos no novo milênio*. Petrópolis, Vozes, 2000, p. 21.
- ⁴ DANTAS, S. T. *Política externa independente*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1962, p. 5.
- ⁵ Afonso Arinos de Mello Franco foi ministro das Relações Exteriores de 1/2/1961 a 10/9/1961. Exerceu novamente a função de 16/7/1962 a 17/9/1962.
- ⁶ BENEVIDES, M. V. de M. *A UDN e o udenismo: ambigüidades do liberalismo brasileiro (1945-1965)*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981, p. 117.
- ⁷ PARKER, P. R. *Brasil y la intervención silenciosa – 1964*. México, Fondo de Cultura Económica, 1984, p. 30.
- ⁸ MARINI, R. M. *Subdesarrollo y revolución*. 12 ed. México, Século XXI, 1985, pp. 66-67.
- ⁹ *Ibid.*, p. 68.
- ¹⁰ *Ibid.*, p. 68.
- ¹¹ GASPARI, E. *A ditadura enevergonhada...*, p. 129.
- ¹² Theotônio dos Santos e Vania Bambirra perguntam: “no interesse de que classes se concebe e se implanta a política da ditadura brasileira? Óbvia e prioritariamente no interesse da grande burguesia monopolista nacional e estrangeira, isto é, das burguesias industrial, financeira e comercial integradas em uma unidade econômica nacional por meio de seus sócios maiores: o grande capital internacional”. BAMBIRRA, V. e DOS SANTOS, T. “Brasil: nacionalismo, populismo y dictadura: 50 años de crisis social”. In: GONZÁLEZ CASANOVA, P. (org.). *América Latina: historia de medio siglo*. 6 ed. México, Século XXI, 1986, p. 156.
- ¹³ CASTRO, F. *Fidel e a religião: conversas com Frei Betto*. 10 ed. São Paulo, Brasiliense, 1986, p. 355 (entrevista).
- ¹⁴ COMBLIN, J. *A ideologia da segurança nacional*. São Paulo, Civilização Brasileira, 1978.
- ¹⁵ BLOCH, M. *Apologia da história: ou o ofício do historiador*. Rio de Janeiro, Zahar, 2001, p. 79.
- ¹⁶ GASPARI, E. *A ditadura derrotada...* pp. 189-190.
- ¹⁷ SARAMAGO, J. *Viagem a Portugal*. 18 ed. Lisboa, Caminho, 1995, p. 291.
- ¹⁸ GASPARI, E. *A ditadura derrotada...*, p. 364.
- ¹⁹ *Ibid.*, p. 365.
- ²⁰ MAGALHÃES, J. C. de. *Breve história das relações diplomáticas entre Brasil e Portugal*. São Paulo, Paz e Terra, 1999, p. 106.
- ²¹ Ministério das Relações Exteriores. *A política exterior da revolução brasileira*, 1966.
- ²² Refiro-me à cedência dos Açores para a instalação de bases militares do Pentágono. Essas ilhas, diz Fernando Rosas, “são um elemento imprescindível para as tropas estadunidenses, sendo uma espécie de porta-aviões no meio do Atlântico (e ainda hoje são essenciais para as manobras militares dos Estados Unidos)”. ROSAS, F. A Europa, os Estados Unidos e o Brasil de JK apoiaram a ditadura de Oliveira Salazar. *Universidade e Sociedade*, Brasília, ano xi, n. 26, 26 fev., 2002, p. 153. Entrevista concedida a Waldir José Rampinelli.

A PERSISTÊNCIA DA IDEOLOGIA AUTORITÁRIA

Valdemar Gomes de Sousa Júnior*

SILVA, Ricardo. *A Ideologia do Estado Autoritário no Brasil*. Chapecó, Argos, 2004, 300 p.

Em fins de 2004, foi lançado no mercado editorial brasileiro, com uma pequena tiragem (mil cópias, apenas), *Ideologia do Estado Autoritário no Brasil*, de Ricardo Silva, que, quase um ano depois de ter saído do prelo é pouco conhecido. Uma das razões disso talvez seja o fato de a editora estar fora do eixo Rio-São Paulo, pois foi editada pela Editora Argos, de Chapecó, Santa Catarina. Sendo assim, esperamos que a resenha possa contribuir para tornar mais conhecidos, editora, publicação e autor.

O livro vai ao encontro da ausência de estudos sobre a ideologia autoritária no Brasil que ultrapassem o período do Estado Novo, lacuna que o autor pretende preencher, sem, no entanto, esgotar. Um dos méritos de seu trabalho é justamente este: ser um estudo pioneiro sobre a ideologia autoritária pós-1945. Conforme ele, seu modelo de análise se coloca como alternativo em relação aos até então adotados pela historiografia, pois parte de uma compreensão dos componentes temáticos que organizam a estrutura argumentativa do sistema ideológico sob exame. Serão as suas influências mais visíveis Debrun e Lamounier, dos quais busca ultrapassar os limites relativos às suas interpretações sobre o núcleo do sistema ideológico do Estado autoritário e sua estrutura argumentativa.

O conceito de ideologia, que explicita como sendo o conjunto de idéias, representações e símbolos que são mobilizados para legitimar uma estrutura de dominação já existente ou o estabelecimento de uma nova estrutura de dominação, conforme discutido no primeiro capítulo, é utilizado como fundamento de sua percepção de que alguns autores, em suas análises sobre a ideologia autoritária, acabam por legitimar a constituição de um Estado fortemente centralizado. Com essa finalidade analisa tanto os ideólogos da geração de 20 e 30 (Alberto Torres, Francisco Campos, Oliveira Vianna, Azevedo Amaral), quanto Eugenio Gudin e Roberto Campos.

Proj. História, São Paulo, (31), p. 427-431, dez. 2005

427

Para o autor o “silêncio” existente sobre a ideologia autoritária depois de 1945 indica um reconhecimento tácito do esgotamento da ideologia autoritária com o fim do Estado Novo, por isso a falta de interesse dos intelectuais em estudá-la para além desse período.

Não compactuando com este pensamento, ele “quebra o silêncio” e afirma que o “sistema ideológico subjacente às principais idéias políticas dos economistas Eugenio Gudín e Roberto Campos” é uma eficaz atualização do pensamento político da geração de 20 e 30 que contribuiu para a legitimação do Estado Novo.

Assim, por meio dessa obra, ele vai estabelecer relações entre as duas gerações de autores e demonstrar que as modificações mais profundas e significativas ocorreram no “léxico e na sintaxe da estrutura argumentativa do discurso ideológico, sem que se alterasse sua natureza funcional, associada à sua eficácia para legitimação de determinada estrutura de dominação estatal” (p. 24).

Observa Ricardo Silva que a estrutura argumentativa da ideologia do Estado autoritário, presente em ambos os grupos de autores, atua para dotar de sentido e legitimidade uma ordem política que não só estabelece a preeminência do Estado sobre a sociedade civil, mas também a reconhece no interior do Estado pela supremacia do poder executivo sobre os demais e também no seio do poder executivo, com a preeminência das elites técnicas sobre as elites políticas.

As primeiras interpretações analisadas por Silva sobre o pensamento autoritário brasileiro são aquelas que identificam as bases sociais das formulações dos autores da década de 20, com uma determinada classe ou fração de classe. Este é o caso de Eduardo Gomes, que concebe Torres e Vianna como ideólogos dos pequenos produtores rurais. Por sua vez, Werneck Sodré identifica o pensamento de Vianna como expressão dos interesses do grande latifúndio. Por outro lado, há autores que encontram neles traços de um projeto político modernizante e catalisador do processo de industrialização, como é o caso de Eli Diniz e Rogério Mendes. Outros ainda, como Carlos Cruz, imputam à “ideologia autoritária o caráter de racionalização dos interesses, não de uma única classe ou fração de classe, mas do conjunto das classes dominantes” (p. 83).

O grande equívoco das interpretações desses autores, segundo Silva, foi não terem percebido, nesses ideólogos, a centralidade do papel do Estado para a formação e a organização da nação. Para ele, quando Oliveira, Campos, Amaral e Torres fazem apelo para a manutenção da ordem e propõem a desmobilização política dos setores populares, eles não estavam defendendo os interesses das classes dominantes, mas falavam do ponto de vista do Estado que devia dirigir a sociedade.

Outra interpretação importante analisada por Silva é a do “autoritarismo desmobilizador”, de Michel Debrun, para o qual, no pensamento autoritário, observa-se um certo amorfismo na sociedade brasileira, vista como irracional, desorganizada, sem direção e de um individualismo exacerbado, o que justificaria a preeminência do Estado sobre a sociedade. De acordo com Ricardo Silva, Debrun toca no núcleo do sistema ideológico ao identificar que, para esse pensamento autoritário, o Estado é o agente da desmobilização, mas não identifica um outro de seus componentes: a defesa do Estado como ente que dará sentido e organização a essa massa amorfa.

Silva polemiza também com Wanderley Guilherme dos Santos sobre as constatações deste autor de que o pensamento autoritário brasileiro acerta ao reconhecer o caráter instrumental e provisório do autoritarismo, pois se constituiria no meio realista para a criação de uma sociedade liberal e corrigiria os problemas institucionais que impedem o seu desenvolvimento e consolidaria a democracia. Considerada por Silva como a mais influente, essa interpretação pode ser encontrada em uma série de autores de diferentes orientações teóricas, mas sua formulação original deve-se ao trabalho de Wanderley. Não concordando com essa corrente interpretativa, Silva reconhece que o Estado autoritário visa promover uma economia de livre mercado, mas não instituir uma democracia.

Por último analisa Bolívar Lamounier que, segundo ele, encara os autores autoritários como sistematizadores da ideologia do Estado autoritário que tiveram como objetivo interferir nos acontecimentos. Ricardo Silva observa que a principal contribuição de Lamounier foi identificar nessa ideologia um programa político cujo objetivo é o fortalecimento do Estado. No entanto, assevera que, ao dar o mesmo grau de importância a todos os componentes dessa ideologia, sem hierarquizá-la, Lamounier se equivoca em não dar prioridade aos elementos mais centrais da estrutura argumentativa da ideologia autoritária, como a visão estatista, o objetivismo tecnocrático e o caráter desmobilizador.

A partir daí, Silva apresenta sua própria formulação da estrutura argumentativa que revela a ideologia autoritária, a saber: o *catastrofismo*, que parte da identificação de que a sociedade brasileira vive em crise, sinônimo de desordem social e política, resultado da falta de organização e direção. Para os ideólogos da primeira geração, tal crise, nos anos 30, era resultado do liberalismo de nossas elites políticas e intelectuais, que se expressavam nas idéias e instituições da Primeira República e que não guardavam qualquer relação com a realidade social do país. Já nos anos 60, para Eugênio Gudín e Roberto Campos, a crise era decorrente do populismo praticado pelos políticos, que impedia a adoção de políticas racionais fazendo valer uma política econômica que combinasse desenvolvimento econômico com estabilidade. Para ambas as gerações, segundo Silva, somente um Estado autori-

tário seria capaz de retirar o país dessa condição catastrófica, assumindo uma ação restauradora de uma condição ideal, por isso o *repúdio ao liberalismo e ao populismo, marcos institucionais inadequados à nossa realidade*.

Para detectar os problemas de nossa realidade social e buscar soluções, de acordo com Silva, os ideólogos fazem *apelo ao cientificismo*. Para ele, nos anos 30, a sociologia daria o suporte teórico para identificar os obstáculos à realização de um Brasil-nação e, nos anos 60, a economia defenderá o crescimento econômico com estabilidade. A sociologia e a economia forneceriam, em cada época, os instrumentais analíticos para que os governantes orientassem suas ações, legitimando assim as políticas estatais justificadas/razionalizadas como uma necessidade inelutável e não como mero arbítrio. A ciência, desse modo, faria o diagnóstico da realidade nacional e por isso referendaria as ações de quem governa, pois aplicaria os remédios certos para os males sociais. Assim, o cientista estaria acima do político, pois o primeiro dispõe de qualificação técnica que o segundo não possui. Faz-se com isso a *defesa da tecnocracia*, outro elemento da estrutura argumentativa. É o casamento perfeito da produção teórica com a ação política. A superação dos problemas se daria pela obediência às leis da ciência social e econômica.

O *elitismo e o apoliticismo da plebe* completam a estrutura argumentativa defensora do Estado autoritário, entidade necessária para organizar os elementos dispersos da nação e garantir o desenvolvimento econômico com estabilidade, defendidos, respectivamente, pela primeira e segunda gerações de intelectuais autoritários. Por essa interpretação, as classes populares, consideradas incultas pelos ideólogos, estão despreparadas para a ação política, devendo os assuntos políticos pertencer ao universo das elites. Com isso, os autores autoritários explicariam a própria impossibilidade de uma democracia no Brasil (sua inadequação com nossa realidade), atribuída ao baixo grau de educação de nosso povo, presa fácil da demagogia e da corrupção, conduzindo ao poder políticos despreparados, que instalam a desordem e o caos. Para Silva, com esse pensamento, nega-se um papel histórico relevante às classes populares, consideradas também uma ameaça à ordem.

O autor conclui que esses elementos temáticos, constitutivos da ideologia autoritária,

(...) confluem para formar uma concepção de Estado considerada a única compatível com a realidade social brasileira. Para que a crise fosse superada, para que a nação pudesse ser organizada e para que o povo [incapaz politicamente] fosse educado, seria necessária a instituição de uma forma de Estado que atribuísse ampla liberdade de movimentos aos governantes (...) O executivo é considerado o poder estatal responsável pela ação do Estado sobre a sociedade. É por meio do executivo que o Estado age para criar uma sociedade de características homogêneas, disciplinada e de povo obediente, capaz de dar suporte a uma nação organizada. (p. 185)

Consideramos que o mérito da obra de Ricardo Silva é o de completar a lacuna sobre o estudo da ideologia autoritária, o que não só contribui para a compreensão do período que se propõe estudar, mas também evidencia o quanto o pensamento autoritário acompanha a longa trajetória histórica da República Brasileira, que, com eficácia, se atualiza, renova e persiste no modelo de organização institucional do Brasil, seja ele de FHC/Malan ou Lula/Palocci, com apoio das elites nacionais. Só por isso, *A ideologia do Estado Autoritário no Brasil* constitui-se em uma leitura obrigatória e indispensável para aqueles que pretendem entender o Brasil atual.

É correta sua observação, de que a argumentação dos autores estudados acaba por justificar a necessidade de um Estado forte, centralizador e autoritário. No entanto, ao não aprofundar a análise do caráter de classe do Estado, acaba por deixar entrever que este atenderia às demandas de todos os grupos sociais.

Recebido em dezembro/2004; aprovado em maio/2005

Nota

* Mestrando no Programa de Estudos Pós-graduado em História da PUC-SP, bolsista Fundação Ford.

AMBIGÜIDADES DA DESORDEM

Ricardo Salles*

TORAL, André. *Imagens em desordem. A iconografia da Guerra do Paraguai (1864-1870)*. São Paulo, Humanitas/FFLCH/USP, 2001, 216 p.

Em seu clássico estudo *Nações e nacionalismos*, Eric Hobsbawm salientou, entre os critérios decisivos para que um povo pudesse ser considerado uma nação no século XIX, além de uma associação estável com um Estado e uma elite cultural estabelecida, a necessidade de demonstrar uma “provada capacidade para a conquista”. Essa capacidade de conquista tinha, obviamente, que ser realizada de fato, através da guerra e da vitória. Mas tinha também que ser vivida da forma a mais positiva possível, dentro das circunstâncias de um conflito armado a cobrar seu tributo de sangue e sofrimento, pelo povo-nação.

Por isso, as guerras do século XIX – e ainda mais as que se seguiram – foram travadas também na imaginação, através dos relatos e da cobertura na imprensa semanal e mesmo diária e, principalmente, das imagens, as mais realistas possíveis em sua captação e reprodução.

Foi, resumidamente, isso que se deu com o Império do Brasil quando, a partir de uma política externa agressiva e intervencionista contra o Uruguai, acabou por se envolver numa guerra contra o Paraguai, a mais longa, sangrenta e mais repleta de conseqüências de nossa história.

Imagens em desordem. A iconografia da Guerra do Paraguai (1864-1870), de André Toral, nos fala desse processo complexo, envolvendo a representação visual do conflito. Representação imagética que, como nos lembra o autor em sua “Introdução”, fala mais diretamente aos sentidos. Aos nossos e aos dos contemporâneos da Nação em guerra.

O primeiro mérito do livro é o se somar à literatura histórica mais recente, que tem desmistificado determinados significados da Guerra do Paraguai, atraentes, porém de difícil comprovação pela pesquisa histórica, tais como o dedo do imperialismo inglês, oculto atrás

das ações de Brasil e Argentina, e o propalado “progressismo” do regime de Solano López, por exemplo. Assim, um primeiro capítulo situa o leitor, de forma sintética, a respeito das origens do conflito, ligadas à afirmação dos recém-formados Estados nacionais da região.

Mas esse não é seu objetivo e sim o de compreender o significado social do rico manancial de imagens sobre a guerra, produzido durante o conflito e no imediato pós-guerra nos países envolvidos. Para isso, ele faz um amplo levantamento do que foi feito, em termos de ilustrações impressas, pintura, fotografia, desenho e litografia sobre a guerra, em Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai nesse período.

E esse é o principal mérito do livro de André Toral. Desfilam por suas páginas a imprensa ilustrada, normalmente de periodicidade semanal, que dava notícias da linha de frente e trazia imagens do conflito em litografias, muitas das quais reproduziam fotografias colhidas no local. Desfilam fotos com retratos de soldados, oficiais e até prisioneiros, em formato *carte-de-visite*. Ou ainda as poucas e impressionantes fotografias que, fugindo à preferência da época pelo retrato e superando barreiras técnicas que limitavam a captação das imagens em movimento ou mais instantâneas, visavam à reprodução realista das ações de guerra. Fosse isso em montes de cadáveres de soldados ou no corpo dilacerado dos meninos combatentes paraguaios, fosse na imagem do coronel uruguaio Palleja sendo conduzido morto em uma maca pelos soldados negros do batalhão Florida. Tais fotos circulavam avulsas e em álbuns, produzidos artesanalmente para a venda, como *La guerra contra el Paraguay*, lançado pela casa fotográfica uruguaia Bate y C^a. W. ou feitos manualmente para serem guardados como recordações ou para serem presenteados, às vezes, a pessoas importantes, como era comum no mercado de imagens fotográficas da época em toda a região platina.

Segundo o autor, a imprensa hebdomadária ilustrada, em seu afã de trazer as notícias da guerra para o cotidiano de seus leitores, e as fotografias, que davam uma feição mais humana, realista e próxima daqueles que combatiam e morriam – inclusive dos próprios inimigos –, teriam contribuído para que se difundisse um sentimento contrário, reticente e até mesmo um certo cansaço humanitário em relação à guerra junto à opinião pública. Suas imagens contrastariam com aquelas realizadas pela pintura acadêmica, de cunho oficial e patrocinada pelo Estado para o enaltecimento de sua política.

Se tais imagens, pelas próprias características de sua produção e circulação, escapavam do controle do Estado, e muitas vezes de seus próprios autores, a tese de sua contraposição direta à pintura oficial e de seus efeitos para que crescesse uma oposição à guerra, principalmente de cunho humanitário, junto à opinião pública nos parece um pouco exagerada. Atendo-nos ao caso brasileiro, que é o foco principal de Toral, cabe salientar o caráter muito limitado e dependente do Estado de tal opinião pública. Por sua vez, boa parte da

imprensa ilustrada – e esse era o caso de seu principal veículo, *A Semana Illustrada*, de Henrique Fleiuss – buscava os favores ou, ao menos, a boa vontade do governo. O próprio autor admite que, após um período intermediário de críticas à condução das operações, principalmente quanto a sua morosidade, e ao real interesse do Brasil em seguir com o esforço de guerra, que havia dado lugar ao entusiasmo patriótico inicial, a retomada das vitórias e o triunfo final foram saudados positivamente por essa imprensa.

É certo que o custo social do conflito foi elevadíssimo para o Brasil e isso acabou por se refletir na imprensa. É menos evidente, contudo, que isso também tenha se refletido tão intensa e diretamente nas imagens fotográficas, tanto em sua composição estética quanto em sua circulação, ainda muito restrita, no mercado e junto à sociedade de uma maneira geral. Não é por acaso que os retratos e os enquadramentos estáticos tenham prevalecido de forma quase absoluta nas fotografias, mesmo depois das experiências mais “instantâneas” e realistas dos fotógrafos norte-americanos na cobertura da Guerra da Secessão. O caso do fotógrafo uruguaio Esteban Garcia, da Bate y C^a. W. de Montevidéu, com suas fotos de trincheiras, cenas de acampamento, montes de cadáveres, baterias de canhões em ação, é excepcional. A grande maioria das fotografias obedecia a uma estética tradicional.

Por outro lado, o pintor e veterano de guerra argentino Cândido López, com seus enquadramentos aéreos e panorâmicos e suas cruas cenas de batalha, assim como suas imagens mais prosaicas de acampamentos e marchas, que se distanciam das grandes pinturas clássicas de batalha de Vitor Meireles e Pedro Américo, encomendadas pelo Estado imperial, não deixou de buscar e obter o apoio do governo de seu país para seu trabalho. O caso de Domingos T. Ramos, ex-escravo liberto e também combatente do Paraguai, que Toral nos traz, é também exemplar de uma certa ambigüidade e complexidade que marcam as relações entre a sensibilidade da sociedade diante da guerra e a retórica patriótica patrocinada pelo Estado. Uma única de suas pinturas sobre a guerra sobreviveu, depois que, na década de 1930, um administrador europeu dos bens da família de seus antigos donos resolveu incinerá-las por considerá-las sem valor artístico. Sua pintura a óleo sobre zinco, de 1908, *O cabo Chico Diabo do diabo do Chico deu cabo*, retratando a morte de López, denota um certo “primitivismo”, que contrasta vivamente com as grandes telas acadêmicas, mas não deixa de exprimir um orgulho patriótico, expresso no garbo das tropas imperiais alinhadas ao fundo, que carregam o pavilhão nacional. Esse é também o caso de uma gravura realizada por um artista “popular” (seria o próprio Domingos?) que encontramos na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, *Queda do Lopes. Captura do mesmo*. Trata-se de uma representação absolutamente alinhada com a retórica imperial em seu conteúdo, já que louva a ação civilizatória e libertadora do Império brasileiro no Paraguai, ainda que “popular” em sua forma.

Imagens em desordem sim, mas nem sempre de forma tão clara e retilínea. A ambigüidade seria a marca dessa desordem. Mas essa diferença, praticamente de ênfase, em relação à interpretação do autor sobre o significado da representação imagética da guerra produzida na época, está muitíssimo longe de lançar qualquer reparo de fundo a seu trabalho, pioneiro entre nós, de tratamento sistemático da iconografia da Guerra do Paraguai. A se lamentar somente o fato de que, certamente por razões editoriais, foram reproduzidas poucas imagens na edição. E mesmo essas são apresentadas em pequeno formato e em anexo, o que não corresponde à riqueza da pesquisa realizada, que transparece no texto.

Recebido em dezembro/2004; aprovado em maio/2005

Nota

* Professor do Departamento de Ciências Humanas da UERJ.

NOTÍCIAS DO PROGRAMA

XII Semana de História

Neste ano o evento visou ampliar o debate sobre história para além dos muros da universidade, abrindo para a sociedade civil a oportunidade de ter acesso aos novos conhecimentos gestados no curso de pós-graduação, assim como refletir sobre temas que possibilitem um raciocínio científico sobre as questões nacionais e internacionais que compõem o campo da história. A proposta surgiu das evidências de que, apesar da renovação contínua do conhecimento histórico por meio de pesquisas e reflexões teóricas em intercâmbio nacional e internacional e das inúmeras pesquisas de mestrado e doutorado que se finalizam, tais conhecimentos históricos ainda são pouco difundidos. Por outro lado, os historiadores de ofício e professores de história, particularmente os que atuam com este saber junto ao grande público, como os envolvidos com a docência de ensino básico, discutem o dever da sociedade, da cultura, da política e têm como dever contribuir para ampliar esse conhecimento, a fim de colaborar para que outro mundo seja possível, outra escolaridade seja possível, outra história seja possível.

A semana, que foi coordenada por Vera Lucia Vieira, com o apoio de Yvone Dias Avelino e Adilson Gonçalves, contou com 711 inscritos e presentes aos debates promovidos em mesas redondas com, no mínimo três palestrantes convidados. Integraram-se também aos 24 Grupos de Trabalhos que versaram sobre temas diversos, aos 9 minicursos, à mostra de cinema brasileiro de latino-americano e ao lançamento de quatro livros.

O conjunto das mesas redondas expressa a prática das propostas, conforme se observa a seguir.

Em 7 de novembro, a mesa “Poderes na contemporaneidade: reflexões sobre conceitos e práticas” foi integrada pelos professores do Departamento de História da PUC, Márcia Mansor D’Alessio e Hermetes Reis de Araújo e por Jacy Alves Seixas, da UFUB.

No dia 8, da mesa intitulada “Patrimônio Memória e Identidade”, participaram Antonio Gilberto R. Nogueira, da PUC-SP, e Luis Soares de Camargo, do Arquivo Municipal, e Paulo C. Garcez, do Museu Paulista.

O tema “História e Mídia: da cidade histórica à virtual”, no dia 8, foi debatido por Adilson José Gonçalves, Lucrécia D’Alessio Ferrara e Lúcia Leão, da PUC-SP.

Concomitantemente, discutiram sobre “Meio ambiente: história e desafios políticos na contemporaneidade” Maurício Broinizi Pereira, Denise Bernuzzi Sant’Anna e Rosa Kulcsar, da PUC-SP, e Janes Jorge, da USP.

Em outro momento, Maria Antonieta Antonacci e Jaime Rodrigues, da PUC-SP, debateram com Acácio Sidnei A. Santos da Casa das Áfricas a temática “Culturas e linguagens africanas e afro-brasileiras”.

Neste mesmo dia a mesa “Identidade / Identidades” contou com Maria Angélica Soler, Yvone Dias Avelino, Graciela Foglia e Laura Ramiréz, todos da PUC-SP.

No dia 9 o tema “São Paulo Imperial” foi debatido por Maria Odila da Silva Dia e Denise Bernuzzi Sant’Anna, da PUC-SP, e Paulo César Garcez, da USP.

As reflexões sobre “Política e Religiosidade da Antiguidade à Modernidade Européia” contaram com a participação de Yone de Carvalho e Ruy de Oliveira Andrade Filho, da PUC-SP, Ana Paula Megiani, da USP, e Margarida Maria de Carvalho, da Unesp.

Refletiram sobre o tema “Revisitando a História do Brasil: Perspectivas Contemporâneas”, no dia 10, Olga Brites e Maria Auxiliadora Guzzo, da PUC-SP, juntamente com Esmeralda Blanco de Moura e Regina Célia Pedroso, da USP.

Yara Aun Khoury, Olga Brites, Maria do Rosário Cintra Peixoto, Paulo Roberto Almeida e Heloísa de Faria Cruz da PUC-SP, juntamente com Laura Antunes Maciel, da UFF, trouxeram para o público “Notícias do Procad: Muitas Memórias, Outras Histórias”.

Encerrando a semana, Vera Lúcia Vieira, da PUC-SP, e Jorge Grespan, da USP, apresentaram seus textos sobre “América Latina: Integração e Lutas Sociais”, enquanto Antonio Rago Filho da PUC-SP, e Ibaney Chasin, da UFPB, abordavam a questão da “Música, Estética e História Social da Arte”.

Desarquivando o Brasil

O movimento denominado “Desarquivando o Brasil”, lançado no início do ano de 2005 deu continuidade às suas atividades coletando assinaturas para o abaixo-assinado contra a lei 11.111/2005, considerando que, ao admitir a possibilidade de “segredo eterno” para determinados documentos, a lei restringe o exercício de um direito que hoje figura como alicerce dos Estados democráticos e impregna todo o seu ordenamento jurídico: o direito à

informação, devidamente assegurado pela Constituição brasileira (art. 5º, incisos XIV e XXXIII). Essa distorção é inconcebível, na medida em que os chamados direitos fundamentais, que têm por função primária, no mundo jurídico, impor limites à própria ação estatal, ficam sujeitos aos interesses do governo.

Atividades Programadas

O “Núcleo de Estudo de História: trabalho, ideologia e poder”, vinculado ao Centro de Estudos de História da América latina promoveu debate sobre a “Crítica Ontológica à Filosofia Especulativa” por ocasião do lançamento do livro *Crítica da Filosofia do Direito de Hegel – 1843* (Editora Boitempo) de Karl Marx. Participaram do debate o professor Antonio Rago Filho e o tradutor da obra do original alemão, Leonardo de Deus, doutorando da UFMG.

O Núcleo de Estudos de História, Sociedade e Cultura promoveu um ciclo de palestras sobre os 60 anos da PUC-SP, além do desenvolvimento dos seguintes seminários temáticos de pesquisa: *Imagens e Memórias: Vidas na Revolução Russa de 1917*, realizado em 4/05 e apresentado por Virgínia Nazaré Rocha Aveiro; *A desilusão com o Modernismo Paulista nos Anos 1930: Oswald de Andrade e o Teatro*, realizado em 24/06 e desenvolvido por Alexandre Pianelli Goddoy; *A Praça na Paisagem Urbana: Lineamentos para uma Discussão*, discutido por Edimilson Peres Castilho em 26/08 e *Mulheres na Bíblia: Uma Leitura Feminina nos Textos dos Evangelhos*, em 25/10, tematizado por Roberto Barreiro Coelho Filho.

Lançamento de livro

A Professora Maria Odila Leite da Silva, integrante do Núcleo de Pesquisa: Política História e Cultura (Polithicult) lançou o livro intitulado *A interiorização da metrópole e outros estudos*, São Paulo, Alameda, 2005.

**TESES E DISSERTAÇÕES DEFENDIDAS
NO PRIMEIRO SEMESTRE DE 2005**

Mestrado

Cesar Luis Sampaio

Título: *A moralidade do salteador. Manoel Bomfim contra o espectro do colonialismo.*

Orientadora: Antonio Pedro Tota

Paulo Alves Junior

Título: *Salve juventude: o teatro carioca durante a abertura do regime militar (1977-1982)*

Orientadora: Antonio Pedro Tota

Micheline Reinaux de Vasconcelos

Título: *As novas seitas: a presença protestante na perspectiva da literatura de cordel – Pernambuco e Paraíba (1893-1936)*

Orientadora: Maria Angélica Victória Miguela Careaga Soler

Vanessa Spinosa

Título: *Pela navalha – cotidiano, moradia e intimidade (Belém 1930)*

Orientadora: Maria Izilda Santos de Matos

Edson Holanda Lima Barboza

Título: *Ida ao inferno verde: experiências da migração de trabalhadores do Ceará para a Amazônia (1942/1945)*

Orientadora: Maria Antonieta M. Antonacci

Proj. História, São Paulo, (31), p. 441-444, dez. 2005

441

Leticia Souto

Título: *Pantoja au jour le jour – cotidiano, moradia e trabalho em Belém (1890-1910)*

Orientadora: Estefânia Knotz Canguçu Fraga

Luana Manzione Ribeiro

Título: *A festa e o movimento tropeirista em Silveiras: a cidade esquecida, a cidade lembrada.*

Orientadora: Marcia Barbosa Mansor D’Alessio

Carlos Moises Silva Rodrigues

Título: *No tempo das irmandades; cultura, identidade e resistência nas irmandades religiosas do Ceará (1864-1900)*

Orientadora: Olga Brites da Silva

Leno José Barata Souza

Título: *Vivência popular na imprensa amazonense: Manaus da borracha (1908-1917)*

Orientadora: Yara Maria Aun Khoury

Erika Amorim da Silva

Título: *O cotidiano da morte e a secularização dos cemitérios em Belém na segunda metade do século XIX (1850-1891)*

Orientadora: Estefânia Knotz Canguçu Fraga

Herlon Ricardo Seixas Nunes

Título: *A guarda nacional na província paraense: representações de uma milícia para militar (1831-1840)*

Orientadora: Olga Brites da Silva

Eduardo Moreira Assis

Título: *A cidade e o “mal necessário”: zona de prostituição e marginalidade social em Pouso Alegre – MG (1969-1988)*

Orientadora: Estefânia Knotz Canguçu Fraga

Carlos Rafael Vieira

Título: *Caxile olhar para além das efemérides: ser liberto na província do Ceará*

Orientadora: Estefânia Knotz Canguçu Fraga

Liliane do Socorro Cavalcante Goudinho

Título: *Mulheres em ação... (católica) Belém (1939/1947)*

Orientadora: Maria Izilda Santos de Matos

Elaine Rosa de Souza Mayer

Título: *Mas eu não escrevo um romance, conto-lhe uma história: as representações de masculinidade e a questão de gênero na obra de José de Alencar. Rio de Janeiro 1856-1875*

Orientadora: Maria Izilda Santos de Matos

Doutorado

Silvana Grunewaldt Hillig

Título: *Entre trilhos e sobre rodas: racionalização, disciplina e resistência no sistema férreo. Rio Grande do Sul (1920-1949)*

Orientadora: Maria Izilda Santos de Matos

Ana Kalassa El Banat

Título: *Cidades veladas, cidades desveladas: uma perspectiva de olhares sobre representações urbanas de Santos: 1864-1907*

Orientadora: Maria Antonieta M. Antonacci

Henrique Alonso de Albuquerque Rodrigues Pereira

Título: *Criar ilhas da sanidade: os Estados Unidos e a Aliança para o Progresso no Brasil (1961-1966)*

Orientador: Antonio Pedro Tota

Mirna Busse Pereira

Título: *Cultura e cidade: prática e política cultural na São Paulo do século XX*

Orientadora: Dea Ribeiro Fenelon

Adalberto de Paula Paranhos

Título: *Os desafinados: sambas e bambas no Estado Novo*

Orientadora: Maria Izilda Santos de Matos

Proj. História, São Paulo, (31), p. 441-444, dez. 2005

443

Alexandre Pianelli Godoy

Título: *Nelson Rodrigues: o fracasso do moderno no Brasil – 1940-1950*

Orientadora: Maria Odila da Silva Dias

Salomão Jovino da Silva

Título: *Memórias sonoras da noite - musicalidade africanas no Brasil oitocentista*

Orientadora: Maria Antonieta M. Antonacci

Marco Antônio Cornacioni Sávio

Título: *A cidade e as máquinas. Bondes e automóveis nos primórdios da metrópole paulista: 1900-1930*

Orientadora: Estefânia Knotz Canguçu Fraga

Sérgio Armando Diniz

Título: *Guerra Canudos/Belo Monte: imagens contando história*

Orientadora: Maria Antonieta M. Antonacci

Julio Cesar de Oliveira

Título: *Noite cheia de estrelas: a paisagem sonora do arraial do Tijuco e da cidade de Diamantina*

Orientadora: Maria Izilda Santos de Matos

Irene Barbosa de Moura

Título: *Vila Conceição – práticas sociais na construção da cidade*

Orientadora: Yvone Dias Avelino

Rinaldo César Nascimento Leite

Título: *A rainha destronada: discursos das elites sobre as grandezas e os infortúnios da Bahia nas primeiras décadas republicanas*

Orientadora: Heloisa de Faria Cruz

NORMAS PARA PUBLICAÇÃO

A revista *Projeto História* é temática, semestral e compõe-se de 5 (cinco) seções: Traduções, Artigos, Entrevistas, Notícias de Pesquisa e Resenhas.

1 – Todos os trabalhos devem conter reflexões em torno do tema proposto para cada número.

2 – Todos os textos enviados aos editores serão submetidos a 2 (dois) pareceristas do Conselho Editorial e, se necessário, serão encaminhados para um terceiro consultor. A revista só aceitará trabalhos inéditos.

3 – Os artigos e as traduções devem conter aproximadamente 25 (vinte e cinco) laudas de 30 linhas e 70 toques. Os artigos deverão vir acompanhados de título, de resumo em torno de 100 palavras e de, no máximo, 5 (cinco) palavras-chave. Título, resumo e palavras-chave deverão ser apresentados em português e inglês. Autores de artigos deverão ter titulação de, no mínimo, doutor.

4 – As traduções deverão vir acompanhadas de autorização do autor do texto e das imagens. As traduções dispensam resumo e palavras-chave.

5 – As resenhas terão um extensão em torno de 5 (cinco) laudas e deverão conter 3 (três) palavras-chave. Título e palavras-chave deverão ser apresentados em português e inglês. As resenhas dispensam a apresentação de resumo.

6 – As notícias de pesquisa devem conter aproximadamente 10 (dez) laudas e deverão vir acompanhadas de título em português e inglês. Esses trabalhos dispensam resumo, palavras-chave e fonte. No caso de o autor julgar imprescindível colocar as fontes bibliográficas, estas deverão integrar o corpo do texto.

7 – O originais devem ser apresentados em disquete 3,5”, Programa *Word 6.0* ou *7.0 for Windows* (fonte *Times New Roman* 12, com espaço 1,5) e em 2 (duas) cópias impressas. Deverão conter ainda os seguintes dados: endereço completo, telefone, fax e e-mail.

8 – As notas bibliográficas e explicativas deverão ser numeradas e colocadas no final do texto. A revisão não publica bibliografias.

9 – Dados sobre a formação e filiação acadêmico-institucional do autor deverão ser indicados no início do texto, em rodapé e indicação em asterisco.

10 – Cada autor de Artigo, Tradução, Resenha, Entrevista e Notícia de Pesquisa, receberá 01 exemplar da Revista.

11 – Normas para notas:

Em caso de livro:

SOBRENOME, Nome. *Título do livro em itálico: subtítulo*. Tradução. Edição, Cidade, Editora, ano, p.

Em caso de capítulo de livro:

SOBRENOME, Nome. “Título do capítulo ou item do livro entre aspas”. In: *Título do livro em itálico*. Tradução. Edição, Cidade, Editora, ano, p.

Em caso de artigo de periódico:

SOBRENOME, Nome. Título do artigo. *Título do periódico em itálico*. Cidade, Editora, v., fascículo, p., ano.

12 – Endereço para envio de trabalhos: Programa de Estudos Pós-Graduados em História da PUC-SP. Comissão Editorial da Revista Projeto História. Rua Ministro Godói, 969 - ERBM (Edifício Reitor Bandeira de Mello) – 4º andar – sala 4B05 – SP, Capital, Cep 05015-000 – Telefax (55) (011) 3670-8511. Site: <http://www.pucsp.br/projetohistoria>. E-mail: histpos@pucsp.br

PROJETO HISTÓRIA
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM HISTÓRIA PUC-SP

Formulário para assinatura e aquisição de números avulsos

O valor da assinatura anual é de R\$ 60,00 o valor do número avulso é de R\$ 30,00

Envie seu pedido anexando comprovante de depósito a ser realizado no Banco Bradesco –
Ag. 3394-4 – Conta Corrente 1506-7, no endereço abaixo:

Programa de Estudos Pós-Graduados em História PUC-SP
PROJETO HISTÓRIA
Rua Monte Alegre, 984 – ERBM – 4º andar – sala 4E08 – Bloco A – Perdizes
CEP 05014-901 – São Paulo – Brasil

Nome

Endereço

Cep Cidade Estado

Fax E-mail

Assinatura

Indique abaixo opção desejada

Números disponíveis – 11, 13, 17, 18, 19, 20, 21, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29 (v1/v2), 30 e 31

Assinatura Anual: Total

Cheque nº Agência Banco

447

PRÓXIMOS NÚMEROS

Nº 32 – *Polifonia e Latinidade* – 1º semestre de 2006

Prazo para entrega de textos: março de 2006

Nº 33 – *História e Direitos* – 2º semestre de 2006

Prazo para entrega de textos: agosto de 2006

Nº 34 – *Tecnologias, Cotidiano e Poder* – 1º semestre de 2007

Prazo para entrega de textos: março de 2007